

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RILDO BENTO DE SOUZA

POBRES, DOENTES E DESVALIDOS:
O ASILO SÃO VICENTE DE PAULO NA CIDADE DE GOIÁS
(1909-1935)

GOIÂNIA,
FEVEREIRO DE 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

RILDO BENTO DE SOUZA

POBRES, DOENTES E DESVALIDOS:
O ASILO SÃO VICENTE DE PAULO NA CIDADE DE GOIÁS
(1909-1935)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades.

Linha de Pesquisa: Identidades, Fronteiras e Culturas de Migração.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes.

GOIÂNIA,
FEVEREIRO DE 2010

RILDO BENTO DE SOUZA

**POBRES, DOENTES E DESVALIDOS:
O ASILO SÃO VICENTE DE PAULO NA CIDADE DE GOIÁS
(1909-1935)**

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás para a obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 26 de Fevereiro de 2010 pela seguinte Banca Examinadora:

Profa. Dr.^a. Cristina de Cássia Pereira Moraes
Universidade Federal de Goiás – UFG
Presidente

Profa. Dra. Nísia Verônica Trindade Lima
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ/RJ
Titular

Prof. Dr. Danilo Rabelo
Universidade Federal de Goiás – UFG
Titular

Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas
Universidade Federal de Goiás – UFG
Suplente

Para minha mãe, Ondina;
Meu pai, Milton (*in memoriam*);
E meu irmão, Nilton.
Com todo o amor que houver nessa vida!

AGRADECIMENTOS

A Deus!

A todos os Pretos-Velhos, Caboclos, Erês, Baianos e Exús que trabalham na linha da Sagrada Umbanda e que com sua força, luz e proteção, me ajudaram a chegar ao termino deste trabalho.

À Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes, e tudo que ela representa na minha vida, cujos ensinamentos se estendem além dos muros da Universidade. Após seis anos de convivência, quase diárias, discussões afloradas, muitas risadas e puxões de orelha necessários, levarei sempre comigo o seu exemplo de vida, dedicação, companheirismo e superação.

À Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas, pela leitura atenta no Exame de Qualificação, e sugestões que muito contribuíram para o engrandecimento deste trabalho.

A todos os meus familiares.

À Profa. Dra. Sônia Maria de Magalhães, pela leitura e contribuições no Exame de Qualificação.

À Profa. Dra. Ana Guiomar Souza, pela leitura no Seminário de Pesquisa, e sugestões que me fizeram enxergar novas possibilidades para compreender a Cidade de Goiás na Primeira República.

Às secretárias do Programa de Pós-Graduação em História, Neuza e Elaine, pela atenção e carinho com que sempre me trataram durante esses dois anos.

Aos professores Marlon, Libertad, Fabiana e Danilo Rabelo, pelas interessantes discussões nas suas disciplinas na Pós-Graduação.

Aos meus primos Paulo Henrique Pinheiro e Ricardo Luis, ao meu irmão Nilton Santos, a minha querida amiga Mayara Paiva (que dividiu comigo as aspirações e dramas nestes dois anos de mestrado) e a Profa. Cristina, pelas várias idas à Cidade de Goiás para a digitalização do arquivo do Asilo São Vicente de Paulo. Este trabalho não seria possível sem vocês.

À dona Fátima Cançado, da Cidade de Goiás, exemplo de amor e dedicação na preservação dos documentos que integram o grande mosaico para a compreensão do nosso passado.

Às Irmãs Dominicanas do Asilo São Vicente de Paulo, em especial a Irmã Gerusa, por permitir o acesso às fontes.

Ao Antonio César Caldas Pinheiro e toda a equipe do Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC).

Aos meus amigos Suzi Rodrigues, Juliano Caio, Cristiano Vaz, Yanna Mendes e Mayara Paiva, por me proporcionar muitos momentos de diversão e agradáveis conversas.

Aos meus companheiros do Mestrado pelas discussões afluídas e debates teóricos que contribuíram para o nosso *amadurecimento intelectual*: Anízio José, Marcelo Miguel, Wellington Coelho e ao Sargento Alex.

À minha querida Academia Trindadense de Letras Ciências e Artes (ATLECA), na pessoa do seu Presidente Prof. Bento Araújo Jaime Fleury Curado, que muito contribuiu para a realização deste trabalho, com a leitura atenta dos originais e sugestões que o enriqueceram.

Aos membros da Liga Extraordinária da ATLECA: Dr. Floriano de Freitas Filho, Profa. Lena, Prof. Bento, Cícero Josinaldo, e Wilson de Paiva, pelos muitos momentos agradáveis que passamos juntos, e por compartilharem minha ansiedade nesses últimos dias.

E por fim a Capes, pela concessão de bolsa de estudo, sem a qual este trabalho não seria possível.

**POBRES, DOENTES E DESVALIDOS:
O ASILO SÃO VICENTE DE PAULO NA CIDADE DE GOIÁS
(1909-1935)**

RESUMO

O Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado em 1909, na Cidade de Goiás, construído por iniciativa dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo, a qual foi criada na França na primeira metade do século XIX, por Frederico de Ozanam. Seu objetivo consistia em criar Conferências de Caridade visando o auxílio material e espiritual aos pobres. Em Goiás, este ideal encontrou terreno fértil, e desde 1885, realizou diversas obras de caridade; seus membros visitavam a cadeia e o hospital, deviam de comer, de vestir e de morar a diversos pobres que se amontoavam nas ruas, becos e vilas da antiga Vila Boa. Para otimizar o trabalho, os Vicentinos fundaram o asilo, construído em lugar higiênico e aprazível, nos arredores da cidade. Com a intenção de abrigar indigentes, pobres, desvalidos, inválidos, abandonados e doentes de todos os tipos, o asilo logo se tornaria a materialização do ideal de caridade plantado por Ozanam, e vitrine para os seus membros. Sob a direção interna das Irmãs Dominicanas, o asilo se tornou um espaço sagrado. Com o tempo, diversas pessoas que não se enquadravam no perfil dos internos, almejavam entrar na instituição, onde teriam quem os assistissem. Doação de casas, dinheiro e auxílio junto a pessoas influentes foram os subterfúgios encontrados para conseguir tal intento. Nosso objetivo é compreender o que representou o asilo para os três grupos diretamente envolvidos a ele, a saber: os Vicentinos, os Desvalidos e as Irmãs Dominicanas. Restringindo a análise aos espaços destinados a esses grupos, pretende-se analisar os reais interesses que estão por detrás da construção do Asilo São Vicente de Paulo.

Palavras-Chave: Caridade, Asilo São Vicente de Paulo, Desvalidos, Caridade, Conferências Vicentinas.

**POOR, SICK AND HELPLESS:
ASYLUM ST VICENT DE PAUL IN THE CITY OF GOIÁS
(1909-1935)**

ABSTRACT

The Asylum St. Vincent de Paul was established in 1909 in the city of Goiás, built at the initiative of the confreres in the Society of St. Vincent de Paul, which was created in France in the first half of the nineteenth century by Frederick Ozanam in. His goal was to create conferences Charity aimed at material and spiritual assistance to the poor. In Goiás, the ideal found fertile soil, and since 1885 held a number of charities, its members visited the jail and the hospital must provide food, clothing and living several poor who crowded the streets, alleys and villages of the former Vila Boa. To optimize the work, the Vincentians founded asylum, built in hygienic and pleasant place on the outskirts of the city. With the intention to house the indigent, poor, destitute, disabled, abandoned and sick of all sorts, asylum soon became the embodiment of the ideal of charity planted by Ozanam, and showcase for its members. Under the direction of internal Dominican Sisters, asylum has become a sacred space. Over time, several people who did not fit the profile of the inmates, aspired to enter the institution, where those who would watch. Donation of houses, money and aid from the influential people were found loopholes to achieve this intention. Our goal is to understand what accounted for the asylum for the three groups directly involved with it, namely, the Vincentians, the Handicapped, and the Dominican Sisters. Restricting the analysis to areas for these groups, we will analyze the real interests that are behind the construction of the asylum St. Vincent de Paul.

Key-words: Charity, Asylum St. Vincent de Paul, the Handicapped, Charity, Vincentian Conference.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPITULO I: OS VICENTINOS.....	24
CAPITULO II: OS DESVALIDOS.....	85
CAPITULO II: A ASSISTÊNCIA.....	151
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia nº. 1: Capela do Asilo São Vicente de Paulo.....	25
Fotografia nº. 2: Internas do Asilo São Vicente de Paulo.....	58
Fotografia nº. 3: Internos do Asilo São Vicente de Paulo.....	58
Fotografia nº. 4: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo.....	85
Fotografia nº. 5: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo.....	86
Fotografia nº. 6: Grupo de mulheres portadoras de bócio.....	133
Fotografia nº. 7: Desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo.....	144
Fotografia nº. 8: Desvalidas do Asilo São Vicente de Paulo.....	144
Fotografia nº. 9: Refeitório das Irmãs Dominicanas.....	151
Fotografia nº. 10: Quintal do Asilo São Vicente de Paulo.....	182
Fotografia nº. 11: Panfleto de venda de vinho tipo Porto fabricado no Asilo São Vicente de Paulo.....	191
Fotografia nº. 12: Internos do Asilo São Vicente de Paulo no quintal.....	199

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico nº. 1: Enfermidades neurológicas divididas por sexo.....	136
Gráfico nº 2: Desvalidos divididos por moléstias neurológicas.....	138

LISTA DE TABELAS

Tabela nº. 1: Total de desvalidos divididos por idade.....	104
--	-----

Tabela nº. 2: Desvalidos divididos por enfermidades relacionadas a problemas neurológicos.....	119
--	-----

LISTA DE QUADROS

Quadro nº 1: Contabilidade da Conferência da Imaculada Conceição da Cidade de Goiás.....	46
--	----

“Srs! Não é das cousas mais agradaveis viver entre as pobresas e desamparos, entre os ascos e as miserias da gente mais inculta, da gente mais pobre, da gente menos gente, de quantas nasceram ou abortaram neste mundo; é preciso ser forte para percorrer este Asylo e vêr com attenção todas as miserias que aqui se abrigam”.

Francisco Ferreira dos Santos Azevedo, Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, em 1922.

INTRODUÇÃO

No dia 25 de Julho de 1909 o Asilo São Vicente de Paulo¹ foi inaugurado no subúrbio da Cidade de Goiás. O dia festivo teve início às 6 horas da manhã quando o Bispo Dom Prudêncio iniciou o *sacrifício* da missa. Logo depois, os confrades Vicentinos juntamente com o dito Bispo colocaram o Santíssimo Sacramento no altar da “*sympathica Capella*”². O ritual se seguiu com a benção em todos os cômodos e somente depois “*foi a caridosa casa franqueada ao publico*”³. O asilo:

*Mede 64 metros de frente, por 30 de comprimento.
Logo a entrada, de um lado está a Capella, e do outro, o salão destinado as reuniões da Junta.
São em número de 16 os commodos para os asylados, divididos em 2 secções, comportando 64 leitos.
Alem dos espaçosos aposentos reservados ás piedosas Irmãs, ha também uma varanda que mede 5 metros de largura, e 20 de comprimento.
Cosinha, dispensa, quartos para depositos, uma excellente cisterna, tudo lá existe, provocando elogios, porque cousa alguma ficou esquecida*⁴.

Construído por iniciativa da Sociedade São Vicente de Paulo, o asilo visava abrigar os pobres e os indigentes que se amontoavam nas praças, becos e vielas da antiga capital de Goiás. Os confrades leigos dessa Sociedade, conhecidos como Vicentinos, se empenharam em fornecer aos pobres, mesmo antes da idéia da construção do asilo, desde gêneros alimentícios, até patrocínios de casamentos.

Em nome de um discurso caritativo, pautado nos preceitos de São Vicente de Paulo e de Frederico de Ozanam, os Vicentinos implantaram na Cidade de Goiás uma grande rede de assistência que envolveu quase todas as famílias vilaboenses.

Em abril de 1885 foram fundadas as primeiras Conferências Vicentinas em solo goiano. Seus integrantes – todos homens – faziam parte das mais renomadas

¹ Há somente um trabalho acadêmico sobre o Asilo São Vicente de Paulo: PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Cotidiano e Preservação: O Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

² Gabinete Literário, doravante designado GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI, nº 29. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

³ GB: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI, nº 30. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

⁴ Idem.

famílias da antiga Vila Boa. Eram divididos em Conferências, dedicadas a determinado orago. Os encontros aconteciam com regularidade e freqüência. Na ocasião, faziam preces e recolhiam dinheiro para reverter aos pobres.

Com o tempo, as Conferências se alastraram, muitos pobres eram atendidos, sejam com aluguel de casas, comida, roupas, patrocínio de casamentos e velórios. Os Vicentinos se ocupavam de prover aqueles a quem chamavam de “*meus pobres*”, em tudo que necessitassem. Houve casos de um só Vicentino, prover sete pobres. Nos livros de contabilidade das Conferências, percebe-se a regularidade com que o dinheiro era destinado a esses indivíduos.

Os Vicentinos se orgulhavam de fazer parte de uma Sociedade onde a Caridade era o alicerce principal. Eram admirados, reconhecidos. Enfim, a Cidade de Goiás encontrara uma solução para o problema da pobreza! Para ser atendido pela Sociedade São Vicente de Paulo, o pobre só necessitava ser católico, que era a religião predominante. Em troca, os Vicentinos acreditavam estar trilhando os caminhos da salvação eterna.

Para prover os pobres em todas as suas necessidades, os vilaboenses abraçaram a causa com afinco. Realizaram-se saraus, leilões, festas e espetáculos teatrais, mobilizando toda a cidade, em um período em que a historiografia poucas luzes lançou. Relegada à *decadência*, ao *isolamento* e ao *atraso*, a Cidade de Goiás se viu refém de sua própria História.

Como se conservada *in vitro*, a antiga Vila Boa ainda mantém características arquitetônicas que perpassaram o tempo. Cercada pela Serra Dourada, que quase sufoca a Velha Goiás, o passado do próprio Estado se desnuda por entre o Rio Vermelho, tão famoso nos versos singelos de Cora Coralina, entrecortado por três pontes de madeira, que outrora eram quatro, hoje de cimento, chamada de “*pinguelona do mercado*”; por entre as Igrejas tão belas que se erguem desalinhadas devido ao solo irregular; por entre os becos e vilas que escondem histórias e estórias que se perdem nas ruas de pedras sem uniformidade, subindo e descendo ladeiras, quais vias romanas.

Assim se conservou a antiga capital, fundada pelo intrépido bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido pela sua alcunha de Anhanguera, ainda no rugir do século XVIII, trazido pela esperança de encontrar o ouro, que durante

anos marcou a identidade goiana. Até hoje, há quem ainda sonhe com o apogeu da produção aurífera, um período de fausto e abundância que remete a tempos míticos⁵.

O ouro logo se esgotou, e com ele Goiás entrou em um período de *decadência*. Este, por sua vez, atingiu todos os setores: o social, o econômico, o político e o cultural (PALACIN, 1972). A história da decadência, enquanto tema historiográfico está pautado basicamente em duas fontes, de que se serviram os pesquisadores, a saber, os relatórios dos viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província.

Essas, por sua vez, ajudaram a cristalizar a idéia de que Goiás, logo após o fim da mineração, viveu um período de trevas; porém, segundo o historiador Wilson Rocha Assis, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o “*desenvolvimento social e cultural*”, mas apenas deu “*lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou daquelas características da modernidade capitalista*” (2007, p. 20). Outrossim:

(...) quanto ao tema da decadência, cabe observar que o termo, decantado pelos viajantes, não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira (CHAUL, 1995, p. 229).

Os dois autores que ora citamos fazem parte de uma corrente historiográfica revisionista, cujo intuito era rever a forma com que o conceito de decadência foi usado pela historiografia tradicional.

A partir das mesmas fontes que serviram para embasar o discurso da decadência, esses autores tinham por objetivo desconstruí-la, ou seja, em Goiás não houve decadência, porque eles não se viam com decadentes, o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período.

⁵ Sobre este assunto ver: PINHEIRO, Antonio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

Do mesmo modo, forjou-se na historiografia o conceito de *isolamento*, que veio logo depois da *decadência*. Esse passado que remetia a diversos antagonismos como riqueza – desemprego; abundância – falta de alimentação; e, por conseguinte diversos adjetivos desabonadores que denegriam a trajetória do estado.

Devido à *decadência*, Goiás se *isolou*; com o fim do ouro, muitos habitantes se debandaram para outros lugares, e os poucos que restaram ficaram reféns do marasmo sem nenhuma conexão com o mundo além das fronteiras goianas. Era essa a imagem que se tinha de Goiás no período.

A única ponte entre Goiás e o restante do Brasil se personificava na figura do tropeiro. Mesmo com o “*declínio da mineração e o gradativo desenvolvimento da atividade agro-pastoril*”, o tropeiro continuou com a sua mesma função, qual seja, o de abastecer Goiás “*com gêneros, víveres, notícias e novidades, ligando esta província, mesmo que precariamente, aos grandes centros do país, viabilizando, abrilhantando e amenizando a vida no coração do Brasil*” (GUMIERO, 1991, p. 95).

Por esses caminhos que se entrecruzam nos *sertões* de Goiás, já passaram, primeiramente, os dormentes da estrada de ferro⁶, que trouxeram o progresso, e logo depois o asfalto e que, possivelmente, apagaram as marcas de tantas tropas e boiadas que percorreram esse sertão.

O último conceito que permeou a História de Goiás até 1930, refere-se ao *atraso*, que segundo Francisco Itami Campos (1983) é utilizado para caracterizar as primeiras décadas do século XX, e que o mesmo não seria uma consequência do conceito de *decadência*, e sim, expressaria as relações de poder existentes da Primeira República, ou seja, o coronelismo⁷.

Ademais, segundo Chaul não se justifica a idéia que perpassou para História de Goiás de que “*as ‘oligarquias’ da Primeira República tentaram, de todas as formas, conter o progresso, mantendo o ‘atraso’ da região para melhor governar*”. Conclui que o “*o símbolo de poder da época, a estrada de ferro, não trouxe*

⁶ Sobre a implantação da estrada de ferro em Goiás, e a conjuntura do estado durante a Primeira República ver: BORGES, Barsanufio Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1982.

⁷ Em CHAUL, Nasr Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998; há três interessantes estudos sobre o coronelismo que abordam a literatura, o cotidiano na cidade de Morrinhos e a família Caiado, respectivamente.

nenhuma derrocada dos grupos políticos dominantes e nem lhes foi economicamente prejudicial; pelo contrário (...)” (1995, p. 230-231). O referido historiador arremata:

Assim, a representação do “atraso”, siamês da “decadência”, não correspondia ao desenvolvimento social, político, econômico ou cultural de Goiás, vivenciado na Primeira República. Novamente insistimos que, o compasso era outro, adequado à cultura local. O desenvolvimento obtido por Goiás, na Primeira República, foi infinitamente superior ao do período anterior, mas inferior, ainda, aos anseios de progresso exigidos pelos olhares que o comparavam à dinâmica econômica e social do Centro-Sul do Brasil. Goiás, portanto, não era nem decadente, nem atrasado, apenas caminhava de acordo com suas possibilidades ao ritmo estabelecido pelo lugar que ocupava no conjunto da sociedade brasileira. As contradições e contrastes regionais neste país são de natureza similar às que caracterizam o contraste entre os países mais e menos desenvolvidos. Não se trata de enxergá-lo como pares dicotômicos, mas como contrastes próprios de uma realidade social mais ampla (mundial), eivada de contradições: o par desenvolvimento/modernidade contém em si o par decadência/atraso (CHAUL, 1995, p. 230).

Este trabalho se encontra no limite entre a *decadência*, o *isolamento* e o *atraso*. Nossa análise, entretanto, estará condicionada a partir do Asilo São Vicente de Paulo. Nosso objetivo é compreender como, num determinado momento, uma sociedade se organizou para construir um enorme edifício somente destinado a pobreza. O que representou a construção e a inauguração deste asilo para os Vicentinos, para os pobres e para as Irmãs Dominicanas, que o administra internamente até os dias de hoje? Com quais intenções o asilo foi criado?

Ademais, pretendemos contribuir com a historiografia goiana por meio de um trabalho que enfoca os pobres e a sua relação com elite vilaboense, cujo conflito se desenrola no Asilo São Vicente de Paulo.

Entretanto, dever-se-á conceituar historicamente esses indivíduos: os pobres. Na documentação arrolada e na literatura consultada várias são as tipologias e nomenclaturas que recebem, dentre elas: pobres, mendigos, desvalidos, indigentes, miseráveis, desgraçados, infelizes, excluídos, marginalizados, desclassificados, dentre outros. Ademais, o mesmo se aplica a conceituação deste asilo, que difere dos da historiografia tradicional, como procuraremos analisar no segundo capítulo.

Nesta perspectiva, um dos primeiros estudos sobre a pobreza foi publicado na França em 1978 de autoria de Michel Mollat, e intitula-se *Os Pobres na Idade Média*, que servirá de ponto de partida para diversas obras. O conceito de *pobre*, para este autor, deveria ser amplo, pois:

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enjeitados, todos os associats, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum (MOLLAT, 1989, p. 05).

O conceito de pobre, neste caso, é atemporal. Entretanto, ele não abarca a complexidade e a pluralidade das intenções desses indivíduos que se internaram ou fizeram-se internar no Asilo São Vicente de Paulo.

Apesar de se tratar de um asilo destinado aos pobres, que visava atender, primeiramente, aqueles que já se beneficiavam da assistência das Conferências Vicentinas, haverá um grande fluxo de entrada nos anos subseqüentes a sua inauguração que o conceito de *pobre*, unicamente, não o compreende na sua totalidade. Vários foram os casos de indivíduos que doaram sua casa para o asilo, conquanto fossem internados no mesmo.

Partindo do pressuposto de que esses indivíduos eram pobres, eles já não se enquadram, contudo, na categoria de *indigente* que era mais comumente usada para designá-los. No Artigo 3º do Regulamento do Asilo há os seguintes dizeres: “*O seu fim é recolher os indigentes e mantel-os dando-lhes o necessario abrigo*”⁸. De acordo com *Dicionário da Língua Brasileira* de autoria do goiano Luiz Maria da Silva Pinto, publicado originalmente em 1832, *indigente* é aquele “*que até do necessário tem falta*” (PINTO, 1996). O estado de indigência seria o último degrau

⁸ Asilo São Vicente de Paulo, doravante designado ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio A. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

da hierarquia da pobreza. Não possuíam casas, como no exemplo acima, e dependiam em tudo da ajuda alheia.

Portanto, há uma grande diferença entre pobres e indigentes, apesar de compreenderem um mesmo conceito, qual seja, o de pobreza. No seu estudo sobre os trabalhadores pobres urbanos no Brasil no período de 1870 a 1920, June Hahner os caracteriza como indivíduos que “*usavam roupa de algodão leve ‘geralmente desbotadas e remendadas’*. Uma calça e uma camisa bastavam para um homem por um ano. As mulheres só usavam saia e blusa”.

No que se refere às suas moradias, estas eram “*insalubres e superpovoadas*” (HAHNER, 1993, p. 37). Este trabalhador pobre descrito pela referida historiadora nada tem a ver com os indigentes, uma vez que os indivíduos que se recolheram ao asilo nem ao trabalham se prestavam. O pobre segundo a June Hahner não seria, deste modo, os internos do asilo, mas poder-se-á estender o conceito aos demais habitantes da Cidade de Goiás.

Noutro passo, os mendigos, que também compreendem outra categoria dentro do conceito de pobreza, foram estudados por Walter Fraga Filho na Bahia durante o século XIX. Os mendigos estavam abaixo dos pobres, pois eram “*reduzidos à mendicância por força do aprofundamento da situação de pobreza*” (1996, p. 41). Pobreza e Indigência ficam mais bem definidas dentro de sociedades cuja disparidade social permite que se façam essas distinções.

Pobres, indigentes, mendigos! Todas essas categorias se enquadram perfeitamente em um ou outro caso nos mais de 440 registros de entrada no Asilo São Vicente de Paulo observados nas primeiras três de funcionamento. É preciso, então, pensar em um conceito mais amplo, do que propriamente o de pobreza, pois ela somente não se torna um agente desclassificatório (SOUZA, 1986, p. 14).

No seu estudo sobre os homens livres pobres, no século XVIII, a historiadora Laura de Mello e Souza faz um interessante diálogo entre o conceito de Marginalidade e Desclassificado Social⁹, que ela defende. “*Marginalidade pode (...) fazer pensar em algo que se separa de um todo uniforme, constituído, no caso, pela*

⁹ Este conceito compreende, a “*(...) gente livre pobre que descambou com freqüência para a desclassificação social foi, pois, no século XVIII, predominantemente negra e mestiça, bastarda e oriunda de casas dirigidas por mulheres sozinhas. Franja da sociedade organizada, apresentava uma mescla curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração*” (SOUZA, 1986, p. 144).

sociedade. Já desclassificação sugere a exterioridade ante a classificação e o distanciamento em face de um todo heterogêneo e diversificado” (1986, p. 14).

Definiremos o conceito de Marginalidade a partir do historiador Jean-Claude Schmitt, no seu artigo *A História dos Marginais* que integra o livro *A História Nova* de Jacques Le Goff. Neste estudo as margens só existem em detrimento do centro, que define os marginais negativamente: como não tendo domicílio fixo, dormem em qualquer lugar, “*gente sem senhor*”, “*inúteis ao mundo*”¹⁰ (SCHMITT, 2001, p. 280). Sobre a dificuldade de uma definição dos fenômenos de marginalidade o referido autor conclui:

Contudo, a priori, várias noções podem ser distinguidas: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal no seio da sociedade e traduz uma situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; a quem da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou perda) de um estatuto marginal no seio da sociedade; e, ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura - às vezes ritualizada - em relação ao corpo social (SCHMITT, 2001, p. 264).

No Asilo São Vicente de Paulo encontrar-se-á todas essas noções de marginalidade, ou seja, a transitória, a integralizadora e a excludente. É transitória por que o asilo não era uma instituição definitiva, não havia, portanto, a obrigatoriedade do internamento, os internos eram retirados pelos familiares e em alguns casos havia a fuga. Ademais, se era transitória, conseqüentemente era integralizadora, quando por algum motivo não mais a repulsa do marginal, que pode voltar normalmente ao seio da sociedade, como, por exemplo, na cura da sua enfermidade.

Finalmente, e que basicamente assinala a maioria dos casos, a exclusão, seja do pobre, do doente, do louco, e que é ritualizada pelo próprio processo de constituição deste asilo. Porém, o conceito de marginalidade não condiz com a realidade de todos os internos do asilo. Um dos nossos objetivos é construir,

¹⁰ Porém, para que se descortine a história desses indivíduos marginalizados é necessário transpor uma série de barreiras, a primeira delas é a seguinte: “*como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar*”. Deste modo o historiador deve partir de indícios, que são encontrados nos documentos oriundos do centro. “*Trata-se de vestígios discretos, mas quão vivos!*” (SCHMITT, 2001, p. 284-285).

principalmente no segundo capítulo, um conceito que compreenda todos os internos da referida instituição.

Para, além desses objetivos, há que se destacar que nossa pesquisa teve início quando, ao concluirmos a monografia de graduação sobre a relação entre as pessoas idosas e a construção de um conceito de cidadania, a partir da legislação brasileira, entre 1988 a 2003, pensamos em continuar com a temática da velhice, entretanto, no desenrolar da Primeira República. Neste sentido, julgávamos encontrar no asilo São Vicente de Paulo um rico acervo sobre as pessoas idosas.

Na ocasião tivemos a oportunidade de integrar o “*Projeto: Rede Brasil. Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: Edificações e Acervos*”, em 2007, num convênio entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de Goiás, coordenado pela Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Para a nossa sorte o projeto incluía o Asilo São Vicente de Paulo.

Nesta pesquisa preliminar, descobrimos que o asilo também abrigava loucos. No projeto de mestrado, então, procurávamos compreender como os velhos e os loucos impulsionaram a construção de uma instituição visando abrigá-los.

Junto com a aprovação para cursar o Mestrado veio à decepção, pois não encontrávamos fontes para o referido trabalho. Durante todo o ano de 2008 fizemos várias visitas ao Asilo São Vicente de Paulo, juntamente com a nossa orientadora, a Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes, procurando documentos e quem sabe até mesmo um arquivo. Tudo em vão! Até então, a pesquisa se limitava, em termos de fontes, aos Relatórios de Presidentes de Província e Estado; e aos jornais da época arrolados no Gabinete Literário.

Entretanto, a nossa sorte começou a mudar – e historiador tem que tê-la! – no início de 2009, quando depois de muito insistir, juntamente com alguns vilaboenses que nos abriram as primeiras portas, as Irmãs Dominicanas, responsáveis pelo asilo até hoje, nos permitiu o acesso ao arquivo. A partir de então, realizamos a assepsia dos documentos e os digitalizamos.

Para a conclusão do trabalho com as fontes foram necessárias várias idas e vindas à antiga Capital. O arquivo só nos foi disponibilizado nas sextas-feiras à tarde, e consistia em um armário de madeira – que data da sua fundação – com vários documentos cujas datas limites compreendiam entre 1885 a 1988.

Toda a documentação foi digitalizada em mais de quatro meses de trabalho, no qual contamos com ajuda generosa da nossa orientadora, de parentes e amigos próximos. Ademais, realizamos a assepsia em todos os documentos, os guardamos em caixas divididos por assunto como: atas, contabilidade, diversos, dentro outros. Cada página de documento foi fotografada duas vezes, e depois selecionada a melhor.

Ao final de tudo nos deparamos com quase de 10.000 fotografias! Criamos, então, um arquivo digital com essa documentação, com pastas, sub-pastas e fizemos toda a divisão dos documentos. Nesta etapa da pesquisa já corria o mês de Julho, e restavam apenas sete para concluir o curso.

Diante de tal fato, vivenciamos os opostos em uma mesma pesquisa. Ora poucas fontes, ora muitas! Para otimizarmos o trabalho separamos toda a documentação entre 1885 a 1920 – inicialmente.

Transcrevemos os documentos mais importantes, como livro de atas, livro de registros de entrada, relatórios da Junta Administrativa, prontuários médicos, e ofícios. Posteriormente, estendemos a análise até 1935, quando percebemos mudanças significativas no asilo, como a proibição formal do ingresso de loucos e pessoas com doenças contagiosas.

O tempo passava, e a escrita do nosso trabalho tornava-se urgente. Nesta etapa, o objeto de pesquisa há muito tinha deixado de ser os velhos e os loucos. De posse de toda a documentação o próprio Asilo São Vicente de Paulo se impunha como o protagonista de toda a trama.

Por sugestão da nossa orientadora, estruturamos a dissertação de modo que cada cômodo, ou espaço, destinado aos três principais grupos de pessoas que estavam diretamente envolvidas com o asilo, a saber, os Vicentinos, os Desvalidos e as Irmãs Dominicanas, recebessem tratamento a parte em cada um dos três capítulos. Ademais, a própria estrutura arquitetônica do asilo concorria para isso, uma vez que cada grupo tinha o seu espaço definido; a planta lembra o formato de um U.

Na base do U, estava localizada a Capela¹¹, na parte esquerda, e o Salão Nobre da Junta Administrativa do Asilo (onde hoje está o dito armário com os seus

¹¹ Atualmente, a Capela encontra-se localizada fora do prédio antigo. O lugar onde existia a Capela cedeu espaço para a administração do asilo.

velhos e empoeirados documentos), na direita. Entre esses dois cômodos existe um corredor estreito que dá acesso ao pátio interno.

A partir desses dois cômodos, a Capela e o Salão, *edificamos* o primeiro capítulo denominado de *Os Vicentinos*. Nele fizemos um histórico sobre a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo ainda na província de Goiás e como se engendrou a idéia deste asilo, bem como se processou sua construção.

Na parte direita do U, estão localizados os alojamentos para os internos desta instituição, que corresponde ao segundo capítulo denominado de *Os Desvalidos*. Para, além de analisar os motivos que levaram diversas pessoas para o asilo, pretendemos construir o conceito que melhor compreende toda a pluralidade e a heterogeneidade destes indivíduos.

Finalmente, no terceiro capítulo, partimos do lado esquerdo do U para analisar as formas de assistência que estes internos recebiam dentro do asilo, sob a direção das Irmãs Dominicanas.

Deste modo, entraremos nos dormitórios das Irmãs, na cozinha, na rouparia, acompanharemos os médicos que assistiam os internos e as próprias Irmãs. Denominamos este capítulo de *A Assistência*.

Com efeito, o nosso objetivo central é compreender o que é o Asilo São Vicente de Paulo, por meio de uma negociação entre os três *olhares* sobre a referida instituição. Não obstante, esses *olhares* são as bases de todos os capítulos.

No primeiro, iremos analisar o que é, ou o que representou, o asilo para os Vicentinos; no segundo, o que é, ou o que representou, o asilo para os seus internos; e no terceiro, o que é, ou o que representou, o asilo para as Irmãs Dominicanas. No entrecruzamento desses três e distintos *olhares* nascerá – assim esperamos – o asilo vilaboense.

CAPITULO I - OS VICENTINOS

A capela do Asilo São Vicente de Paulo se localizava, nos idos de 1909, ano em que foi inaugurado, no lado esquerdo de quem adentrava o prédio. Pela fotografia abaixo, nota-se acima das grandes janelas de madeira, os quadros simples, com uma cruz na parte superior ao centro, indicando a presença de uma via-sacra. No modesto altar, vê-se no lado direito a imagem de Nossa Senhora das Graças, rodeada por rosas brancas; no lado esquerdo, o Sagrado Coração de Jesus, cuja cerimônia da “*enthronisação da imagem*”, ocorreu a 26 de Junho de 1915¹².

No centro do altar, repousava a imagem de São Vicente de Paulo¹³, santo francês, que viveu de 1581 a 1660, com o braço esquerdo levantado, o direito no coração; revelava os esforços dos confrades leigos da Sociedade que leva o seu nome, cujo projeto mais audacioso se descortinava por entre as paredes, janelas, portas e camas do asilo. A singeleza da capela, que evocava o ideal de pouca ostentação dos Vicentinos, contrastava com os demais templos da antiga Vila Boa, ou mesmo perdidos em arraiais hoje desabitados¹⁴.

¹² ASVP: Documentos Avulsos. “*Sétimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

¹³ Sobre a vida de São Vicente de Paulo ver: FROSSARD, André. *Vicente de Paulo o humilde servo dos pobres*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986; SIX, Jean François. *Vicente de Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1991; e o interessante artigo publicado no site: www.ssvpglobal.org. Sobre a atuação de São Vicente de Paulo numa perspectiva histórica, ver o estudo de CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, especialmente o último tópico do capítulo II “*A pobre gente dos campos*”, e o primeiro tópico do capítulo III “*A fome*”.

¹⁴ Na antiga Vila Boa havia à época, vários templos: a Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora de Sant’ana, erigida em 1743, demolida e reconstruída diversas vezes, sendo a última reconstrução há 100 anos; a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, erigida em 1734; a de Nossa Senhora do Carmo, erigida em 1786; a de Nossa Senhora da Abadia, erigida por Alcebíades José do Nascimento; a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, levantada em 1799 e que funcionou como catedral por décadas; a de São Francisco de Paula, erigida em 1761; a de Santa Bárbara, erigida em 1775, e a de Nossa Senhora da Lapa que ruíu em 1839, além da Capela de São João Batista do Arraial do Ferreiro e do Ouro Fino, da capela de Nossa Senhora da Conceição do Povoado de Areias (hoje, Nossa Senhora Aparecida, reconstruída em 1910) e de Nossa Senhora da Guia do Povoado do Bacalhau da Barreira.



Fotografia nº. 1: Capela do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O Regulamento do Asilo São Vicente de Paulo, escrito meses antes da sua inauguração, e após ser submetido ao crivo do Bispo Diocesano, demarcava no primeiro parágrafo do artigo sétimo a função da capela, “(...) onde, com licença da Autoridade competente que regulará o Culto, se conserve o Santíssimo Sacramento e se celebre o Santo Sacrifício da Missa havendo para esse fim as alfaias e paramentos necessários”¹⁵.

A licença para que a capela do asilo abrigasse o Santíssimo Sacramento foi solicitada por meio de um ofício em Junho de 1909, pelo Presidente do Conselho

¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03. Ambos eram juristas. Emílio Francisco Póvoa (1867-1949), vilaboense, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi Juiz de Direito, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás. Maurílio Augusto Curado Fleury (1868-1952), vilaboense, formou-se também em São Paulo; foi Juiz de Direito, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

Central das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, o Comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé¹⁶:

Tendo as conferencias de S. Vicente de Paulo desta Capital, por meio do seu Conselho Particular e com auctorização previa dos poderes ecclesiasticos, construido no lugar denominado R. [...] arrabalde desta mesma Capital, com esmolos e donativos, um grande edificio destinado a asylo para mendigos de ambos os sexos, ao qual se deu o nome de “Asylo de S. Vicente”, e querendo inaugural-o no dia 25 de Julho proximo entregando sua direcção interna ás Irmans da Congregação de N. S. do Rozario da Ordem Terceira Regular de S Domingos, que estão aqui contractadas para esse fim, e já havendo alcançado do actual Exm^o Sr Bispo Diocesano licença para erecção desser casa, cujo terreno tambem é proprio, em Lugar Pio Ecclesiastico, com o seu Capellão e comptendo Oratorio, no qual alem das Missas, deseção todas se conserve permanentemente o SS Sacramento para o respectivo serviço religioso e outras necessidades do “Azylo” que demora a alguma distancia do centro da Cidade; vem o dito Conselho Particular por intermedio do seu presidente abaixo assignado, pedir a V. E. R. o necessario Indulto, para a mencionada conservação das Sagradas Especies no referido Oratorio. Beijando por todos os vicentinos desta Diocese, de cujo conselho central sou tambem humilde presidente, as sagradas mãos de V. E. R¹⁷.

De acordo com o documento acima, o asilo foi construído a esforços da Sociedade São Vicente de Paulo; porém, a direção interna do estabelecimento estaria a cargo das Irmãs Dominicanas, vindas diretamente da França. A negociação para a contratação dessas Irmãs, com o intuito de realizarem o trabalho no asilo foi intensa; cartas eram trocadas a todo tempo entre os Vicentinos vilaboenses e o Conselho das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário em Monteils (Aveyron), que impuseram inúmeras condições para a vinda desta congregação¹⁸.

¹⁶ Joaquim Rufino Ramos Jubé (1859-1933), foi Serventuário da Justiça. Exerceu, também, o cargo de Deputado Estadual por três legislaturas, de Senador Estadual por sete legislaturas, de Presidente de Estado em seis ocasiões. Filiado ao Partido Republicano de Goiás em 1895, ao Partido Republicano Federal de Goiás em 1905. Integrou a Comissão Executiva do Partido Democrata no período de 1914 a 1930. Foi Secretário do Superior Tribunal de Justiça de 6 a 12 de Julho de 1898. O papa Pio X (1835-1914), o distinguiu com o título de Comendador. (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 160). Ademais, foi casado com Maria Carlota da Ascensão Silveira Ramos Jubé, de tradicional família vilaboense, também organizadora dos eventos religiosos da Cidade de Goiás. Seu filho de igual nome, foi o primeiro goiano a se diplomar fora do país, em Psicologia, pela Universidade de Chicago.

¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Ofício datado de 1^o de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva”. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁸ Esse assunto será abordado no terceiro capítulo.

Dentre as várias reivindicações duas chamam a atenção: “*O Asylo hospitaleiro de Goyaz, sendo collocado sob a protecção especial de S. Vicente de Paulo, será designado pelo nome de: Asylo S. Vicente de Paulo*”¹⁹. Até então, a documentação arrolada se referia ao asilo como: “*Asilo de Mendicidade*” e “*Asilo dos Pobres*”. O próprio nome da instituição partiu das Irmãs Dominicanas na França. No Anuário do Professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo²⁰, por exemplo, publicado no ano de 1910, o edifício tem a denominação de “*Asylo dos mendigos da capital*” (1987, p. 111).

A segunda reivindicação versa o seguinte: “*Far-se-á todo o esforço para organizar, o mais breve possível, o serviço religioso na Capella da Casa*”²¹. Partindo do pressuposto que esta correspondência, datada de 21 de abril de 1909, e que se demorava mais de um mês para chegar a Cidade de Goiás, haja vista a dificuldades de locomoção de malotes em razão do determinismo geográfico da velha cidade, é possível perceber que a chegada desta carta coincide com o ofício do Conselho Particular solicitando a autorização do Bispo para a permanência do Santíssimo Sacramento na Capela do asilo para o serviço religioso e outras necessidades que porventura surgissem, que data de 1º de junho.

Por intermédio deste documento, a justificativa apresentada era que o asilo ficava longe do centro da cidade, ou seja, das principais Igrejas, e deste modo, era necessário a instalação de todos os paramentos eclesiásticos visando, sobretudo,

¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁰ Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Cidade de Goiás, 14 de Abril de 1875 – 15 de Novembro de 1942). “*Aos 15 anos, matriculou-se na Escola Militar, no Rio de Janeiro, mas logo percebeu que não tinha vocação para o Exército. Voltou para Goiás e foi trabalhar nos Correios e Telégrafos. Com a ajuda de Leopoldo de Bulhões, cursou agrimensura, na Escola de Minas de Ouro Preto. No ano seguinte foi nomeado engenheiro do Estado. Em 1903, publicou a Carta Geográfica de Goiás. Em 1910, no seu Anuário Histórico Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás, o Professor Ferreira publicou o conto “Tragédia na Roça”, que marca a estréia de Cora Coralina na literatura, aos 21 anos, um ano antes de fugir com Cantídio Tolentino de Figueiredo Bretas, seu futuro marido. Professor da Escola Normal de Goiás a partir de 1907, o Professor Ferreira foi nomeado diretor do Liceu de Goiás em 1921, permanecendo no cargo até a Revolução de 30, quando assumiu a direção da Escola Normal. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras. O Dicionário Analógico da Língua Portuguesa: Idéias Afins foi publicado em 1950, oito anos depois de sua morte*”. (In: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal=167>, acesso em 03/01/2010). Foi também Tesoureiro e Presidente da Junta Administrativa do Asilo.

²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

facilitar as orações das Irmãs Dominicanas. O ofício foi prontamente respondido pelo então Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva (1868-1921):

Fazemos saber que, attendendo Nós ao que por sua Petição Nos enviaram a dizer as Conferencias de São Vicente de Paulo desta Capital, pelo Presidente de seu Conselho Particular deste Bispado: Havemos por bem de Erigir, como pela presente Nossa Provisão Erigimos em “Lugar Pio Ecclesiastico” o Azylo de S. Vicente, cujo Regulamento já Nos foi apresentado e por Nós approvedo, Azylo esse construido em terreno proprio, com esmolase donativos dos fiéis, em lugar denominado Rua Avenida do Conselho.

Ao “Azylo de S. Vicente” que, como “Lugar Pio” tem ao privilegio e obrigações de Direito Canônico, concedemos, outrossim: Oratorio [...] enquanto não Mandarmos o contrario, em lugar decente, designado para este fim e separado dos usos domesticos para nele se celebrar o Santo Sacrificio da Missa em beneficio dos Asylados e de quaesquer pessoas que ali compareçam, e conservar o Ilmo Sacramento com a Provisão da [...] - O Sacerdote que nelle celebrar nos dias de preceito, será obrigado a recitar com os presentes os actos de Fé, Esperança e Caridade antes da Missa.

Esta, depois de registrada em Nossa Camara Ecclesiastica, será lida no dia da Installação para conhecimento de todos, lavrando-se na mesma a respectiva certidão para a todo tempo constar; procedendo-se então à benção do dito Oratorio era forma da [...] Registrando-se no Livro de Tombo do “Azylo de S. Vicente” e onde mais convier²².

O Asilo São Vicente de Paulo, enfim, recebia a autorização para realizar em sua capela, o sacrifício da missa. Os paramentos e objetos necessários para o seu funcionamento eram comprados diretamente no Rio de Janeiro por intermédio de algumas pessoas que para lá seguiam viagem, sempre a partir da solicitação da Irmã Superiora da instituição²³. Os negociantes de tais paramentos eram Luiz Astolpho de Amorim e Antonio Xavier Guimarães, *cometas* e representantes comerciais conhecidos em todo o rincão goiano. Estes continuaram esse mister da compra de objetos sacros ainda com o Bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

Em 1917, por exemplo, o Presidente da Junta Administrativa do Asilo “(...) *communicou haver escripto ao Revmo. Monsenhor p^a effectuar a compra dos*

²² ASVP: Documentos Avulsos. “Provisão de Ereção do Azylo, Oratorio [...], etc.”. Cidade de Goiás, 1909.

²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 25 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

objectos para a capella, tendo sido remettida para esse fim a importância de 300\$000” (trezentos mil réis)²⁴.

A capela também possuía um Capelão, “(...) sacerdote designado pelo Senhor Bispo Diocesano, terá o dever de celebrar missa na Capella e administrar os sacramentos aos azylados, quer nos casos communs, quer nos extraordinarios de artigos de morte”²⁵. Até 1916, exercia a função de Capelão o Frei Gabriel Devoisins, da ordem dos Dominicanos, que desembarcaram em Goiás em 1881, por iniciativa do então Bispo Diocesano Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão (1841-1924), conhecido como o “Bispo Missionário”²⁶, “(...) com o objetivo de exercerem a missão apostólica no sertão goiano , especialmente com os indígenas” (SANTOS, 1996, p. 01).

A vinda dos Dominicanos e a criação das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, que posteriormente se uniriam para a construção do asilo, faziam parte de um grande projeto de retomada do catolicismo em terras brasileiras²⁷. Outrossim, os primeiros Padres Dominicanos chegaram ao Brasil em 1878 no Rio de Janeiro. Assim que assumiu a Diocese de Goiás²⁸, Dom Claudio os convidou para serem seus colaboradores “na consolidação da Igreja em Goiás”. Ademais, Dom Claudio, era um “dos mais ardorosos defensores da romanização da igreja” (SANTOS, 1996, p. 76).

Portanto, Dom Claudio tinha por objetivo *romanizar* a Igreja, tornando-a mais próxima do catolicismo europeu – onde ele realizou os estudos – e, por isso, solicitou a ajuda dos Dominicanos que vieram da França. Este processo de romanização é a aplicação das determinações do Concílio de Trento, ou seja, do

²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

²⁶ Sobre os Dominicanos em Goiás ver: LLCH, Frei Germano. “A Ordem Dominicana em Goiás”. Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Brestas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Ano 4. Nº 5. Goiânia: s/e, 1976; SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins. 1881-1930. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996.

²⁷ Sobre esse assunto ver: PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

²⁸ A Diocese de Goiás “compreendia então os atuais estados de Goiás e Tocantins e mais uma parte do atual Estado de Minas Gerais, conhecida como triângulo mineiro. Sua extensão territorial equivalia ao território de três Franças” (SANTOS, 1996, p. 28).

Movimento Tridentino no território brasileiro. O Concílio de Trento, por sua vez, foi realizado pela Igreja Católica entre 1542-1562, e só trezentos anos depois suas resoluções foram aplicadas no Brasil.

Ademais, uma das primeiras medidas impostas pela Reforma Ultramontana, como também era conhecida, foi a substituição do leigo, que perde, deste modo, a sua autonomia religiosa, que passaria a ter validade com a aprovação do clero. Assim, as Irmandades religiosas fundadas e dirigidas por leigos sob a proteção de um orago tradicional, como Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, dentre outros²⁹, foram substituídas por associações leigas voltadas para os demais santos então em voga na Europa, como, por exemplo, São Vicente de Paulo e Nossa Senhora das Graças (SANTOS, 1996, p. 70).

É neste período de transformações intensas no *modus operandi* do catolicismo que a Sociedade São Vicente de Paulo ganha espaço, não somente em Goiás, mas em todo o país. O santo que batizou Sociedade foi canonizado pelo papa Clemente XII (1652-1740) em 1737. Filho de camponeses, Vicente de Paulo nasceu em Pouy, na França. Tinha um tio que administrava um hospício local que atendia os viajantes e peregrinos pobres. Foi ordenado diácono em 1598 e sacerdote em 1600. Terminou os estudos em Toulouse em 1604. Em 1625 fundou a Congregação da Missão³⁰, cuja aprovação episcopal ocorreu em 1626, e a aprovação pontifícia em 1634, por meio da bula *Salvatoris Nostris* do Papa Urbano VIII (1568-1644)³¹. Portanto, a origem da Congregação da Missão remonta às missões realizadas por São Vicente de Paulo e cinco outros padres, tendo como principal objetivo a evangelização dos pobres³².

²⁹ Sobre as Irmandades Religiosas ver: MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

³⁰ A Congregação da Missão é uma ordem religiosa masculina católica, também conhecida como Lazaristas, por que a primeira casa da Congregação em Paris se chamava 'Casa de São Lázaro', ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos.

³¹ Informações retiradas no site: www.ssvp-portugal.org.

³² Entretanto, houve períodos em que o socorro espiritual aos pobres teve que ser transformado em socorro material, como bem mostra CHÂTELLIER a respeito da miséria: "*Vicente de Paulo fora um dos primeiros a senti-la em toda a sua dimensão. Por isso nunca abandonava um lugar sem que nele estabelecesse previamente uma confraria de caridade destinada simultaneamente ao socorro dos pobres e à manutenção do espírito da missão. Aliás, esta, considerada stricto sensu, foi substituída, no tempo das grandes misérias dos meados do século XVII, por obras puramente caritativas que, de algum modo, constituíam missões transformadas em actos. Foi particularmente o caso de Lorena, devastada pela Guerra dos Trinta Anos. Cinquenta anos depois, os padres da sua companhia, os*

A Sociedade São Vicente de Paulo, por sua vez, não tem suas raízes entre o século XVI e XVII, e sim, no início do XIX, quando foi fundada em Paris, nos idos de 1833, pelo jovem estudante Frederico Ozanam (1813-1853), beatificado em 22 de Agosto de 1997, pelo Papa João Paulo II (1920-2005).

Em sua biografia consta que Ozanam nasceu na cidade de Milão, na Itália, filho de um médico prestigioso “*cuja fama profissional não o impedia de assistir doentes indigentes, com o mesmo cuidado e afabilidade reservados aos pacientes da alta condição social*”; sua mãe também era “*dedicada à assistência dos pobres e enfermos*”. Em 1831, Ozanam chega a Paris com o objetivo de estudar na Sorbone, e torna-se freqüentador assíduo dos ambientes intelectuais, chegando até mesmo a colaborar com jornais e revistas. Em 1833, com apenas 20 anos, ele “*anuncia a um amigo a intenção de realizar finalmente um projecto, que há tempo lhe era muito querido: uma ‘Conferência de caridade’, uma associação de beneficência para a assistência dos pobres*”³³. Em um documento encontramos o porquê da mudança do nome de “*Conferência de caridade*”, para Sociedade São Vicente de Paulo:

*A 04 de fevereiro de 1834, um dos companheiros de Ozanam (Lião Le Prévost) sugere a adoção do patrocínio de São Vicente de Paulo e o nome de Conferência de caridade é mudado para o de Conferência de São Vicente de Paulo. Por proposta de Ozanam, é invocada a proteção de Nossa Senhora à Conferencia (...)*³⁴

Pelo exposto, pressupomos que não foi a biografia de São Vicente de Paulo que inspirou Frederico de Ozanam a fundar as Conferências, e que a própria sugestão do nome partiu de um amigo, que possivelmente conhecia a história do santo francês, vislumbrando, deste modo, o que havia de comum ao objetivo de ambos: a assistência aos pobres.

Portanto, de São Vicente de Paulo a Frederico de Ozanam, o ideal foi sempre o mesmo: o auxílio aos pobres, embora com algumas diferenças práticas. Como ressaltamos anteriormente, o objetivo de São Vicente era o conforto espiritual

Lazaristas, estabelecidos na diocese de Montauban, agiam do mesmo modo. Durante o terrível ano de 1693, eles eram obrigados a substituir grande numero de exercícios espirituais por distribuições de ‘pão e sopa aos mais pobres’”. (1995, p. 156).

³³ Informações retiradas do site: www.vatican.va.

³⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02*. Goiânia, Fevereiro de 1978, p. 05.

dos pobres, por meio da pregação do Evangelho no que se entendia por “*Caritas christi urget nos*”.

A Sociedade leiga idealizada por Frederico de Ozanam, por sua vez, tinha o objetivo de reunir esforços e canalizá-los em prol dos pobres, principalmente através de visitas e de donativos. Os objetivos de São Vicente de e Frederico de Ozanam, desse modo, se complementam; embora com ênfases diferentes na operacionalização prática do que vem a ser a caridade: para o primeiro a ênfase era o conforto espiritual, tendo o auxílio material somente em períodos de muita carência; a ênfase do segundo, por sua vez, centrava-se na prática da caridade por meio de auxílio material.

Todavia, o que resultou da criação de Ozanam foi uma rede mundial de auxílio aos pobres, por intermédio das Conferências Vicentinas³⁵. Então, da França ao Brasil, do Rio de Janeiro a Goiás, as Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo proliferaram sustentando a prática incondicional da caridade. No que se refere à implantação dessa Sociedade em Goiás, poucos foram os documentos que encontramos, e estes, infelizmente, nos fornecem uma visão parcial do episódio.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo enunciou-se em nossa Província pela fundação da 1ª Conferencia que foi installada no dia 29 de Abril de 85 com desesete sócios; a 8 de Dezembro de 86³⁶ com grande contentamento de todos os membros foi fundada a Conferencia da Imaculada Conceição creando se nesse acto o Conselho Particular que começou a funcionar desde essa data mais tarde foi creada a Conferencia de S. José de Mossamedes que funciona na freguesia do mesmo nome, distante dessa Capital oito léguas; depois foi creada a Conferencia de S. Luiz Gonsaga (...), finalmente fundou-se em Meia-Ponte a Conferencia de Nossa Senhora do Rosario que já conta com seis seis doze socios activos e doze contribuintes³⁷.

³⁵ Atualmente, a Sociedade São Vicente de Paulo está presente em 135 países, com um número aproximado de 500 mil membros. O Brasil é o maior país vicentino do mundo: são 20 mil Conferências, 1754 Conselhos Particulares, 272 Conselhos Centrais, 30 Conselhos Metropolitanos e 2 mil Obras Unidas, coordenados pelo Conselho Nacional do Brasil. Os vicentinos tiveram também relevante papel na transferência da capital para Goiânia, quando aqui fundaram a Santa Casa de Misericórdia e mais tarde a Colônia Santa Marta.

³⁶ Outro documento aponta 8 de Dezembro de 1885, como sendo a data de instalação desta conferencia. ASVP: Documentos Avulsos. *Conferência da Immaculada Conceição da Sociedade São Vicente de Paulo. Balancete da Receita e Dispeza da mesma Conferencia*. Cidade de Goiás, 1888.

³⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

O documento exposto acima apresenta de forma sucinta, a estruturação da Sociedade São Vicente de Paulo, ainda na Província de Goiás; entretanto, dever-se-á considerar alguns aspectos que nessa tentativa de tessitura dos fios que integram a trama da referida sociedade ficaram dispersos.

A primeira questão que levantamos centra-se basicamente no trecho inicial do documento: “*ennunciou-se em nossa Província*”, ou seja, como esse modelo de Sociedade chegou a Goiás, ou melhor, quem o trouxe para Goiás? Encontramos em um documento o que pode ser o ponto de partida para tentarmos responder nossa inquietação; trata-se de uma Carta Pastoral³⁸, do início da década de 1880, escrita pelo então Bispo da Diocese de Goiás, Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão.

Ao descrever as iniciativas tomadas para “*santificar os fieis*”, tais como a fundação de casas de missionários, em diversos pontos da Província, relata que para “*o mesmo fim tanto nos temos empenhado para plantar nesta diocese a sociedade de São Vicente de Paulo (...)*” (LEÃO, apud SILVA, 2006, p. 301).

A partir do exposto, podemos observar que a Sociedade São Vicente de Paulo foi introduzida na Província de Goiás por Dom Claudio. Porém, para que houvesse o empenho do Bispo para a criação das Conferências, pressupõe uma ligação anterior do mesmo com a referida Sociedade.

Partindo desse pressuposto, procuramos na biografia de Dom Claudio³⁹ algo que o aproximasse, direta ou indiretamente, tanto a São Vicente de Paulo, como a Frederico de Ozanam. Dom Claudio nasceu na cidade de Salvador em 21 de Fevereiro de 1841. Filho do bacharel Domingos José Gonçalves Ponce de Leão e de Dona Getrudes Gonçalves de Araújo, realizou os primeiros estudos de humanidades em sua cidade natal. “*Manifestando desejo de se tornar um grande engenheiro, com o que o pai muito concordou, aos 16 anos viaja para a Europa. Em Paris termina seu curso de humanidades para ingressar imediatamente na Escola de Engenharia de Cannes*” (SILVA, 2006, p. 284).

³⁸ A Carta Pastoral é um instrumento de orientação e controle dos fiéis escritas com certa frequência pelos ordinários diocesanos e endereçadas ao clero e a eles, as quais, todos os párocos deviam ler, quase no final da missa, um pouco antes da bênção. Em geral, continham diretrizes e orientações religiosas que todos deviam observar, bem como os exortava ao cumprimento dos deveres cívicos, como o pagamento do dízimo, a realização de preces coletivas na intenção dos monarcas reinantes, pelo descanso eterno dos mesmos, dentre outras (CAMPOS, 1997, p. 11-28).

³⁹ A biografia consultada para este fim encontra-se disponível na obra de síntese “*Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiais para a história de Goiás*”, de autoria do Cônego Trindade da Fonseca e Silva, publicado originalmente em 1948.

Neste primeiro momento, dois de nossos personagens históricos – Frederico de Ozanam e Dom Claudio – estão compartilhando o mesmo ambiente, qual seja, a Paris da primeira metade do século XIX. O *empenho* do futuro Bispo Diocesano de Goiás em implantar a Sociedade São Vicente de Paulo pode ter suas raízes neste período.

Com base no parágrafo anterior podemos verificar que Dom Claudio viajou para a Europa em 1857. Havia, portanto, apenas 24 anos que Frederico de Ozanam criara a Sociedade São Vicente de Paulo, fato que ocorreu em 1833, como afirmamos anteriormente.

Neste período, embora curto, de 24 anos de instalação da Sociedade São Vicente de Paulo, Dom Claudio possivelmente presenciou a repercussão da obra de Frederico de Ozanam, não somente junto à sociedade parisiense, como também ao clero. “*Após a fundação da primeira Conferência, começaram a se multiplicar em toda Paris, e logo se instalando em quase todas as províncias da França*”⁴⁰.

Entretanto, não foi esse episódio que selou os destinos de Dom Claudio com os ideais de São Vicente de Paulo; o que aconteceu antes de ter concluído o curso de Engenharia. Cônego Trindade narra este fato da seguinte maneira:

Filho de pais católicos, jamais abandonara as suas práticas de piedade, embora vivesse naquele meio parisiense de muita liberdade e licenciosidade contra a moral cristã. Dom Claudio torna-se conhecedor das virtudes do Cura de Ars. Desce a Ars e se confessa com o santo vigário. Nesta oportunidade, o Padre Vianney lhe dissera que ele não seria mais um engenheiro dos homens, mas sim, um grande engenheiro da salvação das almas. Abandona o resto de seu curso e procura os Padres da Missão de São Vicente de Paulo, os Lazaristas, e se faz religioso em Agosto de 1863, para 1867 ordenar-se presbítero e seguir imediatamente para o Brasil (SILVA, 2006, p. 284).

A propósito de Dom Claudio ter se ordenado junto à Congregação da Missão, pressupomos encontrar neste episódio a explicação do *empenho* do Bispo em fundar a Sociedade São Vicente de Paulo na Província de Goiás.

A Conferência de São José, no Rio de Janeiro, foi a primeira a ser fundada no Brasil, em 1872. Não temos conhecimento da participação de Dom Claudio em

⁴⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02*. Goiânia, Fevereiro de 1978, p. 05.

outras fundações de Conferências; embora a Corte Imperial fosse um dos seus destinos depois de regressar ao Brasil, cinco anos antes. Contudo, a instalação da Sociedade São Vicente de Paulo apenas treze anos após a fundação da primeira no Brasil, coloca a Província de Goiás como um dos primeiros lugares a receber os ideais de Frederico de Ozanam.

Ademais, é oportuno ressaltar a ausência de Dom Claudio na documentação arrolada para a escrita deste trabalho. Em dois, dos três documentos que procuram fazer um histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás, não há menção ao nome do referido bispo. O primeiro documento é o já citado relatório datado de 1888, em que há um interessante trecho que ora destacamos:

Conquanto não possamos contar a mesma concurrencia no mesmo fervor de outrora, contudo, não nos é desanimador o estado das nossas Conferencias, pois, desaparecido o entusiasmo e os efeitos da novidade entre a mocidade ficou o verdadeiro espirito da caridade que é a alma das nossas Conferencias⁴¹.

Ao que parece, três anos após a fundação da primeira Conferência da Sociedade São Vicente de Paulo em solo goiano, o tom da citação acima é desanimador. Neste curto período, já havia “*desaparecido o entusiasmo e os efeitos da novidade entre a mocidade*”, que era o principal público alvo da obra de Ozanam.

Ademais, vale ressaltar que nesta época o Bispo da Diocese de Goiás ainda era Dom Claudio, que permaneceu no cargo de 1881 a 1890. Noutro documento, datado de 1975, datilografado pelas Irmãs Dominicanas, e que possivelmente se embasou no documento citado acima, faz um histórico das Conferências em Goiás, que também destacamos anteriormente. Até 1888, nos três primeiros anos de implantação da Sociedade, havia na Cidade de Goiás, a Conferência da Imaculada Conceição e a Conferência de São José, ambas com sede na Igreja de São Francisco; a Conferência de Sant’Ana e a Conferência de São Luis Gonzaga, cujas reuniões se davam no interior da Catedral; a Conferência de Nossa Senhora do Rosário, com

⁴¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

sede na igreja de mesmo nome; e a Conferência de São Prudêncio, sede do Conselho Geral e Particular, na Igreja do Carmo⁴².

A propósito da Sociedade São Vicente de Paulo, ainda nos resta explicar a diferença entre um Conselho Particular e um Conselho Central, o que se justifica devido à importância que será verificada no decorrer do trabalho.

Como é sabido, as Conferências são grupos, com número determinado de homens, que se reúnem com regularidade e frequência com o objetivo de angariar recursos para o auxílio aos pobres. Cada Conferência funcionava com um número específico de Confrades, que variava de doze a vinte e quatro. As Conferências de determinada cidade estão unidas entre si pelos Conselhos Particulares. Estes, por sua vez, estão vinculados aos Conselhos Centrais, de caráter executivo, que responde por determinada circunscrição⁴³.

A Cidade de Goiás, neste período que abordamos, era a sede do Conselho Particular e Central da Província. O Conselho Particular foi criado em 08 de Dezembro de 1886, tendo como primeiro presidente o Comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé. Já neste período há notícias de outras conferências em Santa Cruz de Goyaz, Bonfim de Goyaz e Meia Ponte, segundo relatos de historiadores como Joaquim Rodrigues Alves (1976), José Sêneca Lobo (1981), Jarbas Jayme (1975) e José Sizenando Jayme (1983).

Com base no referido documento, encontramos um forte indício a respeito do desaparecimento do *enthusiasmo* da sociedade vilaboense com a Sociedade São Vicente de Paulo: “*Ainda neste ano de 1888 deu-se a Agregação das Conferências São Luis de Gonzaga, N. Senhora da Conceição desta Capital*”⁴⁴. Pressupomos que a agregação das Conferências foi uma resposta à falta de *enthusiasmo* que, para não desaparecerem, por não atingir certo número de confrades, se uniram.

Por fim, o único documento que cita Dom Claudio, como o precursor da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás, não tem data, e assim como o documento

⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 01.

⁴³ Na seqüência hierárquica há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional, existe o Conselho Nacional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, RJ. Coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França.

⁴⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 02.

citado acima, foi fruto de uma *pesquisa* das Irmãs Dominicanas para traçar um histórico tanto da instituição, quanto da Sociedade que a construiu.

Tal fato fica evidente na última frase do documento: “*Dados retirados do Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo de Goiás*”⁴⁵. O interessante é que não encontramos os documentos originais de onde esses *dados* foram retirados⁴⁶. O trecho que cita o Bispo é o seguinte: “*A Sociedade de S. Vicente de Paulo iniciou-se em nossa Província pela fundação da 1ª Conferencia que foi instalada por D Claudio Ponce de Leão no dia 29 de abril de 1885 com 17 sócios*”⁴⁷.

O trabalho de Dom Claudio em Goiás⁴⁸, seja com a participação dos Dominicanos, com a implantação da Sociedade São Vicente de Paulo, ou em verdadeiras “*missões*” para visitar todas as cidades sob sua jurisdição eclesiástica, contribuiu com o processo de romanização da Igreja Católica em Goiás.

Ao invés de acabar com algumas irmandades, ofereceu o modelo da Sociedade Vicentina criada por Ozanam; em vez de, simplesmente, abolir o culto a determinados santos, fomentou outros como São Luis Gonzaga, São Prudêncio, dentre outros, batizando as Conferências com seus nomes.

Contudo, o processo de negociação entre a *velha* e a *nova* proposta de catolicismo não ocorreu sem conflito⁴⁹. A permanência do culto de santos como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e a atuação da Irmandade dos Passos até os dias de hoje, sugerem as dificuldades no caminho percorrido.

Os vilaboenses são e sempre foram muito arraigados ao tradicional, desde aquela época; houve grande conflito também na imprensa; muitos intelectuais posicionavam-se contra a derrubada de velhos hábitos do povo da antiga Vila Boa.

⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás*. Cidade de Goiás, s/d.

⁴⁶ Segundo nos contaram as atuais irmãs responsáveis pelo Asilo, na década de 1970, as irmãs escreveram este histórico do asilo e queimaram a documentação nas quais se embasou.

⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás*. Cidade de Goiás, s/d.

⁴⁸ Dom Claudio, após ficar nove anos à frente da Diocese goiana é transferido para Porto Alegre, e posteriormente torna-se Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, vindo a falecer em 26 de maio de 1924, “*como um humilde filho de S. Vicente de Paulo*” (SILVA, 2006, p. 314). A remoção de D. Claudio causou “*consternação, uma vez que aquele chefe da Igreja goiana era geralmente estimado em toda a Província*”; sendo ele, por exemplo, quem levou a Roma, “*para ser oferecida a Leão XIII, uma imagem do Menino Deus, valioso trabalho do grande escultor goiano Veiga Vale*” (FERREIRA, 1980, p. 61).

⁴⁹ Sobre esse assunto ver: SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *Paixões em Cena: a Semana Santa na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

Sebastião Fleury Curado (1864-1944), por exemplo, escreveu um artigo defendendo a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Goiás, que foi mais tarde publicado em seu livro *Três Memórias Históricas* (1937).

Noutro passo, iremos aprofundar na atuação das Conferências Vicentinas na Cidade de Goiás, e, posteriormente, faremos o histórico do Asilo São Vicente de Paulo. Primeiramente, há que se considerar o período anterior a idéia de construção do asilo, que embora curto – 1885 a 1888 – é interessante para procurarmos compreender como foi o início dos trabalhos das conferências em solo goiano.

Neste sentido, um dos principais de indícios é o documento supra citado, qual seja, o relatório de 1888, que centra-se no trabalho da Sociedade São Vicente de Paulo que era voltado para quatro principais obras, a saber: a Escola Noturna, Obra dos Enterros (da qual há citações literárias pitorescas nos contos de Cora Coralina (1984), Mariana Augusta Fleury Curado (1969) e Octo Marques (1984) sobre o famoso “caixão de São Vicente”), a Doutrina Cristã e as Visitas às prisões e hospitais. Quanto à primeira, essa era uma obra dedicada:

(...) a instrução dos pobres foi mantida pelo Conselho Particular por espaço de um anno, vencendo a Sociedade grandes obstáculos para poder manter uma obra com que não fazia pequena despesa; a Providencia porém, que tudo vê e tudo sabe, lembrando se dos ardentes desejos da Sociedade fez com que o Governo Prov.^{al} fundasse uma escola nocturna em mesmo predio em que funcionava a nossa, as mesmas horas e com os mesmos regulamentos, o que foi para nós de grande contentamento, pois vemos assim a obra de Deus com mais força e mais estabilidade, permitta Deus que essa instituição tenha sempre em sua frente um Director de uma moral capaz de produzir bons cidadãos⁵⁰.

Pode-se observar que o Governo Provincial instituiu uma escola noturna onde funcionava a escola mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo. Ademais, nota-se que quando se transferiu a responsabilidade para o governo⁵¹, conservou-se o prédio, o horário e o mais importante, o regulamento.

Tal fato evidencia que, o objetivo dos Vicentinos, qual seja, a instrução dos pobres, se manteve com a mudança de administração. Entretanto, não encontramos

⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁵¹ Não podemos precisar em qual governo ocorreu a transferência, pois o documento não cita o ano.

nos relatórios dos presidentes de província, qualquer menção sobre a criação desta escola noturna⁵², pois nesse período, como relataram os historiadores da educação goiana, Genesco Ferreira Bretas (1997) e Nancy Helena Ribeiro de Araújo e Silva (1981), a instrução ainda não era vista como forma de ascensão social, estava muito no âmbito da classe privilegiada, como forma de manutenção de domínio de famílias abastadas.

Foi só com a Escola de Aprendizes e Artífices, criada na Cidade de Goiás em 1909 é que houve uma tentativa de criação de curso noturno para profissionalização dos pobres, mas que não foi avante. A primeira tentativa desse porte foram as insipientes aulas, em 1913, gratuitas, das professoras Maria Henriqueta Péclat e Georgina Caiado Fleury, no velho casarão junto à “pinguelona” do Mercado. Pelo relato de Mariana Augusta Fleury Curado em seu livro *Vida* (1969), as aulas não prosseguiram porque os próprios pobres não viam nelas nenhum significado prático. Para serviços braçais não precisavam ser alfabetizados.

A segunda obra é a respeito dos enterros, que a Sociedade São Vicente de Paulo fazia aos pobres, como bem mostra outro trecho do relatório de 1888:

Depois de grande dificuldade vimos concluido o carro funebre, obra que acha começada a um anno e tanto, dependendo ainda da construcção de uma casa para seo deposito e aquisição de animaes para o seu costeio. Nem por isso esmorecemos ainda, pois é mais fácil termos encontrado dificuldades com aquisição de operarios do que com os meios para levar a effeito tão importantes obras⁵³.

A função de enterrar gratuitamente os indigentes era desempenhada pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, “(...) instituição que abarcava funções e princípios caritativos cristãos” (MAGALHÃES, 2004, p. 19). Pressupomos que depois de 1885, as Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo cuidariam deste

⁵² A única alusão sobre a mesma foi localizada no relatório do Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, datado de 1888, quando se aborda a questão da nomeação de professores: “para a noturna da capital o cidadão José Gomes dos Santos (...)”. In: Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas* nº 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 184.

⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

trabalho, devido ao fato da aquisição de um carro fúnebre para o cortejo até o cemitério.

Em 09 de setembro de 1888, por exemplo, a Conferência da Imaculada Conceição pagou “*hum mil e duzentos réis*” ao senhor Manoel da Costa Leite, “*proveniente de um caixão de anjinho feito pelo referido*”⁵⁴.

Noutro passo, a Doutrina Cristã⁵⁵, a terceira obra na qual se dedicou a Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás era inicialmente de responsabilidade do confrade José Ignácio da Luz e Azevedo, e posteriormente:

*(...) passou a sê-lo pelos Padres Dominicanos, obra que a elles declinamos de muito bom gosto, pois, infelizmente, podemos com franqueza dizer que mais serviamos para discípulos que para mestres de doutrina, pois nesse ponto é geral a indolencia dos pais de familias que tudo deixam aos cuidados dos mestres que lhes ensinam a bôa ou má moral*⁵⁶.

Por conseguinte, a pregação da Doutrina Cristã, em plena sintonia com os mandamentos da Santa Sé, era um dos principais objetivos da Reforma Ultramontana. Portanto, tal empresa não poderia ser concebida por leigos e, sim, por pessoas capacitadas em assuntos religiosos, como os Padres Dominicanos.

Enquanto a Igreja cuidava do aporte espiritual, aos Vicentinos caberia angariar fundos e canalizá-los em prol dos pobres. Em 1888, por exemplo, o superior dos Dominicanos em Goiás, Frei Raymundo Maria Madre⁵⁷, ofereceu “*(...) para por-si ou por qualquer dos seus companheiros, leccionar gratuitamente religião no*

⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.

⁵⁵ Doutrina Cristã era sinônimo de catequese.

⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁵⁷ Padre Raymundo Maria Madre chefiou a primeira expedição de padres Dominicanos para Goiás, “*(...) era de origem basca. Tinha a força e o brio de quem não se abate. Como zuavo pontifical participou da defesa dos estados pontificiais em 1869 e da guerra franco-prussiana em 1870, entrando posteriormente na Ordem. Exercia a dupla função de cantor conventual e sub-diretor dos noviços quando os superiores resolveram enviá-lo ao Brasil. Jovem, ativo, empreendedor, de circunspeção um tanto solene, falando com segurança, ia ele, na qualidade de superior dar o impulso necessário aos começos, sempre difíceis*” (LLECH, 1976, p. 196).

*Lycêo (...)*⁵⁸, este documento pressupõe o interesse dos Dominicanos no intuito de que o ensino religioso fosse realizado por eles.

Finalmente, as visitas às prisões e aos hospitais compreendiam uma das mais importantes obras para os Vicentinos, porque traziam “*grandes resultados e muitas consolações*”. Contudo, nem todos os Vicentinos se dispunham a realizar tais visitas, porque não se podia “*contar com alguns piedosos confrades que a exemplo das Conferencias do Rio de Janeiro e outros pontos do Brasil*” se dirigiam tanto as cadeias, quanto aos hospitais⁵⁹. O documento traça um quadro perturbador desses dois estabelecimentos:

(...) às cadeias onde encontrarião os presos entregues a um meio horrível onde só encontram meios de maior perdição que verdadeira correccão; aos hospitaes onde os enfermos illudidos a uma triste esperança de viver sempre enganados por levianas animações, nunca se lembrão do verdadeiro caminho á seguir; é assim que vimos duas classes de desgraçados, bem pobres e que não encontram quem lhes leve uma esmola para alimentar o seu espirito, por aqui vemos bem claramente que nem sempre é grande esmola atirarmos simplesmente a sacola do pobre um punhado de ouro, ao passo que seria de grande virtude aquelle que não tendo ouro e que desejando ser util a nossa cara Sociedade se dirigisse a casa do pobre e alli lhe consolasse em sua dôr, que se dirigisse ao cárcere e mostrasse ao criminoso o caminho do arrependimento que se dirigisse finalmente ao hospital e ahi de leito em leito consolasse esses pobres enfermos mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma⁶⁰.

A visita aos pobres constituía uma das principais bandeiras de São Vicente de Paulo, de Frederico de Ozanam e da Sociedade criada por este último. No referido documento, encontramos dois pólos em que se concentravam essas visitas, a cadeia e o hospital. A respeito dos relatórios, os mesmos criticam incisivamente tanto a correção, quanto a cura dessas “*duas classes de desgraçados*”.

Tanto em relação à cadeia, como ao hospital, os apontamentos dos confrades Vicentinos encontram eco nos relatórios dos Presidentes de Província. Em

⁵⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas nº 14*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 184.

⁵⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁶⁰ Idem.

1881, o então Presidente da Província, Dr. Aristides de Souza Spinola assimilava, em relação as cadeias:

É pessimo em geral, o estado das cadêas da provincia. (...) A provincia despênde annualmente não pequena quantia com os presos relhidos na cadêa desta cidade, onde vivem em damnosa ociosidade. São intuitivas as vantagens que resultarião de sujeital-os ao trabalho, visando dous fins: a correcção do delinqüente e a economia para os cofres provinciaes. As despezas com os presos devem ser tanto quanto possível, pagas por elles proprios. (...) O trabalho é também necessário para a hygienne da prizão. Muito conviria crear-se tambem na cadêa uma escola nocturna para a instrucção dos sentenciados e dar-lhes igualmente o ensino religioso. (...) Fundadas as officinas, o prezo, em lugar de custar á provincia 400 r.º diarios, E, então, a prizão, hoje morada de ociosos corrompidos, que vivem a custa do imposto pago pelas classes trabalhadoras e moralizadas, será transformada em centro de trabalho, em casa de moralidade, de onde sahirão muitos productos para o consumo da sociedade, e onde se poderá, pelo trabalho, pela religião, conseguir a regeneração do delinqüente⁶¹.

Neste mesmo sentido, o relatório do Presidente da Província Fulgêncio Firmino Simões, datado de 1887, revela o estado desses dois estabelecimentos. É oportuno ressaltar que o citado presidente não era de Goiás, (como a grande maioria nesse período) e assim que assumiu a administração, andou em todos os prédios para conhecer a realidade dos mesmos, como era de praxe, apesar “*dos poucos dias que tenho na administração e do muito trabalho e fadigas de uma viagem longa e em penoso meio de transporte*”⁶². Suas observações quanto a cadeia são as seguintes:

Não são boas as condições da cadêa desta capital, sendo para lamentar que o estado da provincia não permita que decreteis qualquer medida no sentido de melhoral-a, augmentando-a de maneira que possa comportar o numero de presos, que ali se achão actualmente muito accumulados, pois que para ella são remettidos de toda a provincia, visto ser a única que offerece verdadeira segurança⁶³.

⁶¹ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Ex- Presidente da Província, no acto de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 27 de Dezembro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 129-130.

⁶² Idem, p. 169. A respeito da viagem das condições da viagem até Goiás ver: GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. UFG, 1985.

⁶³ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* n.º 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 170.

Um dos principais problemas detectados pelo então presidente foi o acúmulo de presos, ou seja, a superlotação da cadeia. O prédio da cadeia, como se sabe, foi construído em 1761, está localizado no largo do Chafariz (AZEVEDO, 1987, p. 110) e desde a década de 1950 transformou-se em Museu das Bandeiras.

Com base nos documentos citados, uma questão emerge: por que havia tantos pobres na cadeia? Durante o Império, aqueles que “*praticavam a mendicância, mas eram reconhecidos como vadios, havia a repressão da lei e da polícia e o confinamento correccional na Cadeia Pública*” (RABELO, 1997, p. 69), ou seja, a mendicância está relacionada com o aumento de prisões, e a cadeia, naturalmente, transformou-se em um locus de atuação da Sociedade São Vicente de Paulo.

Como evidencia o primeiro relatório, há uma preocupação do presidente em relação a disciplinar o preso ao trabalho, como condição de higiene para a prisão⁶⁴. O segundo, por sua vez, concentra-se na falta de espaço físico para abrigar os presos, reclamando o aumento da cadeia.

Entretanto, nestes dois relatórios emerge o problema da mendicância na capital de Goiás. Em 10 de fevereiro de 1881, por exemplo, o Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, declarava que por “*muitas vezes homens robustos e mulheres ainda capazes do trabalho, têm aparecido no meu gabinete, pedindo esmolos!*”⁶⁵. O problema da mendicância será retomado no segundo capítulo deste trabalho, dedicado aos desvalidos.

Por conseguinte, o segundo estabelecimento é o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, fundado em 1825, tendo a proteção de D. Pedro I, por meio de Carta Imperial datada de 25 de janeiro, com o objetivo de abrigar os enfermos pobres⁶⁶. Sobre esta instituição, um relatório de 1887 faz as seguintes considerações:

⁶⁴ Sobre esse processo ver os interessantes trabalhos de: MORAES, Cristina de Cássia Pereira Moraes. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1995; RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: A normatização do comportamento na Cidade de Goiás (1822-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

⁶⁵ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 203.

⁶⁶ Sobre o Hospital São Pedro de Alcântara ver: MORAES, Cristina de Cássia Pereira Moraes. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860”.

De visita que fiz ao Hospital de Caridade de S. Pedro de Alcântara, a cargo da Santa Casa de Misericórdia, e que a provincia auxilia parcamente, si attender-se aos seus recursos, trouxe uma impressão desagradavel. Essa instituição, com quanto dirigida com zelo e pode-se mesmo dizer com escriptulosa economia, funciona em um edificio a todos os respeitos inconveniente, e seria para desejar que, correspondendo aos sacrificios da provincia, tão importante instituição, para onde estão voltados os olhares dos ricos e dos pobres, porque é de uns e outros que tira os meios de manutenção, mudasse as condições precárias de seu hospital, tornando-o capaz de o ser e procurando satisfazer o seu fim, que é enchugar as lagrimas dos que soffrem, praticando a mais sublime das virtudes – a Charidade⁶⁷.

Como podemos observar, as condições de salubridade desses dois estabelecimentos, nomeadamente, a cadeia e o hospital, onde se encontravam essas “*duas classes de desgraçados*”, era péssimo. E, talvez por isso, tornar-se-ia o *locus* ideal para a atuação dos Vicentinos.

O relatório da Sociedade São Vicente de Paulo de 1888 tece duras críticas tanto ao sistema prisional, quanto ao sistema de saúde, entretanto, o seu objetivo não é mudar aquela realidade, e sim mostrar “*ao criminoso o caminho do arrependimento*”, e consolar o doente “*mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma*”. Essas considerações a respeito tanto da cadeia, quanto do hospital, são importantes para os próximos capítulos deste trabalho, em que iremos aprofundar na relação do asilo com essas duas instituições.

À parte essa questão, às Conferências cabia cuidar de certo de número de pobres, provendo-os tanto do auxílio espiritual quanto material. A título de exemplo, por meio do “*1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*” é possível identificar como funcionava essa rede de auxílio aos pobres da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás.

Neste livro, os confrades escreviam a quantia recebida do tesoureiro e onde haviam gasto o dinheiro, seguindo o modelo abaixo:

In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999; MAGALHÃES, Sônia Maria de. “Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, set-dez. 2004.

⁶⁷Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas nº 14*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 169.

Recebi do Snr. Josino do Nascimento Marques Fogaça, thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição, a quantia de doze mil e quinhentos importancia de 15 vales q forneci a tres pobres da mesma Conferencia e por ser verdade passa o presente em que firmo. Goyaz 1º de Setembro de 1888. Lourenço Alves Costa⁶⁸.

O documento evidencia que, primeiramente, os Vicentinos forneciam os vales em dinheiro, ou gêneros, roupas, dentre outros, e depois recebiam o respectivo valor do tesoureiro da Conferência. A relação dos Vicentinos com os pobres era muito próxima; nesse mesmo documento, por exemplo, o confrade Francisco [...] de Sá, requereu no dia 28 de novembro de 1888, treze mil e quinhentos réis proveniente da compra de roupa para “*meu pobre*”⁶⁹. Ou seja, cada confrade vicentino era responsável por determinado número de pobres.

Sobre essa relação íntima com os pobres, Michel Mollat constatou na Idade Média, que o “*interesse não era apenas moral – também era espiritual*”. Por que ter “*seus pobres, tal como se tinha seus mansos e seus criados, também significava ter seus intercessores, com o objetivo de redimir seus pecados e ter sua salvação garantida*” (1989, p. 149)⁷⁰.

Para visualizarmos as minudências da rede de auxílios da Conferência da Imaculada Conceição, elegemos quatro Vicentinos, a saber, Lourenço Alves Costa, Manoel Pinheiro Lemos, Antonio Ribeiro da Silva e João Augusto Marques Fogaça, e os acompanhamos em suas movimentações durante o período de setembro a dezembro de 1888:

⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. 1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição. Cidade de Goiás, 1888-1889.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ A questão de interceder junto a Deus por meio da oração foi identificada no suplemento do Correio Oficial de nº 58 de 10 de agosto de 1881, em que lê-se: “*Um apelo aos corações benfazejos e cristãos. A infeliz Theodora, moradora no beco da Villa Rica, não podendo mais esmolar pelas ruas, como até há pouco o fazia, em consequência de haver-se agravado bastante o enorme aleijão que tem, supplica às almas caritativas que não se esqueçam dela com o pão diário e roupas servidas, promovendo a todos dirigir incessantemente rogos a Deus em favor de seus benfeitores*”. (CORREIO OFICIAL, apud RABELO, 1997, p. 67).

Quadro nº. 1:
Contabilidade da Conferência da Imaculada Conceição da Cidade de Goiás

Lourenço Alves Costa			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	15 vales	12\$500 réis	3 pobres
04/10/1888	12 vales	10\$000 réis	3 pobres
12/11/1888	12 vales	10\$000 réis	3 pobres
01/12/1888	16 vales	17\$500 réis	4 pobres
Manoel Pinheiro Lemos			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
03/10/1888	Gêneros	6\$000 réis	2 pobres
03/11/1888	8 vales	6\$000 réis	2 pobres
02/12/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
Antonio Ribeiro da Silva			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
03/10/1888	Gêneros e 8 vales	6\$000 réis	2 pobres
03/11/1888	8 vales	6\$000 réis	2 pobres
05/12/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
João Augusto Marques Fogaça			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	35 vales	26\$250 réis	7 pobres
04/10/1888	26 vales	19\$500 réis	7 pobres
12/11/1888	23 vales	17\$200 réis	7 pobres
03/12/1888	25 vales	19\$350 réis	7 pobres

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.

Considerando que cada confrade cuidava de determinado número de pobres, chegamos ao total de 14 pobres ajudados pelos quatro Vicentinos nos meses de setembro a novembro e 15 pobres no mês de dezembro.

Dever-se-á considerar que os quatro representam parcela pequena dos membros da Conferência da Imaculada Conceição. O mesmo ocorria na Conferência de São Luiz Gonzaga, “*composta de jovens estudantes que muito dão a esperar*”⁷¹,

⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

que, em 1888, possuía 10 sócios assíduos, 2 remissos, 1 que não compareceu por *justo motivo*, 2 ausentes, e 2 que foram eliminados, totalizando 13 sócios ativos. Estes, por sua vez, socorreram 18 pobres, distribuindo para os mesmos 138 vales de janeiro a julho de 1888⁷². Ademais:

*Quanto aos socios, têm cumprido com escrupuloso cuidado, os preceitos que prescreve o nosso Regulamento, relativamente a visita das familias pobres. Destas não ha um só membro que não seja Catholico, e todos satisfazem os mandamentos da Igreja. A Conferencia continua a patrocinar o casamento de donselhas pobres e de amansebados*⁷³.

Esse documento é interessante por descortinar outro viés de interpretação da atuação da Sociedade São Vicente de Paulo. Por meio dele é possível perceber a junção dos ideais de São Vicente de Paulo e Frederico de Ozanam. Porque, para serem assistidos pelos confrades, os pobres deveriam ser católicos e praticar os mandamentos da Igreja.

Uma vez cumprindo esses requisitos receberiam, para além do conforto espiritual, como ressaltamos anteriormente, também o conforto material, com recebimento de vales, de roupas, de comida, aluguel de casas, patrocínio de casamentos – principalmente dos amancebados –, fornecimento de caixões, dentre outros. Talvez, o não cumprimento desses requisitos – o ser católico – tenha feito com que a Conferência de São Luiz Gonzaga suspendesse o auxílio a dois pobres⁷⁴.

Mas à parte essa questão, como funcionava as finanças dessa rede de assistência? O dinheiro era oriundo da coleta entre os confrades, da contribuição da sociedade, e de eventos promovidos para arrecadar dinheiro, como leilões, espetáculos teatrais, além de outros.

Anna Joaquina da Silva Marques, autora de um memorial entre 1881 até 1930, presenciou o esforço da Sociedade São Vicente de Paulo em angariar recursos⁷⁵. Na noite de 1º fevereiro de 1886 “(...) *hove Theatro em em beneficio de*

⁷² ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Presidente da Conferencia de S. Luiz Gonzaga*. Cidade de Goiás, 1888.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Sobre Anna Joaquina da Silva Marques ver o interessante estudo de: CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina*

*S. Vicente de Paula. (Vingaça de 1 escravo, e a comedia o morto embargado) esteve m^{to} concorrido nós não fomos*⁷⁶. No dia 23 de julho de de 1886, “*eu Nhola e Lili fomos a novena de S. Vicente de Paula. Houve Leilão*”⁷⁷. Mais adiante, no dia 21 de julho de 1889 “*houve leilão de S. Vicente de Paula houve m^{tas} prendas q’ forão arrematadas*”⁷⁸. Por fim, em 8 de dezembro de 1889 “*teve lailão de S. Vincente de Paula p.^a q’ o resultado fosse o din.^o distribuido com os pobres. Nhola Lili e Eu offerecemos objectos, p.^a esse fim*”⁷⁹.

Nessas passagens retiradas do Memorial de Lembranças de Anna Joaquina há uma frase muito interessante, a saber, “*Hove leilão da irmand.^e de S. Vicente de Paulo; m^{to} concorrido p.^{lo} jovens Goyano*”⁸⁰. O último trecho afirma que o evento promovido pela Sociedade São Vicente de Paulo foi muito concorrido pelos jovens. Isso aconteceu em 19 de julho de 1885, ou seja, apenas três meses depois de fundada.

Tal fato vem corroborar aquele outro documento, citado páginas atrás, que discorre sobre o *entusiasmo*, que, em 1888, já não era o mesmo de outrora, porque se dissipou a poeira da novidade. Este ponto é muito importante, pois será uma parte do tripé que sustentará a nossa hipótese acerca da idéia da construção do asilo.

Igualmente, o primeiro trecho da frase é a respeito de como a Anna Joaquina se referiu à Sociedade São Vicente de Paulo: como uma Irmandade. Isso é um interessante indício sobre o modo como a sociedade vilaboense vivenciava as regras da Reforma Ultramontana. Mesmo após a substituição das Irmandades por novas associações, como a Sociedade São Vicente de Paulo, a população ainda as via como uma Irmandade. A semelhança entre essas duas associações leigas engendra tal comparação.

Concluindo a questão da rede de assistência aos pobres, se levarmos em consideração o número de Conferências em torno de seis, podemos estimar que o número de confrades Vicentinos fosse de no mínimo sessenta.

Marques. Cidade de Goiás, 1881-1930). Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2008.

⁷⁶ Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, doravante designado IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 79 (mimeo).

⁷⁷ Idem, p. 86.

⁷⁸ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 120.

⁷⁹ Idem, p. 125.

⁸⁰ Ibidem, p. 72.

Outrossim, se cada vicentino assistia no mínimo um pobre – há casos de somente um atender sete – é notório que essa rede de assistência entraria em colapso; porque, de um lado temos a diminuição do número de Vicentinos, e de outro, o aumento no número de pobres.

Uma evidência desse fato é o caso de Lourenço Alves Costa, que em dezembro de 1888, como mostra a tabela acima, aumentou de 3 para 4 o número de pobres que assistia. Esses indícios apontam para os principais fatores para a construção do asilo:

*A Sociedade S. Vicente de Paulo em Goiás, tendo em vista a avultada quantia que mensalmente despendia com alugueis de casas para os seus pobres e a dificuldade de alimentá-los, concebeu a idéia de adquirir um prédio com as necessarias acomodações afim de melhor tratá-los em conjunto*⁸¹.

Para além da economia financeira que, para a Sociedade São Vicente de Paulo, a construção do asilo representaria, este objetivo também evidencia a questão do asilamento desses indivíduos, ou seja, retirá-los das ruas, praças, becos e vielas e alojá-los dentro de um lugar, onde o discurso da caridade, esconde uma questão mal resolvida historicamente, qual seja, o problema dos mendigos, doentes, velhos, alienados mentais que punham em risco a salubridade da Cidade de Goiás, assim como o seu *status* de capital da Província.

Uma vez no asilo, os seus internos recebiam “(...) *todos os confortos tanto materiaes, como espirituaes (...)*”⁸² A presença de um capelão e das Irmãs, ambos da Ordem Dominicana, a própria capela e o seu significado como lugar sagrado, e os Vicentinos viabilizando financeiramente a manutenção da instituição, convergiam para que o espaço do asilo representasse a prática dos ideais de São Vicente de Paulo e de Frederico de Ozanam. Ademais, o objetivo do asilo era “(...) *recolher os*

⁸¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, s/d, p. 02.

⁸² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

indigentes e mantel-os; dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica”⁸³.

Aos domingos e dias santificados, um dos [...] Pe. Dominicanos celebra o Santo Sacrificio da Missa na Capella, onde, alguns dos asylados em companhia das Irmãs recebem a Jesus sacramentado. (...) A capella é sempre ornada devido ao zelo das Irmãs, que com os donativos a ellas pessoalmente feitos compram, alem dos extraordinarios para a casa, os aviamentos e fazem flores e palmas. Para mais decencia na celebração dos Santos Misterios compraram 1 cahixa de [...], 2 para galhetas, 1 estante de madeira, 3 paramentos e 1 [...] que está a chegar, para [...] na Benção do SS. Sacramento (...)⁸⁴.

Pelo exposto, percebe-se que as missas na capela do asilo ocorriam aos domingos e dias santos, ou em caso de alguma eventualidade, como morte, dentre outros. Nem todos os internos participavam das celebrações, embora o “*ser católico*” fosse o primeiro critério para que a Sociedade São Vicente de Paulo pudesse ajudar.

Havia, como de praxe, todo um zelo por parte das Irmãs Dominicanas em relação a este espaço do asilo; já que foi uma das reivindicações para que as mesmas atravessassem o Atlântico e trabalhassem na instituição.

Por conseguinte, a capela do Asilo São Vicente de Paulo, também era utilizada para realizar o sufrágio⁸⁵ pela alma dos seus benfeitores. Em 1916, após o falecimento de uma senhora, proprietária de casas e terras, “*(...) e tendo no seu inventario contemplado o Asylo, deixando-lhe propriedades, esta junta resolveu em agradecimento suffragar a sua alma, mandando resar na capella do dito Asylo, uma missa por ocasião do 7º dia do seu passamento*”⁸⁶. Em 1917, devido ao falecimento de um major “*(...) a quem este asylo muito deve por ter sido um grande protetor seu e por proposta do Snr. thesoureiro , a junta resolveu mandar suffragar a sua alma*

⁸³ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

⁸⁵ Ato piedoso ou oração pelos defuntos.

⁸⁶ ASVP: Documentos Avulsos. Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Outubro de 1916. Cidade de Goiás, 1916.

mandando celebrar na capella do (...)Asylo uma missa por occasião do 30º dia do seu passamento”⁸⁷.

Quando do falecimento de um Confrade Vicentino, em 1919, a capela do asilo também era utilizada para este fim, sendo que na oportunidade “(...) *convidão-se para esse acto de devoção a familia do finado confrade. A missa será celebrada ás 6 horas do dia 26 do corrente naquelle estabelecimento*”⁸⁸. Nessas ocasiões, a capela do asilo recebia, além dos parentes do finado, “(...) *muitos membros da sociedade*”⁸⁹.

Porém, não se observou, na documentação arrolada, nenhuma alusão a alguma celebração visando o sufrágio da alma de algum interno que não tenha deixado bens para a instituição, como veremos no próximo capítulo. Em todos os casos observados acima, o falecido possuía grande prestígio na sociedade vilaboense, ou foi um grande colaborador das obras vicentinas.

Neste sentido, o “*conforto espiritual*” para com os internos estava restrito somente em vida, como o “*conforto material*”. Deve-se ressaltar que, naquela sociedade, visava-se muito mais a morte que a vida, como atesta os estudos sobre a morte desde o século XVIII⁹⁰. Era comum estabelecer nos testamentos a quantidade

⁸⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁸⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁹⁰ Cf. ARAUJO, Ana Cristina. “Despedidas Triunfais: celebração da morte e cultos de memória no século XVIII.”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. 2. Vol. São Paulo: HUCITEC/FAPESP/Imp. Of. do Estado, 2001, p. 17-33; ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; ARIÈS, Philippe. *The hour of four death*. Harmondsworth: Penguin, 1981, p. 62-69; CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno. Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; CHÂTELLIER, Louis. *L’Europ.e Des Dévots*. Paris: Flammarion, 1987; DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séc. XIII - XVIII)*. 2 vol. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003; LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; REIS, João José. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; THOMAS, Keith. *La mort africaine*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978; VAN GENNEP, Arnold. *The rites of passage*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960; VILLA-LOBOS, Maria Jose Cabral Barata Laboerio de. *Atitudes perante a morte. Permanência e mudança numa aldeia da Beira –Baixa*. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995; VOVELLE, Michel. “Les attitudes devant la mort”. *Annales: ESC*, 31: 1(jan-fev) 1976; VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987; VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe*

de missas que deveriam ser rezadas⁹¹. Havia uma necessidade de se propagar o ato de caridade como um itinerário seguro para uma vida eterna feliz.

As missas, por sua vez, não eram gratuitas, pelo contrário. Em 1917, por exemplo, o “*Snr thesoureiro comunicou haver pago a importancia de 8\$000 ao padre celebrante da missa mandada resar na capella deste asylo (...)*”⁹². Em 1925, o asilo gastou 120\$000 (cento e vinte mil réis) com “*(...) doze missas mandadas celebrar na Capella do mesmo Azylo, por almas dos benfeitores fallecidos dessa Casa de Caridade*”⁹³.

Nesta época, o valor de cada missa já era de 10\$000 (dez mil réis). A título de comparação, em 1935 pagava-se 15\$000 (quinze mil réis) mensais para a ajudante de cozinha do asilo⁹⁴. Em 1937, o valor de cada missa ainda era de 10\$000 réis⁹⁵.

O espaço da capela e sua simbologia como lugar sagrado, materializava o discurso da caridade cristã que foi o alicerce da construção do Asilo São Vicente de

siècles. Paris: Gallimard, 1974; VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

⁹¹ A importância dos sufrágios na sociedade vilaboense constituiu dentro do cerimonial do luto, a garantia às almas dos Irmãos que por ventura adentrassem o portão do purgatório. Variavam em número em função do poder econômico dos solicitantes. A respeito dos sufrágios devemos observar três aspectos: quem são os purgados, por quem são purgados, onde são purgados. Os que são purgados dividem-se em três categorias. Os primeiros são os que morrem sem ter feito a penitência que lhes cabia. Se por ventura, tivesse no coração a contrição para apagar seus pecados, passariam livremente para a vida eterna mesmo não tendo realizado nenhuma reparação. Mas, aos que morreram sem se arreenderem, ou antes de completar alguma penitência, são severamente punidos no fogo do purgatório, a menos que os vivos fiquem encarregados de sua reparação. Para que tal reparação tenha valor, são necessárias quatro condições. A primeira é que deve ser autorizada pelos padres; a segunda diz respeito quando o beneficiário não pode estar em condições de reparação; a terceira é quando o reparador tem caridade meritória suficiente; a quarta é quando existe a proporção entre a reparação e a pena, de maneira que uma menor seja comutada por uma maior; pois satisfaz mais a Deus a pena sofrida pessoalmente do que por outrem. Há três tipos de penas; a pessoal e voluntária – tem maior poder de reparação – a pessoal e não voluntária – é sofrida no Purgatório – a voluntária, mas não pessoal – é objeto de reparação, mas, satisfaz menos por não ser pessoal como a primeira e mais que a segunda por ser voluntária. Portanto, para se livrar das penas, o fiel necessita dos sufrágios feitos pelos amigos e familiares. Há quatro tipos de sufrágios deveras vantajosos para os mortos: a prece dos fieis, a prática da esmola, a celebração da missa e a observação do jejum. Os mais utilizados foram as missas com variações na quantidade dependendo da época. VARAZZI, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 912-924.

⁹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Maio de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa*. Cidade de Goiás, 1925.

⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa*. Cidade de Goiás, 1937.

Paulo. Segundo a literatura consultada⁹⁶ a caridade era o vínculo que unia os homens a Deus.

Desde a Idade Média, Igrejas, Mosteiros e Conventos, realizavam a assistência a crianças, velhos, e doentes pobres. São Vicente de Paulo também o fizera como afirmamos em páginas anteriores. Embasado nas palavras de Jesus Cristo – ‘*daí de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede*’ – a caridade ganhou, em Goiás, um grande impulso por meio dos ideais de Frederico de Ozanam e a sua Sociedade Beneficente.

O General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958), por exemplo, um vilaboense radicado no Rio de Janeiro, escreveu na obra *Terra distante* suas impressões de Goiás quando por aqui voltou a passeio, no início da década de 1920, ao observar o imponente edifício do Asilo São Vicente de Paulo: “*Quão forte é a Caridade, quão productiva a palavra de Jesus, quão profundo o amor ao proximo (...)*” (1925, p. 98).

Por uma linda tarde de fins de Janeiro me foi dado visitar aquella mansão de tristeza e de desolação, de amor e caridade, erguida carinhosamente com os poucos recursos do ambiente goyano e sustentada com a energia, tenacidade e abnegação de que só são capazes as almas puras e devotadas ao sacrificio (AZEVEDO, 1925, p. 95).

O discurso de que o Asilo São Vicente de Paulo foi construído com intenções caritativas, de amor ao próximo e de abnegação perpassou o tempo.

⁹⁶ Sobre a caridade ver: GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986; MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989; RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981; SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os Salões e o Laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005; SANTANA, Camila Jansen de Mello de. “Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação”. In: *Revista Aulas*. N. 4 – abril/julho 2007; SILVA, Claudia Neves da. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. In: *Sociologias*. Ano 8, n. 15. Porto Alegre, 2006; SILVA, Claudia Neves da. *Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam?*. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2008/30_Caridade_acao_social.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2010; TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007; WEBER, Beatriz Teixeira. “Caridade e Assistência Social: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul 1880-1920”. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2010.

Quando já estava em pleno funcionamento, a Junta Administrativa do Asilo se apegava a este discurso para conseguir mais donativos, como veremos adiante.

Mesmo nos saraus e tertúlias vilaboenses, realizadas no Palácio Conde dos Arcos, o ideário do valor do asilo de São Vicente de Paulo não era esquecido, como ressalta a ata de uma sessão lítero musical do Gabinete Literário Goiano, então liderado por Consuelo Caiado, em que a secretária da instituição, Argentina Remígio Monteiro, relata que a poetisa Josefina Pinheiro de Lemos Mendes (2003) declamou um poema dedicado ao Asilo, destacando: “*Asilo de São Vicente/tem muito pobre e doente/e vejo irmã Inês/com seu avental xadrez/a cuidar de tanta gente*”.

A Junta Administrativa, por sua vez, era subjugada ao Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, e cabia a ela administrar os recursos do asilo e o prover do que necessitasse. O espaço destinado à Junta era do mesmo tamanho do espaço da Capela. Ambas as salas eram separadas por um estreito corredor que levava para o pátio interno da instituição.

A Junta Administrativa do Asilo era eleita anualmente pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo⁹⁷. Sempre no dia 25 de Julho – data da inauguração do asilo – ocorria a cerimônia de posse dos novos membros da Junta. Na ocasião, o Presidente da Junta, cujo mandato se findava, lia extenso relatório detalhando pormenorizadamente todos os acontecimentos de sua gestão, compartilhando, deste modo, com todos os confrades a situação da instituição.

Os membros da Junta não recebiam remuneração e esta era composta de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, que poderiam se reeleger, porém, não houve casos de reeleição de uma mesma Junta para os mesmos cargos⁹⁸. De acordo com o Regulamento do asilo, competia a Junta:

- §1º Administrar internamente o Asylo;
- §2º Nomear e demittir os respectivos empregados;
- §3º Contractar o fornecimento de generos alimenticios, lavagem de roupa e illuminação;
- §4º Comunicar-se com o Conselho em todos os negocios referentes ao Asylo suggerindo as medidas que forem necessarias á boa ordem do serviço;

⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

§5º *Crear e ter sob sua guarda os livros necessários á escripturação da casa; §6º Admittir os indigentes que julgar nas condições de ser recolhidos, com recurso para o Conselho de suas decisões;*

§7º *Prover o Asylo de tudo quanto for necessario ao seu custeio e manutenção; §8º Cumprir e fazer cumprir todas as disposições do presente regulamento*⁹⁹.

Há que se ressaltar o fato de que a responsabilidade da administração do asilo estava dividida entre a Junta, composta pelos confrades, e as Irmãs Dominicanas, que cuidavam diretamente dos internos.

Seguindo uma hierarquia, todos os problemas vivenciados pelas Irmãs, eram levados ao conhecimento da Junta Administrativa pela Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo, a única que podia participar das reuniões ordinárias e extraordinárias. Aliás, além de “*convocar e presidir as sessões da junta*”; de visitar o asilo diariamente e zelar “*pela sua bôa ordem e pela regularidade do serviço interno*”; de representar os demais membros da Junta perante Conselho Particular; de autorizar as despesas consideradas necessárias; e de prestar conta de sua gestão para o Bispo Diocesano quando lhe for pedido, ao Presidente da Junta Administrativa ainda cabia: “*Entender-se com ás Irmãs Dominicanas, sobre o serviço interno do estabelecimento, provendo as necessidades, conforme forem por ellas reclamadas*”¹⁰⁰.

De acordo com o Regulamento do Asilo, existia uma hierarquia, com os lugares e funções muito bem definidos pelos seus membros. Ao mesmo tempo, certa submissão da Junta em relação às Irmãs Dominicanas. No decorrer dos anos, pelas atas das reuniões essa relação de subserviência ficou mais evidente; as Irmãs eram atendidas de pronto em tudo que solicitavam. Por outro lado, havia também muito respeito e admiração recíproca, conforme iremos pormenorizar no terceiro capítulo.

Destarte, a Junta Administrativa do Asilo foi precedida por uma *comissão*, que se responsabilizou pela construção do edifício. Nessas duas instâncias, os Vicentinos empunharam a égide da caridade como pressuposto básico para a

⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

¹⁰⁰ Idem, p. 05.

existência da Sociedade São Vicente de Paulo e para as obras que realizariam, visando amparar, cuidar e assistir aos menos favorecidos.

Entretanto, cabe perguntar se uma empresa dessa magnitude foi viabilizada somente pautada no discurso da caridade de cristã. Que motivos levaram os Vicentinos a construir um asilo, que na época de sua inauguração era considerado “*um dos maiores edifícios do Estado*”¹⁰¹? Pressupomos, como aventamos páginas atrás, que as Conferências se mostraram incapazes de atender a demanda de pobres que necessitavam de auxílio.

Ademais, outros pressupostos são discutidos a saber: o primeiro é que o asilo foi criado para abrigar os negros recém libertos da escravidão; o segundo é que o asilo foi criado para suprir a ausência de duas obras vicentinas, a saber, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que passou para a responsabilidade dos Padres Dominicanos (o que de fato só aconteceu na década de 1930, na gestão do Dominicano italiano, Dom Cândido Penso), o terceiro é que o asilo foi criado para aglutinar os Vicentinos, ou seja, o asilo como um projeto de atração, e um objetivo de longa duração, uma vez que, como afirmamos páginas atrás, a Sociedade São Vicente de Paulo estava decaindo, tendo até mesmo que agregar algumas conferências; por fim, o quarto pressuposto diz respeito a salubridade, o medo do contágio e da proliferação de doenças, o asilo, seria, neste sentido, um lugar para se colocar os pobres, os doentes e os indigentes, impedindo assim a ocorrência de epidemias. Porém, antes de aprofundarmos na discussão, faz-se necessário recorrer novamente à documentação:

*Esta idéia (construção do asilo) nasceu em 1886, mas não foi aceita pela maioria dos sócios e permaneceu adormecida por dois anos sendo então renovada em 1888 e aprovada por grande maioria, mas não teve a devida execução. Em 1889 a Conferência de N. S. do Rosário da Capital a adotou alugando para esse fim dois prédios contíguos na rua Passo da Pátria, nos quais reuniu diversos pobres por ela socorridos*¹⁰².

Deve-se destacar as três datas que aparecem no documento: 1886, 1888 e 1889. Inicialmente ressaltamos o período de dois anos em que a idéia ficou

¹⁰¹ Expressão retirada do livro: AZEVEDO, 1987, p. 111.

¹⁰² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, s/d, p. 02.

adormecida: 1886 a 1888, ou seja, podemos pressupor que o asilo foi construído para abrigar os negros recém libertos da escravidão o que justificaria o porquê da aprovação da idéia “*por grande maioria*” em 1888.

Entretanto, a Lei Áurea não encontrou nenhum ser humano na condição de cativo na Cidade de Goiás. O movimento abolicionista no Estado, liderado pelos Bulhões, foi intenso, notadamente na participação feminina de três ilustres mulheres dessa família: Josephina de Bulhões Baggi e Araújo, Ângela de Bulhões Natal e Silva e Leonor de Bulhões Gouveia.¹⁰³

Desde o final do século XVIII a economia aurífera diminuiu drasticamente, e Goiás entrou em um período de decadência que atingiu todos os setores social, econômico e cultural¹⁰⁴. Tal fato refletiu em um “*declínio da instituição escrava*”, pois desde 1781, “*os comboios de negros não mais chegavam a Goiás*” (MORAES, 1972, p. 71). Deste modo, para compensar a defasagem na entrada de escravos surgiram alguns *criadores de escravos* em Goiás, visando abastecer o mercado interno¹⁰⁵. Ademais, no decorrer do século XIX a “*economia que se seguiu tendente a produção agro-pastoril, de início, esteve circunscrita ao campo da subsistência e prescindiu do braço escravo*” (IDEM, 1972, p. 71).

Contudo, o fato de que na Cidade de Goiás existiram poucos escravos por ocasião da lei áurea não invalida nosso pressuposto. A economia de subsistência e a falta de uma ocupação que garantisse o seu sustento fizeram dos ex-escravos o alvo preferencial para a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo, como sugere as seguintes fotografias:

¹⁰³ Sobre esse assunto ver: MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Contribuição para o estudo político e oligárquico da História de Goiás*. Tese (Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972 (mimeo).

¹⁰⁴ Cf. PALACÍN, Luís. *Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822*. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.

¹⁰⁵ Cf: COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.



Fotografia nº. 2: Internas do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.



Fotografia nº. 3: Internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O segundo pressuposto é que a idéia de construção do asilo foi aprovada porque duas obras da Sociedade São Vicente de Paulo saíram da responsabilidade dos Vicentinos, nomeadamente, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que, como se sabe, foi entregue para os recém-chegados Padres Dominicanos. Tal acontecimento ocorreu em 1888, ano da aprovação da idéia. Talvez, por ficarem sem uma obra importante a idéia foi aprovada no fervor do momento, porém, “*não teve a devida execução*”.

Por conseguinte, nosso terceiro pressuposto é que o asilo foi criado como projeto de atração não somente para os Vicentinos como para toda a sociedade vilaboense. Em 1886, apenas um ano depois de instalada a sociedade em Goiás, um confrade propôs a idéia.

Neste período, a cidade ainda estava empolgada com as novidades que a Sociedade São Vicente de Paulo trazia. Entretanto, em 1888, o *entusiasmo* havia desaparecido como frisou o documento citado anteriormente, ou seja, era preciso encontrar um mecanismo de atração, algo que sensibilizasse a população, e que respondesse a um dos seus maiores anseios, a ameaça que esses pobres traziam. Resumindo, a idéia do asilo preenchia esses requisitos, como mostra o documento abaixo:

É aqui que cabe me a honra de dirigir-me aos habitantes dessa Prov.^a para agradecer-lhes o seu concurso sempre a Sociedade a elles se dirige e é contando com a caridade dos povos nunca trepidaremos em intentar qualquer obra por mais difficil que seja, pois isso nos ensinou o nosso Patrono S. Vicente que tudo conseguia, nunca fiado na bolsa, mas sim na Providencia¹⁰⁶.

É interessante observar que este documento, datado de 1888, ano em que a idéia do asilo foi aprovada, há uma parte que, talvez, venha advertir a população sobre os novos planos da Sociedade São Vicente de Paulo: “*é contando com a caridade dos povos nunca trepidaremos em intentar qualquer obra por mais difficil que seja*”.

O asilo poderia ser essa obra difícil, mas que com a caridade da população seria erguida. Novamente, encontramos a palavra *caridade* e a importância que a

¹⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

Sociedade São Vicente de Paulo a ela dedicava como a propulsora dos projetos assistenciais.

Finalmente, a questão da salubridade, que já mencionamos rapidamente. O medo das infecções e das epidemias fez a classe dominante agir nas residências. Na primeira metade dos oitocentos, por exemplo, a solução encontrada para a circulação do ar na Cidade de Goiás foi a construção de sobrados “*para anexar dependências indispensáveis à vida ou ao trabalho de seus moradores e, principalmente, para resolver o problema da aeração*” (MORAES, 1999, p. 132).

Por outro lado, o pobre não possuía este recurso; morava, mais comumente, nas praças da cidade, exalando seu odor característico¹⁰⁷; ou seja, era preciso “*acuar a infecção no interior da casa do miserável*” (CORBIN, 1987, p. 184). Mas, se ele não a tinha era necessário provê-lo, e o aluguel de casas para os miseráveis vilaboenses onerava as Conferências¹⁰⁸. Por trás do discurso da caridade a respeito da construção do asilo existem intenções puramente de auto defesa contra a proliferação das doenças que esses pobres atraíam?

Levando em consideração a fotografia acima que atesta que a ampla maioria dos internos do asilo eram negros; o fato da economia goiana girar em torno da subsistência; e que a libertação dos escravos não significou grande prejuízo para a economia da Província, conclui-se que o lugar destinado a esses indivíduos eram as praças, os becos e as vielas da antiga Vila Boa. Nesta perspectiva, os negros recém libertos representavam um perigo imediato quanto à propagação de doenças. Há nas páginas literárias de Cora Coralina (1984), Eduardo Henrique de Souza Filho (1981), Emília Perillo Argenta (1991), Octo Marques (1984) e Aymoré de Barros Vellasco algumas considerações líricas a respeito dos becos e vielas da antiga cidade de Bartolomeu Bueno e a alusão de ser ali o “*lugar de gentinha, ralé e fubá*”.

¹⁰⁷ Sobre esse assunto ver: CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, especialmente o primeiro capítulo da terceira parte intitulado “O Fedor do Pobre”.

¹⁰⁸ Em 06/10/1889, por exemplo, o confrade da Conferência da Imaculada Conceição, Messias Fabiano dos Santos, “*sócio visitante*” o pobre José Mariano pagou o aluguel de um quarto onde morava o mesmo no valor de dois mil réis. Em 03/02/1890, o confrade Francisco [...] Vianna pagou dois mil e quinhentos réis referente ao aluguel da casa onde mora o “*pobre Hermenegildo*”. Por fim, em 03/08/1890, o confrade Francisco Sócrates de Sá pagou para o pobre João da Cruz o aluguel de sua casa no valor de dois mil e setecentos réis. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1890.

Há que ressaltar que até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias contribuía para o aparecimento de doenças (ROSEN, 1994, p. 211).

A tessitura da nossa trama está arquitetada em torno desses pressupostos. Antes de, finalmente, darmos início ao histórico do asilo, da idéia à construção, faz-se necessário uma advertência. Um dos raríssimos documentos que aborda pormenorizadamente o processo de edificação do asilo é o que foi escrito pelas Irmãs Dominicanas, datado de 1975.

O documento está dividido em duas partes: a primeira, que abrange o início até o penúltimo parágrafo da página 04 foi *calcado* claramente nas atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, incumbido de construí-lo. O texto segue um padrão cronológico, e em algumas partes é rebuscado, com adjetivos, que possivelmente as autoras colocaram para chamar a atenção para determinado ponto. A segunda parte inicia-se com a frase: “*Vejamos agora o que nos contam as primeiras Irmãs que trabalharam no Asilo:*”¹⁰⁹.

Pressupomos que o objetivo é claramente remontar uma memória histórica, ressaltando os fatos *milagrosos* da trajetória da instituição. Essa parte contém minudências que sobrepõem à primeira, que segue o padrão das atas, com os acontecimentos se sobrepondo naturalmente como no desenrolar de um romance. Outrossim, pressupomos que outro objetivo dessa segunda parte é preencher os espaços vagos na primeira, ou seja, elas recontam a história de um outro ponto de vista. É nesta parte que a história ganha um caráter épico.

A despeito de a idéia de construir o asilo ter surgido no ano de 1886, somente treze anos depois, em 1899, os primeiros tijolos começaram a ser assentados. Entretanto, algumas Conferências não esperaram pelo Conselho Particular; a de Nossa Senhora do Rosário da Capital, por exemplo, alugou, ainda em 1888, dois prédios onde reuniu os pobres por ela assistidos.

Esse argumento corrobora com a hipótese do asilo ter sido construído para abrigar os negros recém libertos da escravidão, e com a hipótese que versa sobre a

¹⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05.

proliferação de epidemias. Levando-os para uma casa, não havia o risco de contaminar o ambiente e, por conseguinte, enfrentar as temidas epidemias, que nesta época grassava o território goiano, como veremos adiante.

Doravante, a idéia da construção do asilo foi aprovada em sessão do dia 16 de setembro, por proposta do confrade João Cardoso D’Avila, Procurador-Geral do Estado em duas ocasiões. De acordo com a proposta, o objetivo era “*edificar um grande estabelecimento com cômodos necessários e higiênicos*”¹¹⁰.

Foi nomeada uma comissão para elaborar o plano de trabalho e a planta do edifício, que foram aprovados no dia 23 de setembro. É oportuno ressaltar a rapidez com que os trabalhos, nesta primeira etapa, foram conduzidos; em apenas sete dias, a comissão realizou tanto o estudo do terreno, quanto à planta do futuro asilo. Na mesma data, foi nomeada nova comissão com a missão de realizar a construção. Na oportunidade o Conselho Particular destinou a importância de cem mil réis para as primeiras despesas.

A planta do edifício foi elaborada por João Cardoso D’Avila. Segundo esse projeto, teria a forma quadrangular medindo 80 metros cada lado. Encontramos esta planta nos arquivos do asilo, e comparando-a com o prédio atual, observa-se que pouco dela se aproveitou.

Uma das primeiras modificações foi feita pelo Prof. Henrique Peclat, que alterou a parte da frente, a fim de se construir “*dois salões separados por um corredor, sendo um para a Capela e outro de reunião da comissão administrativa do edifício*”¹¹¹. Ademais, para executar a empreitada o Conselho Particular:

*Requeru ao Conselho Municipal o terreno preciso, medindo 14.400 metros quadrados que lhe foi concedido pelo Prefeito José Neto Carneiro Leão com a lei n° 67 de 30 de novembro de 1899 e medido e demarcado o mesmo ao logradouro público, em local aprazível e higiênico. Foi lhe passada a respectiva provisão em 07 de fevereiro de 1900*¹¹².

Embora com o terreno assegurado, houve a mal sucedida intenção de comprar uma residência para servir de asilo, em 18 de abril de 1900. Pressupomos

¹¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 03.

¹¹¹ Idem, p. 03.

¹¹² Ibidem, p. 03.

que um dos motivos para a desistência foi a falta de higiene¹¹³ adequada. Na oportunidade, as obras foram interrompidas e um confrade propôs “*a compra da casa da herança de [...] Ferreira da Costa para servir de Azylo; o que é aprovada e [...] a quantia de 5:000 no maximo p^a. a dita compra. Sendo nomeada uma Comissão composta dos Confr. [...]*”¹¹⁴. Esta Comissão teria o objetivo de apresentar um relatório sobre o estado e a higiene da casa.

*Em sessão do dia 16 de maio a Comissão apresentou o seu relatório declarando que a casa não se prestava ao fim que se tinha em vista e que a Socied^e. devia prosseguir na construção do novo Azylo; pareceu esta que foi app.*¹¹⁵

A documentação arrolada não esclarece o motivo principal, mas o não enquadramento da casa dentro das condições de higiene ideais, deve ter influenciado na desistência da compra, que seria muito mais viável em termos financeiros para a Sociedade São Vicente de Paulo.

Segundo o documento citado anteriormente, o terreno onde seria construído o asilo, se localizava em local “*aprazível e higiênico*”. Há que se ressaltar que neste período acreditava-se que as epidemias e males contagiosos era resultado da falta de higiene. Para a simples escolha de um terreno para se construir um hospital próximo a cidade, por exemplo, devia-se:

(...) estudar a natureza do terreno, disposição de suas camadas, sua inclinação e elevação, as águas que o regam, as espessuras das matas, suas distâncias, a elevação das serras que o avizinham, assim como as proximidades dos pântanos e das exalações infectas de certos fabricos, a desfavorável direção dos ventos ou sua salubridade e freqüência, as neblinas, a intensidade e a freqüência dos vapores elétricos (Antônio Francisco de Azeredo, apud MAGALHÃES, 2004, p. 180).

¹¹³ “A hygiene é a parte da sciencia medica que ensina a conservar a saúde; dá aos doentes e aos homens são os preceitos necessarios para a escolha dos alimentos e bebidas, as regras que se devem seguir no exercício, banhos, somno, paixões, trabalhos intellectuaes, etc.; ensina e evita as cousas nocivas e a fazer bom uso das úteis” (CHERNOVIZ, 1890, p. 173).

¹¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹¹⁵ Idem.

O estudo feito visando a localização do terreno para o asilo, e a sua posterior aquisição por meio de uma concessão do então Intendente Municipal José Netto de Campos Carneiro¹¹⁶ provavelmente seguiu todas essas normas com o intuito de resguardar a futura instituição. Por conseguinte, a Pedra Fundamental do futuro asilo foi lançada em agosto de 1900, em uma solenidade que contou com a presença da sociedade, dos confrades Vicentinos, de clérigos e do então Bispo Diocesano, D. Eduardo Duarte e Silva (s/d-1924), que sucedeu Dom Cláudio, a partir de 1891.

No entanto, há uma controvérsia na documentação sobre a data precisa da solenidade do lançamento da Pedra Fundamental do asilo. O histórico escrito pelas Irmãs em 1975, refere-se a data de 30 de agosto. Já o *Anuario* de 1910 aponta o dia de 03 de agosto (AZEVEDO, 1987, p. 111). Não queremos, contudo, confrontar as datas de escrita desses documentos, uma vez que ressaltamos anteriormente, que as Irmãs se embasaram na documentação disponível no arquivo do asilo¹¹⁷.

Outrossim, se neste aspecto os dois documentos se contradizem, em outros eles se complementam. Durante a solenidade do lançamento da Pedra Fundamental, Dom Eduardo disse: *“Está muito bem, meus filhos; pena é que isto vai ficar no papel”*¹¹⁸. O *Anuario*, por sua vez, descreve que o Bispo: *“(...) benzeu a primeira pedra do edifício cuja construção se afigurava então a quasi todos os espiritos no numero das empresas fadadas a falhar”* (AZEVEDO, 1987, p. 111).

Nesses documentos vê-se o total desanimo com que a construção do asilo foi tratada. Entretanto, para além da frase profética de Dom Eduardo, e das considerações de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo – o autor do *Anuario* –

¹¹⁶ José Netto de Campos Carneiro (Catalão-GO, 27 de Fevereiro de 1857 – Cidade de Goiás, 25 de Novembro de 1921). Médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi Deputado Estadual (1892-1894); Secretário de Estado de Instrução e Obras Públicas de Maio a Julho de 1895; Intendente Municipal da Capital por dois mandatos (1899 e 1909); e Secretário de Estado do Interior e Justiça (1913-1914). Foi Diretor do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 178). Além do mais foi um Vicentino muito querido pela população vilaboense. Não constituiu família, nem deixou filhos. Em seu testamento doou sua casa e sua fortuna para a instituição de um orfanato, denominado de Orfanato São José. *“Gostava imensamente de flores, trazendo sempre uma á lapela”*. Ao falecer *“(...) foi seu caixão conduzido, da porta do cemitério ao tumulo, por moças de sua terra”* (MONTEIRO, 1983, p. 187).

¹¹⁷ Além destas duas datas nos deparamos com outra: *“A 13 de agosto de 1890, D. Eduardo Duarte da Silva benzia a primeira pedra do asilo S. Vicente de Paula, iniciativa do saudoso Dr. João Cardoso D’Avila, aprovada pelo conselho particular das Conferências Vicentinas”* (FERREIRA, 1980, p. 71). Entretanto, consideramos a data equivocada, principalmente no tocante ao ano, 1890, quando todos os outros documentos convergem para o ano de 1900.

¹¹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 04.

observamos, que outros pressupostos emergem. O primeiro deles é que tanto a frase, quanto o comentário foi utilizado dentro de um contexto, qual seja, enaltecer ainda mais os esforços da Sociedade São Vicente de Paulo na construção de uma obra fadada a “*ficar no papel*” e a “*falhar*”.

O parágrafo em que se encontra a frase de Dom Eduardo abre a segunda parte do histórico das Irmãs, que denominados de *épico*. Depois de traçar de maneira sucinta os principais fatos que envolveram a construção do Asilo, elas abrem a parte *épica* da seguinte maneira: “*Estava feito o milagre e D. Eduardo não era mais o Bispo Diocesano de Goiás e não pode ver falhar sua profecia (...)*”¹¹⁹.

O seu objetivo poderia ser tanto denegrir a figura de D. Eduardo, por, talvez, não dar o apoio necessário para a Sociedade São Vicente de Paulo, como fez D. Claudio; ou, como ele foi escrito no sentido de promover uma memória histórica para o asilo, revestir a empreitada da sua construção como algo tão importante que desafiou até mesmo a *profecia* ou a *maldição* de um Bispo.

Por outro lado, os objetivos do autor do *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910* também podem ser interpretados sob o mesmo prisma. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo foi um Vicentino, tornando-se tesoureiro da Junta Administrativa do Asilo (1915-1916); e também seu presidente por duas vezes (1921-1922 e 1925-1926)¹²⁰. Este indício sugere o porquê de ressaltar a desconfiança da população quanto a construção efetiva do asilo. Por ser Vicentino e provavelmente, ter participado de toda a trajetória da sua construção, Francisco Azevedo viu ali uma forma de ressaltar, perante a obra já pronta – é claro! – todas as dificuldades enfrentadas no decorrer da sua construção.

Pelo exposto, podemos supor que o autor de *Anuario* só se remetesse à frase de D. Eduardo, e que por algum motivo não o tenha citado; neste sentido o objetivo fadado a *falhar* fosse somente a idéia do Bispo, porque embora houvesse o *desanimo* dos Vicentinos, não seriam eles que colocariam barreiras à sua construção, muito menos a sociedade vilaboense para quem era importantíssimo tal empresa, e que muito contribuiu para a sua construção, como veremos adiante.

¹¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 04.

¹²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

Todavia, à parte essa questão, as dificuldades financeiras tornar-se-iam uma constante na documentação arrolada, como bem ressaltaram as Irmãs no seu histórico de 1975: “*Tal era o tamanho da obra e escassez de recursos*”. Anteriormente, elas já constatavam que: “*Para realizar a construção a comissão só teve em vista o auxílio divino e caridade inconcussa do povo goiano em geral*”¹²¹. É sobre este tópico que dedicamos as próximas páginas, em que aprofundaremos no estudo do processo de arrecadação de dinheiro para a construção do asilo.

Primeiramente, há que se considerar que antes mesmo de sair o relatório da comissão que ficou encarregada de analisar a possibilidade da compra de uma casa para instalar o asilo, em 16 de maio de 1900, o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 25 de abril do mesmo ano, nomeou outra comissão denominada de “*Comissão angariadora de donativos p^a. a construção do Azylo (...)*”¹²².

Essa comissão teve curta duração, pois como atesta o mesmo documento, ela é dissolvida em 4 de julho de 1900. Entretanto, o fato de se instituir uma Comissão que tinha como objetivo angariar recursos não deve ser desprezado, pois evidencia o grau de organização da Sociedade São Vicente de Paulo, dadas às proporções do meio adverso e do tempo, numa sociedade ainda insipiente.

No decorrer da construção do edifício, os Vicentinos tiveram “*como auxílios: - Dativas particulares – Espectáculos publicos – Leilões – Subvenção do Municipio e do Estado, e quotas de loterias*”¹²³. De acordo com Francisco Azevedo:

A quantia despendida até a sua inauguração atinge a cifra de 39 contos, assim discriminada: esmolas, 14 contos; auxílio da União por meio de loterias, 12 contos de réis; auxílio do governo estadual, 8 contos de réis; auxílio municipal, 5 contos de réis (AZEVEDO, 1987, p. 112).

A partir do exposto, traçaremos o nosso percurso: primeiro analisaremos a questão das esmolas e dos meios pelo qual a Sociedade São Vicente angariou fundos para a construção do asilo, como os leilões e os espetáculos; posteriormente, com

¹²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05-03.

¹²² ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹²³ Idem.

base nos documentos arrolados, centraremos a discussão na participação do poder público nesta empresa. Outros fatores, intrinsecamente ligados ao por que dessas *ajudas* oriundas de todas as esferas do poder público serão devidamente aprofundados.

O termo *esmola*, de acordo com o “*Diccionario da Lingua Brasileira*”, de 1832, era entendido como “*o que se dá ao necessitado*” (PINTO, 1996). Por meio do ato de distribuir esmolas, a piedade para com os pobres demonstrava “*uma forma de expressar devoção para com Deus*” (FRAGA FILHO, 1996, p.35). Por conseguinte, MOLLAT apontou que a doação de esmolas em dinheiro respeitava a dignidade pessoal do pobre (1989, p. 150-151).

Entretanto, defendemos que, com o surgimento da Sociedade São Vicente de Paulo, a significado do ato de distribuir esmolas mudou. Por meio da referida Sociedade, o indivíduo não precisava mais dar ao necessitado o dinheiro para conseguir as benesses dos céus; a esmola passou a ser doada à própria Sociedade, a quem caberia a missão de geri-la. Em 19 de agosto de 1909, o jornal *O Lidador*¹²⁴ anunciava que:

*O Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda, residente nesta Capital, deu para a manutenção do Asylo S. Vicente, a esmola de 100\$000 rs. Nossos parabens ao generoso vicentino pela bella acção que vem de praticar, almejando que ella encontre imitadores*¹²⁵.

Noutro trecho do mesmo jornal, datado de 02 de novembro de 1909, encontramos noticiário similar: “*Para o Asylo S. Vicente de Paulo, desta Capital, deu o sr. [...], a esmola de 20\$000. Nossos parabens ao generoso doador*”¹²⁶. Para além do jornal *O Lidador* ser um órgão da diocese e, portanto, a quem caberia divulgar tais iniciativas, o abordaremos sob outra perspectiva. Era a divulgação da caridade como lema e como portal de reconhecimento social. No trecho acima, o referido Vicentino, Umbelino Galvão de Moura Lacerda, tinha grande influência na

¹²⁴ O Jornal “O Lidador” circulou na Cidade de Goiás a partir do ano de 1909. Era um hebdomadário que pertencia à Diocese. Foi fundado pelo Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva. O redator e o diretor responsável era o cel. Edmundo José de Moraes. Seu conteúdo versava a respeito da doutrina católica, das noticias da cidade e literatura (TELES, 1989, p. 44-45).

¹²⁵ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI – n°. 32. 1909, p. 02.

¹²⁶ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 34. 1909, p. 02.

sociedade vilaboense e no arraial de Ouro Fino. Ele é pai da reconhecida folclorista goiana, Regina Lacerda (1919-1992), primeira mulher a ingressar na Academia Goiana de Letras.

É oportuno ressaltar que no primeiro documento o doador era um Vicentino, ou seja, era sua obrigação fazê-lo para a Conferência, à qual estava vinculado. Essa doação, por sua vez, foi destinada diretamente ao asilo, lembrando-se que este foi construído pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, órgão ao qual as Conferências estavam subordinadas.

O objeto da nota no jornal foi incentivar mais doações, ou seja, incentivar *imitadores*. Ao noticiar a doação o jornal se oferece, veladamente, para tornar o seu *generoso* gesto conhecido não somente na Cidade de Goiás, como também no Estado. Quando da reconstrução da antiga Igreja de Nossa Senhora de Santana, catedral de Goiás, por exemplo, houve fato semelhante. Havia distribuição de fichas de doadores de todos os materiais necessários e a presidente dessa comissão, a pianista Darcília de Amorim (1903-1995), destacava, nos jornais vilaboenses, o espírito cristão dos filhos da velha cidade.

Neste sentido, a esmola ganha um caráter exibicionista. No segundo documento, o nome do indivíduo que doou está ilegível, mas vemos novamente a divulgação em torno do acontecimento. Além da salvação também a promoção pessoal do doador! Tal fato era e continua sendo comum na Cidade de Goiás. Numa visita a qualquer Igreja da antiga capital, aparecem em bancos, móveis, utensílios sacros os nomes de seus doadores, numa explícita propaganda da caridade e do devotamento.

As manifestações de apoio aos doadores do Asilo São Vicente de Paulo não eram restringidos à imprensa. Nas atas da Junta Administrativa é comum encontrar documentos de agradecimento à doações: “*Fica consignado nesta acta, um voto de agradecimento a Ex^{mo} Snr. Dr. [...] de Castro [...] Pinto de quem este asylo recebeu a importancia de 100\$000 que do Rio de Janeiro foi-lhe (...) oferecido, tendo a junta dirigido seus agradecimentos*”¹²⁷. Havia, também, a celebração de missas, conforme discorreremos páginas atrás.

¹²⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

No tocante às esmolas, doadas tanto para a construção do asilo, como também para a sua manutenção, provavelmente alterou a maneira de distribuí-las na Cidade de Goiás, pois agora não iriam mais diretamente para o pobre, mas para os confrades Vicentinos.

Levando em consideração o fato de o asilo ter sido construído para abrigar os pobres, doentes, e indigentes que se amontoavam na Cidade de Goiás, os mesmos não estariam, portanto, espalhados pelas ruas, mas no asilo.

Contudo, Francisco Azevedo, na contabilidade dos gastos do asilo, citada anteriormente, dividiu o dinheiro obtido em duas categorias: as esmolas, e a verba doada pelo poder público, seja Federal, Estadual ou Municipal. Entretanto, outras duas formas de angariar recursos foram muito utilizadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, a saber, os leilões e os espetáculos teatrais. Iremos discorrer um pouco sobre cada uma dessas estratégias, partindo do pressuposto de que elas foram contabilizadas dentro do montante dedicado às esmolas.

A partir do exposto, os leilões promovidos pela Sociedade São Vicente de Paulo foram uma estratégia recorrente para angariar fundos para a construção do asilo. Havíamos tangenciado o assunto anteriormente, quando citamos o memorial de Anna Joaquina, que se refere aos leilões promovidos pela Sociedade São Vicente de Paulo, em 1885.

Na oportunidade, comparamos o referido documento com o relatório de 1888, que menciona a falta de *entusiasmo* dos vilaboenses para com os trabalhos dos Vicentinos. Outrossim, um dos nossos pressupostos para a criação do asilo na então capital de Goiás versa que o mesmo serviria para aglutinar a população; neste caso, seria um projeto de atração.

Com efeito, encontramos no jornal *A Tribuna*¹²⁸ um indício da volta do *entusiasmo* da população, depois de iniciadas as obras de construção do asilo: “A noute teve lugar o leilão de prendas em beneficio da Sociedade, sendo bastante concorrido”¹²⁹.

Os leilões também aparecem em outros documentos, como no livro caixa do Asilo São Vicente de Paulo que, em 15 de dezembro de 1899, registrou a doação

¹²⁸ Jornal criado em novembro de 1902 na Cidade de Goiás, tendo como diretor: Benedito Monteiro Guimarães (TELES, 1989, p. 44).

¹²⁹ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n°. 29. 1903, p. 02.

de 278 mil réis, provenientes “(...) *da comissão de leilões, producto dos leilões effectuados nos dias 8 e 10 do corrente mez*”¹³⁰. É oportuno observar que logo depois de aprovada a idéia – em 1899 – e antes da solenidade de lançamento da pedra fundamental – em 1900 – já havia um movimento visando levantar recursos para o início das obras.

Noutro passo, a encenação de espetáculos no Teatro São Joaquim¹³¹ foi outra estratégia para arrecadar recursos, como também mostramos páginas atrás, valendo-nos do riquíssimo memorial de autoria de Anna Joaquina. Neste sentido, o Jornal *A Tribuna*, em 1903, anunciava que iria “*ser levado em scena ao fim do corrente o drama – As Brasileiras – e uma chistosa comedia em beneficio do Asylo de S. Vicente de Paulo*”¹³².

No documento citado anteriormente, qual seja, o livro caixa do Asilo, há em abril de 1900 a entrada de 401 mil réis, oriundos dos “(...) *espetáculos dados no theatro e offereccidos em beneficio do Asylo de S. Vicente de Paulo por estes [...]*”¹³³. Ademais, este recurso será adotado durante alguns anos depois da inauguração do asilo, sendo que estes espetáculos na Cidade de Goiás, estiveram sob o cuidado feminino, nas representações de Maria Henriqueta Péclat, Emma Seelinger Fleury, Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto), Genezy Caiado de Castro e Maria Carlota Guedes de Amorim, como noticiam o jornal *O Lar*, dos anos de 1920¹³⁴.

Também os militares promoviam espetáculos teatrais em benefício do asilo, como mostra a carta, de 1926, do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé¹³⁵:

¹³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 02.

¹³¹ Foi construído por Antônio Augusto Pereira da Cunha, então Presidente da Província de Goiás, em 1857. Segundo Goiás do Couto: “*Companhias teatrais renomadas, arrastando o sacrificio das viagens penosas em tropas comitivas, uma caminhada longa e estafante com numeroso corpo de atores, vinham do Rio de Janeiro representar no Teatro S. Joaquim e estagiavam, demoradamente, entre nós, encontrando no culto, aprazível ambiente*” (COUTO, apud FERREIRA, 1980, p. 29).

¹³² GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - nº. 7. 1903, p. 03.

¹³³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 02.

¹³⁴ Centro de Documentação Dra. Dalísia Doles da Universidade Federal de Goiás, doravante designado CDDD/UFG: Documentos Microfilmados. *O Lar*. Década de 1920.

¹³⁵ José Maria Ramos Jubé (Cidade de Goiás, 17 de Março de 1895 – 30 de Abril de 1950). Filho de Joaquim Rufino Ramos Jubé. Foi escrivão e advogado formado pela Faculdade de Direito de Goiás. Foi Deputado Estadual pela 10ª Legislatura (1925-1928). Também exerceu o cargo de Juiz de Direito

*Junto vos remetto a importancia de duzentos mil reis (200#000), correspondentes ao saldo da renda do espectáculo, promovido pelos sargentos desta unidade, em beneficio da instituição de que sois digno director, e bem assim o balancete da receita e despesa do referido espectáculo com a respectiva documentação para a qual solicito a vossa especial atenção*¹³⁶

É interessante observar, através desses indícios, a vida cultural dos vilaboenses, com acesso ao teatro, aos livros do Gabinete Literário¹³⁷ – a grande maioria vindos diretamente do Velho Mundo – e aos diversos saraus promovidos por uma sociedade que carregou os estigmas que permearam à sua história, tais como, a decadência, o atraso e o isolamento, como ressaltamos na Introdução.

A historiografia goiana ainda deve um estudo sobre a vida cultural da sociedade vilaboense, que deveras, devia ser nada monótona para uma cidade que, no início do século XX, contava com pouco mais de cinco mil habitantes. Poucos autores como Jaime Câmara em seu livro *Nos tempos de Frei Germano* (1976) e Célia Coutinho Seixo de Britto em sua obra *A Mulher, a História e Goiás* (1983) destacam a sociedade vilaboense nos estertores da República Velha.

Entretanto, a principal ajuda financeira para construção do asilo veio do poder público. Francisco Azevedo, como se sabe, observou que foram gastos 39 contos de réis até o dia da inauguração do asilo, desse total, 14 contos foram proveniente das esmolas (entrando neste quesito as rendas dos espetáculos e os leilões); o restante, 25 contos, foi doado pelas três esferas do poder público, a União, o Estado e o Município.

No que se refere à ajuda oriunda da União, esta era obtida por meio das rendas da loteria e, também, de pedidos de subvenção federal, que foram solicitados

de Menores em Maio de 1928 (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 175). Foi o Vicentino que por mais vezes assumiu a Presidência da Junta Administrativa do Asilo – 14 ao todo; e uma vez o cargo de Tesoureiro. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

¹³⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé*. Cidade de Goiás, 1926.

¹³⁷ O Gabinete Literário foi fundado “a 22 de maio de 1864 pelo finado Raymundo Sardinha da Costa, funciona em uma sala contígua ao Curso Anexo, sendo mantido por 90 socios concorrendo cada um annualmente com a quantia de 10\$000” (AZEVEDO, 1987, p. 113).

mesmo depois da sua inauguração¹³⁸. A ajuda da União na construção do asilo somou 12 contos de réis.

O governo estadual, por sua vez, contribuiu com a cifra de 8 contos de réis, disponibilizados para as obras de construção. Nos relatórios dos Presidentes do Estado encontramos indícios acerca do contexto em que esses recursos foram doados. Em 1902, por exemplo, o então presidente José Xavier de Almeida argumentava que:

*Nos limites da acção governamental, a caridade publica manifestou-se, durante o anno findo: (...) pelo auxilio de 2:000\$000 que a lei n. 225, de 29 de Julho do anno findo, concedeu á Sociedade de S. Vicente de Paulo, para o preseguinto da construcção do edificio destinado a – azylo dos pobres.*¹³⁹

Percebe-se que o presidente narra a doação do governo estadual como se sua fosse. Diz: “*Nos limites da acção governamental*”, como se a doação desse recurso não fosse obrigação do Poder Executivo, uma vez que fora votada e aprovada pelo Congresso Estadual.

Destarte, a segunda parte: “*a caridade publica manifestou-se*” evidencia o modo como a sociedade da época via a ação do governo no campo social. Estaria aí a gênese da Assistência Social que temos atualmente? E, se por um lado, a caridade é *pública*, por outro ela se personifica quando o assunto é a promoção do ato. Em agosto de 1903, por exemplo, o Jornal *A Tribuna* exaltava o então Presidente do Estado pela doação de dinheiro *público* para a construção do asilo.

O exm° sr. dr. Xavier de Almeida, digno e illustre presidente do Estado mandou entregar ao thesoureiro da Sociedade de S. Vicente de Paulo a quantia de um conto de reis, em virtude da lei n. 224 de 29 de Junho do corrente ano, votada, ultimamente, pelo congresso estadoal, concedendo á referida Sociedade essa importância, para occorrer as despesas da construcção do edificio destinado ao asylo dos pobres. Merecem sinceros encomios as acções generosas tanto do Congresso como do exm°

¹³⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Processo preparado para requerer subvenção já prescripta do anno de 1923*”. Cidade de Goiás, 1923.

¹³⁹ Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* n°. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 55.

*sr. presidente, que de bôa vontade teem auxilliado o andamento dessa obra que em breve será um monumento para Goyaz. Esperamos, que os poderes legislativo e executivo do Estado continuarão a beneficiar essa obra até á sua conclusão*¹⁴⁰.

Retomamos ao que escrevemos a respeito da divulgação de *atos de caridade* na imprensa vilaboense. Na oportunidade, aventamos dois pressupostos: a de que a divulgação fosse um meio para incentivar mais doadores, ou uma promoção pessoal para o *caridoso* doador. As duas, novamente, se aplicam neste caso; era necessário divulgar o ato para atrair novos doadores, e também promover a figura do Presidente da Província, que pelas palavras do jornalista fez a doação “*de bôa vontade*”.

No final, há um apelo para que os poderes Legislativo e Executivo continuem a ajudar a conclusão do edifício. Ao fim do relatório do Presidente de Província citado primeiramente, vemos os seguintes dizeres: “*para o preseguinto da construcção do edificio*”. Isso evidencia a importância que as doações provenientes do poder público tiveram na construção do asilo.

Por outro lado, essas exaltações de *caridade* na imprensa da Cidade de Goiás, nos faz refletir sobre os limites entre caridade cristã e filantropia. Esta última, “*(...) seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto que a caridade seria entendida como uma virtude cristã*”. Os filósofos das Luzes “*(...) buscaram esvaziar o caráter caritativo da filantropia reforçando seu lado de utilidade social, e o termo passou a ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la*” (SANGLARD, 2005, p. 29).

Em vez de simplesmente doar – como sustenta o discurso caritativo – os filantropos ofereciam trabalho, e encorajavam a população para a produção. A grande diferença entre caridade e filantropia é que a primeira se baseava na piedade, ou seja, pressupunha “*(...) a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade, e neste caso a publicidade se torna uma arma importante nas mãos dos filantropos, além de acirrar-lhes a rivalidade*”. (Idem, 2005, p. 30).

O fato de que a caridade pressupõe o anonimato e a filantropia seria, por sua vez, aberto a manifestações publicitárias em torno do ato de doar, torna os Vicentinos

¹⁴⁰ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n.º. 31. 1903, p. 02.

e todos aqueles que doavam para a Sociedade São Vicente de Paulo, e que ostentavam o seu feito pela imprensa, filantropos.

A tênue fronteira entre caridade e filantropia nos sertões de Goiás pode ser observada até mesmo no cemitério da Cidade de Goiás, que visitamos durante a nossa pesquisa, onde em uma lápide de 1902 lê-se: “*Restos mortaes do caridozo capitão (...)*”¹⁴¹. Em uma pequena biografia sobre o Dr. José Netto de Campos Carneiro, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro chama a atenção de que o mesmo foi “*(...) um grande apóstolo da caridade e amor ao próximo*” (MONTEIRO, 1983, p. 187).

Esses exemplos convergem para a seguinte conclusão: os Vicentinos se reconheciam como caridosos, usavam de toda a estrutura de que dispunham para amealhar mais donativos para a manutenção das suas obras assistenciais, como o apelo por intermédio dos jornais e da distribuição de panfletos, embora tivesse praticando não somente a caridade cristã visando adentrar o Reino dos Céus, mas sim o que pregava a Filantropia.

Nesta perspectiva, as contribuições para o Asilo São Vicente de Paulo, sejam para a sua construção, ou para a sua manutenção, eram amplamente divulgados na imprensa, e o gesto caritativo do doador, provavelmente, era reconhecido pela sociedade vilaboense. Cidadãos comuns, cidadãos ilustres, e políticos desfilavam nas páginas dos jornais da antiga capital goiana, incitando a doação dos demais. Porém, a ajuda financeira concedida pelo Presidente de Estado em 1905, fugia desse âmbito:

*Tendo a lei n. 218, de 29 de Junho de 1903, concedido á Sociedade de S. Vicente de Paulo, pela verba «Obras Publicas» do exercicio financeiro do mesmo anno, o auxilio da quantia de um conto de réis, para occorrer ás despesas de construcção do edificio destinado ao Azylo dos pobres, o governo fez entrega da importancia desse auxilio á referida Sociedade. Esse edificio, posto gentilmente á disposição do governo, na imminencia de ser esta Capital invadida pela variola, foi de grande utilidade para o serviço sanitário*¹⁴².

¹⁴¹ Cemitério da Cidade de Goiás. “*Restos Mortaes do Caridozo Capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva. Fallecido a 15 de Agosto de 1902 com 63 Annos de Idade*”. Cidade de Goiás, 1902.

¹⁴² Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado, Dr. José Xavier de Almeida, em 1905. In: *Memórias Goianas* n.º. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 142-143.

É oportuno ressaltar na última frase do documento, o interesse que estava em jogo na construção do asilo. O prédio, que ainda não estava concluído, foi colocado à disposição do governo para abrigar possíveis vítimas de varíola que alarmava a todos no Estado¹⁴³. A epidemia que grassava o território goiano atingiu o auge em 1904, na cidade de Campinas, que foi isolada, por meio de um cordão sanitário.

O pânico logo se alastrou, pois essa doença, “*segundo comentário da época, acabava com cidades inteiras*”, preocupando sobretudo as autoridades estaduais goianas, que temiam a sua propagação na capital (OLIVEIRA, 1999, p. 33-34); ou seja, a iminência de uma epidemia, e a falta de lugares para abrigar os possíveis doentes, uma vez que o Hospital São Pedro de Alcântara não dispunha de muitos leitos, fez com que o governo ajudasse financeiramente a construção do asilo.

Por outro lado, podemos supor que a Sociedade São Vicente de Paulo, poder-se-ia ter se aproveitado da situação desesperadora que se espalhou para conseguir recursos visando terminar o asilo. De acordo com DELUMEAU, o medo da proliferação das doenças tinha fundamento, pois quando uma epidemia se abatia sobre uma cidade ou região causava um “*pânico coletivo*”¹⁴⁴ (1999, p. 107).

Agora eis aqui a cidade sitiada pela doença, posta em quarentena, se necessário cercada pela tropa, confrontada com a angústia cotidiana e obrigada a um estilo de existência em ruptura com aquele a que se habituara. Os quadros familiares são abolidos. A insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também da desestruturação dos elementos que construíram o meio cotidiano. Tudo é outro. Antes de mais nada, a cidade está anormalmente deserta e silenciosa. Muitas casas estão doravante desabitadas. Mas, além disso, apressaram-se em expulsar os mendigos: associais inquietantes, não são eles semeadores da peste? E depois, são sujos e espalham odores poluentes (DELUMEAU, 1999, p. 120).

¹⁴³ Houve grandes epidemias de varíola em 1904, 1908 e 1928 tornando esta doença uma das primeiras ações de saúde pública no Brasil. Sobre as epidemias de varíola e a suas formas de erradicação ver: GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate à Varíola no Brasil: do Controle à Erradicação*. (Tese – Doutorado em História). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

¹⁴⁴ Sobre a questão do medo das epidemias ver: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, especialmente o terceiro capítulo intitulado: “*Tipologia dos comportamentos coletivos em tempo de peste*”.

A partir do trabalho do referido historiador podemos traçar algumas analogias com a epidemia em Campinas e o medo que a mesma causou na Cidade de Goiás. Para além do medo, da angústia, da ruptura dos laços estabelecidos, da insegurança, emerge um fator importante: os pobres, os doentes e os indigentes que assolavam as ruas e os becos das cidades.

Em tempos de epidemia, os mesmos não eram vistos como o caminho para se chegar à salvação (por meio da prática da caridade), mas, ao contrário, poderiam precipitar o *apocalipse*, disseminando doenças e destruindo cidades inteiras. Talvez, por isso, tão logo soou o alarme da epidemia em Campinas, a apenas 130 km da antiga capital, foram redobrados os esforços para a conclusão do asilo, que os recolheria das ruas e os colocaria num lugar afastado do centro da cidade, longe o suficiente para deixá-la em segurança. A epidemia de varíola grassou de tal forma que, no Arraial do Barro Preto da Santíssima Trindade de Goyaz, hoje Trindade, o cemitério lotou na primeira semana, tendo que ser removido para fora do centro do arraial, ao lado do morro da cruz das almas, saída para Campinas, onde se encontra até hoje.

Ademais, este fato corrobora com nossos pressupostos, a saber, a de que o asilo foi criado para enclausurar os pobres que viviam nas ruas, impedindo assim a proliferação de epidemias. A mesma varíola, que tanto pavor causou em Goiás em 1904, também “*invadiu o norte do Estado fazendo algumas vítimas*”, isso em 1899 (AZEVEDO, 1987, p. 101).

Nesse ano, a idéia da construção do asilo foi aprovada prontamente, e logo após se iniciaram os esforços para angariar recursos para a sua construção. A planta do prédio, como afirmamos anteriormente, foi elaborada em poucos dias; o que demonstra a urgência com que o tema era tratado. Poder-se-ia afirmar que o medo dessa epidemia, em 1899, fez com que se iniciasse a construção do asilo rapidamente.

A partir do exposto, pressupomos que a questão do medo do contágio, e principalmente, da proliferação de epidemias na Cidade de Goiás, que, como se sabe, situava na encosta de duas serras, o que dificulta a passagem do ar, e facilita a disseminação de doenças, foi canalizada na figura do indigente, do mendigo, do pobre, principalmente sob a égide das teorias miasmáticas então em voga na época.

Trabalhos como o de Cristina de Cássia Pereira Moraes (1995) e Danilo Rabelo (1997), que discutem o modo como o poder público tratou esses indivíduos desde o segundo quartel do século XIX até o fim do Império, demonstram que o problema ficou mal resolvido. Mesmo a Sociedade São Vicente de Paulo, revestida do discurso da Caridade Cristã, esforçou-se para abrigar, alimentar, vestir, casar, velar esses indivíduos, mas o trabalho resultou inútil. Era preciso algo grandioso para conseguir vencer a demanda!

Nesta perspectiva, o asilo, criado nesse contexto, tornou-se um marco para os vilaboenses, prometendo resolver o problema da mendicidade que se arrastava há séculos. Por outro lado, o asilo tornar-se-ia *moeda de troca* nas relações com o governo. Reiteramos que a Sociedade São Vicente de Paulo, que sob a égide da caridade, visava abrigar tais indivíduos; ao governo, interessava vê-los afastado das ruas. Pressupomos que isso justifica o fato de os Confrades Vicentinos colocarem o prédio do asilo em 1904 à *disposição* do governo.

Mas como, se o asilo ainda não estava pronto? O governo, provavelmente, entendeu o que os Vicentinos queriam dizer e, por isso, doou mais dinheiro, até mesmo porque quando os rumores de uma epidemia “(...) *se espalhavam, todos eram, em princípio, considerados culpados e, assim, susceptíveis de ser condenados à separação; a justiça do passado, colocada nas mãos de Deus, transferia-se para a responsabilidade do Estado (...)*”. Outrossim, “(...) *a experiência do mal colocava as pessoas em estado de contínua desconfiança*”. (CRESPO, 1990, p. 147).

À parte essa questão, havia uma relação de muita cordialidade entre a Sociedade São Vicente de Paulo e os governos Municipal e Estadual. Em 1903, ao divulgar uma prestação de contas de todas as conferências no jornal *A Tribuna*, o agradecimento ao governo não era esquecido:

É de justiça lançar aqui um voto de agradecimento ao governo do Estado, do município, com suas representações, bem como a caridosa população desta cidade, pois só esses elementos deve a sociedade, o estado que, no curto espaço de 2 anos, se acha essa obra, monumental para Goyaz¹⁴⁵.

¹⁴⁵ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n°. 29. 1903, p. 02.

É interessante frisar que na documentação arrolada não encontramos nenhum agradecimento ao Governo Federal. O fato de a Sociedade São Vicente de Paulo ressaltar a importância da contribuição do poder público para a construção do asilo, e fazê-lo por meio da imprensa, uma vez que foram as três esferas de governo quem mais contribuiu para esta empreitada, 25 contos, contra 14 de esmolas e donativos dos fiéis, contradiz um documento que sustenta que o “*Azylo de São Vicente de Paulo, construido a esforços da Sociedade de S. Vicente de Paulo, foi inaugurado por [...] e erecto em casa Pia [...], de sorte a não ter nelle ingerencia alguma o poder civil*”¹⁴⁶.

Em 1909, o então Bispo Diocesano de Goiás Dom Prudêncio Gomes da Silva, em resposta a um ofício do presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé, solicitando a permanência do Santíssimo Sacramento na Capela, que citamos no início deste capítulo, atesta que o asilo foi “*(...) construido em terreno proprio, com esmolas e donativos dos fiéis (...)*”¹⁴⁷.

Estes documentos reforçam a idéia de que havia duas versões para a construção do asilo, do ponto de vista financeiro: a primeira versa sobre a divulgação da importância da ajuda do poder público nos veículos de imprensa da época pelos Vicentinos; a segunda diz respeito a uma versão interna, para a sua construção, onde são ressaltados apenas os donativos dos fiéis. No ofício que originou a resposta do Bispo, lemos que a construção do asilo só foi viabilizada, graças as “*esmolas e donativos*”¹⁴⁸.

Por outro lado, os Presidentes de Província respondiam com a mesma cordialidade com que eram mencionados na imprensa vilaboense, não se esquecendo de ressaltar o trabalho dos membros da Sociedade São Vicente de Paulo:

Merece referencia o bellissimo exemplo que os membros da Sociedade de S. Vicente de Paulo têm revelado, entre outras obras de caridade, na construcção do azylo dos pobres, em um dos

¹⁴⁶ IPEHBC: Documentos Avulsos. *Livro de Tombamento das Paróquias da Diocese de Goiás. Histórias, Limites, Provimento e Patrimônio*. Goiânia, 1920, p. 05.

¹⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Provisão do Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁴⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício datado de 1º de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.

*suburbios desta Capital, onde velhos e moços se entregam a pesados trabalhos manuaes, a que nunca os sujeitaram as necessidades da lucta pela existencia mas a que os obriga piedoso sentimento por aquelles a quem o infortunio tornou cheio de dôres o percurso do berço ao tumulto*¹⁴⁹

Este documento torna-se um interessante indício ao enfatizar que as pessoas que “*se entregam a pesados trabalhos manuaes*”, não teriam a necessidade de fazê-lo na “*lucta pela existência*”, mas por um “*piedoso sentimento*”. De acordo com o histórico escrito pelas Irmãs Dominicanas, quando começou a roçagem do terreno para a edificação do asilo, “*(...) muitos confrades ajudaram nesse trabalho o que muito impressionou ao povo da cidade (...)*”¹⁵⁰, provavelmente, por se tratar de pessoas influentes na cidade.

Mais adiante elas arrematam: “*Os Vicentinos mesmos carregavam o material até o local da construção (...)*”¹⁵¹. Ademais, Francisco Martins, a quem ficou encarregado a chefia da construção, era visto “*(...) pela escada acima, carregando madeiras, para não ter que pagar um servente*”¹⁵². O fato de os confrades Vicentinos ajudarem na construção do asilo teria impressionado o povo da cidade; nesse ínterim, o relato do Presidente da Província citado anteriormente corrobora com essa observação.

Entretanto, as passagens descritas evidenciam, por outro lado, que foram os Vicentinos, com os próprios braços, quem construiu o asilo. O que seria uma *ajuda* que impressionou a cidade tornar-se-ia, no relato das Irmãs Dominicanas uma *obra completa*. Reiteramos que o objetivo do relato das Irmãs era de criar uma memória histórica para o asilo, enaltecendo sobretudo o trabalho dos Vicentinos e, num segundo momento, delas próprias, fato que será pormenorizado no terceiro capítulo.

Outrossim, encontramos no livro caixa do asilo comprovantes de pagamento dos “*(...) salarios aos operarios que trabalharam no Asylo no mez de Março e*

¹⁴⁹ Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 55.

¹⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 03.

¹⁵¹ Idem, p. 04.

¹⁵² Ibidem, 06.

primeira quinzena de Abril (arrancação de pedra)”¹⁵³. Esses operários trabalharam em março e abril de 1900, ou seja, antes da cerimônia de lançamento da pedra fundamental, que ocorreu em meados de agosto.

Há que se considerar, também, o serviço a que esses operários se prestavam: “*arrancação de pedra*”. Pergunta-se: esse trabalho não foi realizado pelos irmãos leigos de São Vicente de Paulo? Ou talvez, esses operários foram os próprios Vicentinos, mas, partindo deste pressuposto, no livro caixa não seria mais conveniente tratá-los como Vicentinos e não como simples operários?

Dos documentos arrolados, podemos concluir que a construção do asilo modificou profundamente a sociedade vilaboense. No relatório das Irmãs, não consta o fato de as pessoas que trabalharam no asilo terem sido pagas, apesar de no livro caixa isso ser uma constante. “*Uns 40 homens vinham todas as tardes trabalhar no Asilo. As crianças acompanhavam e carregavam as pedras menores. Toda a cidade foi motivada a trabalhar*”¹⁵⁴.

Aliás, todo esse trabalho foi perfeitamente orquestrado pelo vicentino Francisco Martins, comerciante do ramo de tecidos, a quem ficou o cargo de diretor da construção, como atesta o documento. Neste sentido, o asilo como um projeto de atração funcionou: espetáculos, leilões e doações, demonstravam o empenho e a volta do *enthusiasmo* da população.

Poder-se-ia aventar que toda a cidade foi “*motivada a trabalhar*” – se é que isso realmente aconteceu, pois este fragmento encontra-se na parte épica do relatório, como o dividimos páginas atrás – seja porque estavam com medo de uma epidemia, ou não sabiam o que fazer dos escravos recém libertos e que não encontraram uma ocupação, ou – e isso é uma hipótese – porque se tratava de uma sociedade muito caridosa.

Outro exemplo da volta do *enthusiasmo* foi a criação da Conferência de São Joaquim no dia da inauguração do asilo, em 25 de Julho de 1909. Na primeira ata da reunião ordinária da Conferência, ocorrido em 01 de Agosto de 1909, na Catedral da

¹⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 03.

¹⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05.

Cidade de Goiás, este fato foi lembrado para exortar os demais membros à prática da caridade:

*(...) o Sr. Presidente falou longamente, expondo que todos os confrades devem esmerar-se pelo progredimento desta Conferencia praticando toda caridade, não só por ella ter sido fundada em um dia tão solene que foi a inauguração do Asylo São Vicente de Paulo*¹⁵⁵.

Outrossim, também aproveitando a volta do *enthusiasmo*, o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, a exemplo da *Comissão angariadoura de donativos*, que abordamos páginas atrás, instituiu em 9 de Dezembro de 1908 uma comissão “*para proceder a um lançamento das pessoas que quiserem contribuir mensalmente, com qualquer quantia, p^a. a manutenção do Azylo*”¹⁵⁶.

Nesta época, final de 1908, o asilo estava quase pronto, e as dificuldades para a sua construção ao longo de quase dez anos foram, provavelmente, projetadas para a sua manutenção. A solução encontrada resultou em uma espécie de dizimo, pago diretamente para um procurador, empregado da Junta Administrativa do Asilo.

Artigo 12º - Compete ao procurador:

§ 1º Arrecadar mensalmente as contribuições e entregal-as ao thesoureiro;

§ 2º Admittir e inscrever os novos contribuintes que quiserem contribuir.

*Artigo 13º - O procurador receberá a porcentagem que fôr determinada annualmente pela junta*¹⁵⁷.

O cargo de procurador da Junta Administrativa, que auxiliava o tesoureiro na tarefa de recolher o dinheiro dos donativos mensalmente entregue para o asilo, foi dissolvido como medida financeira encarregando-se, “*(...) ella própria da custosa tarefa de arrecadar as quotas mensaes dos contribuintes de dentro da cidade,*

¹⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de atas da Conferência de São Joaquim (1909-1911)*. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹⁵⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

reformando a lista dos mesmos, sendo esta uma das mais importantes factores de renda com que o Asylo conta para sua manutenção”¹⁵⁸.

Em 1923, há novamente a alusão ao procurador, inclusive com o valor da sua comissão anual: 344\$000 (trezentos e quarenta e quatro mil réis). As contribuições arrecadas dentre os habitantes da Cidade de Goiás somaram 4:313\$000 (quatro contos, trezentos e treze mil réis) naquele ano¹⁵⁹.

Mesmo depois da inauguração do asilo, a estratégia da Junta Administrativa para angariar mais donativos não mudou em relação a sua construção: nas leituras anuais dos relatórios do Presidente da Junta, o povo era exortado a contribuir; e novamente os exemplos de generosas contribuições eram ressaltados para que servisse de exemplo.

*Sem patrimonio e nem renda vitalicia, contando apenas com a caridade do povo e uma pequena subvenção dos cofres publicos, vem prestando socorros aos desvalidos sem que um só dia se visse na contingencia de abater o seu justo orgulho, por falta de recursos para continuar a tarefa a que se propoz*¹⁶⁰.

Principal destino para as doações, o Asilo São Vicente de Paulo não podia se queixar do patrimônio que conseguiu amearhar¹⁶¹. Em 1915, por exemplo, a instituição já possuía sete casas espalhadas pela antiga Vila Boa¹⁶², provenientes, principalmente, de doações em testamentos.

Estes imóveis motivaram o litígio entre o Procurador Fiscal do Município e o tesoureiro da Junta Administrativa em 1919, por motivo de cobrança de imposto. *“O Sr. Dzor. Presidente, declarou haver se entendido com o procurador fiscal do*

¹⁵⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *“Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”*. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁵⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz*. Cidade de Goiás, 1923.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Em 1937 o Asilo São Vicente de Paulo possuía: 14 imóveis na Cidade de Goiás (51:600\$000 – cinquenta contos e seiscentos mil réis); Apólices Federais (7:000\$000 – sete contos de réis); Apólices Estaduais (9:200\$000 – nove contos e duzentos mil réis); Depósito Bancário (20:000\$000 - vinte contos de réis). Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro dos haveres patrimoniais do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1937, p. 08.

¹⁶² ASVP: Documentos Avulsos. *“Relação das casas pertencentes ao Asylo de São Vicente de Paulo”*. Cidade de Goiás, 1916.

*Município, ficando ajustado que a Junta pedisse ao Conselho Municipal isenção desse imposto para para os prédios pertencentes ao Asylo”*¹⁶³.

Destarte, as doações para a manutenção do asilo vinham de várias partes. Em 1923 houve aumento do vencimento dos empregados federais, como os da Inspetoria Agrícola, Telégrafos e Correios, e estes, “(...) souberam agradecer á Divina Providencia o beneficio recebido e, prasenteiramente, vieram trazer ao Asylo uma bella quantia em regosijo de suas melhorias, o que aqui fica gravada com letras indeléveis (...)”¹⁶⁴. A energia elétrica, por sua vez, era fornecida gratuitamente por Luiz Guedes de Amorim¹⁶⁵. Nos agradecimentos a essas contribuições avultadas eram dispensados adjetivos como *caridoso*, dentre outros.

Noutro passo, sustentamos que a construção do asilo foi pautada em quatro pressupostos, desses, um foi corroborado, a saber, o terceiro, a de que o asilo foi criado como um projeto de atração tanto dos vilaboenses quanto dos próprios Vicentinos, uma vez que havia uma decadência na Sociedade São Vicente de Paulo.

Em virtude da análise da documentação arrolada, tudo leva a crer que o nosso primeiro pressuposto, o de que o asilo foi criado para abrigar os negros recém libertos da escravidão, e o segundo, qual seja, a de que o asilo foi construído para suprir a ausência de duas obras vicentinas, nomeadamente, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que passou para a responsabilidade dos Padres Dominicanos, devem ser desconsideradas. Tanto a libertação dos escravos, e a mudança de comando dessas duas obras ocorreram em 1888, e o início da construção do asilo só aconteceu em 1899, ou seja, esse intervalo de onze anos é muito grande.

Partindo do pressuposto de que o asilo foi criado como um projeto de atração, devemos considerar os motivos da mesma. Por que investir na construção de um asilo para os mendigos? O motivo dessa atração encontra eco no quarto pressuposto: o de que o asilo foi criado devido ao medo da proliferação das

¹⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

¹⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..*” Cidade de Goiás, 1923.

¹⁶⁵ Luiz Guedes de Amorim (Portugal, 6 de Fevereiro de 1866 –?). Foi o proprietário da 1ª Cia. de Energia Elétrica na Capital; pioneiro na navegação Rio Araguaia; Promotor Público na Capital; Membro do Partido Democrata em 1914. Deputado Estadual por duas legislaturas; Senador Estadual por duas legislaturas e Secretário de Estado das Finanças por quatro vezes. Era, também, fazendeiro e comerciante (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 195).

epidemias, que foram personificadas na figura do mendigo, do indigente, do pobre e do doente desvalido.

Poder-se-ia até mesmo aventar que a insistência dos Vicentinos em abrigá-los, alimentá-los, vesti-los, enterrá-los, perfeitamente embasado sob a égide da caridade, descortina um objetivo muito maior, prevenir as doenças, evitar o contágio, mudando os hábitos de higiene daqueles a quem foram creditadas a gênese das epidemias. É partindo, principalmente, dessas considerações que adentramos no segundo capítulo deste trabalho.

CAPITULO II - OS DESVALIDOS

Os alojamentos construídos com a finalidade de abrigar aqueles que viessem a necessitar da ajuda do Asilo São Vicente de Paulo se localizavam no *braço* direito do prédio, “(...) *dotado de amplas salas, grandes dormitórios, tudo muito limpo, arejado, batido pelo sol purificador, com seus leitos aseados, distribuidos em pavilhões*” (AZEVEDO, 1925, p. 95).

Pelo acervo fotográfico da instituição, nota-se, realmente, que eram espaços bem arejados, com boa ventilação, por meio das amplas janelas dos dois lados e uma porta ao fundo; as camas eram dispostas muito próximas, tudo em perfeita sintonia com os preceitos da higiene, preocupação constante dos responsáveis pelo asilo.



Fotografia nº. 4: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.



Fotografia nº. 5: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O estado sanitário do mesmo, curiosamente, era medido conforme a quantidade de óbitos e baixas ao Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, como atesta o seguinte documento de 1916: *“Felizmente tem sido lisongeiro o estado sanitario do Asylo, pois durante o anno registram-se apenas 7 obitos e 4 baixas ao Hospital, sendo poucas as prescrições aviadas para doentes da casa”*¹⁶⁶. No ano anterior, no mês de julho, o Relatório da Junta Administrativa ressaltou que era *“(…) bom o estado sanitario, tendo-se verificado o ultimo obito em Janeiro”*¹⁶⁷.

Havia também *“(…) dous commodos com as necessarias seguranças para reclusão dos que forem affectados de alienação mental, separados conforme o sexo”*¹⁶⁸. Esse tópico que discutiremos a frente, diz respeito aos loucos e à forma encontrada para recebê-los no asilo, ou seja, alojando-os em local apropriado. Essa

¹⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *“Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”*. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *“Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

informação, por sua vez, indica que os casos de loucura eram recorrentes na Cidade de Goiás; o que explica a construção de “*um pavilhão para loucos furiosos*” (AZEVEDO, 1925, p. 95).

Ademais, de acordo com o seu Regulamento, o asilo dispunha de lugares destinados a isolar “(...) *aquelles que soffrerem moléstias contagiosas*”¹⁶⁹. Pressupomos que, neste documento, há a intenção de estabelecer espaços definidos desde a elaboração da planta do asilo, que tinha por objetivo preservar os indivíduos que coexistiam nos espaços da instituição, a saber: os Vicentinos, as Irmãs Dominicanas e os pobres.

É necessário ressaltar a pressa com que o asilo foi inaugurado, por pressão do Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, que queria fazê-lo o mais rapidamente possível. O Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado sem estar totalmente pronto, posto que as construções ainda continuaram por mais duas décadas.

Nem mesmo a divisão dos alojamentos conforme o sexo foi concluído. Havia somente um alojamento, que era ocupado por homens, mulheres, loucos, cretinos, velhos e crianças; portadores de todas as moléstias que afligiam aquela população, inclusive o temido “*fogo selvagem*” como atesta o relato literário do Dr. Eduardo Henrique de Souza Filho, no seu livro *Nos tempos de Goyaz* (1981).

Os alienados mentais conviviam livremente com as outras *gentes* do asilo. A Irmã Maria Isabel, auxiliar na instituição, por exemplo, em 1915, foi atacada por uma tal Antonia, “(...) *em momento de acesso furioso* (...)”¹⁷⁰. O incidente resultou na expulsão da referida asilada, em cujo livro de registro de entrada a mesma foi diagnosticada como tendo *Loucura*¹⁷¹. Antonia foi recolhida ao Hospital de Caridade “(...) *a fim de medicar-se*”¹⁷², e nunca mais regressou ao Asilo.

Esses incidentes foram se repetindo, o que resultou na urgência de se construir lugares destinados aos loucos, assim como separar os demais conforme o

¹⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

¹⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Julho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁷² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

sexo. Essa convivência não poderia resultar harmoniosa, e as construções se seguiram até que, finalmente, em 25 de Dezembro de 1915:

Finalisou-se a construção de um vasto compartimento que a Junta encontrou já quasi prompto na ala direita ao edificio, sendo o mesmo solennemente inaugurado no dia de Natal, depois de bento pelo Rev.^{mo} Capellão do Asylo¹⁷³ e com assistencia dos Conselhos Central e Particular, muitos vicentinos e representantes das redações dos jornaes desta Capital.

Esse aposento ficou destinado a servir de alojamento para os asylados do sexo masculino, que desde esse dia tornou-se completamente separado dos do sexo feminino, medida essa que há muito tempo vinha sendo reclamada pela superiora do Asylo, para que o Regulamento pudesse entrar no seu inteiro vigor.

Com este melhoramento ficou elevada a lotação da casa, de 40 para 50 leitos¹⁷⁴.

Essa divisão ocorreu seis anos após a inauguração do asilo; contudo, as obras prosseguiram na construção de melhorias, como os espaços destinados às Irmãs Dominicanas, como veremos no capítulo seguinte. É nestes espaços, seja na Capela, no Salão Nobre, onde se reunia a Junta Administrativa do Asilo, nos alojamentos dos internos, na cozinha, dentre outros; que dar-se-á a relação entre os Vicentinos, as Dominicanas e os asilados.

No seio dessas relações encontramos os dois objetivos deste capítulo, a saber: definir um conceito que enquadre a heterogeneidade de todos os asilados; definir a partir do olhar destes indivíduos o que representou o Asilo São Vicente de Paulo.

No tocante ao primeiro objetivo, registra-se que, na historiografia, a pobreza foi alvo de diversas análises,¹⁷⁵ conforme foi mencionado na Introdução. Para os

¹⁷³ A benção aos novos cômodos foi dada pelo “Rev.^{mo} Snr. Frey Gabriel, por não se achar presente o Rev.^{mo} Snr. Bispo D. Prudencio (...) estiveram presentes os Snr.^s. Joaquim Rufino Ramos Jubé, Presidente dos Conselhos Central e Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Dezembargador Maurilio Augusto Curado Fleury, D.^{rs} João Avelino de [...] Aragão e Mello. T.^e. C.^{el}. Luiz Guedes de Amorim, grande numero de confrades de Conferencias e Senhoritas que abrilhantaram com canticos religiosos o santo sacrificio da missa. Nos novos commodos foram, no mesmo dia, alojados os asylados do sexo masculino”. In: ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Dezembro de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁷⁵ Dentre esses estudos destacamos: MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Trad: Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986; FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA,

Vicentinos, como se sabe, o asilo foi criado para abrigar os pobres, fossem eles doentes ou não.

O conceito de pobreza que utilizaremos na escritura deste trabalho será o de José Roberto do Amaral Lapa, que a define como uma situação de “*carência (privação), de impossibilidade de atendimento de necessidades materiais básicas à sobrevivência física e reprodução, dentro naturalmente do quadro de valores e disponibilidades de uma determinada sociedade e conjuntura*” (LAPA, 2008, p. 28).

A partir do exposto, é possível tecer algumas considerações sobre o nosso universo de pesquisa, qual seja, a população do Asilo São Vicente de Paulo. Poder-se-ia afirmar que toda ela era constituída pela pobreza; entretanto, este conceito unifica algo que é heterogêneo, como as especificidades das *gentes* desse asilo.

Como discorreremos na Introdução, várias são as tipologias e nomenclaturas que recebem os indivíduos afetados pela situação de pobreza, tais como: pobres, mendigos, vadios, indigentes, vagabundos, miseráveis, remediados, excluídos, desgraçados, infelizes, marginalizados, desclassificados, esfomeados, arruinados, decaídos, dentre outros, sendo *sabujo* o mais horripilante de todos. Entretanto, cada um desses conceitos ou categorias remete a determinados tipos ou grupos de indivíduos. A grande questão é que o Asilo São Vicente de Paulo acolhe a maioria deles.

Nos espaços do asilo, por várias razões, diferentes tipos de indivíduos coexistiam. É oportuno questionar o que os unia e o que os diferenciava. A união ocorre pela própria condição de asilados, ou seja, por algum motivo, um indivíduo, em um momento da sua vida necessitou do amparo do Asilo São Vicente de Paulo.

Tal fato, porém, não quer dizer que todos eram pobres, mas sim que precisaram ter alguém, ou uma instituição, que lhes valessem, que os socorressem, que os ajudassem. O que os diferenciava, por outro lado, era o sexo, a idade, as doenças, as intenções e os motivos do asilamento. Como, então, estabelecer um

1996; PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)*. Trad: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. UNB, 1993; LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: uma contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008; SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito: Taubaté: 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

conceito que consiga permear todos esses indivíduos? Optamos, portanto, pelo conceito de desvalido!

Nesse contexto, o desvalido, no nosso entender, é todo indivíduo que num determinado momento de sua vida, internou-se ou deixou-se internar no Asilo São Vicente de Paulo por dois motivos, a saber: o material e o social. Tal expressão lança raízes no Latim, justamente na concepção do seu antônimo: *validus*, como forte, vigoroso, robusto, “*que passa bem*” segundo as escrituras de Tito Lívio. Quem não passava bem, quem vivia mal, que “*passava mal de boca*” segundo expressão muito goiana para pobreza, era enfim um desvalido (FARIA, 1962).

Entende-se por desvalido material aquele indivíduo que, sem condições de se manter, até mesmo do essencial, procurou o asilo para se internar, objetivando a subsistência. Por sua vez, o desvalido social seria aquele indivíduo que, por algum motivo, engendrou a repulsa social que foi o condicionante em seu egresso na instituição. Nesta perspectiva, enquadram-se: 1- os desvalidos possuidores de doenças mentais; 2- os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; 3- os desvalidos oriundos ou transferidos para a cadeia.

Acreditamos que este conceito e suas categorias suportam teoricamente toda a heterogeneidade dos indivíduos que compunham o quadro de internos do Asilo São Vicente de Paulo. Contudo, deve-se ressaltar que este conceito está inserido dentro da fronteira dos muros do referido asilo.

Outrossim, definí-los como desvalidos a partir do momento que adentram esta instituição permite, não enxergá-los dentro de uma homogeneidade que as próprias categorias deste conceito – o material e social – não condicionam; mas, por outro lado, possibilita que se compreendam as diversas histórias de vida desses indivíduos e as formas como as mesmas foram interpretadas, ou ressignificadas, dentro de determinada época a partir de um único conceito e enquadrá-las dentro de categorias que, por sua vez, restringem a análise, mas não a invalidam.

Fora dessa fronteira que pode ser tanto empírica, quanto teórica, a saber, os limites do asilo, vislumbram-se todos esses indivíduos reconhecidos pelas suas especificidades. Nas ruas, becos e vielas por onde esses tipos eram mais comumente vistos, poder-se-ia denominá-los de pobres, miseráveis, indigentes, dentre outros, porém dentro do asilo todos eram somente desvalidos.

Em um dicionário de 1832, a definição deste termo – desvalido – se refere a aquele indivíduo que “*não tem quem lhe valha*” (PINTO, 1996). O indigente, por exemplo, era aquele que até do necessário tinha falta.

Partindo deste pressuposto, há uma grande diferença entre desvalido e indigente, podendo o primeiro incluir qualquer indivíduo que esteja disposto a ser ajudado por alguém; e por não ter quem lhe valesse, procurava refúgio no referido asilo. Este indivíduo era, portanto, um desvalido.

Talvez desvalido por um preconceito da sociedade, por não possuir meios de se sustentar, por ser doente, por necessitar simplesmente da caridade cristã que regia – porém não somente este – a intenção dos confrades Vicentinos.

Por outro lado, poder-se-ia denominá-los simplesmente de internos ou asilados, termos recorrentes na documentação, mas que padroniza, ou melhor, homogeneiza algo que a nosso entender é “*um todo incoerente e heterogêneo*”, utilizando a expressão de June Hahner (1993, p. 31) ao se referir aos pobres urbanos brasileiros.

Destarte, na utilização destes dois termos, perder-se-ia a complexidade das relações que estão imbricadas no asilamento destes indivíduos. Tomamos as categorias de *internos* e *asilados* como condição de asilamento observados pelos seus contemporâneos, ou seja, pela sociedade vilaboense; entretanto, o fato de ser *condição* inviabiliza, por sua vez, qualquer tentativa de analisar possíveis clivagens, o que tornaria o conceito homogêneo, fato que justifica a divisão do mesmo em duas categorias.

A heterogeneidade desses desvalidos descortina-se como um quadro ao mesmo tempo desolador e intrigante. Os seus alojamentos eram ocupados por diversos tipos de indivíduos, e na maioria das vezes, a única semelhança que os unia era somente o local que habitavam: o Asilo São Vicente de Paulo.

Tal perspectiva evidencia a dificuldade, não somente de enquadrá-los dentro de um conceito, como igualmente, elaborar um para esta instituição, como tentaremos esboçar ao final deste trabalho, dada a heterogeneidade do atendimento.

Loucos, alienados mentais, idiotas, cretinos, dementes, epiléticos, surdos, mudos, cegos, leprosos, morféticos, paralíticos, tuberculosos, órfãos e principalmente velhos, dentre outros, compunham o mosaico de desvalidos do Asilo São Vicente de

Paulo! Eis a dificuldade de tecer em uma mesma roda de fiar os finos fios que integram a trama de cada um desses indivíduos.

Nesta perspectiva, o motivo de um indivíduo que se internou no asilo porque está velho e precisa dos cuidados que a idade requer é diferente de um órfão que foi mandado para o asilo a pedido do Juiz de Órfãos, e muito mais ainda dos loucos e alienados mentais que foram para o asilo pelo discurso da manutenção da ordem pública.

O que une essas histórias, ou pelo menos as aproxima não é o fato de serem pobres ou indigentes – porque nem todos o são – e sim, por serem desvalidos, ou seja, por, em um determinado momento de suas vidas, necessitarem do auxílio do Asilo São Vicente de Paulo. Por isso, a incoerência em denominá-los de internos ou asilados, porque objetivamos dentro da heterogeneidade, possíveis semelhanças que acreditamos encontrar no conceito de desvalido e nas suas categorias, quais sejam: o material e o social.

Desde a Introdução, quando discorremos sobre o dia festivo da inauguração do asilo, passando pelo primeiro capítulo, que tratou da aventura da sua construção e da utilidade da Capela e do Salão Nobre do Asilo, onde se realizavam as reuniões da Junta Administrativa, algo ficou incompleto, propositalmente, que é a definição deste asilo. O que o torna diferente de outras tantas instituições espalhadas por este país? O que faz o Asilo São Vicente de Paulo localizado no subúrbio de uma capital encravada na encosta de duas serras nos sertões do Brasil tornar-se objeto de estudo de um historiador?

Isso posto, pensar o Asilo São Vicente de Paulo como instituição, pautada nos preceitos da caridade cristã; como o viam os Vicentinos, engendra similitudes com os hospitais medievais, e deste modo, faz-se necessário um pequeno retrocesso histórico. O hospital como objeto de estudo da *Clio*, possui uma ampla e rica literatura¹⁷⁶. Como se sabe, os primeiros hospitais teriam surgido no início do século

¹⁷⁶ Para a elaboração deste trabalho foi consultada a seguinte bibliografia sobre a história dos Hospitais: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, mais especificamente o capítulo VI intitulado: “O nascimento do Hospital”; FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2007; LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução: Marcos Flaminio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989, especialmente o capítulo VII: “Florescimento das Instituições de Assistência”;

IV, logo após a conversão do imperador Constantino; e se constituíam em “*fundações devotas, em geral ligadas a ordens religiosas que se dedicavam a servir a Deus e aos homens*” (PORTER, 2004, p. 166).

Na Idade Média, ele proliferou, assemelhando-se, contudo, a uma “*simples casa de acolhimento, um espaço para morrer, ou um verdadeiro estabelecimento de cuidados, representando, na cidade, um papel sanitário e profilático*” (SAUNIER, 1985, p. 193). Ademais, se pareciam muito com os asilos, ou seja, “*lugares que ofereciam refúgio e proteção*” (PORTER, 2004, p. 166).

Com efeito, o desenvolvimento do hospital, está intrinsecamente ligado a “*dois valores cardeais da sociedade medieval, que são a caridade (caritas) e a enfermidades (infirmas)*”. A *caritas* deriva da fraternidade humana, que, por sua vez, decorre do elo entre o amor paternal de Deus e os homens, uma vez que a Igreja Católica ensinava que “*para amar Deus, é preciso amar nossos irmãos*”. A *infirmas*, por sua vez, está ligada à fraqueza do corpo e a sua dependência, sendo, por isso, “*mais socialmente desvalorizada*”, tornando-se paulatinamente a condição de todos os homens frágeis, pois assinalava o pecado original. A *caritas* e a *infirmas* serão as alavancas para o “*nascimento do hospital medieval, lugar público e gratuito de caridade*” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 118). Por esta razão:

O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital (FOUCAULT, 1993, p. 101).

Entrementes, o sentido utilitário do hospital que prevaleceu até o século XVIII assemelha-se aos objetivos do Asilo São Vicente de Paulo, uma vez que este foi concebido para recolher os pobres, como bem demonstra o seu Regulamento no

PORTER, Roy. *Das Tripas Coração: Uma Breve História da Medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004, especialmente o capítulo 7: “O Hospital”; SAUNIER, Annie. “A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

Artigo 3º: “*O seu fim é recolher os indigentes e mantel-os; dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica*”¹⁷⁷.

O asilo em questão era uma “*fundação devota*”, pois o seu gerenciamento interno estava a cargo de uma Congregação Religiosa, qual seja, a Ordem Dominicana; era uma casa de acolhimento, e o mais importante, desempenhava um relevante papel sanitário na Cidade de Goiás.

Assim como os hospitais medievais, o asilo goiano não era um espaço de cura, apesar de contar com a colaboração de médicos que assistia os pacientes, e encaminhava-os em estado mais grave para o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, como veremos no próximo capítulo.

E a questão mais importante, o que regia o asilo, como vimos no capítulo anterior, era a questão da caridade e o medo das enfermidades, ou seja, a *caritas* e a *infirmis*.

Entretanto, utilizando a expressão de Michel Mollat, os hospitais medievais não estão impregnados “*exclusivamente de sentimentalismo e religiosidade*” (1989, p. 141). Apesar de serem instituições de assistência aos pobres, eram, de acordo com Michel Foucault, “*também de separação e exclusão*”. O hospital, portanto, seria uma instituição que visava tanto recolher o pobre quanto “*proteger os outros do perigo que ele encarna*”. Pois o “*pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso*”. (1993, p. 101).

Tudo indica, portanto, que o Asilo São Vicente de Paulo se enquadra perfeitamente na comparação com o hospital medieval. O trato aos pobres, aos doentes, a sua internação em um lugar, longe o suficiente para deixar em paz uma sociedade, que vivia às voltas com as temidas epidemias, faz a reflexão caminhar para este desfecho.

Pelo exposto, não podemos, portanto, afirmar que o Asilo São Vicente de Paulo representou indubitavelmente, para a Cidade de Goiás, o mesmo que os hospitais representaram para a Europa Medieval. Se ainda não encontramos um parâmetro para definí-lo, faz-se necessário recorrer a outras instituições.

¹⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. ‘*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*’. Cidade de Goiás, 1909, p. 02. Observação: parte deste documento foi citado na Introdução.

A partir do trabalho de Michel Foucault é possível estabelecer essas comparações com o Hospital Geral de Paris, fundado em 1656 e destinado a abrigar os pobres. Nesta instituição, eram recolhidos, alojados, alimentados, aqueles que se apresentavam voluntariamente ou que eram encaminhados pelas autoridades.

O médico era pago e visitava os internos duas vezes por semana, porém, não se trata de uma estabelecimento médico. *“É antes uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais decide, julga e executa”*. Deste modo, o Hospital Geral seria a *“terceira ordem da repressão”*, entre a polícia e a justiça (FOUCAULT, 2007, p. 49-50). Ademais, *“o hôpital général (...) despontou no século XVII como uma instituição destinada a abrigar e confinar mendigos, órfãos, vagabundos, prostitutas e ladrões, ao lado dos doentes e dos loucos pobres”* (PORTER, 2004, p. 168).

Assim como em relação ao Hospital Medieval, há semelhanças e diferenças entre o Asilo São Vicente de Paulo e o Hospital Geral. Eles se assemelham no sentido do ingresso dos pobres na instituição. Porém, se diferenciam no quesito da repressão.

O asilo da antiga capital goiana não fora criado para reprimir, ou seja, não pode ser visto como uma prisão, nem como um aparato do poder constituído. Pelo contrário, o asilo foi idealizado, elaborado e construído por leigos amparados na caridade cristã, apesar de contar algumas vezes com a ajuda do poder público, mas que nada influenciava na operacionalização da instituição.

Outra instituição que podemos comparar com o Asilo São Vicente de Paulo é o Asilo de Mendicidade, fundado na cidade de Salvador, na Bahia, em 1876, que foi analisado pelo historiador Walter Fraga Filho. A fundação desse asilo na capital baiana, *“significou a concretização de política que visava excluir os mendigos do mundo das ruas, isolando-os fora dos limites urbanos”*. Por sua vez, as elites *“poderiam manter a tradição da caridade com as consciências tranqüilas, sem serem importunadas com a presença dos pobres”*. (1996, p. 160-164).

Pelo exposto, os objetivos de ambas as instituições estão em consonância, porém, as diferenças se davam na participação ativa da polícia para o gerenciamento do asilo baiano, e na questão da disciplina do estabelecimento. A maioria dos internos era capturada pela polícia, o que na cidade de Goiás não ocorreu. Outrossim,

o controle policial no asilo baiano era tão forte que “talvez por isso, ao darem entrada aí muitos deles apresentavam nomes falsos, uma forma de se resguardarem (...)” (FRAGA FILHO, 1996, p. 164).

Isso posto, conceber o Asilo São Vicente de Paulo como um lugar de separação e exclusão, onde eram despejados os indesejados da sociedade, que ficavam enclausurados e eram violentamente disciplinados é utilizar do reducionismo para fazer a análise.

O referido asilo não funcionava como uma prisão, os desvalidos que lá estavam permaneciam na instituição porque necessitavam da ajuda alheia. Entretanto, não eram obrigados a permanecer nela, como bem demonstra o caso de Pedro Alves do Nascimento, que foi excluído do asilo “por se haver retirado voluntariamente”¹⁷⁸; e Francisco Mariano Sardinha, que se retirou do asilo “não dando mínima satisfação”¹⁷⁹. Este último, por exemplo, foi o interno de número 147, que deu entrada em 18 de Junho de 1918, com idade de 70 anos, sofrendo de *Velhice*, e retirou-se da instituição em 04 de Agosto de 1918¹⁸⁰.

O fato de um indivíduo ter saído do asilo por vontade própria evidencia que o mesmo separava, mas não excluía. Entre separar e excluir há enorme distância. A construção do asilo nos subúrbios da antiga capital de Goiás poderia sugerir a possibilidade de *exclusão*, que remonta a uma idéia de *definitivo*.

Por outro lado, observar o asilo como uma estratégia de *separação* é aceitável, do ponto de vista de que este termo possibilita a idéia de *transitório*. Outro fator importante concerne à instituição não ser projetada como uma cadeia, sendo que nem sequer muro possuía inicialmente; isso evidencia, por sua vez, que os habitantes do asilo tinham a consciência de estarem lá não por imposição, mas por vontade própria.

Entretanto, entre a imposição e a vontade própria há o discurso da caridade, da ajuda, da mão que se ergue aos menos afortunados, da benevolência por parte dos

¹⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Janeiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

¹⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Agosto de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

¹⁸⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

moradores da cidade que contribuía mensalmente para a manutenção do asilo, como afirmamos no capítulo anterior.

Pressupomos que, fazer os desvalidos pensarem que estavam lá por vontade própria, poderia ser uma estratégia para aprisioná-los, numa prisão sem muros, ou pior ainda, nos eternos muros da gratidão. Comida, roupa, lugar para dormir, assistência médica, remédios gratuitos, missas, festas e visitas quase diárias por parte da população, faziam do Asilo São Vicente de Paulo um microcosmo de um ideal de cidade; onde se recebia tudo e não se fazia nada; eis a face da caridade que aprisiona de maneira mais eficaz do que o poder de polícia.

No entrecruzamento dessas diversas formas de assistência, que serão pormenorizadas no próximo capítulo, encontram-se os desvalidos: indivíduos a primeira vista sem rosto, sem vontade, sem o controle da escrita de suas próprias vidas, e que compartilham com muitos outros o mesmo destino.

Não obstante, estabelecer uma análise dessa natureza, partindo desses indivíduos, não é tarefa fácil, principalmente porque nenhum deixou o seu relato. E talvez por isso, nomes, idades, datas, enfermidades, embaralham-se nesse imenso quebra-cabeça. Recompôr a ordem das peças é tarefa árdua, é dialogar com as fontes, criar tabelas, montar gráficos, enfim, conceder ao objeto o tão acalentado estatuto de cientificidade que a História almeja.

Isso posto, contamos com três tipologias principais de documentos para estruturar a análise. O primeiro e talvez um dos mais interessantes é o *“Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo”*, que abrange o período de 1909 a 1946, e contém: número de entrada do interno; data de entrada; nome do interno; idade; sexo; “pátria”¹⁸¹; enfermidade; data da retirada; data do óbito; e, por fim, alguma observação, quando havia a necessidade.

O segundo tipo de documento refere-se às atas das reuniões, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, da Junta Administrativa do Asilo, entre 1914 a 1923, que se reunia com certa regularidade, em que há interessantes dados sobre o cotidiano dos internos e os critérios de admissão e exclusão dos mesmos.

¹⁸¹ O termo “pátria” tanto pode se referir ao lugar de nascimento do desvalido, quanto de origem.

Finalmente, o terceiro tipo são os relatórios anuais da Junta Administrativa do Asilo, que como se sabe, eram apresentados ao Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo e lidos nas cerimônias de posse de uma nova junta.

No arquivo do asilo, encontramos apenas os relatórios de 1915, 1916, 1921, 1922 e 1923, que estão dentro do período que nos propomos a trabalhar. Partindo principalmente do diálogo dessas fontes, em conjunto com outras, evidentemente, é que procuraremos discorrer sobre os doentes e desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo, a partir dos dois grupos que dividimos páginas atrás, a saber: os desvalidos materiais e os desvalidos sociais.

O período compreendido entre 25 de julho de 1909, data da inauguração do asilo a 25 de abril de 1946, data do último registro encontrado no livro de entrada, 442 indivíduos foram internados no estabelecimento pelos mais diferentes motivos.

Tal circunstância fica evidente quando observamos a idade desses internos, que variava de 6 meses a 115 anos. Neste universo, 44 tipos de doenças foram observados, sendo que a *enfermidade* mais comum era a *velhice* com 101 casos. Vários foram os locais de origem desses internos: 59 cidades ou regiões foram catalogadas, destas se sobressaiu a Cidade de Goiás com 251 ocorrências¹⁸². É oportuno ressaltar que esses dados evidenciam o nível de abrangência e a heterogeneidade do Asilo São Vicente de Paulo.

Isso posto, o primeiro conceito que iremos abordar é o de *Desvalido Material*, no qual se enquadram os velhos, os desamparados, os órfãos, os que necessitavam da ajuda do asilo, e os primeiros moradores da instituição, ou seja, aqueles que já eram ajudados pela Sociedade São Vicente de Paulo e que moravam no asilo provisório.

No que se refere a estes, somente depois de encerrados todos os festejos e a cerimônia de instalação do asilo, com a presença do Bispo Dom Prudêncio, das autoridades, feitos todos os discursos e lido o Regulamento, como apontamos na Introdução, é que os primeiros desvalidos tomaram posse da sua nova morada. Como último ato desta epopéia, o fato mereceu atenção especial das Irmãs quando escreveram o histórico do asilo nos idos de 1975:

¹⁸² ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Depois dos agradecimentos aos presentes D. Prudencio voltou à sua casa e um dos mais belos espetáculos de caridade se desenrolou aos olhos do povo. Todos os confrades se dirigiram ao Asilo primitivo na Rosa Gomes (...) Logo depois eles voltavam ao Asilo trazendo cada um, em seus braços os pobres idiotas ou inválidos que não podiam andar¹⁸³.

A descrição é tocante: de um lado, temos um Bispo que não esperou a chegada dos desvalidos e, de outro, o *espetáculo* da caridade, com os mesmos sendo carregados pelos vicentinos. Neste mesmo dia, onze indivíduos deram entrada no asilo; destes, 7 eram mulheres e 4 homens. As Irmãs os definiram como *pobres idiotas* ou *inválidos*, sendo estes últimos aqueles “*que não podiam andar*”.

Mas, notem bem, segundo a descrição, todos, independente de poderem andar ou não, foram carregados pelos Vicentinos até o asilo definitivo. O então asilo provisório situava-se na Rua Rosa Gomes, do outro lado do Rio Vermelho, nas proximidades da Igreja de Santa Bárbara, e o asilo definitivo localizava-se no subúrbio; um longo trajeto com várias ladeiras separava os dois lugares, o que só contribuiria para tornar a cena ou digna de *reverência*, ou *cômica*.

Outrossim, estes onze internos bem ilustram a complexidade e a dificuldade de se estabelecer parâmetros de análise com base no Livro de Entrada do asilo. Primeiramente, se ressaltarmos o enfoque nas enfermidades, ou seja, o motivo que impulsionou o ingresso do indivíduo na instituição, temos que neste primeiro dia foram admitidos: 1 caduco, 5 velhos, 2 idiotas, 1 louco, 1 *asthmatico*, e 1 cega, totalizando 11. Entretanto, a que alegou a cegueira como enfermidade proeminente tinha 85 anos, e seu nome era Fortunata dos Anjos Martins.

O contraditório da questão é que uma tal Jacintha Cristina dos Reis alegou, ou alegaram para ela, a *enfermidade* velhice, e a mesma possuía apenas 52 anos. Há casos de indivíduos, que com 50 anos, já serem declarados velhos!¹⁸⁴ Portanto, ou o registro de cegueira ao invés de velhice seria mais relevante para identificá-la ou ressaltar alguma característica marcante; ou velhice não era enfermidade e sim condição; ou esta supra citada Jacintha sofria de velhice prematura, ou de outras

¹⁸³ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 08.

¹⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

doenças que a deixaram neste estado, uma vez que a mesma faleceu no Hospital São Pedro de Alcântara, apenas dois meses depois de instalada no asilo definitivo.

Destarte, faz-se mister ressaltar a diferença entre enfermidade e doença. No Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo consta o termo *enfermidade*, que até agora utilizamos como sinônimo de doença. Entretanto, alguns autores estabelecem a diferença entre *enfermidade* e *doença*, qual seja, “*enfermidade (disease) é o que o órgão tem, a doença (illness) é o que o doente tem*” (HELMAN, apud, LEITE; VASCONCELOS, 2006, p. 115).

A dificuldade na transposição desses conceitos e aplicá-los ao documento em questão, é que ambas as formas aparecem como sinônimo. Nesta perspectiva, nos parâmetros dos responsáveis pelo Asilo São Vicente de Paulo, enfermidade poder-se-ia compreender tanto algo que um órgão tem, como por exemplo, *intestino*, ou uma doença como *morphea*, ou uma condição como *velhice e desamparado*.

Noutro passo, o ingresso de apenas 11 indivíduos no primeiro dia denota que a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo não era tão abrangente quanto julgávamos no capítulo anterior; ou era, mas não no que concerne ao aluguel de casas – inicialmente – e depois ao recolhimento ao asilo provisório.

Há que se ressaltar que existiu, nesta época, no alto da Rua Padre Arnaldo, abaixo do cemitério e entre a Rua do Fogo, uma ladeira que foi doada a muitos pobres com casebres feitos de madeira e muitas barracas, cujo trabalho de distribuição de alimentos era realizado por Maria Gomes da Silva Cupertino de Barros (Sinhá Cupertino) e Geogina Caiado Fleury desde 1901. Ali, residiam cerca de 130 pessoas desvalidas, conforme escreveu a pesquisadora Rosarita Fleury (1990) ao destacar o trabalho de sua tia Georgina, que lavava os morféticos que moravam nessa rua e colocava creolina nos buracos dos corpos dos mesmos que “*muitas vezes eram verdadeiras bicheiras*”.

No tocante ao asilo, será que o recolhimento de apenas 11 internos em uma instituição tão cara que envolveu a participação de toda a sociedade vilaboense correspondia, ou melhor, solucionava os problemas causados pelos pobres que viviam nas ruas? Isso também desautoriza a hipótese de o asilo ter sido construído com o objetivo de resguardar a cidade das epidemias, uma vez que no registro de entrada inicial não foram encontrados indivíduos com essas características; por outro

lado, o discurso das epidemias e os problemas que as mesmas acarretariam poderiam ter sido utilizados somente pelos Vicentinos para pressionar o governo visando a obtenção de dinheiro. Porém, como é sabido, o asilo foi criado para “(...) *dar abrigo e conforto a infância desamparada e á velhice sem arrimes*”¹⁸⁵.

No que se refere à velhice, faz-se necessário conhecer os critérios de distinção para que um indivíduo seja considerado velho por determinada sociedade. A forma como a mesma interpreta algo que é inerente ao ser humano, ou seja, o processo biológico do envelhecimento, torna a velhice socialmente construída (BOSI, 2004, p. 77; VINCENT, 2001, p. 329). Ademais, o processo biológico “*que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por todas as sociedades, em rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social*” (MINAYO & COIMBRA JR. *apud* MINAYO, 2004:10). A categoria de *fronteiras etárias* refere-se aos parâmetros que determinada sociedade estabelece para classificar uma pessoa como sendo velha¹⁸⁶.

Há várias visões para o termo da velhice, o que Mário Filizzola (1972) destaca como dicotomia entre “*válidos e inválidos*”, ou seja, aquele que a sociedade reconhece como inútil. Segundo este autor, cria-se, nesse âmbito, a “*sociedade dos pidões*”, velhos imprestáveis e inúteis, afeitos ao ato da mendicância.

O problema é estabelecer esses parâmetros para a sociedade vilaboense do início do século XX. Quem eram os velhos, e como se pensava a velhice na época? Com base no *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accesorias para uso das familias*, publicado originalmente em 1890, de autoria do polonês radicado no Brasil, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz¹⁸⁷, tentaremos estabelecer algumas

¹⁸⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

¹⁸⁶ Atualmente essa questão é amplamente discutida, pois entidades internacionais definem como o corte inicial do envelhecimento com base se a sociedade é ou não desenvolvida, para as primeiras prevalecem a faixa etária mais alta (65 anos), e se não, ou em desenvolvimento, o limite é 60 anos (CABRAL, 2004:03). Ademais, “(...) *definir uma categoria denominada velhice, que engloba as características em comum de todos os velhos em todas as épocas e culturas, é uma empreitada vazia de sentido, tendo em vista que ser velho não é uma condição natural e já dada, mas um processo construído social e culturalmente*” (MAGRO, 2003, p. 36).

¹⁸⁷ “*Os manuais de medicina popular foram escritos por médicos representativos da elite médica do Império: seus autores, ou fizeram parte da Academia Imperial de Medicina, ou tinham muito boas relações com as autoridades médicas do Império, em geral. Mas se, por um lado, representavam a*

considerações sobre o tema. O referido médico divide em quatro as idades da vida humana, quais sejam: a *infância*¹⁸⁸, a *adolescência* ou *mocidade*¹⁸⁹, a *virilidade*¹⁹⁰ e a *velhice*. Esta última iniciaria a partir dos 55 ou 60 anos e se estenderia até a morte, “a qual se faz raramente esperar após noventa annos” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

Ademais, a velhice também se divide em três *períodos*, de acordo com o referido médico, a saber: “1º, a idade do retrocesso, que comprehende o intervallo dos sessenta aos setenta annos; 2º, caducidade, dos setenta aos oitenta annos; 3º, o da decrepidez, que vai dos oitenta annos até ao fim da vida” (Idem, 1890, p. 195).

Outrossim, de acordo com os seus cálculos, somente uma pessoa em um grupo de 1400 chegaria aos cem anos (Idem, 1890, p. 191). No Asilo São Vicente de Paulo, os 101 casos registrados com a enfermidade *velhice* verificou-se que 6 desvalidos romperam a fronteira dos cem anos de idade, dos quais cinco eram do sexo masculino¹⁹¹.

Este fato coloca em relevo que, apesar de todas as moléstias que acometiam a população de Goiás desde os setecentos¹⁹², envelhecia-se muito, e o mais

legítima ciência da época, foram, também, legítimos agentes de medicina popular, tamanha sua aceitação e difusão para expressiva parcela da população leiga, que, através deles, pôde se inteirar de diagnósticos e tratar as principais doenças. Para melhor situar os manuais de medicina popular em seu tempo, há que se conhecer a interação entre estas obras e seu público consumidor, que se constituiu de boticários, fazendeiros, mães de família, enfim, de toda uma gama da população leiga letrada que exerceu a medicina. Dessa maneira, amplia-se o panorama da medicina, no Brasil imperial, que não se limitou apenas ao estereótipo de, por um lado, uma medicina oficial, praticada unicamente por médicos diplomados, e, por outro, uma medicina descredenciada pela ciência acadêmica do século XIX, e praticada, em vários graus de informalidade, pelos escravos ou por indivíduos pobres que se valiam de seus diferentes saberes para sobreviverem. Entre o estetoscópio e a garrafada, havia um terreno bastante extenso ocupado por diversos outros elementos, dentre os quais, os manuais” (GUIMARÃES, 2003, p. 16-17).

¹⁸⁸ A infância seria “(...) o espaço de tempo compreendido entre o nascimento e a puberdade” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁸⁹ A adolescência ou mocidade teria início “(...) com o desenvolvimento da puberdade, aos dez ou onze annos para as meninas, e treze annos mais ou menos para os rapazes no clima intertropical, e acaba na época em que o corpo tem tomado todo o seu crescimento; o que tem lugar aos vinte e um annos nas senhoras, e aos vinte e cinco nos homens” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁹⁰ A virilidade “(...) ou idade madura, que vai até aos cincoenta e cinco ou sessenta annos, época em que principia a decadencia do corpo e das nossas faculdades” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹² Cf: KARASCH, Mary C. “História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999; SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. “Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999; MAGALHÃES, Sônia Maria de. “O cenário nosológico de Goiás no século XIX”. In: *Vária História*. Vol. 21, nº 34. Belo Horizonte, 2005.

interessante, se considerarmos que a população vilaboense era de aproximadamente 5.000 pessoas, estava acima da média proposta por Chernoviz.

Outra questão importante diz respeito às *fronteiras etárias*, ou seja, a partir de que idade, um indivíduo era considerado velho no início do século XX? Nas três primeiras décadas do século passado, a expectativa de vida do brasileiro era de 34 anos¹⁹³.

Atualmente, a expectativa de vida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 72,7 anos; entretanto, um indivíduo é considerado idoso a partir dos 60 anos, de acordo com o Estatuto do Idoso de 2003. Se o raciocínio partisse deste princípio, poder-se-ia estimar que durante as últimas décadas da Primeira República, “*velho*” seria todo indivíduo acima dos 30 anos, o que, evidentemente, não condiz com a dada *realidade* do Asilo São Vicente de Paulo.

Nessa instituição, observa-se que os desvalidos acima dos 50 anos – idade inicial da velhice estipulada por Chernoviz – somam 170 indivíduos, conforme a tabela abaixo. Coincidentemente ou não, 50 anos é a idade mais baixa do desvalido que foi caracterizado no quesito *enfermidade* como tendo velhice.

Entretanto, há o caso de uma desvalida de 50 anos cuja *enfermidade* não está indicada, ou seja, em sua ficha não consta nenhuma observação relevante naquele quesito, podendo, até mesmo, ser descrita como de gozando boa saúde.

¹⁹³ FONTE: RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento Populacional: Uma Realidade Brasileira. In: *Revista Saúde Coletiva*. São Paulo, 1987, p. 214.

TABELA Nº. 1: TOTAL DE DESVALIDOS DIVIDIDOS POR IDADE	
Idade	Total
00 a 09	46
10 a 19	65
20 a 29	46
30 a 39	41
40 a 49	49
50 a 59	41
60 a 69	38
70 a 79	52
80 a 89	26
90 a 99	08
100 a 115	06
Sem Informação	24
Total Geral	442

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Entretanto, dever-se-á considerar que nem todos os desvalidos acima de 50 anos, que entravam no Asilo São Vicente de Paulo eram cadastrados como possuindo a *enfermidade* velhice. O senhor Antonio José dos Santos, por exemplo, o primeiro desvalido a ingressar na instituição aos 25 de Julho de 1909, com idade de 80 anos, foi registrado com a enfermidade *Caduquice*¹⁹⁴.

Este dado é interessante, pois descortina a intenção e a função deste referido documento. Por que ressaltar a caduquice ao invés de velhice? Se partirmos do pressuposto que velhice não é doença e sim condição, o fato de especificar a caduquice poder-se-ia identificar o desvalido, ou seja, representaria de maneira mais fiel o modo como este deu entrada na instituição. Ademais, a *caducidade* é o segundo período na divisão da velhice feita por Chernoviz, e compreende os 70 aos 80 anos.

Consideramos remota a possibilidade do preenchimento do registro do dito Antonio ter sido pautado nas considerações do autor do *Dicionário de Medicina*

¹⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Popular, por que não há menção de *decrepidez*, ou algo semelhante – somente *velhice*.

Outrossim, o caso de Fortunata dos Anjos Martins que também foi acolhida no asilo no seu primeiro dia de funcionamento possuía na ocasião 85 anos, sob a alegação da *enfermidade* cegueira. Pelo exposto, e pelo exemplo do Antonio, que entrou no mesmo dia que Fortunata, reforçam o argumento que *velhice* não era considerada enfermidade e sim condição, ou também poder-se-ia sustentar que a intenção dos responsáveis pelo preenchimento era ressaltar alguma característica individual do desvalido.

O mesmo se aplica, dentre muitos casos, ao da desvalida Ardouça Ribeiro da Silveira Aranha, com idade de 75 anos, sendo ingressa no asilo aos 04 de Setembro de 1909, onde consta *entrevado* como *enfermidade*. Há também registros de desvalidos que romperam a faixa etária dos setenta anos serem diagnosticados com outras *enfermidades*, desta vez, como sinônimo de doença e não como condição, como nos casos de *Rheumatismo*, encontrado numa desvalida de 76 anos; *Idiotia*, encontrado num desvalido de 70 anos; *Hepatite* encontrado num desvalido também de 70 anos; *Hemiplegia* encontrado num desvalido de 81 anos; e *Gastrite* encontrado num desvalido de 87 anos, dentre muitos outros casos¹⁹⁵.

Ademais, a questão da *velhice* e, principalmente, a sua historicidade ainda compreendem uma lacuna nos trabalhos historiográficos tanto dedicados a Goiás, como ao Brasil, seja no Período Colonial, no Império e República Velha. A *velhice* e os indivíduos afetados por ela não foram alvo de estudos aprofundados por parte dos historiadores, tal como aconteceu com as crianças e as mulheres¹⁹⁶.

Dentre os desvalidos portadores de *velhice*, havia um grupo que se diferenciava por terem doado os seus bens para o Asilo São Vicente de Paulo, em troca de serem assistidos pela referida instituição. Há registros de três casos de desvalidos que se enquadram nesta categoria, a saber: Roberto Antonio de Oliveira, em 1913; Francisca Alexandrina de Arruda, em 1919; e Virginia L. Pereira, em 1932.

¹⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹⁶ Por exemplo: PRIORE, Mary Del. (coord.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; PRIORE, Mary Del. (coord.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

O primeiro fez um acordo com o asilo de modo que este o recebesse e tratasse dele durante o restante de sua existência, pois, sendo solteiro, encontrava-se em idade avançada e doente, não possuindo herdeiros e ninguém que lhe valesse. Em nosso entender, independente de ter bens ou não, tornava Roberto Antonio de Oliveira um desvalido. A transação ocorreu no Cartório do Tabelião Abreu, em 18 de Junho de 1913, conforme atesta a seguinte escritura de doação:

Esriptura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d' Oliveira, como se declara: Saibam quantos esta publica escriptura de doação intervivos [...], que, sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e treze, Vigesimo Quinto da Republica, aos dezoito dias do mez de Junho, n'esta Cidade de Goyaz, em meu cartorio, compareceram como partes contractuantes, de um lado, como outorgante doador Roberto Antonio d' Oliveira, e de outro lado, como outorgante donatario o Asylo de São Vicente de Paulo, representado pelo seu Thesoureiro o cidadão Vicente Sancho d' Almeida, um e outro, outorgante e outorgado, reconhecidos de mim Tabellião pelos proprios de que os tracto e dou fé, e perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assignadas, pelo primeiro nomeado me foi dito que, estando já avançado em idade e além disso doente e impossibilitado de trabalhar para obter a sua subsistencia, ao ponto de recorrer á caridade publica, e possuindo n'esta Capital duas pequenas casinhas unidas (em estado de ruinas), a de baixo com terreno para quintal, sitas no correr da rua da Bôa Vista, e dividim-a pelo lado de cima com propriedade do Alferes Ricardo Ferreira de Campos, e pelo lado de baixo, com o rio Vermelho, resolveu propor aquelle estabelecimento – o Asylo de São Vicente a dar ao mesmo estabelecimento, as suas duas casinhas mediante a condição d'elle outorgante ser internado no mesmo estabelecimento e alli ser tractado durante a sua existencia. Acceita a sua proposta e já estando recolhido no referido "Asylo", que não tendo herdeiros necessarios, que é solteiro e possuindo as referidas casinhas sem onus quaesquer; por esta escriptura e na melhor forma do Direito, faz doação intervivos das referidas casas ao mencionado "Asylo" de São Vicente" no valor de duzentos mil reis, (200:000), que as poderá possuil-as como fazendo parte do seu patrimonio, e pela presente escriptura lhe transfere todo o domínio, discrito, acção e posse que tem tido nas casas ora doadas, tudo por bem d'esta escriptura e da clausula constituti, do que tudo eu Tabellião dou fé. Pelo Thesoureiro foi dito que acceitava no character de representante do Asylo de São Vicente a presente doação e em nome do mesmo, empossava das alludidas casinhas. E de como assim o disseram e me pediram esta escriptura que lhes foi lida, acceitaram e por declarar o doador não saber ler nem escrever, assigna á seu rogo

*o Alferes João Rodrigues de Moraes, com as testemunhas presenciaes (...)*¹⁹⁷

Quando a escritura foi feita, conforme mencionado, Roberto Antonio de Oliveira já se encontrava recolhido ao asilo, fato que se deu, de acordo com o registro de entrada, em 13 do mesmo mês, ou seja, apenas cinco dias antes da transferência, que foi, portanto, acordada anteriormente. Segundo o mesmo registro, na oportunidade o desvalido em questão possuía 61 anos, a enfermidade declarada foi *velhice*, e não as outras doenças que ele afirmou na ocasião da escritura possuir¹⁹⁸.

Não obstante o fato de o referido Roberto não se encontrar, em estado de indigência, como os primeiros internos do asilo, resolveu ele trocar as duas *casinhas* que possuía pela assistência, seja ela material ou espiritual que o asilo fornecia. Apesar de as Atas da Junta Administrativa no período de 1909 a 1913 não terem sido encontradas no arquivo do Asilo São Vicente de Paulo, de modo a comparar como foi a reação dos Vicentinos diante do gesto deste desvalido, todavia, encontramos a ata que se refere ao seu falecimento que ocorreu em 20 de Julho de 1916, pouco mais de três anos depois da sua entrada. Na oportunidade, a Junta aprovou o:

*(...) louvavel procedimento da Irmã Superiora em mandar celebrar um suffragio da alma do pobre Roberto Antonio de Oliveira que era asylado, uma missa tendo para esse fim despendido a referida Irmã, da importancia de \$500,00 que ser-lhe a indennisada*¹⁹⁹.

O *louvavel procedimento* da então Irmã Superiora Madre Maria Helena²⁰⁰ não se estendia aos demais desvalidos, pelo que podemos aventar que o referido Roberto tinha um tratamento diferenciado na instituição, ou pelo menos o teve depois da sua morte, com o pagamento de uma missa dedicada ao sufrágio de sua alma; no

¹⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Escritura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d' Oliveira*. Cidade de Goiás, 1913.

¹⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

²⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *“Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo”*. Cidade de Goiás, s/d.

capítulo anterior afirmamos que era comum o asilo custear a celebração de missas somente para os seus benfeitores falecidos.

O drama da segunda desvalida que doou casa para o asilo, centra-se em vários interesses, cujos personagens centrais são os membros da família Parrella, a saber: a matriarca, Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, e seus dois filhos, Manoel Parrella de Oliveira e Antonio Parrella de Oliveira, cuja trama dar-se-á no testamento que fez a primeira:

(...) Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira. Saibam quanto este publico testamento virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e desenove, aos trinta dias do mez de Julho, nesta Cidade de Goyaz, as vinte e uma horas e meia, em casa de residencia de Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, onde eu tabellião a chamado vim, ahi acha de cama e gravemente enferma, mal se podendo exprimir, mas em seu perfeito juízo, segundo o meu parecer e das testemunhas edoneas adiante nomeadas e no fim assignadas. E, perante as mesmas testemunhas, pela testadora, refereida Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, viuva do tenente José Parrella de Oliveira, residente nesta Capital, me foi dito que quer fazer o seu testamento e ultima vontade pela forma seguinte: Que tem dois filhos, um dos quaes – Manoel – surdo-mudo de nascença, e Antonio Parrella de Oliveira; que possui uma unica propriedade que é uma meiguia, sita no districto de Sant’Anna desta Capital á rua Senador Caiado, n° 36, entre propriedades de Benedicto de Tal e de Dona Maria José Leite de Castro, que por sua morte, feitas as despezas de funeral que deseja que faça o mais modestamente possivel, e pagar as suas dividas, deixa a metade de seus bens ao Asylo de São Vicente de Paulo desta Capital, com a condição de ser alli recolhido e tractado não só o seu referido filho Manoel, como o Antonio, caso este venha a necessitar da caridade publica; que a legitima que tocar aos seus dous filhos, deverá ser com a clausula de inalienabilidade e por morte dos mesmos passará ao referido Asylo; que é seu desejo que a sua casa fique para o Asylo, pagando este as suas dividas e despesas de funeral, afim de que por morte dos referidos filhos que se tomarão condôminos, passe inteiramente ao patrimonio daquelle instituto de caridade. Assim o disse em presença das testemunhas Manoel Xavier da Silva, Dr. João da Costa e Oliveira²⁰¹

Por este documento é possível compreender o drama pelo qual passava a Francisca Oliviera, qual seja, o receio de morrer sem deixar com quem ficar os

²⁰¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira em 30 de Julho de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

filhos, Manoel e Antonio. No tocante a estes, somente Manoel suscita maiores preocupações por parte da mãe, uma vez que é “*surdo-mudo de nascença*”. Entretanto, quando se cruzam os dados desses três personagens com o livro de registro de entrada e as atas da Junta Administrativa, notamos que os fios desta trama estão muito imbricados.

A intenção da testamentária era que a doação ao Asilo fosse feita depois que ela morresse, como forma de fazer com que os seus filhos fossem aceitos na instituição, haja vista que sempre aparecem “*(...) mais pobres que diariamente procuram abrigo deste santo Azylo, mas que, infelizmente, devido á falta de logar não lhes foi possível dar*”²⁰², ou seja, era muito difícil conseguir abrigo no asilo, uma vez que maioria recorria aos Vicentinos, aos doutores, aos Juizes, ou seja, a pessoas influentes; outros doavam casas e bens.

Portanto, pelo exposto, podemos sugerir que, nesse testamento, o que estava em jogo era o ingresso dos filhos de Francisca Oliveira no asilo, prioritariamente o Manoel; o Antonio, por sua vez, só seria recolhido caso viesse “*a necessitar da caridade publica*”. Caridade Pública, que como aventamos no capítulo anterior, poder-se-ia designar o investimento do governo nos setores assistenciais, como também, por este documento, a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo.

Por conseguinte, a escrita do Testamento ocorreu em 30 de Julho de 1919, e apenas três meses depois eis que encontramos a matriarca Francisca e seus dois filhos ingressando no Asilo São Vicente de Paulo em 24 de Outubro do mesmo ano. Antes, porém, a sua atitude repercutiu nas reuniões ordinárias da Junta Administrativa do Asilo. Somente dois dias haviam decorrido da feitura do Testamento quando:

(...) pelo sr. thesoureiro foi dito que, sabendo que a viuva do sr. Francisco Parrela, dissera que, quando morrer, deixa merá-accão do seu predio ao Asylo, e o restante a seus filhos que tambem deixarão ao mesmo estabelecimento, logo que morrerem,

²⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

*contanto que o mesmo Asylo não deixe de tratá-los até que elles sejam chamados pelo Creador*²⁰³.

O que intriga a respeito da entrada dos três personagens em um único dia é que nesta mesma ata o então tesoureiro do asilo, o vicentino Antonio Milburges do Espirito Santo²⁰⁴ “(...) deixou de dar entrada no Azylo de 3 pessoas que pediram, mais que não estavam nas condições de entrar, sendo pela Junta approvedo o seu acto”²⁰⁵. O que motivou a Junta Administrativa do Asilo aceitar tão prontamente o pedido de entrada na instituição feito pela testamentária? Pergunta-se também o porquê do ingresso dos três, se a testamentária pediu que o asilo só cuidasse de seus filhos, e prioritariamente um, o Manoel?

Deste modo, o fato de encontrá-los no Asilo São Vicente de Paulo três meses depois de feito o testamento suscita algumas possibilidades de interpretação. A primeira é que os confrades Vicentinos se compadeceram com esse nobre gesto da Francisca Oliveira.

A segunda é que os próprios vicentinos os convidaram para que assim tivessem o controle da propriedade em questão. Certo mesmo é que o ingresso dos três no asilo se deu por aprovação da Junta Administrativa: “*Pela Junta foi auctorizado a entrar para o Asylo a viuva do Parrella e seus dous filhos idiotas*”²⁰⁶. A informação de que os filhos da matriarca da família Parrella são idiotas é um interessante indicio sobre o porquê da preocupação dessa mãe. Entretanto, ela não cita em nenhum momento no testamento que os dois são idiotas, nele Manoel aparece como surdo-mudo e Antonio como não possuindo nenhuma *enfermidade*, mas tal acontecimento, também, como observamos, não quer dizer que a mãe não suspeitava ou não compreendia que o filho algum dia necessitaria da *caridade publica*.

²⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 01 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*”. Cidade de Goiás, 1966.

²⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 01 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Outubro de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

Esses fatos também ocorreram com o *Asylo* de São Vicente de Paulo da Vila de Trindade²⁰⁷, distrito de Campinas em 1919, quando uma viúva, Constantina dos Santos Almeida, doou sua casa para o *Asylo*, para que sua única filha, “*perdida*”, não apossasse dos bens. Porém, a viúva teve um derrame nesse mesmo ano, ficando totalmente dependente “*no fundo de uma cama*”. Foi sua filha prostituta que cuidou da mesma por quatro anos e depois que a viúva morreu, o *asylo* logo tomou a casa da filha que já também estava com moléstia de “*rua*”²⁰⁸.

No livro de entrada do Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás, as *enfermidades* dos filhos de Francisca Oliveira ficam evidentes. Antonio Parrella, o filho mais novo, deu entrada no asilo com 50 anos de idade, possuindo a *enfermidade Surdez*, que a mãe no testamento disse se tratar do Manoel, o filho mais velho. Isso não condiz com as informações das atas que sustentam que os filhos da Francisca Oliveira eram idiotas. Antonio Parrella morreu dez anos depois, em 3 de Outubro de 1929²⁰⁹. Manoel Parrella, por sua vez, entrou no asilo com 54 anos de idade, com a *enfermidade Idiotia*; poder-se-ia até ser surdo-mudo desde que nasceu, como discorreu a mãe no testamento; o que induz a aventarmos a possibilidade, mais uma vez, de que as *enfermidades* apontadas serem diagnosticadas pelos responsáveis da escritura do registro de entrada, e não por uma profissional, como, por exemplo, um médico. Manoel faleceu apenas um mês depois do irmão em 04 de novembro de 1929.

No que diz respeito à mãe, no livro de registro de entrada não consta o nome Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, tal como foi escrito no testamento, e sim Francisca Parrella. Este sobrenome, pelo que consta, é do seu falecido marido, que deveria ser muito conhecido, pois, pelo que se observou nas atas, os Vicentinos se referiam a ela como “*a viuva do sr. Francisco Parrela*”. De acordo com Elza Baiocchi (1999), ele foi comerciante, um dos primeiros a trazer as máquinas de

²⁰⁷ O Asilo de São Vicente de Paulo de Trindade surgiu em 1919, quando o então distrito foi grassado pela Gripe Espanhola e fez lotar o antigo cemitério, próximo a Matriz do Divino Pai Eterno, quando precisou ser transferido de local. O asilo funcionou até 1955, quando foi construída a Vila São Bento Cotelengo, que funciona até os dias de hoje (SAAD, 1981).

²⁰⁸ Arquivo do Museu da Memória de Trindade, doravante designado AMMT: Documentos Avulsos. *Livro de atas do Asylo São Vicente de Paulo da Vila de Trindade*. Trindade, 1911.

²⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

costuras de pé para a Cidade de Goiás, juntamente com Pílade Baiocchi, no começo do século XX.

O fato de não se colocar o nome verdadeiro de um desvalido no registro de entrada, pressupomos que ocorre pelo mesmo motivo de não denominar a *enfermidade* velhice para um desvalido que passou dos setenta anos, como vimos páginas atrás; era somente uma forma de individualizar, ou seja, caracterizar o desvalido seja pela forma como era conhecida como no caso de Vicencia que logo após o nome aparece escrito *Laranja*, entre parênteses; seja no caso de Celestino “*vulgo Cacão*”; ou no Antonio *Cego*²¹⁰.

Outrossim, a dita Francisca Oliveira entrou no Asilo com 75 anos de idade, sofrendo de velhice. No testamento o seu estado de saúde é descrito como grave, “(...) *mal se podendo exprimir, mas em seu perfeito juízo, segundo o meu parecer e das testemunhas edoneas*”. A partir do exposto, outra questão emerge: o asilo não recebia indivíduos em grave estado de saúde, como quando o Dr. Alipio Alipino da Silva, médico que morreu em 1918 com a Gripe Espanhola, indicou uma moça com a condição da mesma ser excluída “*caso o seu estado de saude a impossibilite de continuar no estabelecimento*”²¹¹. Por que a matriarca da família Parrella permaneceu? Seu falecimento ocorreu apenas três meses depois de entrar no asilo em 24 de Janeiro de 1920. Não consta se a mesma teve um funeral tal como desejava que se fizesse “(...) *o mais modestamente possivel*”, e nem o sufrágio da alma, por meio do sacrifício da missa, como aconteceu com o Roberto. Nas atas, consta apenas que faleceram um desvalido de nome Lucio e “*Francisca Parrella que foram enterrados no Cemiterio publico*”²¹².

Finalmente, o terceiro exemplo de doação de casa para o asilo centra-se na desvalida Virginia Leal Pereira, residente no Bacalhau, que entrou na instituição em 2 de Janeiro de 1932, com 74 anos, também sofrendo de *velhice*.

²¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

²¹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Março de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

No livro de registro de entrada no espaço destinado a observações, somente o nome de Virginia vem acompanhado de “*Doou casa ao Azilo*”²¹³. Entretanto, nas Atas da Junta Administrativa do período em questão, não foi observada nenhuma referencia tanto à doação, quanto à desvalida. Não houve, como no caso da Francisca Parrella, uma manifestação por parte dos Vicentinos quanto a este fato. Não seria porque as casas do povoado de Bacalhau da Barreira não tinham escrituras? Ali era uma espécie de invasão, pois os terrenos naquela região não valiam nada.

Entretanto, a respeito de Virginia Leal Pereira há outro fato que intriga, pois ainda de acordo com o livro de registro de entrada a mesma teria sido retirada do asilo em janeiro de 1934. Infelizmente, não são conhecidas as circunstâncias dessa saída, se foi por vontade própria ou não. Porém, a referida desvalida talvez nem fora retirada do asilo, pois encontramos um documento no meio das centenas de folhas dedicadas à contabilidade do estabelecimento, onde consta o seguinte:

O espólio de D^a. Virginia Leal Pereira.

Ao abaixo assinado

Deve

Importância despendida com medicamentos na sua ultima enfermidade e despesas de funerais. Rs. 200:000 (Duzentos mil reis)

Goyaz 29 de Abril de 1938

*Antonio de Lisboa*²¹⁴

O cruzamento de todos esses documentos envolvendo a desvalida em questão atenta para inúmeras e inconclusas possibilidades: 1^a- que os dados no livro de entrada do asilo não são inteiramente confiáveis; o que o atesta que ela nunca se retirou do asilo; 2^a- que a referida desvalida se retirou do asilo e retornou posteriormente, porém não consta o reingresso da mesma na instituição como ocorreu com outros casos, ou seja, não houve um novo registro no livro de entrada; 3^a- que ela se retirou e o tratamento de saúde e as eventuais despesas de funeral foram pagos pelo asilo. Pelo documento citado – um espólio – conclui-se que todos os bens que pertenciam a Virginia Leal Pereira, foram administrados pelo asilo após sua morte.

²¹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*O espólio de D^a. Virginia Leal Pereira*”. Cidade de Goiás, 1938.

Consoante os casos analisados, quais sejam, Roberto Antonio de Oliveira, Francisca Alexandrina de Arruda e Virginia L. Pereira, concluímos que o drama desses três personagens poder-se-ia se assemelhar aos diversos outros, ou seja, de indivíduos que ao chegarem à velhice se deparam com uma triste realidade: a impossibilidade de trabalhar, devido às doenças que se manifestam comumente nessa fase da vida, e conseqüentemente, de obter a sua subsistência dignamente.

Naquela época, primeiros anos do século XX, a pessoa idosa não tinha a quem recorrer, não havia os benefícios do governo que essa parcela da população goza atualmente. Se não podiam trabalhar e se alimentar, dependiam da *Caridade Publica*, personificada pelo Asilo São Vicente de Paulo.

Cora Coralina (2001) faz, de forma magistral, uma referência a esta situação dos velhos, das viúvas e dos desvalidos quando ressalta a pobreza e miséria interna da casa velha da ponte, onde as viúvas de sua família não tinham dinheiro e sua tia Vicência²¹⁵ plantava horta para colher verduras; para que não se passasse necessidade de boca em casa. Um dia ela caiu com o regador e quebrou o ombro. Não tinha dinheiro para o tratamento. Tratou com mastruz. Ficou com um braço inválido e com dor até morrer. Muita fome foi passada na casa.

Além de possuir a *enfermidade* velhice em comum, os três não tinham ninguém que lhes valesse e por isso procuraram a *Caridade Publica*, para não se transformar em indigentes. O Asilo São Vicente de Paulo, nessa perspectiva, representou um refúgio para que alguns indivíduos da sociedade, não recorressem à mendicância para conseguir o sustento. Suas casas tornaram-se moedas de troca para que alcançassem o objetivo de serem assistidos até o fim de suas vidas.

Por conseguinte, outro grupo de *desvalidos materiais* eram os desamparados e os órfãos, ou seja, os de menor idade. Dentro de um mesmo conceito – o de desvalido – encontram-se grupos de indivíduos cujas características são completamente díspares. De um lado, temos toda a representação da velhice como algo negativo, cujos indivíduos necessitam ter alguém que os assistisse até o fim de suas vidas, cada dia mais próximo; do outro, as crianças e os jovens.

Em comum, somente a coexistência no Asilo São Vicente de Paulo, e a dificuldade de se estabelecer parâmetros para classificá-los dentro do que se

²¹⁵ Vicência é avó do ex-prefeito de Goiânia, Nion Albernaz.

convencionou chamar de infância que, como a velhice, “(...) *não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica*” (LEITE, 2001, p. 21).

De acordo com CHERNOVIZ, como afirmamos páginas atrás, a infância seria o espaço de tempo que se encontrava entre o nascimento e a puberdade. Esta última se manifestava por volta dos dez ou onze anos nas meninas e aos treze anos, nos meninos (1890, p. 191). Ademais, segundo o Código Filipino, que vigorou no Brasil até o fim do século XIX, “*a maioridade se verificou aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão*” (LEITE, 2001, p. 21).

No que se refere à divisão dos desvalidos por idade, percebe-se que, de um universo de 442 registros, 46 desvalidos tem entre 00 e 09 anos, e 65 entre 10 e 19 anos, o que resulta num total de 111, pouco mais de 25% da população total do asilo. Esse grande número de crianças e jovens no asilo preocupava os Vicentinos que buscavam alternativas para solucionar questão. Nos relatórios da Junta Administrativa cobravam com urgência:

(...) a criação de um orphanato, oxalá que a ultima vontade do grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimo medico José Netto de Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infancia desvalida. Precisamos, nós os vicentinos, tomar isto a peito, trabalhar e pedir a Deus que tão grandiosa obra se torne uma certeza, precisamos olhar pela infancia desamparada, que sem arrimo anda por essas ruas e... é custoso dizel-o, nas doentias cellulas da nossa cadeia. Trabalhemos que o nosso trabalho não será sem fructo. Todos os estabelecimentos de caridade são fundados a custa de sacrificios, sem outro capital que não seja a esperança em Deus e nas almas grandes e generosas. Todos virão no encontro desta grandiosa e patriótica empresa²¹⁶.

Neste período, 1922, a sociedade vilaboense enfrentava um período de muita carestia, como será discutido no próximo capítulo. A insistência na construção de um orfanato diminuiria o número de internos e, conseqüentemente, de despesas. O orfanato sempre foi o sonho do Dr. José Netto de Campos Carneiro, tornando seu último pedido antes de morrer.

²¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

Em 1916, a Junta Administrativa do Asilo recebeu “(...) *um officio do Snr. Dr. Juiz de Orphãos*²¹⁷ *pedido p^a recolher a menina idiota, surda muda e orphã de pai e mae. O que foi satisfeito, conforme communicou o Snr. Presidente*”²¹⁸. O nome da desvalida em questão foi assim escrito no registro de entrada: *Valentina (Papo)*, contava na ocasião 13 anos, e foi incluída no asilo em 22 de abril de 1916, por meio do respectivo officio do Juiz:

Rogo-vos a caridade de acolher nesse humanitario instituto de beneficencia essa infeliz creatura, cujo nome ainda ignoro, mas que opportunamente vos será fornecido. É surda-muda, indigente e órfã de pai e mãe, que moravam no districto da Barra, sabendo-se que o pai se chamava Antonio Vicente. Não encontrando quem a quizesse ter sob sua protecção e achando-se completamente desamparada, suggeriu-se-me a ideia de confial-a á vossa philantropia, admitindo-a sob o tecto desse grandioso monumento de caridade, que tanto honra os seus fundadores e mantenedores, quanto atesta a sua perseverança na realização

²¹⁷ O Juiz de Órfãos, até a promulgação do Código Civil Brasileiro, em 1º de Janeiro de 1916, era o responsável por encaminhar os dementes e os loucos para alguém responsável (ENGEL, 2001, p. 55). O interessante é que neste caso específico já havia ultrapassado esta data. Ademais, a origem dos juizes de órfãos remonta ao tempo em que o Brasil era ainda colônia. Sua figura é descrita no Livro I das Ordenações Filipinas, código de leis compilado em 1603, considerado a espinhal dorsal do direito português. Segundo o título 88, eles deveriam ser formados em Direito e escolhidos pelo rei para cuidar dos menores e de seus bens em casos de ausência ou falta do pai. No Brasil, até o início do século XVIII, essa função era exercida pelos juizes ordinários, magistrados sem formação em Direito. Como reflexo do crescimento populacional da colônia, no dia 2 de maio de 1731, foi regulamentado no Brasil o cargo dos juizes de órfãos. A partir de então, as questões relativas a órfãos menores de idade passaram a ser de sua alçada. Entre os diversos processos que passavam por suas mãos constavam partilhas de heranças, inventários e pedidos de emancipação. Porém, um dos mais importantes e corriqueiros era o de solicitação de tutela. Quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos. O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens. Por isso, de tempos em tempos, devia prestar contas da administração do patrimônio do menor. Se o juiz desconfiasse de alguma irregularidade, poderia destituir o tutor e nomear um substituto. A importância dos juizes de órfãos começou a declinar a partir da década de 1910, quando outros órgãos passaram a desempenhar o papel até então sob a responsabilidade desses magistrados. Foram os casos das comissões sanitárias, das delegacias de polícia, do Instituto Disciplinar. Nessa mesma época, inclusive, uma legislação específica a respeito dos menores começou a ser criada. O próprio Código Civil de 1917 trouxe profundas mudanças em relação à responsabilidade do Estado e da família sobre a criança. Assim, os Juizados de Órfãos, Ausentes e Anexos da Capital foram extintos em outubro de 1927 pelo mesmo decreto que criou, em seu lugar, o Juizado de Menores. Cf.: Gislane Campos Azevedo. “Os Juizes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX”. In: Revista *Historica*, nº 27, nov. de 2007; Gislane Campos Azevedo. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menores processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1995.

²¹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Abril de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

*de uma obra, que até o presente, além do Hospital, é a única capaz de perpetrar, na incorruptabilidade do granito, a verdadeira cultura de amor ao bem publico de Goyaz e de contrimento christão daquelles que tão heroicamente [...]*²¹⁹

É oportuno ressaltar o modo como o Juiz a descreve, ou seja, como “*surda-muda, indigente e órfã de pai e mãe*”. Uma *creatura* que necessitava da ajuda do próximo, seja da caridade ou da *philantropia*, cuja distinção foi feita no capítulo anterior. Noutro caso, o ingresso de três crianças no Asilo São Vicente de Paulo também necessitou do empenho do Juiz e do Delegado, pois os pais das ditas crianças se encontravam presos. Primeiramente, o Delegado Tenente Altino Perillo, enviou um ofício para o Juiz Luiz Guedes de Amorim informando a situação dos três irmãos, e a resposta do Juiz foi a seguinte:

*Em resposta ao officio de V. S. de hontem, tenho que communicar-lhe que não havendo nesta Capital estabelecimento algum de recolhimento de orphãos ou menores nas condições dos que allude em seu referido officio, me entendi com o Presidente da Conferencia do Azilo de S. Vicente de Paulo, que caridosamente se promptificou a recolhel-os, devendo por conseguinte V. S. mandar apresental-os n’aquelle pio estabelecimento afim dalli ficarem depositados até ulteriores deliberações deste Juízo. – Saúde e Fraternidade. – Luiz Guedes de Amorim – Juiz Municipal*²²⁰.

O Juiz como no caso anterior, encontrou no Asilo São Vicente de Paulo a solução para a situação das ditas crianças. O Delegado, por sua vez, acatando a sugestão do Juiz enviou o ofício para a Junta Administrativa do Asilo com os três irmãos a tiracolo: “*Afim de que sejam internados nesse estabelecimento de Caridade, até segunda ordem, faço apresentar a V. Exa. os menores Benedicto, Maria e Manoel Camello*”²²¹.

O Juiz Municipal, Luiz Guedes de Amorim, cuja biografia discorreremos no primeiro capítulo, foi o proprietário da Companhia de Energia da Cidade de Goiás,

²¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio do Juiz de Direito para o Presidente da Junta Administrativa do Asilo*. Cidade de Goiás, 1916.

²²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio Expedido pelo Juiz Municipal Luiz Guedes de Amorim para o Delegado de Polícia Altino Perillo*. Cidade de Goiás, 1920.

²²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio Expedido pela Secretaria de Segurança Publica para o Exmo. Senr. Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1920.

que fornecia, gratuitamente, a eletricidade para o Asilo São Vicente de Paulo – pressupomos que um pedido seu nunca seria negado pela Junta Administrativa.

Outrossim, a respeito dessas crianças sabe-se que eram do distrito da Canastra, e que o Benedicto tinha 7 anos, sendo retirado, juntamente com a Maria pela mãe, em data desconhecida. Já Manoel morreu em 04 de Dezembro do mesmo ano de 1920. Essas informações nos fazem supor que os dois primeiros foram retirados após essa data.

Noutro documento, datado da década de 1930, uma menina é encaminhada novamente para o asilo por intermédio de um amigo do então Presidente da Junta Administrativa *Zoilo Remígio Moreira*, que exerceu o cargo entre 1931-1932 e 1932-1933²²², o que faz supor que o caso tenha se desenrolado nesse período. “*Amigo Zoilo Moreira. A menina portadora deste bilhete deseja voltar para o Asylo; e eu o julgava bom, si podesse ser, porque esta menina vae soffrer muito por [...] e por todos os meios. [...]*”²²³.

Esses três exemplos evidenciam a dificuldade para conseguir o ingresso no Asilo São Vicente de Paulo. Necessitava-se de ofício de autoridades, de um pedido por parte de um vicentino, e até mesmo da subjetividade dos mesmos para analisar cada caso e selecionar os que eram passíveis de entrar, além dos que doavam a própria casa e encontravam neste ato uma maneira de agilizar o processo.

O asilo que também funcionava como orfanato, atentava para a questão da adoção, como no caso da exclusão do “(...) *menor asylo Ary Pereira por ter ido residir em casa de uma familia*”²²⁴. Nesse mosaico de *desvalidos materiais*, caberiam muitas outras narrativas de dramas de personagens que dividiam o mesmo espaço, mas não o mesmo destino.

Noutro passo, no que concerne aos *Desvalidos Sociais*, como afirmamos páginas atrás, são aqueles que, por algum motivo, engendraram repulsa por parte da sociedade vilaboense, que viabilizaram o ingresso desses indivíduos no Asilo São Vicente de Paulo. Enquadram-se nesta categoria: 1- os desvalidos possuidores de

²²² ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*. Cidade de Goiás, 1966.

²²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Bilhete para Zoilo Moreira visando o reingresso de uma menina ao asilo*. Cidade de Goiás, dec. 30.

²²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Junho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

doenças mentais; 2- os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; 3- os desvalidos que vieram da cadeia ou foram transferidos para ela.

Como se sabe, a *Velhice* era a enfermidade que predominava no universo de 442 registros de entrada no asilo, com 101 casos. Entretanto, se aglutinarmos algumas enfermidades que se co-relacionam teremos as doenças ligadas a problemas neurológicos como as mais recorrentes no asilo, conforme tabela abaixo:

TABELA Nº. 2: DESVALIDOS DIVIDIDOS POR ENFERMIDADES RELACIONADAS A PROBLEMAS NEUROLÓGICOS			
Enfermidade	Total	Enfermidade	Total
Alienação Mental	4	Epilepsia	17
Alocado	21	Estupor	4
Apoplexia	5	Hemiplegia	1
Bócio	1	Histeria	1
Convulsão	1	Idiotia	69
Cretinismo	17	Loucura	13
Demência	5	Manomania	6
		Muda alocada	1
Total geral			166

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Destarte, o resultado obtido com a soma de todas as enfermidades alocadas dentro do conceito de doença mental²²⁵ soma 166 casos; um número considerável, uma vez que se descontarmos a quantidade de indivíduos que alegaram como

²²⁵ Neste período o “*próprio conceito de doença mental era muito mais restrito do que nos dias de hoje e limitava-se aos aspectos eminentemente exteriores da loucura, ao comportamento diretamente observável, mormente quando este se constituía em estorvo para o ambiente familiar imediato e para a comunidade*” (RESENDE, 2001, p. 22). Os loucos, poder-se-iam “(...) *ser encontrados preferentemente dentre os miseráveis, os marginais, os pobres e toda a sorte de parias. São ainda trabalhadores, camponeses, desempregados, índios, negros, ‘degenerados’, perigosos em geral para a ordem pública, retirantes que, de alguma forma ou por algum motivo, padecem de algo que se convencionou englobar sobre o título de doença mental*” (AMARANTE, 2008, p. 75). Neste sentido, para a escritura deste trabalho consideraremos como sendo doentes mentais todos os indivíduos, cujas causas e efeitos da terminologia aplicada na época, se relacionam com estes aspectos exteriores que englobam a distúrbios mentais.

enfermidade *Velhice*, e os que estão neste conjunto conforme a tabela acima, observaremos 175 registros de entrada distribuídos em 28 enfermidades.

Porém, dever-se-á subtrair 48 registros de indivíduos que nada alegaram, possivelmente por se encontrarem aparentemente saudáveis, o que resulta num total de 127 casos. A média aponta quase 4,6 registros para cada enfermidade.

Este número, comparado com os 101 registros de *Velhice* e os 166 de problemas relacionados a doença mental, chega a ser insignificante do ponto de vista dos grandes conjuntos de doenças.

Tal fato nos leva a crer que para além de abrigar e confortar apenas a “*infância desamparada e á velhice sem arrimes*”, o Asilo São Vicente de Paulo pode ser considerado uma instituição construída para separar os *velhos* e *loucos* do convívio social. Levando-se em consideração o problema histórico que estes últimos acarretavam poder-se-ia afirmar que o asilo goiano era muito mais *louco* que *velho*.

A prática da internação dos loucos data do início do século XIX. Até o século XVIII, a “*loucura era vista como pertencente às quimeras do mundo; podia viver no meio delas e só seria separada no caso de tomar formas extremas ou perigosas*”. Entretanto, no início dos oitocentos, ocorreu outra postura no modo de se tratar a loucura, que não mais era vista como conduta regular e normal, “*mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre*”. Nessa perspectiva, o asilo seria um *locus* onde se descortinava todo um discurso que visava segregar essas minorias do convívio social. Destarte, os asilos constituiriam o lugar onde se descobria a “*verdade da doença mental*”, uma vez que não se necessitava mais mascará-la ou confundi-la (FOUCAULT, 1993, p.120-121).

Como ressaltamos no início deste capítulo, o lugar do louco foi previamente determinado na planta do Asilo São Vicente de Paulo, e consistia em dois cômodos, divididos conforme o sexo “*(...) com as necessarias seguranças para reclusão dos que forem affectados de alienação mental*”.²²⁶ Entretanto, não fica explícito se todos os que se enquadram dentro da categoria dos alienados mentais eram trancados nesses cômodos, ou se os mesmos só eram utilizados quando o louco entrava em crise nervosa.

²²⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

A construção desses lugares reservados para os loucos pressupõe a preocupação que os mesmos causavam na sociedade vilaboense. Por outro lado, há que se considerar que esses espaços não estavam prontos nos primeiros anos de funcionamento do asilo, como aconteceu com o alojamento masculino inaugurado em 1915, mas poder-se-ia aventar que se estes espaços já estivessem prontos, não eram utilizados com a finalidade exposta no Regulamento do Asilo.

Todavia, cabe perguntar quem eram estes doentes mentais? Por que havia tantos deles na antiga Vila Boa? Escrever sobre o problema da loucura na Cidade de Goiás é tecer vagarosamente os fios de uma trama cujo resultado é incerto. A então Capital do Estado é conhecida até os dias de hoje como a “*terra dos bobos*”. Os famosos *bobinhos de Goiás*, ou *loucos mansos*, eram, de acordo com a folclorista Regina Lacerda, filha do Umbelino Galvão de Moura Lacerda, de quem falamos no capítulo anterior:

Criaturas que viveram em Goiás, nas calçadas, debaixo das pontes, ou sob a copa das velhas árvores, homens e mulheres com suas manias, loucos passivos, débeis, mentecaptos, impedidos de se integrarem na sociedade e na vida normal da família. Viviam acoçados pelos apupos de crianças travessas (LACERDA, 1977, p. 52).

A autora também fez um levantamento interessante sobre a história de vida desses indivíduos que permearam o imaginário dos vilaboenses²²⁷. Muitos deles eram utilizados para carregar água da fonte da Carioca ou do Chafariz para as casas de família²²⁸. Na literatura brasileira feita em Goiás é notável o lembrar desses tipos populares vilaboenses como Mané Pula Pula (carregador de lenha), Hilário Biscoito, Mané Boi, Maria Sete Saias, Xará, presentes nas obras de Cora Coralina (1984), Eduardo Henrique de Souza Filho (1981), Maximiano da Mata Teixeira (1983), Octo Marques (1984) e Edla Pacheco Saad (1981).

O Xará, por exemplo, tipo *abobado* de rua, cantava repetidamente uma modinha que se chamava “*Encontrei Maria*” e, mais tarde, foi musicada pela

²²⁷ Dentre eles destacam-se o Antônio-Meia-Quarta, o Hilário Biscoito, o Pelegrino-Cofre-das-Almas, a Maria Balão, a Reboque, o Timbó, a Galinha-no-Anzol, o Chibiu, o Bojota, o Mane-Boi, a Andorinha-no-Fio, a Maria Rouca e a Inocência. (LACERDA, 1977, p. 52-53).

²²⁸ OLIVEIRA, Manoel Napoleão Alves de. *Bobos e Tipos de Rua: Tempo e Memória das Cidades*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

pesquisadora do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás, Maria Augusta Callado de Salloma Rodrigues em seu disco “*Modinhas Vilaboenses*” (RODRIGUES, 1982).

Ademais, conforme “*conduziam água, transmitiam recados entre as famílias e faziam um pequeno jornal trazendo e levando notícias de um bairro a outro, de uma rua a outra*”. Uma das figuras mais conhecidas era a Maria Macaca, que segundo a folclorista era “*simpática e muito benquista*”; parou de carregar água somente nos idos de 1950, quando, enfim, a cidade de Goiás teve o seu serviço de abastecimento implantado (LACERDA, 1977, p. 54). O carregamento de água era necessário, porque a que provinha dos poços e cisternas era imprópria para o consumo, pois continha nível elevado de carbonato de cálcio²²⁹.

Porém, para além das considerações da folclorista acerca desses indivíduos, um outro lado se esconde; lado este que foi desnudado pelo então Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, no seu Relatório de 1933:

A contingencia secular de necessitar a população de um exercito de baldeadores de agua, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local – o bôbo. Caracteriza-se esta instituição pela tendencia comum, verificavel em muitas das familias goianas, de manter cada uma delas um bôbo – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de agua. Há numerosas familias que se beneficiam dos serviços desses desherdados da sorte, transformando-os em escravos irremissiveis, a troco dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais domesticos. Contam-se ás dezenas, nesta Capital, os infelizes classificaveis no extenso grupo patologico dos debeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miseria física ou por outras causas degenerescentes, congênitas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras maquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das familias que os acolhem (TEIXEIRA, 1933, p. 115).

²²⁹ “É muito comum, em todas as cidades que não têm água canalizada, o expediente primitivo de recorrer á população á abertura de cisternas para se prover de água potavel. Nesta capital, nem desse recurso se pôde valer a população, ainda que a maioria das casas tenha cisterna. É que aqui a água de poço á absolutamente impotavel, devido á abundancia de carbonato de cálcio que lhe adicionam as rochas calcareas que formam o sub-solo da cidade. Rara é a cisterna que não se tenha aberto na pedra viva, a dinamite. Em alguns pontos centrais do perimetro urbano, as aguas dos poços não são utilizadas nem para banhos, porque, além do carbonato de calcio, contém outras substancias que as tornam viscosas, neutralizam a ação quimica do sabão e provocam sensação desagradavel na epiderme” (TEIXEIRA, 1933, p. 114).

Esses dois pontos vista, o da folclorista e o do político, foram ressaltados com o objetivo de atentar para a perenidade e a complexidade da questão. Além do mais, os bobos eram “*adotados em massa pelas famílias, para cumprir o papel de serviçal em casa*” (VALDEZ, 1999, p. 59). Portanto, esses indivíduos, pelos menos os que se enquadrava em uma das enfermidades alocadas dentro do conceito de doença mental, tinham uma função social na cidade. Talvez por isso, o número de desvalidos sociais do Asilo São Vicente de Paulo, poderia ser muito maior, já que nem todos foram internados, pois a cidade necessitava de seus serviços. Há muitos casos de bobos que se credita aos casamentos entre tios e sobrinhas e primos em primeiro grau, que redundavam em famílias inteiras de aleijados e dementes. Havia um ditado recorrente na antiga capital que, quando se casava uma moça, o primeiro dote a ser levado era um bobo, segundo declarou a vilaboense Julieta Caiado Fleury²³⁰.

A propósito, as preocupações com esses indivíduos não datam do período conhecido como República Velha, como demonstra o relatório de um ex-chefe de polícia, cujo nome ignoramos, reproduzido em 1881, pelo Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, então Presidente da Província, que lamenta o fato de a Capital não possuir “*um estabelecimento onde sejam recolhidos os infelizes que, perdendo a uso da razão, tornam-se incapazes de viver na comunhão social*”²³¹. Ademais:

São freqüentes, afirma elle, e afirma um facto verdadeiro, os casos de alienação mental, e quase sempre vê-se os indivíduos atacados de tão horrorosa enfermidade, vagando desatinadamente pelas ruas e praças publicas, ameaçando a segurança individual, e ás vezes dando o mais deploravel espectáculo offendendo o pudor social, e outras ponde termo desgraçadamente á propria existencia. Até agora manda-se recolher o alienado á cadêa publica, e ahi fica elle em commum com os presos, sem o indispensavel e peculiar tratamento que requer um tal estado, exposto ás zombarias grosseiras e ridiculas desses condemnados, que riem-se e escarnecem de todo e qualquer infortúnio. Para as mulheres, affectadas do mesmo mal, faltam as precisas commodidades, quer na cadêa, quer no

²³⁰ Depoimento de Julieta Caiado Fleury para o livro *Memória Cultural*, da Prefeitura Municipal de Goiânia, publicado em 1985, pela editora Cerne.

²³¹ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 202.

*hospital de Caridade, de modo que recebam regular tratamento e fiquem collocadas em segurança para si e para a sociedade*²³².

Para exemplificar o perigo que esses indivíduos representavam, não somente para si como para a sociedade, em 1879 um escravo, de nome Lourenço, que pertencia ao Cônego Manoel José do Couto Guimarães suicidou-se na Cidade de Goiás, “*com uma facada sobre o estomago, em acesso de alienação mental*”, segundo o relatório do Presidente da Província Dr. Aristides de Souza Spinola²³³. No livro *Estórias da Casa Velha da Ponte*, Cora Coralina (1984) dá outra explicação para a morte do referido escravo, que sabia onde estava enterrado o ouro do cônego.

A construção do Asilo São Vicente de Paulo poderia ser a solução para o problema da loucura, não fossem outros pormenores que iremos aprofundar mais adiante. Entretanto, casos dessa natureza não eram restritos somente a Goiás, mas existiam em todo o país, onde as autoridades se mostravam conscientes desse problema e tentavam remediá-lo. Em todo o alto sertão, esses problemas eram demasiados e provocavam grandes conflitos e incidentes de variada ordem.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Irmandade da Misericórdia, juntamente com as famílias mais abastadas colaboraram para a construção do primeiro asilo de alienados brasileiro: o Hospício de Alienados Pedro II, inaugurado em 1852 (ODA; DALGALARRONDO, 2005, p. 984-985). Três anos depois, a Junta Administrativa do Hospital São Pedro de Alcântara “*observava a possibilidade de enviar uma remessa de dementes para esse hospício*” (MAGALHÃES, 2004, p. 141).

Noutro passo, aos loucos da Cidade de Goiás eram reservados à Cadeia, o Hospital de Caridade e as ruas, somente enquanto não perturbassem a ordem pública. Anna Joaquina relata que no dia 13 de maio de 1881, passou na porta de sua casa “*uma m.^{er} [mulher] louca, q’ tinha saído do Hospital*”²³⁴. O fato de uma mulher ter passado na porta da casa de Anna Joaquina e a mesma ser considerada louca pressupõe que “*alguns personagens cujas marcas características da loucura*

²³² Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 202-203.

²³³ Relatório apresentado pelo Illmo. E Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província, à Assembléia L. Provincial de Goiyaz, no dia 1º de Março de 1880. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 19.

²³⁴ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 09 (mimeo).

apareciam não somente em seus trajés, mas em suas palavras e gestos ou atitudes e hábitos, entremeados por sinais evidentes de delírio” (ENGEL, 2001, p. 32).

Alguns desses sinais chamaram a atenção da autora do Memorial para diagnosticar a loucura na dita mulher, cujo nome não foi mencionado. Isto, por sua vez, evidencia que a mulher em questão era desconhecida de Anna Joaquina, e o fato dela destacar este episódio pode estar relacionado a isso, uma vez que ela não cita cotidianamente o encontro com os loucos, o que numa cidade que os tinha em demasia, conforme as fontes citadas, era natural.

Mas, qual a causa da existência de tantos loucos, bobos, idiotas, cretinos, alienados mentais e dementes na Cidade de Goiás? Há os que defendem a hipótese de que as debilidades mentais e os defeitos de má-formação congênita estão associados, nas regiões onde a mineração foi mais intensa, à utilização de mercúrio na extração do ouro (BERTRAN, 1991, p. 44). Outros, por sua vez, *“atribuem aos enlances endogâmicos o surgimento de descendentes com problemas mentais. Na Cidade de Goiás, ocorreria em algumas pessoas evidência dessa patologia”* (SILVA, 2009, p. 142).

Por fim, alguns pesquisadores confirmaram *“a estreita relação entre má nutrição e a grande incidência de debilidade mental”*²³⁵ (MAGALHÃES, 2004, p. 159); outrossim, *“a gravidez em meio a desnutrição, causada por um dieta deficitária, era um problema freqüente, que por sua vez enquadra-se nas causas pré e pós natais da deficiência mental”* (PRUDENTE, 2006, p. 38). De fato, creditar a incidência da doença mental ao mercúrio, aos casamentos endogâmicos e à alimentação deficitária é analisar a questão através do reducionismo ‘causa e efeito’.

Ademais, dever-se-á considerar todas essas doenças dentro de um contexto mais amplo, ou seja, no centro de uma cidade localizada em lugar insalubre e onde as epidemias proliferavam com mais rapidez. Acreditamos que a emergência de todas essas enfermidades relacionadas à neurologia no sertão dos *Guayazes* é um fato que deve ser mais aprofundado pela historiografia e ciências correlatas.

²³⁵ *“A relação entre dietas deficientes e a predominância de males neurológicos em Goiás é perfeitamente aceitável, considerando-se que várias pesquisas realizadas têm ressaltado que as carências múltiplas de vitaminas podem provocar seqüelas tanto no sistema nervoso quanto no osteomuscular”* (MAGALHÃES, 2004, p. 141).

Se, por um lado, não há um consenso quanto à causa dessas enfermidades, por outro a sua existência, e a sua entrada no Asilo São Vicente de Paulo, remetem à possibilidade de analisar a prática do saber médico na antiga Vila Boa. Com base na Tabela 2 exposta páginas atrás, acerca das doenças relacionadas a problemas neurológicos, podemos relacionar algumas nomenclaturas que muito se assemelham, como por exemplo, *loucura*, *alocado* e *alienação mental*; *cretinismo*, *idiotia* e *bócio*, dentre outras. Quais eram as fronteiras do conhecimento médico no período? A triagem inicial era realizada por médicos? Para responder a tais indagações é necessário, primeiramente, compreender essas doenças na sua historicidade, porque “(...) a doença só tem sua realidade e valor numa cultura que a reconhece como tal” (SILVA FILHO, 2001, p. 76).

Há que se ressaltar, contudo, que no decorrer do século XIX e início do século XX, “(...) seria prematuro entender a medicina em nível de ciência, nessa região. Conhecimentos empíricos e intuição acurada faziam parte do cotidiano do médico, contribuindo para um diagnóstico apropriado” (SALLES, 1999, p. 63).

Partindo do pressuposto que não havia médicos em tempo integral no Asilo São Vicente de Paulo, somente em determinados dias da semana, o preenchimento do quesito “*enfermidade*” no Livro de Entrada estava a cargo das freiras, dos Vicentinos, ou do zelador da instituição; ou seja, provavelmente as informações eram coletadas diretamente do próprio desvalido, ou de um diagnóstico *a priori* dos encarregados de fichá-lo.

De acordo com o levantamento realizado nos registros de entrada, 14 enfermidades foram relacionadas como pertencentes a moléstias neurológicas. Destarte, dividimos as 14 doenças em 3 grupos para facilitar a análise. No primeiro, encaixam-se as doenças que não possuem ligação quanto às suas causas, diagnósticos e tratamentos, tais como: apoplexia, convulsão, epilepsia, estupor, hemiplegia.

No segundo grupo, alocam-se as enfermidades que se interligavam como: bócio, cretinismo e idiotia. Por fim, no terceiro encontram-se as enfermidades relacionadas à loucura, a saber: a alienação mental, demência, alocado, manomania, histeria e loucura.

Isso posto, a propósito do primeiro grupo - de acordo com o dicionário de Chernoviz - convulsão não diz respeito a uma enfermidade específica, sendo mais

“(…) *um symptoma ou indicio de alguma molestia*”, aparecendo mais comumente, na “*gota coral*”²³⁶, *no hystericismo, na raiva, no tetano, na febre cerebral*”. O cérebro, por sua vez, aparece como “*o órgão especialmente affectado nas convulsões*”. A convulsão seria “*todo o estremecimento ou contracção violenta, alternativa e involuntaria dos musculos*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 693).

No Livro de Entrada consta que a desvalida que entrou no Asilo São Vicente de Paulo sob a alegação de convulsão, em 28 de janeiro de 1915, era uma criança de cinco anos de nome Maria Vicência, que morreu em 20 de maio de 1916²³⁷. Já nas Atas da Junta Administrativa, consta apenas que a desvalida em questão foi admitida no asilo, não ressaltando nenhuma característica específica, como a enfermidade, como acontecia com outros²³⁸. Isso pressupõe, por sua vez, que a enfermidade “*convulsão*” não foi diagnosticada na triagem inicial.

A apoplexia, segundo Chernoviz, sinônimo de estupor ou de apoplexia cerebral, é “*uma congestão de sangue no cerebro, seguida ou não do derramamento d’este liquido na substancia do cerebro, e cujo symptoma principal é a perda subita, e mais ou menos completa, do sentimento e do movimento*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 199).

O estupor seria a denominação *vulgar* dessa moléstia, e poderia ser a consequência da apoplexia, uma vez que esta se caracteriza pelo “*entorpecimento geral, diminuição das facultades intellectuales, acompanhada de pismo e de indiferença*”. Esta consequência também é vista nas febres graves e “*molestias de cerebro*” (CHERNOVIZ, 1890, 1067). Somando as duas enfermidades, temos o total de 9 casos constatados no Asilo São Vicente de Paulo, o que em um universo de 442 registros corresponde a 2,5% do total.

Esta é uma porcentagem interessante, haja vista que, em 1824, Raymundo José da Cunha Mattos averiguou que nos sertões de Goyaz as “*apoplexias são contínuas*” (1979, p. 67). Aliás, as apoplexias “*eram consideradas um problema comum de saúde que frequentemente aparecia em listas de causas de mortalidade,*

²³⁶ Sinônimo de Epilepsia.

²³⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²³⁸ Referiam-se para caracterizar o desvalido como: “(…) *a pobre Delfina (...) idiota da Canastra*”, que entrou junto com a Maria Vicência. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Abril de 1915*. Cidade de Goiás, 1918.

antes do século XX” (KARASCH, 1999, p. 38-39). O tratamento, em Goiás, para a apoplexia consistia no emprego da pimenta malagueta “*em forma de clisteres*”²³⁹ (SALLES, 1999, p. 75-76).

Entretanto, não é somente antes do século XX, que a apoplexia ou estupor é apontada como *causa mortis*; no Asilo São Vicente de Paulo podemos constatar a perenidade desta moléstia. Os cinco casos de apoplexia e os quatro de estupor aparecem com mais intensidade na década de 1920 e foram registrados em 1915, 1920, 1921, 1923 e 1926. As idades variaram entre 13 e 49 anos, e foi predominantemente encontrada no sexo feminino, quatro casos contra um; destes, duas doentes eram da Capital, duas de Itaberay e um que não deixou registrado o lugar de origem²⁴⁰.

Dentre esses há um caso interessante que foi registrado nas Atas da Junta Administrativa. Trata-se de Antonia Josepha de [...] que foi recolhida ao asilo em 09 de outubro de 1915, com sintomas de apoplexia, “(...) *cuja filiação e estado é desconhecida faleceu no mesmo dia em que entrou a 9 do corrente*”²⁴¹. Além do mais, foi a desvalida que menos tempo permaneceu no asilo e cujo caso singular foi registrado nas atas; outrossim, há que ressaltar que nem todos os desvalidos mereciam tal atenção.

No tocante ao estupor, os quatro casos ocorreram em 1924, 1925, 1929 e 1930, e as idades variaram entre 28 e 50 anos²⁴². Em Goiás, para o tratamento do estupor eram utilizadas “*em decocção com a batata-purga, o pinhão, o batatão, a erva-de-bicho, a pimenta-d’água e a bucha*” (SALLES, 1999, p. 75). Há um registro interessante na lista de internos do Asilo São Vicente de Paulo; trata-se do desvalido Laurindo Pinheiro Alves que deu entrada do estabelecimento aos 15 de dezembro de 1924, tinha 30 anos, era natural da Bahia, e sofria de Estupor, sendo retirado pouco tempo depois.

²³⁹ Instilação, pelo ânus, de água ou líquido medicamentoso nos intestinos, por meio de seringa ou irrigador.

²⁴⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁴¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Outubro de 1915*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Não obstante, este mesmo desvalido é novamente ingresso no asilo nove anos depois, a 10 de dezembro de 1933, já com idade de 40 anos, agora sob a alegação de demência²⁴³. Teria o estupor evoluído para a demência? Ou será que o mesmo já era demente antes de ingressar ao asilo, mas foi diagnosticado erroneamente?

Noutro passo, a hemiplegia, que aparece no registro do asilo em apenas um caso é uma “*paralysis da metade direita ou esquerda do corpo*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 125). Essa paralisia poderia ser também, conseqüência dos casos de apoplexia, ou seja, de uma congestão cerebral, atualmente, “*derrame*”. O interessante é que este caso foi registrado em um individuo de 81 anos, oriundo do distrito de Santa Luzia.

Por fim, a epilepsia, que conta com 17 casos registrados no Asilo São Vicente de Paulo, com a idade dos doentes entre 9 e 67 anos. Trata-se de uma “*moléstia nervosa que se manifesta por ataques, mais ou menos aproximados, com movimentos convulsivos, perda dos sentidos e escuma na bocca*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 991). Um exemplo dessa doença é a desvalida Maria da Silveira, a vigésima sétima pessoa a ingressar no asilo, aos 04 de setembro de 1910, com idade de 35 anos, natural da Capital, sofrendo de epilepsia, sendo retirada em 22 de janeiro de 1911. Em 10 de agosto de 1917 ela retorna, agora com 43 anos, novamente sendo acusada a epilepsia como o motivo da entrada²⁴⁴. A saída e o regresso dessa desvalida foram registrados nas Atas da Junta Administrativa, e a sua entrada dependeu – como todos – da aprovação dos confrades Vicentinos integrantes da Junta.

Na ocasião acordaram em “*readmittir a pobre Maria Silveira hoje entrada espontaneamente e que se havia retirado sem licença*”²⁴⁵. Pelo exposto, ficou claro que a primeira saída da desvalida em questão foi sem motivo, ou seja, quase uma fuga, a segunda saída também se deu nessas circunstâncias, isso apenas três meses depois em novembro de 1917. Será que Maria da Silveira procurava os cuidados do Asilo São Vicente de Paulo somente quando estava sofrendo os ataques da epilepsia?

²⁴³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1918.

A questão neste caso fica em aberto, porque na mesma ata que deliberou o reingresso da desvalida, foi admitida “*uma moça indicada pelo sr. Dr. Alipio Silva, sob a condição de ser excluída caso o seu estado de saúde a impossibilite de continuar no estabelecimento*”²⁴⁶. Ao comparar os dados da ata com os do Livro de Entrada, constata-se que a desvalida em questão é uma tal Clementina da Silva Rosa, porque só haverá outra admissão mais de um mês depois.

Essa desvalida tinha 23 anos, quando foi internada, natural do Currealinho (hoje Itaberaí) e sofria de epilepsia. Contudo, foi ressaltado na ata que se o estado de saúde da mesma piorasse ela deveria ser excluída do estabelecimento. O “*estado de saúde*”, neste caso, são os ataques epiléticos.

Porém, a Clementina não foi excluída, ficando no asilo até 20 de maio de 1939, quando faleceu. Os dois casos, quais sejam, o da Maria da Silveira e o da Clementina da Silva, desnudam a complexidade das relações que estão imbricadas no cotidiano do asilo. Conclui-se que a saída da primeira estava condicionada a melhora no estado de saúde; a segunda, por sua vez, seria excluída se seu estado de saúde agravasse.

Por conseguinte, no segundo grupo de desvalidos com problemas neurológicos encontram-se os idiotas, os cretinos e os portadores de bócios. Sobre os primeiros, os 69 casos diagnosticados no registro de entrada no asilo, percebe-se que a enfermidade *idiotia*, em quantidade, só perdia para a *velhice*. Os desvalidos idiotas eram aqueles “*privados mais ou menos completamente da intelligencia desde a mais tenra idade*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 201). O referido médico credita as causas dessa moléstia, “*nem sempre faceis de determinar*”, às “*affecções moraes, vivas e penosas durante a prenhez (...) as quedas em que a cabeça da criança recebe o choque, o susto, uma inflammação do cerebro, as convulsões, podem também ser seguidas da obliteração da intelligencia*”. E uma vez idiotas, “*ficam ordinariamente n’este estado toda a vida*” (Idem, 1890, p. 202).

No Asilo São Vicente de Paulo havia a distinção entre os níveis de idiotia, como o “*idiotia natural*”, ou seja, aquele que nasceu com problemas mentais: “*Por deliberação da junta, foi asylado o pobre Antonio Caetano, filho de Maria Caetana,*

²⁴⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1918. Observação: este documento já foi citado neste capítulo.

com 40 annos de idade pressumíveis, idiota natural e residente no districto do Bacalhau municipio desta Capital”²⁴⁷.

Já os cretinos, seriam aqueles que se encontravam em uma das fases da idiotia, ou *gradações e variedades*²⁴⁸. Os imbecis, por exemplo, são “*idiotas cujas faculdades intellectuaes estão desenvolvidas até certo ponto*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 202). Ou seja, são aqueles que são passíveis de serem educados, conforme a descrição do autor do Dicionário de Medicina Popular.

A nosso ver, cretinia e idiotia são sinônimos, que se distinguem pelo estágio de evolução da moléstia. Pois o cretino, “*é uma designação para pessoas retardadas desde o nascimento, tanto mental como fisicamente. Elas também têm desfiguração facial e podem ser surdas e mudas*” (KARASCH, 1999, p. 34). O fato de também serem surdas e mudas pode justificar a visão da matriarca da família Parrela, que discutimos páginas atrás, quanto a percepção da doença do filho, tratado por ela como *surdo-mudo de nascença* e pelo asilo como idiota. Ademais, o cretinismo ocorre frequentemente em regiões de bócio.²⁴⁹

²⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Setembro de 1921*. Cidade de Goiás, 1921.

²⁴⁸ Os idiotas formam “*uma familia numerosa, por isso que, desde a ausencia quase inteira da intelligencia até ao gráu que representa o estado ordinario d’esta funcção, observam-se muitas gradações e variedades. Assim, encontram-se idiotas que tem uma existencia quase vegetativa; parecem estranhos a toda a especie de sensações, não sentem nem frio, nem fome, nem especie alguma de dor; mettem-se-lhes alimentos na bocca, elles os engolem; se abrem os olhos, é de alguma maneira sem enxergarem os objectos. Outros deixam ver que experimentam alguma sensações, reconhecem os alimentos que se lhes offerecem, tomam-n’os e comem-n’os, vêem os objectos e sabem evital-os, viram a cabeça para o lado onde ouvem ruído; se os beliscam, buscam subtrahir-se á dôr; até se encolerizam sendo contrariados, mas não sabem fazer uso dos objectos exteriores, não podem vestir-se, ficam expostos ao frio, e só pensam em comer quando vêem os alimentos: alguns gritos e gestos mui simples formam n’elles toda a expressão da linguagem. Principia-se a encontrar vestígio da intelligencia n’aquelles que occupam um grau um pouco mais elevado: sua attenção é ás vezes fixada pelas impressões feitas sobre seus sentidos; parecem olhar para certos objectos com um sentimento de praze misturado de curiosidade; dirigem-se aos alimentos e apoderam-se d’elles, reconhecem as pessoas que d’elles cuidam habitualmente, indicam ás vezes, por meio de gritos ou gestos, os objectos de seus desejos; manifestam a alegria ou o desgosto que experimentam. Entretanto, é preciso vestil-os, deital-os, pôl-os no logar em que se quer que elles fiquem, são incapazes de satisfazer as suas necessidades; pôde-se, quando muito, fazer-lhes reter uma ou duas palavras á força de as fazer repetir em circumstancias dadas. Seguem-se os idiotas que reconhecem as differentes pessoas com que vivem, e ás quaes manifestam affeição se d’ellas estão satisfeitos, que ajudam a vestir-se, comprehendem certas perguntas, vão buscar o alimentos, articulam algumas palavras; são entretanto incapazes de qualquer trabalho, e estão todo o dia sentados, deitados ou passeando*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 201-202).

²⁴⁹ O bócio consiste no crescimento da Tireóide, uma glândula localizada na parte da frente do pescoço e responsável pela produção de hormônios extremamente importantes para o organismo. Além do aumento da glândula tireóide, o bócio também pode causar: dificuldade para respirar ou deglutir, tosse persistente, chieira no peito, vertigens. O Bócio Simples ocorre quando a tireóide não é capaz de produzir hormônios suficientes para suprir as necessidades do corpo. A glândula então

O bócio, por sua vez, é a terceira enfermidade deste grupo, e curiosamente apenas um caso foi registrado. Trata-se de Hermenegildo da Silva, que entrou no Asilo São Vicente de Paulo em 15 de Junho de 1924, com 70 anos de idade²⁵⁰ – e não foi considerado velho! Outrossim, o bócio consistia em um grave problema de saúde na Cidade de Goiás.

O viajante Saint-Hilaire, por exemplo, em sua passagem pela antiga Vila Boa no final da segunda década do século XIX, registrou que “*quase todos os habitantes da cidade e de suas redondezas têm bócio, e muitas vezes essa deformidade, quando muito acentuada, dificulta a fala de seus portadores*” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51). Alguns anos depois, Cunha Mattos constatou que:

A irregularidade da temperatura da atmosfera ou talvez a morada em lugares mui úmidos e contíguos aos rios, e o uso de alimentos de má qualidade, produzem em grande número de habitantes desta comarca, e em quase toda a província, broncoceles ou papeiras enormes, que muito desfeiam as pessoas que padecem este incômodo. Aqueles que habitam em lugares de águas salobras raras vezes são acometidos de papeiras (CUNHA MATTOS, 1979, p. 67).

O viajante português Luiz D’Alincourt também assinalou que as águas insalubres eram vistas pelas autoridades vilaboenses como responsáveis pelos casos de bócio, como aconteceu na derrubada de algumas árvores em uma alameda próxima a praça do Chafariz por ordem do governador João Manuel de Meneses, “*(...) por se dizer, que as raízes das árvores tornavam as águas más, e que dali vinha moléstia dos papos*”. Entretanto, a iniciativa não surtiu efeito pois a doença “*continua da mesma forma, e o público perdeu em um momento, um recreio, que precisa anos para se obter, e que era bem útil em semelhante clima*”. (D’ALINCOURT: 2006, p. 68). Essas causas elencadas por Cunha Mattos e por D’Alincourt, quais sejam, a temperatura, a umidade, a alimentação também foram abordadas por Chernoviz ao se referir ao bócio:

cresce, aumentando sua capacidade de produção para corrigir esta falha, geralmente, o bócio acontecia por carência de iodo.

²⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Esta affecção é propria de certas localidades. Observa-se principalmente nos valles profundos, nos logares baixos, humidos, mal arejados; e tal é a influencia que exerce esta condição, que o papo foi assignalado nos climas mais oppostos, sempre que esta influencia existia. É incontestavel que muitos papos são devidos ao uso de certas aguas, sem que se possa determinar ainda com exactidão qual seja a especie de alteração d'este liquido. Esta molestia é mais commum nas mulheres do que nos homens, na roça do que na cidade. Se a causa do papo endemico, isto é, d'aquelle que ataca grande numero de pessoas, n'uma localidade, é obscura, muito mais o é a do que apparece de maneira isolada (CHERNOVIZ, 1890, p. 616).

A Cidade de Goiás por sua localização correspondia a todos os quesitos observados por Chernoviz. Os portadores de bócio eram geralmente cretinos e idiotas. Talvez por isso a sua grande ocorrência – e o fato de ser endêmico – resultou no que Pedro Ludovico chamou “*instituição nitidamente local – o bôbo*”, como ressaltamos páginas atrás. A seguir, exemplos de portadores de bócio, comumente vistos em Goiás:



Fotografia nº. 6: Grupo de mulheres portadoras de bócio. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 26.

Como se sabe, possuir um bobo, ou seja, um idiota, um cretino, um papudo era comum em muitas famílias goianas, o que nos permite questionar a causa da internação dos mesmos no asilo, se eram tão necessários para o cotidiano da cidade, no árduo trabalho de abastecer as casas com água potável. Para tanto, aventamos dois pressupostos: 1 – foram internados no asilo somente os bobos que não serviam ou não queriam realizar esse trabalho; 2 – foram internados no asilo somente os bobos que causavam problemas a tranqüilidade pública. Porém, tudo sugere a possibilidade do número desses indivíduos ser muito maior que os casos registrados no asilo.

O terceiro grupo de desvalidos sociais é constituído pelos aloucados com 22 casos, loucos com 13, monomaníacos com 6, dementes com 5, alienados mentais com 4 e histéricas com 1 registro. Este grupo exemplifica a forma como uma mesma doença era conhecida por diferentes denominações. Chernoviz, por exemplo, alega que a alienação mental, demência e monomania são sinônimos de loucura. Não foi possível precisar a partir da documentação clivagens que distinguissem e identificassem esses desvalidos.

Ademais, aloucado é um termo interessante, pois não deixa de ser também sinônimo de loucura. Poder-se-ia aventar que aloucado era o indivíduo que foi acolhido pelo Asilo São Vicente de Paulo durante uma crise ou um surto, ou seja, quando as características da loucura ficam mais evidentes. E quais são elas afinal? Para Chernoviz, a loucura é mais recorrente nas mulheres do que nos homens, o que faz o “*sexo feminino*” figurar como a primeira causa da loucura. Somam-se a essa:

(...) o temperamento nervoso, uma educação viciosa, o celibato, as profissões que exigem um grande esforço de espirito, que agitam fortemente e põem em lida a vaidade, a ambição, etc.; as grandes revoluções políticas, a superstição, os terrores religiosos, a saciedade de todos os gozos, os excessos venereos, os licores fortes, a leitura dos romances e dos máos livro, o ocio, a congestão cerebral freqüente, são as causas que predispõem á loucura. Mas as causas que a determinam ordinariamente consistem quasi todas nas affecções moraes vivas ou continuas, taes como a colera, o susto, uma perda subita de fortuna, uma felicidade inesperada, um pezar violento, os excessos de estudos, a ambição mallograda, o amor proprio humilhado, o ciume, os acontecimentos politicos, os pezares domesticos, o amor contrariado, o fanatismo, etc. (CHERNOVIZ, 1890, p. 331).

A multiplicidade das causas que frequentemente levam às perturbações das “*faculdades intellectuales*” revela que a sua conceituação é muito mais complicada do que se supunha. Estabelecer comparações com essas causas e determiná-las na Cidade de Goiás exigiria um estudo mais complexo acerca da questão.

Todavia, consegue-se identificar os loucos, ou os *douados* pois “*umas vezes percebem vivamente e com desagrado a luz, os sons, os cheiros ou sabores; outras vezes tomam um objecto, um individuo, um ruido, etc., por outros*”. Às vezes, também, “*ouvem vozes ou sons, e sentem cheiros que não tem realidade alguma e não existem senão no seu cerebro doente*”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 331-332).

Nessa perspectiva, a monomania e a demência são distinguidas como sintomas da loucura; a primeira se caracteriza quando “*o delirio tem só por objecto uma ideia fixa, dominante, exclusiva, ou consiste na exageração de uma paixão ou de uma inclinação, em geral o doente discorre com muito acerto quando está distraído do objecto que o preoccupa*”. A demência, por sua vez, se manifesta quando “*uma indiferença ou apathia moral junta-se a inactividade, o enfraquecimento ou a perturbação completa da intelligencia*” (IDEM, 1890, p. 331-332). Partindo desse pressuposto, seria difícil distinguir a diferença entre um demente e um cretino, ou idiota, pois, em ambos os casos, compartilham a falta de *intelligencia*, como principal sintoma.

Por conseguinte, a histeria se aproxima da loucura pelo fato de acometer “*muito mais as mulheres do que os homens*”, e por se tratar de “*uma molestia de todo o systema nervoso*”. Sua consequência pode ser desde a anemia, aos excessivos trabalhos intelectuais, até a “*perturbações das funções menstruaes*”, podendo ou não ser convulsivas. A relação entre doença e a sua predominância em determinado sexo fica evidente nos registros de entrada do Asilo São Vicente de Paulo, conforme gráfico abaixo:

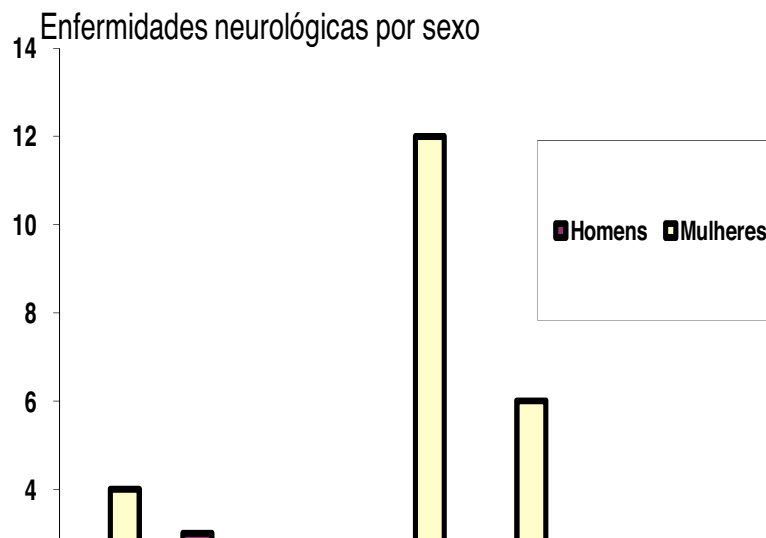


Gráfico nº. 1: Enfermidades neurológicas dividias por sexo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

Esses dados justificam o fato da folclorista Regina Lacerda utilizar o feminino para se referir às “*carregadeiras de água*”, que predominavam nesta profissão; ou o fato da Anna Joaquina ver uma louca na rua como expusemos páginas atrás. A relação entre loucura e o sexo feminino era muito estreita.

Os espaços reservados para estes desvalidos, como se sabe, foram pré-determinados no Regulamento, porém, os mesmos foram sendo construídos aos poucos. Inicialmente, o lugar ocupado pelos loucos no Asilo São Vicente de Paulo era o mesmo em que conviviam os outros internos e as Irmãs Dominicanas.

Não é necessário se embasar em uma extensa documentação para afirmar que a convivência entre indivíduos de natureza tão dispares resultaria num sério problema. A insistência nos Relatórios dos ainda Presidentes de Província, como observamos páginas atrás, da urgência de se estabelecer um lugar apropriado destinado aos loucos tornaria realidade apenas no asilo.

Somente então, a sociedade vilaboense encontraria no asilo um nosocômio destinado à loucura; porém, a relação entre os desvalidos, os Vicentinos e as Irmãs Dominicanas descortinaram uma intrínseca relação de poder que repercutia no destino dos loucos.

Em 31 de Agosto de 1909, por exemplo, deu entrada no asilo Maria Augustinha, de 45 anos, sofrendo de alienação mental. Apenas dois dias depois, em 02 de Setembro, a mesma foi “recolhida à cadeia”. Noutra caso, uma certa Basília de Tal foi acolhida no asilo em 08 de Agosto de 1912 com 18 anos de idade, diagnosticada como louca; aos 25 do mesmo mês também foi retirada do estabelecimento tendo o mesmo destino que a Maria Augustinha²⁵¹.

A falta das Atas da Junta Administrativas do Asilo referentes a esse período impossibilita de identificarmos o motivo da entrada das duas na cadeia, entretanto, podemos supor que as mesmas devem ter cometido algo muito sério, principalmente contra as Irmãs Dominicanas.

No início deste capítulo, citamos o caso de uma desvalida – sempre mulheres! – que atacou em acesso furioso a Irmã Maria Isabel, o que resultou no ingresso da desvalida ao Hospital São Pedro a fim de tratar-se. Neste caso, fica evidente que quando esses indivíduos não eram mais tolerados no asilo eram encaminhados ora a Cadeia ora ao Hospital.

Outrossim, havia casos de desvalidos que foram para o asilo mandados pela Cadeia e que regressaram para lá, pouco tempo depois, como no caso de Sandinha – nome ou apelido? – que foi recolhida ao asilo em 02 de Outubro de 1913, retornando à Cadeia no dia 29 do mesmo mês. Há casos também em que os loucos eram devolvidos à família, como, por exemplo, uma certa Barbara de Tal que entrou no asilo em 21 de Janeiro de 1918 com 18 anos de idade, que foi “entregue à mãe”²⁵².

Todavia, os 51 casos de desvalidos que se enquadram no quesito loucura, identificados no asilo entre 1909 a 1942, em um universo de 442 registros, não representaram a solução do problema na Cidade de Goiás. Conforme o relatório do Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, de 1914:

Nesta Capital não existe um estabelecimento onde possam ser internados os loucos. Como sabeis, esses infelizes são recolhidos á cadeia. O Estado bem poderia entrar em accordo com a

²⁵¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁵² Idem.

*Directoria do Azylo S. Vicente de Paula para ahi serem internados os loucos em pavilhões construídos para esse fim*²⁵³.

Diante do exposto, fica o impasse. Por um lado, o governo cobrava o ingresso dos loucos no asilo, sustentando a existência dos pavilhões construídos exclusivamente para eles. Por outro, o asilo transferia a responsabilidade para a Cadeia afirmando que não havia tais espaços para os loucos. Há que se considerar, entretanto, que até 1914 o Asilo São Vicente de Paulo recebeu 91 desvalidos, destes: 2 alienados mentais, 10 aloucados, 5 cretinos, 5 epiléticos, 10 idiotas, 4 loucos, e 1 monomaníaca²⁵⁴, que somam 37 registros. Embora com tantos desvalidos acometidos por moléstias neurológicas, o asilo não possuía toda a estrutura necessária para recebê-los.

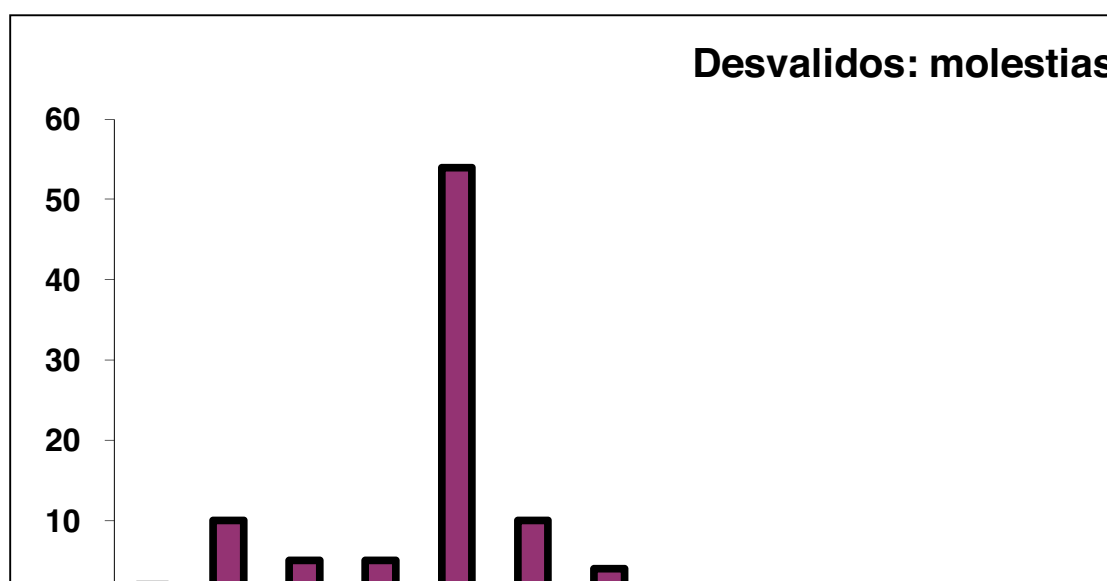


Gráfico n° 2: Desvalidos divididos por moléstias neurológicas. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

Uma vez no asilo, a relação entre os desvalidos acometidos de problemas neurológicos, como os idiotas, os cretinos, dentre outros e as Irmãs Dominicanas não

²⁵³ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* n°. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004, p. 89-90.

²⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

eram muito amistosas. Esses desvalidos davam muito trabalho e foram a causa da pressão exercida pelas freiras para a construção de um espaço onde as mesmas pudessem ficar longe deles, como será pormenorizado no capítulo seguinte. No relatório anual da Junta Administrativa, em 1921, o assunto foi colocado em evidência:

Ninguém ignora, nenhum de vós, prezados confrades, desconhece o que seja viver no meio de dezenas de pobres azylados, na sua maioria cretinos! ou melhormente, todos vós desconheceis o que é isto por que ainda não vivestes num meio destes, e por conseguinte não podeis avaliar o trabalho extenuante que dão a estas benemeritas Irmãs²⁵⁵

A insistência do Presidente da Junta, Luis Gonsaga Cardoso Rangel ao ressaltar veementemente o fato de que ninguém ignora o que seja viver entre os cretinos, corrobora com as considerações de Pedro Ludovico, quando o mesmo afirma que em geral todas as famílias goianas possuíam um bobo. E se por algum motivo não os tinha, o lugar ideal para encontrá-los era no asilo, como no caso que se segue:

(...) a pobre Sebastiana Luiza dos Santos não querendo mais ficar no estabelecimento e achando pessoa caridosa que a desejava para ficar em sua companhia, a Junta resolveu que a mesma se transportasse a casa daquela pessoa que é a Sra. Do cid^m. Ildelfina de Almeida²⁵⁶.

A pobre em questão entrou no asilo em 21 de Setembro de 1916, com 18 anos de idade, e a *enfermidade* alegada foi o *Cretinismo*²⁵⁷. A respeito, pergunta-se: Ildelfina de Almeida acolheu a Sebastiana em sua residência somente por que a *pobre* não queria ficar no asilo? Partindo do pressuposto que Ildelfina, como todos, segundo o presidente da Junta, conhecia a dificuldade de se conviver com os

²⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

²⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁵⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

cretinos, a adoção seria uma expressão da caridade, ou a aquisição de uma futura *serviçal* para o carregamento de água? E, neste sentido, porque esta desvalida, que possuía 18 anos de idade? E se estava em jogo a caridade por que não uma criança, ou um velho?

Entrementes, para alguém que visitava o Asilo São Vicente de Paulo pela primeira vez, a impressão é que o mesmo fora criado para abrigar velhos e bobos, devido a predominância dessas “*enfermidades*” nos desvalidos. Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, por exemplo, ao visitar o asilo numa manhã, narrou que ao entrar na Capela, “*pequenina, com bancos enfileirados de um lado e outro com um altar singelo, mas todo enfeitado de flores*” percebeu que ali “*rezavam duas velhas e uns bobinhos*” (MONTEIRO, 1983, p. 99). Outro que visitou o asilo e escreveu suas observações foi o já citado Capitão Cordolino de Azevedo, em passagem por terras goianas no início da década de 1920:

Que afflicção causam aquelles grupos de cretinos, papudos, tantans, imbecializados pelo mal de Chagas, com a alma e o corpo corroidos pelo barbeiro impiedoso, destruindo esperanças, devástando intelligencias, reduzindo ao estado de féra pacifica aquelles entes aos quaes talvez a aurora da vida tivesse sido promissora e sorridente! (AZEVEDO, 1925, p. 97).

Percebe-se que o capitão Cordolino consegue identificar a doença de Chagas como a causa da idiotia, do bócio e do cretinismo entre os desvalidos. Como se sabe, a doença de Chagas foi descoberta em 1909, por Carlos Chagas, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, em Lassance, no interior de Minas Gerais; quando ele identificou o protozoário causador, batizado de *Trypanosoma cruzi*, e o vetor que o transmitia ao ser humano, um inseto popularmente conhecido como *barbeiro*, comumente visto nos pequenos orifícios que se formam nas paredes dos casebres de barro espalhados pelos *sertões* do Brasil²⁵⁸.

Ademais, a descoberta dessa nova doença “(...) *foi imediatamente comemorada como grande feito da ciência nacional, fato que comprovava o*

²⁵⁸ Mais sobre o assunto ver: DELAPORTE, François. *A Doença de Chagas: História de uma calamidade continental*. Ribeirão Preto – SP: Holos, 2003; KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009; _____; SÁ, Magali Romero. “The discovery of *Trypanosoma cruzi* and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

caminho do ‘progresso’ trilhado pela então jovem República brasileira, empenhada em construir seu lugar entre os ‘países civilizados’” (KROPF, 2009, p. 09).

Com efeito, quando descobriu a nova doença, Carlos Chagas acreditava que sua patologia “*estava voltada, principalmente, para a tireoide e o sistema nervoso central, vindo a seguir as alterações cardíacas*” (REZENDE, 2009, p. 269). Ou seja, a forma crônica da doença era encontrada em pessoas com bócio, idiotia e cretinismo.

Em 1912, por solicitação da Inspetoria de Obras contra as Secas, órgão vinculado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Instituto Oswaldo Cruz organizou uma expedição chefiada pelos médicos sanitaristas Artur Neiva²⁵⁹ e Belisário Pena²⁶⁰, que, durante nove meses, mapeou o quadro nosológico do Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de todo o território goiano. Quatro anos depois foi publicado o extenso relatório dessa expedição nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que descortinou para o litoral a face de um país atrasado, onde “*(...) a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente, devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis molestias*

²⁵⁹ “O médico sanitarista baiano Artur Neiva desenvolveu importantes trabalhos nas áreas de história natural, etnografia e lingüística. Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi nomeado interventor da Bahia (1931), onde criou o Instituto do Cacau. Organizou e fundou o Instituto Biológico de São Paulo e o Instituto de Tecnologia do Ministério do Trabalho e criou o Instituto de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura. Elaborou o primeiro código sanitário do Brasil quando dirigia o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e restabeleceu a profilaxia do tracoma e a vacina obrigatória e organizou o serviço para o combate à sífilis. Como uma das maiores autoridades do país em malária, foi designado por Oswaldo Cruz (1906) para organizar a profilaxia antimalárica na captação da água destinada ao Rio de Janeiro, em Xerém e Mantiqueira” (MAGALHÃES, 2004, p. 101)

²⁶⁰ “Belisário Penna (1868-1939) doutorou-se em 1890, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação desta doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Por volta de 1914, através do jornal *Correio da Manhã* iniciou uma campanha “pelo saneamento físico e moral do Brasil”. Em 1918, publicou o livro *O Saneamento do Brasil*. Ainda neste ano, foi nomeado para dirigir o recém-criado Serviço de Profilaxia Rural, assumindo o cargo de Delegado de Saúde. Entre 1920 e 1922, foi diretor de saneamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalado em quinze estados os serviços de profilaxia rural. Em 1928, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde” (MAGALHÃES, 2004, p. 101).

endemicas” (NEIVA; PENA, 1999, p. 220-221). Este relatório tornou-se a égide do movimento sanitarista na Primeira República²⁶¹.

Na sua passagem pela Cidade de Goiás, em Setembro de 1912, os médicos de Manguinhos a descreveu em todos os seus pormenores, com uma impressionante riqueza de detalhes:

(...) é uma cidade, onde já se pode viver sem muito sacrificio, tendo acomodações para tropas, sociedade bem constituída, biblioteca regular, clube recreativo e literario, alguma vida intelectual. A cidade é calçada, e as casas comerciais bem sortidas, algumas bem importantes com grandes depozitos de generos, fazendas, calçados, chapéos e objetos de armarinho. Ha muitas casas de sirios. O transporte de mercadorias é feito em larga escala por tropas, e carros de bois até Anhanguera ou Araguari, em bôa estrada com o percurso de 80 legoas (...) A população da cidade propriamente dita, cujas habitações não se prestam ao habitat do barbeiro, por serem rebocadas, caiadas²⁶², forradas e assoalhadas, e além disso seus habitantes bem alimentados e adistrictos já ás exigencias dos preceitos de hijiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs. Nos arrabaldes, porém, onde habitações apenas barreadas, há muitos casos de bocio e das manifestações graves da molestia de Chagas, sendo nelas encontrado o barbeiro (NEIVA; PENA, 1999, p. 222).

Pelo exposto, percebe-se uma dicotomia entre o centro e os subúrbios da antiga Vila Boa. Na parte central os habitantes eram saudáveis, pois moravam em casas rebocadas, comiam boa comida. Nos arredores, o bócio se alastrava e a

²⁶¹ Sobre o assunto ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. “Brasil, um imenso hospital?” In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999 – principalmente o capítulo 3; _____. “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; _____. HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 5(2), 2000; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. “Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; REZENDE, Joffre M. de. “A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

²⁶² A caiação foi um tipo muito comum de pintura utilizada nas habitações principalmente, na antiga Vila Boa de Goiás. Ela dava um efeito manchado às paredes e era muito fácil de fazer, posto que nos arredores da vila o solo era rico em calcário, transformado em *cal virgem*, o qual era misturado com água e se tornava a conhecida *cal extinta* hidratada para pinturas.

doenças de Chagas se propagava rapidamente. Além de visitar esses lugares a expedição também conheceu o Asilo São Vicente de Paulo, que, equivocadamente, o chamaram de Asilo São Francisco de Paula. Há várias afirmações errôneas a respeito da instituição no relatório dos médicos sanitaristas:

Além de várias igrejas; conta diversos edificios publicos, e o excelente asilo de S. Francisco de Paula, associação dominicana dirigido por irmãs dominicanas onde se acham recolhidos muitos infelizes, na sua maioria cretinos vitimados pela moléstia de Chagas. (...) O asilo S. Francisco de Paula, instituição de caridade, de iniciativa particular, novo, vasto e bem construido edificio, é um viveiro de infelizes de ambos os sexos e de todas as idades, em sua quasi totalidade, vitimas das formas mais graves da molestia de Chagas. Não se sabe o que mais admirar: se a desgraça dos infelizes, se a paciencia evangelica das dignas freiras que dirigem a caridosa instituição (NEIVA; PENA, 1999, p. 222-223).

Não sabemos precisar o porquê da troca dos nomes da instituição; porém, há outro problema: o Asilo São Vicente de Paulo não era uma instituição Dominicana, e sim Vicentina, administrada por leigos. Pressupomos que a coleta desses dados tenha sido feita junto as Irmãs Dominicanas, ou seja, os médicos de manguinhos apenas reproduziram o discurso das Irmãs, que, provavelmente, reivindicaram para si os créditos pelo asilo.

Ademais, de passagem pelo asilo, a expedição aproveitou para documentar, por meio de fotografias, a situação dos seus internos. Esse valioso material, anexado ao relatório, converge para uma questão que levantamos no capítulo anterior: o de que o asilo era composto basicamente de negros:



Fotografia n.º 7: Desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 24.



Fotografia n.º 8: Desvalidas do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 25.

Percebe-se pelas fotografias que a maioria eram vítimas de bócio, embora tenha sido registrado apenas um caso no Livro de Entrada, como afirmamos páginas atrás. Ademais, pela expressão facial desses desvalidos, quase todos sofriam de problemas mentais, tais como a idiotia e o cretinismo.

Entretanto, um dos principais objetivos da expedição dos médicos sanitárias era encontrar os doentes do mal de Chagas. O estado de Goiás, com inúmeros casos de bócio, idiotia, cretinismo e infantilismo, foi considerado por eles como o mais atingido pela nova doença. Quase uma década mais tarde, o Capitão Cordolino de Azevedo, depois de uma rápida visita ao asilo, concluiu que ali todos padeciam da doença transmitida pelo barbeiro. Porém, não há nenhum caso de doença de Chagas, entre 1909 a 1946, no Livro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo. Partimos do pressuposto que a doença de Chagas não era desconhecida dos goianos, porque foi muito debatida, principalmente na década de 1920, quando surgiram cientistas contestando a validade das afirmações de seu descobridor. A partir do exposto, pergunta-se: Quais eram, portanto, os limites da medicina goiana no período? Como essa nova nosologia foi recebida pelos médicos do estado?

Por fim, o último grupo de desvalidos sociais são os portadores de doenças contagiosas. No capítulo anterior, aventamos a possibilidade de o asilo ter sido construído com o intuito de resguardar a sociedade vilaboense das epidemias – principalmente de varíola – que grassavam os sertões de Goiás.

Logo no início deste capítulo, destacamos o espaço reservado para estes desvalidos, qual seja, um cômodo separado dos demais. A existência desse espaço atesta a importância do fator *epidemia* para a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Porém, a falta de um espaço, nos primeiros anos de funcionamento, reservado para os loucos, e para as Irmãs se repetiu com os desvalidos que sofriam de moléstias contagiosas.

No final do século XIX e início do XX, foram comuns em Goiás as epidemias de varíola, cólera, febre-amarela, sarampo, caxumba; por fim, houve a gripe espanhola em 1918 (SALLES, 1999, p. 93-97). Contudo, nenhuma destas moléstias citadas acima, foi observada dentro das fronteiras do asilo; somente a Morphea e a Lepra foram registradas, a primeira contando com 5 casos e a segunda com apenas 1, todos em indivíduos do sexo masculino.

Aparentemente, as moléstias contagiosas eram confundidas umas com as outras. Lepra, morféia, erisipela e elefantíase são apresentadas como moléstias de pele, caracterizadas por tubérculos duros e avermelhados que ocupavam primeiramente o rosto. Com o passar do tempo, inflamavam e supuravam. A forma mais comum dessa moléstia seria a *morphéa ou elephantíase dos Gregos*. Qualquer inchaço com protuberâncias duras e disformes, em qualquer outra parte do corpo, cujas dimensões se tornassem cada vez mais consideráveis, era conhecida como *erysipela branca ou Elephantíase dos Arabes* (CHERNOVIZ, 1890, p. 897).

Quanto à lepra, caracterizava-se pela mudança da cor da cútis, que se tornava avermelhada e grossa, e pela falta de sensibilidade das extremidades - pés e mãos - que, com o tempo e com o aumento das ulcerações, acabavam provocando a decomposição de dedos, orelhas e nariz.

O único caso de lepra registrado no asilo foi protagonizado pelo desvalido Antonio, cuja entrada se deu em 01 de Fevereiro de 1926. Consta que foi retirado, possivelmente pela urgência em fazê-lo, por se tratar de uma enfermidade contagiosa. Antes desse caso a *morphea* causava certo alvoroço quando era identificada. Como em 1918, “*foram tomadas providencias no sentido de desoccupar uma das casas do Asylo para alojar uma asylada morphetica, ultimamente entrada, visto não existir commodo apropriado á mesma*”²⁶³.

Este documento atesta para a falta de cômodos específicos para abrigar os portadores de doenças contagiosas, contrariando o que foi escrito no Regulamento. Os desvalidos diagnosticados com *morphea* eram tratados nas casas que constituíam o Patrimônio do Asilo, que pormenorizamos no primeiro capítulo. Nesta época, o único local mais próximo para tratamento da lepra era em Bonfim, onde existia o “*Lazareto*”, seguida por Catalão e mais tarde, no final da década de 1930 foi fundada nas proximidades da nova capital do Estado a Colônia Santa Marta, cuidada pelas Irmãs Vicentinas (LOBO, 1981).

Noutro passo, como observamos no capítulo anterior, pressupomos que a epidemia de varíola, em 1904, foi usada como pretexto para conseguir recursos viando à conclusão das obras do asilo. A estratégia foi colocar o prédio inacabado à disposição do governo, para ali serem tratados os pacientes afligidos pela varíola.

²⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Fevereiro de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

Em 1918, a gripe espanhola, que assolou parte do mundo, também se fez presente na Cidade de Goiás. O asilo poder-se-ia transformar-se em um nosocômio para garantir o tratamento a esses doentes, da forma como foi acordado anteriormente, em 1904; porém, não foi o que aconteceu.

Durante a gripe Espanhola nenhum doente foi recolhido no Azilo por vigilância da Junta. As Irmãs foram dar assistência nas próprias casas e os Vicentinos faziam parte das comissões organizadas pelo Governo. Eles se substituíam à medida que eram atingidos pela terrível enfermidade²⁶⁴.

Os Vicentinos resolveram resguardar os desvalidos que lá estavam recolhidos, a assistência aos pobres e doentes, medidas tão caras à Sociedade São Vicente de Paulo, foram postas em prática durante este período. Até mesmo as Irmãs ajudaram no cuidado. Entretanto, nas Atas da Junta desta época, não foi mencionado uma única vez a questão desta gripe. Pelo visto, nenhum dos desvalidos do asilo foi atingido.

Durante a epidemia de gripe além dos socorros prestados pelo Governo do Estado a nossa sociedade de accordo com o Exmo. Sr. Bispo Diocésano e clero tanto regular como secular²⁶⁵ desenvolveu grande actividade na visita dos doentes, em domicilio e em trez postos de socorros estabelecidos nesta Capital. Como medida de precaução nenhum grippado foi recolhido ao Azylo exercendo a Junta severa vigilancia para que a epidemia não atingisse aqueles infelizes. Além do serviço propriamente das Conferencias em cada uma das commissões organizadas pelo Governo do Estado fazia parte um vicentino que ia sendo substituido por outro a medida que eram atacados da terrível enfermidade com a qual estavam em immediato contacto. Admirou-nos ver a dedicação com que muitos vicentinos acompanhados por companheiros extranhos a nossa milícia, com todo afâm procuram os doentes nas mansardas e lá mesmo qual outros enfermeiros ministram pessoalmente os primeiros medicamentos, e como São Vicente elles não faziam por

²⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 12.

²⁶⁵ O clero dividia-se em duas categorias: regular e secular. O clero regular compreendia os monges e frades ordenados e outros que viviam em comunidades monásticas. Seu nome deriva do latim *regula*, que significa *regra*; quer dizer que eles se submetiam aos regulamentos especiais de suas comunidades monásticas, que incluía os três votos de pobreza, castidade e obediência aos seus superiores. O clero secular compreendia o grande número de padres e bispos que viviam a vida quotidiana em contato com o mundo dos leigos. Seu nome deriva-se da palavra latina *saecula*, termo figurativo para o mundo das preocupações materiais. (BRODBECK, 2007).

*estardalhaço mas, simplesmente para metigar o sofrimento da pobreza*²⁶⁶.

A epidemia de gripe espanhola na capital goiana “*acometeu um total de 345 pessoas, atendidas no Hospital de Caridade, das quais trezentas dependeram da ‘caridade pública’, o que consumiu a quantia de cinqüenta contos, cujo crédito foi especificamente aberto para tal fim*”. Deste total de doentes assistidos, 24 faleceram (SILVA, 1999, p. 193).

Os Vicentinos lidando diretamente com os doentes, tornaram-se vítimas em potencial, e segundo o documento acima, eram substituídos por outro à medida que eram acometidos pela epidemia. No Asilo São Vicente de Paulo pelo “*sr. Presidente foi declarado que, não obstante a Junta não haver dado sessões nos dias determinados, por motivos superiores, têm sido tomadas todas providencias pelo bom andamento desta casa de caridade*”²⁶⁷. Pressupomos que tais “*motivos superiores*” se referem à epidemia de gripe espanhola, que grassava toda a velha Goiás.

Ironicamente, o único lugar seguro de que dispunham era o próprio asilo, construído para abrigar os pobres, os doentes e os desvalidos, que poderiam precipitar as epidemias. Durante o ano de 1918, por exemplo, foram internadas 6 pessoas no asilo, número inferior à média de 10,8 internações entre 1909 a 1917²⁶⁸, possivelmente pelo medo de fazer a epidemia adentrar as fronteiras do asilo. Esse cordão de isolamento em torno da instituição se fez sentir até mesmo nas visitas da sociedade vilaboense ao asilo, que eram comumente realizadas dia de domingo, como veremos no próximo capítulo. Em 1918, coincidentemente, não consta na documentação arrolada nenhuma visita ao Asilo São Vicente de Paulo²⁶⁹.

Noutro passo, a insatisfação das Irmãs Dominicanas em zelar tanto pelos loucos, como pelos desvalidos portadores de moléstias contagiosas chegou ao ápice em 1935, manifestando-se em um ofício encaminhado por elas não à Junta

²⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Junho de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929)*. Cidade de Goiás.

Administrativa do Asilo, como era de praxe, mas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, órgão ao qual a Junta Administrativa era subordinada.

Exmos. Snrs.

As Irmãs Dominicanas dedicadas ao serviço da Administração interna do Azylo, por meio desta pedem a esse Conselho, como director supremo desta obra, uma medida que julgam de grande necessidade, para evitar dificuldades que sempre estão apparecendo, medida essa que vem a ser uma prohibição formal de internamento no Azylo de pessoas atacadas de lepra e loucura. Este pedido se basea na affirmativa dos proprios medicos da impossibilidade de taes pessoas em commum com os azylados porque os primeiros trarão o contagio perigossissimo e os segundos, dada a falta de acomodações trarão desordens em todo o estabelecimento. Certas de serem attendidas, desde já apresentam a esse Conselho os mais vivos agradecimentos. Deus guarde V. V. Exa²⁷⁰.

Poder-se-ia supor que as reclamações perante a Junta não surtiram o efeito desejado e, por isso, recorreram as Irmãs à instância superior. Outro fator interessante é a lepra, que foi ressaltada junto com a loucura. Ora, ao comparar a incidência dessas moléstias em termos numéricos – a partir do Livro de Entrada – observa-se que há 51 loucos contra 1 caso de lepra. Contudo, se somarmos os casos de *morphea*, que, como vimos era confundida com a lepra, teremos 6 casos, número também irrisório na comparação. Deve-se atentar, porém, que o registro de lepra ocorreu em 1926, quase dez anos antes do ofício, o que deixa a motivação das irmãs mais inconsistentes no tocante à lepra. Mas é oportuno ressaltar que apenas um caso colocar-se-ia em perigo todos os desvalidos.

Conforme afirmamos páginas atrás, os critérios do asilo no diagnóstico dessas enfermidades no registro de entrada parecem incoerentes, como no caso de Antonio Nunes, cuja primeira entrada no asilo ocorreu em 06 de Janeiro de 1921, com 58 anos, sendo a enfermidade alegada *mudez*. Pouco tempo depois, em março do mesmo ano, ele foi retirado, e retornou em 10 de Dezembro de 1923, já com 60 anos, agora *demente*, sendo novamente retirado em janeiro de 1924. Dez anos depois, eis que o mesmo Antonio Nunes retorna ao asilo, agora com a enfermidade

²⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Oficio das Irmãs Dominicanas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo datado de 7 de Julho de 1935*. Cidade de Goiás, 1935.

*velhice*²⁷¹. A falta de critérios objetivos nos registros de entrada faz supor que os casos de lepra fossem em número maior e só determinado quando os desvalidos já ocupavam seus lugares no interior do asilo.

Em relação aos loucos, este documento descortina a dificuldade em estabelecer lugares apropriados para eles – o do asilo, inicialmente não havia sido construído. Por fim, a intenção do asilo, em colocar sob o mesmo teto indivíduos tão heterogêneos tornar-se-ia uma dificuldade no trato a estes desvalidos.

Ademais, a diversidade de enfermidades impede até mesmo a definição do próprio asilo; com que intenção o Asilo São Vicente de Paulo foi construído? Para quem ele foi construído? Sob a ótica dos seus desvalidos, o asilo mostra a face de uma instituição que aceita todos os tipos de indivíduos – desde que previamente aprovados pela Junta! Era um lugar onde receberiam comida, teriam auxílio médico, por fim, teriam quem lhes valessem.

²⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

CAPITULO III - A ASSISTÊNCIA

O pavilhão construído para abrigar, mais adequadamente, as Irmãs Dominicanas foi inaugurado em 1921. Neste espaço, havia uma sala para o refeitório, outra para servir de gabinete da Madre Superiora, e um terceiro para o dormitório das Irmãs. Media 8 metros de comprimento por 8 de largura. De acordo com os Vicentinos; o pavilhão era *confortavel*, uma vez que possuía “(...) *tamanho regular, as paredes rasgadas de amplas janellas por onde o ar e a luz penetram em grande abundancia (...)*”²⁷².



Fotografia n.º. 9: Refeitório das Irmãs Dominicanas. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

²⁷² ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

Até então, os aposentos das Irmãs se localizavam contíguos aos alojamentos dos desvalidos; o que motivou a reclamação das mesmas; reconhecendo o quão difícil era uma convivência tão próxima aos internos, o então Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, Luis Gonzaga Cardoso Rangel, escreveu:

Tantos pobres, durante o dia, trabalho este que muitos meses se prolonga pela noite a dentro. Com o avultado numero de pobres, com o numero bem regular de crianças, os trabalhos desta respeitabilissimas religiosas dobravam-se, e portanto, era de maxima urgência que tivessem um momento de repouso. Mas como repouso? Impossivel! O seu dormitorio ficava contiguo ao dormitorio dos pobres, na sua maioria cretinos, como já vos disse, e muito bem o sabes, e quantas noites, ou talvez todas, eram acordadas, se é podiam repousar, com os gritos e muitas vezes berros que lhes negavam, portanto os escassos momentos de repouso. Reconheci a dificuldade em que se achavam as nossas benemeritas Irmãs, e commigo reconheceram-nos os meus bondosos companheiros. Expus-lhes o caso, como era de meu dever, e, depois de os ter ouvido, participei á Rv^{ma}. Madre Provincial que a Junta Administrativa havia resolvido cumprir o seu maximo desejo: a construcção de um pavilhão para as Irmãs, inteiramente separado, onde melhor podessem ser observadas as Regras Dominicanas²⁷³, e suas Irmãs pudessem repousar se das fadigas quotidianas²⁷⁴.

Porém, para que chegasse à inauguração desse pavilhão, um interessante processo se desenrolou. Em 02 de Agosto de 1920, a Irmã Superiora “*pedio que se fizesse um comodo para as Irmãs que auxilião os trabalhos do Azylo, comodo este que deverá ser constuido por trás do dormitorio das Irmãs, ficou para deliberar na proxima sessão, depois de ouvir o Conselho Particular*”²⁷⁵. Depois, obedecendo à hierarquia, o pedido foi levado para a apreciação do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, pelo Presidente da Junta Administrativa.

²⁷³ Sobre o trabalho das Irmãs Dominicanas no Brasil ver: LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. Teixeira Vale. *Dominicanas: cem anos de missão no Brasil*. Uberaba-MG: Editora Vitória, 1986.

²⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

²⁷⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

Somente depois de aprovado por esta instância é que as intervenções no asilo poderiam ser realizadas, conforme atesta o documento: *“Por não ter reunido o Conselho Particular no dia 4 do corrente, nada se deliberou sobre a construção do pavilhão para as Irmãs e da divisão no pathio da entrada do estabelecimento, ficando pois para se deliberar na proxima secção”*²⁷⁶. A autorização foi concedida em 13 de Setembro, mais de um mês depois da primeira solicitação²⁷⁷. Por fim, somente em 31 de Outubro é que ficaram *“(…) de tomar providencia afim de dar inicio nos trabalhos do pavilhão contiguo aos commodos das Irmãs”*²⁷⁸.

Neste ínterim, deve-se ressaltar a pressão exercida pela Madre Boaventura, Provincial da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, que visitou as Irmãs no final de 1920. *“Expoz-me a veneravel Religiosa que, de passagem nesta cidade, (...) tinha mostrado desejo e até pedido que fossem dadas, ás suas Irmãs, que trabalhavam nesta Casa, commodos mais espaçosos e mais retirados (...)”*. O objetivo era somente evitar *“(…) que a vida religiosa não se afastasse da Regra, mas tambem, para que podessem descançar mais um pouco; o que lhes era impossivel, continuando a viver onde estavam vivendo”*²⁷⁹.

Quando estava de partida para Conceição do Araguaia para visitar as outras Irmãs de sua Congregação, a Madre Boaventura, certificou de que a promessa que recebeu para a construção do pavilhão não fosse esquecida.

Em pouco tempo, a construção era levada a cabo. O local escolhido era no braço esquerdo do Asilo São Vicente de Paulo, ao lado do refeitório. No Relatório da Junta Administrativa de 1921, a construção deste espaço ganha um caráter *épico*. Deve-se ressaltar que este período, final da década de 1910 e início da seguinte, foi um dos mais difíceis para a instituição.

O Estado atravessava um momento de imensa carestia que refletiu até mesmo na alimentação dos desvalidos, como veremos mais adiante. Talvez, por isso,

²⁷⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”*. Cidade de Goiás, 1921.

a descrição da empreitada para a construção de um simples pavilhão de 64 metros quadrados é feita pormenorizadamente, destacando todas as minudências e possíveis dificuldades enfrentadas.

Nenhum de vós ignora o que seja a construção de uma casa, nos dias de hoje, na nossa terra! Tudo é difícil, desde a mais insignificante taboa para soalho até ao operario mais humilde. (...) O pavilhão construido, apesar de si não ter comprado uma unica pedra para os alicerces, visto haver grande quantidade, justamente no logar, onde foi edificado, apesar ainda de os adubes terem sido todos fabricados aqui no estabelecimento, grandemente [...] por alguns de nossos pobres, que, ora os faziam, ora os transportavam para o logar da construção²⁸⁰.

Até os desvalidos foram utilizados durante a construção do pavilhão para as Irmãs. Apesar de os Vicentinos considerarem *justo* o motivo do pedido das Dominicanas, o documento sugere que aquela não era a melhor época para fazê-lo. A partir do exposto, pergunta-se: partindo do pressuposto que as Irmãs estavam no Asilo São Vicente de Paulo há 11 anos, porque somente em 1920 – em um período de carestia – é que elas resolveram fazer a reivindicação? Esta só foi levada a efeito por causa da presença da Madre Provincial da Congregação, ou esta apenas transmitiu o desejo das Irmãs?

Com efeito, podemos pressupor que a relação entre os Vicentinos, as Irmãs Dominicanas e os desvalidos era bastante conflituosa, apesar de na documentação arrolada haver uma perfeita harmonia entre esses três grupos.

Antes mesmo da inauguração do asilo, em Abril de 1909, a Madre Boaventura mandou uma carta para o Conselho Particular estabelecendo diversas regras que deveriam ser cumpridas pelos Vicentinos; em 1920, coincidentemente, com a visita e o pedido da mesma Madre obrigou os Vicentinos a construírem um pavilhão para as Irmãs; e no decorrer de todo o período, houve diversas ocasiões em que as Irmãs solicitaram aumento salarial.

Contudo, faz-se mister um pequeno retrocesso histórico sobre o início da atuação das Irmãs Dominicanas em Goiás.

²⁸⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

Durante o período imperial o ensino religioso foi paulatinamente perdendo importância dentro das diversas legislações. Com a Reforma Leôncio de Carvalho deixou de ser obrigatório e com o Parecer Rui Barbosa foi regulamentado: deveria ser oferecido pelo ministro de cada culto, após as aulas, nunca com mais de 45 minutos nem mais de três vezes por semana e eclesiásticos não poderiam exercer qualquer função na administração, direção ou inspeção do ensino público em quaisquer níveis. Essa situação justificou o pedido do bispo de Goiás para que as irmãs dominicanas viessem para a região, afinal os católicos não queriam perder sua influência na sociedade, já comprometida pela laicização da escola e a separação do Estado promovida pela República. Outro fator que contrariava muitas famílias era a escola mista, o que tinha a reprovação também do clero católico, que preferia separar as escolas da juventude por sexo (INÁCIO FILHO, 2002, p. 50).

Com este objetivo, as Irmãs Dominicanas partiram de Paris, na França, em direção a Goiás em maio de 1889. Na primeira comitiva vieram 8 Irmãs: Otávia (primeira diretora do Colégio Santana), Estefânia, Catarina, Inês, Antonieta, Isabel, Verônica e Rosa Santana (FERREIRA, 1980, p.61). Esta última foi biografada por Célia Coutinho Seixo de Britto (1983), atentando para o seu verdadeiro nome Rose Pelagie Boissière, nascida em Saint'Clair, Aveyron.

O Bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leon, também desejava que a missão dominicana masculina no Brasil fosse enriquecida com a presença de irmãs dominicanas, pois deseja fundar dois organismos fundamentais para o projeto de evangelização: escola e hospital. Em 1885, por intermédio dos padres dominicanos Dom Cláudio dirigiu um pedido à Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteilss, congregação de irmãs dominicanas com sede na cidade de Monteilss, França. As congregações religiosas são fundadas dentro de uma determinada finalidade. A finalidade do trabalho apostólico das irmãs dominicanas de Monteilss se enquadrava perfeitamente dentro dos objetivos do bispo de Goiás (SANTOS, 1996, p. 137).

Ademais, as Irmãs Dominicanas trabalhariam “(...) na educação das meninas, uma vez que, na obra catequética, os frades trabalhavam apenas com os rapazinhos” (SANTOS, 1996, 111). Nesta época, a “(...) educação feminina retornava ao interior das casas de família, visto que os pais recusavam-se a deixar

que suas filhas estudassem no Liceu, cujos alunos eram indisciplinados e desrespeitadores” (RABELO, 1997, p. 131).

O Colégio Santana²⁸¹, fundado em Setembro de 1889, no mesmo mês em que chegaram as Irmãs Dominicanas, colocaria fim a esta situação. Entretanto, na Cidade de Goiás, o Bispo Dom Claudio e os Frades Dominicanos, que aqui já se encontravam, esperavam muito mais das Irmãs Dominicanas do que simplesmente o magistério:

O 5 de setembro foi de festas em Goiás. As Irmãs, ao chegarem, foram conduzidas à Igreja da Boa Morte, que servia de catedral. A Irmã Otávia era a superiora. D. Claudio pregou, proclamando o motivo pelo qual tinha promovido a vinda de religiosas. Esse motivo era o de ensinar ao povo a virtude que se dizia impossível: a castidade. Vendo-a praticada, ela seria acreditada e imitada (LLCH, 1976, p. 213).

Como se sabe, o objetivo de Dom Claudio ao trazer, primeiramente, os padres Dominicanos e depois as Irmãs, era o de reformar o catolicismo tradicional, implementando práticas comportamentais, não somente no clero, como na sociedade. Essas práticas visavam, sobretudo, “reformatar a moral do povo cristão, convocando as pessoas para regularizarem os casamentos segundo a legislação eclesiástica” (SILVA, 2005, p. 95). Até então, a prática do concubinato era comum nos sertões do Brasil²⁸², inclusive ao clero, conforme atesta o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1819:

²⁸¹ O Colégio Santana era uma escola de meninas, “que funcionou com internato e externato, e foi frequentada, em determinada época, somente pela elite de Goiás” (VIEIRA, 2007, p.128)

²⁸² “Desde o início da colonização, a Coroa e a Igreja procuravam estimular o matrimônio. À Coroa interessava, através do matrimônio, o povoamento, a manutenção da segurança e do controle, em suma ‘prover a terra com gente principal e honrada’, desestimulando os casamentos inter-raciais, sobretudo de brancos com negros e mestiços, impedindo a formação de um grande contingente de vadios situados fora do sistema escravista. A Igreja, por sua vez, considerava o concubinato uma forma de fornicção, desobediência ao sexto mandamento e, por isso, procurava fazer com que aqueles que viviam ‘como se fossem casados’ legalizassem sua situação através do sacramento católico. Contudo, diversos fatores contribuíam para a raridade dos casamentos. O pequeno número de mulheres brancas fazia com que os homens procurassem as mulheres disponíveis – índias, negras e mestiças – para relações amorosas, mulheres boas para amar, mas não para casar. A pobreza da maioria da população dificultava o casamento em dois aspectos: o alto preço cobrado pelos padres pela celebração da cerimônia de casamento e a ausência de dote. O concubinato tornava-se, dessa forma, generalizado em toda a colônia. Mas não devemos pensar que a prática e a visibilidade do concubinato eram grandes, nem por isso o concubinato era plenamente aceito” (RABELO, 1997, p. 142).

Mas os magistrados e os funcionários de Vila Boa não são os únicos cuja má conduta parece justificar a do povo. Os próprios padres, cuja vida deveria constituir um permanente protesto contra desregramentos que contrariam não só as leis da religião e da moral, mas também o progresso da civilização e a instituição da família e da sociedade, autorizavam por seu mau comportamento a devassidão dos fiéis que lhes estão confiados. Suas amantes moram com eles, seus filhos são criados ao seu redor, e muitas vezes – digo-o com relutância – o padre faz-se acompanhar da amante quando vai à Igreja (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 53).

Durante a segunda metade do século XIX e início do XX, a Igreja Católica exerceu maior repressão aos casos de concubinato envolvendo o clero²⁸³. Os Dominicanos europeus que vieram a Goiás tiveram que se adequar a esta realidade.

Inserido dentro de um clero um tanto relaxado na questão da castidade logicamente os dominicanos tiveram que se preocupar também com esse assunto. Estavam inseridos dentro de um projeto maior de diocese que incluía uma reforma do clero neste aspecto (SANTOS, 1996, p. 35).

E para certificar de que pretendiam mudar os costumes vigentes, assim que se instalaram na Cidade de Goiás, convidaram algumas pessoas para entrar em sua residência mostrando que não havia mulheres (Idem, 1996, p. 35).

É dentro desse contexto que as Irmãs Dominicanas chegam na antiga Vila Boa; pretendendo *purificar* os costumes, servindo de exemplo a uma sociedade, onde a castidade e a fidelidade não eram os seus mais retumbantes predicados. As Irmãs foram recebidas no Bacalhau da Barreira, com “*uma das mais belas recepções já proporcionadas a visitantes na antiga Capital*” (FERREIRA, 1980, p. 63).

Quando o Asilo São Vicente de Paulo estava prestes a ser inaugurado, uma “*comunicação foi feita às Irmãs do Colégio Sant’Ana que devia dar as primeiras Irmãs para administrarem a Obra*”²⁸⁴. Porém, para que as Irmãs fossem trabalhar no asilo, primeiramente precisou da autorização da Provincial Superior da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils, a Madre Boaventura.

²⁸³ Cf. MOREIRA, Wellington Coelho. “Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás (1824-1907)”. In: *II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História UFG/UCG* (Cd-rom). Goiânia: 2009.

²⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

Os Vicentinos fizeram o pedido por meio de uma carta; a resposta foi dada em Abril de 1909, onde consta que o Conselho da Congregação “(...) *acceita as condições dadas precedentemente, pelos S. S. Directores da Conferencia de S. Vicente de Paulo, a respeito do Asylo a abrir em Goyaz*”²⁸⁵.

Entretanto, para a liberação das Irmãs, o Conselho estipulou 8 condições, a saber: as duas primeiras versam sobre a Capela e o nome do Asilo, que, a partir de então, passou a ser denominado de São Vicente de Paulo, conforme discutimos no primeiro capítulo.

A terceira condição salienta que: “*Haverá, no Estabelecimento, um empregado á disposição das Irmãs, para o trato dos homens, se a Directora da Obra o julgar necessario*”²⁸⁶. No Regulamento do Asilo consta um empregado que preenche esses requisitos, trata-se do zelador, sobre quem aprofundaremos no final deste capítulo. Este empregado, pela carta da Superiora da Congregação, teria a função de ajudar as Irmãs no *trato dos homens*, pressupomos, com efeito, que seja no banho daqueles que porventura não poderiam andar.

A quarta condição reza que: “*Além do sustento das Irmãs, a lavagem e a iluminação ficarão a cargo da Obra*”²⁸⁷. Além do salário que receberiam, a Junta Administrativa do Asilo ainda cuidava para que as Irmãs não precisassem se preocupar com os afazeres domésticos – visando a dedicação integral aos desvalidos. Esta condição imposta pelo Conselho da Congregação complementa o que está exposto no artigo 5º do Regulamento: “*O tratamento dos Azylados ficará exclusivamente entregue ás Irmãs Dominicanas para isso contractadas pela Sociedade*”²⁸⁸.

Por conseguinte, a quinta condição estabelece que as Irmãs “(...) *devem se beneficiar gratuitamente dos cuidados do medico do Estabelecimento, assim como*

²⁸⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Directores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

dos remedios ordinarios”²⁸⁹. A sexta e a sétima condição, por sua vez, garantem que “*se o pessoal das irmãs aumentar, aumentar-se-á o tratamento nas mesmas proporções*”, e que o “*pagamento deste tratamento far-se-á trimestralmente*”²⁹⁰.

Por fim, a oitava condição versa sobre o valor do transporte de uma Irmã de Paris a Goiás, onde se constatou “*(...) que são precisos oito centos mil reis (800\$000) em, moeda brasileira para a viagem (...)*”²⁹¹. Isso se a “*Companhia das Estradas de ferro continue ás Religiosas o transito gratuito; no caso contrario a viagem de cada Irmã deveria ser paga um conto de reis (1:000\$000)*”²⁹².

Pelo exposto, percebe-se que o Conselho da Congregação das Dominicanas acompanhavam de perto as atividades de suas Irmãs em terras distantes; conheciam os percalços da viagem, e o valor da mesma; o que podemos pressupor que o valor das passagens das Irmãs que trabalhariam no asilo foi pago pelos Vicentinos.

Contudo, deve-se ressaltar o fato das mesmas já estarem em solo goiano, quando da inauguração do asilo, e que elas já desempenhavam seu trabalho no Colégio Santana há vinte anos, no velho casarão do Largo do Chafariz.

As viagens das Irmãs Dominicanas eram pagas pela Junta Administrativa, depois de consultar o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo. Em março de 1923, por exemplo, “*auctorizou a Junta a pagar parcelladamente a seu criterio a importancia de 1:5000\$000 de uma viagem feita de Paris a Cidade de uma irmã deste Estabelecimento*”²⁹³. Porém, o dinheiro somente foi entregue em Julho: “*A Juncta resolve, nesta data fazer a entrega da quantia de 1:500\$000 a irmã Superiora pelo transporte da irmã Elizabete da França até esta Capital conforme deliberação do Conselho Particular*”²⁹⁴. No Relatório da Junta Administrativa deste ano, o Presidente descreveu o pagamento da viagem dessa Irmã em todas as suas minudências²⁹⁵.

²⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

²⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

²⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

Com efeito, o dinheiro para as viagens das Irmãs não eram entregues somente para a Irmã Superiora, também o fazia para os padres Dominicanos, e diretamente para o encarregado do transporte. Em 1911, foi pago 600\$000 (seiscentos mil réis) para o Frei Germano Lech pela “(...) *condução das irmãs do Azylo*”²⁹⁶.

Sete anos depois, o Sr. João Monteiro recebeu 200\$000 (duzentos mil réis) “(...) *pela condução da Irmã [...] do Roncador a esta Capital*”²⁹⁷. No entanto, o caso mais curioso ocorreu em 1941, quando a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo recebeu do tesoureiro da Junta Administrativa a “(...) *quantia de duzentos mil reis (200\$000) para a viagem, ida e volta, de uma asilada, afim de acompanhar uma Irmã até Uberaba*”²⁹⁸.

Isso posto, as oito condições impostas pelo Conselho da Congregação das Dominicanas descortina todo o aparato material de que elas dispunham para realizar o seu trabalho. Seria interessante uma pesquisa mais aprofundada para verificar se no Colégio Santana elas recebiam o mesmo tratamento, posto que, a vinda das Irmãs Dominicanas para Goiás, com o intuito de tornarem-se exemplo de moral para a sociedade vilaboense, logo deu resultado, a saber:

*Pela Irmã Superiora do estabelecimento foi participado que a azylada Benedicta Moraes, pretendendo ser freira e tendo ordem da Superiora das Dominicanas de assistil-a, a Irmã Superiora pediu a Junta a competente licença para o referido fim. A Junta aprovou este acto da azylada Benedicta Moraes, ficando autorizado o thesoureiro da Junta, a fornecer a Irmã Superiora o que for preciso p^a. o enxoval da pretendente*²⁹⁹.

Com base no exposto fomos atrás de alguma informação sobre a desvalida, que ansiava ingressar nas fileiras da Ordem de São Domingos. Para nossa surpresa nos deparamos com duas desvalidas com este mesmo nome: Benedicta de Moraes.

A primeira cruzou a porta de entrada do asilo em 1916, possuindo 48 anos, oriunda da Canastra e com sintomas de Loucura; cinco anos depois foi retirada pela

²⁹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1911.

²⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo de pagamento realizado pelo tesoureiro da Junta Administrativa para a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1941.

²⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

filha, voltando em 1935, vindo a falecer um ano depois³⁰⁰. A vida da segunda é um mistério, pois entrou no asilo em 1918, com apenas 15 anos; nenhuma das outras colunas de informações foi preenchida³⁰¹. Tudo leva a crer que a segunda Benedicta de Moraes é que recebeu o apoio dos Vicentinos para tornar-se freira. O fato de não possuir nenhuma informação no registro de entrada pode sugerir, principalmente no quesito *enfermidade*, que a mesma de nada padecia. Infelizmente, não encontramos mais nenhuma referência a esta desvalida na documentação arrolada.

Destarte, depois de feito os ajustes quanto às imposições do Conselho das Dominicanas, foram nomeadas três para exercer o cargo, uma superiora e duas auxiliares. As primeiras foram: a Madre Maria Helena, superiora do Asilo São Vicente de Paulo entre 25 de Janeiro de 1909 e 11 de Fevereiro de 1922, quando é transferida para o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara; a Irmã Isabel, auxiliar no período de 25 de Julho de 1909 a 30 de Agosto de 1920, quando falece³⁰². “*A Madre Geral, vendo a debilidade da Ir. Isabel deu uma terceira Irmã que foi Ir. Nazaret*”³⁰³.

Esta última, por sua vez, pouco mais de um mês depois de assumir o cargo foi enviada para ajudar no trabalho das Dominicanas em Conceição do Araguaia, sendo substituída pela Irmã Gustavo, que trabalhou no asilo de 28 de Agosto de 1909 a 04 de Novembro de 1912³⁰⁴.

Entrementes, uma das funções da Irmã Superiora era participar das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Junta Administrativa do Asilo; fazendo a intermediação entre os problemas do mesmo aos Vicentinos. Era responsável, também, por comunicar sobre a situação dos desvalidos. Em Julho de 1917, por exemplo, pela “*Irmã superiora foi comunicado o fallecimento da pobre Hermmenegilda Avila da Cruz ocorrido em 18 do corrente*”³⁰⁵. Como explicamos no

³⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁰¹ Idem.

³⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo*”. Cidade de Goiás, s/d.

³⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo*”. Cidade de Goiás, s/d.

³⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

primeiro capítulo, aos Vicentinos cabia prover o asilo em todas as suas necessidades, e às Irmãs o trato aos desvalidos.

Às Irmãs Dominicanas cabia a responsabilidade pelo gerenciamento interno do Asilo São Vicente de Paulo; como receber os alimentos doados, solicitar o que estiverem faltando, coordenar o trabalho das cozinheiras quanto o preparo dos alimentos. Além de estarem, também, sob sua responsabilidade as lavadeiras, as costureiras e o zelador do asilo. Porém, o que mais chamou atenção de todos aqueles que visitavam o asilo, era o modo como as mesmas tratavam os desvalidos:

Tambem, que doce consolação é verem-se aquelas piedosas mulheres – de vestes de lã clara – semeadoras do Bem, irmãs legitimas da Caridade – a deslizarem em passos macios, quaes anjos baixados á terra, por entre mulambos humanos, cretinizados, imbecilizados, de physionomias aparvalhadas, indifferentes, de olhos amortecidos, fixos, como que fitando o infinito, soltando gritos guturaes, roucos, numa vaga impressão de vida! E ellas – as bondosas Irmãs – a acarinharem as crianças, com amor, com paciencia, carregando aos seus seios de virgem os productos innocentes de inconscientes ligações. Quão forte é a Caridade, quão productiva a palavra de Jesus, quão profundo o amor ao proximo dessas Servas do Senhor, tudo abandonando no mundo – affectos – lares – familia – para se dedicarem ao apascentamente daquelle rebanho de que jámais tresmalhará uma ovelha, na certeza da impotencia scientifica de sua cura, na terrivel e dantesca perspectiva de um mal eterno! (AZEVEDO, 1925, p. 97-98).

Ao lidarem diretamente com os *indesejáveis* da sociedade, as Irmãs logo ganharam a admiração não somente dos vilaboenses, como também de todos que visitaram o asilo. Em 1912, por exemplo, quando da sua passagem pelo asilo, os médicos de Manguinhos, Artur Neiva e Belisário Pena, escreveram: “*Não se sabe o que mais admirar: se a desgraça dos infelizes, se a paciencia evangelica das dignas freiras que dirigem a caridosa instituição*” (NEIVA; PENA, 1999, p. 223).

Neste ínterim, há que se aprofundar nas visitas que eram realizadas no Asilo São Vicente de Paulo; de acordo com o Regulamento: “*As communicações com o Azylo só serão feitas das seis horas da manhã as seis horas da tarde, e mesmo durante esse tempo só se permittirá o ingresso de pessoas estranhas, quando*

munidas de ordem do presidente da junta”³⁰⁶. Ademais, o asilo também aberto à visita pública nos “(...) dias em que a Sociedade de S. Vicente celebrar as suas festas”³⁰⁷.

Havia no portão do asilo “(...) um cofre destinado a recolher as esmolas das pessoas que lá forem fazer suas visitas, devendo ficar a chave do mesmo em poder do respectivo thesoureiro”³⁰⁸, ou seja, a partir do exposto, podemos inferir que sempre que alguém visitava o asilo, fazia sua contribuição material para o mesmo.

Com efeito, nos dias e horários estabelecidos, o asilo era visitado pela sociedade vilaboense. Anna Joaquina, em 5 de Janeiro de 1910, escreveu que “*Nhola com as meninas da escola Mariq.^a e Maria forão no Azilo*”³⁰⁹; essas observações se repetem ao longo de todo o seu Memorial. A veneranda mestra citada no diário de Anna Joaquina é Pacífica Josefina de Castro (Mestra Inhola – 1846-1933), uma das mais reconhecidas mestras da velha capital que, como ensinamento cristão, levava seus alunos a visitarem o Asilo de São Vicente de Paulo (BRITTO, 1983).

*O Azylo continua a ser visitado pelas famílias goyanas e de fora da Capital, louvado seja Deus, todos tem sahido bem satisfeitos, fazendo os maiores elogios as Irmãs, que bem os merecem. Apezar das visitas serem permittidas somente aos Domingos, ultimamente, abri as portas do estabelecimento a pessoas que ainda não o tinham visitado ficaram surprehendidas e sahiaram fazendo uma idéia muito melhor do que suppunhão e ouvirão dizer*³¹⁰.

Esse documento descortina três possibilidades de interpretação: a primeira sugere que o asilo era visitado por várias pessoas, inclusive de outras cidades. Provavelmente, vindo reencontrar seus parentes, uma vez que, como afirmamos no

³⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 288 (mimeo).

³¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

capítulo anterior, dos 442 indivíduos que se internaram no asilo, 59 cidades ou regiões foram observadas³¹¹.

Porque o asilo atraía tantos visitantes? A grande maioria dos desvalidos, antes de entrarem para o asilo, fazia parte do cotidiano da cidade, e raras vezes eram auxiliados por seus moradores.

Até hoje, ainda presenciamos contristados a scena compangente d'esses infelizes percorrendo as nossas ruas, quaes vias de amarguras, implorando de porta em porta o obulo da caridade publica, expondo a curiosidade do vulgo, uns, as feias chagas que lhe corroem as carnes, produzindo deformidades horrorosas e asquerosas, outros, arrastando-se pelas calçadas cobertos de andrajos; outros, infelizes, em quem a luz da razão nunca dezabrochou ou apagou-se, servindo de escarneo atravessa garotagem, que os persegue atirando-lhes pedras, escarnecendo de seus aleijões mofando de suas infelicidades³¹².

Motivo de piada, de preconceito e, muitas vezes violentados por serem loucos, idiotas, imbecis e cretinos; uma vez no asilo, eram vistos com o olhar da piedade, da misericórdia, e principalmente, da caridade; a quem creditava a construção do próprio Asilo São Vicente de Paulo.

Novamente, nos deparamos com esta palavra que pairou sobre a História dessa instituição. O discurso caritativo rompeu as amarras do tempo, marcando a atuação dos Vicentinos e das Irmãs Dominicanas. Nos jornais da época da inauguração do asilo, novamente esta palavra – a caridade – aparece:

E ao defrontar os seus olhos, com esses míseros mendigos, neste convívio de infelicidade e de infortúnios, não concentra o seu espirito em doce e piedoso recolhimento da alma – para elevá-lo o seu pensamento até Deus – bem dizer a aquelle que, depois de morrer em uma cruz, para salvação e redempção da humanidade, deixou-nos como penhor seguro, eterno de sua alliança a mais dilecta, a mais amada de suas filhas da caridade. A caridade christã, srs., è a partilha reciproca do amor dos (...) do trabalho; partilha de amor, e nisto vae a grande differença entre a caridade christã e este sentimento de fraternidade tão apregoado pelas seitas philosophicas e até consagrado nas formulas officiaes. Foi Christo, srs., que fez a belleza do pobre e do infortunio – elle fez com que o pobre postasse respeitado pela geração, obrigando os

³¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³¹² GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n.º. 31. 1909, p. 03.

povos a tractarem e se occuparem de sua desdita – o azylo levantarão se em todas as partes e para honrar e servir os pobres forão collocados nestes azylos anjos da caridade, a festa que hoje assistimos n’esta tocante e modesta solemnidade é uma festa de caridade christã, e a Sociedade S. Vicente de Paulo sente se hoje jubilosa em poder apresentar a sociedade goyana a sombra de cuja caridade tem vivido o attestado vivo de seus esforços com a innauguração do presente azilo, vem provar de modo brilhante o quanto podem a vontade e a perseverança alliadas ao trabalho e a fé – Apesar das dificuldades encontradas a todo momento, criadas pelo egoísmo de uns, pelo indifferentismo de outros, e pelo desanimo de muitos, triumphou a Sociedade S. Vicente de Paulo que teve nessa ingente cruzada por guia – a fé; por movel – a caridade; e por escudo, estas palavras gravadas no estandarte dos machabeus: Auxilium Dei³¹³.

A motivação para se visitar o asilo estava na caridade. Observar o imenso edifício, construído especialmente para este fim; o *carinho* com que as Irmãs tratavam os desvalidos; e a luta dos Vicentinos em provê-lo do que necessitassem, refletia o ideal de caridade da Sociedade São Vicente de Paulo.

A partir desse tripé, a funcionalidade do asilo se fazia ecoar por toda a antiga Vila Boa. Os Vicentinos, por sua vez, queriam que a obra mais lapidada da Sociedade São Vicente de Paulo, fosse admirada por todos.

Por isso – e este é o nosso segundo viés de interpretação daquele documento citado páginas atrás – o asilo abriu suas portas, não somente no domingo, como era de praxe, mas nos demais dias da semana, para as pessoas que ainda não o tinham visitado o fizessem.

Ao se deparar com este tripé, todos ficaram surpreendidos e saíram “(...) *fazendo uma idéia muito melhor do que suppunhão e ouvirão dizer*”³¹⁴. Isso, aliás, é um bom indício sobre o que pensava a sociedade sobre este asilo.

Partindo do pressuposto que o asilo foi a obra mais cara da Sociedade São Vicente de Paulo, que muitas festas, leilões, pedidos de donativos, dentre outras formas de arrecadar recursos, foram feitos durante os dez anos da sua construção e, posteriormente, visando a sua manutenção; é de se supor que havia indivíduos que,

³¹³ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 31. 1909, p. 03.

³¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

ou não confiavam nos Vicentinos, ou não viam utilidade para tantos recursos investidos.

Esse segundo pressuposto faz sentido, na medida em que, apesar do asilo ter envolvido todas as Conferências Vicentinas, o mesmo não foi suficiente para retirar das ruas todos os que dele necessitavam.

Nos Relatórios da Junta Administrativa é constante a afirmação de que a cada dia, mais pobres batem a porta do asilo procurando abrigo e que nem todos os pedidos eram atendidos, conforme expusemos no capítulo anterior. No mesmo passo, as Conferências continuaram seu trabalho de socorrer outros necessitados.

Em 1935, a Conferência da Imaculada Conceição assistia 14 pobres³¹⁵. A Conferência de Nossa Senhora de *Sant'Anna*, em 1928, socorria 3 pobres, “(...) *com os quaes se despende mensalmente 24\$000, em alugueis de casa*”³¹⁶. Os inicialmente 40, e depois 50 desvalidos que o asilo mantinha, não correspondia à demanda da Cidade de Goiás.

As Conferências continuaram a fazer o trabalho de pagar alugueis de casas, doar gêneros alimentícios, doar vales em dinheiro, doar roupas, patrocinar casamentos religiosos, patrocinar funerais, dentre outros. Tal fato, por sua vez, inviabiliza o pressuposto que levantamos ainda no primeiro capítulo: o de que asilo foi construído para proteger a cidade das epidemias que esses pobres e doentes, poderiam precipitar.

Para, além dessas considerações, o que os Vicentinos queriam mesmo era a aprovação da sociedade vilaboense, era o reconhecimento de suas ações, engendradas sob a égide da caridade.

Na porta do asilo, juntamente com o cofre, para recolher as doações, ficava um livro onde eram escritas mensagens de quem por lá passou. O elogio ao asilo, na maioria das mensagens, ficava em segundo plano, o primeiro era o labor com que as Dominicanas realizavam seu árduo trabalho.

Este é o nosso terceiro, e último viés para interpretação do documento, a de que todos que o visitaram o asilo saíram levando as melhores impressões, e fazendo

³¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Pobres socorridos pela Conferência da ‘Im. Conceição’*”. Cidade de Goiás, 1935.

³¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Conferência de Nossa Senhora de Sant'Anna*. Cidade de Goiás, 1928.

muitos elogios para as Irmãs, “(...) *que bem os merecem*”, conforme o exemplo que se segue:

*Ao visitar o Asylo de S. Vicente de Paulo (...) cumprimos o grato dever de lançar neste livro a impressão agradável que essa visita nos causou, por ver o zelo verdadeiramente evangelico com que essas piedosas Irmãs de Caridade procuram diminuir a dor dos que vêm em busca de refugio aos seus males e infortunios*³¹⁷.

Ademais, os elogios às Irmãs Dominicanas se repetiam em quase todas as mensagens do livro. Muitos destacavam “(...) *o zelo e carinho que são tratados todos os Asilados pelas Irmãs demonstrando com este acto religioso a fé Christã*”³¹⁸; outros a chamaram de “(...) *verdadeiras Santas de Caridade*”³¹⁹. O reconhecimento do trabalho das Dominicanas no Asilo São Vicente de Paulo extrapolava os muros da própria instituição, alcançando os jornais e até a literatura. Na época da inauguração os jornais noticiaram:

*De ha muito, Snrs, vinha occupando a attenção das conferencias e do Conselho particular da sociedade ‘S. Vicente de Paulo’ a ideia da fundação de um Azylo onde os míseros indigentes encontrassem, alem do pão, do tecto e da roupa, os socorros espirituaes e os cuidados maternas das virtuosas irmãs dominicanas – q suavizassen as agruras da vida d’esses infelizes, privados de todos prazeres e gozos que proporciona a nossa vida social*³²⁰.

Na literatura, o jornalista Juruena di Guimarães (1913- 1980), autor da obra *De binóculo* escreveu uma crônica acerca do trabalho das Irmãs Dominicanas no Asilo São Vicente de Paulo. Escreveu também belíssima crônica sobre a morfética Alcina, que morava próximo ao velho cemitério vilaboense e que passava seus dias de infortúnio à sombra do grande tamboril que havia defronte ao campo santo. Segundo ele, depois da morte da desvalida, no lugar onde ficava, nasceram margaridas brancas. Peço licença para reproduzir a crônica sobre as Dominicanas, pois a mesma contribui para observar o que a sociedade pensava a respeito delas:

³¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929)*. Cidade de Goiás, p. 06.

³¹⁸ Idem, p. 18.

³¹⁹ Ibidem, p. 10.

³²⁰ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n.º. 31. 1909, p. 03.

Irmã de Caridade de um hospital, Asilo, Orfanato ou Creche, esta crônica é tua, anjo silencioso do amor ao próximo. Escuta, Irmã, o Natal já passou, trazendo aos homens, às criaturas que ainda crêem um doce desejo de felicidade. A noite mágica desceu embaladora sobre os corações, ninando-os ao toque dos hinos, extasiando-os perante as árvores enfeitadas, dando-lhes momentos de reflexão diante de um presente místico, enganando-os com os votos e sorrisos formais das criaturas. E tu, irmã, que tiveste na sublime noite da cristandade? Ceastes entre cristais e vinhos, frutos coloridos e iguarias saborosas? Recebeste presentes? Conviveste com os teus entes queridos, na doce união de um reunião familiar? – Não, Irmã, nada disto tiveste! Tuas horas foram distribuídas entre o socorrer alguém que sofria e a leitura de uma página do breviário. Na clausura de teu asilo ou hospital, viste chegar a meia noite, hora em que Jesus nascera, segundo a bela e misteriosa lenda, na doce vigília de quem ora ou vela. O mundo, lá fora, vibrou na fanfarrada dos clarins comercializados e na fartura das ceias. E tu, donzela que deixaste a certeza dos carinhos da casa paterna pela frieza de um claustro, que tiveste?

Uma criança que necessitava dos teus carinhos, ou um velho que agonizava.

Se não pairasse o teu espírito em regiões tão altas, se um toque divino não houvesse em teu coração, talvez não fosse tão bela a tua noite de Natal!

(...)

Irmã de Caridade do Asilo de São Vicente de Paulo, da cidade de Goiás, és o símbolo que me inspirou esta crônica! (DI GUIMARÃES, 2000, p. 203-204).

Embora oriundas da mesma Congregação, as Irmãs destacadas para o Asilo São Vicente de Paulo, receberam maior reconhecimento que as do Colégio Santana. Ao realizar um trabalho que ninguém se prestaria a fazer, a sociedade vilaboense enxergou naquele exemplo, uma vida pautada pelos preceitos da caridade cristã; o que, conseqüentemente, cumpriu os objetivos de Dom Cláudio ao mandar trazê-las da França.

Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro narra a sua ida, quando criança, ao asilo; lá observou todos os compartimentos, admirou-se com o trabalho das Irmãs, e ao sair, disse ao tio que iria ajudar a mãe a costurar roupinhas para os pobres e “(...) pagar sempre a mensalidade deste centro de caridade” (MONTEIRO, 1983, p. 100). A castidade era possível! A caridade, idem!

Os Vicentinos também rendiam louvores à atuação das Irmãs Dominicanas. No final de cada gestão da Junta Administrativa, seja nos Relatórios ou nas Atas, o

trabalho das Irmãs era exaltado. Na última ata da gestão que se encerrou em Julho de 1917, a pedido do Presidente da Junta, foi mandado lavrar:

(...) na presente acta um voto de louvor e agradecimento a Irmã Superiora e as suas auxiliares pela cooperação valiosa e efficaz que prestou a junta, que não podendo ter desempenhado as suas funções se não tiverem tido o apoio moral e material das mesmas³²¹.

Em 1923, o mesmo procedimento se repete: “*Ficou resolvido pela Juncta consignar nesta acta seus votos de agradecimento a Ex^{ma}. irmã Superiora e suas auxiliares pelo esforço e dedicação p’ com a mesma Juncta durante o anno da gestão da mesma*”³²².

Nos Relatórios da Junta Administrativa, no tocante ao agradecimento das Irmãs, isso fica mais evidente, uma vez que, eram lidos nas cerimônias de posse da nova Junta, tendo a presença de todos os Vicentinos, como da sociedade vilaboense, conforme sugerem os documentos:

(...) ainda contava com toda a dedicação e sacrificio das abnegadas Irmãs Dominicanas, que pelos seus serviços [...] e de valor inestimavel constituem verdadeiras columnas desta casa de Caridade e são as mais preciosas collaboradoras numa tarefa tão ardua como é a de administrador³²³.

Superiores a todos os discursos e palavreados, falam muito mais alto as lagrymas surdas e recatadas de sincero agradecimento brotadas espontaneamente em todos estes desditosos asylados, que, encontrados, ás mais das vezes, sem abrigo, aqui veem haurir e reconfortar-se, recebendo caritativamente o pão que lhes mata a fome, o medicamento que lhes cura as feridas não só do corpo como as da alma³²⁴.

³²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³²² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

³²³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

³²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

A idéia de que as Irmãs curavam as chagas do corpo e da alma, e que ofereciam “*socorros espirituaes*”, conforme o documento citado páginas atrás, vem desde a Idade Média, com as Irmãs hospitaleiras, quando as religiosas assumiram a função “*(...) de dar assistência aos doentes, tanto moral como (...) nos tratamentos cotidianos, arranjos, alimentação ou companhia*” (SAUNIER, 1985, p. 194). No Asilo São Vicente de Paulo realizavam o auxílio espiritual junto aos desvalidos; enquanto o auxílio material era dispensado pelos Vicentinos.

Mas se devemos admirar a irmandade de S. Vicente, não devemos menos gratidão a estas irmãs que abandonaram seus lares, suas terras e se consagraram ao bem do proximo. Porque elas, meus filhos, com um salario diminuto fazem para os pobrezitos todos os serviços, tratando de todos, por mais asquerosa que seja sua doença (MONTEIRO, 1983, p. 99-100).

O que nos chama a atenção neste documento e abre a nossa próxima discussão é o termo: “*salario diminuto*”. Embora descritas como santas, caridosas, dentre outros termos, as Irmãs Dominicanas recebiam um salário, além de todo o aparato material fornecido pela Junta Administrativa.

No Regulamento do Asilo, artigo 23, consta que as “*Irmãs encarregadas do serviço interno do azylo vencerão a mensalidade que fôr combinada entre a Sociedade de S. Vicente de Paulo e a Ordem respectiva*”³²⁵.

Este documento, também, embora elaborado meses antes da inauguração do asilo, e já cientes da certeza da liberação das Dominicanas para exercer o trabalho, sugere que a questão salarial seria discutida entre a Sociedade São Vicente de Paulo e a *Ordem respectiva*, ou seja, não havia exclusividade da Ordem Dominicana, podendo ser substituída por outras.

Com efeito, no quesito aumento salarial, houve intensas discussões entre ambas as partes a respeito desse assunto. O salário das Irmãs Dominicanas era de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) mensais desde o início dos trabalhos. Quando esteve na Cidade de Goiás, a Superiora da Congregação Dominicana reivindicou, além da construção de um espaço adequado para as Irmãs, um aumento salarial. Em 11 de

³²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

Agosto de 1922, vendo que o pedido não fora atendido: “A *Irmã Superiora* pedio, *augmento de seus vencimentos em vista da solicitude da Provincial, quando por aqui esteve, deliberando a Junta estudar o pedido*”³²⁶.

Como a instância responsável pelo aumento era o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, o Presidente da Junta Administrativa encaminhou um ofício, em 18 de Agosto, fazendo-o saber dessa reivindicação:

A Junta Administrativa do Asylo em sessão do dia 11 do corrente recebeu da Irmã Superiora do estabelecimento, um pedido de augmento de vencimentos das Irmãs que servem no mesmo, allegando serem diminutos os que vencem – actualmente os quais são de 25\$000 mensaes a cada uma sendo ellas em numero de 4; acrescentando ser esse pedido a reiteração de um igual feito a esse Conselho quando em 1920 por aqui passou em visita a Geral de sua Ordem.

Como seja da competencia desse Conselho e não da Junta a resolução desse pedido (Regulamento art. 23) vimos respeitosamente traser o caso ao seu conhecimento.

*Da justiça do que ellas allegam, esse Conselho em sua alta sabedoria muito melhor do que a Junta poderá julgar, porquanto todos os seus membros são bastante conhecedores dos serviços por ellas prestados nesta casa e de quanto pode valer o trabalho de pessoas que embora com votos de humildade reunam as qualidades que nellas se encontram*³²⁷.

Na reunião seguinte da Junta Administrativa do Asilo, em 05 de Setembro de 1922, o “*Snr. Presidente fez saber a junta ter tomado as providencias em relação a apello da irmã superiora sobre o augmento de seus vencimentos*”³²⁸. Porém, não houve aumento no salário e novamente as Irmãs levaram suas reivindicações a Junta Administrativa, dessa vez de forma mais contundente, por meio de um ofício:

Em cumprimento a uma ordem da nossa Revenda Madre Superiora Geral da Congregação, que esteve aqui em visita ás differentes Casas do Brasil, ha dous annos, e está portanto a par do movimento de cada uma d’ellas, venho apresentar á Ex.^{ma} Junta Administrativa actual d’esta Casa (...) a nova tabella por

³²⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³²⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício encaminhado pela Junta Administrativa do Asilo ao Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 18 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³²⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Setembro de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

que deseja a Rv.^{da} Madre Geral sejam remuneradas as quatro Irmãs empregadas no Asylo.

(...)

Remuneração mensal de cada Religiosa empregada no Asylo São Vicente 50\$000...

Não ha necessidade de explicação nenhuma que da minha justifique as determinações da Rv.^{da} Superiora: Nossa Ex.^{ma} Junta, a par das modificações que soffreram – as passagens no mar – e testemunha ocular do trabalho diario das Irmãs nesta Casa, não extranhará os dados da Rv.^{da} Madre.

Da minha parte reitero, em nome proprio e no das minhas caras Irmãs, nossa constante dedicação e nossa mais profunda estima á Ex.^{ma} Junta por felicidade da qual faço os mais fervorosos votos³²⁹.

De acordo com o documento, a *ordem* para o aumento partiu da Superiora da Congregação, ainda quando em visita à Cidade de Goiás. Pela solicitação de aumento, a intenção era dobrar o salário. Entretanto, no dia 23 de Março, em resposta ao ofício das Irmãs, o “*conselho particular em uma das suas reuniões attendendo o appello da irmã superiora deste Asylo resolveu a elevar a 40\$000 mensaes as gratificações das irmãs deste Estabelecimento a partir do corrente mês*”³³⁰.

O valor, abaixo do solicitado, parece que satisfiz as Irmãs Dominicanas, pois de nada reclamaram. No restante da década de 1920, no decorrer da década de 1930, até Janeiro de 1940, o valor pago as Irmãs foi de 40\$000, com um pequeno acréscimo de 10\$000 para a Irmã Superiora do Asilo³³¹.

Para, além do salário, como se sabe, o asilo era o responsável pela saúde das Irmãs Dominicanas, devendo arcar com os custos dos tratamentos médicos. Estes, aliás, também englobavam os desvalidos, cuja saúde também assistida. No que se refere às Irmãs, a primeira a necessitar de aparato médico foi a Irmã Isabel, que já se encontrava debilitada, desde a inauguração do asilo³³².

Em 1917, quando ela adoeceu a Junta Administrativa tomou “*(...) as necessarias providencias para o seu restabelecimento, visto o Sr. Dr. Netto ter-lhe*

³²⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício encaminhado pela Irmã Superiora do Asilo à Junta Administrativa do Asilo, em 1º de Março de 1923.*

³³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.

³³¹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de Janeiro de 1940*”. Cidade de Goiás, 1940.

³³² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.* Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

receitado diversos medicamentos”³³³. Quando faleceu, em Agosto de 1920, uma sessão extraordinária da Junta Administrativa foi convocada “(...) *pelo snr. Dr. Presidente, afim de comunicar a Junta o fallecimento da Irmã Maria Isabel, e se deliberar sobre o seu funeral, ficando resolvido que as despesas do funeral seria feita por conta do Azylo*”³³⁴. Seu falecimento consternou a Sociedade São Vicente de Paulo:

*No dia 30, por volta das duas horas recebeu os ultimos sacramentos e desde essa hora, apesar da solícita e sabia intervenção do distinctissimo clinico Dr. José Netto de Campos Carneiro, não mais pôde articular uma palavra e nesse mesmo dia ás 11 horas da noite, cercada dos carinhos de suas desveladas irmãs, entregou a alma ao Criador, indo receber a palma de gloria que lhe estava reservado por seus grandes e muitos merecimentos*³³⁵.

Pelo documento, percebe-se que houve, por parte da Junta Administrativa do Asilo, uma preocupação em ressaltar a assistência médica desempenhada pelo Dr. Netto, ou seja, a morte da Irmã Isabel aconteceu por motivos naturais, pela vontade do Criador; não por falta de recursos. Ao mesmo tempo em que a Irmã é vangloriada, nota-se que o Dr. Netto também o é, ao dispensar a ele adjetivos como uma pessoa solícita e “*sabia intervenção*”, além do “*distinctissimo clinico*”.

Um dos Vicentinos mais atuantes, o Dr. José Netto era admirado pela Junta Administrativa. Ele cumpria um dos preceitos do Artigo 20º do Regulamento: “*A junta contractará um medico e uma pharmacia para o socorro dos doentes, pagando mensalmente as visitas que forem feitas e as receitas que forem aviadas*”³³⁶. Porém, no tocante a assistência médica, o asilo não pagava nem as consultas nem os remédios, que eram providos pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Em 1914, por exemplo, o Presidente da Junta Administrativa do Hospital era o próprio

³³³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Setembro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³³⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

³³⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

³³⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

Dr. José Netto³³⁷. Havia também outros médicos que, gratuitamente, assistiam os desvalidos:

Os não menos sinceros agradecimentos aos Ex^{mo}. Snr. Dr. José Netto de Campos Carneiro que, solicita e sabiamente, dispensou todos os seus cuidados á veneranda Irmã Izabel, ao Ex. Sr. Dr. Humberto Martins Ribeiro, que sempre, pronto ao nosso chamado, afim de dispensar seus cuidados aos nossos pobresinhos, o mesmo fazem o Ex. Sr. Dr. Antonio Borges dos Santos que também, todas as vezes, com a [...] boa vontade, nos serve e acode, ao Ex. Sr. Dr. Octavio [...], que apesar de longe, não podemos deixar de, aqui, lhe [...] o nosso agradecimento pela sua nunca excedida boa vontade para com esta casa, á Ex. Junta Administrativa do Hospital de Caridade e ao seu respectivo pharmaceutico Sr. Luis de Camargo, que tão caridosa e promptamente fornece todos os remedios necessarios; ao distincto moço e distincto cirurgião dentista Sr. Joaquim de Carvalho, que não só, aqui veio prestar seus [...] serviços gratuitamente como tambem, gratis nos fornece alguns remedios. Ainda e finalmente agradecermos ao generoso Sr. Dr. Abelardo [...] os revelantissimos serviços que nos tem prestado.

A vós todos, preciosos benfeitores, que desceis do conforto de vossas casas, em procura dos afflictos, com os vossos obulos, com que mataes a fome de tanta pobreza, a vós Ex. Snr. medicos que com os vossos servisos abre um mundo de esperança no coração da pobreza soffredora, a vós [...] Junta Administrativa do Hospital de Caridade, nós vos agradecemos todos os vossos cuidados e beneficios dispensados aos nossos pobres³³⁸.

Os agradecimentos aos médicos que serviam o Asilo São Vicente de Paulo eram sempre lembrados. Os médicos que atuaram nos primeiros anos da instituição foram: o Dr. Paulo Alves, conhecido como o "(...) *caridoso medico dos pobres (...) que alem dos seus gratuitos serviços auxiliou-nos com medicamentos não encontrados nesta praça (...)*"³³⁹; o Dr. Humberto Martins Ribeiro³⁴⁰ e Antônio

³³⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* n°. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004, p. 94.

³³⁸ ASVP: Documentos Avulsos. "*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*". Cidade de Goiás, 1921.

³³⁹ ASVP: Documentos Avulsos. "*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*". Cidade de Goiás, 1916.

³⁴⁰ Humberto Martins Ribeiro (s/d – 27 de Abril de 1947). Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910 e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Goiás em 1936. Assim como o Dr. José Netto Campos Carneiro, não casou e nem deixou descendência. Foi Deputado Estadual pela 8ª Legislatura (1917-1920); Vice-Presidente do Estado entre 1929-1930; Presidente do Estado de 11 de Agosto até a Revolução de 30 (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 124).

Borges dos Santos³⁴¹, “(...) *distinctísimos e caridosos médicos, que de boa mente e sempre de graça, olharam os nossos pobres nas suas enfermidades*”³⁴², além de “(...) *prestaram-se com toda caridade aos nossos asylados*”³⁴³; completa a lista o Dr. Jose Netto de Campos Carneiro.

Embora não recebessem nenhum pagamento em vida, depois da morte os médicos eram sempre lembrados com missas pelo sufrágio da alma, o que era comum, conforme salientamos no primeiro capítulo. Em 1917, por exemplo: “*Ficou marcada para segunda-feira proxima a missa que esta junta fará resar na capella deste asylo, por intenção do Snr. Dr. Paulo Alves*”³⁴⁴.

No asilo, os desvalidos eram sempre assistidos pelos médicos, que prescreviam vários medicamentos, em livros destinados para este fim³⁴⁵. Posteriormente, o Hospital de Caridade repassava “(...) *os medicamentos necessarios para os seus doentes, sendo as receitas pontualm^{te} aviadas gratuitamente*”³⁴⁶. Em 1922, a Farmácia do Hospital de Caridade continuava a fornecer “(...) *aos nosso pobresinhos, gratuitamente, todos os remédios*”³⁴⁷.

Além do acompanhamento dos médicos no asilo, os desvalidos também dispunham de internação no Hospital de Caridade, quando era necessário. Mas como o estado de saúde dos desvalidos não era dos melhores, conforme atesta as enfermidades anotadas no Livro de Entrada, isso acontecia com frequência. De

³⁴¹ Antônio Borges dos Santos (s/d – 13 de Fevereiro de 1943, no Rio de Janeiro). Medico formado pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás; Professor da Faculdade de Direito de Goiás; Fiscal do Liceu de Goiás, 1924. Na vida pública exerceu o cargo de Deputado Estadual pela 6ª Legislatura (1909-1912); Secretário de Estado do Interior e Justiça, Maio de 1916 a Julho de 1917; Secretário de Estado das Finanças, Julho a Novembro de 1921; Presidente do Conselho Municipal da Capital, 1924; Senador Estadual, 10.ª Legislatura (1925-1928), eleito em outubro de 1926 na vaga de Miguel da Rocha Lima que renunciou, assume em maio de 1927; Senador Estadual, 11.ª Legislatura (1929-1930). A praça da confluência da Rua 3 com Alameda do Botafogo, em Goiânia, leva seu nome (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 41).

³⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³⁴³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁴⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Receitas Médicas passadas aos pobres do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1917.

³⁴⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

³⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

acordo com as Atas da Junta Administrativa, em 1915, por exemplo: “*Baixou ao Hospital a 7 do corrente a pobre Claudina de Arruda*”³⁴⁸, menos quinze dias depois a mesma desvalida era novamente encaminhada para o hospital “(...) *para ser tratada*”³⁴⁹. Esta, por sua vez, foi a 93ª desvalida a dar entrada no asilo em 1º de Fevereiro de 1915, com 30 anos de idade, oriunda da Canastra, diagnosticada com cretinismo³⁵⁰.

O fluxo de desvalidos para o Hospital era constante, em 13 de Agosto de 1916: “*Baixou ao hospital de São Pedro de Ancantara a pobre Luzia de Jesus e retirou-se o pobre Celestino Cacão*”³⁵¹, a primeira sofria de idiotia e o segundo de velhice. Neste mesmo ano a Junta Administrativa do Asilo comemora o “(...) *lisongeiro estado sanitario*” do estabelecimento, pois, além da pouca quantidade de óbitos, foram observadas somente “(...) *4 baixas ao Hospital, sendo poucas as prescrições aviadas para doentes da casa*”³⁵².

A relação entre o Hospital de Caridade e o Asilo São Vicente de Paulo ultrapassava os limites do atendimento médico. Em 1917, a Junta Administrativa deliberou sobre a adoção de “(...) *cinco creanças pobres, visto aquelle (o pai) se achar acolhido ao hospital de Caridade*”³⁵³. Isso evidencia que o asilo também servia de apoio para os indivíduos que se encontrava em tratamento no hospital. Ademais, em 1922, a Irmã Maria Helena foi transferida para o Hospital de Caridade.

Esta Irmã foi a primeira Superiora do Asilo, exercendo este cargo até a transferência para o hospital; era descrita como possuidora de “(...) *espírito elevadissimo, cuja dedicação admiravelmente incomparável, que reunindo as*

³⁴⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Junho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁴⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 06 de Julho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁵¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁵² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916. Observação: este documento também foi citado no início do segundo capítulo.

³⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 17 de Maio de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

qualidades de excelente administradora, sabe alliar a essas a de mãe carinhosa dos infelises”³⁵⁴.

*Conforme preceituam os sabios e bem inspirados estatutos da veneravel ordem dominicana, foi transferida durante este anno a reverendissima Irmã Helena para o Hospital de S. Pedro de Alcantara. A Irmã Helena foi a primeira superiora desta Casa e a sua sahida causou profunda sensação e nem podia deixar de ser assim ser, visto que tão virtuosa dominicana consagrou-se por inteiro a este Asylo, aos seus pobresinhos que a adoravam, e nella viam uma dedicada mãe. (...) Valem, certamente, muito mais os actos de uma religiosa, como a Irmã Helena que durante tantos e tão longos annos devotou todas as cancelas de sua vida a desvalidos e a doentes, a indigentes e a infelizes, a necessitados do corpo, aos falhos de espirito e aos pobres delle. Aquelle aformoseou o mundo, ella salvou e aperfeiçoou os seres humanos que lhe foram confiados, aquelle tornou-se heróe, ella, com suas Irmãs ascenderam a Redemptoras, quase rivaes de um Deus. Aquelle creou uma gloria, ella operou um milagre*³⁵⁵.

Noutro passo, no início do mês de Julho de 1909, poucos dias antes da data para a sua inauguração os Vicentinos pediram para que as Irmãs que cuidariam do Asilo São Vicente de Paulo, dentre elas a Irmã Maria Helena, vistoriassem a finalização das obras. *“Elas vieram ver e acharam a cozinha muito pequena”*³⁵⁶. Na ocasião, as irmãs solicitaram *“(…) também um sanitário, pois ninguém tinha pensado nisto”*³⁵⁷.

Porém, não foi mencionado se acataram a decisão de ampliar a cozinha, ou de construir o sanitário! No dia 18 de Julho de 1909, um fato curioso aconteceu dentro da cozinha, uma tal Bernardina, *“(…) de casa de D. Margarida queimou-se toda”*³⁵⁸. Neste dia havia muita *“(…) gente trabalhando no Azilo novo p^a innaugarar*

³⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *“Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁵⁷ Idem, p. 06.

³⁵⁸ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 275 (mimeo).

no dia 25”³⁵⁹, e todos os dias, como de costume, se “(...) fazia a boia para a turma que estava limpando o terreno e roçando em volta”³⁶⁰.

Provavelmente, Bernardina auxiliava na feitura da alimentação dos peões. Entretanto, não sabemos precisar se este acidente ocorreu no dia da visita das Irmãs, e nem se ele influenciou o *diagnostico* das mesmas em relação a cozinha. O fato é que no dia 21 de Agosto desse mesmo ano, “Bernardina morreu de queimadura do Azilo”³⁶¹.

A cozinha, como se sabe, é um espaço importante na engrenagem de assistência de qualquer instituição beneficente: o de preparar a alimentação dos seus internos. E pensando neste pequeno espaço, a cozinha, dentro da grandiosidade da arquitetura do asilo – um dos maiores edifícios do Estado, como afirmou Francisco Ferreira dos Santos Azevedo no primeiro capítulo – podemos aventar a imbricada rede de relações que estabelecia a partir daí.

Com o passar do tempo, a alimentação tornou-se a principal despesa do asilo. Os cargos de cozinheira bem como o horário da alimentação constavam no Regulamento da instituição. Partindo deste pressuposto, como se pensava a alimentação dos desvalidos? O que comiam? Onde compravam os alimentos? Quanto gastavam? O terreno do asilo era usado em favor da alimentação, seja em forma de plantações ou criação de animais? Como lidavam em períodos de carestia? Todos estes questionamentos nos fazem refletir sobre uma das mais importantes e fundamentais formas de assistência: o “*dar o que comer a quem tem fome*”, fundamentada nas palavras de Cristo escritas na Bíblia.

As refeições no asilo, conforme o que estabelecia o artigo 21º do seu Regulamento, eram fornecidas aos desvalidos “(...) duas vezes por dia, em horas que forem determinadas pelas Irmãs, exceptuando-se os casos de enfermidade, em que se deverá observar a prescrição do médico”³⁶². Além de estabelecer o horário

³⁵⁹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 275 (mimeo).

³⁶⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁶¹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 278 (mimeo).

³⁶² ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

apropriado para as refeições as cozinheiras estavam, de acordo com o artigo 15º, “(...) *sob a immediata direcção e inspecção das Irmãs*”³⁶³.

Para tentarmos estabelecer algumas considerações sobre a forma de trabalho das cozinheiras, utilizar-se-á as folhas de pagamento dos funcionários do Asilo São Vicente de Paulo. No arquivo da instituição só existem estes documentos a partir de abril de 1934.

Nesta data, por exemplo, havia três funcionárias na cozinha: Francisca Confúcio, cozinheira; Ritta de O. Souza dos Santos, ajudante; e Maria Magalhães, ajudante. O salário da primeira era de 30\$000 (trinta mil réis) e das ajudantes de 15\$000 (quinze mil réis) cada. Este quadro permanece até março de 1935³⁶⁴.

Em abril, Francisca já não consta nos documentos, e Ritta e Maria tornam-se as cozinheiras do asilo, ganhando 25\$000 (vinte e cinco mil réis) cada³⁶⁵. Uma nova ajudante de nome Maria Vieira Ribeiro é incluída no mês de maio de 1935, com o salário de 10\$000 (dez mil réis)³⁶⁶. Por estes indícios, nota-se que quando aumentaram o número de cozinheiras, o valor do salário não acompanhou este processo. Em comparação, o valor pago para as Irmãs Dominicanas, 50\$000 (cinquenta mil réis) para a superiora e 40\$000 (quarenta mil réis) para as auxiliares, era bem superior aos das cozinheiras.

Pela documentação arrolada não se tem notícia de que houve alguma reforma imediata na cozinha logo depois da constatação das Irmãs Dominicanas. Durante os vários anos que se seguiram à sua inauguração, o Asilo São Vicente de Paulo era um imenso canteiro de obras, conforme discorreremos no primeiro capítulo. Porém, somente em 1916, os relatórios da Junta Administrativa do Asilo sugerem a reforma da cozinha, e a “(...) *substituição de diversas peças do vasilhame ali empregado, aumentando-se o numero existente*”³⁶⁷. No quesito vasilhames e

³⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

³⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de março de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de maio de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

utensílios de cozinha, o Asilo os possuía em grande quantidade desde a inauguração, em 1909, e neste ano foram internados apenas 23 desvalidos³⁶⁸.

A cozinha, por sua vez, já dispunha de 5 dúzias de pratos, entre fundos e rasos; 12 dúzias de colheres, 12 dúzias de garfos; sopeiras, caldeirões, chaleiras, panelas de ferro, fornos para torrar farinha, tachos, bules, chocolateiras, funis, cuscuzeiros, tabuleiros, bandejas, potes, latas para depósito de água³⁶⁹, eram alguns dos utensílios colocados a disposição das Irmãs e das suas subordinadas já no dia da inauguração, e que ao longo do tempo foi-se renovando e ampliando. O forno, por exemplo, só foi comprado em 1913³⁷⁰.

Contudo, mesmo levando em consideração toda a despesa nas reformas e ampliações do espaço físico do asilo, seja com a aquisição de materiais de construção e pagamento de pedreiros e serventes, o custo da alimentação dos desvalidos ultrapassava qualquer outro tipo de despesa. Para se ter uma idéia, entre Julho de 1915 a Julho de 1916 os alimentos adquiridos pelo asilo custaram 4:972\$330 (quatro contos, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta réis).

Em comparação com outros gastos, durante o mesmo período, a soma do pagamento dos honorários das Irmãs e empregados juntos somaram 1:736\$020 (hum conto, setecentos e trinta e seis mil e vinte réis); a compra de materiais de construção saiu por 899\$420 (oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte réis); o pagamento dos operários – pedreiros e serventes – onerou a instituição em 791\$460 (setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta réis); enquanto que com vestuário gastou-se apenas 443\$960 (quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta réis)³⁷¹.

Há que se ressaltar que no ano de 1916 os leitos do asilo aumentaram de 40 para 50, o que, por sua vez, impactou no valor dispensado a alimentação. Em apenas 7 anos, em 1923 o gasto com alimentação já ultrapassava os nove contos de réis anuais, destinado principalmente para a compra de víveres e pães 6:559\$775 (seis

³⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Mobilia pertencente ao Asylo São Vicente de Paulo, erecto em Goyaz a 25 de Julho de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

³⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo do trabalho realizado pela Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo no período de 25 de Julho de 1912 a 25 de Julho de 1913*. Cidade de Goiás, 1913.

³⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*. Cidade de Goiás, 1916.

contos, quinhentos e cinqüenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco réis); compra de carne verde³⁷² 1:798\$100 (hum conto, setecentos e noventa e oito mil, e cem réis); e compra de leite 212\$900 (duzentos e doze mil e novecentos réis)³⁷³.

Para, além desses números, havia os donativos em forma de gêneros alimentícios que o Asilo São Vicente de Paulo recebia com freqüência. Essas doações amenizavam, em parte, o impacto da alimentação no balancete da instituição. Entre Julho de 1915 a Julho de 1916, o asilo gastou quase cinco contos de réis com a compra de víveres, conforme afirmamos no parágrafo anterior, entretanto, neste mesmo período o asilo recebeu, em forma de donativos: 1128 kg de açúcar; 66 kg de café; 89 kg de toucinho; 18,7 kg de carne de porco; 2 kg de manteiga; 527 lt de arroz; 191 lt de feijão; 270 lt de farinha de mandioca; 90 lt de farinha de milho; 150 lt de milho; 20 lt de mamona; 40 requeijões; 2 queijos; 48 garrafas de leite; 5 garrafas de azeite; 36 rapaduras; 20 frangos; 6 leitões; 1 boi; 2 vaca; 1 réstia de alho; 36 caixas de pães³⁷⁴. Já nas compras que fazia nos estabelecimentos vilaboenses de víveres, observa-se a presença constante de: açúcar, banana, farinha de mandioca, arroz, feijão, toucinho, café, farinha de milho, e milho³⁷⁵, além de leite, pão e carne.

O asilo também explorava outras formas de adquirir alimentos que foram integrados à dieta dos desvalidos, como o cultivo de hortaliças e a criação de animais para o consumo. No tocante a primeira, um dos principais impedimentos para a plantação de frutas e verduras no vasto terreno do Asilo São Vicente de Paulo, era justamente a qualidade do solo; era necessário, portanto, “(...) *para o vigor das terras adjacentes ao Asylo, fecundal-as devidamente (...)*”³⁷⁶.

Este problema foi resolvido em 1915, quando conseguiram junto a Intendência Municipal o depósito de humos e adubos em valas preparadas, “(...) *conseguindo assim apropriar a parte direita do estabelecimento a ser já beneficiada*

³⁷² Entende-se por carne verde a carne fresca, que não passou pelo processo de cozimento e nem de preparação para que se conserve por mais tempo como a carne de sol e mesmo o charque.

³⁷³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

³⁷⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Asilo de São Vicente de Paulo comprou à Manoel Lemes Borges*”. Cidade de Goiás, dec. 1920.

³⁷⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

com plantações”³⁷⁷, como sugere a fotografia abaixo. Os louros dessa iniciativa logo seriam colhidos. Em 1923 o asilo já somava à sua receita o valor de 207\$500 (duzentos e sete mil e quinhentos réis) provenientes da venda de hortaliças³⁷⁸.



Fotografia nº. 10: Quintal do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Ainda em 1916, foi “(...) *construída uma casinha no interior do Asylo para acomodação de aves e animais ao consumo*”³⁷⁹. Estes animais de consumo eram, principalmente, galinhas e porcos; que eram mais comumente vistos nos quintais das *gentes* de Goiás, e ainda hoje o é, em algumas regiões do Estado.

³⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

³⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

Por estes indícios, portanto, percebe-se como era a dieta dos indigentes, que por sua vez, devido a regularidade com que se mantém ao longo dos anos, pode-se estender para toda a sociedade da antiga capital de Goiás, como sendo a dieta básica do vilaboense, constituída, principalmente, de arroz, feijão, farinha de milho e de mandioca (matéria prima para o cuscuz, uma vez que o asilo possuía uma cuscuzeira), leite, pão, verduras, frutas, carne de porco, de frango e de gado, além do cuscuz feito com a farinha de milho e de mandioca, já que asilo possuía uma cuscuzeira.

A historiografia que aborda a alimentação nas terras goianas ainda está muito limitada. Neste universo destacam-se apenas dois trabalhos: “*As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás – 1835-1843*”, de autoria de Cristina de Cássia Pereira Moraes (1995); e “*Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*” de Sônia Maria de Magalhães (2004). A principal fonte que se utilizam as duas autoras são os mapas de dietas do Hospital São Pedro de Alcântara.

Ademais, a partir dos estudos destes mapas de dieta, restrito ao universo do hospital, é que “(...) conhecemos a alimentação da maioria da população”. Os enfermos comiam, basicamente, “(...) a carne de gado, verde e dita seca - mais consumida na região - e também a de galinha, havendo diferença entre frango e galinha, geralmente usada para caldos e canjas”. Além do mais, usava-se “(...) também muito arroz, feijão, toucinho, farinha de milho e de mandioca e açúcar mascavo em torrões. Evitavam-se os legumes cozidos em água por que causavam dores de barriga (...) Poucos se aventuravam a comer verduras”. Para a autora a consequência principal, “(...) desse quadro alimentar deficiente eram as epidemias”. (MORAES, 1995, p. 85-86).

Nesta perspectiva, ao avaliar o valor nutricional da dieta dos vilaboenses e relacioná-las ao quadro nosológico da cidade, MAGALHÃES vai ainda mais longe. Além de ressaltar que gêneros alimentícios “(...) como mandioca, milho, arroz e carne-seca, certamente saciaram a fome de muitos, mas em longo prazo se revelaram como responsáveis por várias endemias³⁸⁰”. (2004, p. 157). Ademais, a

³⁸⁰ A autora sustenta que a “(...) deficiência energético-protéica está quase sempre associada a outras formas de desnutrição causadas pela falta de alguns nutrientes, destacando-se a hipoavitaminose A, o bócio e a anemia. A cegueira (acentuada redução da perspicácia visual noturna), por sua vez, é atribuída à carência de vitamina A, que acomete a retina, a conjuntiva e a córnea. Os goianos também estavam propensos a essa avitaminose porque ingeriam quantidades insuficientes de legumes

“pesquisa confirmou, a estreita relação entre má nutrição e a grande incidência de debilidade mental, tão comentada nas literaturas dos militares, viajantes e administradores que visitaram Goiás” (2004, p. 159). Nas considerações finais a autora ainda salienta que a *“correlação entre má nutrição e doenças pode ser considerada como justificativa plausível para o grande número de dementes naquela sociedade”* (2004, p. 221).

Como observamos no capítulo anterior foram várias as tentativas da historiografia em justificar o grande número de bobos, dementes, idiotas, cretinos, dentre outros, que perambulavam pelos becos e vielas da antiga Vila Boa. O uso do mercúrio, os casamentos consangüíneos, a água salobra, e a alimentação foram hipóteses levantadas para explicar a questão.

Pelo exposto percebe-se que a alimentação pouco mudou do início do século XIX para o início do XX, a base era a mesma, arroz, feijão, carne, leite, farinha de mandioca e farinha de milho. Ora, não é preciso refletir muito para que se chegue a conclusão de que esta dieta é, atualmente, corriqueira no prato de milhões de brasileiros, e nem por isso nosso país é conhecido como a *“terra dos bobos”*, tal como a Cidade de Goiás.

Os alimentos que compõe a dieta do Asilo São Vicente de Paulo são, na verdade, ricos em nutrientes. O arroz, por exemplo, é rico em amido, ferro, vitaminas B e proteínas. O feijão, por sua vez, é um dos vegetais onde mais se concentra proteína, além de ferro e outros minerais que são essenciais para que o organismo

e verduras. O desabastecimento de sal marinho consistiu num dos grandes problemas de Goiás ao longo do oitocentos, todavia, só mais tarde, com a identificação das vitaminas graças ao desenvolvimento da ciência da Nutrição, é que foi possível avaliar o impacto dessa carência crônica e severa de iodo por meio da endemia bociosa e do cretinismo. O arrefecimento dos hormônios tireoidianos na fase intra-uterina ocasiona lesões nas células sensoriais da papila acústica e nas do sistema nervoso. Os resultados desta má-formação são nascimentos de nenês com surdo-mudez congênita, várias manifestações neuro-musculares e deficiência mental. A anemia, por exemplo, relaciona-se à insuficiência de ferro agravada geralmente por vermes como a ancilostomíase. Estudos realizados na década de 1980 mostraram que, embora a quantidade média de ferro na dieta do nordestino fosse satisfatória, este era pouco assimilado pelo organismo porque provinha em grande parte dos vegetais. Ainda que seja difícil de ser percebida em adultos, a má nutrição de proteínas pode ser notada por meio dos sintomas de apatia, depressão mental, letargia e lassidão” (MAGALHÃES, 2004, p. 158-159).

funcione bem³⁸¹. Já o leite é rico em cálcio e fósforo, o que o faz indispensável para a boa formação dos ossos e dentes, além de conter a vitamina A, essencial à visão³⁸².

O pão, que alimentava os desvalidos todos os dias, é constituído de carboidratos e proteínas, e também por conter quantidades elevadas de sódio, cálcio, fósforo e potássio³⁸³. O milho possui vitamina B, além de outros nutrientes³⁸⁴.

A mandioca contém grandes quantidades de vitaminas do complexo B, principalmente a B3, além de potássio³⁸⁵. A carne das aves é altamente nutritiva, com muita proteína, ferro e fósforo, além de conter pouca gordura³⁸⁶.

A carne suína é rica em ácidos graxos, vitaminas do complexo B e diversos minerais³⁸⁷. Por fim, a carne bovina é rica em proteínas, fósforo, ferro e vitaminas do complexo B³⁸⁸. Eis o cardápio dos desvalidos de São Vicente de Paulo e os seus respectivos valores nutricionais, isso sem considerar as frutas e as verduras plantadas na própria instituição! Ou seja, não se justifica relacionar esta dieta aos diversos casos de doentes mentais na Cidade de Goiás.

Entretanto, a carne bovina não era utilizada somente em forma de charque, ou seca, depois do processo de salgar e secar a carne, para aumentar o seu período de conservação, o que por sua vez, elimina suas propriedades nutritivas. Utilizava-se, também, a “carne verde”, aquela recém abatida, contendo todos os nutrientes, como demonstra uma interessante discussão acerca do valor de venda deste tipo de carne para o asilo.

³⁸¹ <http://saude.terra.com.br/interna/0,,OI920317-EI1501,00->

[Confira+as+propriedades+nutricionais.html](http://saude.terra.com.br/interna/0,,OI920317-EI1501,00-Confira+as+propriedades+nutricionais.html) Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸² <http://comendobem.wordpress.com/2008/08/30/saiba-mais-leite/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸³ http://www.findyourself.com.br/site_antigo/boletins/nutricao/c_pao.html - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁴ “O milho também é rico em ácidos graxos insaturados, como o oléico e o linoléico, assim como em vitamina B. A fibra do milho favorece a digestão e reduz os níveis de colesterol, previne a constipação e aumenta a sensação de saciedade, muito útil para dietas com baixas calorias. O consumo de milho é também aconselhável para pessoas que sofrem carência de magnésio e de outros minerais como o cálcio, o fósforo e o potássio. Este rico alimento nos oferece o betacaroteno como antioxidante, recomendado na prevenção do câncer” (http://www.saudenalata.com.br/saud_nutri.html - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁵ <http://comendobem.wordpress.com/2008/05/09/aipim-mandioca-macaxeira-como-comprar-escolher-conservar-usar-congelar-beneficios-propriedades/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁶ <http://comendobem.wordpress.com/2008/03/02/frango-propriedades-beneficios-conservar-conservacao-comprar-escolher/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁷ http://www.agais.com/telomc/b00907_caracteristicas_carnesuina.pdf - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁸ <http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/4581> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

Em 4 de abril de 1923 o Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, o Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, recebeu um ofício do Procurador Fiscal da Cidade de Goiás, versando sobre o seguinte assunto:

*Tendo de proceder-se a inquérito administrativo para verificar a ocorrência denunciada a esta Repartição pelo cidadão Thomaz de Oliveira Lobo de estarem alguns marchantes vendendo carne verde por preço menor do que o convencionado, indicando o nome de V. S. como testemunha do facto, convido-lhe para comparecer amanhã ás 11 horas na mesma Repartição afim de prestar o seu depoimento*³⁸⁹.

Dois dias depois de notificado o Presidente da Junta respondeu a intimação em forma de uma carta, o que pressupõe que o mesmo não compareceu no dia e horário estipulado pelo Procurador Fiscal. Na dita carta o Sr. Umbelino esclareceu que ele próprio “(...) informou ao mesmo cidadão Thomaz o preço da carne que o sr. João Pinheiro está entregando ao Asylo, regular ser de quinhentos réis o kilo”³⁹⁰. Para complicar o imbróglio o Presidente da Junta afirmou que o Asilo São Vicente de Paulo não comprou nenhum quilo de João Pinheiro, e que o seu fornecedor de carne verde é o Thomaz; segue a explicação:

*O que se passa com o Asylo é o seguinte: Foram-lhe offertados em donativos, pelo srs. João Pinheiro e Antonio Pereira da Lagoinha, um boi de cada um e pelo Cel. André de Alencastro uma vacca de corte. Não sendo o estabelecimento aparelhado para abatimento de rezes para o seu consumo, o Thesoureiro do mesmo as entregou ao sr. João Pinheiro para cortar-as como suas, ficando convencionada a entrega ao Asylo de 220 kilos de carne verde, que este os requisitaria, por meio de vale, diariamente, á medida que fosse sendo necessaria para o seu custeio até completar a quantidade convencionada*³⁹¹.

Por este documento percebe-se que as rezes ofertadas vivas ao asilo eram entregues para pessoas responsáveis por abatê-los e enviar a quantidade de carne

³⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício enviado ao Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, Presidente da Junta Administrativa do Asilo, solicitando seu depoimento a respeito da venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923.

³⁹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a ofício enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923, p. 01.

³⁹¹ Idem, p. 02.

para o estabelecimento. Ora, o asilo recebia donativos dos mais variados tipos, principalmente no que concerne a alimentação, como atestamos em um documento exposto páginas atrás, e comumente via-se doação de vacas, bois, porcos, aves, dentre outros³⁹²; o que torna este tipo de acordo muito apropriado. Por outro lado, o documento demonstra que o consumo de carne verde era diário; conclui-se então que isto tornava a dieta dos desvalidos mais nutritiva.

Por conseguinte, se o consumo de carne verde era comum – diário – no asilo, pode-se presumir que também o era na sociedade vilaboense. É muito pouco provável que se abateria um boi ou uma vaca diariamente somente para tirar alguns quilos para o asilo. Havia o consumo! Isto reforça a nossa hipótese de que a alimentação nas primeiras décadas do século XX não influenciou no aumento do número de idiotas, dementes e cretinos; mesmo porque houve um aumento deste tipo de doença, que pode ser observado pela crítica de Pedro Ludovico Teixeira no seu Relatório em 1933, como destacamos no capítulo anterior.

Porém, a causa primária de toda esta contenda é o valor do preço da carne verde, o que nos faz aventar que havia uma espécie de tabela que regia o preço dos alimentos, e que não se podia vender abaixo do valor estipulado, conforme esclarece o restante do documento:

Acontece que, em conferencia com o Thesoureiro da Junta, calculamos os preços actuaes de um boi por cincoenta mil réis, um inferior por quarenta mil réis e uma vacca por trinta mil réis que deveriam prefazer um total de cento e vinte mil réis, do qual deduzida a quantidade de dez mil réis paga a José Baptista, de condução das duas rezes, ficaria o gado calculado em cento e dez mil réis que, divididos por 220 kilos viriam estes corresponder ao preço de quinhentos réis cada um, não querendo entretanto isto dizer que o Asylo tenha comprado carne ao sr. João Pinheiro e sim recebido delle aquella de suas proprias rezes que gentilmente lhe foram dadas pelos seus caridosos cooperadores, facto este que vem se reproduzindo a muitos annos³⁹³.

³⁹² ASVP: Documentos Avulsos. *Contabilidade do “Caixa dos Pobres” donativos encaminhados para o Asilo São Vicente de Paulo entre Julho de 1926 a Fevereiro de 1927, contendo o dia, o mês, o nome do doador e o que foi doado*. Cidade de Goiás, 1926-1927.

³⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a officio enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923, p. 02 e 03.

O motivo da revolta de Thomaz de Oliveira Lobo, fornecedor de carne verde para o asilo, era o fato de que o mesmo estava “*comprando*” a carne por um preço bem inferior ao estipulado. Ser o fornecedor de qualquer alimento para o Asilo São Vicente de Paulo deveria ser um negócio muito bom, pois era religiosamente pago em dia, conforme atesta a contabilidade da instituição³⁹⁴.

Para se tornar um fornecedor do asilo primeiro passava-se por uma espécie de *licitação* no qual era escolhido o que oferecesse o menor preço. “*Foi apresentada e aceita por ser a unica, um fornecimento de carne verde a este asylo, a partir de 1º de Outubro vindouro. Nessa proposta o seu signatario oferece melhores vanttagens do factual fornecimento*”³⁹⁵. Pelo exposto, percebe-se que houve um período para que se enviassem as propostas, e neste caso foi somente uma a interessada. Outrossim, houve casos em que havia um fornecedor, e que mesmo assim outras propostas foram feitas ao asilo; neste caso comunicava-se o atual fornecedor: “*Obter do fornecedor de pão ao Asylo, uma [...] na importancia do fornecimento, visto já ter tido a Junta, proposta para fornecimento de pão com diferença de 20% do preço porque está sendo fornecido*”³⁹⁶. Na reunião seguinte foi comunicado pelo tesoureiro que “*(...) o fornecimento de pães continua a ser feito pelo actual fornecedor visto ter o mesmo declarado que a diferença de 20% vem sendo feita desde a junta anterior*”³⁹⁷.

Por fim, completava a dieta dos desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo uma colméia e um parreiral. A idéia para que o asilo possuísse uma colméia partiu do

³⁹⁴ O pagamento dos serviços prestados ao asilo era religiosamente pago, e havia, por parte dos vicentinos, uma preocupação exacerbada com este assunto: tudo era documentado, passava por ata, virava relatório, e qualquer vale, de qualquer quantia, era guardado em um arquivo. Durante uma *faxina* realizada pelas Irmãs Dominicanas na década de 1970, conforme mencionamos no primeiro capítulo, e da qual resultou na queima de mais da metade da documentação ali existente, percebe-se que toda a vida financeira do asilo permaneceu intacta. Um dos arquivos da instituição foi organizado da seguinte forma: “*O secretario querendo por em ordem o archivo, pediu ao Snr. Presidente para que tomou as providencias necessarias afim de que lhe fosse entregue todos os documentos e demais papeis que o constitue, visto como só encontrara os da gestão do Snr. Martins da Costa e Emilio Povia. Ficam resolvido aquisição de uma commoda para a Capella, afim de se utilizar de um dos armarios q’ está no salão para o archivo*”. ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Setembro de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, mas somente foi realizada em 1915, por que foi doado 200\$000 (duzentos mil réis) para a compra de colméias, conforme nos relata o documento:

Tendo conhecimento de que havia um deposito no caixa a quantia de 200\$000 doados ao Asylo exclusivamente para aquisição de colmeas, tratei de satisfazer a vontade do doador. Por informações colhidas, soube que em Morrinhos havia apicultor. Escrevi ao Snr. Joaquim Perssé para me informar do preço de cada colmea e qual o melhor [...] de transportal-as. Depois de algumas dificuldades, por causa de [...], a 13 de Junho o Asylo recebia as colmeas enviadas pelo mesmo Snr. Perssé. Para conserval-as foi necessario fazer-se um estaleiro, cujos pés são resguardados por vasos com agua, sobre um pequeno alicerce, e, para abrigal-as do sol abrazador, um telheiro com [...] de cumprimento por 3,50 m de largura. Com a aquisição das colmeas satisfiz 2 desejos, um do doador e outro do S. Ex. Rev.^{mo} Snr. Bispo Diocezano que há muito empenhara para que o Azilo tratasse de apicultura³⁹⁸.

Depois de instalar as colméias, construir todo um aparato para que garantisse uma boa produtividade foi inaugurada solenemente a nova empreitada do asilo. Na oportunidade reuniram-se diversas pessoas no pátio, e junto com o Bispo, idealizador primeiro da colméia, as mesmas foram bentas, contando até mesmo com paraninfos:

Estando de partida S. Ex. Rev.^{mo} Snr. Bispo Diocezano (...) convidei-o para dar a benção as abelhas (...). Serviram de paranyphos para as abelhas as Exc.^{mas} Snr.^{ras} D.^a Raymunda Gomes da Silva, Diva Caiado Jardim, Irmã Maria Thomazia, Superiora do Collejo “Sant’ Anna”, e Irmã Maria Helena, superiora desta casa (...)³⁹⁹.

Um ano depois, em 1916, a nova Junta Administrativa do Asilo ressaltou as modificações realizadas no “colmeal”, que “(...) foi beneficiado com a reforma completa dos estaleiros e provido de novas collecções de alças, construidas pelo *systema* dos melhores autores, dando às novas habitações das abêlhas formas de

³⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

³⁹⁹ Idem.

elegante apparencias (...)”. No final o documento enfatiza que naquele ano foi “(...) *produzido uma pequena colheita de mel*”⁴⁰⁰.

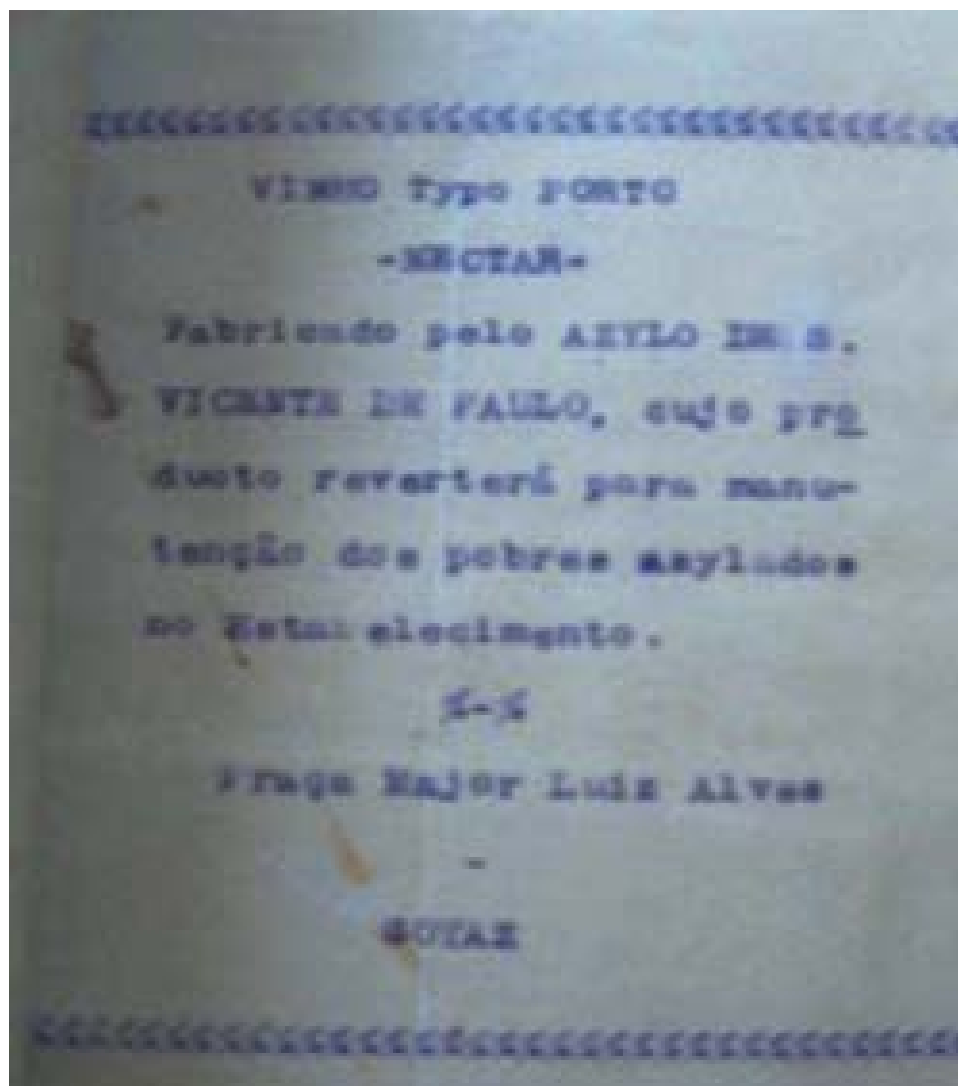
Em relação ao parreiral, ele se localizava nos fundos do asilo. Em 1915 houve uma ampliação no terreno dedicado às uvas. “*Para augmentar o cultivo das videiras, construiu-se em continuação, uma latada de arame com 16 metros de comprimento por 6 de largura, que já está produzindo fructos*”⁴⁰¹.

Um ano depois, em 1916, foi realizada nova ampliação, incluindo a reforma da cerca de arame, que possivelmente, protegia os frutos tanto dos desvalidos, quanto de algum outro que tentasse furtá-las⁴⁰². A principal utilização das uvas era na fabricação de vinho tipo Porto, que era comercializado para angariar fundos para a manutenção dos desvalidos, conforme atesta o documento:

⁴⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁴⁰¹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

⁴⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.



Fotografia nº. 11: Panfleto de venda de vinho tipo Porto fabricado no Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Venda de vinho do tipo Porto fabricado no Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Noutro passo, no final da década de 1910 e início da década de 1920, pela documentação arrolada no Asilo São Vicente de Paulo, se tem notícia de um período de muita carestia. Não se sabe precisar, ao certo, os motivos sociais ou econômicos que influenciaram neste episódio, nem se ele foi restrito somente a Cidade de Goiás.

Vários poderiam ser os motivos que culminaram com a carestia de alimentos, como uma seca prolongada, falta de produtos para abastecer o mercado interno, dentre outros. Porém, podemos pressupor que, este período, coincide com as greves e manifestações operárias, reivindicando melhores condições de trabalho, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. “*Esses acontecimentos foram*

impulsionados pela carestia, ocasionada, em parte, pela Primeira Guerra Mundial, bem como pela influência da Revolução de Outubro, na Rússia” (BARROS; MACHADO, 2006, p. 84).

Surpreendentemente, o período de 1918 a 1923, foi marcado pela maior arrecadação de receita do Estado, desde o início da República; e em 1919, ocorreu a maior exportação de gado até então (TEIXEIRA, 1933, p. 167-168). Entretanto, o que se pretende ressaltar é que, nestas circunstâncias, o discurso caritativo transforma-se em preocupação:

*De julho de 1920 a esta data foram admittidos 15 asylados sendo 4 homens, 3 crianças e 8 mulheres.
No decorrer do anno falleceram 8 pobres sendo hum homem, uma criança e seis mulheres.
Retiraram-se por vontade propria 4 pobres: 2 homens e 2 mulheres
Numero de pobres existentes 56 assim distribuidos:
Homens – 9
Mulheres 32
Crianças 15 das quaes 9 pertencem ao sexo masculino e 6 ao sexo feminino.
Destas 15 crianças; 5 frequentam a escola, sendo 3 meninos e 2 meninas.
Alem disto fornece o Azylo diariamente o almoço e o jantar a 4 familias pobres da vizinhança.
Pelo quadro comparativo dos annos anteriores podeis verificar, que nunca o numero de pobres se ergueu a tanto, o que, portanto, justifica, alem da carestia de generos, a razão da elevada quantia paga, durante este anno, ao nosso fornecedor⁴⁰³.*

Nota-se a preocupação dos gastos com a alimentação. O número de desvalidos beneficiados era contabilizado, até mesmo os que almoçavam e jantavam a custa da instituição, como no caso das quatro famílias pobres que moravam nas redondezas do Asilo São Vicente de Paulo.

O ocorrido se justifica pelo alto valor pago aos alimentos, pelo decréscimo nas doações, conseqüências imediatas em qualquer período de crise econômica, como atesta o documento que refere-se a Junta Administrativa de Julho de 1920 a Julho de 1921:

⁴⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

Com a alimentação, durante este ano gastou a junta administrativa a quantia de (...) 8:813,350 réis já foram pagas ao nosso fornecedor, o digno e [...] confrade Manoel Lemes Borges, do que passou recibo que aqui está incluso. A somma é, como vêdes, avultada, porem, como sabeis por experiencia propria, os generos alimenticios estão elevadissimos, comparando-os com os dos annos anteriores, excluindo a administração anterior que teve de lutar com a grande crise alimentar que durante longos meses trouxe um desassossego a familia goyana. Convem frizar que as esmolas em generos, que sempre foram avultadas, este anno, foram muito resumidas, como podereis ver pelos talões apresentados e que [...] estão englobados⁴⁰⁴.

Falta de alimentos, e o elevado preço dos mesmos, a queda nas doações, a crise que “*trouxe um desassossego a familia goyana*” eram indicadores de que necessitava realizar mudanças na forma de gerenciar os gastos do Asilo São Vicente de Paulo, a começar pela paralisação das obras no prédio:

Nada houve de anormal durante o nosso ano compromissal, nenhum augmento do predio foi possivel faser, mau grado a necessidade premente que há de ser augmentado, devido á penuria de recusos dos nossos cofres. A crise economica que avassala e afflige o Estado de Goyaz, contribuiu grandemente para que os nosso cofres ficassem quase sempre vasis, impedindo, portanto, que se transformassem em realidade tudo o que tínhamos pacientemente planejado⁴⁰⁵.

Ademais, durante o período da crise, que durara meses, algumas vezes se levantaram contra grupos de internos, como no caso das crianças, cujo aumento foi considerável em 1922, como corrobora o documento:

*Movimento dos Pobres
Há actualmente neste Asylo 65 pobres.
Homens: 5
Mulheres: 48
Crianças do sexo masculino: 12
Entradas durante este anno: 12
Sahidas: 4
Mortes: 10*

⁴⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

⁴⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

*Como vistes, senhores confrades, o movimento de creanças é bastante notável e muito maior seria, se pudsemos asylar todos aquelles que de auxilio necessitam. Faltam-nos os commodos, faltam-nos tambem os meios para poder receber mais pobres, visto que a despêsa com a manutenção é grande*⁴⁰⁶.

A solução encontrada pela Junta Administrativa do Asilo foi sugerir urgência na “(...) *creação de um orphanato*”; nesta empreitada foi usado como estratégia do convencimento, o fato de que o orfanato era a última vontade do “(...) *grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimo medico José Netto de Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infancia desvalida*”⁴⁰⁷.

Conforme observamos páginas atrás, as crianças eram mandadas ao Asilo São Vicente de Paulo sob vários motivos: a pedido de um Juiz de Órfãos, a pedido de um pai que estava internado no hospital e não tinha com quem deixar os filhos, o abandono, dentre outros. Porém, já que viviam em um período de crise econômica, pressupomos que este pedido não se justifica, porque ninguém mais que os vicentinos sabiam da grande epopéia que foi a construção do próprio asilo. Entretanto, o tão sonhado orfanato já estava com o espaço físico construído, uma vez que, o Dr. José Netto de Campos Carneiro:

*Não contente de haver dedicado toda sua existencia em aliviar as dores alheias, ainda quiz que, após sua morte, seu lar e seu nome protegessem as crianças infelizes. Foi assim que, por testamento, deixou sua fortuna á mitra, para que na casa em que residiu se fundasse um orfanato. E hoje Goiaz possui essa benfazeja casa, onde as crianças sem pais recebem cuidados e instrução – o Orfanato S. José*⁴⁰⁸ (MONTEIRO, 1983, p. 187).

Infelizmente, não é possível determinar o impacto que a fundação do orfanato teve no asilo, em termos financeiros. O certo é que ele não amenizou a carestia de alimentos, que em setembro de 1924, ainda se fazia sentir. Em vista disso

⁴⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Sobre o Orfanato São José ver: PÁZ, Maricélia Alves. *A Prática Pedagógica e Religiosa do Lar São José na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

a Junta Administrativa do Asilo enviou centenas de folhetos para as casas das famílias vilaboenses. O teor da carta era o seguinte:

S.S.V.P.

Goyaz, 1º de Setembro de 1924

Exma. Snra.

Respeitosas saudações.

Mais uma vez a necessidade urgente de novos recursos para o tratamento de nossos pobres nos obriga a invocar o auxilio de V. Exa. que, esperamos, se collocará ao nosso lado nesta humanitaria cruzada.

O Azylo, desde 1909 vem em constante lucta para, com seus pequenos rendimentos, manter um grande numero de necessitados que recolhe fornecendo lhes roupas, alimentação e confortavel abrigo; sempre cresce seu raio de acção e, para augmento de nossas aperturas, o mesmo não acontece com os rendimentos.

Assim: - A collecta mensal de donativos da população da Capital não vai alem de 300\$000, nesta cidade de mais de 5.000 habitantes.

Os donativos extraordinarios principalmente os de anniversarios tornam-se cada vez menos numerosos. Ultimamente recebemos a desoladôra noticia de supressão no anno vindouro, do auxilio concedido pela União, como medida de economia.

É verdade que atravessamos um tempo de carestia e de difficuldades mas, essa carestia, essas difficuldades tambem chegam para o Azylo. Muito antes da crise chegar à porta dos ricos, já faz soffrer os pobres; nesses tempos é que tem maior valor a esmola de que temos absoluta necessidade para manutenção dos nossos azylados⁴⁰⁹.

Por este indício, nota-se que a carestia e a crise atingiram todo o país, o que resultou no corte do auxilio da União como contenção de despesa. Esse auxílio era pago anualmente, conforme foi estipulado quando da inauguração do asilo, conforme ressaltamos no primeiro capitulo. Para conseguir o intento, ou seja, as doações, a carta adota um discurso religioso, como o fato das esmolas valerem mais em períodos de dificuldade.

Entretanto, neste período de crise e carestia ocorreram episódios interessantes como quando, em 1923, a Junta Administrativa do Asilo resolveu elevar o salário da cozinheira, justamente por enfrentar uma crise. “*Em vista das*

⁴⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta endereçada a população vilaboense solicitando ajuda para a manutenção do Asilo São Vicente de Paulo em 1º de Setembro de 1924.* Cidade de Goiás, 1924.

*dificuldades da vida, foi elevado o salario da cosinheira Francisca de 20\$000, como era para 30\$000 mensaes*⁴¹⁰.

Em Julho de 1920, a Junta Administrativa do Asilo, pensando ter superado o problema da crise alimentar mandou “(...) *lançar na acta um voto de agradecimento as irmãs que servem neste Estabelecimento pelo auxilio prestado as mesmas pela bôa administração que souberam dar, mui principalmente durante a crise alimentar*”⁴¹¹.

Outro episodio ocorreu em 1922, quando a Junta resolveu oferecer “(...) *um almoço aos pobres internados nesta casa e em seguida um leilão de prendas no dia de Natal fazendo para isso distribuição de cartas de convites e pedidos*”⁴¹². No ano seguinte, em 1923:

*A Juncta deliberou de fazer uma quermesse de prendas por ocasião do Natal, 25 dezembro pro^{mo} devendo a mesma Juncta pedir prendas, não só o comercio como habitantes desta Capital para o referido fim; ficou o thesoureiro da Juncta encarregado de mandar imprimir os competentes bilhetes, afim de serem vendidos até o referido dia. No mesmo dia tambem a Junctaa pretende dar um almoço aos pobres do Azylo, pedindo para isso as senhoras goianas os seus auxilios, isto é pedindo a cada uma Sr^a. um prato de iguarias para o referido almoço*⁴¹³.

Ademais, nos dias de festa, como natal, ou algum outro evento religioso a alimentação dos desvalidos era melhorada, como uma forma de lembrá-los da data que estavam comemorando. Em 1917, por exemplo, em virtude da comemoração dos 25 anos de ordenação sacerdotal do Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, a Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo “(...) *resolveu melhorar as refeições dos pobres durante o tempo em que durar estes festejos (...)*”⁴¹⁴.

⁴¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴¹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Dezembro de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴¹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Abril de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

Noutro passo, o espaço destinado a rouparia do Asilo São Vicente de Paulo mudou de local no início da década de 1920, devido a reestruturação que sofreu para a construção dos aposentos das Irmãs Dominicanas, conforme abordamos páginas atrás. Deste modo:

Com a construção dos aposentos para as [...] Irmãs, passou a rouparia, que ficava ao lado aposto da habitação das nossas veneráveis colaboradoras, para a sala que antigamente lhes servia de dormitório, e a antiga rouparia passou agora a ser mais um commodo destinado a receber mais pobres que diariamente procuram abrigo neste Santo Azylo, mas que, infelizmente, devido á falta de logar não lhes foi possível dar⁴¹⁵.

Quando foi inaugurado em 25 de Julho de 1909, a Rouparia do Asilo São Vicente de Paulo contava com um estoque modesto, conforme atesta um inventário de todos os objetos, mobílias e utensílios então existentes. Este inventário consistia em quatro colunas que eram preenchidos da seguinte forma: a primeira era dedicada à descrição do objeto; na segunda constava a data de entrada, dividida em três colunas com espaço dedicado ao dia, mês e ano; a terceira coluna versava a respeito do estado desses objetos, que por sua vez, se sub-dividia em quatro colunas, que registrava o número dos objetos, e o seu respectivo estado, bom ou mal, e o total; por fim, a quarta coluna se reservava a algumas observações quando necessárias.

Todo esse processo de inventário, e a preocupação com a entrada, saída, e destino dos mesmos, pressupõe o grau de responsabilidade com que o Asilo era tratado por seus administradores.

O Asilo São Vicente de Paulo, no dia da inauguração possuía: 28 colchões de algodão riscado; 30 travesseiros de cor; 25 colchas mineiras; 5 cobertores; 35 lençóis; 28 fronhas; 36 toalhas para rosto; 30 calças para homem; 54 camisas para homem; 45 camisas de mulher; 30 saias e paletós de mulher; e 9 nove sacos de riscado⁴¹⁶.

⁴¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

⁴¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “Inventario de todos os utensilios pertencentes ao Azylo de S. Vicente de Paulo”. Cidade de Goiás, 1909.

Somente a partir do mês de novembro de 1909 que a instituição recebeu similares como donativos ou os comprou. Ademais, durante mais de um mês depois de inaugurado o Asilo contou com o mesmo número de internos, que como se sabe, eram 11, quatro do sexo masculino e sete do feminino, apesar da quantidade de roupas masculinas serem maior.

Há que se observar que os primeiros internos do Asilo São Vicente de Paulo já se encontravam na condição de asilados no asilo provisório, ou seja, sabia-se previamente o número de homens e mulheres, e deste modo podia-se providenciar maior quantidade de roupa feminina.

Porém, não foi isso que aconteceu, o que nos faz aventar que esses primeiros objetos ligados à rouparia não foram feitos pelos administradores do asilo exclusivamente para os internos, e sim são frutos de doação da sociedade e, provavelmente, do empenho em consegui-los por parte dos Vicentinos.

No acervo fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo e nas fotografias em anexo do Relatório de Artur Neiva e Belisário Pena, de 1916, que utilizamos no capítulo anterior, pode-se observar que as vestimentas dos internos, eram basicamente da cor branca, e xadrez em menor quantidade, e todas obedeciam a um padrão: saia e blusa para as mulheres, camisa de manga longa e calça para homens e bermuda e camisa de manga longa para as crianças, conforme sugere a fotografia abaixo:



Fotografia nº. 12: Internos do Asilo São Vicente de Paulo no quintal. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Um ano antes da visita dos médicos oriundos de Manguinhos, a rouparia possuía, além de roupas prontas, “20 peças de americano, 4 de amorim, 2 de chita, 6 de riscado para roupa de mulher, 5 para a de homem”⁴¹⁷, que sugerem, por sua vez, os tecidos que serviam de matéria prima para a confecção das roupas.

Por conseguinte, as roupas eram confeccionadas no próprio asilo, a partir de fazendas compradas pela Junta Administrativa trazidas diretamente da fábrica de tecidos⁴¹⁸. Até 1917 não se conseguiu precisar quem confeccionava as roupas, se as Irmãs, as desvalidas, ou pessoas que se ocupavam de tal serviço.

⁴¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

⁴¹⁸ ASVP: Documentos Avulso. “Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”. Cidade de Goiás, 1916.

Em novembro de 1917, a Irmã Superiora comunicou “(...) *que contractou Magdalena Dias*⁴¹⁹ *e Leonor para prestarem serviços no Asylo respectivamente como costureira e cosinheira mediante o salario mensal de 12\$000 a cada uma. A Junta aprovou este acto*”⁴²⁰.

Os tecidos eram comprados em vários lugares. Em 1920, por exemplo, o “*Sr. thesoureiro comunicou a Junta que os pobres deste estabelecimento se acham desprovidos de roupas por este motivo o Sr. Dr. Presidente autorizou o Sr. thesoureiro de comprar os vestuarios necessarios para os mesmos pobres*”⁴²¹. Na reunião seguinte da Junta Administrativa do Asilo, o “*Sr. Thesoureiro comunicou a Junta que escreveu para a casa do Sr. Israel Arruda, em S. Paulo afim de adquirir a rouparia necessaria para os pobres deste estabelecimento*”⁴²².

Ademais, os tecidos eram comprados também na cidade de Araguari-MG, mais precisamente na “*Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado*”, onde foram adquiridos, em 1922, dentre outros produtos, fazendas de brim, de algodão, de Amorim e de “*xadrez Avaré*”⁴²³ – que pode ser visto, em menor quantidade, vestindo os internos, conforme a fotografia acima.

Quando havia a necessidade de tecidos, mas em menor quantidade, comprava-os no comércio vilaboense, como atesta o recibo de Henrique Argeu Curado, cuja loja vendeu “*44 metros de brim [...] caipira*” para o Asilo São Vicente de Paulo em 1928⁴²⁴. Ou no caso de Nicolau José [...], que recebeu, em 1923, do então tesoureiro João Baptista de Oliveira e Silva⁴²⁵, “*a quantia de noventa mil réis,*

⁴¹⁹ Antes de ser contratada como costureira Magdalena Dias prestava serviços gratuitos no Asilo São Vicente de Paulo, como atesta o seguinte documento: “*Ficam resolvido dar 150\$000 cento e cincoenta mil reis a Snra. Magdalena, pelos serviços prestados gratuitos a esta casa, afim de auxiliá-la e a sua companheira Josepha que seguem viagem no dia 15 do corrente para o Pará*”. ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

⁴²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Novembro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁴²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴²² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo da “Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado” de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo de Henrique Argeu Curado de 16 de Junho de 1928*. Cidade de Goiás, 1928.

⁴²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*”. Cidade de Goiás, 1966.

proveniente de um corte de seda com tres metros”⁴²⁶. Além de pequenas quantidades de tecidos eram “*comprados na praça diversos artigos para vestuarios*”⁴²⁷.

O Asilo São Vicente de Paulo também recebia roupas e tecidos em forma de donativos, como atesta o seguinte documento: “*Pelo Snr. Israel Arruda, socio da casa commercial dos Snr. Martins Costa e Cia de São Paulo, foi offerecido ao Asylo e aos seus pobres, um fardo de fasenda e roupas feitas, acompanhado de um cartão dirigido ao srn. thesoureiro da junta*”.

Na mesma ocasião a Junta Administrativa deliberou responder o cartão e a generosa oferta da seguinte maneira: “*Esta junta para melhor manifestar o seu reconhecimento ao Snr. Israel Arruda, resolveu consignar aqui um voto de agradecimento a uma pessoa de quem acaba esta casa de receber um grande obulo*”⁴²⁸.

Mas o que determinava a concepção dos trajes, a escolha dos tecidos e das cores? Como se pensava a roupa para o pobre no início do século XX? Será que obedeciam a um padrão, ou eram confeccionados ao acaso? Segundo June Hahner, a roupa era um dos fatores que distinguiam a elite dos pobres urbanos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, os cavalheiros usavam uma rígida cartola e uma casaca de tecido preto, toda abotoada, alguns chegando mesmo a usar luvas de lã inglesa, independente do clima, a exemplo dos americanos e europeus de clima bem mais frio; tal “*excentricidade*” causava o estranhamento desses últimos. Já “*os pobres, em contraste, usavam roupas de algodão leve, geralmente desbotadas e remendadas*”. Para os homens uma calça e uma camisa bastavam durante um ano. As mulheres, por sua vez, só usavam saia e blusa (HAHNER, 1993, p. 37).

Mantendo as devidas proporções – do Rio de Janeiro para a Cidade de Goiás – aqui também predominavam esses trajes, tanto no que refere a elite, quanto a pobreza. Por outro lado, a roupa de pobre, que se fazia com algodão leve, era o tecido mais comprado pelo Asilo São Vicente de Paulo.

⁴²⁶ ASVP: Documentos Avulso. *Recibo de Nicolau José [...] em 19 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴²⁷ ASVP: Documentos Avulso. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁴²⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

A escolha do algodão em detrimento de outros tecidos se justifica devido o seu preço mais razoável. Na compra feita junto a “*Caldeira Sampaio & Cia*” de Araguari-MG, por exemplo, foi encomendado 80 metros de “*Algodão A-48*”, a um custo de 1\$060 (Hum mil e sessenta réis), e também 300 metros de “*Algodão A-45*”, cujo custo era ainda menor 1\$030 (Hum mil e trinta réis). A nível de comparação, o Xadrez custava 1\$200 (Hum mil e duzentos réis), e o Brim, 1\$220 (Hum mil e duzentos e vinte réis); na ocasião foi comprado 182 metros do primeiro e 192 do segundo, contra 380 metros do algodão⁴²⁹.

Depois de analisar a participação das Irmãs Dominicanas, do papel desempenhado pelos médicos e o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, de adentrar na cozinha e conhecer os alimentos que compunham a dieta dos internos e de aprofundar um pouco no seu vestuário, há que se ater aos empregados do Asilo São Vicente de Paulo.

Apesar de poucos eles também compunham a assistência. As Irmãs Dominicanas, as cozinheiras e a costureira, de quem dissertamos páginas atrás, eram funcionárias do asilo, junto com o procurador, de quem falamos no primeiro capítulo. Além deles havia um porteiro:

*O Sr. Aureliano Gomes Leite, portador da Carteira Profissional nº. 350 da série 23, foi admitido em 25 de maio de 1918, na qualidade de porteiro, com os vencimentos de Rs. 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), para trabalhar normalmente das 7 às 17 horas, com os intervalos de duas horas para refeição e descanso*⁴³⁰.

O referido Aureliano Gomes Leite, deveria ser muito bem quisto pela Junta Administrativa do Asilo, uma vez que teve seus vencimentos elevados em duas ocasiões. Em agosto de 1922, quatro anos depois de contratado, “(...) *deliberou-se elevar á setenta mil reis mensaes a gratificação do servente (...), a contar do dia 1º do corrente mês, pela sua dedicação e pontualidade no serviço*”⁴³¹.

⁴²⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo da “Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armário por atacado” de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro dos Empregados*. Cidade de Goiás, 1918.

⁴³¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

Noutra ocasião a “(...) *Juncta resolve em vista dos grandes servicios prestados nesta casa pelo servente (...), a elevar de 70\$000 a 75\$000 a gratificação, a partir de 1º do corrente mês*”⁴³². Valor muito maior do que os das Irmãs Dominicanas.

Apesar de no livro de registro de empregados constar que Aureliano era o porteiro do asilo, na verdade, essa era apenas uma de suas atribuições, como no caso de ser referido como servente. Aureliano era o zelador do asilo, cargo este que tinha suas atribuições detalhadas no Regulamento do Asilo São Vicente de Paulo, a saber:

Artigo 14º. Ao zelador compete:

§ 1º. Permanecer durante o dia no estabelecimento;

§ 2º. Tomar conta de todos os utensilios pertencentes ao mesmo, tendo delles uma relação em forma de inventario;

§ 3º. Manter o asseio em todo o estabelecimento e cuidar das plantações do mesmo;

§ 4º. Exercer as funções de porteiro (...);

§ 5º. Cumprir todas as determinações do presidente;

*§ 6º. Providenciar sobre a conducção dos generos e utensilios que tiverem de ser transportados para o Azylo*⁴³³.

Além dos empregados o Asilo São Vicente de Paulo ainda contava com a colaboração de “(...) *uma mulher que sendo um pouco prejudicada das faculdades mentaes, vive há tempos [...] ao estabelecimento onde tem duas creanças asyladas e em troca do tratamento que recebe presta ao Asylo inestimaveis serviços*”⁴³⁴. Até o próprio asilo possuía o seu bobo, *instituição* sobre o qual discorreremos no capítulo anterior.

Em troca de ter seus filhos *tratados* no asilo a própria prestava seus *inestimaveis* serviços, quem sabe subindo e descendo as ladeiras de pedra da antiga Vila Boa, carregando sobre a cabeça um pote d’água retirada diretamente da Fonte da Carioca ou do Chafariz de Calda, enquanto que os outros bobos, das casas das tradicionais famílias vilaboenses faziam o mesmo trajeto, só que em troca de um mísero prato de comida.

⁴³² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 18 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴³³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

⁴³⁴ ASVP: Documentos Avulso. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após adentrarmos os cômodos do Asilo São Vicente de Paulo, reconstituir algumas de suas histórias e estórias; suas personagens; seus dramas e conflitos; estamos cientes que, modestamente, contribuímos para desnudar um importante período da História do nosso Estado. Pelo olhar dos Vicentinos, dos Desvalidos e das Dominicanas, encontramos uma sociedade em constante movimentação.

Enquanto os ecos da historiografia goiana se faziam ecoar na tão falada *decadência*, o *isolamento* e o *atraso*, nos deparamos com uma sociedade que nada tinha de decadente, isolada ou atrasada. As correspondências trocadas com o restante do Brasil, diminuía a distância; a maioria dos Vicentinos, pela biografia que conseguimos encontrar de alguns, integrou as fileiras de importantes escolas no Rio de Janeiro e no Velho Mundo.

As festas promovidas pelos Vicentinos, com quermesses, leilões, com prendas ofertadas pelos vilaboenses; os *concorridos* espetáculos teatrais no Teatro São Joaquim, cuja renda de muitas peças foi revestida para a construção e manutenção do asilo; os saraus em casas de família, onde além de discutirem política ou a assistência aos pobres, jovens enamorados trocavam olhares e juras de amor, opondo-se aos inúmeros casamentos arranjados dentro da própria família, a quem alguns creditam a origem da quantidade em demasia de *bobinhos*; as reuniões do oponente Gabinete Literário, com seus armários abarrotados de livros; os vários jornais que circularam na velha Goiás – inclusive com periódicos essencialmente femininos como *A Rosa* e *O Lar* – onde entre uma troca *elegante* de insultos pelo poder, abriam espaço para a divulgação de atos de caridade de seus aliados.

Por meio da Sociedade São Vicente de Paulo, a Cidade de Goiás conheceu uma bem organizada rede de assistência aos pobres. O discurso da caridade cristã uniu os moradores da antiga Vila Boa a construir um imenso edifício visando abrigá-los. O asilo, para onde convergiam as atenções dos confrades de Frederico de Ozanam, impunha-se perante a sociedade; exigia sacrifícios, cuidados e principalmente dinheiro. Mensalidades, donativos em gêneros, tecidos, entravam constantemente pela porta da frente do asilo onde eram recebidos pelo zelador.

Por conseguinte, no entrecruzamento dos dados, e dos três olhares que lançamos sob a instituição, observamos que, para os Vicentinos, além da prática da caridade, a construção do asilo representou uma forma de se distinguirem socialmente; eram comumente alcunhados de caridosos, bondosos e misericordiosos nos jornais, junto com o detalhamento de suas ações.

A Sociedade São Vicente de Paulo, que viu o *entusiasmo* dos vilaboenses ruir logo nos primeiros anos de funcionamento, se agarrou ao asilo com o intuito de reavivar os gestos de caridade. A promessa de abrigar os pobres que perambulavam pelas ruas, e que poderiam precipitar o *apocalipse*, com a proliferação de epidemias, em um lugar longe o suficiente para deixar a sociedade tranqüila, motivou os inúmeros eventos que se seguiram durante a construção e depois de inaugurado. O *entusiasmo* voltara!

Outro fator preponderante nesta assertiva, é que ao mesmo tempo em que o asilo exigia cuidados constantemente, principalmente pelos altos custos de sua manutenção, as Conferências Vicentinas continuaram o trabalho de pagar alugueis de casas, distribuir alimentos, roupas, dinheiro, remédios, patrocinar casamentos e velórios. Em troca, os pobres precisavam apenas querer ser ajudados, e ser católicos.

A construção do Asilo São Vicente de Paulo, portanto, não diminuiu, ou tirou o trabalho das Conferências. Os quarenta e depois cinquenta desvalidos que o asilo assistia, não amenizou o problema dos pobres espalhados pelas ruas de pedra irregular, e pelas praças desalinhas, construídas na vertical, devido às ladeiras que desembocam no Rio Vermelho. Ao contrário, os custos para a manutenção do asilo cresciam a cada dia, o pagamento das Irmãs Dominicanas e o custeio em tudo o que necessitassem, além dos demais funcionários, pesava na contabilidade da instituição.

Para os pobres, que denominamos de desvalidos, a construção do asilo representou o amparo *material e espiritual*. Comida, roupa, lugar arejado e higiênico para dormir, consultas médicas, remédios, e o auxílio das Irmãs Dominicanas, concorria para que muitos desejassem se tornar um interno; onde seriam assistidos até o fim de suas vidas. Por isso, muitos eram os pedidos para ingresso no asilo, mas poucos os contemplados. Estratégias, então, foram criadas pelos desvalidos, como doação de casas, ou o apelo a pessoas influentes da cidade para conseguirem o tão almejado objetivo.

Como troca de favores e influências, os membros da Junta Administrativa do Asilo viram-se perante um impasse, diante de pedidos de benfeitores, políticos, juízes, delegados, dentre outros: receber quem realmente precisava, ou receber desvalidos indicados por pessoas de quem necessitavam para a manutenção do próprio asilo? Isso pode explicar o motivo do ingresso de indivíduos com características tão díspares. Diante disso, o pressuposto de que o asilo teria sido construído para proteger a cidade de possíveis epidemias não encontrou mais embasamento.

Por fim, para as Irmãs Dominicanas, concluímos que a construção do asilo não representou nada mais que um local de trabalho. As exigências de ordem financeira, as viagens à Europa patrocinadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, os custos com a alimentação, a expulsão de desvalidos que davam muito trabalho, concorria para que as Irmãs, em vez de fazerem caridade, executavam meticulosamente um serviço pelo qual eram muito bem pagas. Porém, os Vicentinos e demais vilaboenses, exaltavam o trabalho das Irmãs, talvez porque representavam a proteção espiritual do asilo.

Ademais, as Irmãs eram responsáveis por toda a assistência e direção interna do asilo; respondiam pela alimentação, roupa, banho e remédios dos desvalidos, além de intermediá-los junto aos Vicentinos, responsáveis em prover financeiramente a instituição.

Com efeito, mesmo depois de construído, a frase de Dom Eduardo, quando no lançamento da Pedra Fundamental, ainda se faz ouvir: *“Está muito bem, meus filhos; pena é que isto vai ficar no papel!”*. O Asilo São Vicente de Paulo foi edificado, inaugurado, e até hoje funciona atendendo, principalmente, pessoas com problemas mentais e idosos abandonados; as Irmãs da Ordem Dominicana⁴³⁵ ainda desempenham o trabalho de direção interna, enquanto os Vicentinos se ocupam com a manutenção financeira da instituição. Neste século de existência, o asilo se mostrou mais forte que a profecia ou a maldição de um Bispo, que provavelmente não previu as várias histórias e estórias que iriam se desenrolar depois daquela solenidade.

⁴³⁵ Atualmente as Irmãs Dominicanas não recebem salários.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sites Consultados:

- www.ssvpglobal.org.
- www.ssvp-portugal.org.
- www.Vatican.va.
- www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal.
- saude.terra.com.br/interna/onfira+as+propriedades+nutricionais.html.
- comendobem.wordpress.com/2008/08/30/saiba-mais-leite/.
- www.findyourself.com.br/site_antigo/boletins/nutricao/c_pao.html.
- www.saudenalata.com.br/saud_nutri.html.
- www.agais.com/telomc/b00907_caracteristicas_carnesuina.pdf.
- www.drashirleydecampos.com.br/noticias/4581.
- comendobem.wordpress.com/2008/05/09.
- comendobem.wordpress.com/2008/03/02.

2. Fontes:

2.1: Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.

- *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.
- *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.
- *Asilo de São Vicente de Paulo comprou à Manoel Lemes Borges*. Cidade de Goiás, dec. 1920.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Junho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 06 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Setembro de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Dezembro de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Abril de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Outubro de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Janeiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Fevereiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Abril de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 17 de Maio de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Maio de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Junho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 25 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Setembro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Novembro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Fevereiro de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Abril de 1915.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Junho de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Agosto de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Outubro de 1915.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo do dia 01 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Outubro de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Março de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Setembro de 1921.* Cidade de Goiás, 1921.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Agosto de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Agosto de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Setembro de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Dezembro de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 18 de Julho de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Bilhete para Zailo Moreira visando o reingresso de uma menina ao asilo.* Cidade de Goiás, dec. 30.
- *Carta do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé.* Cidade de Goiás, 1926.
- *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Carta endereçada a população vilaboense solicitando ajuda para a manutenção do Asilo São Vicente de Paulo em 1º de Setembro de 1924.* Cidade de Goiás, 1924.
- *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a ofício enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Conferência da Immaculada Conceição da Sociedade São Vicente de Paulo. Balancete da Receita e Despesa da mesma Conferencia.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Contabilidade do “Caixa dos Pobres” donativos encaminhados para o Asilo São Vicente de Paulo entre Julho de 1926 a Fevereiro de 1927, contendo o dia, o mês, o nome do doador e o que foi doado.* Cidade de Goiás, 1926-1927.
- *Esctura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d’ Oliveira.* Cidade de Goiás, 1913.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de março de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.

- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de maio de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de Janeiro de 1940.* Cidade de Goiás, 1940.
- *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.* Cidade de Goiás, 1975.
- *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás.* Cidade de Goiás, s/d.
- *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa.* Cidade de Goiás, 1925.
- *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa.* Cidade de Goiás, 1937.
- *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02.* Goiânia, Fevereiro de 1978.
- *Inventario de todos os utensilios pertencentes ao Azylo de S. Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921).* Cidade de Goiás.
- *Livro de atas da Conferência de São Joaquim (1909-1911).* Cidade de Goiás, 1909.
- *Livro de Receitas Médicas passadas aos pobres do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946).* Cidade de Goiás.
- *Livro de Registro dos Empregados.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929).* Cidade de Goiás.
- *Livro dos haveres patrimoniais do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1937.
- *Mobilia pertencente ao Asylo São Vicente de Paulo, erecto em Goyaz a 25 de Julho de 1909.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo.* Cidade de Goiás, s/d.
- *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo.* Cidade de Goiás, 1966.

- *O espólio de D^a. Virginia Leal Pereira*. Cidade de Goiás, 1938.
- *Ofício das Irmãs Dominicanas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo datado de 7 de Julho de 1935*. Cidade de Goiás, 1935.
- *Ofício datado de 1º de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.
- *Ofício do Juiz de Direito para o Presidente da Junta Administrativa do Asilo*. Cidade de Goiás, 1916.
- *Ofício encaminhado pela Irmã Superiora do Asilo à Junta Administrativa do Asilo, em 1º de Março de 1923*.
- *Ofício encaminhado pela Junta Administrativa do Asilo ao Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 18 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.
- *Ofício enviado ao Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, Presidente da Junta Administrativa do Asilo, solicitando seu depoimento a respeito da venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923.
- *Ofício Expedido pela Secretaria de Segurança Publica para o Exmo. Senr. Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1920.
- *Ofício Expedido pelo Juiz Municipal Luiz Guedes de Amorim para o Delegado de Polícia Altino Perillo*. Cidade de Goiás, 1920.
- *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1911.
- *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1918.
- *Pobres socorridos pela Conferência da 'Im. Conceição'*. Cidade de Goiás, 1935.
- *Processo preparado para requerer subvenção já prescripta do anno de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.
- *Provisão de Ereccão do Azylo, Oratorio [...], etc..* Cidade de Goiás, 1909.
- *Provisão do Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.
- *Recibo da "Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado" de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.
- *Recibo de Henrique Argeu Curado de 16 de Junho de 1928*. Cidade de Goiás, 1928.

- *Recibo de Nicolau José [...] em 19 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Recibo de pagamento realizado pelo tesoureiro da Junta Administrativa para a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1941.
- *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Relação das casas pertencentes ao Asylo de São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz.* Cidade de Goiás, 1921.
- *Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Relatório da Conferência de Nossa Senhora de Sant'Anna.* Cidade de Goiás, 1928.
- *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.
- *Relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1919.
- *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Relatório do Presidente da Conferencia de S. Luiz Gonzaga.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909).* Cidade de Goiás, s/d.
- *Resumo do trabalho realizado pela Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo no período de 25 de Julho de 1912 a 25 de Julho de 1913.* Cidade de Goiás, 1913.
- *Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916.* Cidade de Goiás, 1916.

- *Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira em 30 de Julho de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

2.2: Arquivo do Museu da Memória de Trindade.

- Livro de atas do *Asylo São Vicente de Paulo da Vila de Trindade*. Trindade, 1919.

2.3: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – Goiânia-GO.

- *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006 (mimeo).

- *Livro de Tombamento das Paróquias da Diocese de Goiás. Histórias, Limites, Provisamento e Patrimônio*. Goiânia, 1920.

2.4: Gabinete Literário – Cidade de Goiás.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 7. 1903.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 29. 1903.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 31. 1903.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 29. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 30. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 31. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 32. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 34. 1909.

2.5: Centro de Documentação Dra. Dalísia Doles – Faculdade de História – Universidade Federal de Goiás - Goiânia.

- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Relatório apresentado ao Ex.^{mo} S.^{nr} D.^r Getúlio Vargas, d. d. Chefe do Governo Provisorio, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado. 1930-1933*. Goiás, 1933.

- *Jornal O Lar*. Década de 1920.

2.6: Relatórios de Presidentes de Província e Estado.

- Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003.
- Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* nº. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004.
- Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado, Dr. José Xavier de Almeida, em 1905. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003.
- Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* nº. 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Ex-Presidente da Província, no acto de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 27 de Dezembro de 1881. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illmo. E Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província, à Assembléa L. Provincial de Goyaz, no dia 1º de Março de 1880. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do - Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas* nº. 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

2.7: Fontes Diversas.

- Cemitério da Cidade de Goiás. “*Restos Mortaes do Caridozo Capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva. Fallecido a 15 de Agosto de 1902 com 63 Annos de Idade*”. Cidade de Goiás, 1902.

2.8: Fontes Impressas.

AZEVEDO, Cordolino de. *Terra Distante (Impressões de Goyaz)*. Rio de Janeiro: s/e, 1925.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BRANDÃO, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goyaz (para o ano de 1886)*. Goiânia, Ed. UFG, 1978.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios para uso das famílias*. Paris: Editora A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, 2006.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. UFG, 1985.

LLCH, Frei Germano. "A Ordem Dominicana em Goiás". Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Brestas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Ano 4. Nº 5. Goiânia: s/e, 1976.

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Edição Fac-Similar. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

VARAZZI, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3. Livros, Artigos, Dissertações e Teses:

ALVES, Joaquim Rodrigues. *História de Santa Cruz de Goiás*. Goiânia: Ed. Líder, 1976.

AMARANTE, Paulo. “Asilos, alienados e alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil”. In: AMARANTE, Paulo (Org.) *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

ARAÚJO, Ana Cristina. “Despedidas Triunfais: celebração da morte e cultos de memória no século XVIII.”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. 2. vol. São Paulo: HUCITEC/FAPESP/Imp. Of. do Estado, 2001.

ARGENTA, Emília Perillo. *Reminiscências*. Goiânia: Ed. Bandeirante, 1991.

ARIÈS, Philippe. *The hour o four death*. Harmondsworth: Penguin, 1981.

_____. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás n'a Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1995.

_____. “Os Juízes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX”. In: *Revista Histórica*, nº 27, nov. de 2007.

BAIOCCHI, Elza. *Além da porta do meio*. Goiânia: Ed. Catavento, 1999.

BARROS, Aparecida Vânia Petrini de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. “A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa”. In: *Maringá*, v. 28, n. 1, 2006.

BERTRAN, Paulo. “Desastres Ambientais na Capitania de Goiás”. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, Vol. 12, nº 70, jan/fev 1991.

BORGES, Barsanufio Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1982.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Ed. CEGRAF-UFG, 1997.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Ed. Líder, 1983.

BRODBECK, Rafael Vitola. *Revista Veritatis Splendor*. Disponível em <http://www.veritatis.com.br/article/4319>. Desde 04/07/2007.

CABRAL, Benedita Edina S. L. “A Superação das Desigualdades na Velhice – Mais uma Questão Social no Século XXI”. In: *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004. Retirado do site: <http://www.ces.uc.pt/lab2004>. Acesso em: 20/06/06.

CÂMARA, Jaime. *Nos tempos de Frei Germano*. Goiânia: Ed. O Popular, 1976.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A Mentalidade religiosa dos setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História/UFMG, n.º. 18, set/1997.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

_____; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. Volume 2*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1998.

CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques. Cidade de Goiás, 1881-1930*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. “Brasil, um imenso hospital?” In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006.

CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. *L'Europ.e Des Dévots*. Paris: Flammarion, 1987.

CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

_____. (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da Ponte*. São Paulo: Ed. Global, 1984.

_____. *O tesouro da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2001.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad: Lúgia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

CRESPO, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CURADO, Mariana Augusta Fleury. *Vida*. Goiânia: Ed. Escola Técnica Federal de Goiás, 1969.

CURADO, Sebastião Fleury. *Três Memórias históricas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1937.

DELAPORTE, François. *A Doença de Chagas: História de uma calamidade continental*. Ribeirão Preto – SP: Holos, 2003.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séc. XIII - XVIII)*. 2 vol. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FARIA, Ernesto. *Dicionário de Latim*. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980.

FILIZZOLA, Mário. *A velhice no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

FLEURY, Rosarita. “Memórias inacabadas”. In: *Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia, ano X, nº 72, jan. 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996.

FROSSARD, André. *Vicente de Paulo o humilde servo dos pobres*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate à Varíola no Brasil: do Controle à Erradicação*. (Tese – Doutorado em História). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as Artes de Curar: Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2003.

GUMIERO, Maristela Porfírio da Paz. *Os Tropeiros na História de Goiás – Séculos XVIII E XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991.

HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)*. Trad: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. UNB, 1993.

INÁCIO FILHO, Geraldo. “Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos Temas na História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas*. Brasília: Gráfica Senado Federal, 1975.

JAYME, José Sizenando. *Pirenópolis, humorismo e folclore*. Goiânia: Ed. Líder, 1983.

KARASCH, Mary C. “História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____; SÁ, Magali Romero. “The discovery of *Trypanosoma cruzi* and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

LACERDA, Regina. *Vila Boa – História e Folclore*. Goiânia: Editora Oriente, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: uma contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

_____. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____; TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução: Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Miriam L. Moreira. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEITE, Silvana Nair; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. “Negociando fronteiras entre culturas, doenças e tratamentos no cotidiano familiar”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 113-28, jan.-mar. 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

_____; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 5(2), 2000.

_____. “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

LOBO, José Sêneca. *Bonfim de Goiás: minha terra e minha gente*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. Teixeira Vale. *Dominicanas: cem anos de missão no Brasil*. Uberaba-MG: Editora Vitória, 1986.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. “Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, set-dez. 2004.

_____. *Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2004.

_____. “O cenário nosológico de Goiás no século XIX”. In: *Vária História*. Vol. 21, nº 34. Belo Horizonte, 2005.

MAGRO, Viviane M. de Mendonça. “Espelho em Negativo: a idade do outro e a identidade etária”. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org). *Infância e velhice: pesquisa de idéias*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2003.

MARQUES, Octo. *Cidade mãe*. Goiânia: Ed. CERNE, 1984.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. “Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto

Oswaldo Cruz (1911-1913)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

MENDES, Josefina Pinheiro de Lemos. *Recordando*. Goiânia: Ed. Deescubra, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. *Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. 2ª edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goiaz: Coração do Brasil*. Brasília: 1983.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, Universidade Federal de Goiás: 1995.

MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Contribuição para o estudo político e oligárquico da História de Goiás*. (Tese de Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

MOREIRA, Wellington Coelho. “Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás (1824-1907)”. In: *II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História UFG/UCG* (cd-rom). Goiânia, 2009.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. “História das primeiras instituições para alienados no Brasil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, set-dez. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

OLIVEIRA, Manoel Napoleão Alves de. *Bobos e Tipos de Rua: Tempo e Memória das Cidades*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

PALACÍN, Luís. *Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822*. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.

PÁZ, Maricélia Alves. *A Prática Pedagógica e Religiosa do Lar São José na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Antonio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

PORTER, Roy. *Das Tripas Coração: Uma Breve História da Medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRIORE, Mary Del. (coord.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. (coord.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Memória Cultural*. Goiânia: Ed. Cerne, 1985.

PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Cotidiano e Preservação: O Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: A normatização do comportamento na Cidade de Goiás (1822-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento Populacional: Uma Realidade Brasileira. In: *Revista Saúde Coletiva*. São Paulo, 1987.

REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RESENDE, Heitor. “Políticas de saúde mental no Brasil: uma visão histórica”. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida (Orgs.) *Cidadania e Loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

REZENDE, Joffre M. de. “A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

RODRIGUES, Maria Augusta Callado de Salloma. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: Ed. CEGRAF-UFG, 1982.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

SAAD, Edla Pacheco. *Zaca*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. “Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005.

SANTANA, Camila Jansen de Mello de. “Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação”. In: *Revista Aulas*. N. 4 – abril/julho 2007.

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins. 1881-1930. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996.

SAUNIER, Annie. “A vida cotidiana nos hospitais da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

SCHMITT, Jean-Claude. “A História dos Marginais”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA FILHO, João Ferreira da. “A medicina, a psiquiatria e a doença mental”. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida (Orgs.) *Cidadania e Loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

SILVA, Claudia Neves da. “Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências”. In: *Sociologias*. Ano 8, n. 15. Porto Alegre, 2006;

_____. *Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam?*. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2008/30_Caridade_acao_social.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2010;

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

SILVA, Michelle Pereira da. *Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SILVA, Nancy Helena Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1981.

_____. “Educação e saúde em Goiás: promessas e mudanças”. In: In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

SIX, Jean François. *Vicente de Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito: Taubaté: 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *Paixões em Cena: a Semana Santa na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *Nos tempos de Goyaz*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

TEIXEIRA, Maximiano da Mata. *Estórias de Goiás -contos e recontos*. Goiânia. Ed. Líder, 1983.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina: ensaio*. Goiânia: s/e, 1989.

THOMAS, Keith. *La mort africaine*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

VALDEZ, Diane. *Filhos do Pecado, Moleques e Curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

VAN GENNEP, Arnold. *The rites of passage*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.

VIEIRA, Vanda Domingos. *Goyaz, século XIX: As matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro, SP: UNESP, 2007.

VILLA-LOBOS, Maria Jose Cabral Barata Laboeiro de. *Atitudes perante a morte. Permanência e mudança numa aldeia da Beira –Baixa*. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

VINCENT, Gérard. “Uma História do Segredo?” In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a Nossos Dias*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VOVELLE, Michel. “Les attitudes devant la mort”. *Annales: ESC*, 31: 1(jan-fev) 1976.

_____. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1974.

_____. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1978

_____. *Ideologias e mentalidades*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987;

WEBER, Beatriz Teixeira. “*Caridade e Assistência Social: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul 1880-1920*”. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.

INTRODUÇÃO

No dia 25 de Julho de 1909 o Asilo São Vicente de Paulo¹ foi inaugurado no subúrbio da Cidade de Goiás. O dia festivo teve início às 6 horas da manhã quando o Bispo Dom Prudêncio iniciou o *sacrifício* da missa. Logo depois, os confrades Vicentinos juntamente com o dito Bispo colocaram o Santíssimo Sacramento no altar da “*sympathica Capella*”². O ritual se seguiu com a benção em todos os cômodos e somente depois “*foi a caridosa casa franqueada ao publico*”³. O asilo:

*Mede 64 metros de frente, por 30 de comprimento.
Logo a entrada, de um lado està a Capella, e do outro, o salão destinado as reuniões da Junta.
São em número de 16 os commodos para os asylados, divididos em 2 secções, comportando 64 leitos.
Alem dos espaçosos aposentos reservados ás piedosas Irmãs, ha também uma varanda que mede 5 metros de largura, e 20 de comprimento.
Cosinha, dispensa, quartos para depositos, uma excellente cisterna, tudo lá existe, provocando elogios, porque cousa alguma ficou esquecida*⁴.

Construído por iniciativa da Sociedade São Vicente de Paulo, o asilo visava abrigar os pobres e os indigentes que se amontoavam nas praças, becos e vielas da antiga capital de Goiás. Os confrades leigos dessa Sociedade, conhecidos como Vicentinos, se empenharam em fornecer aos pobres, mesmo antes da idéia da construção do asilo, desde gêneros alimentícios, até patrocínios de casamentos.

Em nome de um discurso caritativo, pautado nos preceitos de São Vicente de Paulo e de Frederico de Ozanam, os Vicentinos implantaram na Cidade de Goiás uma grande rede de assistência que envolveu quase todas as famílias vilaboenses.

Em abril de 1885 foram fundadas as primeiras Conferências Vicentinas em solo goiano. Seus integrantes – todos homens – faziam parte das mais renomadas

¹ Há somente um trabalho acadêmico sobre o Asilo São Vicente de Paulo: PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Cotidiano e Preservação: O Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

² Gabinete Literário, doravante designado GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI, nº 29. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

³ GB: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI, nº 30. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

⁴ Idem.

famílias da antiga Vila Boa. Eram divididos em Conferências, dedicadas a determinado orago. Os encontros aconteciam com regularidade e freqüência. Na ocasião, faziam preces e recolhiam dinheiro para reverter aos pobres.

Com o tempo, as Conferências se alastraram, muitos pobres eram atendidos, sejam com aluguel de casas, comida, roupas, patrocínio de casamentos e velórios. Os Vicentinos se ocupavam de prover aqueles a quem chamavam de “*meus pobres*”, em tudo que necessitassem. Houve casos de um só Vicentino, prover sete pobres. Nos livros de contabilidade das Conferências, percebe-se a regularidade com que o dinheiro era destinado a esses indivíduos.

Os Vicentinos se orgulhavam de fazer parte de uma Sociedade onde a Caridade era o alicerce principal. Eram admirados, reconhecidos. Enfim, a Cidade de Goiás encontrara uma solução para o problema da pobreza! Para ser atendido pela Sociedade São Vicente de Paulo, o pobre só necessitava ser católico, que era a religião predominante. Em troca, os Vicentinos acreditavam estar trilhando os caminhos da salvação eterna.

Para prover os pobres em todas as suas necessidades, os vilaboenses abraçaram a causa com afinco. Realizaram-se saraus, leilões, festas e espetáculos teatrais, mobilizando toda a cidade, em um período em que a historiografia poucas luzes lançou. Relegada à *decadência*, ao *isolamento* e ao *atraso*, a Cidade de Goiás se viu refém de sua própria História.

Como se conservada *in vitro*, a antiga Vila Boa ainda mantém características arquitetônicas que perpassaram o tempo. Cercada pela Serra Dourada, que quase sufoca a Velha Goiás, o passado do próprio Estado se desnuda por entre o Rio Vermelho, tão famoso nos versos singelos de Cora Coralina, entrecortado por três pontes de madeira, que outrora eram quatro, hoje de cimento, chamada de “*pinguelona do mercado*”; por entre as Igrejas tão belas que se erguem desalinhadas devido ao solo irregular; por entre os becos e vilas que escondem histórias e estórias que se perdem nas ruas de pedras sem uniformidade, subindo e descendo ladeiras, quais vias romanas.

Assim se conservou a antiga capital, fundada pelo intrépido bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva, mais conhecido pela sua alcunha de Anhanguera, ainda no rugir do século XVIII, trazido pela esperança de encontrar o ouro, que durante

anos marcou a identidade goiana. Até hoje, há quem ainda sonhe com o apogeu da produção aurífera, um período de fausto e abundância que remete a tempos míticos⁵.

O ouro logo se esgotou, e com ele Goiás entrou em um período de *decadência*. Este, por sua vez, atingiu todos os setores: o social, o econômico, o político e o cultural (PALACIN, 1972). A história da decadência, enquanto tema historiográfico está pautado basicamente em duas fontes, de que se serviram os pesquisadores, a saber, os relatórios dos viajantes estrangeiros que estiveram em Goiás nas primeiras décadas do século XIX e os relatórios dos capitães/presidentes da capitania/província.

Essas, por sua vez, ajudaram a cristalizar a idéia de que Goiás, logo após o fim da mineração, viveu um período de trevas; porém, segundo o historiador Wilson Rocha Assis, ao contrário do que a historiografia perpetuou, a decadência da mineração não impediu o “*desenvolvimento social e cultural*”, mas apenas deu “*lugar a culturas e formas de socialização diferentes daquelas conhecidas no auge da produção aurífera ou daquelas características da modernidade capitalista*” (2007, p. 20). Outrossim:

(...) quanto ao tema da decadência, cabe observar que o termo, decantado pelos viajantes, não encontrava correspondência na sociedade local, distante ainda dos moldes de produção capitalista, que os europeus ansiavam por ver no sertão de Goiás. A sociedade local não se via indolente, ociosa e muito menos decadente. Apenas orientava-se por outros níveis de preocupações e buscava satisfazer necessidades vitais à sua maneira (CHAUL, 1995, p. 229).

Os dois autores que ora citamos fazem parte de uma corrente historiográfica revisionista, cujo intuito era rever a forma com que o conceito de decadência foi usado pela historiografia tradicional.

A partir das mesmas fontes que serviram para embasar o discurso da decadência, esses autores tinham por objetivo desconstruí-la, ou seja, em Goiás não houve decadência, porque eles não se viam com decadentes, o olhar do europeu não compreendeu a lógica da sociedade goiana no período.

⁵ Sobre este assunto ver: PINHEIRO, Antonio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

Do mesmo modo, forjou-se na historiografia o conceito de *isolamento*, que veio logo depois da *decadência*. Esse passado que remetia a diversos antagonismos como riqueza – desemprego; abundância – falta de alimentação; e, por conseguinte diversos adjetivos desabonadores que denegriam a trajetória do estado.

Devido à *decadência*, Goiás se *isolou*; com o fim do ouro, muitos habitantes se debandaram para outros lugares, e os poucos que restaram ficaram reféns do marasmo sem nenhuma conexão com o mundo além das fronteiras goianas. Era essa a imagem que se tinha de Goiás no período.

A única ponte entre Goiás e o restante do Brasil se personificava na figura do tropeiro. Mesmo com o “*declínio da mineração e o gradativo desenvolvimento da atividade agro-pastoril*”, o tropeiro continuou com a sua mesma função, qual seja, o de abastecer Goiás “*com gêneros, víveres, notícias e novidades, ligando esta província, mesmo que precariamente, aos grandes centros do país, viabilizando, abrilhantando e amenizando a vida no coração do Brasil*” (GUMIERO, 1991, p. 95).

Por esses caminhos que se entrecruzam nos *sertões* de Goiás, já passaram, primeiramente, os dormentes da estrada de ferro⁶, que trouxeram o progresso, e logo depois o asfalto e que, possivelmente, apagaram as marcas de tantas tropas e boiadas que percorreram esse sertão.

O último conceito que permeou a História de Goiás até 1930, refere-se ao *atraso*, que segundo Francisco Itami Campos (1983) é utilizado para caracterizar as primeiras décadas do século XX, e que o mesmo não seria uma consequência do conceito de *decadência*, e sim, expressaria as relações de poder existentes da Primeira República, ou seja, o coronelismo⁷.

Ademais, segundo Chaul não se justifica a idéia que perpassou para História de Goiás de que “*as ‘oligarquias’ da Primeira República tentaram, de todas as formas, conter o progresso, mantendo o ‘atraso’ da região para melhor governar*”. Conclui que o “*o símbolo de poder da época, a estrada de ferro, não trouxe*

⁶ Sobre a implantação da estrada de ferro em Goiás, e a conjuntura do estado durante a Primeira República ver: BORGES, Barsanúfo Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1982.

⁷ Em CHAUL, Nasr Fayad (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998; há três interessantes estudos sobre o coronelismo que abordam a literatura, o cotidiano na cidade de Morrinhos e a família Caiado, respectivamente.

nenhuma derrocada dos grupos políticos dominantes e nem lhes foi economicamente prejudicial; pelo contrário (...)” (1995, p. 230-231). O referido historiador arremata:

Assim, a representação do “atraso”, siamês da “decadência”, não correspondia ao desenvolvimento social, político, econômico ou cultural de Goiás, vivenciado na Primeira República. Novamente insistimos que, o compasso era outro, adequado à cultura local. O desenvolvimento obtido por Goiás, na Primeira República, foi infinitamente superior ao do período anterior, mas inferior, ainda, aos anseios de progresso exigidos pelos olhares que o comparavam à dinâmica econômica e social do Centro-Sul do Brasil. Goiás, portanto, não era nem decadente, nem atrasado, apenas caminhava de acordo com suas possibilidades ao ritmo estabelecido pelo lugar que ocupava no conjunto da sociedade brasileira. As contradições e contrastes regionais neste país são de natureza similar às que caracterizam o contraste entre os países mais e menos desenvolvidos. Não se trata de enxergá-lo como pares dicotômicos, mas como contrastes próprios de uma realidade social mais ampla (mundial), eivada de contradições: o par desenvolvimento/modernidade contém em si o par decadência/atraso (CHAUL, 1995, p. 230).

Este trabalho se encontra no limite entre a *decadência*, o *isolamento* e o *atraso*. Nossa análise, entretanto, estará condicionada a partir do Asilo São Vicente de Paulo. Nosso objetivo é compreender como, num determinado momento, uma sociedade se organizou para construir um enorme edifício somente destinado a pobreza. O que representou a construção e a inauguração deste asilo para os Vicentinos, para os pobres e para as Irmãs Dominicanas, que o administra internamente até os dias de hoje? Com quais intenções o asilo foi criado?

Ademais, pretendemos contribuir com a historiografia goiana por meio de um trabalho que enfoca os pobres e a sua relação com elite vilaboense, cujo conflito se desenrola no Asilo São Vicente de Paulo.

Entretanto, dever-se-á conceituar historicamente esses indivíduos: os pobres. Na documentação arrolada e na literatura consultada várias são as tipologias e nomenclaturas que recebem, dentre elas: pobres, mendigos, desvalidos, indigentes, miseráveis, desgraçados, infelizes, excluídos, marginalizados, desclassificados, dentre outros. Ademais, o mesmo se aplica a conceituação deste asilo, que difere dos da historiografia tradicional, como procuraremos analisar no segundo capítulo.

Nesta perspectiva, um dos primeiros estudos sobre a pobreza foi publicado na França em 1978 de autoria de Michel Mollat, e intitula-se *Os Pobres na Idade Média*, que servirá de ponto de partida para diversas obras. O conceito de *pobre*, para este autor, deveria ser amplo, pois:

O pobre é aquele que, de modo permanente ou temporário, encontra-se em situação de debilidade, dependência e humilhação, caracterizada pela privação de meios, variáveis segundo as épocas e as sociedades, que garantem força e consideração social: dinheiro, relações, influência, poder, ciência, qualificação técnica, honorabilidade de nascimento, vigor físico, capacidade intelectual, liberdade e dignidade pessoais. Vivendo no dia-a-dia, não tem qualquer possibilidade de revelar-se sem a ajuda de outrem. Uma tal definição pode incluir todos os frustrados, todos os enjeitados, todos os associats, todos os marginais; ela não é específica de época alguma, de região alguma, de meio algum (MOLLAT, 1989, p. 05).

O conceito de pobre, neste caso, é atemporal. Entretanto, ele não abarca a complexidade e a pluralidade das intenções desses indivíduos que se internaram ou fizeram-se internar no Asilo São Vicente de Paulo.

Apesar de se tratar de um asilo destinado aos pobres, que visava atender, primeiramente, aqueles que já se beneficiavam da assistência das Conferências Vicentinas, haverá um grande fluxo de entrada nos anos subseqüentes a sua inauguração que o conceito de *pobre*, unicamente, não o compreende na sua totalidade. Vários foram os casos de indivíduos que doaram sua casa para o asilo, conquanto fossem internados no mesmo.

Partindo do pressuposto de que esses indivíduos eram pobres, eles já não se enquadram, contudo, na categoria de *indigente* que era mais comumente usada para designá-los. No Artigo 3º do Regulamento do Asilo há os seguintes dizeres: “*O seu fim é recolher os indigentes e mantel-os dando-lhes o necessario abrigo*”⁸. De acordo com *Dicionário da Língua Brasileira* de autoria do goiano Luiz Maria da Silva Pinto, publicado originalmente em 1832, *indigente* é aquele “*que até do necessário tem falta*” (PINTO, 1996). O estado de indigência seria o último degrau

⁸ Asilo São Vicente de Paulo, doravante designado ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio A. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

da hierarquia da pobreza. Não possuíam casas, como no exemplo acima, e dependiam em tudo da ajuda alheia.

Portanto, há uma grande diferença entre pobres e indigentes, apesar de compreenderem um mesmo conceito, qual seja, o de pobreza. No seu estudo sobre os trabalhadores pobres urbanos no Brasil no período de 1870 a 1920, June Hahner os caracteriza como indivíduos que “*usavam roupa de algodão leve ‘geralmente desbotadas e remendadas’*. Uma calça e uma camisa bastavam para um homem por um ano. As mulheres só usavam saia e blusa”.

No que se refere às suas moradias, estas eram “*insalubres e superpovoadas*” (HAHNER, 1993, p. 37). Este trabalhador pobre descrito pela referida historiadora nada tem a ver com os indigentes, uma vez que os indivíduos que se recolheram ao asilo nem ao trabalham se prestavam. O pobre segundo a June Hahner não seria, deste modo, os internos do asilo, mas poder-se-á estender o conceito aos demais habitantes da Cidade de Goiás.

Noutro passo, os mendigos, que também compreendem outra categoria dentro do conceito de pobreza, foram estudados por Walter Fraga Filho na Bahia durante o século XIX. Os mendigos estavam abaixo dos pobres, pois eram “*reduzidos à mendicância por força do aprofundamento da situação de pobreza*” (1996, p. 41). Pobreza e Indigência ficam mais bem definidas dentro de sociedades cuja disparidade social permite que se façam essas distinções.

Pobres, indigentes, mendigos! Todas essas categorias se enquadram perfeitamente em um ou outro caso nos mais de 440 registros de entrada no Asilo São Vicente de Paulo observados nas primeiras três de funcionamento. É preciso, então, pensar em um conceito mais amplo, do que propriamente o de pobreza, pois ela somente não se torna um agente desclassificatório (SOUZA, 1986, p. 14).

No seu estudo sobre os homens livres pobres, no século XVIII, a historiadora Laura de Mello e Souza faz um interessante diálogo entre o conceito de Marginalidade e Desclassificado Social⁹, que ela defende. “*Marginalidade pode (...) fazer pensar em algo que se separa de um todo uniforme, constituído, no caso, pela*

⁹ Este conceito compreende, a “*(...) gente livre pobre que descambou com freqüência para a desclassificação social foi, pois, no século XVIII, predominantemente negra e mestiça, bastarda e oriunda de casas dirigidas por mulheres sozinhas. Franja da sociedade organizada, apresentava uma mescla curiosa de crime e trabalho, liberdade e cativo, norma e infração*” (SOUZA, 1986, p. 144).

sociedade. Já desclassificação sugere a exterioridade ante a classificação e o distanciamento em face de um todo heterogêneo e diversificado” (1986, p. 14).

Definiremos o conceito de Marginalidade a partir do historiador Jean-Claude Schmitt, no seu artigo *A História dos Marginais* que integra o livro *A História Nova* de Jacques Le Goff. Neste estudo as margens só existem em detrimento do centro, que define os marginais negativamente: como não tendo domicílio fixo, dormem em qualquer lugar, “*gente sem senhor*”, “*inúteis ao mundo*”¹⁰ (SCHMITT, 2001, p. 280). Sobre a dificuldade de uma definição dos fenômenos de marginalidade o referido autor conclui:

Contudo, a priori, várias noções podem ser distinguidas: a de marginalidade, que implica um estatuto mais ou menos formal no seio da sociedade e traduz uma situação que, pelo menos teoricamente, pode ser transitória; a quem da marginalidade, a noção de integração (ou reintegração) que indica a ausência (ou perda) de um estatuto marginal no seio da sociedade; e, ao contrário, além, a noção de exclusão, que assinala uma ruptura - às vezes ritualizada - em relação ao corpo social (SCHMITT, 2001, p. 264).

No Asilo São Vicente de Paulo encontrar-se-á todas essas noções de marginalidade, ou seja, a transitória, a integralizadora e a excludente. É transitória por que o asilo não era uma instituição definitiva, não havia, portanto, a obrigatoriedade do internamento, os internos eram retirados pelos familiares e em alguns casos havia a fuga. Ademais, se era transitória, conseqüentemente era integralizadora, quando por algum motivo não mais a repulsa do marginal, que pode voltar normalmente ao seio da sociedade, como, por exemplo, na cura da sua enfermidade.

Finalmente, e que basicamente assinala a maioria dos casos, a exclusão, seja do pobre, do doente, do louco, e que é ritualizada pelo próprio processo de constituição deste asilo. Porém, o conceito de marginalidade não condiz com a realidade de todos os internos do asilo. Um dos nossos objetivos é construir,

¹⁰ Porém, para que se descortine a história desses indivíduos marginalizados é necessário transpor uma série de barreiras, a primeira delas é a seguinte: “*como ouvir a voz dos marginais do passado, quando, por definição, ela foi sistematicamente abafada pelos detentores do poder, que falavam dos marginais, mas não os deixavam falar*”. Deste modo o historiador deve partir de indícios, que são encontrados nos documentos oriundos do centro. “*Trata-se de vestígios discretos, mas quão vivos!*” (SCHMITT, 2001, p. 284-285).

principalmente no segundo capítulo, um conceito que compreenda todos os internos da referida instituição.

Para, além desses objetivos, há que se destacar que nossa pesquisa teve início quando, ao concluirmos a monografia de graduação sobre a relação entre as pessoas idosas e a construção de um conceito de cidadania, a partir da legislação brasileira, entre 1988 a 2003, pensamos em continuar com a temática da velhice, entretanto, no desenrolar da Primeira República. Neste sentido, julgávamos encontrar no asilo São Vicente de Paulo um rico acervo sobre as pessoas idosas.

Na ocasião tivemos a oportunidade de integrar o “*Projeto: Rede Brasil. Inventário Nacional do Patrimônio Cultural da Saúde: Edificações e Acervos*”, em 2007, num convênio entre a Fundação Oswaldo Cruz e a Universidade Federal de Goiás, coordenado pela Profa. Dra. Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. Para a nossa sorte o projeto incluía o Asilo São Vicente de Paulo.

Nesta pesquisa preliminar, descobrimos que o asilo também abrigava loucos. No projeto de mestrado, então, procurávamos compreender como os velhos e os loucos impulsionaram a construção de uma instituição visando abrigá-los.

Junto com a aprovação para cursar o Mestrado veio à decepção, pois não encontrávamos fontes para o referido trabalho. Durante todo o ano de 2008 fizemos várias visitas ao Asilo São Vicente de Paulo, juntamente com a nossa orientadora, a Profa. Dra. Cristina de Cássia Pereira Moraes, procurando documentos e quem sabe até mesmo um arquivo. Tudo em vão! Até então, a pesquisa se limitava, em termos de fontes, aos Relatórios de Presidentes de Província e Estado; e aos jornais da época arrolados no Gabinete Literário.

Entretanto, a nossa sorte começou a mudar – e historiador tem que tê-la! – no início de 2009, quando depois de muito insistir, juntamente com alguns vilaboenses que nos abriram as primeiras portas, as Irmãs Dominicanas, responsáveis pelo asilo até hoje, nos permitiu o acesso ao arquivo. A partir de então, realizamos a assepsia dos documentos e os digitalizamos.

Para a conclusão do trabalho com as fontes foram necessárias várias idas e vindas à antiga Capital. O arquivo só nos foi disponibilizado nas sextas-feiras à tarde, e consistia em um armário de madeira – que data da sua fundação – com vários documentos cujas datas limites compreendiam entre 1885 a 1988.

Toda a documentação foi digitalizada em mais de quatro meses de trabalho, no qual contamos com ajuda generosa da nossa orientadora, de parentes e amigos próximos. Ademais, realizamos a assepsia em todos os documentos, os guardamos em caixas divididos por assunto como: atas, contabilidade, diversos, dentro outros. Cada página de documento foi fotografada duas vezes, e depois selecionada a melhor.

Ao final de tudo nos deparamos com quase de 10.000 fotografias! Criamos, então, um arquivo digital com essa documentação, com pastas, sub-pastas e fizemos toda a divisão dos documentos. Nesta etapa da pesquisa já corria o mês de Julho, e restavam apenas sete para concluir o curso.

Diante de tal fato, vivenciamos os opostos em uma mesma pesquisa. Ora poucas fontes, ora muitas! Para otimizarmos o trabalho separamos toda a documentação entre 1885 a 1920 – inicialmente.

Transcrevemos os documentos mais importantes, como livro de atas, livro de registros de entrada, relatórios da Junta Administrativa, prontuários médicos, e ofícios. Posteriormente, estendemos a análise até 1935, quando percebemos mudanças significativas no asilo, como a proibição formal do ingresso de loucos e pessoas com doenças contagiosas.

O tempo passava, e a escrita do nosso trabalho tornava-se urgente. Nesta etapa, o objeto de pesquisa há muito tinha deixado de ser os velhos e os loucos. De posse de toda a documentação o próprio Asilo São Vicente de Paulo se impunha como o protagonista de toda a trama.

Por sugestão da nossa orientadora, estruturamos a dissertação de modo que cada cômodo, ou espaço, destinado aos três principais grupos de pessoas que estavam diretamente envolvidas com o asilo, a saber, os Vicentinos, os Desvalidos e as Irmãs Dominicanas, recebessem tratamento a parte em cada um dos três capítulos. Ademais, a própria estrutura arquitetônica do asilo concorria para isso, uma vez que cada grupo tinha o seu espaço definido; a planta lembra o formato de um U.

Na base do U, estava localizada a Capela¹¹, na parte esquerda, e o Salão Nobre da Junta Administrativa do Asilo (onde hoje está o dito armário com os seus

¹¹ Atualmente, a Capela encontra-se localizada fora do prédio antigo. O lugar onde existia a Capela cedeu espaço para a administração do asilo.

velhos e empoeirados documentos), na direita. Entre esses dois cômodos existe um corredor estreito que dá acesso ao pátio interno.

A partir desses dois cômodos, a Capela e o Salão, *edificamos* o primeiro capítulo denominado de *Os Vicentinos*. Nele fizemos um histórico sobre a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo ainda na província de Goiás e como se engendrou a idéia deste asilo, bem como se processou sua construção.

Na parte direita do U, estão localizados os alojamentos para os internos desta instituição, que corresponde ao segundo capítulo denominado de *Os Desvalidos*. Para, além de analisar os motivos que levaram diversas pessoas para o asilo, pretendemos construir o conceito que melhor compreende toda a pluralidade e a heterogeneidade destes indivíduos.

Finalmente, no terceiro capítulo, partimos do lado esquerdo do U para analisar as formas de assistência que estes internos recebiam dentro do asilo, sob a direção das Irmãs Dominicanas.

Deste modo, entraremos nos dormitórios das Irmãs, na cozinha, na rouparia, acompanharemos os médicos que assistiam os internos e as próprias Irmãs. Denominamos este capítulo de *A Assistência*.

Com efeito, o nosso objetivo central é compreender o que é o Asilo São Vicente de Paulo, por meio de uma negociação entre os três *olhares* sobre a referida instituição. Não obstante, esses *olhares* são as bases de todos os capítulos.

No primeiro, iremos analisar o que é, ou o que representou, o asilo para os Vicentinos; no segundo, o que é, ou o que representou, o asilo para os seus internos; e no terceiro, o que é, ou o que representou, o asilo para as Irmãs Dominicanas. No entrecruzamento desses três e distintos *olhares* nascerá – assim esperamos – o asilo vilaboense.

CAPITULO I - OS VICENTINOS

A capela do Asilo São Vicente de Paulo se localizava, nos idos de 1909, ano em que foi inaugurado, no lado esquerdo de quem adentrava o prédio. Pela fotografia abaixo, nota-se acima das grandes janelas de madeira, os quadros simples, com uma cruz na parte superior ao centro, indicando a presença de uma via-sacra. No modesto altar, vê-se no lado direito a imagem de Nossa Senhora das Graças, rodeada por rosas brancas; no lado esquerdo, o Sagrado Coração de Jesus, cuja cerimônia da “*enthronisação da imagem*”, ocorreu a 26 de Junho de 1915¹².

No centro do altar, repousava a imagem de São Vicente de Paulo¹³, santo francês, que viveu de 1581 a 1660, com o braço esquerdo levantado, o direito no coração; revelava os esforços dos confrades leigos da Sociedade que leva o seu nome, cujo projeto mais audacioso se descortinava por entre as paredes, janelas, portas e camas do asilo. A singeleza da capela, que evocava o ideal de pouca ostentação dos Vicentinos, contrastava com os demais templos da antiga Vila Boa, ou mesmo perdidos em arraiais hoje desabitados¹⁴.

¹² ASVP: Documentos Avulsos. “*Sétimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

¹³ Sobre a vida de São Vicente de Paulo ver: FROSSARD, André. *Vicente de Paulo o humilde servo dos pobres*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986; SIX, Jean François. *Vicente de Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1991; e o interessante artigo publicado no site: www.ssvpglobal.org. Sobre a atuação de São Vicente de Paulo numa perspectiva histórica, ver o estudo de CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995, especialmente o último tópico do capítulo II “*A pobre gente dos campos*”, e o primeiro tópico do capítulo III “*A fome*”.

¹⁴ Na antiga Vila Boa havia à época, vários templos: a Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora de Sant’ana, erigida em 1743, demolida e reconstruída diversas vezes, sendo a última reconstrução há 100 anos; a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, erigida em 1734; a de Nossa Senhora do Carmo, erigida em 1786; a de Nossa Senhora da Abadia, erigida por Alcebíades José do Nascimento; a Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, levantada em 1799 e que funcionou como catedral por décadas; a de São Francisco de Paula, erigida em 1761; a de Santa Bárbara, erigida em 1775, e a de Nossa Senhora da Lapa que ruiu em 1839, além da Capela de São João Batista do Arraial do Ferreiro e do Ouro Fino, da capela de Nossa Senhora da Conceição do Povoado de Areias (hoje, Nossa Senhora Aparecida, reconstruída em 1910) e de Nossa Senhora da Guia do Povoado do Bacalhau da Barreira.



Fotografia nº. 1: Capela do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O Regulamento do Asilo São Vicente de Paulo, escrito meses antes da sua inauguração, e após ser submetido ao crivo do Bispo Diocesano, demarcava no primeiro parágrafo do artigo sétimo a função da capela, “(...) onde, com licença da Autoridade competente que regulará o Culto, se conserve o Santíssimo Sacramento e se celebre o Santo Sacrifício da Missa havendo para esse fim as alfaias e paramentos necessários”¹⁵.

A licença para que a capela do asilo abrigasse o Santíssimo Sacramento foi solicitada por meio de um ofício em Junho de 1909, pelo Presidente do Conselho

¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03. Ambos eram juristas. Emílio Francisco Póvoa (1867-1949), vilaboense, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi Juiz de Direito, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás. Maurílio Augusto Curado Fleury (1868-1952), vilaboense, formou-se também em São Paulo; foi Juiz de Direito, Desembargador e Presidente do Tribunal de Justiça de Goiás.

Central das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, o Comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé¹⁶:

Tendo as conferencias de S. Vicente de Paulo desta Capital, por meio do seu Conselho Particular e com auctorização previa dos poderes ecclesiasticos, construido no lugar denominado R. [...] arrabalde desta mesma Capital, com esmolos e donativos, um grande edificio destinado a asylo para mendigos de ambos os sexos, ao qual se deu o nome de “Asylo de S. Vicente”, e querendo inaugural-o no dia 25 de Julho proximo entregando sua direcção interna ás Irmans da Congregaçãõ de N. S. do Rozario da Ordem Terceira Regular de S Domingos, que estão aqui contractadas para esse fim, e já havendo alcançado do actual Exm^o Sr Bispo Diocesano licença para erecção desser casa, cujo terreno tambem é proprio, em Lugar Pio Ecclesiastico, com o seu Capellão e comptendo Oratorio, no qual alem das Missas, desejião todas se conserve permanentemente o SS Sacramento para o respectivo serviço religioso e outras necessidades do “Azylo” que demora a alguma distancia do centro da Cidade; vem o dito Conselho Particular por intermedio do seu presidente abaixo assignado, pedir a V. E. R. o necessario Indulto, para a mencionada conservação das Sagradas Especies no referido Oratorio. Beijando por todos os vicentinos desta Diocese, de cujo conselho central sou tambem humilde presidente, as sagradas mãos de V. E. R¹⁷.

De acordo com o documento acima, o asilo foi construído a esforços da Sociedade São Vicente de Paulo; porém, a direção interna do estabelecimento estaria a cargo das Irmãs Dominicanas, vindas diretamente da França. A negociação para a contratação dessas Irmãs, com o intuito de realizarem o trabalho no asilo foi intensa; cartas eram trocadas a todo tempo entre os Vicentinos vilaboenses e o Conselho das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário em Monteils (Aveyron), que impuseram inúmeras condições para a vinda desta congregação¹⁸.

¹⁶ Joaquim Rufino Ramos Jubé (1859-1933), foi Serventuário da Justiça. Exerceu, também, o cargo de Deputado Estadual por três legislaturas, de Senador Estadual por sete legislaturas, de Presidente de Estado em seis ocasiões. Filiado ao Partido Republicano de Goiás em 1895, ao Partido Republicano Federal de Goiás em 1905. Integrou a Comissão Executiva do Partido Democrata no período de 1914 a 1930. Foi Secretário do Superior Tribunal de Justiça de 6 a 12 de Julho de 1898. O papa Pio X (1835-1914), o distinguiu com o título de Comendador. (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 160). Ademais, foi casado com Maria Carlota da Ascensão Silveira Ramos Jubé, de tradicional família vilaboense, também organizadora dos eventos religiosos da Cidade de Goiás. Seu filho de igual nome, foi o primeiro goiano a se diplomar fora do país, em Psicologia, pela Universidade de Chicago.

¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Ofício datado de 1^o de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva”. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁸ Esse assunto será abordado no terceiro capítulo.

Dentre as várias reivindicações duas chamam a atenção: “*O Asylo hospitaleiro de Goyaz, sendo collocado sob a protecção especial de S. Vicente de Paulo, será designado pelo nome de: Asylo S. Vicente de Paulo*”¹⁹. Até então, a documentação arrolada se referia ao asilo como: “*Asilo de Mendicidade*” e “*Asilo dos Pobres*”. O próprio nome da instituição partiu das Irmãs Dominicanas na França. No Anuário do Professor Francisco Ferreira dos Santos Azevedo²⁰, por exemplo, publicado no ano de 1910, o edifício tem a denominação de “*Asylo dos mendigos da capital*” (1987, p. 111).

A segunda reivindicação versa o seguinte: “*Far-se-á todo o esforço para organizar, o mais breve possível, o serviço religioso na Capella da Casa*”²¹. Partindo do pressuposto que esta correspondência, datada de 21 de abril de 1909, e que se demorava mais de um mês para chegar a Cidade de Goiás, haja vista a dificuldades de locomoção de malotes em razão do determinismo geográfico da velha cidade, é possível perceber que a chegada desta carta coincide com o ofício do Conselho Particular solicitando a autorização do Bispo para a permanência do Santíssimo Sacramento na Capela do asilo para o serviço religioso e outras necessidades que porventura surgissem, que data de 1º de junho.

Por intermédio deste documento, a justificativa apresentada era que o asilo ficava longe do centro da cidade, ou seja, das principais Igrejas, e deste modo, era necessário a instalação de todos os paramentos eclesiásticos visando, sobretudo,

¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁰ Francisco Ferreira dos Santos Azevedo (Cidade de Goiás, 14 de Abril de 1875 – 15 de Novembro de 1942). “*Aos 15 anos, matriculou-se na Escola Militar, no Rio de Janeiro, mas logo percebeu que não tinha vocação para o Exército. Voltou para Goiás e foi trabalhar nos Correios e Telégrafos. Com a ajuda de Leopoldo de Bulhões, cursou agrimensura, na Escola de Minas de Ouro Preto. No ano seguinte foi nomeado engenheiro do Estado. Em 1903, publicou a Carta Geográfica de Goiás. Em 1910, no seu Anuário Histórico Geográfico e Descritivo do Estado de Goiás, o Professor Ferreira publicou o conto “Tragédia na Roça”, que marca a estréia de Cora Coralina na literatura, aos 21 anos, um ano antes de fugir com Cantídio Tolentino de Figueiredo Bretas, seu futuro marido. Professor da Escola Normal de Goiás a partir de 1907, o Professor Ferreira foi nomeado diretor do Liceu de Goiás em 1921, permanecendo no cargo até a Revolução de 30, quando assumiu a direção da Escola Normal. Foi também um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás e da Academia Goiana de Letras. O Dicionário Analógico da Língua Portuguesa: Idéias Afins foi publicado em 1950, oito anos depois de sua morte*”. (In: <http://www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal=167>, acesso em 03/01/2010). Foi também Tesoureiro e Presidente da Junta Administrativa do Asilo.

²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

facilitar as orações das Irmãs Dominicanas. O ofício foi prontamente respondido pelo então Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva (1868-1921):

Fazemos saber que, attendendo Nós ao que por sua Petição Nos enviaram a dizer as Conferencias de São Vicente de Paulo desta Capital, pelo Presidente de seu Conselho Particular deste Bispado: Havemos por bem de Erigir, como pela presente Nossa Provisão Erigimos em “Lugar Pio Ecclesiastico” o Azylo de S. Vicente, cujo Regulamento já Nos foi apresentado e por Nós approvedo, Azylo esse construido em terreno proprio, com esmolase donativos dos fiéis, em lugar denominado Rua Avenida do Conselho.

Ao “Azylo de S. Vicente” que, como “Lugar Pio” tem ao privilegio e obrigações de Direito Canônico, concedemos, outrossim: Oratorio [...] enquanto não Mandarmos o contrario, em lugar decente, designado para este fim e separado dos usos domesticos para nele se celebrar o Santo Sacrificio da Missa em beneficio dos Asylados e de quaesquer pessoas que ali compareçam, e conservar o Ilmo Sacramento com a Provisão da [...] - O Sacerdote que nelle celebrar nos dias de preceito, será obrigado a recitar com os presentes os actos de Fé, Esperança e Caridade antes da Missa.

Esta, depois de registrada em Nossa Camara Ecclesiastica, será lida no dia da Installação para conhecimento de todos, lavrando-se na mesma a respectiva certidão para a todo tempo constar; procedendo-se então à benção do dito Oratorio era forma da [...] Registrando-se no Livro de Tombo do “Azylo de S. Vicente” e onde mais convier²².

O Asilo São Vicente de Paulo, enfim, recebia a autorização para realizar em sua capela, o sacrifício da missa. Os paramentos e objetos necessários para o seu funcionamento eram comprados diretamente no Rio de Janeiro por intermédio de algumas pessoas que para lá seguiam viagem, sempre a partir da solicitação da Irmã Superiora da instituição²³. Os negociantes de tais paramentos eram Luiz Astolpho de Amorim e Antonio Xavier Guimarães, *cometas* e representantes comerciais conhecidos em todo o rincão goiano. Estes continuaram esse mister da compra de objetos sacros ainda com o Bispo Dom Emanuel Gomes de Oliveira.

Em 1917, por exemplo, o Presidente da Junta Administrativa do Asilo “(...) *communicou haver escripto ao Revmo. Monsenhor p^a effectuar a compra dos*

²² ASVP: Documentos Avulsos. “Provisão de Ereção do Azylo, Oratorio [...], etc.”. Cidade de Goiás, 1909.

²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 25 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

objectos para a capella, tendo sido remetida para esse fim a importância de 300\$000” (trezentos mil réis)²⁴.

A capela também possuía um Capelão, “(...) sacerdote designado pelo Senhor Bispo Diocesano, terá o dever de celebrar missa na Capella e administrar os sacramentos aos azylados, quer nos casos communs, quer nos extraordinarios de artigos de morte”²⁵. Até 1916, exercia a função de Capelão o Frei Gabriel Devoisins, da ordem dos Dominicanos, que desembarcaram em Goiás em 1881, por iniciativa do então Bispo Diocesano Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão (1841-1924), conhecido como o “Bispo Missionário”²⁶, “(...) com o objetivo de exercerem a missão apostólica no sertão goiano , especialmente com os indígenas” (SANTOS, 1996, p. 01).

A vinda dos Dominicanos e a criação das Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo, que posteriormente se uniriam para a construção do asilo, faziam parte de um grande projeto de retomada do catolicismo em terras brasileiras²⁷. Outrossim, os primeiros Padres Dominicanos chegaram ao Brasil em 1878 no Rio de Janeiro. Assim que assumiu a Diocese de Goiás²⁸, Dom Claudio os convidou para serem seus colaboradores “na consolidação da Igreja em Goiás”. Ademais, Dom Claudio, era um “dos mais ardorosos defensores da romanização da igreja” (SANTOS, 1996, p. 76).

Portanto, Dom Claudio tinha por objetivo *romanizar* a Igreja, tornando-a mais próxima do catolicismo europeu – onde ele realizou os estudos – e, por isso, solicitou a ajuda dos Dominicanos que vieram da França. Este processo de romanização é a aplicação das determinações do Concílio de Trento, ou seja, do

²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

²⁶ Sobre os Dominicanos em Goiás ver: LLCH, Frei Germano. “A Ordem Dominicana em Goiás”. Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Brestas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Ano 4. Nº 5. Goiânia: s/e, 1976; SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins. 1881-1930. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996.

²⁷ Sobre esse assunto ver: PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

²⁸ A Diocese de Goiás “compreendia então os atuais estados de Goiás e Tocantins e mais uma parte do atual Estado de Minas Gerais, conhecida como triângulo mineiro. Sua extensão territorial equivalia ao território de três Franças” (SANTOS, 1996, p. 28).

Movimento Tridentino no território brasileiro. O Concílio de Trento, por sua vez, foi realizado pela Igreja Católica entre 1542-1562, e só trezentos anos depois suas resoluções foram aplicadas no Brasil.

Ademais, uma das primeiras medidas impostas pela Reforma Ultramontana, como também era conhecida, foi a substituição do leigo, que perde, deste modo, a sua autonomia religiosa, que passaria a ter validade com a aprovação do clero. Assim, as Irmandades religiosas fundadas e dirigidas por leigos sob a proteção de um orago tradicional, como Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, São Benedito, dentre outros²⁹, foram substituídas por associações leigas voltadas para os demais santos então em voga na Europa, como, por exemplo, São Vicente de Paulo e Nossa Senhora das Graças (SANTOS, 1996, p. 70).

É neste período de transformações intensas no *modus operandi* do catolicismo que a Sociedade São Vicente de Paulo ganha espaço, não somente em Goiás, mas em todo o país. O santo que batizou Sociedade foi canonizado pelo papa Clemente XII (1652-1740) em 1737. Filho de camponeses, Vicente de Paulo nasceu em Pouy, na França. Tinha um tio que administrava um hospício local que atendia os viajantes e peregrinos pobres. Foi ordenado diácono em 1598 e sacerdote em 1600. Terminou os estudos em Toulouse em 1604. Em 1625 fundou a Congregação da Missão³⁰, cuja aprovação episcopal ocorreu em 1626, e a aprovação pontifícia em 1634, por meio da bula *Salvatoris Nostris* do Papa Urbano VIII (1568-1644)³¹. Portanto, a origem da Congregação da Missão remonta às missões realizadas por São Vicente de Paulo e cinco outros padres, tendo como principal objetivo a evangelização dos pobres³².

²⁹ Sobre as Irmandades Religiosas ver: MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

³⁰ A Congregação da Missão é uma ordem religiosa masculina católica, também conhecida como Lazaristas, por que a primeira casa da Congregação em Paris se chamava 'Casa de São Lázaro', ou ainda Padres e Irmãos Vicentinos.

³¹ Informações retiradas no site: www.ssvp-portugal.org.

³² Entretanto, houve períodos em que o socorro espiritual aos pobres teve que ser transformado em socorro material, como bem mostra CHÂTELLIER a respeito da miséria: "*Vicente de Paulo fora um dos primeiros a senti-la em toda a sua dimensão. Por isso nunca abandonava um lugar sem que nele estabelecesse previamente uma confraria de caridade destinada simultaneamente ao socorro dos pobres e à manutenção do espírito da missão. Aliás, esta, considerada stricto sensu, foi substituída, no tempo das grandes misérias dos meados do século XVII, por obras puramente caritativas que, de algum modo, constituíam missões transformadas em actos. Foi particularmente o caso de Lorena, devastada pela Guerra dos Trinta Anos. Cinquenta anos depois, os padres da sua companhia, os*

A Sociedade São Vicente de Paulo, por sua vez, não tem suas raízes entre o século XVI e XVII, e sim, no início do XIX, quando foi fundada em Paris, nos idos de 1833, pelo jovem estudante Frederico Ozanam (1813-1853), beatificado em 22 de Agosto de 1997, pelo Papa João Paulo II (1920-2005).

Em sua biografia consta que Ozanam nasceu na cidade de Milão, na Itália, filho de um médico prestigioso “*cuja fama profissional não o impedia de assistir doentes indigentes, com o mesmo cuidado e afabilidade reservados aos pacientes da alta condição social*”; sua mãe também era “*dedicada à assistência dos pobres e enfermos*”. Em 1831, Ozanam chega a Paris com o objetivo de estudar na Sorbone, e torna-se freqüentador assíduo dos ambientes intelectuais, chegando até mesmo a colaborar com jornais e revistas. Em 1833, com apenas 20 anos, ele “*anuncia a um amigo a intenção de realizar finalmente um projecto, que há tempo lhe era muito querido: uma ‘Conferência de caridade’, uma associação de beneficência para a assistência dos pobres*”³³. Em um documento encontramos o porquê da mudança do nome de “*Conferência de caridade*”, para Sociedade São Vicente de Paulo:

*A 04 de fevereiro de 1834, um dos companheiros de Ozanam (Lião Le Prévost) sugere a adoção do patrocínio de São Vicente de Paulo e o nome de Conferência de caridade é mudado para o de Conferência de São Vicente de Paulo. Por proposta de Ozanam, é invocada a proteção de Nossa Senhora à Conferencia (...)*³⁴

Pelo exposto, pressupomos que não foi a biografia de São Vicente de Paulo que inspirou Frederico de Ozanam a fundar as Conferências, e que a própria sugestão do nome partiu de um amigo, que possivelmente conhecia a história do santo francês, vislumbrando, deste modo, o que havia de comum ao objetivo de ambos: a assistência aos pobres.

Portanto, de São Vicente de Paulo a Frederico de Ozanam, o ideal foi sempre o mesmo: o auxílio aos pobres, embora com algumas diferenças práticas. Como ressaltamos anteriormente, o objetivo de São Vicente era o conforto espiritual

Lazaristas, estabelecidos na diocese de Montauban, agiam do mesmo modo. Durante o terrível ano de 1693, eles eram obrigados a substituir grande numero de exercícios espirituais por distribuições de ‘pão e sopa aos mais pobres’”. (1995, p. 156).

³³ Informações retiradas do site: [www. Vatican.va](http://www.Vatican.va).

³⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02*. Goiânia, Fevereiro de 1978, p. 05.

dos pobres, por meio da pregação do Evangelho no que se entendia por “*Caritas christi urget nos*”.

A Sociedade leiga idealizada por Frederico de Ozanam, por sua vez, tinha o objetivo de reunir esforços e canalizá-los em prol dos pobres, principalmente através de visitas e de donativos. Os objetivos de São Vicente de e Frederico de Ozanam, desse modo, se complementam; embora com ênfases diferentes na operacionalização prática do que vem a ser a caridade: para o primeiro a ênfase era o conforto espiritual, tendo o auxílio material somente em períodos de muita carência; a ênfase do segundo, por sua vez, centrava-se na prática da caridade por meio de auxílio material.

Todavia, o que resultou da criação de Ozanam foi uma rede mundial de auxílio aos pobres, por intermédio das Conferências Vicentinas³⁵. Então, da França ao Brasil, do Rio de Janeiro a Goiás, as Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo proliferaram sustentando a prática incondicional da caridade. No que se refere à implantação dessa Sociedade em Goiás, poucos foram os documentos que encontramos, e estes, infelizmente, nos fornecem uma visão parcial do episódio.

A Sociedade de S. Vicente de Paulo enunciou-se em nossa Província pela fundação da 1ª Conferencia que foi installada no dia 29 de Abril de 85 com desesete sócios; a 8 de Dezembro de 86³⁶ com grande contentamento de todos os membros foi fundada a Conferencia da Imaculada Conceição creando se nesse acto o Conselho Particular que começou a funcionar desde essa data mais tarde foi creada a Conferencia de S. José de Mossamedes que funciona na freguesia do mesmo nome, distante dessa Capital oito léguas; depois foi creada a Conferencia de S. Luiz Gonsaga (...), finalmente fundou-se em Meia-Ponte a Conferencia de Nossa Senhora do Rosario que já conta com seis seis doze socios activos e doze contribuintes³⁷.

³⁵ Atualmente, a Sociedade São Vicente de Paulo está presente em 135 países, com um número aproximado de 500 mil membros. O Brasil é o maior país vicentino do mundo: são 20 mil Conferências, 1754 Conselhos Particulares, 272 Conselhos Centrais, 30 Conselhos Metropolitanos e 2 mil Obras Unidas, coordenados pelo Conselho Nacional do Brasil. Os vicentinos tiveram também relevante papel na transferência da capital para Goiânia, quando aqui fundaram a Santa Casa de Misericórdia e mais tarde a Colônia Santa Marta.

³⁶ Outro documento aponta 8 de Dezembro de 1885, como sendo a data de instalação desta conferencia. ASVP: Documentos Avulsos. *Conferência da Imaculada Conceição da Sociedade São Vicente de Paulo. Balancete da Receita e Dispeza da mesma Conferencia*. Cidade de Goiás, 1888.

³⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

O documento exposto acima apresenta de forma sucinta, a estruturação da Sociedade São Vicente de Paulo, ainda na Província de Goiás; entretanto, dever-se-á considerar alguns aspectos que nessa tentativa de tessitura dos fios que integram a trama da referida sociedade ficaram dispersos.

A primeira questão que levantamos centra-se basicamente no trecho inicial do documento: “*ennunciou-se em nossa Província*”, ou seja, como esse modelo de Sociedade chegou a Goiás, ou melhor, quem o trouxe para Goiás? Encontramos em um documento o que pode ser o ponto de partida para tentarmos responder nossa inquietação; trata-se de uma Carta Pastoral³⁸, do início da década de 1880, escrita pelo então Bispo da Diocese de Goiás, Dom Claudio José Gonçalves Ponce de Leão.

Ao descrever as iniciativas tomadas para “*santificar os fieis*”, tais como a fundação de casas de missionários, em diversos pontos da Província, relata que para “*o mesmo fim tanto nos temos empenhado para plantar nesta diocese a sociedade de São Vicente de Paulo (...)*” (LEÃO, apud SILVA, 2006, p. 301).

A partir do exposto, podemos observar que a Sociedade São Vicente de Paulo foi introduzida na Província de Goiás por Dom Claudio. Porém, para que houvesse o empenho do Bispo para a criação das Conferências, pressupõe uma ligação anterior do mesmo com a referida Sociedade.

Partindo desse pressuposto, procuramos na biografia de Dom Claudio³⁹ algo que o aproximasse, direta ou indiretamente, tanto a São Vicente de Paulo, como a Frederico de Ozanam. Dom Claudio nasceu na cidade de Salvador em 21 de Fevereiro de 1841. Filho do bacharel Domingos José Gonçalves Ponce de Leão e de Dona Getrudes Gonçalves de Araújo, realizou os primeiros estudos de humanidades em sua cidade natal. “*Manifestando desejo de se tornar um grande engenheiro, com o que o pai muito concordou, aos 16 anos viaja para a Europa. Em Paris termina seu curso de humanidades para ingressar imediatamente na Escola de Engenharia de Cannes*” (SILVA, 2006, p. 284).

³⁸ A Carta Pastoral é um instrumento de orientação e controle dos fiéis escritas com certa frequência pelos ordinários diocesanos e endereçadas ao clero e a eles, as quais, todos os párocos deviam ler, quase no final da missa, um pouco antes da bênção. Em geral, continham diretrizes e orientações religiosas que todos deviam observar, bem como os exortava ao cumprimento dos deveres cívicos, como o pagamento do dízimo, a realização de preces coletivas na intenção dos monarcas reinantes, pelo descanso eterno dos mesmos, dentre outras (CAMPOS, 1997, p. 11-28).

³⁹ A biografia consultada para este fim encontra-se disponível na obra de síntese “*Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*”, de autoria do Cônego Trindade da Fonseca e Silva, publicado originalmente em 1948.

Neste primeiro momento, dois de nossos personagens históricos – Frederico de Ozanam e Dom Claudio – estão compartilhando o mesmo ambiente, qual seja, a Paris da primeira metade do século XIX. O *empenho* do futuro Bispo Diocesano de Goiás em implantar a Sociedade São Vicente de Paulo pode ter suas raízes neste período.

Com base no parágrafo anterior podemos verificar que Dom Claudio viajou para a Europa em 1857. Havia, portanto, apenas 24 anos que Frederico de Ozanam criara a Sociedade São Vicente de Paulo, fato que ocorreu em 1833, como afirmamos anteriormente.

Neste período, embora curto, de 24 anos de instalação da Sociedade São Vicente de Paulo, Dom Claudio possivelmente presenciou a repercussão da obra de Frederico de Ozanam, não somente junto à sociedade parisiense, como também ao clero. “*Após a fundação da primeira Conferência, começaram a se multiplicar em toda Paris, e logo se instalando em quase todas as províncias da França*”⁴⁰.

Entretanto, não foi esse episódio que selou os destinos de Dom Claudio com os ideais de São Vicente de Paulo; o que aconteceu antes de ter concluído o curso de Engenharia. Cônego Trindade narra este fato da seguinte maneira:

Filho de pais católicos, jamais abandonara as suas práticas de piedade, embora vivesse naquele meio parisiense de muita liberdade e licenciosidade contra a moral cristã. Dom Claudio torna-se conhecedor das virtudes do Cura de Ars. Desce a Ars e se confessa com o santo vigário. Nesta oportunidade, o Padre Vianney lhe dissera que ele não seria mais um engenheiro dos homens, mas sim, um grande engenheiro da salvação das almas. Abandona o resto de seu curso e procura os Padres da Missão de São Vicente de Paulo, os Lazaristas, e se faz religioso em Agosto de 1863, para 1867 ordenar-se presbítero e seguir imediatamente para o Brasil (SILVA, 2006, p. 284).

A propósito de Dom Claudio ter se ordenado junto à Congregação da Missão, pressupomos encontrar neste episódio a explicação do *empenho* do Bispo em fundar a Sociedade São Vicente de Paulo na Província de Goiás.

A Conferência de São José, no Rio de Janeiro, foi a primeira a ser fundada no Brasil, em 1872. Não temos conhecimento da participação de Dom Claudio em

⁴⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02*. Goiânia, Fevereiro de 1978, p. 05.

outras fundações de Conferências; embora a Corte Imperial fosse um dos seus destinos depois de regressar ao Brasil, cinco anos antes. Contudo, a instalação da Sociedade São Vicente de Paulo apenas treze anos após a fundação da primeira no Brasil, coloca a Província de Goiás como um dos primeiros lugares a receber os ideais de Frederico de Ozanam.

Ademais, é oportuno ressaltar a ausência de Dom Claudio na documentação arrolada para a escrita deste trabalho. Em dois, dos três documentos que procuram fazer um histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás, não há menção ao nome do referido bispo. O primeiro documento é o já citado relatório datado de 1888, em que há um interessante trecho que ora destacamos:

Conquanto não possamos contar a mesma concurrencia no mesmo fervor de outrora, contudo, não nos é desanimador o estado das nossas Conferencias, pois, desaparecido o entusiasmo e os efeitos da novidade entre a mocidade ficou o verdadeiro espirito da caridade que é a alma das nossas Conferencias⁴¹.

Ao que parece, três anos após a fundação da primeira Conferência da Sociedade São Vicente de Paulo em solo goiano, o tom da citação acima é desanimador. Neste curto período, já havia “*desaparecido o entusiasmo e os efeitos da novidade entre a mocidade*”, que era o principal público alvo da obra de Ozanam.

Ademais, vale ressaltar que nesta época o Bispo da Diocese de Goiás ainda era Dom Claudio, que permaneceu no cargo de 1881 a 1890. Noutro documento, datado de 1975, datilografado pelas Irmãs Dominicanas, e que possivelmente se embasou no documento citado acima, faz um histórico das Conferências em Goiás, que também destacamos anteriormente. Até 1888, nos três primeiros anos de implantação da Sociedade, havia na Cidade de Goiás, a Conferência da Imaculada Conceição e a Conferência de São José, ambas com sede na Igreja de São Francisco; a Conferência de Sant’Ana e a Conferência de São Luis Gonzaga, cujas reuniões se davam no interior da Catedral; a Conferência de Nossa Senhora do Rosário, com

⁴¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

sede na igreja de mesmo nome; e a Conferência de São Prudêncio, sede do Conselho Geral e Particular, na Igreja do Carmo⁴².

A propósito da Sociedade São Vicente de Paulo, ainda nos resta explicar a diferença entre um Conselho Particular e um Conselho Central, o que se justifica devido à importância que será verificada no decorrer do trabalho.

Como é sabido, as Conferências são grupos, com número determinado de homens, que se reúnem com regularidade e frequência com o objetivo de angariar recursos para o auxílio aos pobres. Cada Conferência funcionava com um número específico de Confrades, que variava de doze a vinte e quatro. As Conferências de determinada cidade estão unidas entre si pelos Conselhos Particulares. Estes, por sua vez, estão vinculados aos Conselhos Centrais, de caráter executivo, que responde por determinada circunscrição⁴³.

A Cidade de Goiás, neste período que abordamos, era a sede do Conselho Particular e Central da Província. O Conselho Particular foi criado em 08 de Dezembro de 1886, tendo como primeiro presidente o Comendador Joaquim Rufino Ramos Jubé. Já neste período há notícias de outras conferências em Santa Cruz de Goyaz, Bonfim de Goyaz e Meia Ponte, segundo relatos de historiadores como Joaquim Rodrigues Alves (1976), José Sêneca Lobo (1981), Jarbas Jayme (1975) e José Sizenando Jayme (1983).

Com base no referido documento, encontramos um forte indício a respeito do desaparecimento do *enthusiasmo* da sociedade vilaboense com a Sociedade São Vicente de Paulo: “*Ainda neste ano de 1888 deu-se a Agregação das Conferências São Luis de Gonzaga, N. Senhora da Conceição desta Capital*”⁴⁴. Pressupomos que a agregação das Conferências foi uma resposta à falta de *enthusiasmo* que, para não desaparecerem, por não atingir certo número de confrades, se uniram.

Por fim, o único documento que cita Dom Claudio, como o precursor da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás, não tem data, e assim como o documento

⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 01.

⁴³ Na seqüência hierárquica há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional, existe o Conselho Nacional do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, RJ. Coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França.

⁴⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 02.

citado acima, foi fruto de uma *pesquisa* das Irmãs Dominicanas para traçar um histórico tanto da instituição, quanto da Sociedade que a construiu.

Tal fato fica evidente na última frase do documento: “*Dados retirados do Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo de Goiás*”⁴⁵. O interessante é que não encontramos os documentos originais de onde esses *dados* foram retirados⁴⁶. O trecho que cita o Bispo é o seguinte: “*A Sociedade de S. Vicente de Paulo iniciou-se em nossa Província pela fundação da 1ª Conferencia que foi instalada por D Claudio Ponce de Leão no dia 29 de abril de 1885 com 17 sócios*”⁴⁷.

O trabalho de Dom Claudio em Goiás⁴⁸, seja com a participação dos Dominicanos, com a implantação da Sociedade São Vicente de Paulo, ou em verdadeiras “*missões*” para visitar todas as cidades sob sua jurisdição eclesiástica, contribuiu com o processo de romanização da Igreja Católica em Goiás.

Ao invés de acabar com algumas irmandades, ofereceu o modelo da Sociedade Vicentina criada por Ozanam; em vez de, simplesmente, abolir o culto a determinados santos, fomentou outros como São Luis Gonzaga, São Prudêncio, dentre outros, batizando as Conferências com seus nomes.

Contudo, o processo de negociação entre a *velha* e a *nova* proposta de catolicismo não ocorreu sem conflito⁴⁹. A permanência do culto de santos como São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, e a atuação da Irmandade dos Passos até os dias de hoje, sugerem as dificuldades no caminho percorrido.

Os vilaboenses são e sempre foram muito arraigados ao tradicional, desde aquela época; houve grande conflito também na imprensa; muitos intelectuais posicionavam-se contra a derrubada de velhos hábitos do povo da antiga Vila Boa.

⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás*. Cidade de Goiás, s/d.

⁴⁶ Segundo nos contaram as atuais irmãs responsáveis pelo Asilo, na década de 1970, as irmãs escreveram este histórico do asilo e queimaram a documentação nas quais se embasou.

⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás*. Cidade de Goiás, s/d.

⁴⁸ Dom Claudio, após ficar nove anos à frente da Diocese goiana é transferido para Porto Alegre, e posteriormente torna-se Arcebispo Metropolitano do Rio de Janeiro, vindo a falecer em 26 de maio de 1924, “*como um humilde filho de S. Vicente de Paulo*” (SILVA, 2006, p. 314). A remoção de D. Claudio causou “*consternação, uma vez que aquele chefe da Igreja goiana era geralmente estimado em toda a Província*”; sendo ele, por exemplo, quem levou a Roma, “*para ser oferecida a Leão XIII, uma imagem do Menino Deus, valioso trabalho do grande escultor goiano Veiga Vale*” (FERREIRA, 1980, p. 61).

⁴⁹ Sobre esse assunto ver: SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *Paixões em Cena: a Semana Santa na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

Sebastião Fleury Curado (1864-1944), por exemplo, escreveu um artigo defendendo a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Goiás, que foi mais tarde publicado em seu livro *Três Memórias Históricas* (1937).

Noutro passo, iremos aprofundar na atuação das Conferências Vicentinas na Cidade de Goiás, e, posteriormente, faremos o histórico do Asilo São Vicente de Paulo. Primeiramente, há que se considerar o período anterior a idéia de construção do asilo, que embora curto – 1885 a 1888 – é interessante para procurarmos compreender como foi o início dos trabalhos das conferências em solo goiano.

Neste sentido, um dos principais de indícios é o documento supra citado, qual seja, o relatório de 1888, que centra-se no trabalho da Sociedade São Vicente de Paulo que era voltado para quatro principais obras, a saber: a Escola Noturna, Obra dos Enterros (da qual há citações literárias pitorescas nos contos de Cora Coralina (1984), Mariana Augusta Fleury Curado (1969) e Octo Marques (1984) sobre o famoso “caixão de São Vicente”), a Doutrina Cristã e as Visitas às prisões e hospitais. Quanto à primeira, essa era uma obra dedicada:

(...) a instrução dos pobres foi mantida pelo Conselho Particular por espaço de um anno, vencendo a Sociedade grandes obstáculos para poder manter uma obra com que não fazia pequena despesa; a Providencia porém, que tudo vê e tudo sabe, lembrando se dos ardentes desejos da Sociedade fez com que o Governo Prov.^{al} fundasse uma escola nocturna em mesmo predio em que funcionava a nossa, as mesmas horas e com os mesmos regulamentos, o que foi para nós de grande contentamento, pois vemos assim a obra de Deus com mais força e mais estabilidade, permita Deus que essa instituição tenha sempre em sua frente um Director de uma moral capaz de produzir bons cidadãos⁵⁰.

Pode-se observar que o Governo Provincial instituiu uma escola noturna onde funcionava a escola mantida pela Sociedade São Vicente de Paulo. Ademais, nota-se que quando se transferiu a responsabilidade para o governo⁵¹, conservou-se o prédio, o horário e o mais importante, o regulamento.

Tal fato evidencia que, o objetivo dos Vicentinos, qual seja, a instrução dos pobres, se manteve com a mudança de administração. Entretanto, não encontramos

⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁵¹ Não podemos precisar em qual governo ocorreu a transferência, pois o documento não cita o ano.

nos relatórios dos presidentes de província, qualquer menção sobre a criação desta escola noturna⁵², pois nesse período, como relataram os historiadores da educação goiana, Genesco Ferreira Bretas (1997) e Nancy Helena Ribeiro de Araújo e Silva (1981), a instrução ainda não era vista como forma de ascensão social, estava muito no âmbito da classe privilegiada, como forma de manutenção de domínio de famílias abastadas.

Foi só com a Escola de Aprendizes e Artífices, criada na Cidade de Goiás em 1909 é que houve uma tentativa de criação de curso noturno para profissionalização dos pobres, mas que não foi avante. A primeira tentativa desse porte foram as insipientes aulas, em 1913, gratuitas, das professoras Maria Henriqueta Péclat e Georgina Caiado Fleury, no velho casarão junto à “pinguelona” do Mercado. Pelo relato de Mariana Augusta Fleury Curado em seu livro *Vida* (1969), as aulas não prosseguiram porque os próprios pobres não viam nelas nenhum significado prático. Para serviços braçais não precisavam ser alfabetizados.

A segunda obra é a respeito dos enterros, que a Sociedade São Vicente de Paulo fazia aos pobres, como bem mostra outro trecho do relatório de 1888:

Depois de grande dificuldade vimos concluido o carro funebre, obra que acha começada a um anno e tanto, dependendo ainda da construcção de uma casa para seo deposito e aquisição de animaes para o seu costeio. Nem por isso esmorecemos ainda, pois é mais fácil termos encontrado dificuldades com aquisição de operarios do que com os meios para levar a effeito tão importantes obras⁵³.

A função de enterrar gratuitamente os indigentes era desempenhada pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, “(...) instituição que abarcava funções e princípios caritativos cristãos” (MAGALHÃES, 2004, p. 19). Pressupomos que depois de 1885, as Conferências da Sociedade São Vicente de Paulo cuidariam deste

⁵² A única alusão sobre a mesma foi localizada no relatório do Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, datado de 1888, quando se aborda a questão da nomeação de professores: “para a noturna da capital o cidadão José Gomes dos Santos (...)”. In: Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas* nº 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 184.

⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

trabalho, devido ao fato da aquisição de um carro fúnebre para o cortejo até o cemitério.

Em 09 de setembro de 1888, por exemplo, a Conferência da Imaculada Conceição pagou “*hum mil e duzentos réis*” ao senhor Manoel da Costa Leite, “*proveniente de um caixão de anjinho feito pelo referido*”⁵⁴.

Noutro passo, a Doutrina Cristã⁵⁵, a terceira obra na qual se dedicou a Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás era inicialmente de responsabilidade do confrade José Ignácio da Luz e Azevedo, e posteriormente:

*(...) passou a sê-lo pelos Padres Dominicanos, obra que a elles declinamos de muito bom gosto, pois, infelizmente, podemos com franqueza dizer que mais serviamos para discípulos que para mestres de doutrina, pois nesse ponto é geral a indolencia dos pais de familias que tudo deixam aos cuidados dos mestres que lhes ensinam a bôa ou má moral*⁵⁶.

Por conseguinte, a pregação da Doutrina Cristã, em plena sintonia com os mandamentos da Santa Sé, era um dos principais objetivos da Reforma Ultramontana. Portanto, tal empresa não poderia ser concebida por leigos e, sim, por pessoas capacitadas em assuntos religiosos, como os Padres Dominicanos.

Enquanto a Igreja cuidava do aporte espiritual, aos Vicentinos caberia angariar fundos e canalizá-los em prol dos pobres. Em 1888, por exemplo, o superior dos Dominicanos em Goiás, Frei Raymundo Maria Madre⁵⁷, ofereceu “*(...) para por-si ou por qualquer dos seus companheiros, leccionar gratuitamente religião no*

⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.

⁵⁵ Doutrina Cristã era sinônimo de catequese.

⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁵⁷ Padre Raymundo Maria Madre chefiou a primeira expedição de padres Dominicanos para Goiás, “*(...) era de origem basca. Tinha a força e o brio de quem não se abate. Como zuavo pontifical participou da defesa dos estados pontificiais em 1869 e da guerra franco-prussiana em 1870, entrando posteriormente na Ordem. Exercia a dupla função de cantor conventual e sub-diretor dos noviços quando os superiores resolveram enviá-lo ao Brasil. Jovem, ativo, empreendedor, de circunspeção um tanto solene, falando com segurança, ia ele, na qualidade de superior dar o impulso necessário aos começos, sempre difíceis*” (LLECH, 1976, p. 196).

*Lycêo (...)*⁵⁸, este documento pressupõe o interesse dos Dominicanos no intuito de que o ensino religioso fosse realizado por eles.

Finalmente, as visitas às prisões e aos hospitais compreendiam uma das mais importantes obras para os Vicentinos, porque traziam “*grandes resultados e muitas consolações*”. Contudo, nem todos os Vicentinos se dispunham a realizar tais visitas, porque não se podia “*contar com alguns piedosos confrades que a exemplo das Conferencias do Rio de Janeiro e outros pontos do Brasil*” se dirigiam tanto as cadeias, quanto aos hospitais⁵⁹. O documento traça um quadro perturbador desses dois estabelecimentos:

(...) às cadeias onde encontrarião os presos entregues a um meio horrível onde só encontram meios de maior perdição que verdadeira correccão; aos hospitaes onde os enfermos illudidos a uma triste esperança de viver sempre enganados por levianas animações, nunca se lembrão do verdadeiro caminho á seguir; é assim que vimos duas classes de desgraçados, bem pobres e que não encontram quem lhes leve uma esmola para alimentar o seu espirito, por aqui vemos bem claramente que nem sempre é grande esmola atirarmos simplesmente a sacola do pobre um punhado de ouro, ao passo que seria de grande virtude aquelle que não tendo ouro e que desejando ser util a nossa cara Sociedade se dirigisse a casa do pobre e alli lhe consolasse em sua dôr, que se dirigisse ao cárcere e mostrasse ao criminoso o caminho do arrependimento que se dirigisse finalmente ao hospital e ahi de leito em leito consolasse esses pobres enfermos mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma⁶⁰.

A visita aos pobres constituía uma das principais bandeiras de São Vicente de Paulo, de Frederico de Ozanam e da Sociedade criada por este último. No referido documento, encontramos dois pólos em que se concentravam essas visitas, a cadeia e o hospital. A respeito dos relatórios, os mesmos criticam incisivamente tanto a correção, quanto a cura dessas “*duas classes de desgraçados*”.

Tanto em relação à cadeia, como ao hospital, os apontamentos dos confrades Vicentinos encontram eco nos relatórios dos Presidentes de Província. Em

⁵⁸ Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas nº 14*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 184.

⁵⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

⁶⁰ Idem.

1881, o então Presidente da Província, Dr. Aristides de Souza Spinola assimilava, em relação as cadeias:

É pessimo em geral, o estado das cadêas da provincia. (...) A provincia despênde annualmente não pequena quantia com os presos relhidos na cadêa desta cidade, onde vivem em damnosa ociosidade. São intuitivas as vantagens que resultarião de sujeital-os ao trabalho, visando dous fins: a correcção do delinqüente e a economia para os cofres provinciaes. As despezas com os presos devem ser tanto quanto possível, pagas por elles proprios. (...) O trabalho é também necessário para a hygienne da prizão. Muito conviria crear-se tambem na cadêa uma escola nocturna para a instrucção dos sentenciados e dar-lhes igualmente o ensino religioso. (...) Fundadas as officinas, o prezo, em lugar de custar á provincia 400 r.º diarios, E, então, a prizão, hoje morada de ociosos corrompidos, que vivem a custa do imposto pago pelas classes trabalhadoras e moralisadas, será transformada em centro de trabalho, em casa de moralidade, de onde sahirão muitos productos para o consumo da sociedade, e onde se poderá, pelo trabalho, pela religião, conseguir a regeneração do delinqüente⁶¹.

Neste mesmo sentido, o relatório do Presidente da Província Fulgêncio Firmino Simões, datado de 1887, revela o estado desses dois estabelecimentos. É oportuno ressaltar que o citado presidente não era de Goiás, (como a grande maioria nesse período) e assim que assumiu a administração, andou em todos os prédios para conhecer a realidade dos mesmos, como era de praxe, apesar “*dos poucos dias que tenho na administração e do muito trabalho e fadigas de uma viagem longa e em penoso meio de transporte*”⁶². Suas observações quanto a cadeia são as seguintes:

Não são boas as condições da cadêa desta capital, sendo para lamentar que o estado da provincia não permita que decreteis qualquer medida no sentido de melhoral-a, augmentando-a de maneira que possa comportar o numero de presos, que ali se achão actualmente muito accumulados, pois que para ella são remettidos de toda a provincia, visto ser a única que offerece verdadeira segurança⁶³.

⁶¹ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Ex- Presidente da Província, no acto de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 27 de Dezembro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 129-130.

⁶² Idem, p. 169. A respeito da viagem das condições da viagem até Goiás ver: GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. UFG, 1985.

⁶³ Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* n.º 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 170.

Um dos principais problemas detectados pelo então presidente foi o acúmulo de presos, ou seja, a superlotação da cadeia. O prédio da cadeia, como se sabe, foi construído em 1761, está localizado no largo do Chafariz (AZEVEDO, 1987, p. 110) e desde a década de 1950 transformou-se em Museu das Bandeiras.

Com base nos documentos citados, uma questão emerge: por que havia tantos pobres na cadeia? Durante o Império, aqueles que “*praticavam a mendicância, mas eram reconhecidos como vadios, havia a repressão da lei e da polícia e o confinamento correcional na Cadeia Pública*” (RABELO, 1997, p. 69), ou seja, a mendicância está relacionada com o aumento de prisões, e a cadeia, naturalmente, transformou-se em um locus de atuação da Sociedade São Vicente de Paulo.

Como evidencia o primeiro relatório, há uma preocupação do presidente em relação a disciplinar o preso ao trabalho, como condição de higiene para a prisão⁶⁴. O segundo, por sua vez, concentra-se na falta de espaço físico para abrigar os presos, reclamando o aumento da cadeia.

Entretanto, nestes dois relatórios emerge o problema da mendicância na capital de Goiás. Em 10 de fevereiro de 1881, por exemplo, o Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, declarava que por “*muitas vezes homens robustos e mulheres ainda capazes do trabalho, têm aparecido no meu gabinete, pedindo esmolos!*”⁶⁵. O problema da mendicância será retomado no segundo capítulo deste trabalho, dedicado aos desvalidos.

Por conseguinte, o segundo estabelecimento é o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, fundado em 1825, tendo a proteção de D. Pedro I, por meio de Carta Imperial datada de 25 de janeiro, com o objetivo de abrigar os enfermos pobres⁶⁶. Sobre esta instituição, um relatório de 1887 faz as seguintes considerações:

⁶⁴ Sobre esse processo ver os interessantes trabalhos de: MORAES, Cristina de Cássia Pereira Moraes. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1995; RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: A normatização do comportamento na Cidade de Goiás (1822-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

⁶⁵ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 203.

⁶⁶ Sobre o Hospital São Pedro de Alcântara ver: MORAES, Cristina de Cássia Pereira Moraes. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860”.

De visita que fiz ao Hospital de Caridade de S. Pedro de Alcântara, a cargo da Santa Casa de Misericórdia, e que a provincia auxilia parcamente, si attender-se aos seus recursos, trouxe uma impressão desagradavel. Essa instituição, com quanto dirigida com zelo e pode-se mesmo dizer com escrupulosa economia, funciona em um edificio a todos os respeitos inconveniente, e seria para desejar que, correspondendo aos sacrificios da provincia, tão importante instituição, para onde estão voltados os olhares dos ricos e dos pobres, porque é de uns e outros que tira os meios de manutenção, mudasse as condições precárias de seu hospital, tornando-o capaz de o ser e procurando satisfazer o seu fim, que é enchugar as lagrimas dos que soffrem, praticando a mais sublime das virtudes – a Charidade⁶⁷.

Como podemos observar, as condições de salubridade desses dois estabelecimentos, nomeadamente, a cadeia e o hospital, onde se encontravam essas “*duas classes de desgraçados*”, era péssimo. E, talvez por isso, tornar-se-ia o *locus* ideal para a atuação dos Vicentinos.

O relatório da Sociedade São Vicente de Paulo de 1888 tece duras críticas tanto ao sistema prisional, quanto ao sistema de saúde, entretanto, o seu objetivo não é mudar aquela realidade, e sim mostrar “*ao criminoso o caminho do arrependimento*”, e consolar o doente “*mostrando-lhes Deus, o medico do corpo e da alma*”. Essas considerações a respeito tanto da cadeia, quanto do hospital, são importantes para os próximos capítulos deste trabalho, em que iremos aprofundar na relação do asilo com essas duas instituições.

À parte essa questão, às Conferências cabia cuidar de certo de número de pobres, provendo-os tanto do auxílio espiritual quanto material. A título de exemplo, por meio do “*1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*” é possível identificar como funcionava essa rede de auxílio aos pobres da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás.

Neste livro, os confrades escreviam a quantia recebida do tesoureiro e onde haviam gasto o dinheiro, seguindo o modelo abaixo:

In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999; MAGALHÃES, Sônia Maria de. “Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, set-dez. 2004.

⁶⁷Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas nº 14*. Goiânia: Ed. UCG, 2001, p. 169.

Recebi do Snr. Josino do Nascimento Marques Fogaça, thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição, a quantia de doze mil e quinhentos importancia de 15 vales q forneci a tres pobres da mesma Conferencia e por ser verdade passa o presente em que firmo. Goyaz 1º de Setembro de 1888. Lourenço Alves Costa⁶⁸.

O documento evidencia que, primeiramente, os Vicentinos forneciam os vales em dinheiro, ou gêneros, roupas, dentre outros, e depois recebiam o respectivo valor do tesoureiro da Conferência. A relação dos Vicentinos com os pobres era muito próxima; nesse mesmo documento, por exemplo, o confrade Francisco [...] de Sá, requereu no dia 28 de novembro de 1888, treze mil e quinhentos réis proveniente da compra de roupa para “*meu pobre*”⁶⁹. Ou seja, cada confrade vicentino era responsável por determinado número de pobres.

Sobre essa relação íntima com os pobres, Michel Mollat constatou na Idade Média, que o “*interesse não era apenas moral – também era espiritual*”. Por que ter “*seus pobres, tal como se tinha seus mansos e seus criados, também significava ter seus intercessores, com o objetivo de redimir seus pecados e ter sua salvação garantida*” (1989, p. 149)⁷⁰.

Para visualizarmos as minudências da rede de auxílios da Conferência da Imaculada Conceição, elegemos quatro Vicentinos, a saber, Lourenço Alves Costa, Manoel Pinheiro Lemos, Antonio Ribeiro da Silva e João Augusto Marques Fogaça, e os acompanhamos em suas movimentações durante o período de setembro a dezembro de 1888:

⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. 1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição. Cidade de Goiás, 1888-1889.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ A questão de interceder junto a Deus por meio da oração foi identificada no suplemento do Correio Oficial de nº 58 de 10 de agosto de 1881, em que lê-se: “*Um apelo aos corações benfazejos e cristãos. A infeliz Theodora, moradora no beco da Villa Rica, não podendo mais esmolar pelas ruas, como até há pouco o fazia, em consequência de haver-se agravado bastante o enorme aleijão que tem, supplica às almas caritativas que não se esqueçam dela com o pão diário e roupas servidas, promovendo a todos dirigir incessantemente rogos a Deus em favor de seus benfeitores*”. (CORREIO OFICIAL, apud RABELO, 1997, p. 67).

Quadro nº. 1:
Contabilidade da Conferência da Imaculada Conceição da Cidade de Goiás

Lourenço Alves Costa			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	15 vales	12\$500 réis	3 pobres
04/10/1888	12 vales	10\$000 réis	3 pobres
12/11/1888	12 vales	10\$000 réis	3 pobres
01/12/1888	16 vales	17\$500 réis	4 pobres
Manoel Pinheiro Lemos			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
03/10/1888	Gêneros	6\$000 réis	2 pobres
03/11/1888	8 vales	6\$000 réis	2 pobres
02/12/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
Antonio Ribeiro da Silva			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
03/10/1888	Gêneros e 8 vales	6\$000 réis	2 pobres
03/11/1888	8 vales	6\$000 réis	2 pobres
05/12/1888	10 vales	7\$500 réis	2 pobres
João Augusto Marques Fogaça			
Data	Com o que gastou	Quanto gastou	Para quantos pobres
01/09/1888	35 vales	26\$250 réis	7 pobres
04/10/1888	26 vales	19\$500 réis	7 pobres
12/11/1888	23 vales	17\$200 réis	7 pobres
03/12/1888	25 vales	19\$350 réis	7 pobres

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.

Considerando que cada confrade cuidava de determinado número de pobres, chegamos ao total de 14 pobres ajudados pelos quatro Vicentinos nos meses de setembro a novembro e 15 pobres no mês de dezembro.

Dever-se-á considerar que os quatro representam parcela pequena dos membros da Conferência da Imaculada Conceição. O mesmo ocorria na Conferência de São Luiz Gonzaga, “*composta de jovens estudantes que muito dão a esperar*”⁷¹,

⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

que, em 1888, possuía 10 sócios assíduos, 2 remissos, 1 que não compareceu por *justo motivo*, 2 ausentes, e 2 que foram eliminados, totalizando 13 sócios ativos. Estes, por sua vez, socorreram 18 pobres, distribuindo para os mesmos 138 vales de janeiro a julho de 1888⁷². Ademais:

*Quanto aos socios, têm cumprido com escrupuloso cuidado, os preceitos que prescreve o nosso Regulamento, relativamente a visita das familias pobres. Destas não ha um só membro que não seja Catholico, e todos satisfazem os mandamentos da Igreja. A Conferencia continua a patrocinar o casamento de donselhas pobres e de amansebados*⁷³.

Esse documento é interessante por descortinar outro viés de interpretação da atuação da Sociedade São Vicente de Paulo. Por meio dele é possível perceber a junção dos ideais de São Vicente de Paulo e Frederico de Ozanam. Porque, para serem assistidos pelos confrades, os pobres deveriam ser católicos e praticar os mandamentos da Igreja.

Uma vez cumprindo esses requisitos receberiam, para além do conforto espiritual, como ressaltamos anteriormente, também o conforto material, com recebimento de vales, de roupas, de comida, aluguel de casas, patrocínio de casamentos – principalmente dos amancebados –, fornecimento de caixões, dentre outros. Talvez, o não cumprimento desses requisitos – o ser católico – tenha feito com que a Conferência de São Luiz Gonzaga suspendesse o auxílio a dois pobres⁷⁴.

Mas à parte essa questão, como funcionava as finanças dessa rede de assistência? O dinheiro era oriundo da coleta entre os confrades, da contribuição da sociedade, e de eventos promovidos para arrecadar dinheiro, como leilões, espetáculos teatrais, além de outros.

Anna Joaquina da Silva Marques, autora de um memorial entre 1881 até 1930, presenciou o esforço da Sociedade São Vicente de Paulo em angariar recursos⁷⁵. Na noite de 1º fevereiro de 1886 “(...) *hove Theatro em em beneficio de*

⁷² ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Presidente da Conferencia de S. Luiz Gonzaga*. Cidade de Goiás, 1888.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Ibidem.

⁷⁵ Sobre Anna Joaquina da Silva Marques ver o interessante estudo de: CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina*

*S. Vicente de Paula. (Vingaça de 1 escravo, e a comedia o morto embargado) esteve m^{to} concorrido nós não fomos*⁷⁶. No dia 23 de julho de de 1886, “*eu Nhola e Lili fomos a novena de S. Vicente de Paula. Houve Leilão*”⁷⁷. Mais adiante, no dia 21 de julho de 1889 “*houve leilão de S. Vicente de Paula houve m^{tas} prendas q’ forão arrematadas*”⁷⁸. Por fim, em 8 de dezembro de 1889 “*teve lailão de S. Vincente de Paula p.^a q’ o resultado fosse o din.^o distribuido com os pobres. Nhola Lili e Eu offerecemos objectos, p.^a esse fim*”⁷⁹.

Nessas passagens retiradas do Memorial de Lembranças de Anna Joaquina há uma frase muito interessante, a saber, “*Hove leilão da irmand.^e de S. Vicente de Paulo; m^{to} concorrido p.^{lo} jovens Goyano*”⁸⁰. O último trecho afirma que o evento promovido pela Sociedade São Vicente de Paulo foi muito concorrido pelos jovens. Isso aconteceu em 19 de julho de 1885, ou seja, apenas três meses depois de fundada.

Tal fato vem corroborar aquele outro documento, citado páginas atrás, que discorre sobre o *entusiasmo*, que, em 1888, já não era o mesmo de outrora, porque se dissipou a poeira da novidade. Este ponto é muito importante, pois será uma parte do tripé que sustentará a nossa hipótese acerca da idéia da construção do asilo.

Igualmente, o primeiro trecho da frase é a respeito de como a Anna Joaquina se referiu à Sociedade São Vicente de Paulo: como uma Irmandade. Isso é um interessante indício sobre o modo como a sociedade vilaboense vivenciava as regras da Reforma Ultramontana. Mesmo após a substituição das Irmandades por novas associações, como a Sociedade São Vicente de Paulo, a população ainda as via como uma Irmandade. A semelhança entre essas duas associações leigas engendra tal comparação.

Concluindo a questão da rede de assistência aos pobres, se levarmos em consideração o número de Conferências em torno de seis, podemos estimar que o número de confrades Vicentinos fosse de no mínimo sessenta.

Marques. Cidade de Goiás, 1881-1930). Dissertação (Mestrado em História – Universidade Federal de Goiás). Goiânia, 2008.

⁷⁶ Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, doravante designado IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 79 (mimeo).

⁷⁷ *Idem*, p. 86.

⁷⁸ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 120.

⁷⁹ *Idem*, p. 125.

⁸⁰ *Ibidem*, p. 72.

Outrossim, se cada vicentino assistia no mínimo um pobre – há casos de somente um atender sete – é notório que essa rede de assistência entraria em colapso; porque, de um lado temos a diminuição do número de Vicentinos, e de outro, o aumento no número de pobres.

Uma evidência desse fato é o caso de Lourenço Alves Costa, que em dezembro de 1888, como mostra a tabela acima, aumentou de 3 para 4 o número de pobres que assistia. Esses indícios apontam para os principais fatores para a construção do asilo:

*A Sociedade S. Vicente de Paulo em Goiás, tendo em vista a avultada quantia que mensalmente despendia com alugueis de casas para os seus pobres e a dificuldade de alimentá-los, concebeu a idéia de adquirir um prédio com as necessarias acomodações afim de melhor tratá-los em conjunto*⁸¹.

Para além da economia financeira que, para a Sociedade São Vicente de Paulo, a construção do asilo representaria, este objetivo também evidencia a questão do asilamento desses indivíduos, ou seja, retirá-los das ruas, praças, becos e vielas e alojá-los dentro de um lugar, onde o discurso da caridade, esconde uma questão mal resolvida historicamente, qual seja, o problema dos mendigos, doentes, velhos, alienados mentais que punham em risco a salubridade da Cidade de Goiás, assim como o seu *status* de capital da Província.

Uma vez no asilo, os seus internos recebiam “(...) *todos os confortos tanto materiaes, como espirituaes (...)*”⁸² A presença de um capelão e das Irmãs, ambos da Ordem Dominicana, a própria capela e o seu significado como lugar sagrado, e os Vicentinos viabilizando financeiramente a manutenção da instituição, convergiam para que o espaço do asilo representasse a prática dos ideais de São Vicente de Paulo e de Frederico de Ozanam. Ademais, o objetivo do asilo era “(...) *recolher os*

⁸¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, s/d, p. 02.

⁸² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

indigentes e mantel-os; dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica”⁸³.

Aos domingos e dias santificados, um dos [...] Pe. Dominicanos celebra o Santo Sacrificio da Missa na Capella, onde, alguns dos asylados em companhia das Irmãs recebem a Jesus sacramentado. (...) A capella é sempre ornada devido ao zelo das Irmãs, que com os donativos a ellas pessoalmente feitos compram, alem dos extraordinarios para a casa, os aviamentos e fazem flores e palmas. Para mais decencia na celebração dos Santos Misterios compraram 1 cahixa de [...], 2 para galhetas, 1 estante de madeira, 3 paramentos e 1 [...] que está a chegar, para [...] na Benção do SS. Sacramento (...)⁸⁴.

Pelo exposto, percebe-se que as missas na capela do asilo ocorriam aos domingos e dias santos, ou em caso de alguma eventualidade, como morte, dentre outros. Nem todos os internos participavam das celebrações, embora o “*ser católico*” fosse o primeiro critério para que a Sociedade São Vicente de Paulo pudesse ajudar.

Havia, como de praxe, todo um zelo por parte das Irmãs Dominicanas em relação a este espaço do asilo; já que foi uma das reivindicações para que as mesmas atravessassem o Atlântico e trabalhassem na instituição.

Por conseguinte, a capela do Asilo São Vicente de Paulo, também era utilizada para realizar o sufrágio⁸⁵ pela alma dos seus benfeitores. Em 1916, após o falecimento de uma senhora, proprietária de casas e terras, “*(...) e tendo no seu inventario contemplado o Asylo, deixando-lhe propriedades, esta junta resolveu em agradecimento suffragar a sua alma, mandando resar na capella do dito Asylo, uma missa por ocasião do 7º dia do seu passamento*”⁸⁶. Em 1917, devido ao falecimento de um major “*(...) a quem este asylo muito deve por ter sido um grande protetor seu e por proposta do Snr. thesoureiro , a junta resolveu mandar suffragar a sua alma*

⁸³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 02.

⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

⁸⁵ Ato piedoso ou oração pelos defuntos.

⁸⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Outubro de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

mandando celebrar na capella do (...)Asylo uma missa por occasião do 30º dia do seu passamento”⁸⁷.

Quando do falecimento de um Confrade Vicentino, em 1919, a capela do asilo também era utilizada para este fim, sendo que na oportunidade “(...) *convidão-se para esse acto de devoção a familia do finado confrade. A missa será celebrada ás 6 horas do dia 26 do corrente naquelle estabelecimento*”⁸⁸. Nessas ocasiões, a capela do asilo recebia, além dos parentes do finado, “(...) *muitos membros da sociedade*”⁸⁹.

Porém, não se observou, na documentação arrolada, nenhuma alusão a alguma celebração visando o sufrágio da alma de algum interno que não tenha deixado bens para a instituição, como veremos no próximo capítulo. Em todos os casos observados acima, o falecido possuía grande prestígio na sociedade vilaboense, ou foi um grande colaborador das obras vicentinas.

Neste sentido, o “*conforto espiritual*” para com os internos estava restrito somente em vida, como o “*conforto material*”. Deve-se ressaltar que, naquela sociedade, visava-se muito mais a morte que a vida, como atesta os estudos sobre a morte desde o século XVIII⁹⁰. Era comum estabelecer nos testamentos a quantidade

⁸⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁸⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁹⁰ Cf. ARAUJO, Ana Cristina. “Despedidas Triunfais: celebração da morte e cultos de memória no século XVIII.”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. 2. Vol. São Paulo: HUCITEC/FAPESP/Imp. Of. do Estado, 2001, p. 17-33; ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977; ARIÈS, Philippe. *The hour of four death*. Harmondsworth: Penguin, 1981, p. 62-69; CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres. As missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno. Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; CHÂTELLIER, Louis. *L'Europ.e Des Dévots*. Paris: Flammarion, 1987; DELUMEAU, Jean. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séc. XIII - XVIII)*. 2 vol. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003; LE GOFF, Jacques. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995; REIS, João José. “O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista”. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992; REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991; THOMAS, Keith. *La mort africaine*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978; VAN GENNEP, Arnold. *The rites of passage*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960; VILLA-LOBOS, Maria Jose Cabral Barata Laboerio de. *Atitudes perante a morte. Permanência e mudança numa aldeia da Beira –Baixa*. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995; VOVELLE, Michel. “Les attitudes devant la mort”. *Annales: ESC*, 31: 1(jan-fev) 1976; VOVELLE, Michel. *Ideologias e mentalidades*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987; VOVELLE, Michel. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe*

de missas que deveriam ser rezadas⁹¹. Havia uma necessidade de se propagar o ato de caridade como um itinerário seguro para uma vida eterna feliz.

As missas, por sua vez, não eram gratuitas, pelo contrário. Em 1917, por exemplo, o “*Snr thesoureiro comunicou haver pago a importancia de 8\$000 ao padre celebrante da missa mandada resar na capella deste asylo (...)*”⁹². Em 1925, o asilo gastou 120\$000 (cento e vinte mil réis) com “*(...) doze missas mandadas celebrar na Capella do mesmo Azylo, por almas dos benfeitores fallecidos dessa Casa de Caridade*”⁹³.

Nesta época, o valor de cada missa já era de 10\$000 (dez mil réis). A título de comparação, em 1935 pagava-se 15\$000 (quinze mil réis) mensais para a ajudante de cozinha do asilo⁹⁴. Em 1937, o valor de cada missa ainda era de 10\$000 réis⁹⁵.

O espaço da capela e sua simbologia como lugar sagrado, materializava o discurso da caridade cristã que foi o alicerce da construção do Asilo São Vicente de

siècles. Paris: Gallimard, 1974; VOVELLE, Michel. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.

⁹¹ A importância dos sufrágios na sociedade vilaboense constituiu dentro do cerimonial do luto, a garantia às almas dos Irmãos que por ventura adentrassem o portão do purgatório. Variavam em número em função do poder econômico dos solicitantes. A respeito dos sufrágios devemos observar três aspectos: quem são os purgados, por quem são purgados, onde são purgados. Os que são purgados dividem-se em três categorias. Os primeiros são os que morrem sem ter feito a penitência que lhes cabia. Se por ventura, tivesse no coração a contrição para apagar seus pecados, passariam livremente para a vida eterna mesmo não tendo realizado nenhuma reparação. Mas, aos que morreram sem se arrependem, ou antes de completar alguma penitência, são severamente punidos no fogo do purgatório, a menos que os vivos fiquem encarregados de sua reparação. Para que tal reparação tenha valor, são necessárias quatro condições. A primeira é que deve ser autorizada pelos padres; a segunda diz respeito quando o beneficiário não pode estar em condições de reparação; a terceira é quando o reparador tem caridade meritória suficiente; a quarta é quando existe a proporção entre a reparação e a pena, de maneira que uma menor seja comutada por uma maior; pois satisfaz mais a Deus a pena sofrida pessoalmente do que por outrem. Há três tipos de penas; a pessoal e voluntária – tem maior poder de reparação – a pessoal e não voluntária – é sofrida no Purgatório – a voluntária, mas não pessoal – é objeto de reparação, mas, satisfaz menos por não ser pessoal como a primeira e mais que a segunda por ser voluntária. Portanto, para se livrar das penas, o fiel necessita dos sufrágios feitos pelos amigos e familiares. Há quatro tipos de sufrágios deveras vantajosos para os mortos: a prece dos fieis, a prática da esmola, a celebração da missa e a observação do jejum. Os mais utilizados foram as missas com variações na quantidade dependendo da época. VARAZZI, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 912-924.

⁹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Maio de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa*. Cidade de Goiás, 1925.

⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa*. Cidade de Goiás, 1937.

Paulo. Segundo a literatura consultada⁹⁶ a caridade era o vínculo que unia os homens a Deus.

Desde a Idade Média, Igrejas, Mosteiros e Conventos, realizavam a assistência a crianças, velhos, e doentes pobres. São Vicente de Paulo também o fizera como afirmamos em páginas anteriores. Embasado nas palavras de Jesus Cristo – ‘*daí de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede*’ – a caridade ganhou, em Goiás, um grande impulso por meio dos ideais de Frederico de Ozanam e a sua Sociedade Beneficente.

O General Pedro Cordolino Ferreira de Azevedo (1884-1958), por exemplo, um vilaboense radicado no Rio de Janeiro, escreveu na obra *Terra distante* suas impressões de Goiás quando por aqui voltou a passeio, no início da década de 1920, ao observar o imponente edifício do Asilo São Vicente de Paulo: “*Quão forte é a Caridade, quão productiva a palavra de Jesus, quão profundo o amor ao proximo (...)*” (1925, p. 98).

Por uma linda tarde de fins de Janeiro me foi dado visitar aquella mansão de tristeza e de desolação, de amor e caridade, erguida carinhosamente com os poucos recursos do ambiente goyano e sustentada com a energia, tenacidade e abnegação de que só são capazes as almas puras e devotadas ao sacrificio (AZEVEDO, 1925, p. 95).

O discurso de que o Asilo São Vicente de Paulo foi construído com intenções caritativas, de amor ao próximo e de abnegação perpassou o tempo.

⁹⁶ Sobre a caridade ver: GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986; MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989; RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981; SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os Salões e o Laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2005; SANTANA, Camila Jansen de Mello de. “Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação”. In: *Revista Aulas*. N. 4 – abril/julho 2007; SILVA, Claudia Neves da. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. In: *Sociologias*. Ano 8, n. 15. Porto Alegre, 2006; SILVA, Claudia Neves da. *Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam?*. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2008/30_Caridade_acao_social.pdf. Acesso em 05 de janeiro de 2010; TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007; WEBER, Beatriz Teixeira. “Caridade e Assistência Social: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul 1880-1920”. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em 05 de janeiro de 2010.

Quando já estava em pleno funcionamento, a Junta Administrativa do Asilo se apegava a este discurso para conseguir mais donativos, como veremos adiante.

Mesmo nos saraus e tertúlias vilaboenses, realizadas no Palácio Conde dos Arcos, o ideário do valor do asilo de São Vicente de Paulo não era esquecido, como ressalta a ata de uma sessão lítero musical do Gabinete Literário Goiano, então liderado por Consuelo Caiado, em que a secretária da instituição, Argentina Remígio Monteiro, relata que a poetisa Josefina Pinheiro de Lemos Mendes (2003) declamou um poema dedicado ao Asilo, destacando: “*Asilo de São Vicente/tem muito pobre e doente/e vejo irmã Inês/com seu avental xadrez/a cuidar de tanta gente*”.

A Junta Administrativa, por sua vez, era subjugada ao Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, e cabia a ela administrar os recursos do asilo e o prover do que necessitasse. O espaço destinado à Junta era do mesmo tamanho do espaço da Capela. Ambas as salas eram separadas por um estreito corredor que levava para o pátio interno da instituição.

A Junta Administrativa do Asilo era eleita anualmente pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo⁹⁷. Sempre no dia 25 de Julho – data da inauguração do asilo – ocorria a cerimônia de posse dos novos membros da Junta. Na ocasião, o Presidente da Junta, cujo mandato se findava, lia extenso relatório detalhando pormenorizadamente todos os acontecimentos de sua gestão, compartilhando, deste modo, com todos os confrades a situação da instituição.

Os membros da Junta não recebiam remuneração e esta era composta de um Presidente, um Secretário e um Tesoureiro, que poderiam se reeleger, porém, não houve casos de reeleição de uma mesma Junta para os mesmos cargos⁹⁸. De acordo com o Regulamento do asilo, competia a Junta:

- §1º Administrar internamente o Asylo;
- §2º Nomear e demittir os respectivos empregados;
- §3º Contractar o fornecimento de generos alimenticios, lavagem de roupa e illuminação;
- §4º Comunicar-se com o Conselho em todos os negocios referentes ao Asylo suggerindo as medidas que forem necessarias á boa ordem do serviço;

⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

§5º *Crear e ter sob sua guarda os livros necessários á escripturação da casa; §6º Admittir os indigentes que julgar nas condições de ser recolhidos, com recurso para o Conselho de suas decisões;*

§7º *Prover o Asylo de tudo quanto for necessario ao seu custeio e manutenção; §8º Cumprir e fazer cumprir todas as disposições do presente regulamento*⁹⁹.

Há que se ressaltar o fato de que a responsabilidade da administração do asilo estava dividida entre a Junta, composta pelos confrades, e as Irmãs Dominicanas, que cuidavam diretamente dos internos.

Seguindo uma hierarquia, todos os problemas vivenciados pelas Irmãs, eram levados ao conhecimento da Junta Administrativa pela Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo, a única que podia participar das reuniões ordinárias e extraordinárias. Aliás, além de “*convocar e presidir as sessões da junta*”; de visitar o asilo diariamente e zelar “*pela sua bôa ordem e pela regularidade do serviço interno*”; de representar os demais membros da Junta perante Conselho Particular; de autorizar as despesas consideradas necessárias; e de prestar conta de sua gestão para o Bispo Diocesano quando lhe for pedido, ao Presidente da Junta Administrativa ainda cabia: “*Entender-se com ás Irmãs Dominicanas, sobre o serviço interno do estabelecimento, provendo as necessidades, conforme forem por ellas reclamadas*”¹⁰⁰.

De acordo com o Regulamento do Asilo, existia uma hierarquia, com os lugares e funções muito bem definidos pelos seus membros. Ao mesmo tempo, certa submissão da Junta em relação às Irmãs Dominicanas. No decorrer dos anos, pelas atas das reuniões essa relação de subserviência ficou mais evidente; as Irmãs eram atendidas de pronto em tudo que solicitavam. Por outro lado, havia também muito respeito e admiração recíproca, conforme iremos pormenorizar no terceiro capítulo.

Destarte, a Junta Administrativa do Asilo foi precedida por uma *comissão*, que se responsabilizou pela construção do edifício. Nessas duas instâncias, os Vicentinos empunharam a égide da caridade como pressuposto básico para a

⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

¹⁰⁰ Idem, p. 05.

existência da Sociedade São Vicente de Paulo e para as obras que realizariam, visando amparar, cuidar e assistir aos menos favorecidos.

Entretanto, cabe perguntar se uma empresa dessa magnitude foi viabilizada somente pautada no discurso da caridade de cristã. Que motivos levaram os Vicentinos a construir um asilo, que na época de sua inauguração era considerado “*um dos maiores edifícios do Estado*”¹⁰¹? Pressupomos, como aventamos páginas atrás, que as Conferências se mostraram incapazes de atender a demanda de pobres que necessitavam de auxílio.

Ademais, outros pressupostos são discutidos a saber: o primeiro é que o asilo foi criado para abrigar os negros recém libertos da escravidão; o segundo é que o asilo foi criado para suprir a ausência de duas obras vicentinas, a saber, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que passou para a responsabilidade dos Padres Dominicanos (o que de fato só aconteceu na década de 1930, na gestão do Dominicano italiano, Dom Cândido Penso), o terceiro é que o asilo foi criado para aglutinar os Vicentinos, ou seja, o asilo como um projeto de atração, e um objetivo de longa duração, uma vez que, como afirmamos páginas atrás, a Sociedade São Vicente de Paulo estava decaindo, tendo até mesmo que agregar algumas conferências; por fim, o quarto pressuposto diz respeito a salubridade, o medo do contágio e da proliferação de doenças, o asilo, seria, neste sentido, um lugar para se colocar os pobres, os doentes e os indigentes, impedindo assim a ocorrência de epidemias. Porém, antes de aprofundarmos na discussão, faz-se necessário recorrer novamente à documentação:

*Esta idéia (construção do asilo) nasceu em 1886, mas não foi aceita pela maioria dos sócios e permaneceu adormecida por dois anos sendo então renovada em 1888 e aprovada por grande maioria, mas não teve a devida execução. Em 1889 a Conferência de N. S. do Rosário da Capital a adotou alugando para esse fim dois prédios contíguos na rua Passo da Pátria, nos quais reuniu diversos pobres por ela socorridos*¹⁰².

Deve-se destacar as três datas que aparecem no documento: 1886, 1888 e 1889. Inicialmente ressaltamos o período de dois anos em que a idéia ficou

¹⁰¹ Expressão retirada do livro: AZEVEDO, 1987, p. 111.

¹⁰² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, s/d, p. 02.

adormecida: 1886 a 1888, ou seja, podemos pressupor que o asilo foi construído para abrigar os negros recém libertos da escravidão o que justificaria o porquê da aprovação da idéia “*por grande maioria*” em 1888.

Entretanto, a Lei Áurea não encontrou nenhum ser humano na condição de cativo na Cidade de Goiás. O movimento abolicionista no Estado, liderado pelos Bulhões, foi intenso, notadamente na participação feminina de três ilustres mulheres dessa família: Josephina de Bulhões Baggi e Araújo, Ângela de Bulhões Natal e Silva e Leonor de Bulhões Gouveia.¹⁰³

Desde o final do século XVIII a economia aurífera diminuiu drasticamente, e Goiás entrou em um período de decadência que atingiu todos os setores social, econômico e cultural¹⁰⁴. Tal fato refletiu em um “*declínio da instituição escrava*”, pois desde 1781, “*os comboios de negros não mais chegavam a Goiás*” (MORAES, 1972, p. 71). Deste modo, para compensar a defasagem na entrada de escravos surgiram alguns *criadores de escravos* em Goiás, visando abastecer o mercado interno¹⁰⁵. Ademais, no decorrer do século XIX a “*economia que se seguiu tendente a produção agro-pastoril, de início, esteve circunscrita ao campo da subsistência e prescindiu do braço escravo*” (IDEM, 1972, p. 71).

Contudo, o fato de que na Cidade de Goiás existiram poucos escravos por ocasião da lei áurea não invalida nosso pressuposto. A economia de subsistência e a falta de uma ocupação que garantisse o seu sustento fizeram dos ex-escravos o alvo preferencial para a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo, como sugere as seguintes fotografias:

¹⁰³ Sobre esse assunto ver: MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Contribuição para o estudo político e oligárquico da História de Goiás*. Tese (Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972 (mimeo).

¹⁰⁴ Cf. PALACÍN, Luís. *Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822*. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.

¹⁰⁵ Cf: COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.



Fotografia nº. 2: Internas do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.



Fotografia nº. 3: Internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O segundo pressuposto é que a idéia de construção do asilo foi aprovada porque duas obras da Sociedade São Vicente de Paulo saíram da responsabilidade dos Vicentinos, nomeadamente, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que, como se sabe, foi entregue para os recém-chegados Padres Dominicanos. Tal acontecimento ocorreu em 1888, ano da aprovação da idéia. Talvez, por ficarem sem uma obra importante a idéia foi aprovada no fervor do momento, porém, “*não teve a devida execução*”.

Por conseguinte, nosso terceiro pressuposto é que o asilo foi criado como projeto de atração não somente para os Vicentinos como para toda a sociedade vilaboense. Em 1886, apenas um ano depois de instalada a sociedade em Goiás, um confrade propôs a idéia.

Neste período, a cidade ainda estava empolgada com as novidades que a Sociedade São Vicente de Paulo trazia. Entretanto, em 1888, o *entusiasmo* havia desaparecido como frisou o documento citado anteriormente, ou seja, era preciso encontrar um mecanismo de atração, algo que sensibilizasse a população, e que respondesse a um dos seus maiores anseios, a ameaça que esses pobres traziam. Resumindo, a idéia do asilo preenchia esses requisitos, como mostra o documento abaixo:

É aqui que cabe me a honra de dirigir-me aos habitantes dessa Prov.^a para agradecer-lhes o seu concurso sempre a Sociedade a elles se dirige e é contando com a caridade dos povos nunca trepidaremos em intentar qualquer obra por mais difficil que seja, pois isso nos ensinou o nosso Patrono S. Vicente que tudo conseguia, nunca fiado na bolsa, mas sim na Providencia¹⁰⁶.

É interessante observar que este documento, datado de 1888, ano em que a idéia do asilo foi aprovada, há uma parte que, talvez, venha advertir a população sobre os novos planos da Sociedade São Vicente de Paulo: “*é contando com a caridade dos povos nunca trepidaremos em intentar qualquer obra por mais difficil que seja*”.

O asilo poderia ser essa obra difícil, mas que com a caridade da população seria erguida. Novamente, encontramos a palavra *caridade* e a importância que a

¹⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central*. Cidade de Goiás, 1888.

Sociedade São Vicente de Paulo a ela dedicava como a propulsora dos projetos assistenciais.

Finalmente, a questão da salubridade, que já mencionamos rapidamente. O medo das infecções e das epidemias fez a classe dominante agir nas residências. Na primeira metade dos oitocentos, por exemplo, a solução encontrada para a circulação do ar na Cidade de Goiás foi a construção de sobrados “*para anexar dependências indispensáveis à vida ou ao trabalho de seus moradores e, principalmente, para resolver o problema da aeração*” (MORAES, 1999, p. 132).

Por outro lado, o pobre não possuía este recurso; morava, mais comumente, nas praças da cidade, exalando seu odor característico¹⁰⁷; ou seja, era preciso “*acuar a infecção no interior da casa do miserável*” (CORBIN, 1987, p. 184). Mas, se ele não a tinha era necessário provê-lo, e o aluguel de casas para os miseráveis vilaboenses onerava as Conferências¹⁰⁸. Por trás do discurso da caridade a respeito da construção do asilo existem intenções puramente de auto defesa contra a proliferação das doenças que esses pobres atraíam?

Levando em consideração a fotografia acima que atesta que a ampla maioria dos internos do asilo eram negros; o fato da economia goiana girar em torno da subsistência; e que a libertação dos escravos não significou grande prejuízo para a economia da Província, conclui-se que o lugar destinado a esses indivíduos eram as praças, os becos e as vielas da antiga Vila Boa. Nesta perspectiva, os negros recém libertos representavam um perigo imediato quanto à propagação de doenças. Há nas páginas literárias de Cora Coralina (1984), Eduardo Henrique de Souza Filho (1981), Emília Perillo Argenta (1991), Octo Marques (1984) e Aymoré de Barros Vellasco algumas considerações líricas a respeito dos becos e vielas da antiga cidade de Bartolomeu Bueno e a alusão de ser ali o “*lugar de gentinha, ralé e fubá*”.

¹⁰⁷ Sobre esse assunto ver: CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, especialmente o primeiro capítulo da terceira parte intitulado “O Fedor do Pobre”.

¹⁰⁸ Em 06/10/1889, por exemplo, o confrade da Conferência da Imaculada Conceição, Messias Fabiano dos Santos, “*sócio visitante*” o pobre José Mariano pagou o aluguel de um quarto onde morava o mesmo no valor de dois mil réis. Em 03/02/1890, o confrade Francisco [...] Vianna pagou dois mil e quinhentos réis referente ao aluguel da casa onde mora o “*pobre Hermenegildo*”. Por fim, em 03/08/1890, o confrade Francisco Sócrates de Sá pagou para o pobre João da Cruz o aluguel de sua casa no valor de dois mil e setecentos réis. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1890.

Há que ressaltar que até o final do século XIX as teorias miasmáticas dominavam o debate médico; segundo esse princípio, o surto de epidemias de doenças contagiosas era causado em decorrência do estado do ambiente, ou seja, o estado atmosférico envolto pelas más condições sanitárias contribuía para o aparecimento de doenças (ROSEN, 1994, p. 211).

A tessitura da nossa trama está arquitetada em torno desses pressupostos. Antes de, finalmente, darmos início ao histórico do asilo, da idéia à construção, faz-se necessário uma advertência. Um dos raríssimos documentos que aborda pormenorizadamente o processo de edificação do asilo é o que foi escrito pelas Irmãs Dominicanas, datado de 1975.

O documento está dividido em duas partes: a primeira, que abrange o início até o penúltimo parágrafo da página 04 foi *calcado* claramente nas atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, incumbido de construí-lo. O texto segue um padrão cronológico, e em algumas partes é rebuscado, com adjetivos, que possivelmente as autoras colocaram para chamar a atenção para determinado ponto. A segunda parte inicia-se com a frase: “*Vejamos agora o que nos contam as primeiras Irmãs que trabalharam no Asilo:*”¹⁰⁹.

Pressupomos que o objetivo é claramente remontar uma memória histórica, ressaltando os fatos *milagrosos* da trajetória da instituição. Essa parte contém minudências que sobrepõem à primeira, que segue o padrão das atas, com os acontecimentos se sobrepondo naturalmente como no desenrolar de um romance. Outrossim, pressupomos que outro objetivo dessa segunda parte é preencher os espaços vagos na primeira, ou seja, elas recontam a história de um outro ponto de vista. É nesta parte que a história ganha um caráter épico.

A despeito de a idéia de construir o asilo ter surgido no ano de 1886, somente treze anos depois, em 1899, os primeiros tijolos começaram a ser assentados. Entretanto, algumas Conferências não esperaram pelo Conselho Particular; a de Nossa Senhora do Rosário da Capital, por exemplo, alugou, ainda em 1888, dois prédios onde reuniu os pobres por ela assistidos.

Esse argumento corrobora com a hipótese do asilo ter sido construído para abrigar os negros recém libertos da escravidão, e com a hipótese que versa sobre a

¹⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05.

proliferação de epidemias. Levando-os para uma casa, não havia o risco de contaminar o ambiente e, por conseguinte, enfrentar as temidas epidemias, que nesta época grassava o território goiano, como veremos adiante.

Doravante, a idéia da construção do asilo foi aprovada em sessão do dia 16 de setembro, por proposta do confrade João Cardoso D’Avila, Procurador-Geral do Estado em duas ocasiões. De acordo com a proposta, o objetivo era “*edificar um grande estabelecimento com cômodos necessários e higiênicos*”¹¹⁰.

Foi nomeada uma comissão para elaborar o plano de trabalho e a planta do edifício, que foram aprovados no dia 23 de setembro. É oportuno ressaltar a rapidez com que os trabalhos, nesta primeira etapa, foram conduzidos; em apenas sete dias, a comissão realizou tanto o estudo do terreno, quanto à planta do futuro asilo. Na mesma data, foi nomeada nova comissão com a missão de realizar a construção. Na oportunidade o Conselho Particular destinou a importância de cem mil réis para as primeiras despesas.

A planta do edifício foi elaborada por João Cardoso D’Avila. Segundo esse projeto, teria a forma quadrangular medindo 80 metros cada lado. Encontramos esta planta nos arquivos do asilo, e comparando-a com o prédio atual, observa-se que pouco dela se aproveitou.

Uma das primeiras modificações foi feita pelo Prof. Henrique Peclat, que alterou a parte da frente, a fim de se construir “*dois salões separados por um corredor, sendo um para a Capela e outro de reunião da comissão administrativa do edifício*”¹¹¹. Ademais, para executar a empreitada o Conselho Particular:

*Requeru ao Conselho Municipal o terreno preciso, medindo 14.400 metros quadrados que lhe foi concedido pelo Prefeito José Neto Carneiro Leão com a lei nº 67 de 30 de novembro de 1899 e medido e demarcado o mesmo ao logradouro público, em local aprazível e higiênico. Foi lhe passada a respectiva provisão em 07 de fevereiro de 1900*¹¹².

Embora com o terreno assegurado, houve a mal sucedida intenção de comprar uma residência para servir de asilo, em 18 de abril de 1900. Pressupomos

¹¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 03.

¹¹¹ Idem, p. 03.

¹¹² Ibidem, p. 03.

que um dos motivos para a desistência foi a falta de higiene¹¹³ adequada. Na oportunidade, as obras foram interrompidas e um confrade propôs “*a compra da casa da herança de [...] Ferreira da Costa para servir de Azylo; o que é aprovada e [...] a quantia de 5:000 no maximo p^a. a dita compra. Sendo nomeada uma Comissão composta dos Confr. [...]*”¹¹⁴. Esta Comissão teria o objetivo de apresentar um relatório sobre o estado e a higiene da casa.

*Em sessão do dia 16 de maio a Comissão apresentou o seu relatório declarando que a casa não se prestava ao fim que se tinha em vista e que a Socied^e. devia prosseguir na construção do novo Azylo; pareceu esta que foi app.*¹¹⁵

A documentação arrolada não esclarece o motivo principal, mas o não enquadramento da casa dentro das condições de higiene ideais, deve ter influenciado na desistência da compra, que seria muito mais viável em termos financeiros para a Sociedade São Vicente de Paulo.

Segundo o documento citado anteriormente, o terreno onde seria construído o asilo, se localizava em local “*aprazível e higiênico*”. Há que se ressaltar que neste período acreditava-se que as epidemias e males contagiosos era resultado da falta de higiene. Para a simples escolha de um terreno para se construir um hospital próximo a cidade, por exemplo, devia-se:

(...) estudar a natureza do terreno, disposição de suas camadas, sua inclinação e elevação, as águas que o regam, as espessuras das matas, suas distâncias, a elevação das serras que o avizinham, assim como as proximidades dos pântanos e das exalações infectas de certos fabricos, a desfavorável direção dos ventos ou sua salubridade e freqüência, as neblinas, a intensidade e a freqüência dos vapores elétricos (Antônio Francisco de Azeredo, apud MAGALHÃES, 2004, p. 180).

¹¹³ “A hygiene é a parte da sciencia medica que ensina a conservar a saúde; dá aos doentes e aos homens são os preceitos necessarios para a escolha dos alimentos e bebidas, as regras que se devem seguir no exercício, banhos, somno, paixões, trabalhos intellectuaes, etc.; ensina e evita as cousas nocivas e a fazer bom uso das úteis” (CHERNOVIZ, 1890, p. 173).

¹¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹¹⁵ Idem.

O estudo feito visando a localização do terreno para o asilo, e a sua posterior aquisição por meio de uma concessão do então Intendente Municipal José Netto de Campos Carneiro¹¹⁶ provavelmente seguiu todas essas normas com o intuito de resguardar a futura instituição. Por conseguinte, a Pedra Fundamental do futuro asilo foi lançada em agosto de 1900, em uma solenidade que contou com a presença da sociedade, dos confrades Vicentinos, de clérigos e do então Bispo Diocesano, D. Eduardo Duarte e Silva (s/d-1924), que sucedeu Dom Cláudio, a partir de 1891.

No entanto, há uma controvérsia na documentação sobre a data precisa da solenidade do lançamento da Pedra Fundamental do asilo. O histórico escrito pelas Irmãs em 1975, refere-se a data de 30 de agosto. Já o *Anuario* de 1910 aponta o dia de 03 de agosto (AZEVEDO, 1987, p. 111). Não queremos, contudo, confrontar as datas de escrita desses documentos, uma vez que ressaltamos anteriormente, que as Irmãs se embasaram na documentação disponível no arquivo do asilo¹¹⁷.

Outrossim, se neste aspecto os dois documentos se contradizem, em outros eles se complementam. Durante a solenidade do lançamento da Pedra Fundamental, Dom Eduardo disse: *“Está muito bem, meus filhos; pena é que isto vai ficar no papel”*¹¹⁸. O *Anuario*, por sua vez, descreve que o Bispo: *“(...) benzeu a primeira pedra do edifício cuja construção se afigurava então a quasi todos os espiritos no numero das empresas fadadas a falhar”* (AZEVEDO, 1987, p. 111).

Nesses documentos vê-se o total desanimo com que a construção do asilo foi tratada. Entretanto, para além da frase profética de Dom Eduardo, e das considerações de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo – o autor do *Anuario* –

¹¹⁶ José Netto de Campos Carneiro (Catalão-GO, 27 de Fevereiro de 1857 – Cidade de Goiás, 25 de Novembro de 1921). Médico formado na Faculdade de Medicina da Bahia. Foi Deputado Estadual (1892-1894); Secretário de Estado de Instrução e Obras Públicas de Maio a Julho de 1895; Intendente Municipal da Capital por dois mandatos (1899 e 1909); e Secretário de Estado do Interior e Justiça (1913-1914). Foi Diretor do Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 178). Além do mais foi um Vicentino muito querido pela população vilaboense. Não constituiu família, nem deixou filhos. Em seu testamento doou sua casa e sua fortuna para a instituição de um orfanato, denominado de Orfanato São José. *“Gostava imensamente de flores, trazendo sempre uma á lapela”*. Ao falecer *“(...) foi seu caixão conduzido, da porta do cemitério ao tumulo, por moças de sua terra”* (MONTEIRO, 1983, p. 187).

¹¹⁷ Além destas duas datas nos deparamos com outra: *“A 13 de agosto de 1890, D. Eduardo Duarte da Silva benzia a primeira pedra do asilo S. Vicente de Paula, iniciativa do saudoso Dr. João Cardoso D’Avila, aprovada pelo conselho particular das Conferências Vicentinas”* (FERREIRA, 1980, p. 71). Entretanto, consideramos a data equivocada, principalmente no tocante ao ano, 1890, quando todos os outros documentos convergem para o ano de 1900.

¹¹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 04.

observamos, que outros pressupostos emergem. O primeiro deles é que tanto a frase, quanto o comentário foi utilizado dentro de um contexto, qual seja, enaltecer ainda mais os esforços da Sociedade São Vicente de Paulo na construção de uma obra fadada a “*ficar no papel*” e a “*falhar*”.

O parágrafo em que se encontra a frase de Dom Eduardo abre a segunda parte do histórico das Irmãs, que denominados de *épico*. Depois de traçar de maneira sucinta os principais fatos que envolveram a construção do Asilo, elas abrem a parte *épica* da seguinte maneira: “*Estava feito o milagre e D. Eduardo não era mais o Bispo Diocesano de Goiás e não pode ver falhar sua profecia (...)*”¹¹⁹.

O seu objetivo poderia ser tanto denegrir a figura de D. Eduardo, por, talvez, não dar o apoio necessário para a Sociedade São Vicente de Paulo, como fez D. Claudio; ou, como ele foi escrito no sentido de promover uma memória histórica para o asilo, revestir a empreitada da sua construção como algo tão importante que desafiou até mesmo a *profecia* ou a *maldição* de um Bispo.

Por outro lado, os objetivos do autor do *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910* também podem ser interpretados sob o mesmo prisma. Francisco Ferreira dos Santos Azevedo foi um Vicentino, tornando-se tesoureiro da Junta Administrativa do Asilo (1915-1916); e também seu presidente por duas vezes (1921-1922 e 1925-1926)¹²⁰. Este indício sugere o porquê de ressaltar a desconfiança da população quanto a construção efetiva do asilo. Por ser Vicentino e provavelmente, ter participado de toda a trajetória da sua construção, Francisco Azevedo viu ali uma forma de ressaltar, perante a obra já pronta – é claro! – todas as dificuldades enfrentadas no decorrer da sua construção.

Pelo exposto, podemos supor que o autor de *Anuario* só se remetesse à frase de D. Eduardo, e que por algum motivo não o tenha citado; neste sentido o objetivo fadado a *falhar* fosse somente a idéia do Bispo, porque embora houvesse o *desanimo* dos Vicentinos, não seriam eles que colocariam barreiras à sua construção, muito menos a sociedade vilaboense para quem era importantíssimo tal empresa, e que muito contribuiu para a sua construção, como veremos adiante.

¹¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 04.

¹²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

Todavia, à parte essa questão, as dificuldades financeiras tornar-se-iam uma constante na documentação arrolada, como bem ressaltaram as Irmãs no seu histórico de 1975: “*Tal era o tamanho da obra e escassez de recursos*”. Anteriormente, elas já constataavam que: “*Para realizar a construção a comissão só teve em vista o auxílio divino e caridade inconcussa do povo goiano em geral*”¹²¹. É sobre este tópico que dedicamos as próximas páginas, em que aprofundaremos no estudo do processo de arrecadação de dinheiro para a construção do asilo.

Primeiramente, há que se considerar que antes mesmo de sair o relatório da comissão que ficou encarregada de analisar a possibilidade da compra de uma casa para instalar o asilo, em 16 de maio de 1900, o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 25 de abril do mesmo ano, nomeou outra comissão denominada de “*Comissão angariadora de donativos p^a. a construção do Azylo (...)*”¹²².

Essa comissão teve curta duração, pois como atesta o mesmo documento, ela é dissolvida em 4 de julho de 1900. Entretanto, o fato de se instituir uma Comissão que tinha como objetivo angariar recursos não deve ser desprezado, pois evidencia o grau de organização da Sociedade São Vicente de Paulo, dadas às proporções do meio adverso e do tempo, numa sociedade ainda insipiente.

No decorrer da construção do edifício, os Vicentinos tiveram “*como auxílios: - Dativas particulares – Espectáculos publicos – Leilões – Subvenção do Municipio e do Estado, e quotas de loterias*”¹²³. De acordo com Francisco Azevedo:

A quantia despendida até a sua inauguração atinge a cifra de 39 contos, assim discriminada: esmolas, 14 contos; auxílio da União por meio de loterias, 12 contos de réis; auxílio do governo estadual, 8 contos de réis; auxílio municipal, 5 contos de réis (AZEVEDO, 1987, p. 112).

A partir do exposto, traçaremos o nosso percurso: primeiro analisaremos a questão das esmolas e dos meios pelo qual a Sociedade São Vicente angariou fundos para a construção do asilo, como os leilões e os espetáculos; posteriormente, com

¹²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05-03.

¹²² ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹²³ Idem.

base nos documentos arrolados, centraremos a discussão na participação do poder público nesta empresa. Outros fatores, intrinsecamente ligados ao por que dessas *ajudas* oriundas de todas as esferas do poder público serão devidamente aprofundados.

O termo *esmola*, de acordo com o “*Diccionario da Lingua Brasileira*”, de 1832, era entendido como “*o que se dá ao necessitado*” (PINTO, 1996). Por meio do ato de distribuir esmolas, a piedade para com os pobres demonstrava “*uma forma de expressar devoção para com Deus*” (FRAGA FILHO, 1996, p.35). Por conseguinte, MOLLAT apontou que a doação de esmolas em dinheiro respeitava a dignidade pessoal do pobre (1989, p. 150-151).

Entretanto, defendemos que, com o surgimento da Sociedade São Vicente de Paulo, a significado do ato de distribuir esmolas mudou. Por meio da referida Sociedade, o indivíduo não precisava mais dar ao necessitado o dinheiro para conseguir as benesses dos céus; a esmola passou a ser doada à própria Sociedade, a quem caberia a missão de geri-la. Em 19 de agosto de 1909, o jornal *O Lidador*¹²⁴ anunciava que:

*O Sr. Umbelino Galvão de Moura Lacerda, residente nesta Capital, deu para a manutenção do Asylo S. Vicente, a esmola de 100\$000 rs. Nossos parabens ao generoso vicentino pela bella acção que vem de praticar, almejando que ella encontre imitadores*¹²⁵.

Noutro trecho do mesmo jornal, datado de 02 de novembro de 1909, encontramos noticiário similar: “*Para o Asylo S. Vicente de Paulo, desta Capital, deu o sr. [...], a esmola de 20\$000. Nossos parabens ao generoso doador*”¹²⁶. Para além do jornal *O Lidador* ser um órgão da diocese e, portanto, a quem caberia divulgar tais iniciativas, o abordaremos sob outra perspectiva. Era a divulgação da caridade como lema e como portal de reconhecimento social. No trecho acima, o referido Vicentino, Umbelino Galvão de Moura Lacerda, tinha grande influência na

¹²⁴ O Jornal “O Lidador” circulou na Cidade de Goiás a partir do ano de 1909. Era um hebdomadário que pertencia à Diocese. Foi fundado pelo Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva. O redator e o diretor responsável era o cel. Edmundo José de Moraes. Seu conteúdo versava a respeito da doutrina católica, das noticias da cidade e literatura (TELES, 1989, p. 44-45).

¹²⁵ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI – n°. 32. 1909, p. 02.

¹²⁶ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 34. 1909, p. 02.

sociedade vilaboense e no arraial de Ouro Fino. Ele é pai da reconhecida folclorista goiana, Regina Lacerda (1919-1992), primeira mulher a ingressar na Academia Goiana de Letras.

É oportuno ressaltar que no primeiro documento o doador era um Vicentino, ou seja, era sua obrigação fazê-lo para a Conferência, à qual estava vinculado. Essa doação, por sua vez, foi destinada diretamente ao asilo, lembrando-se que este foi construído pelo Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, órgão ao qual as Conferências estavam subordinadas.

O objeto da nota no jornal foi incentivar mais doações, ou seja, incentivar *imitadores*. Ao noticiar a doação o jornal se oferece, veladamente, para tornar o seu *generoso* gesto conhecido não somente na Cidade de Goiás, como também no Estado. Quando da reconstrução da antiga Igreja de Nossa Senhora de Santana, catedral de Goiás, por exemplo, houve fato semelhante. Havia distribuição de fichas de doadores de todos os materiais necessários e a presidente dessa comissão, a pianista Darcília de Amorim (1903-1995), destacava, nos jornais vilaboenses, o espírito cristão dos filhos da velha cidade.

Neste sentido, a esmola ganha um caráter exibicionista. No segundo documento, o nome do indivíduo que doou está ilegível, mas vemos novamente a divulgação em torno do acontecimento. Além da salvação também a promoção pessoal do doador! Tal fato era e continua sendo comum na Cidade de Goiás. Numa visita a qualquer Igreja da antiga capital, aparecem em bancos, móveis, utensílios sacros os nomes de seus doadores, numa explícita propaganda da caridade e do devotamento.

As manifestações de apoio aos doadores do Asilo São Vicente de Paulo não eram restringidos à imprensa. Nas atas da Junta Administrativa é comum encontrar documentos de agradecimento à doações: “*Fica consignado nesta acta, um voto de agradecimento a Ex^{mo} Snr. Dr. [...] de Castro [...] Pinto de quem este asylo recebeu a importancia de 100\$000 que do Rio de Janeiro foi-lhe (...) oferecido, tendo a junta dirigido seus agradecimentos*”¹²⁷. Havia, também, a celebração de missas, conforme discorremos páginas atrás.

¹²⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

No tocante às esmolas, doadas tanto para a construção do asilo, como também para a sua manutenção, provavelmente alterou a maneira de distribuí-las na Cidade de Goiás, pois agora não iriam mais diretamente para o pobre, mas para os confrades Vicentinos.

Levando em consideração o fato de o asilo ter sido construído para abrigar os pobres, doentes, e indigentes que se amontoavam na Cidade de Goiás, os mesmos não estariam, portanto, espalhados pelas ruas, mas no asilo.

Contudo, Francisco Azevedo, na contabilidade dos gastos do asilo, citada anteriormente, dividiu o dinheiro obtido em duas categorias: as esmolas, e a verba doada pelo poder público, seja Federal, Estadual ou Municipal. Entretanto, outras duas formas de angariar recursos foram muito utilizadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, a saber, os leilões e os espetáculos teatrais. Iremos discorrer um pouco sobre cada uma dessas estratégias, partindo do pressuposto de que elas foram contabilizadas dentro do montante dedicado às esmolas.

A partir do exposto, os leilões promovidos pela Sociedade São Vicente de Paulo foram uma estratégia recorrente para angariar fundos para a construção do asilo. Havíamos tangenciado o assunto anteriormente, quando citamos o memorial de Anna Joaquina, que se refere aos leilões promovidos pela Sociedade São Vicente de Paulo, em 1885.

Na oportunidade, comparamos o referido documento com o relatório de 1888, que menciona a falta de *entusiasmo* dos vilaboenses para com os trabalhos dos Vicentinos. Outrossim, um dos nossos pressupostos para a criação do asilo na então capital de Goiás versa que o mesmo serviria para aglutinar a população; neste caso, seria um projeto de atração.

Com efeito, encontramos no jornal *A Tribuna*¹²⁸ um indício da volta do *entusiasmo* da população, depois de iniciadas as obras de construção do asilo: “A noute teve lugar o leilão de prendas em beneficio da Sociedade, sendo bastante concorrido”¹²⁹.

Os leilões também aparecem em outros documentos, como no livro caixa do Asilo São Vicente de Paulo que, em 15 de dezembro de 1899, registrou a doação

¹²⁸ Jornal criado em novembro de 1902 na Cidade de Goiás, tendo como diretor: Benedito Monteiro Guimarães (TELES, 1989, p. 44).

¹²⁹ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n°. 29. 1903, p. 02.

de 278 mil réis, provenientes “(...) *da comissão de leilões, producto dos leilões effectuados nos dias 8 e 10 do corrente mez*”¹³⁰. É oportuno observar que logo depois de aprovada a idéia – em 1899 – e antes da solenidade de lançamento da pedra fundamental – em 1900 – já havia um movimento visando levantar recursos para o início das obras.

Noutro passo, a encenação de espetáculos no Teatro São Joaquim¹³¹ foi outra estratégia para arrecadar recursos, como também mostramos páginas atrás, valendo-nos do riquíssimo memorial de autoria de Anna Joaquina. Neste sentido, o Jornal *A Tribuna*, em 1903, anunciava que iria “*ser levado em scena ao fim do corrente o drama – As Brasileiras – e uma chistosa comedia em beneficio do Asylo de S. Vicente de Paulo*”¹³².

No documento citado anteriormente, qual seja, o livro caixa do Asilo, há em abril de 1900 a entrada de 401 mil réis, oriundos dos “(...) *espetáculos dados no theatro e offereccidos em beneficio do Asylo de S. Vicente de Paulo por estes [...]*”¹³³. Ademais, este recurso será adotado durante alguns anos depois da inauguração do asilo, sendo que estes espetáculos na Cidade de Goiás, estiveram sob o cuidado feminino, nas representações de Maria Henriqueta Péclat, Emma Seelinger Fleury, Maria Angélica do Couto Brandão (Nhanhá do Couto), Genezy Caiado de Castro e Maria Carlota Guedes de Amorim, como noticiam o jornal *O Lar*, dos anos de 1920¹³⁴.

Também os militares promoviam espetáculos teatrais em benefício do asilo, como mostra a carta, de 1926, do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé¹³⁵:

¹³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 02.

¹³¹ Foi construído por Antônio Augusto Pereira da Cunha, então Presidente da Província de Goiás, em 1857. Segundo Goiás do Couto: “*Companhias teatrais renomadas, arrastando o sacrificio das viagens penosas em tropas comitivas, uma caminhada longa e estafante com numeroso corpo de atores, vinham do Rio de Janeiro representar no Teatro S. Joaquim e estagiavam, demoradamente, entre nós, encontrando no culto, aprazível ambiente*” (COUTO, apud FERREIRA, 1980, p. 29).

¹³² GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - nº. 7. 1903, p. 03.

¹³³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 02.

¹³⁴ Centro de Documentação Dra. Dalísia Doles da Universidade Federal de Goiás, doravante designado CDDD/UFG: Documentos Microfilmados. *O Lar*. Década de 1920.

¹³⁵ José Maria Ramos Jubé (Cidade de Goiás, 17 de Março de 1895 – 30 de Abril de 1950). Filho de Joaquim Rufino Ramos Jubé. Foi escrivão e advogado formado pela Faculdade de Direito de Goiás. Foi Deputado Estadual pela 10ª Legislatura (1925-1928). Também exerceu o cargo de Juiz de Direito

*Junto vos remetto a importancia de duzentos mil reis (200#000), correspondentes ao saldo da renda do espectáculo, promovido pelos sargentos desta unidade, em beneficio da instituição de que sois digno director, e bem assim o balancete da receita e despesa do referido espectáculo com a respectiva documentação para a qual solicito a vossa especial atenção*¹³⁶

É interessante observar, através desses indícios, a vida cultural dos vilaboenses, com acesso ao teatro, aos livros do Gabinete Literário¹³⁷ – a grande maioria vindos diretamente do Velho Mundo – e aos diversos saraus promovidos por uma sociedade que carregou os estigmas que permearam à sua história, tais como, a decadência, o atraso e o isolamento, como ressaltamos na Introdução.

A historiografia goiana ainda deve um estudo sobre a vida cultural da sociedade vilaboense, que deveras, devia ser nada monótona para uma cidade que, no início do século XX, contava com pouco mais de cinco mil habitantes. Poucos autores como Jaime Câmara em seu livro *Nos tempos de Frei Germano* (1976) e Célia Coutinho Seixo de Britto em sua obra *A Mulher, a História e Goiás* (1983) destacam a sociedade vilaboense nos estertores da República Velha.

Entretanto, a principal ajuda financeira para construção do asilo veio do poder público. Francisco Azevedo, como se sabe, observou que foram gastos 39 contos de réis até o dia da inauguração do asilo, desse total, 14 contos foram proveniente das esmolas (entrando neste quesito as rendas dos espetáculos e os leilões); o restante, 25 contos, foi doado pelas três esferas do poder público, a União, o Estado e o Município.

No que se refere à ajuda oriunda da União, esta era obtida por meio das rendas da loteria e, também, de pedidos de subvenção federal, que foram solicitados

de Menores em Maio de 1928 (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 175). Foi o Vicentino que por mais vezes assumiu a Presidência da Junta Administrativa do Asilo – 14 ao todo; e uma vez o cargo de Tesoureiro. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo*. Cidade de Goiás, 1966.

¹³⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé*. Cidade de Goiás, 1926.

¹³⁷ O Gabinete Literário foi fundado “a 22 de maio de 1864 pelo finado Raymundo Sardinha da Costa, funciona em uma sala contígua ao Curso Anexo, sendo mantido por 90 socios concorrendo cada um annualmente com a quantia de 10\$000” (AZEVEDO, 1987, p. 113).

mesmo depois da sua inauguração¹³⁸. A ajuda da União na construção do asilo somou 12 contos de réis.

O governo estadual, por sua vez, contribuiu com a cifra de 8 contos de réis, disponibilizados para as obras de construção. Nos relatórios dos Presidentes do Estado encontramos indícios acerca do contexto em que esses recursos foram doados. Em 1902, por exemplo, o então presidente José Xavier de Almeida argumentava que:

*Nos limites da acção governamental, a caridade publica manifestou-se, durante o anno findo: (...) pelo auxilio de 2:000\$000 que a lei n. 225, de 29 de Julho do anno findo, concedeu á Sociedade de S. Vicente de Paulo, para o preseguinto da construcção do edificio destinado a – azylo dos pobres.*¹³⁹

Percebe-se que o presidente narra a doação do governo estadual como se sua fosse. Diz: “*Nos limites da acção governamental*”, como se a doação desse recurso não fosse obrigação do Poder Executivo, uma vez que fora votada e aprovada pelo Congresso Estadual.

Destarte, a segunda parte: “*a caridade publica manifestou-se*” evidencia o modo como a sociedade da época via a ação do governo no campo social. Estaria aí a gênese da Assistência Social que temos atualmente? E, se por um lado, a caridade é *pública*, por outro ela se personifica quando o assunto é a promoção do ato. Em agosto de 1903, por exemplo, o Jornal *A Tribuna* exaltava o então Presidente do Estado pela doação de dinheiro *público* para a construção do asilo.

O exm° sr. dr. Xavier de Almeida, digno e illustre presidente do Estado mandou entregar ao thesoureiro da Sociedade de S. Vicente de Paulo a quantia de um conto de reis, em virtude da lei n. 224 de 29 de Junho do corrente ano, votada, ultimamente, pelo congresso estadoal, concedendo á referida Sociedade essa importância, para occorrer as despesas da construcção do edificio destinado ao asylo dos pobres. Merecem sinceros encomios as acções generosas tanto do Congresso como do exm°

¹³⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Processo preparado para requerer subvenção já prescripta do anno de 1923*”. Cidade de Goiás, 1923.

¹³⁹ Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* n°. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 55.

*sr. presidente, que de bôa vontade teem auxilliado o andamento dessa obra que em breve será um monumento para Goyaz. Esperamos, que os poderes legislativo e executivo do Estado continuarão a beneficiar essa obra até á sua conclusão*¹⁴⁰.

Retomamos ao que escrevemos a respeito da divulgação de *atos de caridade* na imprensa vilaboense. Na oportunidade, aventamos dois pressupostos: a de que a divulgação fosse um meio para incentivar mais doadores, ou uma promoção pessoal para o *caridoso* doador. As duas, novamente, se aplicam neste caso; era necessário divulgar o ato para atrair novos doadores, e também promover a figura do Presidente da Província, que pelas palavras do jornalista fez a doação “*de bôa vontade*”.

No final, há um apelo para que os poderes Legislativo e Executivo continuem a ajudar a conclusão do edifício. Ao fim do relatório do Presidente de Província citado primeiramente, vemos os seguintes dizeres: “*para o preseguinto da construcção do edificio*”. Isso evidencia a importância que as doações provenientes do poder público tiveram na construção do asilo.

Por outro lado, essas exaltações de *caridade* na imprensa da Cidade de Goiás, nos faz refletir sobre os limites entre caridade cristã e filantropia. Esta última, “*(...) seria uma virtude social e seu desenvolvimento estaria ligado ao papel desempenhado pelos filósofos das Luzes no final do Antigo Regime, enquanto que a caridade seria entendida como uma virtude cristã*”. Os filósofos das Luzes “*(...) buscaram esvaziar o caráter caritativo da filantropia reforçando seu lado de utilidade social, e o termo passou a ser percebido mais como prevenção à miséria do que uma forma de suavizá-la*” (SANGLARD, 2005, p. 29).

Em vez de simplesmente doar – como sustenta o discurso caritativo – os filantropos ofereciam trabalho, e encorajavam a população para a produção. A grande diferença entre caridade e filantropia é que a primeira se baseava na piedade, ou seja, pressupunha “*(...) a abdicação de toda a vaidade de seu autor e propugna o anonimato, ao passo que a segunda é marcada por um gesto de utilidade, e neste caso a publicidade se torna uma arma importante nas mãos dos filantropos, além de acirrar-lhes a rivalidade*”. (Idem, 2005, p. 30).

O fato de que a caridade pressupõe o anonimato e a filantropia seria, por sua vez, aberto a manifestações publicitárias em torno do ato de doar, torna os Vicentinos

¹⁴⁰ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n.º. 31. 1903, p. 02.

e todos aqueles que doavam para a Sociedade São Vicente de Paulo, e que ostentavam o seu feito pela imprensa, filantropos.

A tênue fronteira entre caridade e filantropia nos sertões de Goiás pode ser observada até mesmo no cemitério da Cidade de Goiás, que visitamos durante a nossa pesquisa, onde em uma lápide de 1902 lê-se: “*Restos mortaes do caridozo capitão (...)*”¹⁴¹. Em uma pequena biografia sobre o Dr. José Netto de Campos Carneiro, Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro chama a atenção de que o mesmo foi “*(...) um grande apóstolo da caridade e amor ao próximo*” (MONTEIRO, 1983, p. 187).

Esses exemplos convergem para a seguinte conclusão: os Vicentinos se reconheciam como caridosos, usavam de toda a estrutura de que dispunham para amealhar mais donativos para a manutenção das suas obras assistenciais, como o apelo por intermédio dos jornais e da distribuição de panfletos, embora tivesse praticando não somente a caridade cristã visando adentrar o Reino dos Céus, mas sim o que pregava a Filantropia.

Nesta perspectiva, as contribuições para o Asilo São Vicente de Paulo, sejam para a sua construção, ou para a sua manutenção, eram amplamente divulgados na imprensa, e o gesto caritativo do doador, provavelmente, era reconhecido pela sociedade vilaboense. Cidadãos comuns, cidadãos ilustres, e políticos desfilavam nas páginas dos jornais da antiga capital goiana, incitando a doação dos demais. Porém, a ajuda financeira concedida pelo Presidente de Estado em 1905, fugia desse âmbito:

*Tendo a lei n. 218, de 29 de Junho de 1903, concedido á Sociedade de S. Vicente de Paulo, pela verba «Obras Publicas» do exercicio financeiro do mesmo anno, o auxilio da quantia de um conto de réis, para occorrer ás despesas de construcção do edificio destinado ao Azylo dos pobres, o governo fez entrega da importancia desse auxilio á referida Sociedade. Esse edificio, posto gentilmente á disposição do governo, na imminencia de ser esta Capital invadida pela variola, foi de grande utilidade para o serviço sanitário*¹⁴².

¹⁴¹ Cemitério da Cidade de Goiás. “*Restos Mortaes do Caridozo Capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva. Fallecido a 15 de Agosto de 1902 com 63 Annos de Idade*”. Cidade de Goiás, 1902.

¹⁴² Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado, Dr. José Xavier de Almeida, em 1905. In: *Memórias Goianas* n.º. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 142-143.

É oportuno ressaltar na última frase do documento, o interesse que estava em jogo na construção do asilo. O prédio, que ainda não estava concluído, foi colocado à disposição do governo para abrigar possíveis vítimas de varíola que alarmava a todos no Estado¹⁴³. A epidemia que grassava o território goiano atingiu o auge em 1904, na cidade de Campinas, que foi isolada, por meio de um cordão sanitário.

O pânico logo se alastrou, pois essa doença, “*segundo comentário da época, acabava com cidades inteiras*”, preocupando sobretudo as autoridades estaduais goianas, que temiam a sua propagação na capital (OLIVEIRA, 1999, p. 33-34); ou seja, a iminência de uma epidemia, e a falta de lugares para abrigar os possíveis doentes, uma vez que o Hospital São Pedro de Alcântara não dispunha de muitos leitos, fez com que o governo ajudasse financeiramente a construção do asilo.

Por outro lado, podemos supor que a Sociedade São Vicente de Paulo, poder-se-ia ter se aproveitado da situação desesperadora que se espalhou para conseguir recursos visando terminar o asilo. De acordo com DELUMEAU, o medo da proliferação das doenças tinha fundamento, pois quando uma epidemia se abatia sobre uma cidade ou região causava um “*pânico coletivo*”¹⁴⁴ (1999, p. 107).

Agora eis aqui a cidade sitiada pela doença, posta em quarentena, se necessário cercada pela tropa, confrontada com a angústia cotidiana e obrigada a um estilo de existência em ruptura com aquele a que se habituara. Os quadros familiares são abolidos. A insegurança não nasce apenas da presença da doença, mas também da desestruturação dos elementos que construíram o meio cotidiano. Tudo é outro. Antes de mais nada, a cidade está anormalmente deserta e silenciosa. Muitas casas estão doravante desabitadas. Mas, além disso, apressaram-se em expulsar os mendigos: associais inquietantes, não são eles semeadores da peste? E depois, são sujos e espalham odores poluentes (DELUMEAU, 1999, p. 120).

¹⁴³ Houve grandes epidemias de varíola em 1904, 1908 e 1928 tornando esta doença uma das primeiras ações de saúde pública no Brasil. Sobre as epidemias de varíola e a suas formas de erradicação ver: GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate à Varíola no Brasil: do Controle à Erradicação*. (Tese – Doutorado em História). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

¹⁴⁴ Sobre a questão do medo das epidemias ver: DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, especialmente o terceiro capítulo intitulado: “*Tipologia dos comportamentos coletivos em tempo de peste*”.

A partir do trabalho do referido historiador podemos traçar algumas analogias com a epidemia em Campinas e o medo que a mesma causou na Cidade de Goiás. Para além do medo, da angústia, da ruptura dos laços estabelecidos, da insegurança, emerge um fator importante: os pobres, os doentes e os indigentes que assolavam as ruas e os becos das cidades.

Em tempos de epidemia, os mesmos não eram vistos como o caminho para se chegar à salvação (por meio da prática da caridade), mas, ao contrário, poderiam precipitar o *apocalipse*, disseminando doenças e destruindo cidades inteiras. Talvez, por isso, tão logo soou o alarme da epidemia em Campinas, a apenas 130 km da antiga capital, foram redobrados os esforços para a conclusão do asilo, que os recolheria das ruas e os colocaria num lugar afastado do centro da cidade, longe o suficiente para deixá-la em segurança. A epidemia de varíola grassou de tal forma que, no Arraial do Barro Preto da Santíssima Trindade de Goyaz, hoje Trindade, o cemitério lotou na primeira semana, tendo que ser removido para fora do centro do arraial, ao lado do morro da cruz das almas, saída para Campinas, onde se encontra até hoje.

Ademais, este fato corrobora com nossos pressupostos, a saber, a de que o asilo foi criado para enclausurar os pobres que viviam nas ruas, impedindo assim a proliferação de epidemias. A mesma varíola, que tanto pavor causou em Goiás em 1904, também “*invadiu o norte do Estado fazendo algumas vítimas*”, isso em 1899 (AZEVEDO, 1987, p. 101).

Nesse ano, a idéia da construção do asilo foi aprovada prontamente, e logo após se iniciaram os esforços para angariar recursos para a sua construção. A planta do prédio, como afirmamos anteriormente, foi elaborada em poucos dias; o que demonstra a urgência com que o tema era tratado. Poder-se-ia afirmar que o medo dessa epidemia, em 1899, fez com que se iniciasse a construção do asilo rapidamente.

A partir do exposto, pressupomos que a questão do medo do contágio, e principalmente, da proliferação de epidemias na Cidade de Goiás, que, como se sabe, situava na encosta de duas serras, o que dificulta a passagem do ar, e facilita a disseminação de doenças, foi canalizada na figura do indigente, do mendigo, do pobre, principalmente sob a égide das teorias miasmáticas então em voga na época.

Trabalhos como o de Cristina de Cássia Pereira Moraes (1995) e Danilo Rabelo (1997), que discutem o modo como o poder público tratou esses indivíduos desde o segundo quartel do século XIX até o fim do Império, demonstram que o problema ficou mal resolvido. Mesmo a Sociedade São Vicente de Paulo, revestida do discurso da Caridade Cristã, esforçou-se para abrigar, alimentar, vestir, casar, velar esses indivíduos, mas o trabalho resultou inútil. Era preciso algo grandioso para conseguir vencer a demanda!

Nesta perspectiva, o asilo, criado nesse contexto, tornou-se um marco para os vilaboenses, prometendo resolver o problema da mendicidade que se arrastava há séculos. Por outro lado, o asilo tornar-se-ia *moeda de troca* nas relações com o governo. Reiteramos que a Sociedade São Vicente de Paulo, que sob a égide da caridade, visava abrigar tais indivíduos; ao governo, interessava vê-los afastado das ruas. Pressupomos que isso justifica o fato de os Confrades Vicentinos colocarem o prédio do asilo em 1904 à *disposição* do governo.

Mas como, se o asilo ainda não estava pronto? O governo, provavelmente, entendeu o que os Vicentinos queriam dizer e, por isso, doou mais dinheiro, até mesmo porque quando os rumores de uma epidemia “(...) *se espalhavam, todos eram, em princípio, considerados culpados e, assim, susceptíveis de ser condenados à separação; a justiça do passado, colocada nas mãos de Deus, transferia-se para a responsabilidade do Estado (...)*”. Outrossim, “(...) *a experiência do mal colocava as pessoas em estado de contínua desconfiança*”. (CRESPO, 1990, p. 147).

À parte essa questão, havia uma relação de muita cordialidade entre a Sociedade São Vicente de Paulo e os governos Municipal e Estadual. Em 1903, ao divulgar uma prestação de contas de todas as conferências no jornal *A Tribuna*, o agradecimento ao governo não era esquecido:

É de justiça lançar aqui um voto de agradecimento ao governo do Estado, do município, com suas representações, bem como a caridosa população desta cidade, pois só esses elementos deve a sociedade, o estado que, no curto espaço de 2 anos, se acha essa obra, monumental para Goyaz¹⁴⁵.

¹⁴⁵ GL: Documentos Avulsos. *A Tribuna*. Ano I - n°. 29. 1903, p. 02.

É interessante frisar que na documentação arrolada não encontramos nenhum agradecimento ao Governo Federal. O fato de a Sociedade São Vicente de Paulo ressaltar a importância da contribuição do poder público para a construção do asilo, e fazê-lo por meio da imprensa, uma vez que foram as três esferas de governo quem mais contribuiu para esta empreitada, 25 contos, contra 14 de esmolas e donativos dos fiéis, contradiz um documento que sustenta que o “*Azylo de São Vicente de Paulo, construido a esforços da Sociedade de S. Vicente de Paulo, foi inaugurado por [...] e erecto em casa Pia [...], de sorte a não ter nelle ingerencia alguma o poder civil*”¹⁴⁶.

Em 1909, o então Bispo Diocesano de Goiás Dom Prudêncio Gomes da Silva, em resposta a um ofício do presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé, solicitando a permanência do Santíssimo Sacramento na Capela, que citamos no início deste capítulo, atesta que o asilo foi “*(...) construido em terreno proprio, com esmolas e donativos dos fiéis (...)*”¹⁴⁷.

Estes documentos reforçam a idéia de que havia duas versões para a construção do asilo, do ponto de vista financeiro: a primeira versa sobre a divulgação da importância da ajuda do poder público nos veículos de imprensa da época pelos Vicentinos; a segunda diz respeito a uma versão interna, para a sua construção, onde são ressaltados apenas os donativos dos fiéis. No ofício que originou a resposta do Bispo, lemos que a construção do asilo só foi viabilizada, graças as “*esmolas e donativos*”¹⁴⁸.

Por outro lado, os Presidentes de Província respondiam com a mesma cordialidade com que eram mencionados na imprensa vilaboense, não se esquecendo de ressaltar o trabalho dos membros da Sociedade São Vicente de Paulo:

Merece referencia o bellissimo exemplo que os membros da Sociedade de S. Vicente de Paulo têm revelado, entre outras obras de caridade, na construcção do azylo dos pobres, em um dos

¹⁴⁶ IPEHBC: Documentos Avulsos. *Livro de Tombamento das Paróquias da Diocese de Goiás. Histórias, Limites, Provimento e Patrimônio*. Goiânia, 1920, p. 05.

¹⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Provisão do Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁴⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício datado de 1º de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.

*suburbios desta Capital, onde velhos e moços se entregam a pesados trabalhos manuaes, a que nunca os sujeitaram as necessidades da lueta pela existencia mas a que os obriga piedoso sentimento por aquelles a quem o infortunio tornou cheio de dôres o percurso do berço ao tumulto*¹⁴⁹

Este documento torna-se um interessante indício ao enfatizar que as pessoas que “*se entregam a pesados trabalhos manuaes*”, não teriam a necessidade de fazê-lo na “*lueta pela existência*”, mas por um “*piedoso sentimento*”. De acordo com o histórico escrito pelas Irmãs Dominicanas, quando começou a roçagem do terreno para a edificação do asilo, “*(...) muitos confrades ajudaram nesse trabalho o que muito impressionou ao povo da cidade (...)*”¹⁵⁰, provavelmente, por se tratar de pessoas influentes na cidade.

Mais adiante elas arrematam: “*Os Vicentinos mesmos carregavam o material até o local da construção (...)*”¹⁵¹. Ademais, Francisco Martins, a quem ficou encarregado a chefia da construção, era visto “*(...) pela escada acima, carregando madeiras, para não ter que pagar um servente*”¹⁵². O fato de os confrades Vicentinos ajudarem na construção do asilo teria impressionado o povo da cidade; nesse ínterim, o relato do Presidente da Província citado anteriormente corrobora com essa observação.

Entretanto, as passagens descritas evidenciam, por outro lado, que foram os Vicentinos, com os próprios braços, quem construiu o asilo. O que seria uma *ajuda* que impressionou a cidade tornar-se-ia, no relato das Irmãs Dominicanas uma *obra completa*. Reiteramos que o objetivo do relato das Irmãs era de criar uma memória histórica para o asilo, enaltecendo sobretudo o trabalho dos Vicentinos e, num segundo momento, delas próprias, fato que será pormenorizado no terceiro capítulo.

Outrossim, encontramos no livro caixa do asilo comprovantes de pagamento dos “*(...) salarios aos operarios que trabalharam no Asylo no mez de Março e*

¹⁴⁹ Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003, p. 55.

¹⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 03.

¹⁵¹ Idem, p. 04.

¹⁵² Ibidem, 06.

primeira quinzena de Abril (arrancação de pedra)”¹⁵³. Esses operários trabalharam em março e abril de 1900, ou seja, antes da cerimônia de lançamento da pedra fundamental, que ocorreu em meados de agosto.

Há que se considerar, também, o serviço a que esses operários se prestavam: “*arrancação de pedra*”. Pergunta-se: esse trabalho não foi realizado pelos irmãos leigos de São Vicente de Paulo? Ou talvez, esses operários foram os próprios Vicentinos, mas, partindo deste pressuposto, no livro caixa não seria mais conveniente tratá-los como Vicentinos e não como simples operários?

Dos documentos arrolados, podemos concluir que a construção do asilo modificou profundamente a sociedade vilaboense. No relatório das Irmãs, não consta o fato de as pessoas que trabalharam no asilo terem sido pagas, apesar de no livro caixa isso ser uma constante. “*Uns 40 homens vinham todas as tardes trabalhar no Asilo. As crianças acompanhavam e carregavam as pedras menores. Toda a cidade foi motivada a trabalhar*”¹⁵⁴.

Aliás, todo esse trabalho foi perfeitamente orquestrado pelo vicentino Francisco Martins, comerciante do ramo de tecidos, a quem ficou o cargo de diretor da construção, como atesta o documento. Neste sentido, o asilo como um projeto de atração funcionou: espetáculos, leilões e doações, demonstravam o empenho e a volta do *enthusiasmo* da população.

Poder-se-ia aventar que toda a cidade foi “*motivada a trabalhar*” – se é que isso realmente aconteceu, pois este fragmento encontra-se na parte épica do relatório, como o dividimos páginas atrás – seja porque estavam com medo de uma epidemia, ou não sabiam o que fazer dos escravos recém libertos e que não encontraram uma ocupação, ou – e isso é uma hipótese – porque se tratava de uma sociedade muito caridosa.

Outro exemplo da volta do *enthusiasmo* foi a criação da Conferência de São Joaquim no dia da inauguração do asilo, em 25 de Julho de 1909. Na primeira ata da reunião ordinária da Conferência, ocorrido em 01 de Agosto de 1909, na Catedral da

¹⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921)*. Cidade de Goiás, p. 03.

¹⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 05.

Cidade de Goiás, este fato foi lembrado para exortar os demais membros à prática da caridade:

*(...) o Sr. Presidente falou longamente, expondo que todos os confrades devem esmerar-se pelo progredimento desta Conferencia praticando toda caridade, não só por ella ter sido fundada em um dia tão solene que foi a inauguração do Asylo São Vicente de Paulo*¹⁵⁵.

Outrossim, também aproveitando a volta do *enthusiasmo*, o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, a exemplo da *Comissão angariadoura de donativos*, que abordamos páginas atrás, instituiu em 9 de Dezembro de 1908 uma comissão “*para proceder a um lançamento das pessoas que quiserem contribuir mensalmente, com qualquer quantia, p^a. a manutenção do Azylo*”¹⁵⁶.

Nesta época, final de 1908, o asilo estava quase pronto, e as dificuldades para a sua construção ao longo de quase dez anos foram, provavelmente, projetadas para a sua manutenção. A solução encontrada resultou em uma espécie de dizimo, pago diretamente para um procurador, empregado da Junta Administrativa do Asilo.

Artigo 12º - Compete ao procurador:

§ 1º Arrecadar mensalmente as contribuições e entregal-as ao thesoureiro;

§ 2º Admittir e inscrever os novos contribuintes que quiserem contribuir.

*Artigo 13º - O procurador receberá a porcentagem que fôr determinada annualmente pela junta*¹⁵⁷.

O cargo de procurador da Junta Administrativa, que auxiliava o tesoureiro na tarefa de recolher o dinheiro dos donativos mensalmente entregue para o asilo, foi dissolvido como medida financeira encarregando-se, “*(...) ella própria da custosa tarefa de arrecadar as quotas mensaes dos contribuintes de dentro da cidade,*

¹⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de atas da Conferência de São Joaquim (1909-1911)*. Cidade de Goiás, 1909.

¹⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909)*. Cidade de Goiás, s/d.

¹⁵⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

reformando a lista dos mesmos, sendo esta uma das mais importantes factores de renda com que o Asylo conta para sua manutenção”¹⁵⁸.

Em 1923, há novamente a alusão ao procurador, inclusive com o valor da sua comissão anual: 344\$000 (trezentos e quarenta e quatro mil réis). As contribuições arrecadas dentre os habitantes da Cidade de Goiás somaram 4:313\$000 (quatro contos, trezentos e treze mil réis) naquele ano¹⁵⁹.

Mesmo depois da inauguração do asilo, a estratégia da Junta Administrativa para angariar mais donativos não mudou em relação a sua construção: nas leituras anuais dos relatórios do Presidente da Junta, o povo era exortado a contribuir; e novamente os exemplos de generosas contribuições eram ressaltados para que servisse de exemplo.

*Sem patrimonio e nem renda vitalicia, contando apenas com a caridade do povo e uma pequena subvenção dos cofres publicos, vem prestando socorros aos desvalidos sem que um só dia se visse na contingencia de abater o seu justo orgulho, por falta de recursos para continuar a tarefa a que se propoz*¹⁶⁰.

Principal destino para as doações, o Asilo São Vicente de Paulo não podia se queixar do patrimônio que conseguiu amearhar¹⁶¹. Em 1915, por exemplo, a instituição já possuía sete casas espalhadas pela antiga Vila Boa¹⁶², provenientes, principalmente, de doações em testamentos.

Estes imóveis motivaram o litígio entre o Procurador Fiscal do Município e o tesoureiro da Junta Administrativa em 1919, por motivo de cobrança de imposto. *“O Sr. Dzor. Presidente, declarou haver se entendido com o procurador fiscal do*

¹⁵⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *“Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”*. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁵⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz*. Cidade de Goiás, 1923.

¹⁶⁰ Idem.

¹⁶¹ Em 1937 o Asilo São Vicente de Paulo possuía: 14 imóveis na Cidade de Goiás (51:600\$000 – cinquenta contos e seiscentos mil réis); Apólices Federais (7:000\$000 – sete contos de réis); Apólices Estaduais (9:200\$000 – nove contos e duzentos mil réis); Depósito Bancário (20:000\$000 - vinte contos de réis). Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro dos haveres patrimoniais do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1937, p. 08.

¹⁶² ASVP: Documentos Avulsos. *“Relação das casas pertencentes ao Asylo de São Vicente de Paulo”*. Cidade de Goiás, 1916.

*Município, ficando ajustado que a Junta pedisse ao Conselho Municipal isenção desse imposto para para os prédios pertencentes ao Asylo”*¹⁶³.

Destarte, as doações para a manutenção do asilo vinham de várias partes. Em 1923 houve aumento do vencimento dos empregados federais, como os da Inspeção Agrícola, Telégrafos e Correios, e estes, “(...) souberam agradecer á Divina Providencia o beneficio recebido e, prasenteiramente, vieram trazer ao Asylo uma bella quantia em regosijo de suas melhorias, o que aqui fica gravada com letras indeléveis (...)”¹⁶⁴. A energia elétrica, por sua vez, era fornecida gratuitamente por Luiz Guedes de Amorim¹⁶⁵. Nos agradecimentos a essas contribuições avultadas eram dispensados adjetivos como *caridoso*, dentre outros.

Noutro passo, sustentamos que a construção do asilo foi pautada em quatro pressupostos, desses, um foi corroborado, a saber, o terceiro, a de que o asilo foi criado como um projeto de atração tanto dos vilaboenses quanto dos próprios Vicentinos, uma vez que havia uma decadência na Sociedade São Vicente de Paulo.

Em virtude da análise da documentação arrolada, tudo leva a crer que o nosso primeiro pressuposto, o de que o asilo foi criado para abrigar os negros recém libertos da escravidão, e o segundo, qual seja, a de que o asilo foi construído para suprir a ausência de duas obras vicentinas, nomeadamente, a Escola Noturna, entregue para o governo provincial e a Doutrina Cristã, que passou para a responsabilidade dos Padres Dominicanos, devem ser desconsideradas. Tanto a libertação dos escravos, e a mudança de comando dessas duas obras ocorreram em 1888, e o início da construção do asilo só aconteceu em 1899, ou seja, esse intervalo de onze anos é muito grande.

Partindo do pressuposto de que o asilo foi criado como um projeto de atração, devemos considerar os motivos da mesma. Por que investir na construção de um asilo para os mendigos? O motivo dessa atração encontra eco no quarto pressuposto: o de que o asilo foi criado devido ao medo da proliferação das

¹⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

¹⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

¹⁶⁵ Luiz Guedes de Amorim (Portugal, 6 de Fevereiro de 1866 –?). Foi o proprietário da 1ª Cia. de Energia Elétrica na Capital; pioneiro na navegação Rio Araguaia; Promotor Público na Capital; Membro do Partido Democrata em 1914. Deputado Estadual por duas legislaturas; Senador Estadual por duas legislaturas e Secretário de Estado das Finanças por quatro vezes. Era, também, fazendeiro e comerciante (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 195).

epidemias, que foram personificadas na figura do mendigo, do indigente, do pobre e do doente desvalido.

Poder-se-ia até mesmo aventar que a insistência dos Vicentinos em abrigá-los, alimentá-los, vesti-los, enterrá-los, perfeitamente embasado sob a égide da caridade, descortina um objetivo muito maior, prevenir as doenças, evitar o contágio, mudando os hábitos de higiene daqueles a quem foram creditadas a gênese das epidemias. É partindo, principalmente, dessas considerações que adentramos no segundo capítulo deste trabalho.

CAPITULO II - OS DESVALIDOS

Os alojamentos construídos com a finalidade de abrigar aqueles que viessem a necessitar da ajuda do Asilo São Vicente de Paulo se localizavam no *braço* direito do prédio, “(...) *dotado de amplas salas, grandes dormitórios, tudo muito limpo, arejado, batido pelo sol purificador, com seus leitos aseados, distribuidos em pavilhões*” (AZEVEDO, 1925, p. 95).

Pelo acervo fotográfico da instituição, nota-se, realmente, que eram espaços bem arejados, com boa ventilação, por meio das amplas janelas dos dois lados e uma porta ao fundo; as camas eram dispostas muito próximas, tudo em perfeita sintonia com os preceitos da higiene, preocupação constante dos responsáveis pelo asilo.



Fotografia nº. 4: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.



Fotografia nº. 5: Alojamento dos internos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

O estado sanitário do mesmo, curiosamente, era medido conforme a quantidade de óbitos e baixas ao Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, como atesta o seguinte documento de 1916: *“Felizmente tem sido lisongeiro o estado sanitario do Asylo, pois durante o anno registram-se apenas 7 obitos e 4 baixas ao Hospital, sendo poucas as prescrições aviadas para doentes da casa”*¹⁶⁶. No ano anterior, no mês de julho, o Relatório da Junta Administrativa ressaltou que era *“(…) bom o estado sanitario, tendo-se verificado o ultimo obito em Janeiro”*¹⁶⁷.

Havia também *“(…) dous commodos com as necessarias seguranças para reclusão dos que forem affectados de alienação mental, separados conforme o sexo”*¹⁶⁸. Esse tópico que discutiremos a frente, diz respeito aos loucos e à forma encontrada para recebê-los no asilo, ou seja, alojando-os em local apropriado. Essa

¹⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *“Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”*. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *“Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

informação, por sua vez, indica que os casos de loucura eram recorrentes na Cidade de Goiás; o que explica a construção de “*um pavilhão para loucos furiosos*” (AZEVEDO, 1925, p. 95).

Ademais, de acordo com o seu Regulamento, o asilo dispunha de lugares destinados a isolar “(...) *aquelles que soffrerem moléstias contagiosas*”¹⁶⁹. Pressupomos que, neste documento, há a intenção de estabelecer espaços definidos desde a elaboração da planta do asilo, que tinha por objetivo preservar os indivíduos que coexistiam nos espaços da instituição, a saber: os Vicentinos, as Irmãs Dominicanas e os pobres.

É necessário ressaltar a pressa com que o asilo foi inaugurado, por pressão do Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, que queria fazê-lo o mais rapidamente possível. O Asilo São Vicente de Paulo foi inaugurado sem estar totalmente pronto, posto que as construções ainda continuaram por mais duas décadas.

Nem mesmo a divisão dos alojamentos conforme o sexo foi concluído. Havia somente um alojamento, que era ocupado por homens, mulheres, loucos, cretinos, velhos e crianças; portadores de todas as moléstias que afligiam aquela população, inclusive o temido “*fogo selvagem*” como atesta o relato literário do Dr. Eduardo Henrique de Souza Filho, no seu livro *Nos tempos de Goyaz* (1981).

Os alienados mentais conviviam livremente com as outras *gentes* do asilo. A Irmã Maria Isabel, auxiliar na instituição, por exemplo, em 1915, foi atacada por uma tal Antonia, “(...) *em momento de acesso furioso* (...)”¹⁷⁰. O incidente resultou na expulsão da referida asilada, em cujo livro de registro de entrada a mesma foi diagnosticada como tendo *Loucura*¹⁷¹. Antonia foi recolhida ao Hospital de Caridade “(...) *a fim de medicar-se*”¹⁷², e nunca mais regressou ao Asilo.

Esses incidentes foram se repetindo, o que resultou na urgência de se construir lugares destinados aos loucos, assim como separar os demais conforme o

¹⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

¹⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Julho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁷² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

sexo. Essa convivência não poderia resultar harmoniosa, e as construções se seguiram até que, finalmente, em 25 de Dezembro de 1915:

Finalisou-se a construção de um vasto compartimento que a Junta encontrou já quasi prompto na ala direita ao edificio, sendo o mesmo solennemente inaugurado no dia de Natal, depois de bento pelo Rev.^{mo} Capellão do Asylo¹⁷³ e com assistencia dos Conselhos Central e Particular, muitos vicentinos e representantes das redações dos jornaes desta Capital.

Esse aposento ficou destinado a servir de alojamento para os asylados do sexo masculino, que desde esse dia tornou-se completamente separado dos do sexo feminino, medida essa que há muito tempo vinha sendo reclamada pela superiora do Asylo, para que o Regulamento pudesse entrar no seu inteiro vigor.

Com este melhoramento ficou elevada a lotação da casa, de 40 para 50 leitos¹⁷⁴.

Essa divisão ocorreu seis anos após a inauguração do asilo; contudo, as obras prosseguiram na construção de melhorias, como os espaços destinados às Irmãs Dominicanas, como veremos no capítulo seguinte. É nestes espaços, seja na Capela, no Salão Nobre, onde se reunia a Junta Administrativa do Asilo, nos alojamentos dos internos, na cozinha, dentre outros; que dar-se-á a relação entre os Vicentinos, as Dominicanas e os asilados.

No seio dessas relações encontramos os dois objetivos deste capítulo, a saber: definir um conceito que enquadre a heterogeneidade de todos os asilados; definir a partir do olhar destes indivíduos o que representou o Asilo São Vicente de Paulo.

No tocante ao primeiro objetivo, registra-se que, na historiografia, a pobreza foi alvo de diversas análises,¹⁷⁵ conforme foi mencionado na Introdução. Para os

¹⁷³ A benção aos novos cômodos foi dada pelo “Rev.^{mo} Snr. Frey Gabriel, por não se achar presente o Rev.^{mo} Snr. Bispo D. Prudencio (...) estiveram presentes os Snr.^s. Joaquim Rufino Ramos Jubé, Presidente dos Conselhos Central e Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Dezembargador Maurilio Augusto Curado Fleury, D.^{rs} João Avelino de [...] Aragão e Mello. T.^e. C.^{el}. Luiz Guedes de Amorim, grande numero de confrades de Conferencias e Senhoritas que abrilhantaram com canticos religiosos o santo sacrificio da missa. Nos novos commodos foram, no mesmo dia, alojados os asylados do sexo masculino”. In: ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Dezembro de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

¹⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

¹⁷⁵ Dentre esses estudos destacamos: MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Trad: Heloisa Jahn. Rio de Janeiro: Campus, 1989; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986; FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA,

Vicentinos, como se sabe, o asilo foi criado para abrigar os pobres, fossem eles doentes ou não.

O conceito de pobreza que utilizaremos na escritura deste trabalho será o de José Roberto do Amaral Lapa, que a define como uma situação de “*carência (privação), de impossibilidade de atendimento de necessidades materiais básicas à sobrevivência física e reprodução, dentro naturalmente do quadro de valores e disponibilidades de uma determinada sociedade e conjuntura*” (LAPA, 2008, p. 28).

A partir do exposto, é possível tecer algumas considerações sobre o nosso universo de pesquisa, qual seja, a população do Asilo São Vicente de Paulo. Poder-se-ia afirmar que toda ela era constituída pela pobreza; entretanto, este conceito unifica algo que é heterogêneo, como as especificidades das *gentes* desse asilo.

Como discorreremos na Introdução, várias são as tipologias e nomenclaturas que recebem os indivíduos afetados pela situação de pobreza, tais como: pobres, mendigos, vadios, indigentes, vagabundos, miseráveis, remediados, excluídos, desgraçados, infelizes, marginalizados, desclassificados, esfomeados, arruinados, decaídos, dentre outros, sendo *sabujo* o mais horripilante de todos. Entretanto, cada um desses conceitos ou categorias remete a determinados tipos ou grupos de indivíduos. A grande questão é que o Asilo São Vicente de Paulo acolhe a maioria deles.

Nos espaços do asilo, por várias razões, diferentes tipos de indivíduos coexistiam. É oportuno questionar o que os unia e o que os diferenciava. A união ocorre pela própria condição de asilados, ou seja, por algum motivo, um indivíduo, em um momento da sua vida necessitou do amparo do Asilo São Vicente de Paulo.

Tal fato, porém, não quer dizer que todos eram pobres, mas sim que precisaram ter alguém, ou uma instituição, que lhes valessem, que os socorressem, que os ajudassem. O que os diferenciava, por outro lado, era o sexo, a idade, as doenças, as intenções e os motivos do asilamento. Como, então, estabelecer um

1996; PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)*. Trad: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. UNB, 1993; LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: uma contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008; SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito: Taubaté: 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

conceito que consiga permear todos esses indivíduos? Optamos, portanto, pelo conceito de desvalido!

Nesse contexto, o desvalido, no nosso entender, é todo indivíduo que num determinado momento de sua vida, internou-se ou deixou-se internar no Asilo São Vicente de Paulo por dois motivos, a saber: o material e o social. Tal expressão lança raízes no Latim, justamente na concepção do seu antônimo: *validus*, como forte, vigoroso, robusto, “*que passa bem*” segundo as escrituras de Tito Lívio. Quem não passava bem, quem vivia mal, que “*passava mal de boca*” segundo expressão muito goiana para pobreza, era enfim um desvalido (FARIA, 1962).

Entende-se por desvalido material aquele indivíduo que, sem condições de se manter, até mesmo do essencial, procurou o asilo para se internar, objetivando a subsistência. Por sua vez, o desvalido social seria aquele indivíduo que, por algum motivo, engendrou a repulsa social que foi o condicionante em seu egresso na instituição. Nesta perspectiva, enquadram-se: 1- os desvalidos possuidores de doenças mentais; 2- os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; 3- os desvalidos oriundos ou transferidos para a cadeia.

Acreditamos que este conceito e suas categorias suportam teoricamente toda a heterogeneidade dos indivíduos que compunham o quadro de internos do Asilo São Vicente de Paulo. Contudo, deve-se ressaltar que este conceito está inserido dentro da fronteira dos muros do referido asilo.

Outrossim, definí-los como desvalidos a partir do momento que adentram esta instituição permite, não enxergá-los dentro de uma homogeneidade que as próprias categorias deste conceito – o material e social – não condicionam; mas, por outro lado, possibilita que se compreendam as diversas histórias de vida desses indivíduos e as formas como as mesmas foram interpretadas, ou ressignificadas, dentro de determinada época a partir de um único conceito e enquadrá-las dentro de categorias que, por sua vez, restringem a análise, mas não a invalidam.

Fora dessa fronteira que pode ser tanto empírica, quanto teórica, a saber, os limites do asilo, vislumbram-se todos esses indivíduos reconhecidos pelas suas especificidades. Nas ruas, becos e vielas por onde esses tipos eram mais comumente vistos, poder-se-ia denominá-los de pobres, miseráveis, indigentes, dentre outros, porém dentro do asilo todos eram somente desvalidos.

Em um dicionário de 1832, a definição deste termo – desvalido – se refere a aquele indivíduo que “*não tem quem lhe valha*” (PINTO, 1996). O indigente, por exemplo, era aquele que até do necessário tinha falta.

Partindo deste pressuposto, há uma grande diferença entre desvalido e indigente, podendo o primeiro incluir qualquer indivíduo que esteja disposto a ser ajudado por alguém; e por não ter quem lhe valesse, procurava refúgio no referido asilo. Este indivíduo era, portanto, um desvalido.

Talvez desvalido por um preconceito da sociedade, por não possuir meios de se sustentar, por ser doente, por necessitar simplesmente da caridade cristã que regia – porém não somente este – a intenção dos confrades Vicentinos.

Por outro lado, poder-se-ia denominá-los simplesmente de internos ou asilados, termos recorrentes na documentação, mas que padroniza, ou melhor, homogeneiza algo que a nosso entender é “*um todo incoerente e heterogêneo*”, utilizando a expressão de June Hahner (1993, p. 31) ao se referir aos pobres urbanos brasileiros.

Destarte, na utilização destes dois termos, perder-se-ia a complexidade das relações que estão imbricadas no asilamento destes indivíduos. Tomamos as categorias de *internos* e *asilados* como condição de asilamento observados pelos seus contemporâneos, ou seja, pela sociedade vilaboense; entretanto, o fato de ser *condição* inviabiliza, por sua vez, qualquer tentativa de analisar possíveis clivagens, o que tornaria o conceito homogêneo, fato que justifica a divisão do mesmo em duas categorias.

A heterogeneidade desses desvalidos descortina-se como um quadro ao mesmo tempo desolador e intrigante. Os seus alojamentos eram ocupados por diversos tipos de indivíduos, e na maioria das vezes, a única semelhança que os unia era somente o local que habitavam: o Asilo São Vicente de Paulo.

Tal perspectiva evidencia a dificuldade, não somente de enquadrá-los dentro de um conceito, como igualmente, elaborar um para esta instituição, como tentaremos esboçar ao final deste trabalho, dada a heterogeneidade do atendimento.

Loucos, alienados mentais, idiotas, cretinos, dementes, epiléticos, surdos, mudos, cegos, leprosos, morféticos, paralíticos, tuberculosos, órfãos e principalmente velhos, dentre outros, compunham o mosaico de desvalidos do Asilo São Vicente de

Paulo! Eis a dificuldade de tecer em uma mesma roda de fiar os finos fios que integram a trama de cada um desses indivíduos.

Nesta perspectiva, o motivo de um indivíduo que se internou no asilo porque está velho e precisa dos cuidados que a idade requer é diferente de um órfão que foi mandado para o asilo a pedido do Juiz de Órfãos, e muito mais ainda dos loucos e alienados mentais que foram para o asilo pelo discurso da manutenção da ordem pública.

O que une essas histórias, ou pelo menos as aproxima não é o fato de serem pobres ou indigentes – porque nem todos o são – e sim, por serem desvalidos, ou seja, por, em um determinado momento de suas vidas, necessitarem do auxílio do Asilo São Vicente de Paulo. Por isso, a incoerência em denominá-los de internos ou asilados, porque objetivamos dentro da heterogeneidade, possíveis semelhanças que acreditamos encontrar no conceito de desvalido e nas suas categorias, quais sejam: o material e o social.

Desde a Introdução, quando discorremos sobre o dia festivo da inauguração do asilo, passando pelo primeiro capítulo, que tratou da aventura da sua construção e da utilidade da Capela e do Salão Nobre do Asilo, onde se realizavam as reuniões da Junta Administrativa, algo ficou incompleto, propositalmente, que é a definição deste asilo. O que o torna diferente de outras tantas instituições espalhadas por este país? O que faz o Asilo São Vicente de Paulo localizado no subúrbio de uma capital encravada na encosta de duas serras nos sertões do Brasil tornar-se objeto de estudo de um historiador?

Isso posto, pensar o Asilo São Vicente de Paulo como instituição, pautada nos preceitos da caridade cristã; como o viam os Vicentinos, engendra similitudes com os hospitais medievais, e deste modo, faz-se necessário um pequeno retrocesso histórico. O hospital como objeto de estudo da *Clio*, possui uma ampla e rica literatura¹⁷⁶. Como se sabe, os primeiros hospitais teriam surgido no início do século

¹⁷⁶ Para a elaboração deste trabalho foi consultada a seguinte bibliografia sobre a história dos Hospitais: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993, mais especificamente o capítulo VI intitulado: “O nascimento do Hospital”; FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2007; LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução: Marcos Flaminio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006; MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989, especialmente o capítulo VII: “Florescimento das Instituições de Assistência”;

IV, logo após a conversão do imperador Constantino; e se constituíam em “*fundações devotas, em geral ligadas a ordens religiosas que se dedicavam a servir a Deus e aos homens*” (PORTER, 2004, p. 166).

Na Idade Média, ele proliferou, assemelhando-se, contudo, a uma “*simples casa de acolhimento, um espaço para morrer, ou um verdadeiro estabelecimento de cuidados, representando, na cidade, um papel sanitário e profilático*” (SAUNIER, 1985, p. 193). Ademais, se pareciam muito com os asilos, ou seja, “*lugares que ofereciam refúgio e proteção*” (PORTER, 2004, p. 166).

Com efeito, o desenvolvimento do hospital, está intrinsecamente ligado a “*dois valores cardeais da sociedade medieval, que são a caridade (caritas) e a enfermidades (infirmas)*”. A *caritas* deriva da fraternidade humana, que, por sua vez, decorre do elo entre o amor paternal de Deus e os homens, uma vez que a Igreja Católica ensinava que “*para amar Deus, é preciso amar nossos irmãos*”. A *infirmas*, por sua vez, está ligada à fraqueza do corpo e a sua dependência, sendo, por isso, “*mais socialmente desvalorizada*”, tornando-se paulatinamente a condição de todos os homens frágeis, pois assinalava o pecado original. A *caritas* e a *infirmas* serão as alavancas para o “*nascimento do hospital medieval, lugar público e gratuito de caridade*” (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 118). Por esta razão:

O personagem ideal do hospital, até o século XVIII, não é o doente que é preciso curar, mas o pobre que está morrendo. É alguém que deve ser assistido material e espiritualmente, alguém a quem se deve dar os últimos cuidados e o último sacramento. Esta é a função essencial do hospital (FOUCAULT, 1993, p. 101).

Entrementes, o sentido utilitário do hospital que prevaleceu até o século XVIII assemelha-se aos objetivos do Asilo São Vicente de Paulo, uma vez que este foi concebido para recolher os pobres, como bem demonstra o seu Regulamento no

PORTER, Roy. *Das Tripas Coração: Uma Breve História da Medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004, especialmente o capítulo 7: “O Hospital”; SAUNIER, Annie. “A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

Artigo 3º: “*O seu fim é recolher os indigentes e mantel-os; dando-lhes o necessario abrigo, juntamente com o consolo que proporciona a Religião Catholica*”¹⁷⁷.

O asilo em questão era uma “*fundação devota*”, pois o seu gerenciamento interno estava a cargo de uma Congregação Religiosa, qual seja, a Ordem Dominicana; era uma casa de acolhimento, e o mais importante, desempenhava um relevante papel sanitário na Cidade de Goiás.

Assim como os hospitais medievais, o asilo goiano não era um espaço de cura, apesar de contar com a colaboração de médicos que assistia os pacientes, e encaminhava-os em estado mais grave para o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, como veremos no próximo capítulo.

E a questão mais importante, o que regia o asilo, como vimos no capítulo anterior, era a questão da caridade e o medo das enfermidades, ou seja, a *caritas* e a *infirmas*.

Entretanto, utilizando a expressão de Michel Mollat, os hospitais medievais não estão impregnados “*exclusivamente de sentimentalismo e religiosidade*” (1989, p. 141). Apesar de serem instituições de assistência aos pobres, eram, de acordo com Michel Foucault, “*também de separação e exclusão*”. O hospital, portanto, seria uma instituição que visava tanto recolher o pobre quanto “*proteger os outros do perigo que ele encarna*”. Pois o “*pobre como pobre tem necessidade de assistência e, como doente, portador de doença e de possível contágio, é perigoso*”. (1993, p. 101).

Tudo indica, portanto, que o Asilo São Vicente de Paulo se enquadra perfeitamente na comparação com o hospital medieval. O trato aos pobres, aos doentes, a sua internação em um lugar, longe o suficiente para deixar em paz uma sociedade, que vivia às voltas com as temidas epidemias, faz a reflexão caminhar para este desfecho.

Pelo exposto, não podemos, portanto, afirmar que o Asilo São Vicente de Paulo representou indubitavelmente, para a Cidade de Goiás, o mesmo que os hospitais representaram para a Europa Medieval. Se ainda não encontramos um parâmetro para definí-lo, faz-se necessário recorrer a outras instituições.

¹⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. ‘*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*’. Cidade de Goiás, 1909, p. 02. Observação: parte deste documento foi citado na Introdução.

A partir do trabalho de Michel Foucault é possível estabelecer essas comparações com o Hospital Geral de Paris, fundado em 1656 e destinado a abrigar os pobres. Nesta instituição, eram recolhidos, alojados, alimentados, aqueles que se apresentavam voluntariamente ou que eram encaminhados pelas autoridades.

O médico era pago e visitava os internos duas vezes por semana, porém, não se trata de uma estabelecimento médico. *“É antes uma estrutura semijurídica, uma espécie de entidade administrativa que, ao lado dos poderes já constituídos, e além dos tribunais decide, julga e executa”*. Deste modo, o Hospital Geral seria a *“terceira ordem da repressão”*, entre a polícia e a justiça (FOUCAULT, 2007, p. 49-50). Ademais, *“o hôpital général (...) despontou no século XVII como uma instituição destinada a abrigar e confinar mendigos, órfãos, vagabundos, prostitutas e ladrões, ao lado dos doentes e dos loucos pobres”* (PORTER, 2004, p. 168).

Assim como em relação ao Hospital Medieval, há semelhanças e diferenças entre o Asilo São Vicente de Paulo e o Hospital Geral. Eles se assemelham no sentido do ingresso dos pobres na instituição. Porém, se diferenciam no quesito da repressão.

O asilo da antiga capital goiana não fora criado para reprimir, ou seja, não pode ser visto como uma prisão, nem como um aparato do poder constituído. Pelo contrário, o asilo foi idealizado, elaborado e construído por leigos amparados na caridade cristã, apesar de contar algumas vezes com a ajuda do poder público, mas que nada influenciava na operacionalização da instituição.

Outra instituição que podemos comparar com o Asilo São Vicente de Paulo é o Asilo de Mendicidade, fundado na cidade de Salvador, na Bahia, em 1876, que foi analisado pelo historiador Walter Fraga Filho. A fundação desse asilo na capital baiana, *“significou a concretização de política que visava excluir os mendigos do mundo das ruas, isolando-os fora dos limites urbanos”*. Por sua vez, as elites *“poderiam manter a tradição da caridade com as consciências tranqüilas, sem serem importunadas com a presença dos pobres”*. (1996, p. 160-164).

Pelo exposto, os objetivos de ambas as instituições estão em consonância, porém, as diferenças se davam na participação ativa da polícia para o gerenciamento do asilo baiano, e na questão da disciplina do estabelecimento. A maioria dos internos era capturada pela polícia, o que na cidade de Goiás não ocorreu. Outrossim,

o controle policial no asilo baiano era tão forte que “talvez por isso, ao darem entrada aí muitos deles apresentavam nomes falsos, uma forma de se resguardarem (...)” (FRAGA FILHO, 1996, p. 164).

Isso posto, conceber o Asilo São Vicente de Paulo como um lugar de separação e exclusão, onde eram despejados os indesejados da sociedade, que ficavam enclausurados e eram violentamente disciplinados é utilizar do reducionismo para fazer a análise.

O referido asilo não funcionava como uma prisão, os desvalidos que lá estavam permaneciam na instituição porque necessitavam da ajuda alheia. Entretanto, não eram obrigados a permanecer nela, como bem demonstra o caso de Pedro Alves do Nascimento, que foi excluído do asilo “por se haver retirado voluntariamente”¹⁷⁸; e Francisco Mariano Sardinha, que se retirou do asilo “não dando mínima satisfação”¹⁷⁹. Este último, por exemplo, foi o interno de número 147, que deu entrada em 18 de Junho de 1918, com idade de 70 anos, sofrendo de *Velhice*, e retirou-se da instituição em 04 de Agosto de 1918¹⁸⁰.

O fato de um indivíduo ter saído do asilo por vontade própria evidencia que o mesmo separava, mas não excluía. Entre separar e excluir há enorme distância. A construção do asilo nos subúrbios da antiga capital de Goiás poderia sugerir a possibilidade de *exclusão*, que remonta a uma idéia de *definitivo*.

Por outro lado, observar o asilo como uma estratégia de *separação* é aceitável, do ponto de vista de que este termo possibilita a idéia de *transitório*. Outro fator importante concerne à instituição não ser projetada como uma cadeia, sendo que nem sequer muro possuía inicialmente; isso evidencia, por sua vez, que os habitantes do asilo tinham a consciência de estarem lá não por imposição, mas por vontade própria.

Entretanto, entre a imposição e a vontade própria há o discurso da caridade, da ajuda, da mão que se ergue aos menos afortunados, da benevolência por parte dos

¹⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Janeiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

¹⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Agosto de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

¹⁸⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

moradores da cidade que contribuía mensalmente para a manutenção do asilo, como afirmamos no capítulo anterior.

Pressupomos que, fazer os desvalidos pensarem que estavam lá por vontade própria, poderia ser uma estratégia para aprisioná-los, numa prisão sem muros, ou pior ainda, nos eternos muros da gratidão. Comida, roupa, lugar para dormir, assistência médica, remédios gratuitos, missas, festas e visitas quase diárias por parte da população, faziam do Asilo São Vicente de Paulo um microcosmo de um ideal de cidade; onde se recebia tudo e não se fazia nada; eis a face da caridade que aprisiona de maneira mais eficaz do que o poder de polícia.

No entrecruzamento dessas diversas formas de assistência, que serão pormenorizadas no próximo capítulo, encontram-se os desvalidos: indivíduos a primeira vista sem rosto, sem vontade, sem o controle da escrita de suas próprias vidas, e que compartilham com muitos outros o mesmo destino.

Não obstante, estabelecer uma análise dessa natureza, partindo desses indivíduos, não é tarefa fácil, principalmente porque nenhum deixou o seu relato. E talvez por isso, nomes, idades, datas, enfermidades, embaralham-se nesse imenso quebra-cabeça. Recompôr a ordem das peças é tarefa árdua, é dialogar com as fontes, criar tabelas, montar gráficos, enfim, conceder ao objeto o tão acalentado estatuto de cientificidade que a História almeja.

Isso posto, contamos com três tipologias principais de documentos para estruturar a análise. O primeiro e talvez um dos mais interessantes é o *“Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo”*, que abrange o período de 1909 a 1946, e contém: número de entrada do interno; data de entrada; nome do interno; idade; sexo; “pátria”¹⁸¹; enfermidade; data da retirada; data do óbito; e, por fim, alguma observação, quando havia a necessidade.

O segundo tipo de documento refere-se às atas das reuniões, sejam elas ordinárias ou extraordinárias, da Junta Administrativa do Asilo, entre 1914 a 1923, que se reunia com certa regularidade, em que há interessantes dados sobre o cotidiano dos internos e os critérios de admissão e exclusão dos mesmos.

¹⁸¹ O termo “pátria” tanto pode se referir ao lugar de nascimento do desvalido, quanto de origem.

Finalmente, o terceiro tipo são os relatórios anuais da Junta Administrativa do Asilo, que como se sabe, eram apresentados ao Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo e lidos nas cerimônias de posse de uma nova junta.

No arquivo do asilo, encontramos apenas os relatórios de 1915, 1916, 1921, 1922 e 1923, que estão dentro do período que nos propomos a trabalhar. Partindo principalmente do diálogo dessas fontes, em conjunto com outras, evidentemente, é que procuraremos discorrer sobre os doentes e desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo, a partir dos dois grupos que dividimos páginas atrás, a saber: os desvalidos materiais e os desvalidos sociais.

O período compreendido entre 25 de julho de 1909, data da inauguração do asilo a 25 de abril de 1946, data do último registro encontrado no livro de entrada, 442 indivíduos foram internados no estabelecimento pelos mais diferentes motivos.

Tal circunstância fica evidente quando observamos a idade desses internos, que variava de 6 meses a 115 anos. Neste universo, 44 tipos de doenças foram observados, sendo que a *enfermidade* mais comum era a *velhice* com 101 casos. Vários foram os locais de origem desses internos: 59 cidades ou regiões foram catalogadas, destas se sobressaiu a Cidade de Goiás com 251 ocorrências¹⁸². É oportuno ressaltar que esses dados evidenciam o nível de abrangência e a heterogeneidade do Asilo São Vicente de Paulo.

Isso posto, o primeiro conceito que iremos abordar é o de *Desvalido Material*, no qual se enquadram os velhos, os desamparados, os órfãos, os que necessitavam da ajuda do asilo, e os primeiros moradores da instituição, ou seja, aqueles que já eram ajudados pela Sociedade São Vicente de Paulo e que moravam no asilo provisório.

No que se refere a estes, somente depois de encerrados todos os festejos e a cerimônia de instalação do asilo, com a presença do Bispo Dom Prudêncio, das autoridades, feitos todos os discursos e lido o Regulamento, como apontamos na Introdução, é que os primeiros desvalidos tomaram posse da sua nova morada. Como último ato desta epopéia, o fato mereceu atenção especial das Irmãs quando escreveram o histórico do asilo nos idos de 1975:

¹⁸² ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Depois dos agradecimentos aos presentes D. Prudencio voltou à sua casa e um dos mais belos espetáculos de caridade se desenrolou aos olhos do povo. Todos os confrades se dirigiram ao Asilo primitivo na Rosa Gomes (...) Logo depois eles voltavam ao Asilo trazendo cada um, em seus braços os pobres idiotas ou inválidos que não podiam andar¹⁸³.

A descrição é tocante: de um lado, temos um Bispo que não esperou a chegada dos desvalidos e, de outro, o *espetáculo* da caridade, com os mesmos sendo carregados pelos vicentinos. Neste mesmo dia, onze indivíduos deram entrada no asilo; destes, 7 eram mulheres e 4 homens. As Irmãs os definiram como *pobres idiotas* ou *inválidos*, sendo estes últimos aqueles “*que não podiam andar*”.

Mas, notem bem, segundo a descrição, todos, independente de poderem andar ou não, foram carregados pelos Vicentinos até o asilo definitivo. O então asilo provisório situava-se na Rua Rosa Gomes, do outro lado do Rio Vermelho, nas proximidades da Igreja de Santa Bárbara, e o asilo definitivo localizava-se no subúrbio; um longo trajeto com várias ladeiras separava os dois lugares, o que só contribuiria para tornar a cena ou digna de *reverência*, ou *cômica*.

Outrossim, estes onze internos bem ilustram a complexidade e a dificuldade de se estabelecer parâmetros de análise com base no Livro de Entrada do asilo. Primeiramente, se ressaltarmos o enfoque nas enfermidades, ou seja, o motivo que impulsionou o ingresso do indivíduo na instituição, temos que neste primeiro dia foram admitidos: 1 caduco, 5 velhos, 2 idiotas, 1 louco, 1 *asthmatico*, e 1 cega, totalizando 11. Entretanto, a que alegou a cegueira como enfermidade proeminente tinha 85 anos, e seu nome era Fortunata dos Anjos Martins.

O contraditório da questão é que uma tal Jacintha Cristina dos Reis alegou, ou alegaram para ela, a *enfermidade* velhice, e a mesma possuía apenas 52 anos. Há casos de indivíduos, que com 50 anos, já serem declarados velhos!¹⁸⁴ Portanto, ou o registro de cegueira ao invés de velhice seria mais relevante para identificá-la ou ressaltar alguma característica marcante; ou velhice não era enfermidade e sim condição; ou esta supra citada Jacintha sofria de velhice prematura, ou de outras

¹⁸³ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 08.

¹⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

doenças que a deixaram neste estado, uma vez que a mesma faleceu no Hospital São Pedro de Alcântara, apenas dois meses depois de instalada no asilo definitivo.

Destarte, faz-se mister ressaltar a diferença entre enfermidade e doença. No Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo consta o termo *enfermidade*, que até agora utilizamos como sinônimo de doença. Entretanto, alguns autores estabelecem a diferença entre *enfermidade* e *doença*, qual seja, “*enfermidade (disease) é o que o órgão tem, a doença (illness) é o que o doente tem*” (HELMAN, apud, LEITE; VASCONCELOS, 2006, p. 115).

A dificuldade na transposição desses conceitos e aplicá-los ao documento em questão, é que ambas as formas aparecem como sinônimo. Nesta perspectiva, nos parâmetros dos responsáveis pelo Asilo São Vicente de Paulo, enfermidade poder-se-ia compreender tanto algo que um órgão tem, como por exemplo, *intestino*, ou uma doença como *morphea*, ou uma condição como *velhice e desamparado*.

Noutro passo, o ingresso de apenas 11 indivíduos no primeiro dia denota que a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo não era tão abrangente quanto julgávamos no capítulo anterior; ou era, mas não no que concerne ao aluguel de casas – inicialmente – e depois ao recolhimento ao asilo provisório.

Há que se ressaltar que existiu, nesta época, no alto da Rua Padre Arnaldo, abaixo do cemitério e entre a Rua do Fogo, uma ladeira que foi doada a muitos pobres com casebres feitos de madeira e muitas barracas, cujo trabalho de distribuição de alimentos era realizado por Maria Gomes da Silva Cupertino de Barros (Sinhá Cupertino) e Geogina Caiado Fleury desde 1901. Ali, residiam cerca de 130 pessoas desvalidas, conforme escreveu a pesquisadora Rosarita Fleury (1990) ao destacar o trabalho de sua tia Georgina, que lavava os morféticos que moravam nessa rua e colocava creolina nos buracos dos corpos dos mesmos que “*muitas vezes eram verdadeiras bicheiras*”.

No tocante ao asilo, será que o recolhimento de apenas 11 internos em uma instituição tão cara que envolveu a participação de toda a sociedade vilaboense correspondia, ou melhor, solucionava os problemas causados pelos pobres que viviam nas ruas? Isso também desautoriza a hipótese de o asilo ter sido construído com o objetivo de resguardar a cidade das epidemias, uma vez que no registro de entrada inicial não foram encontrados indivíduos com essas características; por outro

lado, o discurso das epidemias e os problemas que as mesmas acarretariam poderiam ter sido utilizados somente pelos Vicentinos para pressionar o governo visando a obtenção de dinheiro. Porém, como é sabido, o asilo foi criado para “(...) *dar abrigo e conforto a infância desamparada e á velhice sem arrimes*”¹⁸⁵.

No que se refere à velhice, faz-se necessário conhecer os critérios de distinção para que um indivíduo seja considerado velho por determinada sociedade. A forma como a mesma interpreta algo que é inerente ao ser humano, ou seja, o processo biológico do envelhecimento, torna a velhice socialmente construída (BOSI, 2004, p. 77; VINCENT, 2001, p. 329). Ademais, o processo biológico “*que é real e pode ser reconhecido por sinais externos do corpo, é apropriado e elaborado simbolicamente por todas as sociedades, em rituais que definem, nas fronteiras etárias, um sentido político e organizador do sistema social*” (MINAYO & COIMBRA JR. *apud* MINAYO, 2004:10). A categoria de *fronteiras etárias* refere-se aos parâmetros que determinada sociedade estabelece para classificar uma pessoa como sendo velha¹⁸⁶.

Há várias visões para o termo da velhice, o que Mário Filizzola (1972) destaca como dicotomia entre “*válidos e inválidos*”, ou seja, aquele que a sociedade reconhece como inútil. Segundo este autor, cria-se, nesse âmbito, a “*sociedade dos pidões*”, velhos imprestáveis e inúteis, afeitos ao ato da mendicância.

O problema é estabelecer esses parâmetros para a sociedade vilaboense do início do século XX. Quem eram os velhos, e como se pensava a velhice na época? Com base no *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accesorias para uso das familias*, publicado originalmente em 1890, de autoria do polonês radicado no Brasil, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz¹⁸⁷, tentaremos estabelecer algumas

¹⁸⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

¹⁸⁶ Atualmente essa questão é amplamente discutida, pois entidades internacionais definem como o corte inicial do envelhecimento com base se a sociedade é ou não desenvolvida, para as primeiras prevalecem a faixa etária mais alta (65 anos), e se não, ou em desenvolvimento, o limite é 60 anos (CABRAL, 2004:03). Ademais, “(...) *definir uma categoria denominada velhice, que engloba as características em comum de todos os velhos em todas as épocas e culturas, é uma empreitada vazia de sentido, tendo em vista que ser velho não é uma condição natural e já dada, mas um processo construído social e culturalmente*” (MAGRO, 2003, p. 36).

¹⁸⁷ “*Os manuais de medicina popular foram escritos por médicos representativos da elite médica do Império: seus autores, ou fizeram parte da Academia Imperial de Medicina, ou tinham muito boas relações com as autoridades médicas do Império, em geral. Mas se, por um lado, representavam a*

considerações sobre o tema. O referido médico divide em quatro as idades da vida humana, quais sejam: a *infância*¹⁸⁸, a *adolescência* ou *mocidade*¹⁸⁹, a *virilidade*¹⁹⁰ e a *velhice*. Esta última iniciaria a partir dos 55 ou 60 anos e se estenderia até a morte, “a qual se faz raramente esperar após noventa annos” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

Ademais, a velhice também se divide em três *períodos*, de acordo com o referido médico, a saber: “1º, a idade do retrocesso, que comprehende o intervallo dos sessenta aos setenta annos; 2º, caducidade, dos setenta aos oitenta annos; 3º, o da decrepidez, que vai dos oitenta annos até ao fim da vida” (Idem, 1890, p. 195).

Outrossim, de acordo com os seus cálculos, somente uma pessoa em um grupo de 1400 chegaria aos cem anos (Idem, 1890, p. 191). No Asilo São Vicente de Paulo, os 101 casos registrados com a enfermidade *velhice* verificou-se que 6 desvalidos romperam a fronteira dos cem anos de idade, dos quais cinco eram do sexo masculino¹⁹¹.

Este fato coloca em relevo que, apesar de todas as moléstias que acometiam a população de Goiás desde os setecentos¹⁹², envelhecia-se muito, e o mais

legítima ciência da época, foram, também, legítimos agentes de medicina popular, tamanha sua aceitação e difusão para expressiva parcela da população leiga, que, através deles, pôde se inteirar de diagnósticos e tratar as principais doenças. Para melhor situar os manuais de medicina popular em seu tempo, há que se conhecer a interação entre estas obras e seu público consumidor, que se constituiu de boticários, fazendeiros, mães de família, enfim, de toda uma gama da população leiga letrada que exerceu a medicina. Dessa maneira, amplia-se o panorama da medicina, no Brasil imperial, que não se limitou apenas ao estereótipo de, por um lado, uma medicina oficial, praticada unicamente por médicos diplomados, e, por outro, uma medicina descredenciada pela ciência acadêmica do século XIX, e praticada, em vários graus de informalidade, pelos escravos ou por indivíduos pobres que se valiam de seus diferentes saberes para sobreviverem. Entre o estetoscópio e a garrafada, havia um terreno bastante extenso ocupado por diversos outros elementos, dentre os quais, os manuais” (GUIMARÃES, 2003, p. 16-17).

¹⁸⁸ A infância seria “(...) o espaço de tempo comprehendido entre o nascimento e a puberdade” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁸⁹ A adolescência ou mocidade teria início “(...) com o desenvolvimento da puberdade, aos dez ou onze annos para as meninas, e treze annos mais ou menos para os rapazes no clima intertropical, e acaba na época em que o corpo tem tomado todo o seu crescimento; o que tem logar aos vinte e um annos nas senhoras, e aos vinte e cinco nos homens” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁹⁰ A virilidade “(...) ou idade madura, que vai até aos cincoenta e cinco ou sessenta annos, época em que principia a decadencia do corpo e das nossas faculdades” (CHERNOVIZ, 1890, p. 191).

¹⁹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹² Cf: KARASCH, Mary C. “História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999; SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. “Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999; MAGALHÃES, Sônia Maria de. “O cenário nosológico de Goiás no século XIX”. In: *Vária História*. Vol. 21, nº 34. Belo Horizonte, 2005.

interessante, se considerarmos que a população vilaboense era de aproximadamente 5.000 pessoas, estava acima da média proposta por Chernoviz.

Outra questão importante diz respeito às *fronteiras etárias*, ou seja, a partir de que idade, um indivíduo era considerado velho no início do século XX? Nas três primeiras décadas do século passado, a expectativa de vida do brasileiro era de 34 anos¹⁹³.

Atualmente, a expectativa de vida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é de 72,7 anos; entretanto, um indivíduo é considerado idoso a partir dos 60 anos, de acordo com o Estatuto do Idoso de 2003. Se o raciocínio partisse deste princípio, poder-se-ia estimar que durante as últimas décadas da Primeira República, “*velho*” seria todo indivíduo acima dos 30 anos, o que, evidentemente, não condiz com a dada *realidade* do Asilo São Vicente de Paulo.

Nessa instituição, observa-se que os desvalidos acima dos 50 anos – idade inicial da velhice estipulada por Chernoviz – somam 170 indivíduos, conforme a tabela abaixo. Coincidentemente ou não, 50 anos é a idade mais baixa do desvalido que foi caracterizado no quesito *enfermidade* como tendo velhice.

Entretanto, há o caso de uma desvalida de 50 anos cuja *enfermidade* não está indicada, ou seja, em sua ficha não consta nenhuma observação relevante naquele quesito, podendo, até mesmo, ser descrita como de gozando boa saúde.

¹⁹³ FONTE: RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento Populacional: Uma Realidade Brasileira. In: *Revista Saúde Coletiva*. São Paulo, 1987, p. 214.

TABELA Nº. 1: TOTAL DE DESVALIDOS DIVIDIDOS POR IDADE	
Idade	Total
00 a 09	46
10 a 19	65
20 a 29	46
30 a 39	41
40 a 49	49
50 a 59	41
60 a 69	38
70 a 79	52
80 a 89	26
90 a 99	08
100 a 115	06
Sem Informação	24
Total Geral	442

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Entretanto, dever-se-á considerar que nem todos os desvalidos acima de 50 anos, que entravam no Asilo São Vicente de Paulo eram cadastrados como possuindo a *enfermidade* velhice. O senhor Antonio José dos Santos, por exemplo, o primeiro desvalido a ingressar na instituição aos 25 de Julho de 1909, com idade de 80 anos, foi registrado com a enfermidade *Caduquice*¹⁹⁴.

Este dado é interessante, pois descortina a intenção e a função deste referido documento. Por que ressaltar a caduquice ao invés de velhice? Se partirmos do pressuposto que velhice não é doença e sim condição, o fato de especificar a caduquice poder-se-ia identificar o desvalido, ou seja, representaria de maneira mais fiel o modo como este deu entrada na instituição. Ademais, a *caducidade* é o segundo período na divisão da velhice feita por Chernoviz, e compreende os 70 aos 80 anos.

Consideramos remota a possibilidade do preenchimento do registro do dito Antonio ter sido pautado nas considerações do autor do *Dicionário de Medicina*

¹⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Popular, por que não há menção de *decrepidez*, ou algo semelhante – somente *velhice*.

Outrossim, o caso de Fortunata dos Anjos Martins que também foi acolhida no asilo no seu primeiro dia de funcionamento possuía na ocasião 85 anos, sob a alegação da *enfermidade* cegueira. Pelo exposto, e pelo exemplo do Antonio, que entrou no mesmo dia que Fortunata, reforçam o argumento que *velhice* não era considerada enfermidade e sim condição, ou também poder-se-ia sustentar que a intenção dos responsáveis pelo preenchimento era ressaltar alguma característica individual do desvalido.

O mesmo se aplica, dentre muitos casos, ao da desvalida Ardouça Ribeiro da Silveira Aranha, com idade de 75 anos, sendo ingressa no asilo aos 04 de Setembro de 1909, onde consta *entrevado* como *enfermidade*. Há também registros de desvalidos que romperam a faixa etária dos setenta anos serem diagnosticados com outras *enfermidades*, desta vez, como sinônimo de doença e não como condição, como nos casos de *Rheumatismo*, encontrado numa desvalida de 76 anos; *Idiotia*, encontrado num desvalido de 70 anos; *Hepatite* encontrado num desvalido também de 70 anos; *Hemiplegia* encontrado num desvalido de 81 anos; e *Gastrite* encontrado num desvalido de 87 anos, dentre muitos outros casos¹⁹⁵.

Ademais, a questão da *velhice* e, principalmente, a sua historicidade ainda compreendem uma lacuna nos trabalhos historiográficos tanto dedicados a Goiás, como ao Brasil, seja no Período Colonial, no Império e República Velha. A *velhice* e os indivíduos afetados por ela não foram alvo de estudos aprofundados por parte dos historiadores, tal como aconteceu com as crianças e as mulheres¹⁹⁶.

Dentre os desvalidos portadores de *velhice*, havia um grupo que se diferenciava por terem doado os seus bens para o Asilo São Vicente de Paulo, em troca de serem assistidos pela referida instituição. Há registros de três casos de desvalidos que se enquadram nesta categoria, a saber: Roberto Antonio de Oliveira, em 1913; Francisca Alexandrina de Arruda, em 1919; e Virginia L. Pereira, em 1932.

¹⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹⁶ Por exemplo: PRIORE, Mary Del. (coord.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999; PRIORE, Mary Del. (coord.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

O primeiro fez um acordo com o asilo de modo que este o recebesse e tratasse dele durante o restante de sua existência, pois, sendo solteiro, encontrava-se em idade avançada e doente, não possuindo herdeiros e ninguém que lhe valesse. Em nosso entender, independente de ter bens ou não, tornava Roberto Antonio de Oliveira um desvalido. A transação ocorreu no Cartório do Tabelião Abreu, em 18 de Junho de 1913, conforme atesta a seguinte escritura de doação:

Esriptura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d' Oliveira, como se declara: Saibam quantos esta publica escriptura de doação intervivos [...], que, sendo no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e treze, Vigesimo Quinto da Republica, aos dezoito dias do mez de Junho, n'esta Cidade de Goyaz, em meu cartorio, compareceram como partes contractuantes, de um lado, como outorgante doador Roberto Antonio d' Oliveira, e de outro lado, como outorgante donatario o Asylo de São Vicente de Paulo, representado pelo seu Thesoureiro o cidadão Vicente Sancho d' Almeida, um e outro, outorgante e outorgado, reconhecidos de mim Tabellião pelos proprios de que os tracto e dou fé, e perante as duas testemunhas adiante nomeadas e assignadas, pelo primeiro nomeado me foi dito que, estando já avançado em idade e além disso doente e impossibilitado de trabalhar para obter a sua subsistencia, ao ponto de recorrer á caridade publica, e possuindo n'esta Capital duas pequenas casinhas unidas (em estado de ruinas), a de baixo com terreno para quintal, sitas no correr da rua da Bôa Vista, e dividim-a pelo lado de cima com propriedade do Alferes Ricardo Ferreira de Campos, e pelo lado de baixo, com o rio Vermelho, resolveu propor aquelle estabelecimento – o Asylo de São Vicente a dar ao mesmo estabelecimento, as suas duas casinhas mediante a condição d'elle outorgante ser internado no mesmo estabelecimento e alli ser tractado durante a sua existencia. Acceita a sua proposta e já estando recolhido no referido "Asylo", que não tendo herdeiros necessarios, que é solteiro e possuindo as referidas casinhas sem onus quaesquer; por esta escriptura e na melhor forma do Direito, faz doação intervivos das referidas casas ao mencionado "Asylo" de São Vicente" no valor de duzentos mil reis, (200:000), que as poderá possuil-as como fazendo parte do seu patrimonio, e pela presente escriptura lhe transfere todo o domínio, discrito, acção e posse que tem tido nas casas ora doadas, tudo por bem d'esta escriptura e da clausula constituti, do que tudo eu Tabellião dou fé. Pelo Thesoureiro foi dito que acceitava no character de representante do Asylo de São Vicente a presente doação e em nome do mesmo, empossava das alludidas casinhas. E de como assim o disseram e me pediram esta escriptura que lhes foi lida, acceitaram e por declarar o doador não saber ler nem escrever, assigna á seu rogo

*o Alferes João Rodrigues de Moraes, com as testemunhas presenciaes (...)*¹⁹⁷

Quando a escritura foi feita, conforme mencionado, Roberto Antonio de Oliveira já se encontrava recolhido ao asilo, fato que se deu, de acordo com o registro de entrada, em 13 do mesmo mês, ou seja, apenas cinco dias antes da transferência, que foi, portanto, acordada anteriormente. Segundo o mesmo registro, na oportunidade o desvalido em questão possuía 61 anos, a enfermidade declarada foi *velhice*, e não as outras doenças que ele afirmou na ocasião da escritura possuir¹⁹⁸.

Não obstante o fato de o referido Roberto não se encontrar, em estado de indigência, como os primeiros internos do asilo, resolveu ele trocar as duas *casinhas* que possuía pela assistência, seja ela material ou espiritual que o asilo fornecia. Apesar de as Atas da Junta Administrativa no período de 1909 a 1913 não terem sido encontradas no arquivo do Asilo São Vicente de Paulo, de modo a comparar como foi a reação dos Vicentinos diante do gesto deste desvalido, todavia, encontramos a ata que se refere ao seu falecimento que ocorreu em 20 de Julho de 1916, pouco mais de três anos depois da sua entrada. Na oportunidade, a Junta aprovou o:

*(...) louvavel procedimento da Irmã Superiora em mandar celebrar um suffragio da alma do pobre Roberto Antonio de Oliveira que era asylado, uma missa tendo para esse fim despendido a referida Irmã, da importancia de \$500,00 que ser-lhe a indennisada*¹⁹⁹.

O *louvavel procedimento* da então Irmã Superiora Madre Maria Helena²⁰⁰ não se estendia aos demais desvalidos, pelo que podemos aventar que o referido Roberto tinha um tratamento diferenciado na instituição, ou pelo menos o teve depois da sua morte, com o pagamento de uma missa dedicada ao sufrágio de sua alma; no

¹⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Escritura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d' Oliveira*. Cidade de Goiás, 1913.

¹⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

¹⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

²⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *“Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo”*. Cidade de Goiás, s/d.

capítulo anterior afirmamos que era comum o asilo custear a celebração de missas somente para os seus benfeitores falecidos.

O drama da segunda desvalida que doou casa para o asilo, centra-se em vários interesses, cujos personagens centrais são os membros da família Parrella, a saber: a matriarca, Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, e seus dois filhos, Manoel Parrella de Oliveira e Antonio Parrella de Oliveira, cuja trama dar-se-á no testamento que fez a primeira:

(...) Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira. Saibam quanto este publico testamento virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil novecentos e desenove, aos trinta dias do mez de Julho, nesta Cidade de Goyaz, as vinte e uma horas e meia, em casa de residencia de Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, onde eu tabellião a chamado vim, ahi acha de cama e gravemente enferma, mal se podendo exprimir, mas em seu perfeito juízo, segundo o meu parecer e das testemunhas edoneas adiante nomeadas e no fim assignadas. E, perante as mesmas testemunhas, pela testadora, refereida Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, viuva do tenente José Parrella de Oliveira, residente nesta Capital, me foi dito que quer fazer o seu testamento e ultima vontade pela forma seguinte: Que tem dois filhos, um dos quaes – Manoel – surdo-mudo de nascença, e Antonio Parrella de Oliveira; que possui uma unica propriedade que é uma meiguia, sita no districto de Sant'Anna desta Capital á rua Senador Caiado, n° 36, entre propriedades de Benedicto de Tal e de Dona Maria José Leite de Castro, que por sua morte, feitas as despezas de funeral que deseja que faça o mais modestamente possivel, e pagar as suas dividas, deixa a metade de seus bens ao Asylo de São Vicente de Paulo desta Capital, com a condição de ser alli recolhido e tractado não só o seu referido filho Manoel, como o Antonio, caso este venha a necessitar da caridade publica; que a legitima que tocar aos seus dous filhos, deverá ser com a clausula de inalienabilidade e por morte dos mesmos passará ao referido Asylo; que é seu desejo que a sua casa fique para o Asylo, pagando este as suas dividas e despesas de funeral, afim de que por morte dos referidos filhos que se tomarão condôminos, passe inteiramente ao patrimonio daquelle instituto de caridade. Assim o disse em presença das testemunhas Manoel Xavier da Silva, Dr. João da Costa e Oliveira²⁰¹

Por este documento é possível compreender o drama pelo qual passava a Francisca Oliviera, qual seja, o receio de morrer sem deixar com quem ficar os

²⁰¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira em 30 de Julho de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

filhos, Manoel e Antonio. No tocante a estes, somente Manoel suscita maiores preocupações por parte da mãe, uma vez que é “*surdo-mudo de nascença*”. Entretanto, quando se cruzam os dados desses três personagens com o livro de registro de entrada e as atas da Junta Administrativa, notamos que os fios desta trama estão muito imbricados.

A intenção da testamentária era que a doação ao Asilo fosse feita depois que ela morresse, como forma de fazer com que os seus filhos fossem aceitos na instituição, haja vista que sempre aparecem “*(...) mais pobres que diariamente procuram abrigo deste santo Azylo, mas que, infelizmente, devido á falta de logar não lhes foi possível dar*”²⁰², ou seja, era muito difícil conseguir abrigo no asilo, uma vez que maioria recorria aos Vicentinos, aos doutores, aos Juizes, ou seja, a pessoas influentes; outros doavam casas e bens.

Portanto, pelo exposto, podemos sugerir que, nesse testamento, o que estava em jogo era o ingresso dos filhos de Francisca Oliveira no asilo, prioritariamente o Manoel; o Antonio, por sua vez, só seria recolhido caso viesse “*a necessitar da caridade publica*”. Caridade Pública, que como aventamos no capítulo anterior, poder-se-ia designar o investimento do governo nos setores assistenciais, como também, por este documento, a atuação da Sociedade São Vicente de Paulo.

Por conseguinte, a escrita do Testamento ocorreu em 30 de Julho de 1919, e apenas três meses depois eis que encontramos a matriarca Francisca e seus dois filhos ingressando no Asilo São Vicente de Paulo em 24 de Outubro do mesmo ano. Antes, porém, a sua atitude repercutiu nas reuniões ordinárias da Junta Administrativa do Asilo. Somente dois dias haviam decorrido da feitura do Testamento quando:

(...) pelo sr. thesoureiro foi dito que, sabendo que a viuva do sr. Francisco Parrela, dissera que, quando morrer, deixa merá-accão do seu predio ao Asylo, e o restante a seus filhos que tambem deixarão ao mesmo estabelecimento, logo que morrerem,

²⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

*contanto que o mesmo Asylo não deixe de tratá-los até que elles sejam chamados pelo Creador*²⁰³.

O que intriga a respeito da entrada dos três personagens em um único dia é que nesta mesma ata o então tesoureiro do asilo, o vicentino Antonio Milburges do Espirito Santo²⁰⁴ “(...) deixou de dar entrada no Azylo de 3 pessoas que pediram, mais que não estavam nas condições de entrar, sendo pela Junta approvedo o seu acto”²⁰⁵. O que motivou a Junta Administrativa do Asilo aceitar tão prontamente o pedido de entrada na instituição feito pela testamentária? Pergunta-se também o porquê do ingresso dos três, se a testamentária pediu que o asilo só cuidasse de seus filhos, e prioritariamente um, o Manoel?

Deste modo, o fato de encontrá-los no Asilo São Vicente de Paulo três meses depois de feito o testamento suscita algumas possibilidades de interpretação. A primeira é que os confrades Vicentinos se compadeceram com esse nobre gesto da Francisca Oliveira.

A segunda é que os próprios vicentinos os convidaram para que assim tivessem o controle da propriedade em questão. Certo mesmo é que o ingresso dos três no asilo se deu por aprovação da Junta Administrativa: “Pela Junta foi auctorizado a entrar para o Asylo a viuva do Parrella e seus dous filhos idiotas”²⁰⁶. A informação de que os filhos da matriarca da família Parrella são idiotas é um interessante indicio sobre o porquê da preocupação dessa mãe. Entretanto, ela não cita em nenhum momento no testamento que os dois são idiotas, nele Manoel aparece como surdo-mudo e Antonio como não possuindo nenhuma *enfermidade*, mas tal acontecimento, também, como observamos, não quer dizer que a mãe não suspeitava ou não compreendia que o filho algum dia necessitaria da *caridade publica*.

²⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 01 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*”. Cidade de Goiás, 1966.

²⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 01 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Outubro de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

Esses fatos também ocorreram com o *Asylo* de São Vicente de Paulo da Vila de Trindade²⁰⁷, distrito de Campinas em 1919, quando uma viúva, Constantina dos Santos Almeida, doou sua casa para o *Asylo*, para que sua única filha, “*perdida*”, não apossasse dos bens. Porém, a viúva teve um derrame nesse mesmo ano, ficando totalmente dependente “*no fundo de uma cama*”. Foi sua filha prostituta que cuidou da mesma por quatro anos e depois que a viúva morreu, o *asylo* logo tomou a casa da filha que já também estava com moléstia de “*rua*”²⁰⁸.

No livro de entrada do Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás, as *enfermidades* dos filhos de Francisca Oliveira ficam evidentes. Antonio Parrella, o filho mais novo, deu entrada no asilo com 50 anos de idade, possuindo a *enfermidade Surdez*, que a mãe no testamento disse se tratar do Manoel, o filho mais velho. Isso não condiz com as informações das atas que sustentam que os filhos da Francisca Oliveira eram idiotas. Antonio Parrella morreu dez anos depois, em 3 de Outubro de 1929²⁰⁹. Manoel Parrella, por sua vez, entrou no asilo com 54 anos de idade, com a *enfermidade Idiotia*; poder-se-ia até ser surdo-mudo desde que nasceu, como discorreu a mãe no testamento; o que induz a aventarmos a possibilidade, mais uma vez, de que as *enfermidades* apontadas serem diagnosticadas pelos responsáveis da escritura do registro de entrada, e não por uma profissional, como, por exemplo, um médico. Manoel faleceu apenas um mês depois do irmão em 04 de novembro de 1929.

No que diz respeito à mãe, no livro de registro de entrada não consta o nome Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira, tal como foi escrito no testamento, e sim Francisca Parrella. Este sobrenome, pelo que consta, é do seu falecido marido, que deveria ser muito conhecido, pois, pelo que se observou nas atas, os Vicentinos se referiam a ela como “*a viuva do sr. Francisco Parrela*”. De acordo com Elza Baiocchi (1999), ele foi comerciante, um dos primeiros a trazer as máquinas de

²⁰⁷ O Asilo de São Vicente de Paulo de Trindade surgiu em 1919, quando o então distrito foi grassado pela Gripe Espanhola e fez lotar o antigo cemitério, próximo a Matriz do Divino Pai Eterno, quando precisou ser transferido de local. O asilo funcionou até 1955, quando foi construída a Vila São Bento Cotelengo, que funciona até os dias de hoje (SAAD, 1981).

²⁰⁸ Arquivo do Museu da Memória de Trindade, doravante designado AMMT: Documentos Avulsos. *Livro de atas do Asylo São Vicente de Paulo da Vila de Trindade*. Trindade, 1911.

²⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

costuras de pé para a Cidade de Goiás, juntamente com Pílade Baiocchi, no começo do século XX.

O fato de não se colocar o nome verdadeiro de um desvalido no registro de entrada, pressupomos que ocorre pelo mesmo motivo de não denominar a *enfermidade* velhice para um desvalido que passou dos setenta anos, como vimos páginas atrás; era somente uma forma de individualizar, ou seja, caracterizar o desvalido seja pela forma como era conhecida como no caso de Vicencia que logo após o nome aparece escrito *Laranja*, entre parênteses; seja no caso de Celestino “*vulgo Cacão*”; ou no Antonio *Cego*²¹⁰.

Outrossim, a dita Francisca Oliveira entrou no Asilo com 75 anos de idade, sofrendo de velhice. No testamento o seu estado de saúde é descrito como grave, “(...) *mal se podendo exprimir, mas em seu perfeito juízo, segundo o meu parecer e das testemunhas edoneas*”. A partir do exposto, outra questão emerge: o asilo não recebia indivíduos em grave estado de saúde, como quando o Dr. Alipio Alipino da Silva, médico que morreu em 1918 com a Gripe Espanhola, indicou uma moça com a condição da mesma ser excluída “*caso o seu estado de saude a impossibilite de continuar no estabelecimento*”²¹¹. Por que a matriarca da família Parrella permaneceu? Seu falecimento ocorreu apenas três meses depois de entrar no asilo em 24 de Janeiro de 1920. Não consta se a mesma teve um funeral tal como desejava que se fizesse “(...) *o mais modestamente possivel*”, e nem o sufrágio da alma, por meio do sacrifício da missa, como aconteceu com o Roberto. Nas atas, consta apenas que faleceram um desvalido de nome Lucio e “*Francisca Parrella que foram enterrados no Cemiterio publico*”²¹².

Finalmente, o terceiro exemplo de doação de casa para o asilo centra-se na desvalida Virginia Leal Pereira, residente no Bacalhau, que entrou na instituição em 2 de Janeiro de 1932, com 74 anos, também sofrendo de *velhice*.

²¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

²¹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Março de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

No livro de registro de entrada no espaço destinado a observações, somente o nome de Virginia vem acompanhado de “*Doou casa ao Azilo*”²¹³. Entretanto, nas Atas da Junta Administrativa do período em questão, não foi observada nenhuma referencia tanto à doação, quanto à desvalida. Não houve, como no caso da Francisca Parrella, uma manifestação por parte dos Vicentinos quanto a este fato. Não seria porque as casas do povoado de Bacalhau da Barreira não tinham escrituras? Ali era uma espécie de invasão, pois os terrenos naquela região não valiam nada.

Entretanto, a respeito de Virginia Leal Pereira há outro fato que intriga, pois ainda de acordo com o livro de registro de entrada a mesma teria sido retirada do asilo em janeiro de 1934. Infelizmente, não são conhecidas as circunstâncias dessa saída, se foi por vontade própria ou não. Porém, a referida desvalida talvez nem fora retirada do asilo, pois encontramos um documento no meio das centenas de folhas dedicadas à contabilidade do estabelecimento, onde consta o seguinte:

O espolio de D^a. Virginia Leal Pereira.
Ao abaixo assinado *Deve*
Importância despendida com medicamentos na sua ultima
enfermidade e despesas de funerais. Rs. 200:000 (Duzentos mil
reis)
Goyaz 29 de Abril de 1938
*Antonio de Lisboa*²¹⁴

O cruzamento de todos esses documentos envolvendo a desvalida em questão atenta para inúmeras e inconclusas possibilidades: 1^a- que os dados no livro de entrada do asilo não são inteiramente confiáveis; o que o atesta que ela nunca se retirou do asilo; 2^a- que a referida desvalida se retirou do asilo e retornou posteriormente, porém não consta o reingresso da mesma na instituição como ocorreu com outros casos, ou seja, não houve um novo registro no livro de entrada; 3^a- que ela se retirou e o tratamento de saúde e as eventuais despesas de funeral foram pagos pelo asilo. Pelo documento citado – um espólio – conclui-se que todos os bens que pertenciam a Virginia Leal Pereira, foram administrados pelo asilo após sua morte.

²¹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*O espolio de D^a. Virginia Leal Pereira*”. Cidade de Goiás, 1938.

Consoante os casos analisados, quais sejam, Roberto Antonio de Oliveira, Francisca Alexandrina de Arruda e Virginia L. Pereira, concluímos que o drama desses três personagens poder-se-ia se assemelhar aos diversos outros, ou seja, de indivíduos que ao chegarem à velhice se deparam com uma triste realidade: a impossibilidade de trabalhar, devido às doenças que se manifestam comumente nessa fase da vida, e conseqüentemente, de obter a sua subsistência dignamente.

Naquela época, primeiros anos do século XX, a pessoa idosa não tinha a quem recorrer, não havia os benefícios do governo que essa parcela da população goza atualmente. Se não podiam trabalhar e se alimentar, dependiam da *Caridade Publica*, personificada pelo Asilo São Vicente de Paulo.

Cora Coralina (2001) faz, de forma magistral, uma referência a esta situação dos velhos, das viúvas e dos desvalidos quando ressalta a pobreza e miséria interna da casa velha da ponte, onde as viúvas de sua família não tinham dinheiro e sua tia Vicência²¹⁵ plantava horta para colher verduras; para que não se passasse necessidade de boca em casa. Um dia ela caiu com o regador e quebrou o ombro. Não tinha dinheiro para o tratamento. Tratou com mastruz. Ficou com um braço inválido e com dor até morrer. Muita fome foi passada na casa.

Além de possuir a *enfermidade* velhice em comum, os três não tinham ninguém que lhes valesse e por isso procuraram a *Caridade Publica*, para não se transformar em indigentes. O Asilo São Vicente de Paulo, nessa perspectiva, representou um refúgio para que alguns indivíduos da sociedade, não recorressem à mendicância para conseguir o sustento. Suas casas tornaram-se moedas de troca para que alcançassem o objetivo de serem assistidos até o fim de suas vidas.

Por conseguinte, outro grupo de *desvalidos materiais* eram os desamparados e os órfãos, ou seja, os de menor idade. Dentro de um mesmo conceito – o de desvalido – encontram-se grupos de indivíduos cujas características são completamente díspares. De um lado, temos toda a representação da velhice como algo negativo, cujos indivíduos necessitam ter alguém que os assistisse até o fim de suas vidas, cada dia mais próximo; do outro, as crianças e os jovens.

Em comum, somente a coexistência no Asilo São Vicente de Paulo, e a dificuldade de se estabelecer parâmetros para classificá-los dentro do que se

²¹⁵ Vicência é avó do ex-prefeito de Goiânia, Nion Albernaz.

convencionou chamar de infância que, como a velhice, “(...) *não é uma fase biológica da vida, mas uma construção cultural e histórica*” (LEITE, 2001, p. 21).

De acordo com CHERNOVIZ, como afirmamos páginas atrás, a infância seria o espaço de tempo que se encontrava entre o nascimento e a puberdade. Esta última se manifestava por volta dos dez ou onze anos nas meninas e aos treze anos, nos meninos (1890, p. 191). Ademais, segundo o Código Filipino, que vigorou no Brasil até o fim do século XIX, “*a maioridade se verificou aos 12 anos para as meninas e aos 14 para os meninos, mas para a Igreja Católica, que normatizou toda vida das famílias nesse período, 7 anos já é a idade da razão*” (LEITE, 2001, p. 21).

No que se refere à divisão dos desvalidos por idade, percebe-se que, de um universo de 442 registros, 46 desvalidos tem entre 00 e 09 anos, e 65 entre 10 e 19 anos, o que resulta num total de 111, pouco mais de 25% da população total do asilo. Esse grande número de crianças e jovens no asilo preocupava os Vicentinos que buscavam alternativas para solucionar questão. Nos relatórios da Junta Administrativa cobravam com urgência:

(...) a criação de um orphanato, oxalá que a ultima vontade do grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimo medico José Netto de Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infancia desvalida. Precisamos, nós os vicentinos, tomar isto a peito, trabalhar e pedir a Deus que tão grandiosa obra se torne uma certeza, precisamos olhar pela infancia desamparada, que sem arrimo anda por essas ruas e... é custoso dizel-o, nas doentias cellulas da nossa cadeia. Trabalhemos que o nosso trabalho não será sem fructo. Todos os estabelecimentos de caridade são fundados a custa de sacrificios, sem outro capital que não seja a esperança em Deus e nas almas grandes e generosas. Todos virão no encontro desta grandiosa e patriótica empresa²¹⁶.

Neste período, 1922, a sociedade vilaboense enfrentava um período de muita carestia, como será discutido no próximo capítulo. A insistência na construção de um orfanato diminuiria o número de internos e, conseqüentemente, de despesas. O orfanato sempre foi o sonho do Dr. José Netto de Campos Carneiro, tornando seu último pedido antes de morrer.

²¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

Em 1916, a Junta Administrativa do Asilo recebeu “(...) *um officio do Snr. Dr. Juiz de Orphãos*²¹⁷ *pedido p^a recolher a menina idiota, surda muda e orphã de pai e mae. O que foi satisfeito, conforme communicou o Snr. Presidente*”²¹⁸. O nome da desvalida em questão foi assim escrito no registro de entrada: *Valentina (Papo)*, contava na ocasião 13 anos, e foi incluída no asilo em 22 de abril de 1916, por meio do respectivo officio do Juiz:

Rogo-vos a caridade de acolher nesse humanitario instituto de beneficencia essa infeliz creatura, cujo nome ainda ignoro, mas que opportunamente vos será fornecido. É surda-muda, indigente e órfã de pai e mãe, que moravam no districto da Barra, sabendo-se que o pai se chamava Antonio Vicente. Não encontrando quem a quizesse ter sob sua protecção e achando-se completamente desamparada, suggeriu-se-me a ideia de confial-a á vossa philantropia, admitindo-a sob o tecto desse grandioso monumento de caridade, que tanto honra os seus fundadores e mantenedores, quanto atesta a sua perseverança na realização

²¹⁷ O Juiz de Órfãos, até a promulgação do Código Civil Brasileiro, em 1º de Janeiro de 1916, era o responsável por encaminhar os dementes e os loucos para alguém responsável (ENGEL, 2001, p. 55). O interessante é que neste caso específico já havia ultrapassado esta data. Ademais, a origem dos juizes de órfãos remonta ao tempo em que o Brasil era ainda colônia. Sua figura é descrita no Livro I das Ordenações Filipinas, código de leis compilado em 1603, considerado a espinhal dorsal do direito português. Segundo o título 88, eles deveriam ser formados em Direito e escolhidos pelo rei para cuidar dos menores e de seus bens em casos de ausência ou falta do pai. No Brasil, até o início do século XVIII, essa função era exercida pelos juizes ordinários, magistrados sem formação em Direito. Como reflexo do crescimento populacional da colônia, no dia 2 de maio de 1731, foi regulamentado no Brasil o cargo dos juizes de órfãos. A partir de então, as questões relativas a órfãos menores de idade passaram a ser de sua alçada. Entre os diversos processos que passavam por suas mãos constavam partilhas de heranças, inventários e pedidos de emancipação. Porém, um dos mais importantes e corriqueiros era o de solicitação de tutela. Quando uma criança era órfã de pai, ou este, por um motivo qualquer, era considerado ausente, o juiz de órfãos nomeava um tutor para cuidar dela, caso não houvesse algum nome indicado em testamento. Isso em geral acontecia mesmo se o menor vivesse com sua mãe, pois esta era quase sempre impedida de assumir a responsabilidade jurídica de seus filhos. O tutor escolhido pelo juiz seria responsável não só pela integridade física da criança ou do adolescente, mas também pela gerência de seus bens. Por isso, de tempos em tempos, devia prestar contas da administração do patrimônio do menor. Se o juiz desconfiasse de alguma irregularidade, poderia destituir o tutor e nomear um substituto. A importância dos juizes de órfãos começou a declinar a partir da década de 1910, quando outros órgãos passaram a desempenhar o papel até então sob a responsabilidade desses magistrados. Foram os casos das comissões sanitárias, das delegacias de polícia, do Instituto Disciplinar. Nessa mesma época, inclusive, uma legislação específica a respeito dos menores começou a ser criada. O próprio Código Civil de 1917 trouxe profundas mudanças em relação à responsabilidade do Estado e da família sobre a criança. Assim, os Juizados de Órfãos, Ausentes e Anexos da Capital foram extintos em outubro de 1927 pelo mesmo decreto que criou, em seu lugar, o Juizado de Menores. Cf.: Gislane Campos Azevedo. “Os Juizes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX”. In: Revista *Historica*, nº 27, nov. de 2007; Gislane Campos Azevedo. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menores processos dos juizes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1995.

²¹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Abril de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

*de uma obra, que até o presente, além do Hospital, é a única capaz de perpetrar, na incorruptabilidade do granito, a verdadeira cultura de amor ao bem publico de Goyaz e de contrimento christão daquelles que tão heroicamente [...]*²¹⁹

É oportuno ressaltar o modo como o Juiz a descreve, ou seja, como “*surda-muda, indigente e órfã de pai e mãe*”. Uma *creatura* que necessitava da ajuda do próximo, seja da caridade ou da *philantropia*, cuja distinção foi feita no capítulo anterior. Noutro caso, o ingresso de três crianças no Asilo São Vicente de Paulo também necessitou do empenho do Juiz e do Delegado, pois os pais das ditas crianças se encontravam presos. Primeiramente, o Delegado Tenente Altino Perillo, enviou um ofício para o Juiz Luiz Guedes de Amorim informando a situação dos três irmãos, e a resposta do Juiz foi a seguinte:

*Em resposta ao officio de V. S. de hontem, tenho que communicar-lhe que não havendo nesta Capital estabelecimento algum de recolhimento de orphãos ou menores nas condições dos que allude em seu referido officio, me entendi com o Presidente da Conferencia do Azilo de S. Vicente de Paulo, que caridosamente se promptificou a recolhel-os, devendo por conseguinte V. S. mandar apresental-os n’aquelle pio estabelecimento afim dalli ficarem depositados até ulteriores deliberações deste Juízo. – Saúde e Fraternidade. – Luiz Guedes de Amorim – Juiz Municipal*²²⁰.

O Juiz como no caso anterior, encontrou no Asilo São Vicente de Paulo a solução para a situação das ditas crianças. O Delegado, por sua vez, acatando a sugestão do Juiz enviou o ofício para a Junta Administrativa do Asilo com os três irmãos a tiracolo: “*Afim de que sejam internados nesse estabelecimento de Caridade, até segunda ordem, faço apresentar a V. Exa. os menores Benedicto, Maria e Manoel Camello*”²²¹.

O Juiz Municipal, Luiz Guedes de Amorim, cuja biografia discorreremos no primeiro capítulo, foi o proprietário da Companhia de Energia da Cidade de Goiás,

²¹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio do Juiz de Direito para o Presidente da Junta Administrativa do Asilo*. Cidade de Goiás, 1916.

²²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio Expedido pelo Juiz Municipal Luiz Guedes de Amorim para o Delegado de Polícia Altino Perillo*. Cidade de Goiás, 1920.

²²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Officio Expedido pela Secretaria de Segurança Publica para o Exmo. Senr. Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1920.

que fornecia, gratuitamente, a eletricidade para o Asilo São Vicente de Paulo – pressupomos que um pedido seu nunca seria negado pela Junta Administrativa.

Outrossim, a respeito dessas crianças sabe-se que eram do distrito da Canastra, e que o Benedicto tinha 7 anos, sendo retirado, juntamente com a Maria pela mãe, em data desconhecida. Já Manoel morreu em 04 de Dezembro do mesmo ano de 1920. Essas informações nos fazem supor que os dois primeiros foram retirados após essa data.

Noutro documento, datado da década de 1930, uma menina é encaminhada novamente para o asilo por intermédio de um amigo do então Presidente da Junta Administrativa *Zoilo Remígio Moreira*, que exerceu o cargo entre 1931-1932 e 1932-1933²²², o que faz supor que o caso tenha se desenrolado nesse período. “*Amigo Zoilo Moreira. A menina portadora deste bilhete deseja voltar para o Asylo; e eu o julgava bom, si podesse ser, porque esta menina vae soffrer muito por [...] e por todos os meios. [...]*”²²³.

Esses três exemplos evidenciam a dificuldade para conseguir o ingresso no Asilo São Vicente de Paulo. Necessitava-se de ofício de autoridades, de um pedido por parte de um vicentino, e até mesmo da subjetividade dos mesmos para analisar cada caso e selecionar os que eram passíveis de entrar, além dos que doavam a própria casa e encontravam neste ato uma maneira de agilizar o processo.

O asilo que também funcionava como orfanato, atentava para a questão da adoção, como no caso da exclusão do “(...) *menor asylo Ary Pereira por ter ido residir em casa de uma familia*”²²⁴. Nesse mosaico de *desvalidos materiais*, caberiam muitas outras narrativas de dramas de personagens que dividiam o mesmo espaço, mas não o mesmo destino.

Noutro passo, no que concerne aos *Desvalidos Sociais*, como afirmamos páginas atrás, são aqueles que, por algum motivo, engendraram repulsa por parte da sociedade vilaboense, que viabilizaram o ingresso desses indivíduos no Asilo São Vicente de Paulo. Enquadram-se nesta categoria: 1- os desvalidos possuidores de

²²² ASVP: Documentos Avulsos. *Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*. Cidade de Goiás, 1966.

²²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Bilhete para Zoilo Moreira visando o reingresso de uma menina ao asilo*. Cidade de Goiás, dec. 30.

²²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Junho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

doenças mentais; 2- os desvalidos possuidores de doenças contagiosas; 3- os desvalidos que vieram da cadeia ou foram transferidos para ela.

Como se sabe, a *Velhice* era a enfermidade que predominava no universo de 442 registros de entrada no asilo, com 101 casos. Entretanto, se aglutinarmos algumas enfermidades que se co-relacionam teremos as doenças ligadas a problemas neurológicos como as mais recorrentes no asilo, conforme tabela abaixo:

TABELA Nº. 2: DESVALIDOS DIVIDIDOS POR ENFERMIDADES RELACIONADAS A PROBLEMAS NEUROLÓGICOS			
Enfermidade	Total	Enfermidade	Total
Alienação Mental	4	Epilepsia	17
Alocado	21	Estupor	4
Apoplexia	5	Hemiplegia	1
Bócio	1	Histeria	1
Convulsão	1	Idiotia	69
Cretinismo	17	Loucura	13
Demência	5	Manomania	6
		Muda alocada	1
Total geral			166

Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Destarte, o resultado obtido com a soma de todas as enfermidades alocadas dentro do conceito de doença mental²²⁵ soma 166 casos; um número considerável, uma vez que se descontarmos a quantidade de indivíduos que alegaram como

²²⁵ Neste período o “*próprio conceito de doença mental era muito mais restrito do que nos dias de hoje e limitava-se aos aspectos eminentemente exteriores da loucura, ao comportamento diretamente observável, mormente quando este se constituía em estorvo para o ambiente familiar imediato e para a comunidade*” (RESENDE, 2001, p. 22). Os loucos, poder-se-iam “(...) *ser encontrados preferentemente dentre os miseráveis, os marginais, os pobres e toda a sorte de parias. São ainda trabalhadores, camponeses, desempregados, índios, negros, ‘degenerados’, perigosos em geral para a ordem pública, retirantes que, de alguma forma ou por algum motivo, padecem de algo que se convencionou englobar sobre o título de doença mental*” (AMARANTE, 2008, p. 75). Neste sentido, para a escritura deste trabalho consideraremos como sendo doentes mentais todos os indivíduos, cujas causas e efeitos da terminologia aplicada na época, se relacionam com estes aspectos exteriores que englobam a distúrbios mentais.

enfermidade *Velhice*, e os que estão neste conjunto conforme a tabela acima, observaremos 175 registros de entrada distribuídos em 28 enfermidades.

Porém, dever-se-á subtrair 48 registros de indivíduos que nada alegaram, possivelmente por se encontrarem aparentemente saudáveis, o que resulta num total de 127 casos. A média aponta quase 4,6 registros para cada enfermidade.

Este número, comparado com os 101 registros de *Velhice* e os 166 de problemas relacionados a doença mental, chega a ser insignificante do ponto de vista dos grandes conjuntos de doenças.

Tal fato nos leva a crer que para além de abrigar e confortar apenas a “*infância desamparada e á velhice sem arrimes*”, o Asilo São Vicente de Paulo pode ser considerado uma instituição construída para separar os *velhos* e *loucos* do convívio social. Levando-se em consideração o problema histórico que estes últimos acarretavam poder-se-ia afirmar que o asilo goiano era muito mais *louco* que *velho*.

A prática da internação dos loucos data do início do século XIX. Até o século XVIII, a “*loucura era vista como pertencente às quimeras do mundo; podia viver no meio delas e só seria separada no caso de tomar formas extremas ou perigosas*”. Entretanto, no início dos oitocentos, ocorreu outra postura no modo de se tratar a loucura, que não mais era vista como conduta regular e normal, “*mas como desordem na maneira de agir, de querer, de sentir paixões, de tomar decisões e de ser livre*”. Nessa perspectiva, o asilo seria um *locus* onde se descortinava todo um discurso que visava segregar essas minorias do convívio social. Destarte, os asilos constituiriam o lugar onde se descobria a “*verdade da doença mental*”, uma vez que não se necessitava mais mascará-la ou confundi-la (FOUCAULT, 1993, p.120-121).

Como ressaltamos no início deste capítulo, o lugar do louco foi previamente determinado na planta do Asilo São Vicente de Paulo, e consistia em dois cômodos, divididos conforme o sexo “*(...) com as necessarias seguranças para reclusão dos que forem affectados de alienação mental*”.²²⁶ Entretanto, não fica explícito se todos os que se enquadram dentro da categoria dos alienados mentais eram trancados nesses cômodos, ou se os mesmos só eram utilizados quando o louco entrava em crise nervosa.

²²⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*. Cidade de Goiás, 1909, p. 04.

A construção desses lugares reservados para os loucos pressupõe a preocupação que os mesmos causavam na sociedade vilaboense. Por outro lado, há que se considerar que esses espaços não estavam prontos nos primeiros anos de funcionamento do asilo, como aconteceu com o alojamento masculino inaugurado em 1915, mas poder-se-ia aventar que se estes espaços já estivessem prontos, não eram utilizados com a finalidade exposta no Regulamento do Asilo.

Todavia, cabe perguntar quem eram estes doentes mentais? Por que havia tantos deles na antiga Vila Boa? Escrever sobre o problema da loucura na Cidade de Goiás é tecer vagarosamente os fios de uma trama cujo resultado é incerto. A então Capital do Estado é conhecida até os dias de hoje como a “*terra dos bobos*”. Os famosos *bobinhos de Goiás*, ou *loucos mansos*, eram, de acordo com a folclorista Regina Lacerda, filha do Umbelino Galvão de Moura Lacerda, de quem falamos no capítulo anterior:

Criaturas que viveram em Goiás, nas calçadas, debaixo das pontes, ou sob a copa das velhas árvores, homens e mulheres com suas manias, loucos passivos, débeis, mentecaptos, impedidos de se integrarem na sociedade e na vida normal da família. Viviam aossados pelos apupos de crianças travessas (LACERDA, 1977, p. 52).

A autora também fez um levantamento interessante sobre a história de vida desses indivíduos que permearam o imaginário dos vilaboenses²²⁷. Muitos deles eram utilizados para carregar água da fonte da Carioca ou do Chafariz para as casas de família²²⁸. Na literatura brasileira feita em Goiás é notável o lembrar desses tipos populares vilaboenses como Mané Pula Pula (carregador de lenha), Hilário Biscoito, Mané Boi, Maria Sete Saias, Xará, presentes nas obras de Cora Coralina (1984), Eduardo Henrique de Souza Filho (1981), Maximiano da Mata Teixeira (1983), Octo Marques (1984) e Edla Pacheco Saad (1981).

O Xará, por exemplo, tipo *abobado* de rua, cantava repetidamente uma modinha que se chamava “*Encontrei Maria*” e, mais tarde, foi musicada pela

²²⁷ Dentre eles destacam-se o Antônio-Meia-Quarta, o Hilário Biscoito, o Pelegrino-Cofre-das-Almas, a Maria Balão, a Reboque, o Timbó, a Galinha-no-Anzol, o Chibiu, o Bojota, o Mane-Boi, a Andorinha-no-Fio, a Maria Rouca e a Inocência. (LACERDA, 1977, p. 52-53).

²²⁸ OLIVEIRA, Manoel Napoleão Alves de. *Bobos e Tipos de Rua: Tempo e Memória das Cidades*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

pesquisadora do Instituto de Artes da Universidade Federal de Goiás, Maria Augusta Callado de Salloma Rodrigues em seu disco “*Modinhas Vilaboenses*” (RODRIGUES, 1982).

Ademais, conforme “*conduziam água, transmitiam recados entre as famílias e faziam um pequeno jornal trazendo e levando notícias de um bairro a outro, de uma rua a outra*”. Uma das figuras mais conhecidas era a Maria Macaca, que segundo a folclorista era “*simpática e muito benquista*”; parou de carregar água somente nos idos de 1950, quando, enfim, a cidade de Goiás teve o seu serviço de abastecimento implantado (LACERDA, 1977, p. 54). O carregamento de água era necessário, porque a que provinha dos poços e cisternas era imprópria para o consumo, pois continha nível elevado de carbonato de cálcio²²⁹.

Porém, para além das considerações da folclorista acerca desses indivíduos, um outro lado se esconde; lado este que foi desnudado pelo então Interventor Federal Pedro Ludovico Teixeira, no seu Relatório de 1933:

A contingencia secular de necessitar a população de um exercito de baldeadores de agua, deu lugar a que surgisse uma estranha instituição nitidamente local – o bôbo. Caracteriza-se esta instituição pela tendencia comum, verificavel em muitas das familias goianas, de manter cada uma delas um bôbo – mentecapto, idiota, imbecil – para o serviço de transportes domésticos, especialmente o de agua. Há numerosas familias que se beneficiam dos serviços desses desherdados da sorte, transformando-os em escravos irremissiveis, a troco dos restos de comida e de um canto para dormir, não raro entre os animais domesticos. Contam-se ás dezenas, nesta Capital, os infelizes classificaveis no extenso grupo patologico dos debeis mentais, desde os imbecis natos até os cretinizados pela miseria física ou por outras causas degenerescentes, congênitas ou adquiridas, os quais, como verdadeiras maquinas, se esbofam nos trabalhos caseiros das familias que os acolhem (TEIXEIRA, 1933, p. 115).

²²⁹ “É muito comum, em todas as cidades que não têm água canalizada, o expediente primitivo de recorrer á população á abertura de cisternas para se prover de água potavel. Nesta capital, nem desse recurso se pôde valer a população, ainda que a maioria das casas tenha cisterna. É que aqui a água de poço á absolutamente impotavel, devido á abundancia de carbonato de cálcio que lhe adicionam as rochas calcareas que formam o sub-solo da cidade. Rara é a cisterna que não se tenha aberto na pedra viva, a dinamite. Em alguns pontos centrais do perimetro urbano, as aguas dos poços não são utilizadas nem para banhos, porque, além do carbonato de calcio, contém outras substancias que as tornam viscosas, neutralizam a ação quimica do sabão e provocam sensação desagradavel na epiderme” (TEIXEIRA, 1933, p. 114).

Esses dois pontos vista, o da folclorista e o do político, foram ressaltados com o objetivo de atentar para a perenidade e a complexidade da questão. Além do mais, os bobos eram “*adotados em massa pelas famílias, para cumprir o papel de serviçal em casa*” (VALDEZ, 1999, p. 59). Portanto, esses indivíduos, pelos menos os que se enquadrava em uma das enfermidades alocadas dentro do conceito de doença mental, tinham uma função social na cidade. Talvez por isso, o número de desvalidos sociais do Asilo São Vicente de Paulo, poderia ser muito maior, já que nem todos foram internados, pois a cidade necessitava de seus serviços. Há muitos casos de bobos que se credita aos casamentos entre tios e sobrinhas e primos em primeiro grau, que redundavam em famílias inteiras de aleijados e dementes. Havia um ditado recorrente na antiga capital que, quando se casava uma moça, o primeiro dote a ser levado era um bobo, segundo declarou a vilaboense Julieta Caiado Fleury²³⁰.

A propósito, as preocupações com esses indivíduos não datam do período conhecido como República Velha, como demonstra o relatório de um ex-chefe de polícia, cujo nome ignoramos, reproduzido em 1881, pelo Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, então Presidente da Província, que lamenta o fato de a Capital não possuir “*um estabelecimento onde sejam recolhidos os infelizes que, perdendo a uso da razão, tornam-se incapazes de viver na comunhão social*”²³¹. Ademais:

São freqüentes, afirma elle, e afirma um facto verdadeiro, os casos de alienação mental, e quase sempre vê-se os indivíduos atacados de tão horrorosa enfermidade, vagando desatinadamente pelas ruas e praças publicas, ameaçando a segurança individual, e ás vezes dando o mais deploravel espectáculo offendendo o pudor social, e outras ponde termo desgraçadamente á propria existencia. Até agora manda-se recolher o alienado á cadêa publica, e ahi fica elle em commum com os presos, sem o indispensavel e peculiar tratamento que requer um tal estado, exposto ás zombarias grosseiras e ridiculas desses condemnados, que riem-se e escarnecem de todo e qualquer infortúnio. Para as mulheres, affectadas do mesmo mal, faltam as precisas commodidades, quer na cadêa, quer no

²³⁰ Depoimento de Julieta Caiado Fleury para o livro *Memória Cultural*, da Prefeitura Municipal de Goiânia, publicado em 1985, pela editora Cerne.

²³¹ Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 202.

*hospital de Caridade, de modo que recebam regular tratamento e fiquem collocadas em segurança para si e para a sociedade*²³².

Para exemplificar o perigo que esses indivíduos representavam, não somente para si como para a sociedade, em 1879 um escravo, de nome Lourenço, que pertencia ao Cônego Manoel José do Couto Guimarães suicidou-se na Cidade de Goiás, “*com uma facada sobre o estomago, em acesso de alienação mental*”, segundo o relatório do Presidente da Província Dr. Aristides de Souza Spinola²³³. No livro *Estórias da Casa Velha da Ponte*, Cora Coralina (1984) dá outra explicação para a morte do referido escravo, que sabia onde estava enterrado o ouro do cônego.

A construção do Asilo São Vicente de Paulo poderia ser a solução para o problema da loucura, não fossem outros pormenores que iremos aprofundar mais adiante. Entretanto, casos dessa natureza não eram restritos somente a Goiás, mas existiam em todo o país, onde as autoridades se mostravam conscientes desse problema e tentavam remediá-lo. Em todo o alto sertão, esses problemas eram demasiados e provocavam grandes conflitos e incidentes de variada ordem.

No Rio de Janeiro, por exemplo, a Irmandade da Misericórdia, juntamente com as famílias mais abastadas colaboraram para a construção do primeiro asilo de alienados brasileiro: o Hospício de Alienados Pedro II, inaugurado em 1852 (ODA; DALGALARRONDO, 2005, p. 984-985). Três anos depois, a Junta Administrativa do Hospital São Pedro de Alcântara “*observava a possibilidade de enviar uma remessa de dementes para esse hospício*” (MAGALHÃES, 2004, p. 141).

Noutro passo, aos loucos da Cidade de Goiás eram reservados à Cadeia, o Hospital de Caridade e as ruas, somente enquanto não perturbassem a ordem pública. Anna Joaquina relata que no dia 13 de maio de 1881, passou na porta de sua casa “*uma m.^{er} [mulher] louca, q’ tinha saído do Hospital*”²³⁴. O fato de uma mulher ter passado na porta da casa de Anna Joaquina e a mesma ser considerada louca pressupõe que “*alguns personagens cujas marcas características da loucura*

²³² Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 202-203.

²³³ Relatório apresentado pelo Illmo. E Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província, à Assembléia L. Provincial de Goiyaz, no dia 1º de Março de 1880. In: *Memórias Goianas* n.º 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001, p. 19.

²³⁴ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 09 (mimeo).

apareciam não somente em seus trajés, mas em suas palavras e gestos ou atitudes e hábitos, entremeados por sinais evidentes de delírio” (ENGEL, 2001, p. 32).

Alguns desses sinais chamaram a atenção da autora do Memorial para diagnosticar a loucura na dita mulher, cujo nome não foi mencionado. Isto, por sua vez, evidencia que a mulher em questão era desconhecida de Anna Joaquina, e o fato dela destacar este episódio pode estar relacionado a isso, uma vez que ela não cita cotidianamente o encontro com os loucos, o que numa cidade que os tinha em demasia, conforme as fontes citadas, era natural.

Mas, qual a causa da existência de tantos loucos, bobos, idiotas, cretinos, alienados mentais e dementes na Cidade de Goiás? Há os que defendem a hipótese de que as debilidades mentais e os defeitos de má-formação congênita estão associados, nas regiões onde a mineração foi mais intensa, à utilização de mercúrio na extração do ouro (BERTRAN, 1991, p. 44). Outros, por sua vez, *“atribuem aos enlances endogâmicos o surgimento de descendentes com problemas mentais. Na Cidade de Goiás, ocorreria em algumas pessoas evidência dessa patologia”* (SILVA, 2009, p. 142).

Por fim, alguns pesquisadores confirmaram *“a estreita relação entre má nutrição e a grande incidência de debilidade mental”*²³⁵ (MAGALHÃES, 2004, p. 159); outrossim, *“a gravidez em meio a desnutrição, causada por um dieta deficitária, era um problema freqüente, que por sua vez enquadra-se nas causas pré e pós natais da deficiência mental”* (PRUDENTE, 2006, p. 38). De fato, creditar a incidência da doença mental ao mercúrio, aos casamentos endogâmicos e à alimentação deficitária é analisar a questão através do reducionismo ‘causa e efeito’.

Ademais, dever-se-á considerar todas essas doenças dentro de um contexto mais amplo, ou seja, no centro de uma cidade localizada em lugar insalubre e onde as epidemias proliferavam com mais rapidez. Acreditamos que a emergência de todas essas enfermidades relacionadas à neurologia no sertão dos *Guayazes* é um fato que deve ser mais aprofundado pela historiografia e ciências correlatas.

²³⁵ *“A relação entre dietas deficientes e a predominância de males neurológicos em Goiás é perfeitamente aceitável, considerando-se que várias pesquisas realizadas têm ressaltado que as carências múltiplas de vitaminas podem provocar seqüelas tanto no sistema nervoso quanto no osteomuscular”* (MAGALHÃES, 2004, p. 141).

Se, por um lado, não há um consenso quanto à causa dessas enfermidades, por outro a sua existência, e a sua entrada no Asilo São Vicente de Paulo, remetem à possibilidade de analisar a prática do saber médico na antiga Vila Boa. Com base na Tabela 2 exposta páginas atrás, acerca das doenças relacionadas a problemas neurológicos, podemos relacionar algumas nomenclaturas que muito se assemelham, como por exemplo, *loucura*, *alocado* e *alienação mental*; *cretinismo*, *idiotia* e *bócio*, dentre outras. Quais eram as fronteiras do conhecimento médico no período? A triagem inicial era realizada por médicos? Para responder a tais indagações é necessário, primeiramente, compreender essas doenças na sua historicidade, porque “(...) a doença só tem sua realidade e valor numa cultura que a reconhece como tal” (SILVA FILHO, 2001, p. 76).

Há que se ressaltar, contudo, que no decorrer do século XIX e início do século XX, “(...) seria prematuro entender a medicina em nível de ciência, nessa região. Conhecimentos empíricos e intuição acurada faziam parte do cotidiano do médico, contribuindo para um diagnóstico apropriado” (SALLES, 1999, p. 63).

Partindo do pressuposto que não havia médicos em tempo integral no Asilo São Vicente de Paulo, somente em determinados dias da semana, o preenchimento do quesito “*enfermidade*” no Livro de Entrada estava a cargo das freiras, dos Vicentinos, ou do zelador da instituição; ou seja, provavelmente as informações eram coletadas diretamente do próprio desvalido, ou de um diagnóstico *a priori* dos encarregados de fichá-lo.

De acordo com o levantamento realizado nos registros de entrada, 14 enfermidades foram relacionadas como pertencentes a moléstias neurológicas. Destarte, dividimos as 14 doenças em 3 grupos para facilitar a análise. No primeiro, encaixam-se as doenças que não possuem ligação quanto às suas causas, diagnósticos e tratamentos, tais como: apoplexia, convulsão, epilepsia, estupor, hemiplegia.

No segundo grupo, alocam-se as enfermidades que se interligavam como: bócio, cretinismo e idiotia. Por fim, no terceiro encontram-se as enfermidades relacionadas à loucura, a saber: a alienação mental, demência, alocado, manomania, histeria e loucura.

Isso posto, a propósito do primeiro grupo - de acordo com o dicionário de Chernoviz - convulsão não diz respeito a uma enfermidade específica, sendo mais

“(…) *um symptoma ou indicio de alguma molestia*”, aparecendo mais comumente, na “*gota coral*”²³⁶, *no hystericismo, na raiva, no tetano, na febre cerebral*”. O cérebro, por sua vez, aparece como “*o órgão especialmente affectado nas convulsões*”. A convulsão seria “*todo o estremecimento ou contracção violenta, alternativa e involuntaria dos musculos*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 693).

No Livro de Entrada consta que a desvalida que entrou no Asilo São Vicente de Paulo sob a alegação de convulsão, em 28 de janeiro de 1915, era uma criança de cinco anos de nome Maria Vicência, que morreu em 20 de maio de 1916²³⁷. Já nas Atas da Junta Administrativa, consta apenas que a desvalida em questão foi admitida no asilo, não ressaltando nenhuma característica específica, como a enfermidade, como acontecia com outros²³⁸. Isso pressupõe, por sua vez, que a enfermidade “*convulsão*” não foi diagnosticada na triagem inicial.

A apoplexia, segundo Chernoviz, sinônimo de estupor ou de apoplexia cerebral, é “*uma congestão de sangue no cerebro, seguida ou não do derramamento d’este liquido na substancia do cerebro, e cujo symptoma principal é a perda subita, e mais ou menos completa, do sentimento e do movimento*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 199).

O estupor seria a denominação *vulgar* dessa moléstia, e poderia ser a consequência da apoplexia, uma vez que esta se caracteriza pelo “*entorpecimento geral, diminuição das facultades intellectuales, acompanhada de pismo e de indiferença*”. Esta consequência também é vista nas febres graves e “*molestias de cerebro*” (CHERNOVIZ, 1890, 1067). Somando as duas enfermidades, temos o total de 9 casos constatados no Asilo São Vicente de Paulo, o que em um universo de 442 registros corresponde a 2,5% do total.

Esta é uma porcentagem interessante, haja vista que, em 1824, Raymundo José da Cunha Mattos averiguou que nos sertões de Goyaz as “*apoplexias são contínuas*” (1979, p. 67). Aliás, as apoplexias “*eram consideradas um problema comum de saúde que frequentemente aparecia em listas de causas de mortalidade,*

²³⁶ Sinônimo de Epilepsia.

²³⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²³⁸ Referiam-se para caracterizar o desvalido como: “(…) *a pobre Delfina (...) idiota da Canastra*”, que entrou junto com a Maria Vicência. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Abril de 1915*. Cidade de Goiás, 1918.

antes do século XX” (KARASCH, 1999, p. 38-39). O tratamento, em Goiás, para a apoplexia consistia no emprego da pimenta malagueta “*em forma de clisteres*”²³⁹ (SALLES, 1999, p. 75-76).

Entretanto, não é somente antes do século XX, que a apoplexia ou estupor é apontada como *causa mortis*; no Asilo São Vicente de Paulo podemos constatar a perenidade desta moléstia. Os cinco casos de apoplexia e os quatro de estupor aparecem com mais intensidade na década de 1920 e foram registrados em 1915, 1920, 1921, 1923 e 1926. As idades variaram entre 13 e 49 anos, e foi predominantemente encontrada no sexo feminino, quatro casos contra um; destes, duas doentes eram da Capital, duas de Itaberay e um que não deixou registrado o lugar de origem²⁴⁰.

Dentre esses há um caso interessante que foi registrado nas Atas da Junta Administrativa. Trata-se de Antonia Josepha de [...] que foi recolhida ao asilo em 09 de outubro de 1915, com sintomas de apoplexia, “(...) *cuja filiação e estado é desconhecida faleceu no mesmo dia em que entrou a 9 do corrente*”²⁴¹. Além do mais, foi a desvalida que menos tempo permaneceu no asilo e cujo caso singular foi registrado nas atas; outrossim, há que ressaltar que nem todos os desvalidos mereciam tal atenção.

No tocante ao estupor, os quatro casos ocorreram em 1924, 1925, 1929 e 1930, e as idades variaram entre 28 e 50 anos²⁴². Em Goiás, para o tratamento do estupor eram utilizadas “*em decocção com a batata-purga, o pinhão, o batatão, a erva-de-bicho, a pimenta-d’água e a bucha*” (SALLES, 1999, p. 75). Há um registro interessante na lista de internos do Asilo São Vicente de Paulo; trata-se do desvalido Laurindo Pinheiro Alves que deu entrada do estabelecimento aos 15 de dezembro de 1924, tinha 30 anos, era natural da Bahia, e sofria de Estupor, sendo retirado pouco tempo depois.

²³⁹ Instilação, pelo ânus, de água ou líquido medicamentoso nos intestinos, por meio de seringa ou irrigador.

²⁴⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁴¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Outubro de 1915*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Não obstante, este mesmo desvalido é novamente ingresso no asilo nove anos depois, a 10 de dezembro de 1933, já com idade de 40 anos, agora sob a alegação de demência²⁴³. Teria o estupor evoluído para a demência? Ou será que o mesmo já era demente antes de ingressar ao asilo, mas foi diagnosticado erroneamente?

Noutro passo, a hemiplegia, que aparece no registro do asilo em apenas um caso é uma “*paralysis da metade direita ou esquerda do corpo*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 125). Essa paralisia poderia ser também, conseqüência dos casos de apoplexia, ou seja, de uma congestão cerebral, atualmente, “*derrame*”. O interessante é que este caso foi registrado em um individuo de 81 anos, oriundo do distrito de Santa Luzia.

Por fim, a epilepsia, que conta com 17 casos registrados no Asilo São Vicente de Paulo, com a idade dos doentes entre 9 e 67 anos. Trata-se de uma “*moléstia nervosa que se manifesta por ataques, mais ou menos aproximados, com movimentos convulsivos, perda dos sentidos e escuma na bocca*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 991). Um exemplo dessa doença é a desvalida Maria da Silveira, a vigésima sétima pessoa a ingressar no asilo, aos 04 de setembro de 1910, com idade de 35 anos, natural da Capital, sofrendo de epilepsia, sendo retirada em 22 de janeiro de 1911. Em 10 de agosto de 1917 ela retorna, agora com 43 anos, novamente sendo acusada a epilepsia como o motivo da entrada²⁴⁴. A saída e o regresso dessa desvalida foram registrados nas Atas da Junta Administrativa, e a sua entrada dependeu – como todos – da aprovação dos confrades Vicentinos integrantes da Junta.

Na ocasião acordaram em “*readmittir a pobre Maria Silveira hoje entrada espontaneamente e que se havia retirado sem licença*”²⁴⁵. Pelo exposto, ficou claro que a primeira saída da desvalida em questão foi sem motivo, ou seja, quase uma fuga, a segunda saída também se deu nessas circunstâncias, isso apenas três meses depois em novembro de 1917. Será que Maria da Silveira procurava os cuidados do Asilo São Vicente de Paulo somente quando estava sofrendo os ataques da epilepsia?

²⁴³ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁴⁴ Idem.

²⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1918.

A questão neste caso fica em aberto, porque na mesma ata que deliberou o reingresso da desvalida, foi admitida “*uma moça indicada pelo sr. Dr. Alipio Silva, sob a condição de ser excluída caso o seu estado de saúde a impossibilite de continuar no estabelecimento*”²⁴⁶. Ao comparar os dados da ata com os do Livro de Entrada, constata-se que a desvalida em questão é uma tal Clementina da Silva Rosa, porque só haverá outra admissão mais de um mês depois.

Essa desvalida tinha 23 anos, quando foi internada, natural do Currealinho (hoje Itaberaí) e sofria de epilepsia. Contudo, foi ressaltado na ata que se o estado de saúde da mesma piorasse ela deveria ser excluída do estabelecimento. O “*estado de saúde*”, neste caso, são os ataques epiléticos.

Porém, a Clementina não foi excluída, ficando no asilo até 20 de maio de 1939, quando faleceu. Os dois casos, quais sejam, o da Maria da Silveira e o da Clementina da Silva, desnudam a complexidade das relações que estão imbricadas no cotidiano do asilo. Conclui-se que a saída da primeira estava condicionada a melhora no estado de saúde; a segunda, por sua vez, seria excluída se seu estado de saúde agravasse.

Por conseguinte, no segundo grupo de desvalidos com problemas neurológicos encontram-se os idiotas, os cretinos e os portadores de bócio. Sobre os primeiros, os 69 casos diagnosticados no registro de entrada no asilo, percebe-se que a enfermidade *idiotia*, em quantidade, só perdia para a *velhice*. Os desvalidos idiotas eram aqueles “*privados mais ou menos completamente da intelligencia desde a mais tenra idade*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 201). O referido médico credita as causas dessa moléstia, “*nem sempre faceis de determinar*”, às “*affecções moraes, vivas e penosas durante a prenhez (...) as quedas em que a cabeça da criança recebe o choque, o susto, uma inflammação do cerebro, as convulsões, podem também ser seguidas da obliteração da intelligencia*”. E uma vez idiotas, “*ficam ordinariamente n’este estado toda a vida*” (Idem, 1890, p. 202).

No Asilo São Vicente de Paulo havia a distinção entre os níveis de idiotia, como o “*idiotia natural*”, ou seja, aquele que nasceu com problemas mentais: “*Por deliberação da junta, foi asylado o pobre Antonio Caetano, filho de Maria Caetana,*

²⁴⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917*. Cidade de Goiás, 1918. Observação: este documento já foi citado neste capítulo.

com 40 annos de idade pressumíveis, idiota natural e residente no districto do Bacalhau municipio desta Capital”²⁴⁷.

Já os cretinos, seriam aqueles que se encontravam em uma das fases da idiotia, ou *gradações e variedades*²⁴⁸. Os imbecis, por exemplo, são “*idiotas cujas faculdades intellectuaes estão desenvolvidas até certo ponto*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 202). Ou seja, são aqueles que são passíveis de serem educados, conforme a descrição do autor do Dicionário de Medicina Popular.

A nosso ver, cretinia e idiotia são sinônimos, que se distinguem pelo estágio de evolução da moléstia. Pois o cretino, “*é uma designação para pessoas retardadas desde o nascimento, tanto mental como fisicamente. Elas também têm desfiguração facial e podem ser surdas e mudas*” (KARASCH, 1999, p. 34). O fato de também serem surdas e mudas pode justificar a visão da matriarca da família Parrela, que discutimos páginas atrás, quanto a percepção da doença do filho, tratado por ela como *surdo-mudo de nascença* e pelo asilo como idiota. Ademais, o cretinismo ocorre frequentemente em regiões de bócio.²⁴⁹

²⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Setembro de 1921*. Cidade de Goiás, 1921.

²⁴⁸ Os idiotas formam “*uma familia numerosa, por isso que, desde a ausencia quase inteira da intelligencia até ao gráu que representa o estado ordinario d’esta funcção, observam-se muitas gradações e variedades. Assim, encontram-se idiotas que tem uma existencia quase vegetativa; parecem estranhos a toda a especie de sensações, não sentem nem frio, nem fome, nem especie alguma de dor; mettem-se-lhes alimentos na bocca, elles os engolem; se abrem os olhos, é de alguma maneira sem enxergarem os objectos. Outros deixam ver que experimentam alguma sensações, reconhecem os alimentos que se lhes offerecem, tomam-n’os e comem-n’os, vêem os objectos e sabem evital-os, viram a cabeça para o lado onde ouvem ruído; se os beliscam, buscam subtrahir-se á dôr; até se encolerizam sendo contrariados, mas não sabem fazer uso dos objectos exteriores, não podem vestir-se, ficam expostos ao frio, e só pensam em comer quando vêem os alimentos: alguns gritos e gestos mui simples formam n’elles toda a expressão da linguagem. Principia-se a encontrar vestígio da intelligencia n’aquelles que occupam um grau um pouco mais elevado: sua attenção é ás vezes fixada pelas impressões feitas sobre seus sentidos; parecem olhar para certos objectos com um sentimento de praze misturado de curiosidade; dirigem-se aos alimentos e apoderam-se d’elles, reconhecem as pessoas que d’elles cuidam habitualmente, indicam ás vezes, por meio de gritos ou gestos, os objectos de seus desejos; manifestam a alegria ou o desgosto que experimentam. Entretanto, é preciso vestil-os, deital-os, pôl-os no logar em que se quer que elles fiquem, são incapazes de satisfazer as suas necessidades; pôde-se, quando muito, fazer-lhes reter uma ou duas palavras á força de as fazer repetir em circumstancias dadas. Seguem-se os idiotas que reconhecem as differentes pessoas com que vivem, e ás quaes manifestam affeição se d’ellas estão satisfeitos, que ajudam a vestir-se, comprehendem certas perguntas, vão buscar o alimentos, articulam algumas palavras; são entretanto incapazes de qualquer trabalho, e estão todo o dia sentados, deitados ou passeando*” (CHERNOVIZ, 1890, p. 201-202).

²⁴⁹ O bócio consiste no crescimento da Tireóide, uma glândula localizada na parte da frente do pescoço e responsável pela produção de hormônios extremamente importantes para o organismo. Além do aumento da glândula tireóide, o bócio também pode causar: dificuldade para respirar ou deglutir, tosse persistente, chieira no peito, vertigens. O Bócio Simples ocorre quando a tireóide não é capaz de produzir hormônios suficientes para suprir as necessidades do corpo. A glândula então

O bócio, por sua vez, é a terceira enfermidade deste grupo, e curiosamente apenas um caso foi registrado. Trata-se de Hermenegildo da Silva, que entrou no Asilo São Vicente de Paulo em 15 de Junho de 1924, com 70 anos de idade²⁵⁰ – e não foi considerado velho! Outrossim, o bócio consistia em um grave problema de saúde na Cidade de Goiás.

O viajante Saint-Hilaire, por exemplo, em sua passagem pela antiga Vila Boa no final da segunda década do século XIX, registrou que “*quase todos os habitantes da cidade e de suas redondezas têm bócio, e muitas vezes essa deformidade, quando muito acentuada, dificulta a fala de seus portadores*” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 51). Alguns anos depois, Cunha Mattos constatou que:

A irregularidade da temperatura da atmosfera ou talvez a morada em lugares mui úmidos e contíguos aos rios, e o uso de alimentos de má qualidade, produzem em grande número de habitantes desta comarca, e em quase toda a província, broncoceles ou papeiras enormes, que muito desfeiam as pessoas que padecem este incômodo. Aqueles que habitam em lugares de águas salobras raras vezes são acometidos de papeiras (CUNHA MATTOS, 1979, p. 67).

O viajante português Luiz D’Alincourt também assinalou que as águas insalubres eram vistas pelas autoridades vilaboenses como responsáveis pelos casos de bócio, como aconteceu na derrubada de algumas árvores em uma alameda próxima a praça do Chafariz por ordem do governador João Manuel de Meneses, “*(...) por se dizer, que as raízes das árvores tornavam as águas más, e que dali vinha moléstia dos papos*”. Entretanto, a iniciativa não surtiu efeito pois a doença “*continua da mesma forma, e o público perdeu em um momento, um recreio, que precisa anos para se obter, e que era bem útil em semelhante clima*”. (D’ALINCOURT: 2006, p. 68). Essas causas elencadas por Cunha Mattos e por D’Alincourt, quais sejam, a temperatura, a umidade, a alimentação também foram abordadas por Chernoviz ao se referir ao bócio:

cresce, aumentando sua capacidade de produção para corrigir esta falha, geralmente, o bócio acontecia por carência de iodo.

²⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

Esta affecção é propria de certas localidades. Observa-se principalmente nos valles profundos, nos logares baixos, humidos, mal arejados; e tal é a influencia que exerce esta condição, que o papo foi assignalado nos climas mais oppostos, sempre que esta influencia existia. É incontestavel que muitos papos são devidos ao uso de certas aguas, sem que se possa determinar ainda com exactidão qual seja a especie de alteração d'este liquido. Esta molestia é mais commum nas mulheres do que nos homens, na roça do que na cidade. Se a causa do papo endemico, isto é, d'aquelle que ataca grande numero de pessoas, n'uma localidade, é obscura, muito mais o é a do que apparece de maneira isolada (CHERNOVIZ, 1890, p. 616).

A Cidade de Goiás por sua localização correspondia a todos os quesitos observados por Chernoviz. Os portadores de bócio eram geralmente cretinos e idiotas. Talvez por isso a sua grande ocorrência – e o fato de ser endêmico – resultou no que Pedro Ludovico chamou “*instituição nitidamente local – o bôbo*”, como ressaltamos páginas atrás. A seguir, exemplos de portadores de bócio, comumente vistos em Goiás:



Fotografia nº. 6: Grupo de mulheres portadoras de bócio. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 26.

Como se sabe, possuir um bobo, ou seja, um idiota, um cretino, um papudo era comum em muitas famílias goianas, o que nos permite questionar a causa da internação dos mesmos no asilo, se eram tão necessários para o cotidiano da cidade, no árduo trabalho de abastecer as casas com água potável. Para tanto, aventamos dois pressupostos: 1 – foram internados no asilo somente os bobos que não serviam ou não queriam realizar esse trabalho; 2 – foram internados no asilo somente os bobos que causavam problemas a tranqüilidade pública. Porém, tudo sugere a possibilidade do número desses indivíduos ser muito maior que os casos registrados no asilo.

O terceiro grupo de desvalidos sociais é constituído pelos aloucados com 22 casos, loucos com 13, monomaníacos com 6, dementes com 5, alienados mentais com 4 e histéricas com 1 registro. Este grupo exemplifica a forma como uma mesma doença era conhecida por diferentes denominações. Chernoviz, por exemplo, alega que a alienação mental, demência e monomania são sinônimos de loucura. Não foi possível precisar a partir da documentação clivagens que distinguíssem e identificassem esses desvalidos.

Ademais, aloucado é um termo interessante, pois não deixa de ser também sinônimo de loucura. Poder-se-ia aventar que aloucado era o indivíduo que foi acolhido pelo Asilo São Vicente de Paulo durante uma crise ou um surto, ou seja, quando as características da loucura ficam mais evidentes. E quais são elas afinal? Para Chernoviz, a loucura é mais recorrente nas mulheres do que nos homens, o que faz o “*sexo feminino*” figurar como a primeira causa da loucura. Somam-se a essa:

(...) o temperamento nervoso, uma educação viciosa, o celibato, as profissões que exigem um grande esforço de espirito, que agitam fortemente e põem em lida a vaidade, a ambição, etc.; as grandes revoluções políticas, a superstição, os terrores religiosos, a saciedade de todos os gozos, os excessos venereos, os licores fortes, a leitura dos romances e dos máos livro, o ocio, a congestão cerebral freqüente, são as causas que predispõem á loucura. Mas as causas que a determinam ordinariamente consistem quasi todas nas affecções moraes vivas ou continuas, taes como a colera, o susto, uma perda subita de fortuna, uma felicidade inesperada, um pezar violento, os excessos de estudos, a ambição mallograda, o amor proprio humilhado, o ciume, os acontecimentos politicos, os pezares domesticos, o amor contrariado, o fanatismo, etc. (CHERNOVIZ, 1890, p. 331).

A multiplicidade das causas que frequentemente levam às perturbações das “*faculdades intellectuales*” revela que a sua conceituação é muito mais complicada do que se supunha. Estabelecer comparações com essas causas e determiná-las na Cidade de Goiás exigiria um estudo mais complexo acerca da questão.

Todavia, consegue-se identificar os loucos, ou os *doucos* pois “*umas vezes percebem vivamente e com desagrado a luz, os sons, os cheiros ou sabores; outras vezes tomam um objecto, um individuo, um ruido, etc., por outros*”. Às vezes, também, “*ouvem vozes ou sons, e sentem cheiros que não tem realidade alguma e não existem senão no seu cerebro doente*”. (CHERNOVIZ, 1890, p. 331-332).

Nessa perspectiva, a monomania e a demência são distinguidas como sintomas da loucura; a primeira se caracteriza quando “*o delirio tem só por objecto uma ideia fixa, dominante, exclusiva, ou consiste na exageração de uma paixão ou de uma inclinação, em geral o doente discorre com muito acerto quando está distraído do objecto que o preoccupa*”. A demência, por sua vez, se manifesta quando “*uma indiferença ou apathia moral junta-se a inactividade, o enfraquecimento ou a perturbação completa da intelligencia*” (IDEM, 1890, p. 331-332). Partindo desse pressuposto, seria difícil distinguir a diferença entre um demente e um cretino, ou idiota, pois, em ambos os casos, compartilham a falta de *intelligencia*, como principal sintoma.

Por conseguinte, a histeria se aproxima da loucura pelo fato de acometer “*muito mais as mulheres do que os homens*”, e por se tratar de “*uma molestia de todo o systema nervoso*”. Sua consequência pode ser desde a anemia, aos excessivos trabalhos intelectuais, até a “*perturbações das funções menstruaes*”, podendo ou não ser convulsivas. A relação entre doença e a sua predominância em determinado sexo fica evidente nos registros de entrada do Asilo São Vicente de Paulo, conforme gráfico abaixo:

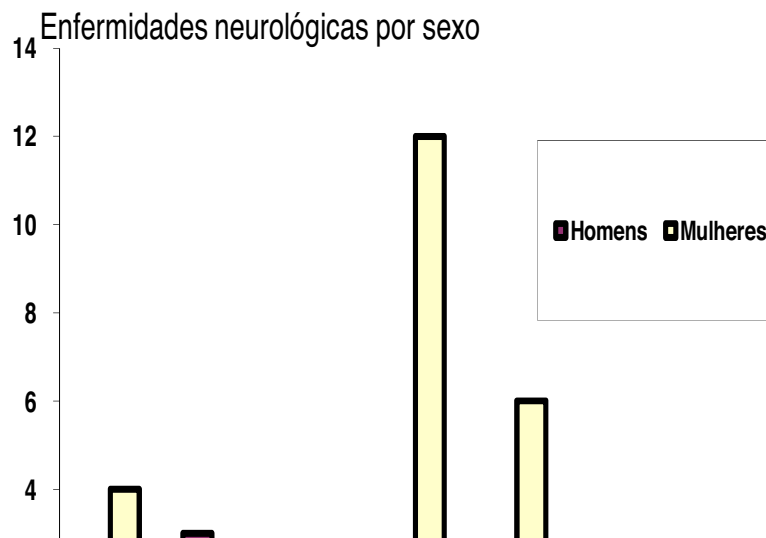


Gráfico nº. 1: Enfermidades neurológicas dividias por sexo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

Esses dados justificam o fato da folclorista Regina Lacerda utilizar o feminino para se referir às “*carregadeiras de água*”, que predominavam nesta profissão; ou o fato da Anna Joaquina ver uma louca na rua como expusemos páginas atrás. A relação entre loucura e o sexo feminino era muito estreita.

Os espaços reservados para estes desvalidos, como se sabe, foram pré-determinados no Regulamento, porém, os mesmos foram sendo construídos aos poucos. Inicialmente, o lugar ocupado pelos loucos no Asilo São Vicente de Paulo era o mesmo em que conviviam os outros internos e as Irmãs Dominicanas.

Não é necessário se embasar em uma extensa documentação para afirmar que a convivência entre indivíduos de natureza tão dispares resultaria num sério problema. A insistência nos Relatórios dos ainda Presidentes de Província, como observamos páginas atrás, da urgência de se estabelecer um lugar apropriado destinado aos loucos tornaria realidade apenas no asilo.

Somente então, a sociedade vilaboense encontraria no asilo um nosocômio destinado à loucura; porém, a relação entre os desvalidos, os Vicentinos e as Irmãs Dominicanas descortinaram uma intrínseca relação de poder que repercutia no destino dos loucos.

Em 31 de Agosto de 1909, por exemplo, deu entrada no asilo Maria Augustinha, de 45 anos, sofrendo de alienação mental. Apenas dois dias depois, em 02 de Setembro, a mesma foi “recolhida à cadeia”. Noutra caso, uma certa Basília de Tal foi acolhida no asilo em 08 de Agosto de 1912 com 18 anos de idade, diagnosticada como louca; aos 25 do mesmo mês também foi retirada do estabelecimento tendo o mesmo destino que a Maria Augustinha²⁵¹.

A falta das Atas da Junta Administrativas do Asilo referentes a esse período impossibilita de identificarmos o motivo da entrada das duas na cadeia, entretanto, podemos supor que as mesmas devem ter cometido algo muito sério, principalmente contra as Irmãs Dominicanas.

No início deste capítulo, citamos o caso de uma desvalida – sempre mulheres! – que atacou em acesso furioso a Irmã Maria Isabel, o que resultou no ingresso da desvalida ao Hospital São Pedro a fim de tratar-se. Neste caso, fica evidente que quando esses indivíduos não eram mais tolerados no asilo eram encaminhados ora a Cadeia ora ao Hospital.

Outrossim, havia casos de desvalidos que foram para o asilo mandados pela Cadeia e que regressaram para lá, pouco tempo depois, como no caso de Sandinha – nome ou apelido? – que foi recolhida ao asilo em 02 de Outubro de 1913, retornando à Cadeia no dia 29 do mesmo mês. Há casos também em que os loucos eram devolvidos à família, como, por exemplo, uma certa Barbara de Tal que entrou no asilo em 21 de Janeiro de 1918 com 18 anos de idade, que foi “entregue à mãe”²⁵².

Todavia, os 51 casos de desvalidos que se enquadram no quesito loucura, identificados no asilo entre 1909 a 1942, em um universo de 442 registros, não representaram a solução do problema na Cidade de Goiás. Conforme o relatório do Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, de 1914:

Nesta Capital não existe um estabelecimento onde possam ser internados os loucos. Como sabeis, esses infelizes são recolhidos á cadeia. O Estado bem poderia entrar em accordo com a

²⁵¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁵² Idem.

*Directoria do Azylo S. Vicente de Paula para ahi serem internados os loucos em pavilhões construídos para esse fim*²⁵³.

Diante do exposto, fica o impasse. Por um lado, o governo cobrava o ingresso dos loucos no asilo, sustentando a existência dos pavilhões construídos exclusivamente para eles. Por outro, o asilo transferia a responsabilidade para a Cadeia afirmando que não havia tais espaços para os loucos. Há que se considerar, entretanto, que até 1914 o Asilo São Vicente de Paulo recebeu 91 desvalidos, destes: 2 alienados mentais, 10 aloucados, 5 cretinos, 5 epiléticos, 10 idiotas, 4 loucos, e 1 monomaníaca²⁵⁴, que somam 37 registros. Embora com tantos desvalidos acometidos por moléstias neurológicas, o asilo não possuía toda a estrutura necessária para recebê-los.

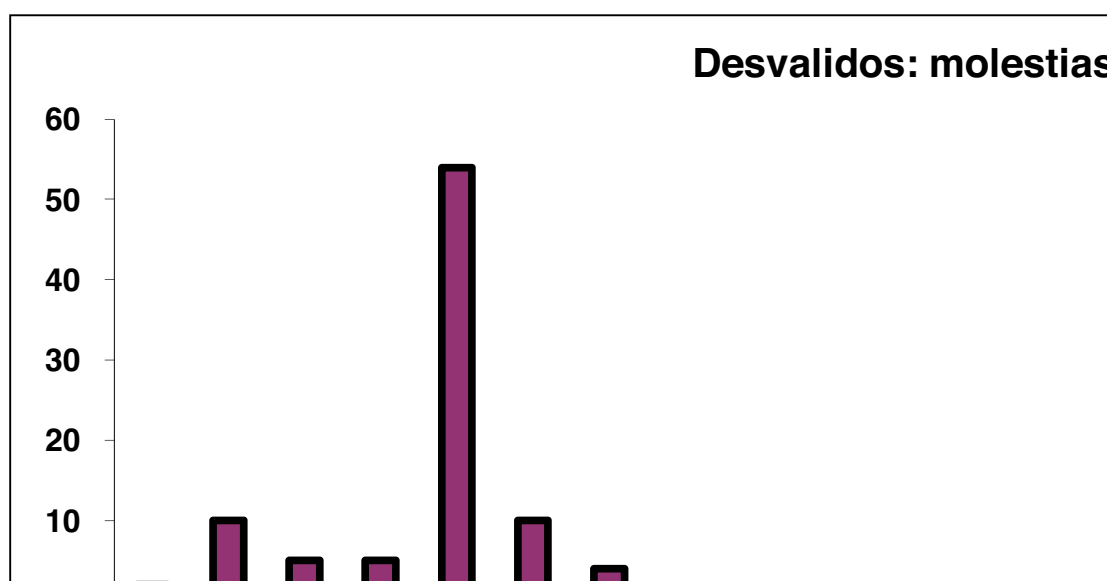


Gráfico n° 2: Desvalidos divididos por moléstias neurológicas. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

Uma vez no asilo, a relação entre os desvalidos acometidos de problemas neurológicos, como os idiotas, os cretinos, dentre outros e as Irmãs Dominicanas não

²⁵³ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* n°. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004, p. 89-90.

²⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946). Cidade de Goiás.

eram muito amistosas. Esses desvalidos davam muito trabalho e foram a causa da pressão exercida pelas freiras para a construção de um espaço onde as mesmas pudessem ficar longe deles, como será pormenorizado no capítulo seguinte. No relatório anual da Junta Administrativa, em 1921, o assunto foi colocado em evidência:

Ninguém ignora, nenhum de vós, prezados confrades, desconhece o que seja viver no meio de dezenas de pobres azylados, na sua maioria cretinos! ou melhormente, todos vós desconheceis o que é isto por que ainda não vivestes num meio destes, e por conseguinte não podeis avaliar o trabalho extenuante que dão a estas benemeritas Irmãs²⁵⁵

A insistência do Presidente da Junta, Luis Gonsaga Cardoso Rangel ao ressaltar veementemente o fato de que ninguém ignora o que seja viver entre os cretinos, corrobora com as considerações de Pedro Ludovico, quando o mesmo afirma que em geral todas as famílias goianas possuíam um bobo. E se por algum motivo não os tinha, o lugar ideal para encontrá-los era no asilo, como no caso que se segue:

(...) a pobre Sebastiana Luiza dos Santos não querendo mais ficar no estabelecimento e achando pessoa caridosa que a desejava para ficar em sua companhia, a Junta resolveu que a mesma se transportasse a casa daquela pessoa que é a Sra. Do cid^m. Ildelfina de Almeida²⁵⁶.

A pobre em questão entrou no asilo em 21 de Setembro de 1916, com 18 anos de idade, e a *enfermidade* alegada foi o *Cretinismo*²⁵⁷. A respeito, pergunta-se: Ildelfina de Almeida acolheu a Sebastiana em sua residência somente por que a *pobre* não queria ficar no asilo? Partindo do pressuposto que Ildelfina, como todos, segundo o presidente da Junta, conhecia a dificuldade de se conviver com os

²⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

²⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁵⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

cretinos, a adoção seria uma expressão da caridade, ou a aquisição de uma futura *serviçal* para o carregamento de água? E, neste sentido, porque esta desvalida, que possuía 18 anos de idade? E se estava em jogo a caridade por que não uma criança, ou um velho?

Entrementes, para alguém que visitava o Asilo São Vicente de Paulo pela primeira vez, a impressão é que o mesmo fora criado para abrigar velhos e bobos, devido a predominância dessas “*enfermidades*” nos desvalidos. Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro, por exemplo, ao visitar o asilo numa manhã, narrou que ao entrar na Capela, “*pequenina, com bancos enfileirados de um lado e outro com um altar singelo, mas todo enfeitado de flores*” percebeu que ali “*rezavam duas velhas e uns bobinhos*” (MONTEIRO, 1983, p. 99). Outro que visitou o asilo e escreveu suas observações foi o já citado Capitão Cordolino de Azevedo, em passagem por terras goianas no início da década de 1920:

Que afflicção causam aquelles grupos de cretinos, papudos, tantans, imbecializados pelo mal de Chagas, com a alma e o corpo corroidos pelo barbeiro impiedoso, destruindo esperanças, devástando intelligencias, reduzindo ao estado de féra pacifica aquelles entes aos quaes talvez a aurora da vida tivesse sido promissora e sorridente! (AZEVEDO, 1925, p. 97).

Percebe-se que o capitão Cordolino consegue identificar a doença de Chagas como a causa da idiotia, do bócio e do cretinismo entre os desvalidos. Como se sabe, a doença de Chagas foi descoberta em 1909, por Carlos Chagas, médico e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz, em Lassance, no interior de Minas Gerais; quando ele identificou o protozoário causador, batizado de *Trypanosoma cruzi*, e o vetor que o transmitia ao ser humano, um inseto popularmente conhecido como *barbeiro*, comumente visto nos pequenos orifícios que se formam nas paredes dos casebres de barro espalhados pelos *sertões* do Brasil²⁵⁸.

Ademais, a descoberta dessa nova doença “(...) *foi imediatamente comemorada como grande feito da ciência nacional, fato que comprovava o*

²⁵⁸ Mais sobre o assunto ver: DELAPORTE, François. *A Doença de Chagas: História de uma calamidade continental*. Ribeirão Preto – SP: Holos, 2003; KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009; _____; SÁ, Magali Romero. “The discovery of *Trypanosoma cruzi* and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

caminho do ‘progresso’ trilhado pela então jovem República brasileira, empenhada em construir seu lugar entre os ‘países civilizados’” (KROPF, 2009, p. 09).

Com efeito, quando descobriu a nova doença, Carlos Chagas acreditava que sua patologia “*estava voltada, principalmente, para a tireoide e o sistema nervoso central, vindo a seguir as alterações cardíacas*” (REZENDE, 2009, p. 269). Ou seja, a forma crônica da doença era encontrada em pessoas com bócio, idiotia e cretinismo.

Em 1912, por solicitação da Inspetoria de Obras contra as Secas, órgão vinculado ao Ministério dos Negócios da Indústria, Viação e Obras Públicas, o Instituto Oswaldo Cruz organizou uma expedição chefiada pelos médicos sanitaristas Artur Neiva²⁵⁹ e Belisário Pena²⁶⁰, que, durante nove meses, mapeou o quadro nosológico do Norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de todo o território goiano. Quatro anos depois foi publicado o extenso relatório dessa expedição nas *Memórias do Instituto Oswaldo Cruz*, que descortinou para o litoral a face de um país atrasado, onde “*(...) a solidão, a miséria, o analfabetismo universal, o abandono completo dessa pobre gente, devastada moralmente pelo obscurantismo, pelas abusões e feitiçarias, e física e intelectualmente por terríveis molestias*

²⁵⁹ “O médico sanitarista baiano Artur Neiva desenvolveu importantes trabalhos nas áreas de história natural, etnografia e lingüística. Formado na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi nomeado interventor da Bahia (1931), onde criou o Instituto do Cacau. Organizou e fundou o Instituto Biológico de São Paulo e o Instituto de Tecnologia do Ministério do Trabalho e criou o Instituto de Biologia Vegetal do Ministério da Agricultura. Elaborou o primeiro código sanitário do Brasil quando dirigia o Serviço Sanitário do Estado de São Paulo e restabeleceu a profilaxia do tracoma e a vacina obrigatória e organizou o serviço para o combate à sífilis. Como uma das maiores autoridades do país em malária, foi designado por Oswaldo Cruz (1906) para organizar a profilaxia antimalárica na captação da água destinada ao Rio de Janeiro, em Xerém e Mantiqueira” (MAGALHÃES, 2004, p. 101)

²⁶⁰ “Belisário Penna (1868-1939) doutorou-se em 1890, pela Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1905 foi designado para trabalhar na Inspetoria de Profilaxia Rural da Febre Amarela, incorporando-se à campanha chefiada por Oswaldo Cruz para a erradicação desta doença no Rio de Janeiro. A partir de então e até 1913, dedicou-se ao combate de endemias rurais, como a malária e a ancilostomíase. Por volta de 1914, através do jornal *Correio da Manhã* iniciou uma campanha “pelo saneamento físico e moral do Brasil”. Em 1918, publicou o livro *O Saneamento do Brasil*. Ainda neste ano, foi nomeado para dirigir o recém-criado Serviço de Profilaxia Rural, assumindo o cargo de Delegado de Saúde. Entre 1920 e 1922, foi diretor de saneamento do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), instalado em quinze estados os serviços de profilaxia rural. Em 1928, ocupou a chefia do Serviço de Propaganda e Educação Sanitária, percorrendo os estados de Minas Gerais, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, até ser requisitado pelo governo do Rio Grande do Sul para estudar as condições sanitárias daquele estado. Durante dois breves períodos, em setembro de 1931 e dezembro de 1932, ocupou interinamente o Ministério de Educação e Saúde” (MAGALHÃES, 2004, p. 101).

endemicas” (NEIVA; PENA, 1999, p. 220-221). Este relatório tornou-se a égide do movimento sanitaria na Primeira República²⁶¹.

Na sua passagem pela Cidade de Goiás, em Setembro de 1912, os médicos de Manguinhos a descreveu em todos os seus pormenores, com uma impressionante riqueza de detalhes:

(...) é uma cidade, onde já se pode viver sem muito sacrificio, tendo acomodações para tropas, sociedade bem constituída, biblioteca regular, clube recreativo e literario, alguma vida intelectual. A cidade é calçada, e as casas comerciais bem sortidas, algumas bem importantes com grandes depozitos de generos, fazendas, calçados, chapéos e objetos de armarinho. Ha muitas casas de sirios. O transporte de mercadorias é feito em larga escala por tropas, e carros de bois até Anhanguera ou Araguari, em bôa estrada com o percurso de 80 legoas (...) A população da cidade propriamente dita, cujas habitações não se prestam ao habitat do barbeiro, por serem rebocadas, caiadas²⁶², forradas e assoalhadas, e além disso seus habitantes bem alimentados e adistrictos já ás exigencias dos preceitos de hijiene, têm aspecto de saúde, as crianças são sadias e folgazãs. Nos arrabaldes, porém, onde habitações apenas barreadas, há muitos casos de bocio e das manifestações graves da molestia de Chagas, sendo nelas encontrado o barbeiro (NEIVA; PENA, 1999, p. 222).

Pelo exposto, percebe-se uma dicotomia entre o centro e os subúrbios da antiga Vila Boa. Na parte central os habitantes eram saudáveis, pois moravam em casas rebocadas, comiam boa comida. Nos arredores, o bócio se alastrava e a

²⁶¹ Sobre o assunto ver: CASAZZA, Ingrid Fonseca. “Brasil, um imenso hospital?” In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006; LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999 – principalmente o capítulo 3; _____. “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; _____. HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 5(2), 2000; MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. “Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto Oswaldo Cruz (1911-1913)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; REZENDE, Joffre M. de. “A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009; SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

²⁶² A caiação foi um tipo muito comum de pintura utilizada nas habitações principalmente, na antiga Vila Boa de Goiás. Ela dava um efeito manchado às paredes e era muito fácil de fazer, posto que nos arredores da vila o solo era rico em calcário, transformado em *cal virgem*, o qual era misturado com água e se tornava a conhecida *cal extinta* hidratada para pinturas.

doenças de Chagas se propagava rapidamente. Além de visitar esses lugares a expedição também conheceu o Asilo São Vicente de Paulo, que, equivocadamente, o chamaram de Asilo São Francisco de Paula. Há várias afirmações errôneas a respeito da instituição no relatório dos médicos sanitaristas:

Além de várias igrejas; conta diversos edificios publicos, e o excelente asilo de S. Francisco de Paula, associação dominicana dirigido por irmãs dominicanas onde se acham recolhidos muitos infelizes, na sua maioria cretinos vitimados pela moléstia de Chagas. (...) O asilo S. Francisco de Paula, instituição de caridade, de iniciativa particular, novo, vasto e bem construido edificio, é um viveiro de infelizes de ambos os sexos e de todas as idades, em sua quasi totalidade, vitimas das formas mais graves da molestia de Chagas. Não se sabe o que mais admirar: se a desgraça dos infelizes, se a paciencia evangelica das dignas freiras que dirigem a caridosa instituição (NEIVA; PENA, 1999, p. 222-223).

Não sabemos precisar o porquê da troca dos nomes da instituição; porém, há outro problema: o Asilo São Vicente de Paulo não era uma instituição Dominicana, e sim Vicentina, administrada por leigos. Pressupomos que a coleta desses dados tenha sido feita junto as Irmãs Dominicanas, ou seja, os médicos de manguinhos apenas reproduziram o discurso das Irmãs, que, provavelmente, reivindicaram para si os créditos pelo asilo.

Ademais, de passagem pelo asilo, a expedição aproveitou para documentar, por meio de fotografias, a situação dos seus internos. Esse valioso material, anexado ao relatório, converge para uma questão que levantamos no capítulo anterior: o de que o asilo era composto basicamente de negros:



Fotografia n.º 7: Desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 24.



Fotografia n.º 8: Desvalidas do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999, estampa 25.

Percebe-se pelas fotografias que a maioria eram vítimas de bócio, embora tenha sido registrado apenas um caso no Livro de Entrada, como afirmamos páginas atrás. Ademais, pela expressão facial desses desvalidos, quase todos sofriam de problemas mentais, tais como a idiotia e o cretinismo.

Entretanto, um dos principais objetivos da expedição dos médicos sanitárias era encontrar os doentes do mal de Chagas. O estado de Goiás, com inúmeros casos de bócio, idiotia, cretinismo e infantilismo, foi considerado por eles como o mais atingido pela nova doença. Quase uma década mais tarde, o Capitão Cordolino de Azevedo, depois de uma rápida visita ao asilo, concluiu que ali todos padeciam da doença transmitida pelo barbeiro. Porém, não há nenhum caso de doença de Chagas, entre 1909 a 1946, no Livro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo. Partimos do pressuposto que a doença de Chagas não era desconhecida dos goianos, porque foi muito debatida, principalmente na década de 1920, quando surgiram cientistas contestando a validade das afirmações de seu descobridor. A partir do exposto, pergunta-se: Quais eram, portanto, os limites da medicina goiana no período? Como essa nova nosologia foi recebida pelos médicos do estado?

Por fim, o último grupo de desvalidos sociais são os portadores de doenças contagiosas. No capítulo anterior, aventamos a possibilidade de o asilo ter sido construído com o intuito de resguardar a sociedade vilaboense das epidemias – principalmente de varíola – que grassavam os sertões de Goiás.

Logo no início deste capítulo, destacamos o espaço reservado para estes desvalidos, qual seja, um cômodo separado dos demais. A existência desse espaço atesta a importância do fator *epidemia* para a construção do Asilo São Vicente de Paulo. Porém, a falta de um espaço, nos primeiros anos de funcionamento, reservado para os loucos, e para as Irmãs se repetiu com os desvalidos que sofriam de moléstias contagiosas.

No final do século XIX e início do XX, foram comuns em Goiás as epidemias de varíola, cólera, febre-amarela, sarampo, caxumba; por fim, houve a gripe espanhola em 1918 (SALLES, 1999, p. 93-97). Contudo, nenhuma destas moléstias citadas acima, foi observada dentro das fronteiras do asilo; somente a Morphea e a Lepra foram registradas, a primeira contando com 5 casos e a segunda com apenas 1, todos em indivíduos do sexo masculino.

Aparentemente, as moléstias contagiosas eram confundidas umas com as outras. Lepra, morféia, erisipela e elefantíase são apresentadas como moléstias de pele, caracterizadas por tubérculos duros e avermelhados que ocupavam primeiramente o rosto. Com o passar do tempo, inflamavam e supuravam. A forma mais comum dessa moléstia seria a *morphéa ou elephantíase dos Gregos*. Qualquer inchaço com protuberâncias duras e disformes, em qualquer outra parte do corpo, cujas dimensões se tornassem cada vez mais consideráveis, era conhecida como *erysipela branca ou Elephantíase dos Arabes* (CHERNOVIZ, 1890, p. 897).

Quanto à lepra, caracterizava-se pela mudança da cor da cútis, que se tornava avermelhada e grossa, e pela falta de sensibilidade das extremidades - pés e mãos - que, com o tempo e com o aumento das ulcerações, acabavam provocando a decomposição de dedos, orelhas e nariz.

O único caso de lepra registrado no asilo foi protagonizado pelo desvalido Antonio, cuja entrada se deu em 01 de Fevereiro de 1926. Consta que foi retirado, possivelmente pela urgência em fazê-lo, por se tratar de uma enfermidade contagiosa. Antes desse caso a *morphea* causava certo alvoroço quando era identificada. Como em 1918, “*foram tomadas providencias no sentido de desoccupar uma das casas do Asylo para alojar uma asylada morphetica, ultimamente entrada, visto não existir commodo apropriado á mesma*”²⁶³.

Este documento atesta para a falta de cômodos específicos para abrigar os portadores de doenças contagiosas, contrariando o que foi escrito no Regulamento. Os desvalidos diagnosticados com *morphea* eram tratados nas casas que constituíam o Patrimônio do Asilo, que pormenorizamos no primeiro capítulo. Nesta época, o único local mais próximo para tratamento da lepra era em Bonfim, onde existia o “*Lazareto*”, seguida por Catalão e mais tarde, no final da década de 1930 foi fundada nas proximidades da nova capital do Estado a Colônia Santa Marta, cuidada pelas Irmãs Vicentinas (LOBO, 1981).

Noutro passo, como observamos no capítulo anterior, pressupomos que a epidemia de varíola, em 1904, foi usada como pretexto para conseguir recursos viando à conclusão das obras do asilo. A estratégia foi colocar o prédio inacabado à disposição do governo, para ali serem tratados os pacientes afligidos pela varíola.

²⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Fevereiro de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

Em 1918, a gripe espanhola, que assolou parte do mundo, também se fez presente na Cidade de Goiás. O asilo poder-se-ia transformar-se em um nosocômio para garantir o tratamento a esses doentes, da forma como foi acordado anteriormente, em 1904; porém, não foi o que aconteceu.

Durante a gripe Espanhola nenhum doente foi recolhido no Azilo por vigilância da Junta. As Irmãs foram dar assistência nas próprias casas e os Vicentinos faziam parte das comissões organizadas pelo Governo. Eles se substituíam à medida que eram atingidos pela terrível enfermidade²⁶⁴.

Os Vicentinos resolveram resguardar os desvalidos que lá estavam recolhidos, a assistência aos pobres e doentes, medidas tão caras à Sociedade São Vicente de Paulo, foram postas em prática durante este período. Até mesmo as Irmãs ajudaram no cuidado. Entretanto, nas Atas da Junta desta época, não foi mencionado uma única vez a questão desta gripe. Pelo visto, nenhum dos desvalidos do asilo foi atingido.

Durante a epidemia de gripe além dos socorros prestados pelo Governo do Estado a nossa sociedade de accordo com o Exmo. Sr. Bispo Diocésano e clero tanto regular como secular²⁶⁵ desenvolveu grande actividade na visita dos doentes, em domicilio e em trez postos de socorros estabelecidos nesta Capital. Como medida de precaução nenhum grippado foi recolhido ao Azylo exercendo a Junta severa vigilancia para que a epidemia não atingisse aqueles infelizes. Além do serviço propriamente das Conferencias em cada uma das commissões organizadas pelo Governo do Estado fazia parte um vicentino que ia sendo substituido por outro a medida que eram atacados da terrível enfermidade com a qual estavam em immediato contacto. Admirou-nos ver a dedicação com que muitos vicentinos acompanhados por companheiros extranhos a nossa milícia, com todo afâm procuram os doentes nas mansardas e lá mesmo qual outros enfermeiros ministram pessoalmente os primeiros medicamentos, e como São Vicente elles não faziam por

²⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 12.

²⁶⁵ O clero dividia-se em duas categorias: regular e secular. O clero regular compreendia os monges e frades ordenados e outros que viviam em comunidades monásticas. Seu nome deriva do latim *regula*, que significa *regra*; quer dizer que eles se submetiam aos regulamentos especiais de suas comunidades monásticas, que incluía os três votos de pobreza, castidade e obediência aos seus superiores. O clero secular compreendia o grande número de padres e bispos que viviam a vida quotidiana em contato com o mundo dos leigos. Seu nome deriva-se da palavra latina *saecula*, termo figurativo para o mundo das preocupações materiais. (BRODBECK, 2007).

*estardalhaço mas, simplesmente para metigar o sofrimento da pobreza*²⁶⁶.

A epidemia de gripe espanhola na capital goiana “*acometeu um total de 345 pessoas, atendidas no Hospital de Caridade, das quais trezentas dependeram da ‘caridade pública’, o que consumiu a quantia de cinqüenta contos, cujo crédito foi especificamente aberto para tal fim*”. Deste total de doentes assistidos, 24 faleceram (SILVA, 1999, p. 193).

Os Vicentinos lidando diretamente com os doentes, tornaram-se vítimas em potencial, e segundo o documento acima, eram substituídos por outro à medida que eram acometidos pela epidemia. No Asilo São Vicente de Paulo pelo “*sr. Presidente foi declarado que, não obstante a Junta não haver dado sessões nos dias determinados, por motivos superiores, têm sido tomadas todas providencias pelo bom andamento desta casa de caridade*”²⁶⁷. Pressupomos que tais “*motivos superiores*” se referem à epidemia de gripe espanhola, que grassava toda a velha Goiás.

Ironicamente, o único lugar seguro de que dispunham era o próprio asilo, construído para abrigar os pobres, os doentes e os desvalidos, que poderiam precipitar as epidemias. Durante o ano de 1918, por exemplo, foram internadas 6 pessoas no asilo, número inferior à média de 10,8 internações entre 1909 a 1917²⁶⁸, possivelmente pelo medo de fazer a epidemia adentrar as fronteiras do asilo. Esse cordão de isolamento em torno da instituição se fez sentir até mesmo nas visitas da sociedade vilaboense ao asilo, que eram comumente realizadas dia de domingo, como veremos no próximo capítulo. Em 1918, coincidentemente, não consta na documentação arrolada nenhuma visita ao Asilo São Vicente de Paulo²⁶⁹.

Noutro passo, a insatisfação das Irmãs Dominicanas em zelar tanto pelos loucos, como pelos desvalidos portadores de moléstias contagiosas chegou ao ápice em 1935, manifestando-se em um ofício encaminhado por elas não à Junta

²⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1919.

²⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Junho de 1918*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

²⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929)*. Cidade de Goiás.

Administrativa do Asilo, como era de praxe, mas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, órgão ao qual a Junta Administrativa era subordinada.

Exmos. Snrs.

As Irmãs Dominicanas dedicadas ao serviço da Administração interna do Azylo, por meio desta pedem a esse Conselho, como director supremo desta obra, uma medida que julgam de grande necessidade, para evitar dificuldades que sempre estão apparecendo, medida essa que vem a ser uma prohibição formal de internamento no Azylo de pessoas atacadas de lepra e loucura. Este pedido se basea na affirmativa dos proprios medicos da impossibilidade de taes pessoas em commum com os azylados porque os primeiros trarão o contagio perigossissimo e os segundos, dada a falta de acomodações trarão desordens em todo o estabelecimento. Certas de serem attendidas, desde já apresentam a esse Conselho os mais vivos agradecimentos. Deus guarde V. V. Exa²⁷⁰.

Poder-se-ia supor que as reclamações perante a Junta não surtiram o efeito desejado e, por isso, recorreram as Irmãs à instância superior. Outro fator interessante é a lepra, que foi ressaltada junto com a loucura. Ora, ao comparar a incidência dessas moléstias em termos numéricos – a partir do Livro de Entrada – observa-se que há 51 loucos contra 1 caso de lepra. Contudo, se somarmos os casos de *morphea*, que, como vimos era confundida com a lepra, teremos 6 casos, número também irrisório na comparação. Deve-se atentar, porém, que o registro de lepra ocorreu em 1926, quase dez anos antes do ofício, o que deixa a motivação das irmãs mais inconsistentes no tocante à lepra. Mas é oportuno ressaltar que apenas um caso colocar-se-ia em perigo todos os desvalidos.

Conforme afirmamos páginas atrás, os critérios do asilo no diagnóstico dessas enfermidades no registro de entrada parecem incoerentes, como no caso de Antonio Nunes, cuja primeira entrada no asilo ocorreu em 06 de Janeiro de 1921, com 58 anos, sendo a enfermidade alegada *mudez*. Pouco tempo depois, em março do mesmo ano, ele foi retirado, e retornou em 10 de Dezembro de 1923, já com 60 anos, agora *demente*, sendo novamente retirado em janeiro de 1924. Dez anos depois, eis que o mesmo Antonio Nunes retorna ao asilo, agora com a enfermidade

²⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Oficio das Irmãs Dominicanas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo datado de 7 de Julho de 1935*. Cidade de Goiás, 1935.

*velhice*²⁷¹. A falta de critérios objetivos nos registros de entrada faz supor que os casos de lepra fossem em número maior e só determinado quando os desvalidos já ocupavam seus lugares no interior do asilo.

Em relação aos loucos, este documento descortina a dificuldade em estabelecer lugares apropriados para eles – o do asilo, inicialmente não havia sido construído. Por fim, a intenção do asilo, em colocar sob o mesmo teto indivíduos tão heterogêneos tornar-se-ia uma dificuldade no trato a estes desvalidos.

Ademais, a diversidade de enfermidades impede até mesmo a definição do próprio asilo; com que intenção o Asilo São Vicente de Paulo foi construído? Para quem ele foi construído? Sob a ótica dos seus desvalidos, o asilo mostra a face de uma instituição que aceita todos os tipos de indivíduos – desde que previamente aprovados pela Junta! Era um lugar onde receberiam comida, teriam auxílio médico, por fim, teriam quem lhes valessem.

²⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

CAPITULO III - A ASSISTÊNCIA

O pavilhão construído para abrigar, mais adequadamente, as Irmãs Dominicanas foi inaugurado em 1921. Neste espaço, havia uma sala para o refeitório, outra para servir de gabinete da Madre Superiora, e um terceiro para o dormitório das Irmãs. Media 8 metros de comprimento por 8 de largura. De acordo com os Vicentinos; o pavilhão era *confortavel*, uma vez que possuía “(...) *tamanho regular, as paredes rasgadas de amplas janellas por onde o ar e a luz penetram em grande abundancia (...)*”²⁷².



Fotografia n.º. 9: Refeitório das Irmãs Dominicanas. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

²⁷² ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

Até então, os aposentos das Irmãs se localizavam contíguos aos alojamentos dos desvalidos; o que motivou a reclamação das mesmas; reconhecendo o quão difícil era uma convivência tão próxima aos internos, o então Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, Luis Gonzaga Cardoso Rangel, escreveu:

Tantos pobres, durante o dia, trabalho este que muitos meses se prolonga pela noite a dentro. Com o avultado numero de pobres, com o numero bem regular de crianças, os trabalhos desta respeitabilissimas religiosas dobravam-se, e portanto, era de maxima urgência que tivessem um momento de repouso. Mas como repouso? Impossivel! O seu dormitorio ficava contiguo ao dormitorio dos pobres, na sua maioria cretinos, como já vos disse, e muito bem o sabes, e quantas noites, ou talvez todas, eram acordadas, se é podiam repousar, com os gritos e muitas vezes berros que lhes negavam, portanto os escassos momentos de repouso. Reconheci a dificuldade em que se achavam as nossas benemeritas Irmãs, e commigo reconheceram-nos os meus bondosos companheiros. Expus-lhes o caso, como era de meu dever, e, depois de os ter ouvido, participei á Rv^{ma}. Madre Provincial que a Junta Administrativa havia resolvido cumprir o seu maximo desejo: a construcção de um pavilhão para as Irmãs, inteiramente separado, onde melhor podessem ser observadas as Regras Dominicanas²⁷³, e suas Irmãs pudessem repousar se das fadigas quotidianas²⁷⁴.

Porém, para que chegasse à inauguração desse pavilhão, um interessante processo se desenrolou. Em 02 de Agosto de 1920, a Irmã Superiora “*pedio que se fizesse um comodo para as Irmãs que auxilião os trabalhos do Azylo, comodo este que deverá ser constuido por trás do dormitorio das Irmãs, ficou para deliberar na proxima sessão, depois de ouvir o Conselho Particular*”²⁷⁵. Depois, obedecendo à hierarquia, o pedido foi levado para a apreciação do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, pelo Presidente da Junta Administrativa.

²⁷³ Sobre o trabalho das Irmãs Dominicanas no Brasil ver: LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. Teixeira Vale. *Dominicanas: cem anos de missão no Brasil*. Uberaba-MG: Editora Vitória, 1986.

²⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

²⁷⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

Somente depois de aprovado por esta instância é que as intervenções no asilo poderiam ser realizadas, conforme atesta o documento: *“Por não ter reunido o Conselho Particular no dia 4 do corrente, nada se deliberou sobre a construção do pavilhão para as Irmãs e da divisão no pathio da entrada do estabelecimento, ficando pois para se deliberar na proxima secção”*²⁷⁶. A autorização foi concedida em 13 de Setembro, mais de um mês depois da primeira solicitação²⁷⁷. Por fim, somente em 31 de Outubro é que ficaram *“(…) de tomar providencia afim de dar inicio nos trabalhos do pavilhão contiguo aos commodos das Irmãs”*²⁷⁸.

Neste ínterim, deve-se ressaltar a pressão exercida pela Madre Boaventura, Provincial da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosário de Monteils, que visitou as Irmãs no final de 1920. *“Expoz-me a veneravel Religiosa que, de passagem nesta cidade, (...) tinha mostrado desejo e até pedido que fossem dadas, ás suas Irmãs, que trabalhavam nesta Casa, commodos mais espaçosos e mais retirados (...)”*. O objetivo era somente evitar *“(…) que a vida religiosa não se afastasse da Regra, mas tambem, para que podessem descançar mais um pouco; o que lhes era impossivel, continuando a viver onde estavam vivendo”*²⁷⁹.

Quando estava de partida para Conceição do Araguaia para visitar as outras Irmãs de sua Congregação, a Madre Boaventura, certificou de que a promessa que recebeu para a construção do pavilhão não fosse esquecida.

Em pouco tempo, a construção era levada a cabo. O local escolhido era no braço esquerdo do Asilo São Vicente de Paulo, ao lado do refeitório. No Relatório da Junta Administrativa de 1921, a construção deste espaço ganha um caráter *épico*. Deve-se ressaltar que este período, final da década de 1910 e início da seguinte, foi um dos mais difíceis para a instituição.

O Estado atravessava um momento de imensa carestia que refletiu até mesmo na alimentação dos desvalidos, como veremos mais adiante. Talvez, por isso,

²⁷⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

²⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *“Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”*. Cidade de Goiás, 1921.

a descrição da empreitada para a construção de um simples pavilhão de 64 metros quadrados é feita pormenorizadamente, destacando todas as minudências e possíveis dificuldades enfrentadas.

Nenhum de vós ignora o que seja a construção de uma casa, nos dias de hoje, na nossa terra! Tudo é difícil, desde a mais insignificante taboa para soalho até ao operario mais humilde. (...) O pavilhão construido, apesar de si não ter comprado uma unica pedra para os alicerces, visto haver grande quantidade, justamente no logar, onde foi edificado, apesar ainda de os adubes terem sido todos fabricados aqui no estabelecimento, grandemente [...] por alguns de nossos pobres, que, ora os faziam, ora os transportavam para o logar da construção²⁸⁰.

Até os desvalidos foram utilizados durante a construção do pavilhão para as Irmãs. Apesar de os Vicentinos considerarem *justo* o motivo do pedido das Dominicanas, o documento sugere que aquela não era a melhor época para fazê-lo. A partir do exposto, pergunta-se: partindo do pressuposto que as Irmãs estavam no Asilo São Vicente de Paulo há 11 anos, porque somente em 1920 – em um período de carestia – é que elas resolveram fazer a reivindicação? Esta só foi levada a efeito por causa da presença da Madre Provincial da Congregação, ou esta apenas transmitiu o desejo das Irmãs?

Com efeito, podemos pressupor que a relação entre os Vicentinos, as Irmãs Dominicanas e os desvalidos era bastante conflituosa, apesar de na documentação arrolada haver uma perfeita harmonia entre esses três grupos.

Antes mesmo da inauguração do asilo, em Abril de 1909, a Madre Boaventura mandou uma carta para o Conselho Particular estabelecendo diversas regras que deveriam ser cumpridas pelos Vicentinos; em 1920, coincidentemente, com a visita e o pedido da mesma Madre obrigou os Vicentinos a construírem um pavilhão para as Irmãs; e no decorrer de todo o período, houve diversas ocasiões em que as Irmãs solicitaram aumento salarial.

Contudo, faz-se mister um pequeno retrocesso histórico sobre o início da atuação das Irmãs Dominicanas em Goiás.

²⁸⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

Durante o período imperial o ensino religioso foi paulatinamente perdendo importância dentro das diversas legislações. Com a Reforma Leôncio de Carvalho deixou de ser obrigatório e com o Parecer Rui Barbosa foi regulamentado: deveria ser oferecido pelo ministro de cada culto, após as aulas, nunca com mais de 45 minutos nem mais de três vezes por semana e eclesiásticos não poderiam exercer qualquer função na administração, direção ou inspeção do ensino público em quaisquer níveis. Essa situação justificou o pedido do bispo de Goiás para que as irmãs dominicanas viessem para a região, afinal os católicos não queriam perder sua influência na sociedade, já comprometida pela laicização da escola e a separação do Estado promovida pela República. Outro fator que contrariava muitas famílias era a escola mista, o que tinha a reprovação também do clero católico, que preferia separar as escolas da juventude por sexo (INÁCIO FILHO, 2002, p. 50).

Com este objetivo, as Irmãs Dominicanas partiram de Paris, na França, em direção a Goiás em maio de 1889. Na primeira comitiva vieram 8 Irmãs: Otávia (primeira diretora do Colégio Santana), Estefânia, Catarina, Inês, Antonieta, Isabel, Verônica e Rosa Santana (FERREIRA, 1980, p.61). Esta última foi biografada por Célia Coutinho Seixo de Britto (1983), atentando para o seu verdadeiro nome Rose Pelagie Boissière, nascida em Saint’Clair, Aveyron.

O Bispo de Goiás, Dom Cláudio Ponce de Leon, também desejava que a missão dominicana masculina no Brasil fosse enriquecida com a presença de irmãs dominicanas, pois deseja fundar dois organismos fundamentais para o projeto de evangelização: escola e hospital. Em 1885, por intermédio dos padres dominicanos Dom Cláudio dirigiu um pedido à Congregação de Nossa Senhora do Rosário de Monteilss, congregação de irmãs dominicanas com sede na cidade de Monteilss, França. As congregações religiosas são fundadas dentro de uma determinada finalidade. A finalidade do trabalho apostólico das irmãs dominicanas de Monteilss se enquadrava perfeitamente dentro dos objetivos do bispo de Goiás (SANTOS, 1996, p. 137).

Ademais, as Irmãs Dominicanas trabalhariam “(...) na educação das meninas, uma vez que, na obra catequética, os frades trabalhavam apenas com os rapazinhos” (SANTOS, 1996, 111). Nesta época, a “(...) educação feminina retornava ao interior das casas de família, visto que os pais recusavam-se a deixar

que suas filhas estudassem no Liceu, cujos alunos eram indisciplinados e desrespeitadores” (RABELO, 1997, p. 131).

O Colégio Santana²⁸¹, fundado em Setembro de 1889, no mesmo mês em que chegaram as Irmãs Dominicanas, colocaria fim a esta situação. Entretanto, na Cidade de Goiás, o Bispo Dom Claudio e os Frades Dominicanos, que aqui já se encontravam, esperavam muito mais das Irmãs Dominicanas do que simplesmente o magistério:

O 5 de setembro foi de festas em Goiás. As Irmãs, ao chegarem, foram conduzidas à Igreja da Boa Morte, que servia de catedral. A Irmã Otávia era a superiora. D. Claudio pregou, proclamando o motivo pelo qual tinha promovido a vinda de religiosas. Esse motivo era o de ensinar ao povo a virtude que se dizia impossível: a castidade. Vendo-a praticada, ela seria acreditada e imitada (LLCH, 1976, p. 213).

Como se sabe, o objetivo de Dom Claudio ao trazer, primeiramente, os padres Dominicanos e depois as Irmãs, era o de reformar o catolicismo tradicional, implementando práticas comportamentais, não somente no clero, como na sociedade. Essas práticas visavam, sobretudo, “reformatar a moral do povo cristão, convocando as pessoas para regularizarem os casamentos segundo a legislação eclesiástica” (SILVA, 2005, p. 95). Até então, a prática do concubinato era comum nos sertões do Brasil²⁸², inclusive ao clero, conforme atesta o viajante francês Auguste de Saint-Hilaire, em 1819:

²⁸¹ O Colégio Santana era uma escola de meninas, “que funcionou com internato e externato, e foi frequentada, em determinada época, somente pela elite de Goiás” (VIEIRA, 2007, p.128)

²⁸² “Desde o início da colonização, a Coroa e a Igreja procuravam estimular o matrimônio. À Coroa interessava, através do matrimônio, o povoamento, a manutenção da segurança e do controle, em suma ‘prover a terra com gente principal e honrada’, desestimulando os casamentos inter-raciais, sobretudo de brancos com negros e mestiços, impedindo a formação de um grande contingente de vadios situados fora do sistema escravista. A Igreja, por sua vez, considerava o concubinato uma forma de fornicção, desobediência ao sexto mandamento e, por isso, procurava fazer com que aqueles que viviam ‘como se fossem casados’ legalizassem sua situação através do sacramento católico. Contudo, diversos fatores contribuíam para a raridade dos casamentos. O pequeno número de mulheres brancas fazia com que os homens procurassem as mulheres disponíveis – índias, negras e mestiças – para relações amorosas, mulheres boas para amar, mas não para casar. A pobreza da maioria da população dificultava o casamento em dois aspectos: o alto preço cobrado pelos padres pela celebração da cerimônia de casamento e a ausência de dote. O concubinato tornava-se, dessa forma, generalizado em toda a colônia. Mas não devemos pensar que a prática e a visibilidade do concubinato eram grandes, nem por isso o concubinato era plenamente aceito” (RABELO, 1997, p. 142).

Mas os magistrados e os funcionários de Vila Boa não são os únicos cuja má conduta parece justificar a do povo. Os próprios padres, cuja vida deveria constituir um permanente protesto contra desregramentos que contrariam não só as leis da religião e da moral, mas também o progresso da civilização e a instituição da família e da sociedade, autorizavam por seu mau comportamento a devassidão dos fiéis que lhes estão confiados. Suas amantes moram com eles, seus filhos são criados ao seu redor, e muitas vezes – digo-o com relutância – o padre faz-se acompanhar da amante quando vai à Igreja (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 53).

Durante a segunda metade do século XIX e início do XX, a Igreja Católica exerceu maior repressão aos casos de concubinato envolvendo o clero²⁸³. Os Dominicanos europeus que vieram a Goiás tiveram que se adequar a esta realidade.

Inserido dentro de um clero um tanto relaxado na questão da castidade logicamente os dominicanos tiveram que se preocupar também com esse assunto. Estavam inseridos dentro de um projeto maior de diocese que incluía uma reforma do clero neste aspecto (SANTOS, 1996, p. 35).

E para certificar de que pretendiam mudar os costumes vigentes, assim que se instalaram na Cidade de Goiás, convidaram algumas pessoas para entrar em sua residência mostrando que não havia mulheres (Idem, 1996, p. 35).

É dentro desse contexto que as Irmãs Dominicanas chegam na antiga Vila Boa; pretendendo *purificar* os costumes, servindo de exemplo a uma sociedade, onde a castidade e a fidelidade não eram os seus mais retumbantes predicados. As Irmãs foram recebidas no Bacalhau da Barreira, com “*uma das mais belas recepções já proporcionadas a visitantes na antiga Capital*” (FERREIRA, 1980, p. 63).

Quando o Asilo São Vicente de Paulo estava prestes a ser inaugurado, uma “*comunicação foi feita às Irmãs do Colégio Sant’Ana que devia dar as primeiras Irmãs para administrarem a Obra*”²⁸⁴. Porém, para que as Irmãs fossem trabalhar no asilo, primeiramente precisou da autorização da Provincial Superior da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils, a Madre Boaventura.

²⁸³ Cf. MOREIRA, Wellington Coelho. “Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás (1824-1907)”. In: *II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História UFG/UCG* (Cd-rom). Goiânia: 2009.

²⁸⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

Os Vicentinos fizeram o pedido por meio de uma carta; a resposta foi dada em Abril de 1909, onde consta que o Conselho da Congregação “(...) *acceita as condições dadas precedentemente, pelos S. S. Directores da Conferencia de S. Vicente de Paulo, a respeito do Asylo a abrir em Goyaz*”²⁸⁵.

Entretanto, para a liberação das Irmãs, o Conselho estipulou 8 condições, a saber: as duas primeiras versam sobre a Capela e o nome do Asilo, que, a partir de então, passou a ser denominado de São Vicente de Paulo, conforme discutimos no primeiro capítulo.

A terceira condição salienta que: “*Haverá, no Estabelecimento, um empregado á disposição das Irmãs, para o trato dos homens, se a Directora da Obra o julgar necessario*”²⁸⁶. No Regulamento do Asilo consta um empregado que preenche esses requisitos, trata-se do zelador, sobre quem aprofundaremos no final deste capítulo. Este empregado, pela carta da Superiora da Congregação, teria a função de ajudar as Irmãs no *trato dos homens*, pressupomos, com efeito, que seja no banho daqueles que porventura não poderiam andar.

A quarta condição reza que: “*Além do sustento das Irmãs, a lavagem e a iluminação ficarão a cargo da Obra*”²⁸⁷. Além do salário que receberiam, a Junta Administrativa do Asilo ainda cuidava para que as Irmãs não precisassem se preocupar com os afazeres domésticos – visando a dedicação integral aos desvalidos. Esta condição imposta pelo Conselho da Congregação complementa o que está exposto no artigo 5º do Regulamento: “*O tratamento dos Azylados ficará exclusivamente entregue ás Irmãs Dominicanas para isso contractadas pela Sociedade*”²⁸⁸.

Por conseguinte, a quinta condição estabelece que as Irmãs “(...) *devem se beneficiar gratuitamente dos cuidados do medico do Estabelecimento, assim como*

²⁸⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Directores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁸⁶ Idem.

²⁸⁷ Ibidem.

²⁸⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 03.

dos remedios ordinarios”²⁸⁹. A sexta e a sétima condição, por sua vez, garantem que “*se o pessoal das irmãs aumentar, aumentar-se-á o tratamento nas mesmas proporções*”, e que o “*pagamento deste tratamento far-se-á trimestralmente*”²⁹⁰.

Por fim, a oitava condição versa sobre o valor do transporte de uma Irmã de Paris a Goiás, onde se constatou “*(...) que são precisos oito centos mil reis (800\$000) em, moeda brasileira para a viagem (...)*”²⁹¹. Isso se a “*Companhia das Estradas de ferro continue ás Religiosas o transito gratuito; no caso contrario a viagem de cada Irmã deveria ser paga um conto de reis (1:000\$000)*”²⁹².

Pelo exposto, percebe-se que o Conselho da Congregação das Dominicanas acompanhavam de perto as atividades de suas Irmãs em terras distantes; conheciam os percalços da viagem, e o valor da mesma; o que podemos pressupor que o valor das passagens das Irmãs que trabalhariam no asilo foi pago pelos Vicentinos.

Contudo, deve-se ressaltar o fato das mesmas já estarem em solo goiano, quando da inauguração do asilo, e que elas já desempenhavam seu trabalho no Colégio Santana há vinte anos, no velho casarão do Largo do Chafariz.

As viagens das Irmãs Dominicanas eram pagas pela Junta Administrativa, depois de consultar o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo. Em março de 1923, por exemplo, “*auctorizou a Junta a pagar parcelladamente a seu criterio a importancia de 1:5000\$000 de uma viagem feita de Paris a Cidade de uma irmã deste Estabelecimento*”²⁹³. Porém, o dinheiro somente foi entregue em Julho: “*A Juncta resolve, nesta data fazer a entrega da quantia de 1:500\$000 a irmã Superiora pelo transporte da irmã Elizabete da França até esta Capital conforme deliberação do Conselho Particular*”²⁹⁴. No Relatório da Junta Administrativa deste ano, o Presidente descreveu o pagamento da viagem dessa Irmã em todas as suas minudências²⁹⁵.

²⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

²⁹⁰ Idem.

²⁹¹ Ibidem.

²⁹² Ibidem.

²⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

²⁹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

²⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

Com efeito, o dinheiro para as viagens das Irmãs não eram entregues somente para a Irmã Superiora, também o fazia para os padres Dominicanos, e diretamente para o encarregado do transporte. Em 1911, foi pago 600\$000 (seiscentos mil réis) para o Frei Germano Lech pela “(...) *condução das irmãs do Azylo*”²⁹⁶.

Sete anos depois, o Sr. João Monteiro recebeu 200\$000 (duzentos mil réis) “(...) *pela condução da Irmã [...] do Roncador a esta Capital*”²⁹⁷. No entanto, o caso mais curioso ocorreu em 1941, quando a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo recebeu do tesoureiro da Junta Administrativa a “(...) *quantia de duzentos mil reis (200\$000) para a viagem, ida e volta, de uma asilada, afim de acompanhar uma Irmã até Uberaba*”²⁹⁸.

Isso posto, as oito condições impostas pelo Conselho da Congregação das Dominicanas descortina todo o aparato material de que elas dispunham para realizar o seu trabalho. Seria interessante uma pesquisa mais aprofundada para verificar se no Colégio Santana elas recebiam o mesmo tratamento, posto que, a vinda das Irmãs Dominicanas para Goiás, com o intuito de tornarem-se exemplo de moral para a sociedade vilaboense, logo deu resultado, a saber:

Pela Irmã Superiora do estabelecimento foi participado que a azylada Benedicta Moraes, pretendendo ser freira e tendo ordem da Superiora das Dominicanas de assistil-a, a Irmã Superiora pediu a Junta a competente licença para o referido fim. A Junta aprovou este acto da azylada Benedicta Moraes, ficando autorizado o thesoureiro da Junta, a fornecer a Irmã Superiora o que for preciso p^a. o enxoval da pretendente²⁹⁹.

Com base no exposto fomos atrás de alguma informação sobre a desvalida, que ansiava ingressar nas fileiras da Ordem de São Domingos. Para nossa surpresa nos deparamos com duas desvalidas com este mesmo nome: Benedicta de Moraes.

A primeira cruzou a porta de entrada do asilo em 1916, possuindo 48 anos, oriunda da Canastra e com sintomas de Loucura; cinco anos depois foi retirada pela

²⁹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1911.

²⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1918.

²⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo de pagamento realizado pelo tesoureiro da Junta Administrativa para a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1941.

²⁹⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

filha, voltando em 1935, vindo a falecer um ano depois³⁰⁰. A vida da segunda é um mistério, pois entrou no asilo em 1918, com apenas 15 anos; nenhuma das outras colunas de informações foi preenchida³⁰¹. Tudo leva a crer que a segunda Benedicta de Moraes é que recebeu o apoio dos Vicentinos para tornar-se freira. O fato de não possuir nenhuma informação no registro de entrada pode sugerir, principalmente no quesito *enfermidade*, que a mesma de nada padecia. Infelizmente, não encontramos mais nenhuma referência a esta desvalida na documentação arrolada.

Destarte, depois de feito os ajustes quanto às imposições do Conselho das Dominicanas, foram nomeadas três para exercer o cargo, uma superiora e duas auxiliares. As primeiras foram: a Madre Maria Helena, superiora do Asilo São Vicente de Paulo entre 25 de Janeiro de 1909 e 11 de Fevereiro de 1922, quando é transferida para o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara; a Irmã Isabel, auxiliar no período de 25 de Julho de 1909 a 30 de Agosto de 1920, quando falece³⁰². “A Madre Geral, vendo a debilidade da Ir. Isabel deu uma terceira Irmã que foi Ir. Nazaret”³⁰³.

Esta última, por sua vez, pouco mais de um mês depois de assumir o cargo foi enviada para ajudar no trabalho das Dominicanas em Conceição do Araguaia, sendo substituída pela Irmã Gustavo, que trabalhou no asilo de 28 de Agosto de 1909 a 04 de Novembro de 1912³⁰⁴.

Entrementes, uma das funções da Irmã Superiora era participar das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias da Junta Administrativa do Asilo; fazendo a intermediação entre os problemas do mesmo aos Vicentinos. Era responsável, também, por comunicar sobre a situação dos desvalidos. Em Julho de 1917, por exemplo, pela “Irmã superiora foi comunicado o fallecimento da pobre Hermmenegilda Avila da Cruz ocorrido em 18 do corrente”³⁰⁵. Como explicamos no

³⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁰¹ Idem.

³⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Asilo*”. Cidade de Goiás, s/d.

³⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Asilo*”. Cidade de Goiás, s/d.

³⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

primeiro capítulo, aos Vicentinos cabia prover o asilo em todas as suas necessidades, e às Irmãs o trato aos desvalidos.

Às Irmãs Dominicanas cabia a responsabilidade pelo gerenciamento interno do Asilo São Vicente de Paulo; como receber os alimentos doados, solicitar o que estiverem faltando, coordenar o trabalho das cozinheiras quanto o preparo dos alimentos. Além de estarem, também, sob sua responsabilidade as lavadeiras, as costureiras e o zelador do asilo. Porém, o que mais chamou atenção de todos aqueles que visitavam o asilo, era o modo como as mesmas tratavam os desvalidos:

Tambem, que doce consolação é verem-se aquelas piedosas mulheres – de vestes de lã clara – semeadoras do Bem, irmãs legitimas da Caridade – a deslizarem em passos macios, quaes anjos baixados á terra, por entre mulambos humanos, cretinizados, imbecilizados, de physionomias aparvalhadas, indifferentes, de olhos amortecidos, fixos, como que fitando o infinito, soltando gritos guturaes, roucos, numa vaga impressão de vida! E ellas – as bondosas Irmãs – a acarinharem as crianças, com amor, com paciencia, carregando aos seus seios de virgem os productos innocentes de inconscientes ligações. Quão forte é a Caridade, quão productiva a palavra de Jesus, quão profundo o amor ao proximo dessas Servas do Senhor, tudo abandonando no mundo – affectos – lares – familia – para se dedicarem ao apascentamente daquelle rebanho de que jámais tresmalhará uma ovelha, na certeza da impotencia scientifica de sua cura, na terrivel e dantesca perspectiva de um mal eterno! (AZEVEDO, 1925, p. 97-98).

Ao lidarem diretamente com os *indesejáveis* da sociedade, as Irmãs logo ganharam a admiração não somente dos vilaboenses, como também de todos que visitaram o asilo. Em 1912, por exemplo, quando da sua passagem pelo asilo, os médicos de Manguinhos, Artur Neiva e Belisário Pena, escreveram: “*Não se sabe o que mais admirar: se a desgraça dos infelizes, se a paciencia evangelica das dignas freiras que dirigem a caridosa instituição*” (NEIVA; PENA, 1999, p. 223).

Neste ínterim, há que se aprofundar nas visitas que eram realizadas no Asilo São Vicente de Paulo; de acordo com o Regulamento: “*As communicações com o Azylo só serão feitas das seis horas da manhã as seis horas da tarde, e mesmo durante esse tempo só se permittirá o ingresso de pessoas estranhas, quando*

*munidas de ordem do presidente da junta*³⁰⁶. Ademais, o asilo também aberto à visita pública nos “(...) dias em que a Sociedade de S. Vicente celebrar as suas festas”³⁰⁷.

Havia no portão do asilo “(...) um cofre destinado a recolher as esmolas das pessoas que lá forem fazer suas visitas, devendo ficar a chave do mesmo em poder do respectivo thesoureiro”³⁰⁸, ou seja, a partir do exposto, podemos inferir que sempre que alguém visitava o asilo, fazia sua contribuição material para o mesmo.

Com efeito, nos dias e horários estabelecidos, o asilo era visitado pela sociedade vilaboense. Anna Joaquina, em 5 de Janeiro de 1910, escreveu que “*Nhola com as meninas da escola Mariq.^a e Maria forão no Azilo*”³⁰⁹; essas observações se repetem ao longo de todo o seu Memorial. A veneranda mestra citada no diário de Anna Joaquina é Pacífica Josefina de Castro (Mestra Inhola – 1846-1933), uma das mais reconhecidas mestras da velha capital que, como ensinamento cristão, levava seus alunos a visitarem o Asilo de São Vicente de Paulo (BRITTO, 1983).

*O Azylo continua a ser visitado pelas famílias goyanas e de fora da Capital, louvado seja Deus, todos tem sahido bem satisfeitos, fazendo os maiores elogios as Irmãs, que bem os merecem. Apezar das visitas serem permittidas somente aos Domingos, ultimamente, abri as portas do estabelecimento a pessoas que ainda não o tinham visitado ficaram surprehendidas e sahiaram fazendo uma idéia muito melhor do que suppunhão e ouvirão dizer*³¹⁰.

Esse documento descortina três possibilidades de interpretação: a primeira sugere que o asilo era visitado por várias pessoas, inclusive de outras cidades. Provavelmente, vindo reencontrar seus parentes, uma vez que, como afirmamos no

³⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

³⁰⁷ Idem.

³⁰⁸ Ibidem.

³⁰⁹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 288 (mimeo).

³¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

capítulo anterior, dos 442 indivíduos que se internaram no asilo, 59 cidades ou regiões foram observadas³¹¹.

Porque o asilo atraía tantos visitantes? A grande maioria dos desvalidos, antes de entrarem para o asilo, fazia parte do cotidiano da cidade, e raras vezes eram auxiliados por seus moradores.

Até hoje, ainda presenciamos contristados a scena compangente d'esses infelizes percorrendo as nossas ruas, quaes vias de amarguras, implorando de porta em porta o obulo da caridade publica, expondo a curiosidade do vulgo, uns, as feias chagas que lhe corroem as carnes, produzindo deformidades horrorosas e asquerosas, outros, arrastando-se pelas calçadas cobertos de andrajos; outros, infelizes, em quem a luz da razão nunca dezechou ou apagou-se, servindo de escarneo atravessa garotagem, que os persegue atirando-lhes pedras, escarnecendo de seus aleijões mofando de suas infelicidades³¹².

Motivo de piada, de preconceito e, muitas vezes violentados por serem loucos, idiotas, imbecis e cretinos; uma vez no asilo, eram vistos com o olhar da piedade, da misericórdia, e principalmente, da caridade; a quem creditava a construção do próprio Asilo São Vicente de Paulo.

Novamente, nos deparamos com esta palavra que pairou sobre a História dessa instituição. O discurso caritativo rompeu as amarras do tempo, marcando a atuação dos Vicentinos e das Irmãs Dominicanas. Nos jornais da época da inauguração do asilo, novamente esta palavra – a caridade – aparece:

E ao defrontar os seus olhos, com esses míseros mendigos, neste convívio de infelicidade e de infortúnios, não concentra o seu espirito em doce e piedoso recolhimento da alma – para elevá-lo o seu pensamento até Deus – bem dizer a aquelle que, depois de morrer em uma cruz, para salvação e redempção da humanidade, deixou-nos como penhor seguro, eterno de sua alliança a mais dilecta, a mais amada de suas filhas da caridade. A caridade christã, srs., è a partilha reciproca do amor dos (...) do trabalho; partilha de amor, e nisto vae a grande differença entre a caridade christã e este sentimento de fraternidade tão apregoado pelas seitas philosophicas e até consagrado nas formulas officiaes. Foi Christo, srs., que fez a belleza do pobre e do infortunio – elle fez com que o pobre postasse respeitado pela geração, obrigando os

³¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³¹² GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n.º. 31. 1909, p. 03.

povos a tractarem e se occuparem de sua desdita – o azylo levantarão se em todas as partes e para honrar e servir os pobres forão collocados nestes azylos anjos da caridade, a festa que hoje assistimos n’esta tocante e modesta solemnidade é uma festa de caridade christã, e a Sociedade S. Vicente de Paulo sente se hoje jubilosa em poder apresentar a sociedade goyana a sombra de cuja caridade tem vivido o attestado vivo de seus esforços com a innauguração do presente azilo, vem provar de modo brilhante o quanto podem a vontade e a perseverança alliadas ao trabalho e a fé – Apesar das dificuldades encontradas a todo momento, criadas pelo egoísmo de uns, pelo indifferentismo de outros, e pelo desanimo de muitos, triumphou a Sociedade S. Vicente de Paulo que teve nessa ingente cruzada por guia – a fé; por movel – a caridade; e por escudo, estas palavras gravadas no estandarte dos machabeus: Auxilium Dei³¹³.

A motivação para se visitar o asilo estava na caridade. Observar o imenso edifício, construído especialmente para este fim; o *carinho* com que as Irmãs tratavam os desvalidos; e a luta dos Vicentinos em provê-lo do que necessitassem, refletia o ideal de caridade da Sociedade São Vicente de Paulo.

A partir desse tripé, a funcionalidade do asilo se fazia ecoar por toda a antiga Vila Boa. Os Vicentinos, por sua vez, queriam que a obra mais lapidada da Sociedade São Vicente de Paulo, fosse admirada por todos.

Por isso – e este é o nosso segundo viés de interpretação daquele documento citado páginas atrás – o asilo abriu suas portas, não somente no domingo, como era de praxe, mas nos demais dias da semana, para as pessoas que ainda não o tinham visitado o fizessem.

Ao se deparar com este tripé, todos ficaram surpreendidos e saíram “(...) *fazendo uma idéia muito melhor do que suppunhão e ouvirão dizer*”³¹⁴. Isso, aliás, é um bom indício sobre o que pensava a sociedade sobre este asilo.

Partindo do pressuposto que o asilo foi a obra mais cara da Sociedade São Vicente de Paulo, que muitas festas, leilões, pedidos de donativos, dentre outras formas de arrecadar recursos, foram feitos durante os dez anos da sua construção e, posteriormente, visando a sua manutenção; é de se supor que havia indivíduos que,

³¹³ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n°. 31. 1909, p. 03.

³¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

ou não confiavam nos Vicentinos, ou não viam utilidade para tantos recursos investidos.

Esse segundo pressuposto faz sentido, na medida em que, apesar do asilo ter envolvido todas as Conferências Vicentinas, o mesmo não foi suficiente para retirar das ruas todos os que dele necessitavam.

Nos Relatórios da Junta Administrativa é constante a afirmação de que a cada dia, mais pobres batem a porta do asilo procurando abrigo e que nem todos os pedidos eram atendidos, conforme expusemos no capítulo anterior. No mesmo passo, as Conferências continuaram seu trabalho de socorrer outros necessitados.

Em 1935, a Conferência da Imaculada Conceição assistia 14 pobres³¹⁵. A Conferência de Nossa Senhora de *Sant'Anna*, em 1928, socorria 3 pobres, “(...) *com os quaes se despende mensalmente 24\$000, em alugueis de casa*”³¹⁶. Os inicialmente 40, e depois 50 desvalidos que o asilo mantinha, não correspondia à demanda da Cidade de Goiás.

As Conferências continuaram a fazer o trabalho de pagar alugueis de casas, doar gêneros alimentícios, doar vales em dinheiro, doar roupas, patrocinar casamentos religiosos, patrocinar funerais, dentre outros. Tal fato, por sua vez, inviabiliza o pressuposto que levantamos ainda no primeiro capítulo: o de que asilo foi construído para proteger a cidade das epidemias que esses pobres e doentes, poderiam precipitar.

Para, além dessas considerações, o que os Vicentinos queriam mesmo era a aprovação da sociedade vilaboense, era o reconhecimento de suas ações, engendradas sob a égide da caridade.

Na porta do asilo, juntamente com o cofre, para recolher as doações, ficava um livro onde eram escritas mensagens de quem por lá passou. O elogio ao asilo, na maioria das mensagens, ficava em segundo plano, o primeiro era o labor com que as Dominicanas realizavam seu árduo trabalho.

Este é o nosso terceiro, e último viés para interpretação do documento, a de que todos que o visitaram o asilo saíram levando as melhores impressões, e fazendo

³¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Pobres socorridos pela Conferência da ‘Im. Conceição’*”. Cidade de Goiás, 1935.

³¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Conferência de Nossa Senhora de Sant'Anna*. Cidade de Goiás, 1928.

muitos elogios para as Irmãs, “(...) *que bem os merecem*”, conforme o exemplo que se segue:

*Ao visitar o Asylo de S. Vicente de Paulo (...) cumprimos o grato dever de lançar neste livro a impressão agradável que essa visita nos causou, por ver o zelo verdadeiramente evangelico com que essas piedosas Irmãs de Caridade procuram diminuir a dor dos que vêm em busca de refugio aos seus males e infortunios*³¹⁷.

Ademais, os elogios às Irmãs Dominicanas se repetiam em quase todas as mensagens do livro. Muitos destacavam “(...) *o zelo e carinho que são tratados todos os Asilados pelas Irmãs demonstrando com este acto religioso a fé Christã*”³¹⁸; outros a chamaram de “(...) *verdadeiras Santas de Caridade*”³¹⁹. O reconhecimento do trabalho das Dominicanas no Asilo São Vicente de Paulo extrapolava os muros da própria instituição, alcançando os jornais e até a literatura. Na época da inauguração os jornais noticiaram:

*De ha muito, Snrs, vinha occupando a attenção das conferencias e do Conselho particular da sociedade ‘S. Vicente de Paulo’ a ideia da fundação de um Azylo onde os míseros indigentes encontrassem, alem do pão, do tecto e da roupa, os socorros espirituaes e os cuidados maternas das virtuosas irmãs dominicanas – q suavizassen as agruras da vida d’esses infelizes, privados de todos prazeres e gozos que proporciona a nossa vida social*³²⁰.

Na literatura, o jornalista Juruena di Guimarães (1913- 1980), autor da obra *De binóculo* escreveu uma crônica acerca do trabalho das Irmãs Dominicanas no Asilo São Vicente de Paulo. Escreveu também belíssima crônica sobre a morfética Alcina, que morava próximo ao velho cemitério vilaboense e que passava seus dias de infortúnio à sombra do grande tamboril que havia defronte ao campo santo. Segundo ele, depois da morte da desvalida, no lugar onde ficava, nasceram margaridas brancas. Peço licença para reproduzir a crônica sobre as Dominicanas, pois a mesma contribui para observar o que a sociedade pensava a respeito delas:

³¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929)*. Cidade de Goiás, p. 06.

³¹⁸ Idem, p. 18.

³¹⁹ Ibidem, p. 10.

³²⁰ GL: Documentos Avulsos. *O Lidador*. Ano VI - n.º. 31. 1909, p. 03.

Irmã de Caridade de um hospital, Asilo, Orfanato ou Creche, esta crônica é tua, anjo silencioso do amor ao próximo. Escuta, Irmã, o Natal já passou, trazendo aos homens, às criaturas que ainda crêem um doce desejo de felicidade. A noite mágica desceu embaladora sobre os corações, ninando-os ao toque dos hinos, extasiando-os perante as árvores enfeitadas, dando-lhes momentos de reflexão diante de um presente místico, enganando-os com os votos e sorrisos formais das criaturas. E tu, irmã, que tiveste na sublime noite da cristandade? Ceastes entre cristais e vinhos, frutos coloridos e iguarias saborosas? Recebeste presentes? Conviveste com os teus entes queridos, na doce união de um reunião familiar? – Não, Irmã, nada disto tiveste! Tuas horas foram distribuídas entre o socorrer alguém que sofria e a leitura de uma página do breviário. Na clausura de teu asilo ou hospital, viste chegar a meia noite, hora em que Jesus nascera, segundo a bela e misteriosa lenda, na doce vigília de quem ora ou vela. O mundo, lá fora, vibrou na fanfarra dos clarins comercializados e na fartura das ceias. E tu, donzela que deixaste a certeza dos carinhos da casa paterna pela frieza de um claustro, que tiveste?

Uma criança que necessitava dos teus carinhos, ou um velho que agonizava.

Se não pairasse o teu espírito em regiões tão altas, se um toque divino não houvesse em teu coração, talvez não fosse tão bela a tua noite de Natal!

(...)

Irmã de Caridade do Asilo de São Vicente de Paulo, da cidade de Goiás, és o símbolo que me inspirou esta crônica! (DI GUIMARÃES, 2000, p. 203-204).

Embora oriundas da mesma Congregação, as Irmãs destacadas para o Asilo São Vicente de Paulo, receberam maior reconhecimento que as do Colégio Santana. Ao realizar um trabalho que ninguém se prestaria a fazer, a sociedade vilaboense enxergou naquele exemplo, uma vida pautada pelos preceitos da caridade cristã; o que, conseqüentemente, cumpriu os objetivos de Dom Cláudio ao mandar trazê-las da França.

Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro narra a sua ida, quando criança, ao asilo; lá observou todos os compartimentos, admirou-se com o trabalho das Irmãs, e ao sair, disse ao tio que iria ajudar a mãe a costurar roupinhas para os pobres e “(...) *pagar sempre a mensalidade deste centro de caridade*” (MONTEIRO, 1983, p. 100). A castidade era possível! A caridade, idem!

Os Vicentinos também rendiam louvores à atuação das Irmãs Dominicanas. No final de cada gestão da Junta Administrativa, seja nos Relatórios ou nas Atas, o

trabalho das Irmãs era exaltado. Na última ata da gestão que se encerrou em Julho de 1917, a pedido do Presidente da Junta, foi mandado lavrar:

(...) na presente acta um voto de louvor e agradecimento a Irmã Superiora e as suas auxiliares pela cooperação valiosa e efficaz que prestou a junta, que não podendo ter desempenhado as suas funções se não tiverem tido o apoio moral e material das mesmas³²¹.

Em 1923, o mesmo procedimento se repete: “*Ficou resolvido pela Juncta consignar nesta acta seus votos de agradecimento a Ex^{ma}. irmã Superiora e suas auxiliares pelo esforço e dedicação p’ com a mesma Juncta durante o anno da gestão da mesma*”³²².

Nos Relatórios da Junta Administrativa, no tocante ao agradecimento das Irmãs, isso fica mais evidente, uma vez que, eram lidos nas cerimônias de posse da nova Junta, tendo a presença de todos os Vicentinos, como da sociedade vilaboense, conforme sugerem os documentos:

(...) ainda contava com toda a dedicação e sacrificio das abnegadas Irmãs Dominicanas, que pelos seus serviços [...] e de valor inestimavel constituem verdadeiras columnas desta casa de Caridade e são as mais preciosas collaboradoras numa tarefa tão ardua como é a de administrador³²³.

Superiores a todos os discursos e palavreados, falam muito mais alto as lagrymas surdas e recatadas de sincero agradecimento brotadas espontaneamente em todos estes desditosos asylados, que, encontrados, ás mais das vezes, sem abrigo, aqui veem haurir e reconfortar-se, recebendo caritativamente o pão que lhes mata a fome, o medicamento que lhes cura as feridas não só do corpo como as da alma³²⁴.

³²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³²² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

³²³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

³²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

A idéia de que as Irmãs curavam as chagas do corpo e da alma, e que ofereciam “*socorros espirituaes*”, conforme o documento citado páginas atrás, vem desde a Idade Média, com as Irmãs hospitaleiras, quando as religiosas assumiram a função “*(...) de dar assistência aos doentes, tanto moral como (...) nos tratamentos cotidianos, arranjos, alimentação ou companhia*” (SAUNIER, 1985, p. 194). No Asilo São Vicente de Paulo realizavam o auxílio espiritual junto aos desvalidos; enquanto o auxílio material era dispensado pelos Vicentinos.

Mas se devemos admirar a irmandade de S. Vicente, não devemos menos gratidão a estas irmãs que abandonaram seus lares, suas terras e se consagraram ao bem do proximo. Porque elas, meus filhos, com um salario diminuto fazem para os pobrezitos todos os serviços, tratando de todos, por mais asquerosa que seja sua doença (MONTEIRO, 1983, p. 99-100).

O que nos chama a atenção neste documento e abre a nossa próxima discussão é o termo: “*salario diminuto*”. Embora descritas como santas, caridosas, dentre outros termos, as Irmãs Dominicanas recebiam um salário, além de todo o aparato material fornecido pela Junta Administrativa.

No Regulamento do Asilo, artigo 23, consta que as “*Irmãs encarregadas do serviço interno do azylo vencerão a mensalidade que fôr combinada entre a Sociedade de S. Vicente de Paulo e a Ordem respectiva*”³²⁵.

Este documento, também, embora elaborado meses antes da inauguração do asilo, e já cientes da certeza da liberação das Dominicanas para exercer o trabalho, sugere que a questão salarial seria discutida entre a Sociedade São Vicente de Paulo e a *Ordem respectiva*, ou seja, não havia exclusividade da Ordem Dominicana, podendo ser substituída por outras.

Com efeito, no quesito aumento salarial, houve intensas discussões entre ambas as partes a respeito desse assunto. O salário das Irmãs Dominicanas era de 25\$000 (vinte e cinco mil réis) mensais desde o início dos trabalhos. Quando esteve na Cidade de Goiás, a Superiora da Congregação Dominicana reivindicou, além da construção de um espaço adequado para as Irmãs, um aumento salarial. Em 11 de

³²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

Agosto de 1922, vendo que o pedido não fora atendido: “A *Irmã Superiora* pedio, *augmento de seus vencimentos em vista da solicitude da Provincial, quando por aqui esteve, deliberando a Junta estudar o pedido*”³²⁶.

Como a instância responsável pelo aumento era o Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, o Presidente da Junta Administrativa encaminhou um ofício, em 18 de Agosto, fazendo-o saber dessa reivindicação:

A Junta Administrativa do Asylo em sessão do dia 11 do corrente recebeu da Irmã Superiora do estabelecimento, um pedido de augmento de vencimentos das Irmãs que servem no mesmo, allegando serem diminutos os que vencem – actualmente os quais são de 25\$000 mensaes a cada uma sendo ellas em numero de 4; acrescentando ser esse pedido a reiteração de um igual feito a esse Conselho quando em 1920 por aqui passou em visita a Geral de sua Ordem.

Como seja da competencia desse Conselho e não da Junta a resolução desse pedido (Regulamento art. 23) vimos respeitosamente traser o caso ao seu conhecimento.

*Da justiça do que ellas allegam, esse Conselho em sua alta sabedoria muito melhor do que a Junta poderá julgar, porquanto todos os seus membros são bastante conhecedores dos serviços por ellas prestados nesta casa e de quanto pode valer o trabalho de pessoas que embora com votos de humildade reunam as qualidades que nellas se encontram*³²⁷.

Na reunião seguinte da Junta Administrativa do Asilo, em 05 de Setembro de 1922, o “*Snr. Presidente fez saber a junta ter tomado as providencias em relação a apello da irmã superiora sobre o augmento de seus vencimentos*”³²⁸. Porém, não houve aumento no salário e novamente as Irmãs levaram suas reivindicações a Junta Administrativa, dessa vez de forma mais contundente, por meio de um ofício:

Em cumprimento a uma ordem da nossa Revenda Madre Superiora Geral da Congregação, que esteve aqui em visita ás differentes Casas do Brasil, ha dous annos, e está portanto a par do movimento de cada uma d’ellas, venho apresentar á Ex.^{ma} Junta Administrativa actual d’esta Casa (...) a nova tabella por

³²⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³²⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício encaminhado pela Junta Administrativa do Asilo ao Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 18 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³²⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Setembro de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

que deseja a Rv.^{da} Madre Geral sejam remuneradas as quatro Irmãs empregadas no Asylo.

(...)

Remuneração mensal de cada Religiosa empregada no Asylo São Vicente 50\$000...

Não ha necessidade de explicação nenhuma que da minha justifique as determinações da Rv.^{da} Superiora: Nossa Ex.^{ma} Junta, a par das modificações que soffreram – as passagens no mar – e testemunha ocular do trabalho diario das Irmãs nesta Casa, não extranhará os dados da Rv.^{da} Madre.

Da minha parte reitero, em nome proprio e no das minhas caras Irmãs, nossa constante dedicação e nossa mais profunda estima á Ex.^{ma} Junta por felicidade da qual faço os mais fervorosos votos³²⁹.

De acordo com o documento, a *ordem* para o aumento partiu da Superiora da Congregação, ainda quando em visita à Cidade de Goiás. Pela solicitação de aumento, a intenção era dobrar o salário. Entretanto, no dia 23 de Março, em resposta ao ofício das Irmãs, o “*conselho particular em uma das suas reuniões attendendo o appello da irmã superiora deste Asylo resolveu a elevar a 40\$000 mensaes as gratificações das irmãs deste Estabelecimento a partir do corrente mês*”³³⁰.

O valor, abaixo do solicitado, parece que satisfez as Irmãs Dominicanas, pois de nada reclamaram. No restante da década de 1920, no decorrer da década de 1930, até Janeiro de 1940, o valor pago as Irmãs foi de 40\$000, com um pequeno acréscimo de 10\$000 para a Irmã Superiora do Asilo³³¹.

Para, além do salário, como se sabe, o asilo era o responsável pela saúde das Irmãs Dominicanas, devendo arcar com os custos dos tratamentos médicos. Estes, aliás, também englobavam os desvalidos, cuja saúde também assistida. No que se refere às Irmãs, a primeira a necessitar de aparato médico foi a Irmã Isabel, que já se encontrava debilitada, desde a inauguração do asilo³³².

Em 1917, quando ela adoeceu a Junta Administrativa tomou “*(...) as necessarias providencias para o seu restabelecimento, visto o Sr. Dr. Netto ter-lhe*

³²⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício encaminhado pela Irmã Superiora do Asilo à Junta Administrativa do Asilo, em 1º de Março de 1923.*

³³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.

³³¹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de Janeiro de 1940*”. Cidade de Goiás, 1940.

³³² ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.* Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

receitado diversos medicamentos”³³³. Quando faleceu, em Agosto de 1920, uma sessão extraordinária da Junta Administrativa foi convocada “(...) *pelo snr. Dr. Presidente, afim de comunicar a Junta o fallecimento da Irmã Maria Isabel, e se deliberar sobre o seu funeral, ficando resolvido que as despesas do funeral seria feita por conta do Azylo*”³³⁴. Seu falecimento consternou a Sociedade São Vicente de Paulo:

*No dia 30, por volta das duas horas recebeu os ultimos sacramentos e desde essa hora, apesar da solícita e sabia intervenção do distinctissimo clinico Dr. José Netto de Campos Carneiro, não mais pôde articular uma palavra e nesse mesmo dia ás 11 horas da noite, cercada dos carinhos de suas desveladas irmãs, entregou a alma ao Criador, indo receber a palma de gloria que lhe estava reservado por seus grandes e muitos merecimentos*³³⁵.

Pelo documento, percebe-se que houve, por parte da Junta Administrativa do Asilo, uma preocupação em ressaltar a assistência médica desempenhada pelo Dr. Netto, ou seja, a morte da Irmã Isabel aconteceu por motivos naturais, pela vontade do Criador; não por falta de recursos. Ao mesmo tempo em que a Irmã é vangloriada, nota-se que o Dr. Netto também o é, ao dispensar a ele adjetivos como uma pessoa solícita e “*sabia intervenção*”, além do “*distinctissimo clinico*”.

Um dos Vicentinos mais atuantes, o Dr. José Netto era admirado pela Junta Administrativa. Ele cumpria um dos preceitos do Artigo 20º do Regulamento: “*A junta contractará um medico e uma pharmacia para o socorro dos doentes, pagando mensalmente as visitas que forem feitas e as receitas que forem aviadas*”³³⁶. Porém, no tocante a assistência médica, o asilo não pagava nem as consultas nem os remédios, que eram providos pelo Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara. Em 1914, por exemplo, o Presidente da Junta Administrativa do Hospital era o próprio

³³³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Setembro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³³⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Agosto de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

³³⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*”. Cidade de Goiás, 1921.

³³⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povoá e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

Dr. José Netto³³⁷. Havia também outros médicos que, gratuitamente, assistiam os desvalidos:

Os não menos sinceros agradecimentos aos Ex^{mo}. Snr. Dr. José Netto de Campos Carneiro que, solicita e sabiamente, dispensou todos os seus cuidados á veneranda Irmã Izabel, ao Ex. Sr. Dr. Humberto Martins Ribeiro, que sempre, pronto ao nosso chamado, afim de dispensar seus cuidados aos nossos pobresinhos, o mesmo fazem o Ex. Sr. Dr. Antonio Borges dos Santos que também, todas as vezes, com a [...] boa vontade, nos serve e acode, ao Ex. Sr. Dr. Octavio [...], que apesar de longe, não podemos deixar de, aqui, lhe [...] o nosso agradecimento pela sua nunca excedida boa vontade para com esta casa, á Ex. Junta Administrativa do Hospital de Caridade e ao seu respectivo pharmaceutico Sr. Luis de Camargo, que tão caridosa e promptamente fornece todos os remedios necessarios; ao distincto moço e distincto cirurgião dentista Sr. Joaquim de Carvalho, que não só, aqui veio prestar seus [...] serviços gratuitamente como tambem, gratis nos fornece alguns remedios. Ainda e finalmente agradecermos ao generoso Sr. Dr. Abelardo [...] os revelantissimos serviços que nos tem prestado.

A vós todos, preciosos benfeitores, que desceis do conforto de vossas casas, em procura dos afflictos, com os vossos obulos, com que mataes a fome de tanta pobreza, a vós Ex. Snr. medicos que com os vossos servisos abre um mundo de esperança no coração da pobreza soffredora, a vós [...] Junta Administrativa do Hospital de Caridade, nós vos agradecemos todos os vossos cuidados e beneficios dispensados aos nossos pobres³³⁸.

Os agradecimentos aos médicos que serviam o Asilo São Vicente de Paulo eram sempre lembrados. Os médicos que atuaram nos primeiros anos da instituição foram: o Dr. Paulo Alves, conhecido como o "(...) *caridoso medico dos pobres (...) que alem dos seus gratuitos serviços auxiliou-nos com medicamentos não encontrados nesta praça (...)*"³³⁹; o Dr. Humberto Martins Ribeiro³⁴⁰ e Antônio

³³⁷ Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* n°. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004, p. 94.

³³⁸ ASVP: Documentos Avulsos. "*Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz*". Cidade de Goiás, 1921.

³³⁹ ASVP: Documentos Avulsos. "*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*". Cidade de Goiás, 1916.

³⁴⁰ Humberto Martins Ribeiro (s/d – 27 de Abril de 1947). Médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1910 e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Goiás em 1936. Assim como o Dr. José Netto Campos Carneiro, não casou e nem deixou descendência. Foi Deputado Estadual pela 8ª Legislatura (1917-1920); Vice-Presidente do Estado entre 1929-1930; Presidente do Estado de 11 de Agosto até a Revolução de 30 (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 124).

Borges dos Santos³⁴¹, “(...) *distinctísimos e caridosos médicos, que de boa mente e sempre de graça, olharam os nossos pobres nas suas enfermidades*”³⁴², além de “(...) *prestaram-se com toda caridade aos nossos asylados*”³⁴³; completa a lista o Dr. Jose Netto de Campos Carneiro.

Embora não recebessem nenhum pagamento em vida, depois da morte os médicos eram sempre lembrados com missas pelo sufrágio da alma, o que era comum, conforme salientamos no primeiro capítulo. Em 1917, por exemplo: “*Ficou marcada para segunda-feira proxima a missa que esta junta fará resar na capella deste asylo, por intenção do Snr. Dr. Paulo Alves*”³⁴⁴.

No asilo, os desvalidos eram sempre assistidos pelos médicos, que prescreviam vários medicamentos, em livros destinados para este fim³⁴⁵. Posteriormente, o Hospital de Caridade repassava “(...) *os medicamentos necessarios para os seus doentes, sendo as receitas pontualm^{te} aviadas gratuitamente*”³⁴⁶. Em 1922, a Farmácia do Hospital de Caridade continuava a fornecer “(...) *aos nosso pobresinhos, gratuitamente, todos os remédios*”³⁴⁷.

Além do acompanhamento dos médicos no asilo, os desvalidos também dispunham de internação no Hospital de Caridade, quando era necessário. Mas como o estado de saúde dos desvalidos não era dos melhores, conforme atesta as enfermidades anotadas no Livro de Entrada, isso acontecia com frequência. De

³⁴¹ Antônio Borges dos Santos (s/d – 13 de Fevereiro de 1943, no Rio de Janeiro). Medico formado pela Faculdade Medicina do Rio de Janeiro; Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás; Professor da Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás; Professor da Faculdade de Direito de Goiás; Fiscal do Liceu de Goiás, 1924. Na vida pública exerceu o cargo de Deputado Estadual pela 6ª Legislatura (1909-1912); Secretário de Estado do Interior e Justiça, Maio de 1916 a Julho de 1917; Secretário de Estado das Finanças, Julho a Novembro de 1921; Presidente do Conselho Municipal da Capital, 1924; Senador Estadual, 10.ª Legislatura (1925-1928), eleito em outubro de 1926 na vaga de Miguel da Rocha Lima que renunciou, assume em maio de 1927; Senador Estadual, 11.ª Legislatura (1929-1930). A praça da confluência da Rua 3 com Alameda do Botafogo, em Goiânia, leva seu nome (CAMPOS; DUARTE, 1998, p. 41).

³⁴² ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³⁴³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁴⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Julho de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

³⁴⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Receitas Médicas passadas aos pobres do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1917.

³⁴⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

³⁴⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

acordo com as Atas da Junta Administrativa, em 1915, por exemplo: “*Baixou ao Hospital a 7 do corrente a pobre Claudina de Arruda*”³⁴⁸, menos quinze dias depois a mesma desvalida era novamente encaminhada para o hospital “(...) *para ser tratada*”³⁴⁹. Esta, por sua vez, foi a 93ª desvalida a dar entrada no asilo em 1º de Fevereiro de 1915, com 30 anos de idade, oriunda da Canastra, diagnosticada com cretinismo³⁵⁰.

O fluxo de desvalidos para o Hospital era constante, em 13 de Agosto de 1916: “*Baixou ao hospital de São Pedro de Ancantara a pobre Luzia de Jesus e retirou-se o pobre Celestino Cacão*”³⁵¹, a primeira sofria de idiotia e o segundo de velhice. Neste mesmo ano a Junta Administrativa do Asilo comemora o “(...) *lisongeiro estado sanitario*” do estabelecimento, pois, além da pouca quantidade de óbitos, foram observadas somente “(...) *4 baixas ao Hospital, sendo poucas as prescrições aviadas para doentes da casa*”³⁵².

A relação entre o Hospital de Caridade e o Asilo São Vicente de Paulo ultrapassava os limites do atendimento médico. Em 1917, a Junta Administrativa deliberou sobre a adoção de “(...) *cinco creanças pobres, visto aquelle (o pai) se achar acolhido ao hospital de Caridade*”³⁵³. Isso evidencia que o asilo também servia de apoio para os indivíduos que se encontrava em tratamento no hospital. Ademais, em 1922, a Irmã Maria Helena foi transferida para o Hospital de Caridade.

Esta Irmã foi a primeira Superiora do Asilo, exercendo este cargo até a transferência para o hospital; era descrita como possuidora de “(...) *espírito elevadissimo, cuja dedicação admiravelmente incomparável, que reunindo as*

³⁴⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Junho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁴⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 06 de Julho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁵⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁵¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁵² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916. Observação: este documento também foi citado no início do segundo capítulo.

³⁵³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 17 de Maio de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

qualidades de excelente administradora, sabe alliar a essas a de mãe carinhosa dos infelises”³⁵⁴.

*Conforme preceituam os sabios e bem inspirados estatutos da veneravel ordem dominicana, foi transferida durante este anno a reverendissima Irmã Helena para o Hospital de S. Pedro de Alcantara. A Irmã Helena foi a primeira superiora desta Casa e a sua sahida causou profunda sensação e nem podia deixar de ser assim ser, visto que tão virtuosa dominicana consagrou-se por inteiro a este Asylo, aos seus pobresinhos que a adoravam, e nella viam uma dedicada mãe. (...) Valem, certamente, muito mais os actos de uma religiosa, como a Irmã Helena que durante tantos e tão longos annos devotou todas as cancelas de sua vida a desvalidos e a doentes, a indigentes e a infelizes, a necessitados do corpo, aos falhos de espirito e aos pobres delle. Aquelle aformoseou o mundo, ella salvou e aperfeiçoou os seres humanos que lhe foram confiados, aquelle tornou-se heróe, ella, com suas Irmãs ascenderam a Redemptoras, quase rivaes de um Deus. Aquelle creou uma gloria, ella operou um milagre*³⁵⁵.

Noutro passo, no início do mês de Julho de 1909, poucos dias antes da data para a sua inauguração os Vicentinos pediram para que as Irmãs que cuidariam do Asilo São Vicente de Paulo, dentre elas a Irmã Maria Helena, vistoriassem a finalização das obras. “*Elas vieram ver e acharam a cozinha muito pequena*”³⁵⁶. Na ocasião, as irmãs solicitaram “*(...) também um sanitário, pois ninguém tinha pensado nisto*”³⁵⁷.

Porém, não foi mencionado se acataram a decisão de ampliar a cozinha, ou de construir o sanitário! No dia 18 de Julho de 1909, um fato curioso aconteceu dentro da cozinha, uma tal Bernardina, “*(...) de casa de D. Margarida queimou-se toda*”³⁵⁸. Neste dia havia muita “*(...) gente trabalhando no Azilo novo p^a innaugarar*”

³⁵⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

³⁵⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

³⁵⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁵⁷ Idem, p. 06.

³⁵⁸ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 275 (mimeo).

no dia 25”³⁵⁹, e todos os dias, como de costume, se “(...) fazia a boia para a turma que estava limpando o terreno e roçando em volta”³⁶⁰.

Provavelmente, Bernardina auxiliava na feitura da alimentação dos peões. Entretanto, não sabemos precisar se este acidente ocorreu no dia da visita das Irmãs, e nem se ele influenciou o *diagnostico* das mesmas em relação a cozinha. O fato é que no dia 21 de Agosto desse mesmo ano, “Bernardina morreu de queimadura do Azilo”³⁶¹.

A cozinha, como se sabe, é um espaço importante na engrenagem de assistência de qualquer instituição beneficente: o de preparar a alimentação dos seus internos. E pensando neste pequeno espaço, a cozinha, dentro da grandiosidade da arquitetura do asilo – um dos maiores edifícios do Estado, como afirmou Francisco Ferreira dos Santos Azevedo no primeiro capítulo – podemos aventar a imbricada rede de relações que estabelecia a partir daí.

Com o passar do tempo, a alimentação tornou-se a principal despesa do asilo. Os cargos de cozinheira bem como o horário da alimentação constavam no Regulamento da instituição. Partindo deste pressuposto, como se pensava a alimentação dos desvalidos? O que comiam? Onde compravam os alimentos? Quanto gastavam? O terreno do asilo era usado em favor da alimentação, seja em forma de plantações ou criação de animais? Como lidavam em períodos de carestia? Todos estes questionamentos nos fazem refletir sobre uma das mais importantes e fundamentais formas de assistência: o “*dar o que comer a quem tem fome*”, fundamentada nas palavras de Cristo escritas na Bíblia.

As refeições no asilo, conforme o que estabelecia o artigo 21º do seu Regulamento, eram fornecidas aos desvalidos “(...) duas vezes por dia, em horas que forem determinadas pelas Irmãs, exceptuando-se os casos de enfermidade, em que se deverá observar a prescrição do médico”³⁶². Além de estabelecer o horário

³⁵⁹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 275 (mimeo).

³⁶⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás*. Cidade de Goiás, 1975, p. 06.

³⁶¹ IPEHBC. *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006, p. 278 (mimeo).

³⁶² ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 07.

apropriado para as refeições as cozinheiras estavam, de acordo com o artigo 15º, “(...) *sob a immediata direcção e inspecção das Irmãs*”³⁶³.

Para tentarmos estabelecer algumas considerações sobre a forma de trabalho das cozinheiras, utilizar-se-á as folhas de pagamento dos funcionários do Asilo São Vicente de Paulo. No arquivo da instituição só existem estes documentos a partir de abril de 1934.

Nesta data, por exemplo, havia três funcionárias na cozinha: Francisca Confúcio, cozinheira; Ritta de O. Souza dos Santos, ajudante; e Maria Magalhães, ajudante. O salário da primeira era de 30\$000 (trinta mil réis) e das ajudantes de 15\$000 (quinze mil réis) cada. Este quadro permanece até março de 1935³⁶⁴.

Em abril, Francisca já não consta nos documentos, e Ritta e Maria tornam-se as cozinheiras do asilo, ganhando 25\$000 (vinte e cinco mil réis) cada³⁶⁵. Uma nova ajudante de nome Maria Vieira Ribeiro é incluída no mês de maio de 1935, com o salário de 10\$000 (dez mil réis)³⁶⁶. Por estes indícios, nota-se que quando aumentaram o número de cozinheiras, o valor do salário não acompanhou este processo. Em comparação, o valor pago para as Irmãs Dominicanas, 50\$000 (cinquenta mil réis) para a superiora e 40\$000 (quarenta mil réis) para as auxiliares, era bem superior aos das cozinheiras.

Pela documentação arrolada não se tem notícia de que houve alguma reforma imediata na cozinha logo depois da constatação das Irmãs Dominicanas. Durante os vários anos que se seguiram à sua inauguração, o Asilo São Vicente de Paulo era um imenso canteiro de obras, conforme discorreremos no primeiro capítulo. Porém, somente em 1916, os relatórios da Junta Administrativa do Asilo sugerem a reforma da cozinha, e a “(...) *substituição de diversas peças do vasilhame ali empregado, aumentando-se o numero existente*”³⁶⁷. No quesito vasilhames e

³⁶³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Povia e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

³⁶⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de março de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de maio de 1935*”. Cidade de Goiás, 1935.

³⁶⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

utensílios de cozinha, o Asilo os possuía em grande quantidade desde a inauguração, em 1909, e neste ano foram internados apenas 23 desvalidos³⁶⁸.

A cozinha, por sua vez, já dispunha de 5 dúzias de pratos, entre fundos e rasos; 12 dúzias de colheres, 12 dúzias de garfos; sopeiras, caldeirões, chaleiras, panelas de ferro, fornos para torrar farinha, tachos, bules, chocolateiras, funis, cuscuzeiros, tabuleiros, bandejas, potes, latas para depósito de água³⁶⁹, eram alguns dos utensílios colocados a disposição das Irmãs e das suas subordinadas já no dia da inauguração, e que ao longo do tempo foi-se renovando e ampliando. O forno, por exemplo, só foi comprado em 1913³⁷⁰.

Contudo, mesmo levando em consideração toda a despesa nas reformas e ampliações do espaço físico do asilo, seja com a aquisição de materiais de construção e pagamento de pedreiros e serventes, o custo da alimentação dos desvalidos ultrapassava qualquer outro tipo de despesa. Para se ter uma idéia, entre Julho de 1915 a Julho de 1916 os alimentos adquiridos pelo asilo custaram 4:972\$330 (quatro contos, novecentos e setenta e dois mil, trezentos e trinta réis).

Em comparação com outros gastos, durante o mesmo período, a soma do pagamento dos honorários das Irmãs e empregados juntos somaram 1:736\$020 (hum conto, setecentos e trinta e seis mil e vinte réis); a compra de materiais de construção saiu por 899\$420 (oitocentos e noventa e nove mil, quatrocentos e vinte réis); o pagamento dos operários – pedreiros e serventes – onerou a instituição em 791\$460 (setecentos e noventa e um mil, quatrocentos e sessenta réis); enquanto que com vestuário gastou-se apenas 443\$960 (quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e sessenta réis)³⁷¹.

Há que se ressaltar que no ano de 1916 os leitos do asilo aumentaram de 40 para 50, o que, por sua vez, impactou no valor dispensado a alimentação. Em apenas 7 anos, em 1923 o gasto com alimentação já ultrapassava os nove contos de réis anuais, destinado principalmente para a compra de víveres e pães 6:559\$775 (seis

³⁶⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946)*. Cidade de Goiás.

³⁶⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Mobilia pertencente ao Asylo São Vicente de Paulo, erecto em Goyaz a 25 de Julho de 1909*. Cidade de Goiás, 1909.

³⁷⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Resumo do trabalho realizado pela Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo no período de 25 de Julho de 1912 a 25 de Julho de 1913*. Cidade de Goiás, 1913.

³⁷¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*. Cidade de Goiás, 1916.

contos, quinhentos e cinqüenta e nove mil, setecentos e setenta e cinco réis); compra de carne verde³⁷² 1:798\$100 (hum conto, setecentos e noventa e oito mil, e cem réis); e compra de leite 212\$900 (duzentos e doze mil e novecentos réis)³⁷³.

Para, além desses números, havia os donativos em forma de gêneros alimentícios que o Asilo São Vicente de Paulo recebia com freqüência. Essas doações amenizavam, em parte, o impacto da alimentação no balancete da instituição. Entre Julho de 1915 a Julho de 1916, o asilo gastou quase cinco contos de réis com a compra de víveres, conforme afirmamos no parágrafo anterior, entretanto, neste mesmo período o asilo recebeu, em forma de donativos: 1128 kg de açúcar; 66 kg de café; 89 kg de toucinho; 18,7 kg de carne de porco; 2 kg de manteiga; 527 lt de arroz; 191 lt de feijão; 270 lt de farinha de mandioca; 90 lt de farinha de milho; 150 lt de milho; 20 lt de mamona; 40 requeijões; 2 queijos; 48 garrafas de leite; 5 garrafas de azeite; 36 rapaduras; 20 frangos; 6 leitões; 1 boi; 2 vaca; 1 réstia de alho; 36 caixas de pães³⁷⁴. Já nas compras que fazia nos estabelecimentos vilaboenses de víveres, observa-se a presença constante de: açúcar, banana, farinha de mandioca, arroz, feijão, toucinho, café, farinha de milho, e milho³⁷⁵, além de leite, pão e carne.

O asilo também explorava outras formas de adquirir alimentos que foram integrados à dieta dos desvalidos, como o cultivo de hortaliças e a criação de animais para o consumo. No tocante a primeira, um dos principais impedimentos para a plantação de frutas e verduras no vasto terreno do Asilo São Vicente de Paulo, era justamente a qualidade do solo; era necessário, portanto, “(...) *para o vigor das terras adjacentes ao Asylo, fecundal-as devidamente (...)*”³⁷⁶.

Este problema foi resolvido em 1915, quando conseguiram junto a Intendência Municipal o depósito de humos e adubos em valas preparadas, “(...) *conseguindo assim apropriar a parte direita do estabelecimento a ser já beneficiada*

³⁷² Entende-se por carne verde a carne fresca, que não passou pelo processo de cozimento e nem de preparação para que se conserve por mais tempo como a carne de sol e mesmo o charque.

³⁷³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁷⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

³⁷⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Asilo de São Vicente de Paulo comprou à Manoel Lemes Borges*”. Cidade de Goiás, dec. 1920.

³⁷⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

com plantações”³⁷⁷, como sugere a fotografia abaixo. Os louros dessa iniciativa logo seriam colhidos. Em 1923 o asilo já somava à sua receita o valor de 207\$500 (duzentos e sete mil e quinhentos réis) provenientes da venda de hortaliças³⁷⁸.



Fotografia n.º. 10: Quintal do Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Ainda em 1916, foi “(...) *construída uma casinha no interior do Asylo para acomodação de aves e animais ao consumo*”³⁷⁹. Estes animais de consumo eram, principalmente, galinhas e porcos; que eram mais comumente vistos nos quintais das *gentes* de Goiás, e ainda hoje o é, em algumas regiões do Estado.

³⁷⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

³⁷⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz..* Cidade de Goiás, 1923.

³⁷⁹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

Por estes indícios, portanto, percebe-se como era a dieta dos indigentes, que por sua vez, devido a regularidade com que se mantém ao longo dos anos, pode-se estender para toda a sociedade da antiga capital de Goiás, como sendo a dieta básica do vilaboense, constituída, principalmente, de arroz, feijão, farinha de milho e de mandioca (matéria prima para o cuscuz, uma vez que o asilo possuía uma cuscuzeira), leite, pão, verduras, frutas, carne de porco, de frango e de gado, além do cuscuz feito com a farinha de milho e de mandioca, já que asilo possuía uma cuscuzeira.

A historiografia que aborda a alimentação nas terras goianas ainda está muito limitada. Neste universo destacam-se apenas dois trabalhos: “*As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás – 1835-1843*”, de autoria de Cristina de Cássia Pereira Moraes (1995); e “*Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*” de Sônia Maria de Magalhães (2004). A principal fonte que se utilizam as duas autoras são os mapas de dietas do Hospital São Pedro de Alcântara.

Ademais, a partir dos estudos destes mapas de dieta, restrito ao universo do hospital, é que “(...) conhecemos a alimentação da maioria da população”. Os enfermos comiam, basicamente, “(...) a carne de gado, verde e dita seca - mais consumida na região - e também a de galinha, havendo diferença entre frango e galinha, geralmente usada para caldos e canjas”. Além do mais, usava-se “(...) também muito arroz, feijão, toucinho, farinha de milho e de mandioca e açúcar mascavo em torrões. Evitavam-se os legumes cozidos em água por que causavam dores de barriga (...) Poucos se aventuravam a comer verduras”. Para a autora a consequência principal, “(...) desse quadro alimentar deficiente eram as epidemias”. (MORAES, 1995, p. 85-86).

Nesta perspectiva, ao avaliar o valor nutricional da dieta dos vilaboenses e relacioná-las ao quadro nosológico da cidade, MAGALHÃES vai ainda mais longe. Além de ressaltar que gêneros alimentícios “(...) como mandioca, milho, arroz e carne-seca, certamente saciaram a fome de muitos, mas em longo prazo se revelaram como responsáveis por várias endemias³⁸⁰”. (2004, p. 157). Ademais, a

³⁸⁰ A autora sustenta que a “(...) deficiência energético-protéica está quase sempre associada a outras formas de desnutrição causadas pela falta de alguns nutrientes, destacando-se a hipoavitaminose A, o bócio e a anemia. A cegueira (acentuada redução da perspicácia visual noturna), por sua vez, é atribuída à carência de vitamina A, que acomete a retina, a conjuntiva e a córnea. Os goianos também estavam propensos a essa avitaminose porque ingeriam quantidades insuficientes de legumes

“pesquisa confirmou, a estreita relação entre má nutrição e a grande incidência de debilidade mental, tão comentada nas literaturas dos militares, viajantes e administradores que visitaram Goiás” (2004, p. 159). Nas considerações finais a autora ainda salienta que a *“correlação entre má nutrição e doenças pode ser considerada como justificativa plausível para o grande número de dementes naquela sociedade”* (2004, p. 221).

Como observamos no capítulo anterior foram várias as tentativas da historiografia em justificar o grande número de bobos, dementes, idiotas, cretinos, dentre outros, que perambulavam pelos becos e vielas da antiga Vila Boa. O uso do mercúrio, os casamentos consangüíneos, a água salobra, e a alimentação foram hipóteses levantadas para explicar a questão.

Pelo exposto percebe-se que a alimentação pouco mudou do início do século XIX para o início do XX, a base era a mesma, arroz, feijão, carne, leite, farinha de mandioca e farinha de milho. Ora, não é preciso refletir muito para que se chegue a conclusão de que esta dieta é, atualmente, corriqueira no prato de milhões de brasileiros, e nem por isso nosso país é conhecido como a *“terra dos bobos”*, tal como a Cidade de Goiás.

Os alimentos que compõe a dieta do Asilo São Vicente de Paulo são, na verdade, ricos em nutrientes. O arroz, por exemplo, é rico em amido, ferro, vitaminas B e proteínas. O feijão, por sua vez, é um dos vegetais onde mais se concentra proteína, além de ferro e outros minerais que são essenciais para que o organismo

e verduras. O desabastecimento de sal marinho consistiu num dos grandes problemas de Goiás ao longo do oitocentos, todavia, só mais tarde, com a identificação das vitaminas graças ao desenvolvimento da ciência da Nutrição, é que foi possível avaliar o impacto dessa carência crônica e severa de iodo por meio da endemia bociosa e do cretinismo. O arrefecimento dos hormônios tireoidianos na fase intra-uterina ocasiona lesões nas células sensoriais da papila acústica e nas do sistema nervoso. Os resultados desta má-formação são nascimentos de nenês com surdo-mudez congênita, várias manifestações neuro-musculares e deficiência mental. A anemia, por exemplo, relaciona-se à insuficiência de ferro agravada geralmente por vermes como a ancilostomíase. Estudos realizados na década de 1980 mostraram que, embora a quantidade média de ferro na dieta do nordestino fosse satisfatória, este era pouco assimilado pelo organismo porque provinha em grande parte dos vegetais. Ainda que seja difícil de ser percebida em adultos, a má nutrição de proteínas pode ser notada por meio dos sintomas de apatia, depressão mental, letargia e lassidão” (MAGALHÃES, 2004, p. 158-159).

funcione bem³⁸¹. Já o leite é rico em cálcio e fósforo, o que o faz indispensável para a boa formação dos ossos e dentes, além de conter a vitamina A, essencial à visão³⁸².

O pão, que alimentava os desvalidos todos os dias, é constituído de carboidratos e proteínas, e também por conter quantidades elevadas de sódio, cálcio, fósforo e potássio³⁸³. O milho possui vitamina B, além de outros nutrientes³⁸⁴.

A mandioca contém grandes quantidades de vitaminas do complexo B, principalmente a B3, além de potássio³⁸⁵. A carne das aves é altamente nutritiva, com muita proteína, ferro e fósforo, além de conter pouca gordura³⁸⁶.

A carne suína é rica em ácidos graxos, vitaminas do complexo B e diversos minerais³⁸⁷. Por fim, a carne bovina é rica em proteínas, fósforo, ferro e vitaminas do complexo B³⁸⁸. Eis o cardápio dos desvalidos de São Vicente de Paulo e os seus respectivos valores nutricionais, isso sem considerar as frutas e as verduras plantadas na própria instituição! Ou seja, não se justifica relacionar esta dieta aos diversos casos de doentes mentais na Cidade de Goiás.

Entretanto, a carne bovina não era utilizada somente em forma de charque, ou seca, depois do processo de salgar e secar a carne, para aumentar o seu período de conservação, o que por sua vez, elimina suas propriedades nutritivas. Utilizava-se, também, a “carne verde”, aquela recém abatida, contendo todos os nutrientes, como demonstra uma interessante discussão acerca do valor de venda deste tipo de carne para o asilo.

³⁸¹ <http://saude.terra.com.br/interna/0,,OI920317-EI1501,00-Confira+as+propriedades+nutricionais.html> Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸² <http://comendobem.wordpress.com/2008/08/30/saiba-mais-leite/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸³ http://www.findyourself.com.br/site_antigo/boletins/nutricao/c_pao.html - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁴ “O milho também é rico em ácidos graxos insaturados, como o oléico e o linoléico, assim como em vitamina B. A fibra do milho favorece a digestão e reduz os níveis de colesterol, previne a constipação e aumenta a sensação de saciedade, muito útil para dietas com baixas calorias. O consumo de milho é também aconselhável para pessoas que sofrem carência de magnésio e de outros minerais como o cálcio, o fósforo e o potássio. Este rico alimento nos oferece o betacaroteno como antioxidante, recomendado na prevenção do câncer” (http://www.saudenalata.com.br/saud_nutri.html - Consultado em 12 de Janeiro de 2010).

³⁸⁵ <http://comendobem.wordpress.com/2008/05/09/aipim-mandioca-macaxeira-como-comprar-escolher-conservar-usar-congelar-beneficios-propriedades/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁶ <http://comendobem.wordpress.com/2008/03/02/frango-propriedades-beneficios-conservar-conservacao-comprar-escolher/> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁷ http://www.agais.com/telomc/b00907_caracteristicas_carnesuina.pdf - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

³⁸⁸ <http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/4581> - Consultado em 12 de Janeiro de 2010.

Em 4 de abril de 1923 o Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo, o Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, recebeu um ofício do Procurador Fiscal da Cidade de Goiás, versando sobre o seguinte assunto:

*Tendo de proceder-se a inquérito administrativo para verificar a ocorrência denunciada a esta Repartição pelo cidadão Thomaz de Oliveira Lobo de estarem alguns marchantes vendendo carne verde por preço menor do que o convencionado, indicando o nome de V. S. como testemunha do facto, convido-lhe para comparecer amanhã ás 11 horas na mesma Repartição afim de prestar o seu depoimento*³⁸⁹.

Dois dias depois de notificado o Presidente da Junta respondeu a intimação em forma de uma carta, o que pressupõe que o mesmo não compareceu no dia e horário estipulado pelo Procurador Fiscal. Na dita carta o Sr. Umbelino esclareceu que ele próprio “(...) informou ao mesmo cidadão Thomaz o preço da carne que o sr. João Pinheiro está entregando ao Asylo, regular ser de quinhentos réis o kilo”³⁹⁰. Para complicar o imbróglio o Presidente da Junta afirmou que o Asilo São Vicente de Paulo não comprou nenhum quilo de João Pinheiro, e que o seu fornecedor de carne verde é o Thomaz; segue a explicação:

*O que se passa com o Asylo é o seguinte: Foram-lhe offertados em donativos, pelo srs. João Pinheiro e Antonio Pereira da Lagoinha, um boi de cada um e pelo Cel. André de Alencastro uma vacca de corte. Não sendo o estabelecimento aparelhado para abatimento de rezes para o seu consumo, o Thesoureiro do mesmo as entregou ao sr. João Pinheiro para cortar-as como suas, ficando convencionada a entrega ao Asylo de 220 kilos de carne verde, que este os requisitaria, por meio de vale, diariamente, á medida que fosse sendo necessaria para o seu custeio até completar a quantidade convencionada*³⁹¹.

Por este documento percebe-se que as rezes ofertadas vivas ao asilo eram entregues para pessoas responsáveis por abatê-los e enviar a quantidade de carne

³⁸⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ofício enviado ao Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, Presidente da Junta Administrativa do Asilo, solicitando seu depoimento a respeito da venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923.

³⁹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a ofício enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923, p. 01.

³⁹¹ Idem, p. 02.

para o estabelecimento. Ora, o asilo recebia donativos dos mais variados tipos, principalmente no que concerne a alimentação, como atestamos em um documento exposto páginas atrás, e comumente via-se doação de vacas, bois, porcos, aves, dentre outros³⁹²; o que torna este tipo de acordo muito apropriado. Por outro lado, o documento demonstra que o consumo de carne verde era diário; conclui-se então que isto tornava a dieta dos desvalidos mais nutritiva.

Por conseguinte, se o consumo de carne verde era comum – diário – no asilo, pode-se presumir que também o era na sociedade vilaboense. É muito pouco provável que se abateria um boi ou uma vaca diariamente somente para tirar alguns quilos para o asilo. Havia o consumo! Isto reforça a nossa hipótese de que a alimentação nas primeiras décadas do século XX não influenciou no aumento do número de idiotas, dementes e cretinos; mesmo porque houve um aumento deste tipo de doença, que pode ser observado pela crítica de Pedro Ludovico Teixeira no seu Relatório em 1933, como destacamos no capítulo anterior.

Porém, a causa primária de toda esta contenda é o valor do preço da carne verde, o que nos faz aventar que havia uma espécie de tabela que regia o preço dos alimentos, e que não se podia vender abaixo do valor estipulado, conforme esclarece o restante do documento:

Acontece que, em conferencia com o Thesoureiro da Junta, calculamos os preços actuaes de um boi por cincoenta mil réis, um inferior por quarenta mil réis e uma vacca por trinta mil réis que deveriam prefazer um total de cento e vinte mil réis, do qual deduzida a quantidade de dez mil réis paga a José Baptista, de condução das duas rezes, ficaria o gado calculado em cento e dez mil réis que, divididos por 220 kilos viriam estes corresponder ao preço de quinhentos réis cada um, não querendo entretanto isto dizer que o Asylo tenha comprado carne ao sr. João Pinheiro e sim recebido delle aquella de suas proprias rezes que gentilmente lhe foram dadas pelos seus caridosos cooperadores, facto este que vem se reproduzindo a muitos annos³⁹³.

³⁹² ASVP: Documentos Avulsos. *Contabilidade do “Caixa dos Pobres” donativos encaminhados para o Asilo São Vicente de Paulo entre Julho de 1926 a Fevereiro de 1927, contendo o dia, o mês, o nome do doador e o que foi doado.* Cidade de Goiás, 1926-1927.

³⁹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a officio enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado.* Cidade de Goiás, 1923, p. 02 e 03.

O motivo da revolta de Thomaz de Oliveira Lobo, fornecedor de carne verde para o asilo, era o fato de que o mesmo estava “*comprando*” a carne por um preço bem inferior ao estipulado. Ser o fornecedor de qualquer alimento para o Asilo São Vicente de Paulo deveria ser um negócio muito bom, pois era religiosamente pago em dia, conforme atesta a contabilidade da instituição³⁹⁴.

Para se tornar um fornecedor do asilo primeiro passava-se por uma espécie de *licitação* no qual era escolhido o que oferecesse o menor preço. “*Foi apresentada e aceita por ser a unica, um fornecimento de carne verde a este asylo, a partir de 1º de Outubro vindouro. Nessa proposta o seu signatario oferece melhores vanttagens do factual fornecimento*”³⁹⁵. Pelo exposto, percebe-se que houve um período para que se enviassem as propostas, e neste caso foi somente uma a interessada. Outrossim, houve casos em que havia um fornecedor, e que mesmo assim outras propostas foram feitas ao asilo; neste caso comunicava-se o atual fornecedor: “*Obter do fornecedor de pão ao Asylo, uma [...] na importancia do fornecimento, visto já ter tido a Junta, proposta para fornecimento de pão com diferença de 20% do preço porque está sendo fornecido*”³⁹⁶. Na reunião seguinte foi comunicado pelo tesoureiro que “*(...) o fornecimento de pães continua a ser feito pelo actual fornecedor visto ter o mesmo declarado que a diferença de 20% vem sendo feita desde a junta anterior*”³⁹⁷.

Por fim, completava a dieta dos desvalidos do Asilo São Vicente de Paulo uma colméia e um parreiral. A idéia para que o asilo possuísse uma colméia partiu do

³⁹⁴ O pagamento dos serviços prestados ao asilo era religiosamente pago, e havia, por parte dos vicentinos, uma preocupação exacerbada com este assunto: tudo era documentado, passava por ata, virava relatório, e qualquer vale, de qualquer quantia, era guardado em um arquivo. Durante uma *faxina* realizada pelas Irmãs Dominicanas na década de 1970, conforme mencionamos no primeiro capítulo, e da qual resultou na queima de mais da metade da documentação ali existente, percebe-se que toda a vida financeira do asilo permaneceu intacta. Um dos arquivos da instituição foi organizado da seguinte forma: “*O secretario querendo por em ordem o archivo, pediu ao Snr. Presidente para que tomou as providencias necessarias afim de que lhe fosse entregue todos os documentos e demais papeis que o constitue, visto como só encontrara os da gestão do Snr. Martins da Costa e Emilio Povia. Ficam resolvido aquisição de uma commoda para a Capella, afim de se utilizar de um dos armarios q’ está no salão para o archivo*”. ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Setembro de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

³⁹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

³⁹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916*. Cidade de Goiás, 1916.

Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, mas somente foi realizada em 1915, por que foi doado 200\$000 (duzentos mil réis) para a compra de colméias, conforme nos relata o documento:

Tendo conhecimento de que havia um deposito no caixa a quantia de 200\$000 doados ao Asylo exclusivamente para aquisição de colmeas, tratei de satisfazer a vontade do doador. Por informações colhidas, soube que em Morrinhos havia apicultor. Escrevi ao Snr. Joaquim Perssé para me informar do preço de cada colmea e qual o melhor [...] de transportal-as. Depois de algumas dificuldades, por causa de [...], a 13 de Junho o Asylo recebia as colmeas enviadas pelo mesmo Snr. Perssé. Para conserval-as foi necessario fazer-se um estaleiro, cujos pés são resguardados por vasos com agua, sobre um pequeno alicerce, e, para abrigal-as do sol abrazador, um telheiro com [...] de cumprimento por 3,50 m de largura. Com a aquisição das colmeas satisfiz 2 desejos, um do doador e outro do S. Ex. Rev.^{mo} Snr. Bispo Diocezano que há muito empenhara para que o Azilo tratasse de apicultura³⁹⁸.

Depois de instalar as colméias, construir todo um aparato para que garantisse uma boa produtividade foi inaugurada solenemente a nova empreitada do asilo. Na oportunidade reuniram-se diversas pessoas no pátio, e junto com o Bispo, idealizador primeiro da colméia, as mesmas foram bentas, contando até mesmo com paraninfos:

Estando de partida S. Ex. Rev.^{mo} Snr. Bispo Diocezano (...) convidei-o para dar a benção as abelhas (...). Serviram de paranyphos para as abelhas as Exc.^{mas} Snr.^{ras} D.^a Raymunda Gomes da Silva, Diva Caiado Jardim, Irmã Maria Thomazia, Superiora do Collejo “Sant’ Anna”, e Irmã Maria Helena, superiora desta casa (...)³⁹⁹.

Um ano depois, em 1916, a nova Junta Administrativa do Asilo ressaltou as modificações realizadas no “colmeal”, que “(...) foi beneficiado com a reforma completa dos estaleiros e provido de novas colleções de alças, construidas pelo *systema* dos melhores autores, dando às novas habitações das abêlhas formas de

³⁹⁸ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

³⁹⁹ Idem.

elegante apparencias (...)”. No final o documento enfatiza que naquele ano foi “(...) *produzido uma pequena colheita de mel*”⁴⁰⁰.

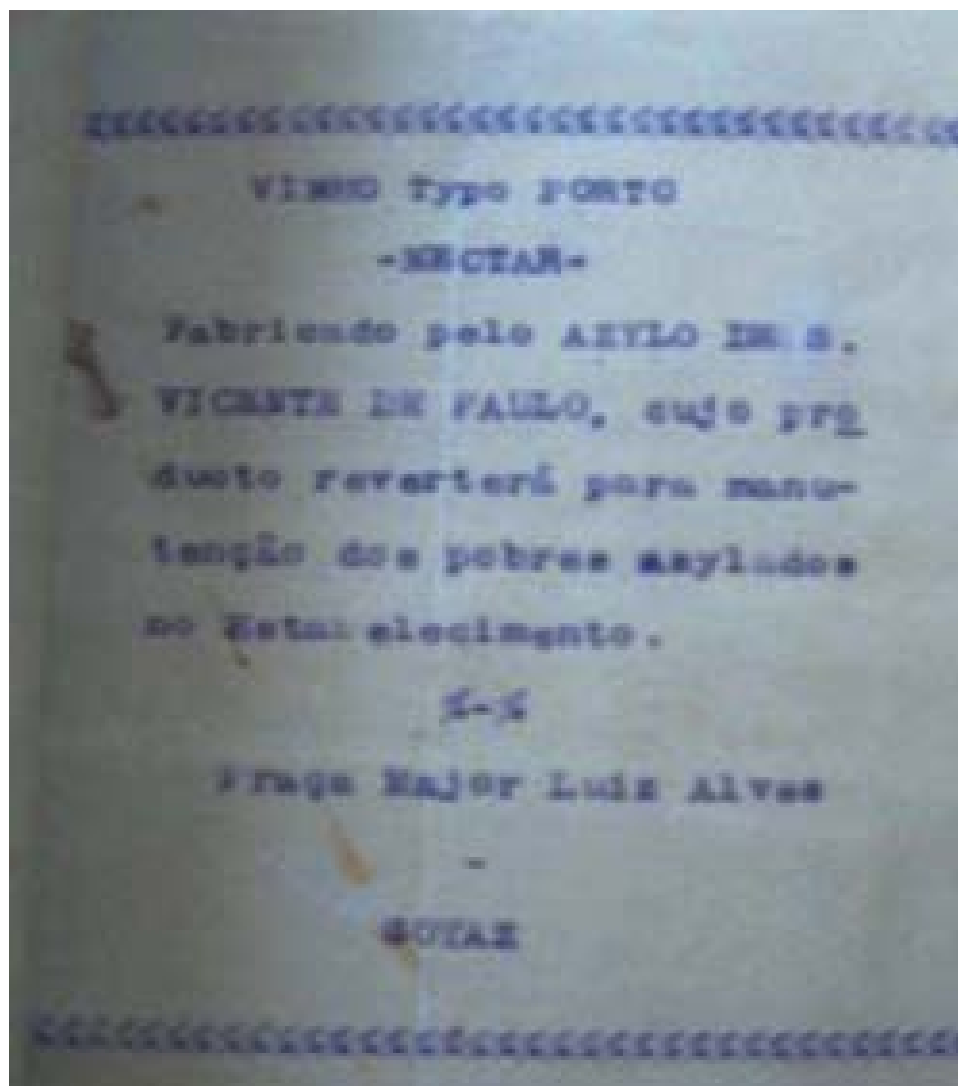
Em relação ao parreiral, ele se localizava nos fundos do asilo. Em 1915 houve uma ampliação no terreno dedicado às uvas. “*Para augmentar o cultivo das videiras, construiu-se em continuação, uma latada de arame com 16 metros de comprimento por 6 de largura, que já está produzindo fructos*”⁴⁰¹.

Um ano depois, em 1916, foi realizada nova ampliação, incluindo a reforma da cerca de arame, que possivelmente, protegia os frutos tanto dos desvalidos, quanto de algum outro que tentasse furtá-las⁴⁰². A principal utilização das uvas era na fabricação de vinho tipo Porto, que era comercializado para angariar fundos para a manutenção dos desvalidos, conforme atesta o documento:

⁴⁰⁰ ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁴⁰¹ ASVP: Documentos Avulsos. “*Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915*”. Cidade de Goiás, 1915.

⁴⁰² ASVP: Documentos Avulsos. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.



Fotografia nº. 11: Panfleto de venda de vinho tipo Porto fabricado no Asilo São Vicente de Paulo. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Venda de vinho do tipo Porto fabricado no Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Noutro passo, no final da década de 1910 e início da década de 1920, pela documentação arrolada no Asilo São Vicente de Paulo, se tem notícia de um período de muita carestia. Não se sabe precisar, ao certo, os motivos sociais ou econômicos que influenciaram neste episódio, nem se ele foi restrito somente a Cidade de Goiás.

Vários poderiam ser os motivos que culminaram com a carestia de alimentos, como uma seca prolongada, falta de produtos para abastecer o mercado interno, dentre outros. Porém, podemos pressupor que, este período, coincide com as greves e manifestações operárias, reivindicando melhores condições de trabalho, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. “*Esses acontecimentos foram*

impulsionados pela carestia, ocasionada, em parte, pela Primeira Guerra Mundial, bem como pela influência da Revolução de Outubro, na Rússia” (BARROS; MACHADO, 2006, p. 84).

Surpreendentemente, o período de 1918 a 1923, foi marcado pela maior arrecadação de receita do Estado, desde o início da República; e em 1919, ocorreu a maior exportação de gado até então (TEIXEIRA, 1933, p. 167-168). Entretanto, o que se pretende ressaltar é que, nestas circunstâncias, o discurso caritativo transforma-se em preocupação:

*De julho de 1920 a esta data foram admittidos 15 asylados sendo 4 homens, 3 crianças e 8 mulheres.
No decorrer do anno falleceram 8 pobres sendo hum homem, uma criança e seis mulheres.
Retiraram-se por vontade propria 4 pobres: 2 homens e 2 mulheres
Numero de pobres existentes 56 assim distribuidos:
Homens – 9
Mulheres 32
Crianças 15 das quaes 9 pertencem ao sexo masculino e 6 ao sexo feminino.
Destas 15 crianças; 5 frequentam a escola, sendo 3 meninos e 2 meninas.
Alem disto fornece o Azylo diariamente o almoço e o jantar a 4 familias pobres da vizinhança.
Pelo quadro comparativo dos annos anteriores podeis verificar, que nunca o numero de pobres se ergueu a tanto, o que, portanto, justifica, alem da carestia de generos, a razão da elevada quantia paga, durante este anno, ao nosso fornecedor⁴⁰³.*

Nota-se a preocupação dos gastos com a alimentação. O número de desvalidos beneficiados era contabilizado, até mesmo os que almoçavam e jantavam a custa da instituição, como no caso das quatro famílias pobres que moravam nas redondezas do Asilo São Vicente de Paulo.

O ocorrido se justifica pelo alto valor pago aos alimentos, pelo decréscimo nas doações, conseqüências imediatas em qualquer período de crise econômica, como atesta o documento que refere-se a Junta Administrativa de Julho de 1920 a Julho de 1921:

⁴⁰³ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

Com a alimentação, durante este ano gastou a junta administrativa a quantia de (...) 8:813,350 réis já foram pagas ao nosso fornecedor, o digno e [...] confrade Manoel Lemes Borges, do que passou recibo que aqui está incluso. A somma é, como vêdes, avultada, porem, como sabeis por experiencia propria, os generos alimenticios estão elevadissimos, comparando-os com os dos annos anteriores, excluindo a administração anterior que teve de lutar com a grande crise alimentar que durante longos meses trouxe um desassossego a familia goyana. Convem frizar que as esmolas em generos, que sempre foram avultadas, este anno, foram muito resumidas, como podereis ver pelos talões apresentados e que [...] estão englobados⁴⁰⁴.

Falta de alimentos, e o elevado preço dos mesmos, a queda nas doações, a crise que “*trouxe um desassossego a familia goyana*” eram indicadores de que necessitava realizar mudanças na forma de gerenciar os gastos do Asilo São Vicente de Paulo, a começar pela paralisação das obras no prédio:

Nada houve de anormal durante o nosso ano compromissal, nenhum augmento do predio foi possivel faser, mau grado a necessidade premente que há de ser augmentado, devido á penuria de recusos dos nossos cofres. A crise economica que avassala e afflige o Estado de Goyaz, contribuiu grandemente para que os nosso cofres ficassem quase sempre vasis, impedindo, portanto, que se transformassem em realidade tudo o que tínhamos pacientemente planejado⁴⁰⁵.

Ademais, durante o período da crise, que durara meses, algumas vezes se levantaram contra grupos de internos, como no caso das crianças, cujo aumento foi considerável em 1922, como corrobora o documento:

*Movimento dos Pobres
Há actualmente neste Asylo 65 pobres.
Homens: 5
Mulheres: 48
Crianças do sexo masculino: 12
Entradas durante este anno: 12
Sahidas: 4
Mortes: 10*

⁴⁰⁴ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

⁴⁰⁵ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

*Como vistes, senhores confrades, o movimento de creanças é bastante notável e muito maior seria, se pudsemos asylar todos aquelles que de auxilio necessitam. Faltam-nos os commodos, faltam-nos tambem os meios para poder receber mais pobres, visto que a despêsa com a manutenção é grande*⁴⁰⁶.

A solução encontrada pela Junta Administrativa do Asilo foi sugerir urgência na “(...) *criação de um orphanato*”; nesta empreitada foi usado como estratégia do convencimento, o fato de que o orfanato era a última vontade do “(...) *grande amigo desta casa, de amigo e pai dos pobres, o distinctíssimo medico José Netto de Campos Carneiro, se converta em realidade, a fim de que, em breve, possamos ver na nossa Capital um abrigo seguro para a infancia desvalida*”⁴⁰⁷.

Conforme observamos páginas atrás, as crianças eram mandadas ao Asilo São Vicente de Paulo sob vários motivos: a pedido de um Juiz de Órfãos, a pedido de um pai que estava internado no hospital e não tinha com quem deixar os filhos, o abandono, dentre outros. Porém, já que viviam em um período de crise econômica, pressupomos que este pedido não se justifica, porque ninguém mais que os vicentinos sabiam da grande epopéia que foi a construção do próprio asilo. Entretanto, o tão sonhado orfanato já estava com o espaço físico construído, uma vez que, o Dr. José Netto de Campos Carneiro:

*Não contente de haver dedicado toda sua existencia em aliviar as dores alheias, ainda quiz que, após sua morte, seu lar e seu nome protegessem as crianças infelizes. Foi assim que, por testamento, deixou sua fortuna á mitra, para que na casa em que residiu se fundasse um orfanato. E hoje Goiaz possui essa benfazeja casa, onde as crianças sem pais recebem cuidados e instrução – o Orfanato S. José*⁴⁰⁸ (MONTEIRO, 1983, p. 187).

Infelizmente, não é possível determinar o impacto que a fundação do orfanato teve no asilo, em termos financeiros. O certo é que ele não amenizou a carestia de alimentos, que em setembro de 1924, ainda se fazia sentir. Em vista disso

⁴⁰⁶ ASVP: Documentos Avulsos. *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴⁰⁷ Idem.

⁴⁰⁸ Sobre o Orfanato São José ver: PÁZ, Maricélia Alves. *A Prática Pedagógica e Religiosa do Lar São José na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

a Junta Administrativa do Asilo enviou centenas de folhetos para as casas das famílias vilaboenses. O teor da carta era o seguinte:

S.S.V.P.

Goyaz, 1º de Setembro de 1924

Exma. Snra.

Respeitosas saudações.

Mais uma vez a necessidade urgente de novos recursos para o tratamento de nossos pobres nos obriga a invocar o auxilio de V. Exa. que, esperamos, se collocará ao nosso lado nesta humanitaria cruzada.

O Azylo, desde 1909 vem em constante lucta para, com seus pequenos rendimentos, manter um grande numero de necessitados que recolhe fornecendo lhes roupas, alimentação e confortavel abrigo; sempre cresce seu raio de acção e, para augmento de nossas aperturas, o mesmo não acontece com os rendimentos.

Assim: - A collecta mensal de donativos da população da Capital não vai alem de 300\$000, nesta cidade de mais de 5.000 habitantes.

Os donativos extraordinarios principalmente os de anniversarios tornam-se cada vez menos numerosos. Ultimamente recebemos a desoladôra noticia de supressão no anno vindouro, do auxilio concedido pela União, como medida de economia.

É verdade que atravessamos um tempo de carestia e de difficuldades mas, essa carestia, essas difficuldades tambem chegam para o Azylo. Muito antes da crise chegar à porta dos ricos, já faz soffrer os pobres; nesses tempos é que tem maior valor a esmola de que temos absoluta necessidade para manutenção dos nossos azylados⁴⁰⁹.

Por este indício, nota-se que a carestia e a crise atingiram todo o país, o que resultou no corte do auxilio da União como contenção de despesa. Esse auxílio era pago anualmente, conforme foi estipulado quando da inauguração do asilo, conforme ressaltamos no primeiro capitulo. Para conseguir o intento, ou seja, as doações, a carta adota um discurso religioso, como o fato das esmolas valerem mais em períodos de dificuldade.

Entretanto, neste período de crise e carestia ocorreram episódios interessantes como quando, em 1923, a Junta Administrativa do Asilo resolveu elevar o salário da cozinheira, justamente por enfrentar uma crise. “*Em vista das*

⁴⁰⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Carta endereçada a população vilaboense solicitando ajuda para a manutenção do Asilo São Vicente de Paulo em 1º de Setembro de 1924.* Cidade de Goiás, 1924.

dificuldades da vida, foi elevado o salario da cosinheira Francisca de 20\$000, como era para 30\$000 mensaes”⁴¹⁰.

Em Julho de 1920, a Junta Administrativa do Asilo, pensando ter superado o problema da crise alimentar mandou “(...) *lançar na acta um voto de agradecimento as irmãs que servem neste Estabelecimento pelo auxilio prestado as mesmas pela bôa administração que souberam dar, mui principalmente durante a crise alimentar*”⁴¹¹.

Outro episodio ocorreu em 1922, quando a Junta resolveu oferecer “(...) *um almoço aos pobres internados nesta casa e em seguida um leilão de prendas no dia de Natal fazendo para isso distribuição de cartas de convites e pedidos*”⁴¹². No ano seguinte, em 1923:

*A Juncta deliberou de fazer uma quermesse de prendas por occasião do Natal, 25 dezembro pro^{mo} devendo a mesma Juncta pedir prendas, não só o comercio como habitantes desta Capital para o referido fim; ficou o thesoureiro da Juncta encarregado de mandar imprimir os competentes bilhetes, afim de serem vendidos até o referido dia. No mesmo dia tambem a Junctaa pretende dar um almoço aos pobres do Azylo, pedindo para isso as senhoras goianas os seus auxilios, isto é pedindo a cada uma Sr^a. um prato de iguarias para o referido almoço*⁴¹³.

Ademais, nos dias de festa, como natal, ou algum outro evento religioso a alimentação dos desvalidos era melhorada, como uma forma de lembrá-los da data que estavam comemorando. Em 1917, por exemplo, em virtude da comemoração dos 25 anos de ordenação sacerdotal do Bispo Dom Prudêncio Gomes da Silva, a Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo “(...) *resolveu melhorar as refeições dos pobres durante o tempo em que durar estes festejos (...)*”⁴¹⁴.

⁴¹⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴¹¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴¹² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Dezembro de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴¹³ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴¹⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Abril de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

Noutro passo, o espaço destinado a rouparia do Asilo São Vicente de Paulo mudou de local no início da década de 1920, devido a reestruturação que sofreu para a construção dos aposentos das Irmãs Dominicanas, conforme abordamos páginas atrás. Deste modo:

Com a construção dos aposentos para as [...] Irmãs, passou a rouparia, que ficava ao lado aposto da habitação das nossas veneráveis colaboradoras, para a sala que antigamente lhes servia de dormitório, e a antiga rouparia passou agora a ser mais um comodo destinado a receber mais pobres que diariamente procuram abrigo neste Santo Azylo, mas que, infelizmente, devido á falta de logar não lhes foi possível dar⁴¹⁵.

Quando foi inaugurado em 25 de Julho de 1909, a Rouparia do Asilo São Vicente de Paulo contava com um estoque modesto, conforme atesta um inventário de todos os objetos, mobílias e utensílios então existentes. Este inventário consistia em quatro colunas que eram preenchidos da seguinte forma: a primeira era dedicada à descrição do objeto; na segunda constava a data de entrada, dividida em três colunas com espaço dedicado ao dia, mês e ano; a terceira coluna versava a respeito do estado desses objetos, que por sua vez, se sub-dividia em quatro colunas, que registrava o número dos objetos, e o seu respectivo estado, bom ou mal, e o total; por fim, a quarta coluna se reservava a algumas observações quando necessárias.

Todo esse processo de inventário, e a preocupação com a entrada, saída, e destino dos mesmos, pressupõe o grau de responsabilidade com que o Asilo era tratado por seus administradores.

O Asilo São Vicente de Paulo, no dia da inauguração possuía: 28 colchões de algodão riscado; 30 travesseiros de cor; 25 colchas mineiras; 5 cobertores; 35 lençóis; 28 fronhas; 36 toalhas para rosto; 30 calças para homem; 54 camisas para homem; 45 camisas de mulher; 30 saias e paletós de mulher; e 9 nove sacos de riscado⁴¹⁶.

⁴¹⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicente de Paulo em Goyaz”. Cidade de Goiás, 1921.

⁴¹⁶ ASVP: Documentos Avulsos. “Inventario de todos os utensilios pertencentes ao Azylo de S. Vicente de Paulo”. Cidade de Goiás, 1909.

Somente a partir do mês de novembro de 1909 que a instituição recebeu similares como donativos ou os comprou. Ademais, durante mais de um mês depois de inaugurado o Asilo contou com o mesmo número de internos, que como se sabe, eram 11, quatro do sexo masculino e sete do feminino, apesar da quantidade de roupas masculinas serem maior.

Há que se observar que os primeiros internos do Asilo São Vicente de Paulo já se encontravam na condição de asilados no asilo provisório, ou seja, sabia-se previamente o número de homens e mulheres, e deste modo podia-se providenciar maior quantidade de roupa feminina.

Porém, não foi isso que aconteceu, o que nos faz aventar que esses primeiros objetos ligados à rouparia não foram feitos pelos administradores do asilo exclusivamente para os internos, e sim são frutos de doação da sociedade e, provavelmente, do empenho em consegui-los por parte dos Vicentinos.

No acervo fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo e nas fotografias em anexo do Relatório de Artur Neiva e Belisário Pena, de 1916, que utilizamos no capítulo anterior, pode-se observar que as vestimentas dos internos, eram basicamente da cor branca, e xadrez em menor quantidade, e todas obedeciam a um padrão: saia e blusa para as mulheres, camisa de manga longa e calça para homens e bermuda e camisa de manga longa para as crianças, conforme sugere a fotografia abaixo:



Fotografia nº. 12: Internos do Asilo São Vicente de Paulo no quintal. Fonte: ASVP: Documentos Avulsos. *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.

Um ano antes da visita dos médicos oriundos de Manguinhos, a rouparia possuía, além de roupas prontas, “20 peças de americano, 4 de amorim, 2 de chita, 6 de riscado para roupa de mulher, 5 para a de homem”⁴¹⁷, que sugerem, por sua vez, os tecidos que serviam de matéria prima para a confecção das roupas.

Por conseguinte, as roupas eram confeccionadas no próprio asilo, a partir de fazendas compradas pela Junta Administrativa trazidas diretamente da fábrica de tecidos⁴¹⁸. Até 1917 não se conseguiu precisar quem confeccionava as roupas, se as Irmãs, as desvalidas, ou pessoas que se ocupavam de tal serviço.

⁴¹⁷ ASVP: Documentos Avulsos. “Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915”. Cidade de Goiás, 1915.

⁴¹⁸ ASVP: Documentos Avulso. “Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916”. Cidade de Goiás, 1916.

Em novembro de 1917, a Irmã Superiora comunicou “(...) *que contractou Magdalena Dias*⁴¹⁹ *e Leonor para prestarem serviços no Asylo respectivamente como costureira e cosinheira mediante o salario mensal de 12\$000 a cada uma. A Junta aprovou este acto*”⁴²⁰.

Os tecidos eram comprados em vários lugares. Em 1920, por exemplo, o “*Sr. thesoureiro comunicou a Junta que os pobres deste estabelecimento se acham desprovidos de roupas por este motivo o Sr. Dr. Presidente autorizou o Sr. thesoureiro de comprar os vestuarios necessarios para os mesmos pobres*”⁴²¹. Na reunião seguinte da Junta Administrativa do Asilo, o “*Sr. Thesoureiro comunicou a Junta que escreveu para a casa do Sr. Israel Arruda, em S. Paulo afim de adquirir a rouparia necessaria para os pobres deste estabelecimento*”⁴²².

Ademais, os tecidos eram comprados também na cidade de Araguari-MG, mais precisamente na “*Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado*”, onde foram adquiridos, em 1922, dentre outros produtos, fazendas de brim, de algodão, de Amorim e de “*xadrez Avaré*”⁴²³ – que pode ser visto, em menor quantidade, vestindo os internos, conforme a fotografia acima.

Quando havia a necessidade de tecidos, mas em menor quantidade, comprava-os no comércio vilaboense, como atesta o recibo de Henrique Argeu Curado, cuja loja vendeu “*44 metros de brim [...] caipira*” para o Asilo São Vicente de Paulo em 1928⁴²⁴. Ou no caso de Nicolau José [...], que recebeu, em 1923, do então tesoureiro João Baptista de Oliveira e Silva⁴²⁵, “*a quantia de noventa mil réis,*

⁴¹⁹ Antes de ser contratada como costureira Magdalena Dias prestava serviços gratuitos no Asilo São Vicente de Paulo, como atesta o seguinte documento: “*Ficam resolvido dar 150\$000 cento e cincoenta mil reis a Snra. Magdalena, pelos serviços prestados gratuitos a esta casa, afim de auxiliá-la e a sua companheira Josepha que seguem viagem no dia 15 do corrente para o Pará*”. ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

⁴²⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Novembro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

⁴²¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴²² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920*. Cidade de Goiás, 1920.

⁴²³ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo da “Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado” de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴²⁴ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo de Henrique Argeu Curado de 16 de Junho de 1928*. Cidade de Goiás, 1928.

⁴²⁵ ASVP: Documentos Avulsos. “*Nomes dos confrades da Sociedade São Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Azilo (1909-1966)*”. Cidade de Goiás, 1966.

proveniente de um corte de seda com tres metros”⁴²⁶. Além de pequenas quantidades de tecidos eram “*comprados na praça diversos artigos para vestuarios*”⁴²⁷.

O Asilo São Vicente de Paulo também recebia roupas e tecidos em forma de donativos, como atesta o seguinte documento: “*Pelo Snr. Israel Arruda, socio da casa commercial dos Snr. Martins Costa e Cia de São Paulo, foi offerecido ao Asylo e aos seus pobres, um fardo de fasenda e roupas feitas, acompanhado de um cartão dirigido ao srn. thesoureiro da junta*”.

Na mesma ocasião a Junta Administrativa deliberou responder o cartão e a generosa oferta da seguinte maneira: “*Esta junta para melhor manifestar o seu reconhecimento ao Snr. Israel Arruda, resolveu consignar aqui um voto de agradecimento a uma pessoa de quem acaba esta casa de receber um grande obulo*”⁴²⁸.

Mas o que determinava a concepção dos trajes, a escolha dos tecidos e das cores? Como se pensava a roupa para o pobre no início do século XX? Será que obedeciam a um padrão, ou eram confeccionados ao acaso? Segundo June Hahner, a roupa era um dos fatores que distinguiam a elite dos pobres urbanos.

No Rio de Janeiro, por exemplo, os cavalheiros usavam uma rígida cartola e uma casaca de tecido preto, toda abotoada, alguns chegando mesmo a usar luvas de lã inglesa, independente do clima, a exemplo dos americanos e europeus de clima bem mais frio; tal “*excentricidade*” causava o estranhamento desses últimos. Já “*os pobres, em contraste, usavam roupas de algodão leve, geralmente desbotadas e remendadas*”. Para os homens uma calça e uma camisa bastavam durante um ano. As mulheres, por sua vez, só usavam saia e blusa (HAHNER, 1993, p. 37).

Mantendo as devidas proporções – do Rio de Janeiro para a Cidade de Goiás – aqui também predominavam esses trajes, tanto no que refere a elite, quanto a pobreza. Por outro lado, a roupa de pobre, que se fazia com algodão leve, era o tecido mais comprado pelo Asilo São Vicente de Paulo.

⁴²⁶ ASVP: Documentos Avulso. *Recibo de Nicolau José [...] em 19 de Setembro de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴²⁷ ASVP: Documentos Avulso. “*Setimo Relatório do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

⁴²⁸ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917*. Cidade de Goiás, 1917.

A escolha do algodão em detrimento de outros tecidos se justifica devido o seu preço mais razoável. Na compra feita junto a “*Caldeira Sampaio & Cia*” de Araguari-MG, por exemplo, foi encomendado 80 metros de “*Algodão A-48*”, a um custo de 1\$060 (Hum mil e sessenta réis), e também 300 metros de “*Algodão A-45*”, cujo custo era ainda menor 1\$030 (Hum mil e trinta réis). A nível de comparação, o Xadrez custava 1\$200 (Hum mil e duzentos réis), e o Brim, 1\$220 (Hum mil e duzentos e vinte réis); na ocasião foi comprado 182 metros do primeiro e 192 do segundo, contra 380 metros do algodão⁴²⁹.

Depois de analisar a participação das Irmãs Dominicanas, do papel desempenhado pelos médicos e o Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara, de adentrar na cozinha e conhecer os alimentos que compunham a dieta dos internos e de aprofundar um pouco no seu vestuário, há que se ater aos empregados do Asilo São Vicente de Paulo.

Apesar de poucos eles também compunham a assistência. As Irmãs Dominicanas, as cozinheiras e a costureira, de quem dissertamos páginas atrás, eram funcionárias do asilo, junto com o procurador, de quem falamos no primeiro capítulo. Além deles havia um porteiro:

*O Sr. Aureliano Gomes Leite, portador da Carteira Profissional nº. 350 da série 23, foi admitido em 25 de maio de 1918, na qualidade de porteiro, com os vencimentos de Rs. 250\$000 (duzentos e cinquenta mil réis), para trabalhar normalmente das 7 às 17 horas, com os intervalos de duas horas para refeição e descanso*⁴³⁰.

O referido Aureliano Gomes Leite, deveria ser muito bem quisto pela Junta Administrativa do Asilo, uma vez que teve seus vencimentos elevados em duas ocasiões. Em agosto de 1922, quatro anos depois de contratado, “(...) *deliberou-se elevar á setenta mil reis mensaes a gratificação do servente (...), a contar do dia 1º do corrente mês, pela sua dedicação e pontualidade no serviço*”⁴³¹.

⁴²⁹ ASVP: Documentos Avulsos. *Recibo da “Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armário por atacado” de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

⁴³⁰ ASVP: Documentos Avulsos. *Livro de Registro dos Empregados*. Cidade de Goiás, 1918.

⁴³¹ ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.

Noutra ocasião a “(...) *Juncta resolve em vista dos grandes servicios prestados nesta casa pelo servente (...), a elevar de 70\$000 a 75\$000 a gratificação, a partir de 1º do corrente mês*”⁴³². Valor muito maior do que os das Irmãs Dominicanas.

Apesar de no livro de registro de empregados constar que Aureliano era o porteiro do asilo, na verdade, essa era apenas uma de suas atribuições, como no caso de ser referido como servente. Aureliano era o zelador do asilo, cargo este que tinha suas atribuições detalhadas no Regulamento do Asilo São Vicente de Paulo, a saber:

Artigo 14º. Ao zelador compete:

§ 1º. Permanecer durante o dia no estabelecimento;

§ 2º. Tomar conta de todos os utensilios pertencentes ao mesmo, tendo delles uma relação em forma de inventario;

§ 3º. Manter o asseio em todo o estabelecimento e cuidar das plantações do mesmo;

§ 4º. Exercer as funções de porteiro (...);

§ 5º. Cumprir todas as determinações do presidente;

*§ 6º. Providenciar sobre a conducção dos generos e utensilios que tiverem de ser transportados para o Azylo*⁴³³.

Além dos empregados o Asilo São Vicente de Paulo ainda contava com a colaboração de “(...) *uma mulher que sendo um pouco prejudicada das faculdades mentaes, vive há tempos [...] ao estabelecimento onde tem duas creanças asyladas e em troca do tratamento que recebe presta ao Asylo inestimaveis serviços*”⁴³⁴. Até o próprio asilo possuía o seu bobo, *instituição* sobre o qual discorremos no capítulo anterior.

Em troca de ter seus filhos *tratados* no asilo a própria prestava seus *inestimaveis* serviços, quem sabe subindo e descendo as ladeiras de pedra da antiga Vila Boa, carregando sobre a cabeça um pote d’água retirada diretamente da Fonte da Carioca ou do Chafariz de Calda, enquanto que os outros bobos, das casas das tradicionais famílias vilaboenses faziam o mesmo trajeto, só que em troca de um mísero prato de comida.

⁴³² ASVP: Documentos Avulsos. *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 18 de Julho de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.

⁴³³ ASVP: Documentos Avulsos. “*Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury*”. Cidade de Goiás, 1909, p. 06.

⁴³⁴ ASVP: Documentos Avulso. “*Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916*”. Cidade de Goiás, 1916.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após adentrarmos os cômodos do Asilo São Vicente de Paulo, reconstituir algumas de suas histórias e estórias; suas personagens; seus dramas e conflitos; estamos cientes que, modestamente, contribuímos para desnudar um importante período da História do nosso Estado. Pelo olhar dos Vicentinos, dos Desvalidos e das Dominicanas, encontramos uma sociedade em constante movimentação.

Enquanto os ecos da historiografia goiana se faziam ecoar na tão falada *decadência*, o *isolamento* e o *atraso*, nos deparamos com uma sociedade que nada tinha de decadente, isolada ou atrasada. As correspondências trocadas com o restante do Brasil, diminuía a distância; a maioria dos Vicentinos, pela biografia que conseguimos encontrar de alguns, integrou as fileiras de importantes escolas no Rio de Janeiro e no Velho Mundo.

As festas promovidas pelos Vicentinos, com quermesses, leilões, com prendas ofertadas pelos vilaboenses; os *concorridos* espetáculos teatrais no Teatro São Joaquim, cuja renda de muitas peças foi revestida para a construção e manutenção do asilo; os saraus em casas de família, onde além de discutirem política ou a assistência aos pobres, jovens enamorados trocavam olhares e juras de amor, opondo-se aos inúmeros casamentos arranjados dentro da própria família, a quem alguns creditam a origem da quantidade em demasia de *bobinhos*; as reuniões do oponente Gabinete Literário, com seus armários abarrotados de livros; os vários jornais que circularam na velha Goiás – inclusive com periódicos essencialmente femininos como *A Rosa* e *O Lar* – onde entre uma troca *elegante* de insultos pelo poder, abriam espaço para a divulgação de atos de caridade de seus aliados.

Por meio da Sociedade São Vicente de Paulo, a Cidade de Goiás conheceu uma bem organizada rede de assistência aos pobres. O discurso da caridade cristã uniu os moradores da antiga Vila Boa a construir um imenso edifício visando abrigá-los. O asilo, para onde convergiam as atenções dos confrades de Frederico de Ozanam, impunha-se perante a sociedade; exigia sacrifícios, cuidados e principalmente dinheiro. Mensalidades, donativos em gêneros, tecidos, entravam constantemente pela porta da frente do asilo onde eram recebidos pelo zelador.

Por conseguinte, no entrecruzamento dos dados, e dos três olhares que lançamos sob a instituição, observamos que, para os Vicentinos, além da prática da caridade, a construção do asilo representou uma forma de se distinguirem socialmente; eram comumente alcunhados de caridosos, bondosos e misericordiosos nos jornais, junto com o detalhamento de suas ações.

A Sociedade São Vicente de Paulo, que viu o *entusiasmo* dos vilaboenses ruir logo nos primeiros anos de funcionamento, se agarrou ao asilo com o intuito de reavivar os gestos de caridade. A promessa de abrigar os pobres que perambulavam pelas ruas, e que poderiam precipitar o *apocalipse*, com a proliferação de epidemias, em um lugar longe o suficiente para deixar a sociedade tranqüila, motivou os inúmeros eventos que se seguiram durante a construção e depois de inaugurado. O *entusiasmo* voltara!

Outro fator preponderante nesta assertiva, é que ao mesmo tempo em que o asilo exigia cuidados constantemente, principalmente pelos altos custos de sua manutenção, as Conferências Vicentinas continuaram o trabalho de pagar alugueis de casas, distribuir alimentos, roupas, dinheiro, remédios, patrocinar casamentos e velórios. Em troca, os pobres precisavam apenas querer ser ajudados, e ser católicos.

A construção do Asilo São Vicente de Paulo, portanto, não diminuiu, ou tirou o trabalho das Conferências. Os quarenta e depois cinquenta desvalidos que o asilo assistia, não amenizou o problema dos pobres espalhados pelas ruas de pedra irregular, e pelas praças desalinhas, construídas na vertical, devido às ladeiras que desembocam no Rio Vermelho. Ao contrário, os custos para a manutenção do asilo cresciam a cada dia, o pagamento das Irmãs Dominicanas e o custeio em tudo o que necessitassem, além dos demais funcionários, pesava na contabilidade da instituição.

Para os pobres, que denominamos de desvalidos, a construção do asilo representou o amparo *material e espiritual*. Comida, roupa, lugar arejado e higiênico para dormir, consultas médicas, remédios, e o auxílio das Irmãs Dominicanas, concorria para que muitos desejassem se tornar um interno; onde seriam assistidos até o fim de suas vidas. Por isso, muitos eram os pedidos para ingresso no asilo, mas poucos os contemplados. Estratégias, então, foram criadas pelos desvalidos, como doação de casas, ou o apelo a pessoas influentes da cidade para conseguirem o tão almejado objetivo.

Como troca de favores e influências, os membros da Junta Administrativa do Asilo viram-se perante um impasse, diante de pedidos de benfeitores, políticos, juízes, delegados, dentre outros: receber quem realmente precisava, ou receber desvalidos indicados por pessoas de quem necessitavam para a manutenção do próprio asilo? Isso pode explicar o motivo do ingresso de indivíduos com características tão díspares. Diante disso, o pressuposto de que o asilo teria sido construído para proteger a cidade de possíveis epidemias não encontrou mais embasamento.

Por fim, para as Irmãs Dominicanas, concluímos que a construção do asilo não representou nada mais que um local de trabalho. As exigências de ordem financeira, as viagens à Europa patrocinadas pela Sociedade São Vicente de Paulo, os custos com a alimentação, a expulsão de desvalidos que davam muito trabalho, concorria para que as Irmãs, em vez de fazerem caridade, executavam meticulosamente um serviço pelo qual eram muito bem pagas. Porém, os Vicentinos e demais vilaboenses, exaltavam o trabalho das Irmãs, talvez porque representavam a proteção espiritual do asilo.

Ademais, as Irmãs eram responsáveis por toda a assistência e direção interna do asilo; respondiam pela alimentação, roupa, banho e remédios dos desvalidos, além de intermediá-los junto aos Vicentinos, responsáveis em prover financeiramente a instituição.

Com efeito, mesmo depois de construído, a frase de Dom Eduardo, quando no lançamento da Pedra Fundamental, ainda se faz ouvir: *“Está muito bem, meus filhos; pena é que isto vai ficar no papel!”*. O Asilo São Vicente de Paulo foi edificado, inaugurado, e até hoje funciona atendendo, principalmente, pessoas com problemas mentais e idosos abandonados; as Irmãs da Ordem Dominicana⁴³⁵ ainda desempenham o trabalho de direção interna, enquanto os Vicentinos se ocupam com a manutenção financeira da instituição. Neste século de existência, o asilo se mostrou mais forte que a profecia ou a maldição de um Bispo, que provavelmente não previu as várias histórias e estórias que iriam se desenrolar depois daquela solenidade.

⁴³⁵ Atualmente as Irmãs Dominicanas não recebem salários.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Sites Consultados:

- www.ssvpglobal.org.
- www.ssvp-portugal.org.
- www.Vatican.va.
- www.jornalopcao.com.br/index.asp?secao=Imprensa&subsecao=Colunas&idjornal.
- saude.terra.com.br/interna/onfira+as+propriedades+nutricionais.html.
- comendobem.wordpress.com/2008/08/30/saiba-mais-leite/.
- www.findyourself.com.br/site_antigo/boletins/nutricao/c_pao.html.
- www.saudenalata.com.br/saud_nutri.html.
- www.agais.com/telomc/b00907_caracteristicas_carnesuina.pdf.
- www.drashirleydecampos.com.br/noticias/4581.
- comendobem.wordpress.com/2008/05/09.
- comendobem.wordpress.com/2008/03/02.

2. Fontes:

2.1: Arquivo do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.

- *1º Livro de recibos das quantias pagas pelo thezoureiro da Conferencia da Immaculada Conceição*. Cidade de Goiás, 1888-1889.
- *Acervo Fotográfico do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, s/d.
- *Asilo de São Vicente de Paulo comprou à Manoel Lemes Borges*. Cidade de Goiás, dec. 1920.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Junho de 1915*. Cidade de Goiás, 1915.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 06 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Setembro de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Dezembro de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Abril de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Julho de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Agosto de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Outubro de 1916.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 26 de Janeiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Fevereiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Fevereiro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Abril de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 17 de Maio de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Maio de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Junho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 19 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 25 de Julho de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 27 de Setembro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Novembro de 1917.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 21 de Fevereiro de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Abril de 1915.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Junho de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 08 de Agosto de 1918.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1917.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Outubro de 1915.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo do dia 01 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Agosto de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 24 de Outubro de 1919.* Cidade de Goiás, 1919.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Março de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Agosto de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 29 de Setembro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 31 de Outubro de 1920.* Cidade de Goiás, 1920.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 15 de Setembro de 1921.* Cidade de Goiás, 1921.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 11 de Agosto de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 20 de Agosto de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 05 de Setembro de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 22 de Dezembro de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 23 de Março de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.

- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 16 de Julho de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 18 de Julho de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 02 de Agosto de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 09 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Ata da sessão ordinária da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo aos 13 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Bilhete para Zailo Moreira visando o reingresso de uma menina ao asilo.* Cidade de Goiás, dec. 30.
- *Carta do 1º Tenente Floriano de Lima [...], ao então diretor do asilo José Ramos Jubé.* Cidade de Goiás, 1926.
- *Carta do Conselho da Congregação das Dominicanas de Nossa Senhora do Rosario em Monteils para os Diretores da Conferência de S. Vicente de Paulo em 21 de abril de 1909.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Carta endereçada a população vilaboense solicitando ajuda para a manutenção do Asilo São Vicente de Paulo em 1º de Setembro de 1924.* Cidade de Goiás, 1924.
- *Carta enviada, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asilo, ao Procurador Fiscal da Cidade de Goiás a em resposta a ofício enviado pelo mesmo para prestar esclarecimentos sobre a venda de carne verde a um preço menor que o convencionado.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Conferência da Immaculada Conceição da Sociedade São Vicente de Paulo. Balancete da Receita e Despesa da mesma Conferencia.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Contabilidade do “Caixa dos Pobres” donativos encaminhados para o Asilo São Vicente de Paulo entre Julho de 1926 a Fevereiro de 1927, contendo o dia, o mês, o nome do doador e o que foi doado.* Cidade de Goiás, 1926-1927.
- *Esctipura de doação intervivos que faz Roberto Antonio d’ Oliveira.* Cidade de Goiás, 1913.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de março de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de abril de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.

- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de maio de 1935.* Cidade de Goiás, 1935.
- *Folha de vencimentos pagos às Irmãs Dominicanas e empregados do Asilo e mais empregados, durante o mez de Janeiro de 1940.* Cidade de Goiás, 1940.
- *Histórico da Comunidade do Asilo São Vicente de Paulo – Cidade de Goiás.* Cidade de Goiás, 1975.
- *Histórico da Sociedade São Vicente de Paulo em Goiás.* Cidade de Goiás, s/d.
- *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa.* Cidade de Goiás, 1925.
- *Importância Recebido do Tesoureiro do Asilo para Celebrar Missa.* Cidade de Goiás, 1937.
- *Informativo Vicentino: Ano IV - nº 02.* Goiânia, Fevereiro de 1978.
- *Inventario de todos os utensilios pertencentes ao Azylo de S. Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Livro Caixa do Asilo São Vicente de Paulo (1899-1921).* Cidade de Goiás.
- *Livro de atas da Conferência de São Joaquim (1909-1911).* Cidade de Goiás, 1909.
- *Livro de Receitas Médicas passadas aos pobres do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1917.
- *Livro de Registro de Entrada do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1946).* Cidade de Goiás.
- *Livro de Registro dos Empregados.* Cidade de Goiás, 1918.
- *Livro de Visitas do Asilo São Vicente de Paulo (1909-1929).* Cidade de Goiás.
- *Livro dos haveres patrimoniais do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1937.
- *Mobilia pertencente ao Asylo São Vicente de Paulo, erecto em Goyaz a 25 de Julho de 1909.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Nomes das Irmãs Dominicanas que tem dirigido, internamente, o Azilo.* Cidade de Goiás, s/d.
- *Nomes dos confrades da Sociedade de S. Vicente de Paulo que tem sido eleitos para administrar o Asilo.* Cidade de Goiás, 1966.

- *O espólio de D^a. Virginia Leal Pereira*. Cidade de Goiás, 1938.
- *Ofício das Irmãs Dominicanas aos membros do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo datado de 7 de Julho de 1935*. Cidade de Goiás, 1935.
- *Ofício datado de 1º de junho de 1909, do Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, Joaquim Rufino Ramos Jubé ao Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.
- *Ofício do Juiz de Direito para o Presidente da Junta Administrativa do Asilo*. Cidade de Goiás, 1916.
- *Ofício encaminhado pela Irmã Superiora do Asilo à Junta Administrativa do Asilo, em 1º de Março de 1923*.
- *Ofício encaminhado pela Junta Administrativa do Asilo ao Presidente do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo, em 18 de Agosto de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.
- *Ofício enviado ao Major Umbelino Galvão de Moura Lacerda, Presidente da Junta Administrativa do Asilo, solicitando seu depoimento a respeito da venda de carne verde a um preço menor que o convencionado*. Cidade de Goiás, 1923.
- *Ofício Expedido pela Secretaria de Segurança Pública para o Exmo. Senr. Presidente da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo*. Cidade de Goiás, 1920.
- *Ofício Expedido pelo Juiz Municipal Luiz Guedes de Amorim para o Delegado de Polícia Altino Perillo*. Cidade de Goiás, 1920.
- *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1911.
- *Pagamento da condução das Irmãs*. Cidade de Goiás, 1918.
- *Pobres socorridos pela Conferência da 'Im. Conceição'*. Cidade de Goiás, 1935.
- *Processo preparado para requerer subvenção já prescripta do anno de 1923*. Cidade de Goiás, 1923.
- *Provisão de Ereccção do Azylo, Oratorio [...], etc..* Cidade de Goiás, 1909.
- *Provisão do Bispo Diocesano Dom Prudêncio Gomes da Silva*. Cidade de Goiás, 1909.
- *Recibo da "Caldeira Sampaio & Cia – Fazendas, roupas e armarinho por atacado" de 28 de Julho de 1922*. Cidade de Goiás, 1922.
- *Recibo de Henrique Argeu Curado de 16 de Junho de 1928*. Cidade de Goiás, 1928.

- *Recibo de Nicolau José [...] em 19 de Setembro de 1923.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Recibo de pagamento realizado pelo tesoureiro da Junta Administrativa para a Irmã Superiora do Asilo São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1941.
- *Regulamento do Asylo da Sociedade de S. Vicente de Paulo de Goyaz. Confeccionado pelos Confrades: Desembargador Emilio Francisco Pova e Dr. Maurílio M. Curado Fleury.* Cidade de Goiás, 1909.
- *Relação das casas pertencentes ao Asylo de São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1916.
- *Relatorio apresentado ao Conselho Central e Particular das Conferencias de S. Vicente de Paulo em 24 de Junho de 1921 por Luis Gonsaga Cardoso Rangel presidente da Junta Administrativa do Azylo de S. Vicete de Paulo em Goyaz.* Cidade de Goiás, 1921.
- *Relatório apresentado ao Snr. Presidente e mais membros do Conselho Particular da Sociedade S. Vicente de Paulo em Goyaz, pelo Presidente da Junta Administrativa do Asylo em 25 de Julho de 1915.* Cidade de Goiás, 1915.
- *Relatório da Conferência de Nossa Senhora de Sant'Anna.* Cidade de Goiás, 1928.
- *Relatório da Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo em 23 de julho de 1922.* Cidade de Goiás, 1922.
- *Relatório do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo.* Cidade de Goiás, 1919.
- *Relatório do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo enviado ao Conselho Central.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Relatório do Presidente da Conferencia de S. Luiz Gonzaga.* Cidade de Goiás, 1888.
- *Relatorio do Presidente da Junta Administrativa do Asylo de São Vicente de Paulo da Capital de Goyaz.* Cidade de Goiás, 1923.
- *Resumo das atas do Conselho Particular da Sociedade São Vicente de Paulo (1899-1909).* Cidade de Goiás, s/d.
- *Resumo do trabalho realizado pela Junta Administrativa do Asilo São Vicente de Paulo no período de 25 de Julho de 1912 a 25 de Julho de 1913.* Cidade de Goiás, 1913.
- *Setimo Relatorio do Presidente da Junta do Asylo de São Vicente de Paulo de Goyaz 1915-1916.* Cidade de Goiás, 1916.

- *Testamento que faz Dona Francisca Alexandrina de Arruda Oliveira em 30 de Julho de 1919*. Cidade de Goiás, 1919.

2.2: Arquivo do Museu da Memória de Trindade.

- Livro de atas do *Asylo São Vicente de Paulo da Vila de Trindade*. Trindade, 1919.

2.3: Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – Goiânia-GO.

- *Memorial de Lembranças de Anna Joaquina da Silva Marques*. Cidade de Goiás. 1881-1899. v. 1, 2006 (mimeo).

- *Livro de Tombamento das Paróquias da Diocese de Goiás. Histórias, Limites, Provisamento e Patrimônio*. Goiânia, 1920.

2.4: Gabinete Literário – Cidade de Goiás.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 7. 1903.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 29. 1903.

- *Jornal A Tribuna*. Ano I - nº. 31. 1903.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 29. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 30. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 31. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 32. 1909.

- *Jornal O Lidador*. Ano VI - nº. 34. 1909.

2.5: Centro de Documentação Dra. Dalísia Doles – Faculdade de História – Universidade Federal de Goiás - Goiânia.

- TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Relatório apresentado ao Ex.^{mo} S.^{nr} D.^r Getúlio Vargas, d. d. Chefe do Governo Provisorio, e ao povo goiano, pelo dr. Pedro Ludovico Teixeira, Interventor Federal neste Estado. 1930-1933*. Goiás, 1933.

- *Jornal O Lar*. Década de 1920.

2.6: Relatórios de Presidentes de Província e Estado.

- Mensagem ao Congresso na Abertura da segunda sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado Dr. José Xavier de Almeida, em 1902. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003.
- Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado de Goyaz, pelo Dr. Olegário H. da Silveira Pinto, em 13 de maio de 1914. In: *Memórias Goianas* nº. 17. Goiânia, Ed. UCG, 2004.
- Mensagem enviada ao Congresso na abertura da primeira sessão da quarta legislatura, pelo presidente do Estado, Dr. José Xavier de Almeida, em 1905. In: *Memórias Goianas* nº. 16. Goiânia, Ed. UCG, 2003.
- Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial de Goyaz pelo Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, em 20 de Fevereiro de 1887. In: *Memórias Goianas* nº. 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Ex-Presidente da Província, no acto de passar a administração ao Exm. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes em 27 de Dezembro de 1881. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illm. e Exm. Sr. Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, 1º Vice Presidente, ao Exm. Sr. Dr. Joaquim de Almeida Leite Moraes, Presidente da Província, no dia 10 de fevereiro de 1881. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório apresentado pelo Illmo. E Exm. Sr. Dr. Aristides de Souza Spinola, Presidente da Província, à Assembléa L. Provincial de Goyaz, no dia 1º de Março de 1880. In: *Memórias Goianas* nº. 13. Goiânia, Ed. UCG, 2001.
- Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Fulgêncio Firmino Simões, Presidente desta Província, entregou a administração da mesmo ao Exm. Sr. 2º Vice-Presidente Brigadeiro Felicíssimo do - Espírito Santo em 20 de Fevereiro de 1888. In: *Memórias Goianas* nº. 14. Goiânia: Ed. UCG, 2001.

2.7: Fontes Diversas.

- Cemitério da Cidade de Goiás. “*Restos Mortaes do Caridozo Capitão Antonio Manoel Gomes da Neiva. Fallecido a 15 de Agosto de 1902 com 63 Annos de Idade*”. Cidade de Goiás, 1902.

2.8: Fontes Impressas.

AZEVEDO, Cordolino de. *Terra Distante (Impressões de Goyaz)*. Rio de Janeiro: s/e, 1925.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. *Anuario Historico, Geographico e Descriptivo do Estado de Goyaz para 1910*. Brasília, SPHAN/8ª DR, 1987.

BRANDÃO, A. J. Costa. *Almanach da Província de Goyaz (para o ano de 1886)*. Goiânia, Ed. UFG, 1978.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das Sciencias Accessarios para uso das famílias*. Paris: Editora A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular*. Paris: A. Roger & F. Chernoviz, 1890.

CUNHA MATTOS, Raymundo José da. *Corografia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: SUDECO/Governo de Goiás, 1979.

D'ALINCOURT, Luís. *Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá*. Brasília: Senado Federal, 2006.

GODOY, Maria Paula Fleury de. *Do Rio de Janeiro a Goiás - 1896 (A viagem era assim)*. Goiânia: Ed. UFG, 1985.

LLCH, Frei Germano. "A Ordem Dominicana em Goiás". Tradução e Biografia de Genesco Ferreira Brestas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*. Ano 4. Nº 5. Goiânia: s/e, 1976.

NEIVA, Artur; PENA, Belisário. *Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e norte e sul de Goiás*. Edição Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1999.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. 1832. Edição Fac-Similar. Goiânia: Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Histórico do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana, 1996.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à província de Goiás*. Tradução: Regina Regis Junqueira. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975.

SILVA, José Trindade da Fonseca e. *Lugares e Pessoas: Subsídios eclesiásticos para a história de Goiás*. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

VARAZZI, Jacopo de. *Legenda Áurea. Vidas de Santos*. Trad. Hilário Franco Junior. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

3. Livros, Artigos, Dissertações e Teses:

ALVES, Joaquim Rodrigues. *História de Santa Cruz de Goiás*. Goiânia: Ed. Líder, 1976.

AMARANTE, Paulo. “Asilos, alienados e alienistas: uma pequena história da psiquiatria no Brasil”. In: AMARANTE, Paulo (Org.) *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

ARAÚJO, Ana Cristina. “Despedidas Triunfais: celebração da morte e cultos de memória no século XVIII.”. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). *Festa, Cultura e Sociabilidade na América Portuguesa*. 2. vol. São Paulo: HUCITEC/FAPESP/Imp. Of. do Estado, 2001.

ARGENTA, Emília Perillo. *Reminiscências*. Goiânia: Ed. Bandeirante, 1991.

ARIÈS, Philippe. *The hour o four death*. Harmondsworth: Penguin, 1981.

_____. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

ASSIS, Wilson Rocha. *Os Moderados e as Representações de Goiás n'a Matutina Meiapontense (1830-1834)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2007.

AZEVEDO, Gislane Campos. *De Sebastianas e Geovannis: o universo do menor nos processos dos juízes de órfãos da cidade de São Paulo (1871-1917)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: PUC, 1995.

_____. “Os Juízes de Órfãos e a institucionalização do trabalho infantil no século XIX”. In: *Revista Histórica*, nº 27, nov. de 2007.

BAIOCCHI, Elza. *Além da porta do meio*. Goiânia: Ed. Catavento, 1999.

BARROS, Aparecida Vânia Petrini de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. “A questão social e política no Brasil em 1919: a visão de Rui Barbosa”. In: *Maringá*, v. 28, n. 1, 2006.

BERTRAN, Paulo. “Desastres Ambientais na Capitania de Goiás”. *Ciência Hoje*. Rio de Janeiro, Vol. 12, nº 70, jan/fev 1991.

BORGES, Barsanufio Gomides. *O Despertar dos Dormentes*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1982.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. 11ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BRETAS, Genesco Ferreira. *História da Instrução Pública em Goiás*. Goiânia: Ed. CEGRAF-UFG, 1997.

BRITTO, Célia Coutinho Seixo de. *A mulher, a história e Goiás*. Goiânia: Ed. Líder, 1983.

BRODBECK, Rafael Vitola. *Revista Veritatis Splendor*. Disponível em <http://www.veritatis.com.br/article/4319>. Desde 04/07/2007.

CABRAL, Benedita Edina S. L. “A Superação das Desigualdades na Velhice – Mais uma Questão Social no Século XXI”. In: *VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra, 2004. Retirado do site: <http://www.ces.uc.pt/lab2004>. Acesso em: 20/06/06.

CÂMARA, Jaime. *Nos tempos de Frei Germano*. Goiânia: Ed. O Popular, 1976.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. “A Mentalidade religiosa dos setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas”. In: *Varia História*. Belo Horizonte: Departamento de História/UFMG, n.º. 18, set/1997.

CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1983.

_____; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás. Volume 2*. Goiânia: Assembléia Legislativa de Goiás, 1998.

CARVALHO, Euzébio Fernandes de. *O Rosário de Aninha: os sentidos da devoção rosarina na escritura de Anna Joaquina Marques. Cidade de Goiás, 1881-1930*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2008.

CASAZZA, Ingrid Fonseca. “Brasil, um imenso hospital?” In: *Usos do Passado – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro, 2006.

CHÂTELLIER, Louis. *A Religião dos Pobres: as missões rurais na Europa e a formação do catolicismo moderno Séc. XVI-XIX*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____. *L'Europ.e Des Dévots*. Paris: Flammarion, 1987.

CHAUL, Nars Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.

_____. (coord.). *Coronelismo em Goiás: Estudos de casos e famílias*. Goiânia: Ed. Kelps, 1998.

CORALINA, Cora. *Estórias da casa velha da Ponte*. São Paulo: Ed. Global, 1984.

_____. *O tesouro da casa velha da ponte*. São Paulo: Global, 2001.

CORBIN, Alain. *Saberes e Odores: O Olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX*. Trad: Lígia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

COSTA, Lena Castello Branco Ferreira. *Arraial e Coronel: dois estudos de história social*. São Paulo: Cultrix, 1978.

CRESPO, Jorge. *A História do Corpo*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

CURADO, Mariana Augusta Fleury. *Vida*. Goiânia: Ed. Escola Técnica Federal de Goiás, 1969.

CURADO, Sebastião Fleury. *Três Memórias históricas*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1937.

DELAPORTE, François. *A Doença de Chagas: História de uma calamidade continental*. Ribeirão Preto – SP: Holos, 2003.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente (1300-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séc. XIII - XVIII)*. 2 vol. Trad. Álvaro Lorencini. Bauru: EDUSC, 2003.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os Delírios da Razão: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830-1930)*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

FARIA, Ernesto. *Dicionário de Latim*. Rio de Janeiro: MEC, 1962.

FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia: Ed. da UFG, 1980.

FILIZZOLA, Mário. *A velhice no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1972.

FLEURY, Rosarita. “Memórias inacabadas”. In: *Revista da Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás*. Goiânia, ano X, nº 72, jan. 1990.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. Tradução: José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução e Organização: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1993.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: Editora Hucitec/EDUFBA, 1996.

FROSSARD, André. *Vicente de Paulo o humilde servo dos pobres*. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1986.

GAZÊTA, Arlene Audi Brasil. *Uma Contribuição à História do Combate à Varíola no Brasil: do Controle à Erradicação*. (Tese – Doutorado em História). Rio de Janeiro, Fundação Oswaldo Cruz, 2006.

GEREMEK, Bronislaw. *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1986.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. *Civilizando as Artes de Curar: Chernoviz e os Manuais de Medicina Popular no Império*. Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2003.

GUMIERO, Maristela Porfírio da Paz. *Os Tropeiros na História de Goiás – Séculos XVIII E XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1991.

HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1970)*. Trad: Cecy Ramires Maduro. Brasília: Ed. UNB, 1993.

INÁCIO FILHO, Geraldo. “Escolas para mulheres no Triângulo Mineiro (1880-1960)”. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (org.). *Novos Temas na História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002.

JAYME, Jarbas. *Famílias Pirenopolinas*. Brasília: Gráfica Senado Federal, 1975.

JAYME, José Sizenando. *Pirenópolis, humorismo e folclore*. Goiânia: Ed. Líder, 1983.

KARASCH, Mary C. “História das doenças e dos cuidados médicos na capitania de Goiás”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. UFG, 1999.

KROPF, Simone Petraglia. *Doença de Chagas, Doença do Brasil: ciência, saúde e nação, 1909-1962*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

_____; SÁ, Magali Romero. “The discovery of *Trypanosoma cruzi* and Chagas disease (1908-1909): tropical medicine in Brazil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

LACERDA, Regina. *Vila Boa – História e Folclore*. Goiânia: Editora Oriente, 1977.

LAPA, José Roberto do Amaral. *Os Excluídos: uma contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

_____. *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

_____; TRUONG, Nicolas. *Uma História do Corpo na Idade Média*. Tradução: Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, Miriam L. Moreira. “A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem”. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEITE, Silvana Nair; VASCONCELLOS, Maria da Penha Costa. “Negociando fronteiras entre culturas, doenças e tratamentos no cotidiano familiar”. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 13, n. 1, p. 113-28, jan.-mar. 2006.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan, IUPERJ, UCAM, 1999.

_____; HOCHMAN, Gilberto. “Pouca saúde, muita saúva, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país”. In: *Ciência & Saúde Coletiva*. V. 5(2), 2000.

_____. “Uma brasileira médica: o Brasil Central na expedição científica de Arthur Neiva e Belisário Penna e na viagem ao Tocantins de Julio Paternostro”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

LOBO, José Sêneca. *Bonfim de Goiás: minha terra e minha gente*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

LOPES, Maria Antonieta Borges; BICHUETTE, Mônica M. Teixeira Vale. *Dominicanas: cem anos de missão no Brasil*. Uberaba-MG: Editora Vitória, 1986.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. “Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, set-dez. 2004.

_____. *Alimentação, Saúde e Doenças em Goiás no Século XIX*. Tese (Doutorado em História). Franca: UNESP, 2004.

_____. “O cenário nosológico de Goiás no século XIX”. In: *Vária História*. Vol. 21, nº 34. Belo Horizonte, 2005.

MAGRO, Viviane M. de Mendonça. “Espelho em Negativo: a idade do outro e a identidade etária”. In: GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de (Org). *Infância e velhice: pesquisa de idéias*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2003.

MARQUES, Octo. *Cidade mãe*. Goiânia: Ed. CERNE, 1984.

MELLO, Maria Teresa Villela Bandeira de; PIRES-ALVES, Fernando A. “Expedições científicas, fotografia e intenção documentária: as viagens do Instituto

Oswaldo Cruz (1911-1913)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

MENDES, Josefina Pinheiro de Lemos. *Recordando*. Goiânia: Ed. Deescubra, 2003.

MINAYO, Maria Cecília. *Violência contra Idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. 2ª edição. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.

MOLLAT, Michel. *Os Pobres na Idade Média*. Tradução: Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Campos, 1989.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Goiaz: Coração do Brasil*. Brasília: 1983.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. *Do corpo místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás 1736-1808*. Tese (Doutorado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

_____. “O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

_____. *As estratégias de purificação dos espaços na capital da Província de Goiás - 1835-1843*. Dissertação de Mestrado em História. Goiânia, Universidade Federal de Goiás: 1995.

MORAES, Maria Augusta de Sant’Anna. *Contribuição para o estudo político e oligárquico da História de Goiás*. (Tese de Doutorado em História) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1972.

MOREIRA, Wellington Coelho. “Conjugalidades clericais na Diocese de Goiás (1824-1907)”. In: *II Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação em História UFG/UCG* (cd-rom). Goiânia, 2009.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo; DALGALARRONDO, Paulo. “História das primeiras instituições para alienados no Brasil”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, v. 12, n. 3, set-dez. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Cardoso de. *Imagens e Mudança Cultural em Goiânia*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

OLIVEIRA, Manoel Napoleão Alves de. *Bobos e Tipos de Rua: Tempo e Memória das Cidades*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

PALACÍN, Luís. *Estrutura e conjuntura numa capitania de Minas 1722-1822*. Goiânia: Secretaria Estadual de Cultura, 1972.

PÁZ, Maricélia Alves. *A Prática Pedagógica e Religiosa do Lar São José na Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2005.

PEREIRA, Mabel Salgado. *Romanização e Reforma Católica Ultramontana da Igreja de Juiz de Fora: projeto e limites (1890-1924)*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. Trad: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINHEIRO, Antonio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2003.

PORTER, Roy. *Das Tripas Coração: Uma Breve História da Medicina*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PRIORE, Mary Del. (coord.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. (coord.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA. *Memória Cultural*. Goiânia: Ed. Cerne, 1985.

PRUDENTE, Thaise Cristiane de Abreu. *Cotidiano e Preservação: O Asilo São Vicente de Paulo da Cidade de Goiás*. Dissertação (Mestrado em Gestão do Patrimônio Cultural) Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2006.

RABELO, Danilo. *Os excessos do corpo: A normatização do comportamento na Cidade de Goiás (1822-1899)*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

RAMOS, Luiz Roberto; VERAS, Renato; KALACHE, Alexandre. Envelhecimento Populacional: Uma Realidade Brasileira. In: *Revista Saúde Coletiva*. São Paulo, 1987.

REIS, João J. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RESENDE, Heitor. “Políticas de saúde mental no Brasil: uma visão histórica”. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida (Orgs.) *Cidadania e Loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

REZENDE, Joffre M. de. “A viagem científica de Neiva e Penna: roteiro para os estudos das doenças do sertão”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

RODRIGUES, Maria Augusta Callado de Salloma. *A modinha em Vila Boa de Goiás*. Goiânia: Ed. CEGRAF-UFG, 1982.

ROSEN, George. *Uma história da saúde pública*. São Paulo: Hucitec/Unesp, 1994.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e filantropos*. A Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília: UnB, 1981.

SÁ, Dominichi Miranda de. “Uma interpretação do Brasil como doença e rotina: a repercussão do relatório médico de Arthur Neiva e Belisário Penna (1917-1935)”. In: *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 16, supl. 1, jul. 2009.

SAAD, Edla Pacheco. *Zaca*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de. “Saúde e doenças em Goiás – 1826-1930”. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999.

SANGLARD, Gisele Porto. *Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas*. Rio de Janeiro, 1920-1940. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, 2005.

SANTANA, Camila Jansen de Mello de. “Caridade a si ou ao outro? As práticas católicas como auto-salvação”. In: *Revista Aulas*. N. 4 – abril/julho 2007.

SANTOS, Edivaldo Antônio dos. *Os Dominicanos em Goiás e Tocantins. 1881-1930. Fundação e Consolidação da Missão Dominicana no Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1996.

SAUNIER, Annie. “A vida cotidiana nos hospitais da Idade Média”. In: LE GOFF, Jacques. (org.) *As Doenças têm História*. Tradução: Laurinda Bom. Lisboa: Terramar, 1985.

SCHMITT, Jean-Claude. “A História dos Marginais”. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. Tradução: Eduardo Brandão. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SILVA FILHO, João Ferreira da. “A medicina, a psiquiatria e a doença mental”. In: COSTA, Nilson do Rosário; TUNDIS, Silvério Almeida (Orgs.) *Cidadania e Loucura: Políticas de saúde mental no Brasil*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2001.

SILVA, Claudia Neves da. “Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências”. In: *Sociologias*. Ano 8, n. 15. Porto Alegre, 2006;

_____. *Caridade e ação social das igrejas: a quem se destinam?*. Disponível em: http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2008/30_Caridade_acao_social.pdf. Acesso em: 05 de janeiro de 2010;

SILVA, Maria da Conceição. *Catolicismo e casamento civil em Goiás, 1860-1920*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

SILVA, Michelle Pereira da. *Educação da mulher e evangelização Católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio*. Dissertação (Mestrado em Educação). Uberlândia, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SILVA, Nancy Helena Ribeiro de Araújo e. *Tradição e renovação educacional em Goiás*. Goiânia: Ed. Oriente, 1981.

_____. “Educação e saúde em Goiás: promessas e mudanças”. In: In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). *Saúde e doenças em Goiás: a medicina possível*. Goiânia: Ed. da UFG, 1999.

SIX, Jean François. *Vicente de Paulo*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

SOTO, Maria Cristina Martinez. *Pobreza e Conflito: Taubaté: 1860-1935*. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Ana Guiomar Rêgo. *Paixões em Cena: a Semana Santa na Cidade de Goiás*. Tese (Doutorado em História). Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

SOUZA FILHO, Eduardo Henrique de. *Nos tempos de Goyaz*. Goiânia: Ed. Líder, 1981.

TEIXEIRA, Maximiano da Mata. *Estórias de Goiás -contos e recontos*. Goiânia. Ed. Líder, 1983.

TELES, José Mendonça. *A Imprensa Matutina: ensaio*. Goiânia: s/e, 1989.

THOMAS, Keith. *La mort africaine*. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2007.

VALDEZ, Diane. *Filhos do Pecado, Moleques e Curumins: imagens da infância nas terras goyanas do século XIX*. Dissertação (Mestrado em História). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1999.

VAN GENNEP, Arnold. *The rites of passage*. London: Routledge & Kegan Paul, 1960.

VIEIRA, Vanda Domingos. *Goyaz, século XIX: As matemáticas e as mudanças das práticas sociais de ensino*. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Rio Claro, SP: UNESP, 2007.

VILLA-LOBOS, Maria Jose Cabral Barata Laboeiro de. *Atitudes perante a morte. Permanência e mudança numa aldeia da Beira –Baixa*. Dissertação (Mestrado em História). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1995.

VINCENT, Gérard. “Uma História do Segredo?” In: PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da Vida Privada 5: Da Primeira Guerra a Nossos Dias*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

VOVELLE, Michel. “Les attitudes devant la mort”. *Annales: ESC*, 31: 1(jan-fev) 1976.

_____. *Mourir autrefois. Attitudes collectives devant la mort aux XVIIe et XVIIIe siècles*. Paris: Gallimard, 1974.

_____. *Piété baroque et déchristianisation en Provence au XVIIIe siècle*. Paris: Éditions du Seuil, 1978

_____. *Ideologias e mentalidades*. Trad. M. J. Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1987;

WEBER, Beatriz Teixeira. “*Caridade e Assistência Social: instituições leigas de assistência no Rio Grande do Sul 1880-1920*”. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/1/s9a3.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2010.